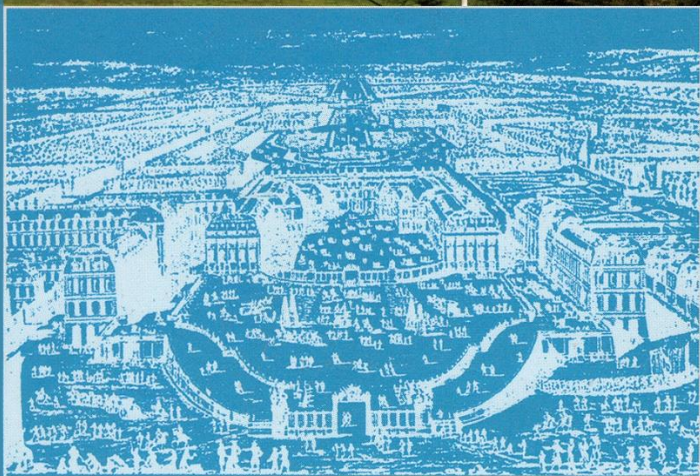


O ESPAÇO DE EXCEÇÃO Frederico de Holanda



2ª edição

FBI

O ESPAÇO DE EXCEÇÃO

O ESPAÇO DE EXCEÇÃO

Frederico de Holanda

2ª edição



Brasília, 2018

Publicado por



Conselho Editorial

Almir Reis (Universidade Federal de Santa Catarina)
Claudia Loureiro (Universidade Federal de Pernambuco) (*In memoriam*)
Décio Rigatti (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Edja Trigueiro (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Frederico de Holanda (Universidade de Brasília, Presidente)
Gabriela de Souza Tenorio (Universidade de Brasília)
John Peponis (Georgia Tech College of Architecture)
Luiz Amorim (Universidade Federal de Pernambuco)
Margarita Green (Pontificia Universidad Católica de Chile)
Ruth Verde Zein (Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Teresa Valsassina Heitor (Universidade Técnica de Lisboa)

Apoio



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: José Manoel Morales Sánchez

Vice-diretora: Luciana Saboia Fonseca Cruz



Universidade de Brasília



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Coordenador: Marcos Thadeu Queiroz Magalhães

Coordenador substituto: Eduardo Pierrotti Rossetti



LABORATÓRIO DE CONFIGURAÇÃO ARQUITETÔNICA

Coordenadora: Gabriela de Souza Tenorio



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Copirraite © 2018 Frederico de Holanda

Direitos para esta edição:
Frederico Rosa Borges de Holanda

Cond. Vivendas Colorado, Mod. J, Casa 1
73105-907 Brasília DF
Brasil
Tel: (0xx61) 34859824
Página da internet: <http://www.fredericodeholanda.com.br>
Endereço eletrônico: fredholanda44@gmail.com

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito de Frederico Rosa Borges de Holanda.

H722e Holanda, Frederico de

O espaço de exceção [recurso eletrônico] / Frederico de Holanda; prefácio de Pasqualino Romano Magnavita. – Brasília : FRBH, 2018.

ISBN : 978-85-64222-11-3

1. Arquitetura moderna - Brasília. 2. Urbanismo - Brasília. I. Magnavita, Pasqualino Romano. II. Título.

CDU 72.036(817.4)
711.4(817.4)

À memória de
Elsa Sarmento da Rosa Borges e
Gastão de Holanda, meus pais.

“As coisas estão no mundo
Só que eu preciso aprender”
Paulinho da Viola¹

¹ Da canção *Coisas do mundo, minha nêga*.

CONTEÚDO

Apresentação à segunda edição	7
Apresentação à primeira edição	8
Prefácio	10
Lista e fonte das figuras	12
Lista das tabelas	22
Introdução	23
<i>PARTE I. SOCIEDADE COMO ARTEFATO</i>	
1. Sobre a disciplina da arquitetura	54
2. Sintaxe espacial: três níveis analíticos	91
<i>PARTE II. O ESPAÇO DE EXCEÇÃO EM PERSPECTIVA</i>	
3. Centros cerimoniais e vilas	134
4. Kraals e cidades	188
5. Castelos e cidades-repúblicas	231
<i>PARTE III. BRASÍLIA</i>	
6. A Capital e o espaço nacional	290
7. A morfologia interna da Capital	310
Conclusão	432
Anexo 1	441
Anexo 2	447
Anexo 3	453
Bibliografia	470

APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO

Fui honrado com a publicação da primeira edição de *O espaço de exceção* pela Editora Universidade de Brasília, em 2002.

Esgotada a edição neste ano de 2018, o copirraite do livro, de acordo com o contrato então celebrado, reverte para mim.

Muita água correu embaixo da ponte desde a primeira edição, quinze anos atrás – novos temas pesquisados, outros livros publicados, enriquecedoras parcerias com colegas docentes e discentes desenvolvidas no âmbito do nosso Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

Ideias sobrevivem – talvez as basilares – outras foram ajustadas ao sabor de novos achados. É-me gratificante notar que *O espaço de exceção* continua a despertar interesse de professores, pesquisadores e alunos, no Brasil e no exterior. O trabalho tem uma dimensão temporal que facilita a sobrevivência: seu fulcro é uma análise histórica baseada em evidências empíricas de lenta superação. Quanto a Brasília, as ideias desenvolvidas posteriormente a 2002 somam-se às reflexões anteriores, mais que as contradizem.

O livro parece despertar a curiosidade ao trazer para a história da arquitetura evidência pouco abordada – como a configuração espacial dos assentamentos hopis, maias, zulus, ashantis... Entretanto, o interesse hodierno na obra reside mais nos aspectos teóricos e metodológicos que nos empíricos – ou assim me parece: a visão que o trabalho transmite, libertando a arquitetura de reducionismos indesejados; a relevância da arquitetura para a sociabilidade, ao incidir na “dança dos corpos” que estamos permanentemente a desempenhar: encontros e esquivanças, visibilidades e ocultações, nossos vultos a desenharem no espaço e no tempo padrões físicos prenes de implicações sociais – uma face de nosso próprio modo de existir. Sim, a arquitetura importa na constituição das relações de poder – meu foco e minha predileção de pesquisa.

Por isso, publico a segunda edição do livro, desta feita por minha editora (FRBH) e com livre acesso na rede mundial de computadores. Não fiz uma revisão no texto, testemunho de como eu escrevia à época... A edição é similar à primeira, salvo pequenos ajustes nas ilustrações ou algumas substituições, usufruindo a possibilidade de imagens coloridas. Com muito gosto, torno amplamente disponível minha primeira criação livresca...

Brasília, 10 de abril de 2018.

Frederico de Holanda

APRESENTAÇÃO

(à 1ª edição, de 2002, da Editora Universidade de Brasília)

O espaço de exceção, de autoria de Frederico de Holanda, professor da Universidade de Brasília (UnB), constitui um importante e especial acontecimento no âmbito da produção acadêmica, em nosso país, na área da teoria da arquitetura e do urbanismo. Trata-se de singular e instigante abordagem de um particular tipo de assentamento humano. O estudo em questão – que sintetiza um projeto de vida – mereceu o prêmio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, em sua primeira versão, em 1998, na categoria tese de doutorado, e agora vem a pública para uma ampla e merecida divulgação.

Integrando pesquisadores preocupados com a lógica dos assentamentos humanos e de suas implicações no uso do espaço, no sentido comportamental – com o *que* as pessoas fazem e com o *como* elas o fazem – o autor se aproximou da teoria da *sintaxe espacial*, também conhecida como *lógica social do espaço*, inicialmente desenvolvida por Bill Hillier: estudioso que orientou o autor na Bartlett School of Architecture and Planning, em Londres. Discípulo bastante criativo, Frederico de Holanda vem firmando sua trajetória no desenvolvimento da referida teoria, com assídua participação em eventos científicos e em publicações, principalmente pela originalidade de suas pessoais contribuições conceituais aplicadas à história e à teoria dos assentamentos humanos e, de forma mais específica, pelo exaustivo empenho em estudar a realidade morfológica de Brasília e de sua lógica socioespacial.

O livro reporta-se à compreensão de um fenômeno específico recorrente na história dos assentamentos humanos, relacionado a lugares especiais e fisicamente isolados, os quais incorporam exclusivamente dimensões superestruturais de natureza política ou ideológica, denominadas, pelo autor, de *espaço de exceção*. Essa opção exigiu três níveis de análise: padrões espaciais, vida espacial e vida social dos assentamentos humanos. O primeiro nível, no âmbito da sintaxe espacial, procura estabelecer padrões de relações que dizem respeito a barreiras e à permeabilidade de diversos tipos, entendidos mais no sentido topológico e menos no sentido geométrico. O segundo nível, o da vida espacial, relaciona-se com o uso do espaço público, da copresença nos espaços abertos, com princípios e com padrões organizadores de encontros, e tem como base o conceito de solidariedade. O terceiro, o da vida social, visa a relacionar um conjunto de atributos socioeconômicos gerais, e faz questão de advertir o leitor de seu propósito de “*olhar para a sociedade espacialmente*”.

No tocante à questão problemática levantada no trabalho, que diz respeito à tipologia – tanto de cidades quanto de sociedades, no sentido das múltiplas dimensões de variabilidade –, o autor procura avaliar, criticamente, as formulações de um conjunto de teóricos que se preocuparam com a taxonomia fortemente dicotômica entre os dois paradigmas clássicos: o “empirista” e o “racionalista”. Na tentativa de ir além e, sobretudo, de superar a taxonomia diferente proposta pelo próprio Hillier, o qual classifica as cidades como “*cidades instrumentais*” e “*cidades simbólicas*”, Holanda sugere, por sua vez, adotar duas tendências polares – testemunhadas ao longo da história das formas arquitetônicas/urbanísticas – sintetizadas por meio das expressões *paradigma da formalidade* e

paradigma da urbanidade. Expressões essas que pressupõem comunicar, simultaneamente, ideias relativas à vida espacial e à vida social. Nesse contexto, o espaço de exceção torna-se um tipo de assentamento no âmbito do paradigma da formalidade, no qual os arranjos sociais são altamente segmentários, fortemente insulados, cerimoniais e hierárquicos, e caracterizam relações de poder, enquanto o paradigma da urbanidade envolve, na vida da cidade, intensa participação do cidadão e livre manifestação de diferenças, identificando-o com valores universais mais próximos a uma sociedade democrática.

Vale ressaltar a justificada escolha e a cuidadosa seleção, do autor, processadas na composição e no registro de informações, que visam a delinear uma perspectiva histórica de diferentes sociedades que, confrontadas e analisadas, pelos padrões da sintaxe espacial, sob a égide dos paradigmas da formalidade e da urbanidade, evidenciam os espaços de exceção nos assentamentos estudados. E, para tanto, confrontam os históricos assentamentos dos maias e dos hopi, na América; dos zulus e dos ashanti, na África; dos castelos franceses e das cidades-repúblicas italianas, na Europa feudal. Entretanto, a original e específica contribuição do trabalho relaciona-se com Brasília e sua morfologia interna, precedida por uma instigante análise relacional da capital e do espaço nacional.

A pesquisa empírica engloba 17 áreas do Distrito Federal e resulta na obtenção de dados primários sobre padrões espaciais, mensuração das variáveis analíticas, formas de normalização, mensurações normalizadas, análise fatorial para medidas não normalizadas, tipos de linhas axiais e correlações diversas entre algumas medidas sintáticas. Ao abordar a vida espacial da capital, o autor procede mapeando os espaços fechados e abertos, estabelecendo índices de copresença e de amostras de arranjos sociais. Quanto à vida social, apresenta indicadores socioeconômicos gerais, caracterizando, por área, os principais problemas que afligem a capital federal.

Considerando a análise dos espaços, tanto os que preexistiram como os preexistentes, e já em uso, Frederico de Holanda, ciente da importância da teoria da *sintaxe espacial* como lógica social do espaço e de sua explícita e profunda conotação ética, vem atualmente, como pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo, com igual empenho, estudos metodológicos voltados para a *prática* de projetos, procurando evidenciar com isso o potencial e a eficácia do instrumental teórico utilizado na presente e meritória publicação, a qual representa, sem dúvida, um significativo marco para a cultura dos assentamentos humanos.

Pasqualino Romano Magnavita

*Professor Titular da Universidade Federal da Bahia
Pesquisador e ex-coordenador da área de arquitetura do Comitê Científico do
CNPq*

PREFÁCIO

Este livro baseia-se numa tese de doutorado, de mesmo título, defendida junto à Bartlett School of Graduate Studies, da Universidade de Londres, em abril de 1997. Mas meu interesse pelo tipo de idéias aqui apresentadas data de muito antes, quando fiz uma viagem à Península do Yucatán, no México, em 1975. Visitei então alguns dos sítios arqueológicos da Civilização Maia Clássica e de outras culturas pré-colombianas da *meseta*, perto da cidade do México. Estava morando em Brasília desde 1972, e fiquei intrigado com as marcantes semelhanças que encontrei entre inúmeros atributos da forma da capital brasileira e daqueles sítios antigos. Tinha de haver algo mais no Movimento Moderno em Arquitetura e Urbanismo, do que o suposto caráter “revolucionário” de suas proposições, como tão freqüentemente comentado pelo discurso profissional. As relações com aqueles antigos centros cerimoniais pareciam fortes demais para ser simplesmente o resultado de circunstâncias aleatórias.

Com essas idéias em mente, fui para Londres em 1976, para o MSc Course in Advanced Architectural Studies (Mestrado em Estudos Arquiteturais Avançados), sob a direção do Professor Bill Hillier, na Bartlett School of Architecture and Planning (na época, School of Environmental Studies). Foi aqui que tomei contato com a Sintaxe Espacial, uma teoria que estava sendo desenvolvida por Hillier e seus colegas. Fiquei convencido de que havia encontrado um referencial teórico apropriado ao tratamento das questões que me intrigavam. O Professor Hillier assumiria subsequente a supervisão desta tese, e é ao seu apoio, estímulo e profunda visão crítica que fico principalmente agradecido.

A dissertação de mestrado constituiu o primeiro momento em que tratei do meu problema de maneira mais sistemática, mas Brasília em si ainda não estava em pauta. Naquele momento, comparei as formações socio-espaciais dos Maias Clássicos e dos Hopi, um tópico que viria posteriormente a ser desenvolvido na forma em que se encontra num dos capítulos deste livro. Durante a minha estadia subsequente de dois anos em Londres, como estudante de doutorado, comecei a tratar dos demais estudos de caso, exceto Brasília, que abordaria mais sistematicamente somente após o meu retorno ao Brasil, no final de 1979. Devo registrar aqui minha gratidão à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília, que garantiu o necessário apoio à minha permanência em Londres. Fico também grato à CAPES, Ministério da Educação e dos Desportos, do Brasil, pela bolsa de estudos então concedida.

Ao longo de mais de quinze anos, continuei trabalhando sobre o meu problema, apesar de grandes descontinuidades devidas às mais diversas circunstâncias. Durante este período, participei de alguns projetos de pesquisa, e registro aqui o meu agradecimento ao suporte financeiro a eles conferido pelo CNPq, sem o que teria sido impossível realizar os levantamentos de campo relacionados a este trabalho. Observo, entretanto, que estes projetos foram estruturados e realizados juntamente com outros colegas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Brasília, cada um de nós responsável por um determinado aspecto de desempenho da forma do espaço urbano, incluindo o que chamo aqui de *aspectos da co-presença* do desempenho espacial, e que ficaram especificamente sob minha responsabilidade. Sou particularmente grato aos colegas Gunter Kohlsdorf e Maria Elaine Kohlsdorf, pelas idéias e procedimentos metodológicos que desenvolvemos em conjunto - alguns deles utilizados no corpo deste trabalho, como se verá -, e pela sua contribuição crítica à minha abordagem específica dentro daqueles projetos.

Ao longo destes anos fui também responsável por disciplinas teóricas e de projeto de urbanismo, tanto no nível de graduação, como no nível de pós-graduação, e o trabalho com os estudantes nos dois níveis muito me ajudou na construção e no aperfeiçoamento das idéias que ora são apresentadas. A eles o meu reconhecimento.

Devo também muitos agradecimentos a John Peponis e Cláudia Loureiro, que pacientemente leram o manuscrito da tese, e contribuíram com uma crítica rigorosa e detalhada.

Por último, fico grato a meu irmão Roberto, que mora no México, e que atuou como guia competente e carinhoso acima e abaixo das enormes pirâmides, à minha mulher Rosa, e aos nossos filhos Joana e Pedro, que por diversas vezes agüentaram minhas caras-feias durante o período da elaboração deste trabalho, e cuja vontade e garra muito me ensinaram.

Frederico de Holanda

Brasília, 27 de junho de 1998.

*LISTA E FONTE DAS FIGURAS*²

² Figuras em relação às quais não foi feita indicação de fonte, foram preparadas pelo autor para este trabalho.

INTRODUÇÃO

Fig. I.01: Esplanada dos Ministérios, Brasília.

Fig. I.02: Teotihuacan, México.

Fig. I.03: Praça de São Marcos, Veneza.

Fig. I.04: Tikal, México. (Vincent Scully (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London, p. 6.)

Fig. I.05: Kraal Zulu. (Paul Oliver (ed) (1971) *Shelter in Africa*, Barrie & Jenkins Ltd., London, p. 99.)

Fig. I.06: Um castelo feudal francês. (Miniatura de *The riches heures of the Duc de Berry*, cerca 1416. Chantilly, Musée Condé; em Joan Evans (1957) *Life in Medieval France*, Phaidon Press.)

Fig. I.07. Vila hopi de Mishongnovi. (Vincent Scully (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London, p. 334.)

Fig. I.08: Vista aérea da vila ashanti de Fumisua. (Paul Oliver (ed) (1971) *Shelter in Africa*, Barrie & Jenkins Ltd., London, p. 153.)

Fig. I.09. Vista da Praça do Campo, Siena, Itália.

Fig. I.10. Angkor Wat, Cambodja. (*Enciclopédia Mirador Internacional*, Vol. 5, p. 1950, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., São Paulo/Rio de Janeiro.)

Fig. I.11. Vista aérea de Versalhes. (Leonardo Benevolo (1978) *Storia della città*, Editori Laterza, p. 671.)

CAPÍTULO 3

Fig. 3.01. Doze quilômetros quadrados centrais de Tikal. (William Haviland (1970) “Tikal, Guatemala, and Mesoamerican urbanism”, *World Archeology*, vol. 2, nº 2, pp. 186-197)

Fig. 3.02. Área central de Tikal. (Jorge Hardoy (1964) *Ciudades Precolombinas*, Ediciones Infinito, Buenos Aires)

Fig. 3.03. Plataformas de casas e conjuntos cerimoniais na região de Dos Aguadas e Yaxha. (William Bullard (1960) “Maya settlement pattern in Northeastern Peten, Guatemala”, *American Antiquity*, vol. 25, nº 3, pp. 355-72)

Fig. 3.04. A Acrópole Norte, Tikal. (Fotografia de Cláudio Acioly Jr.)

Fig. 3.05. Palenque. Planta. (Jorge Hardoy (1964) *Ciudades Precolombinas*, Ediciones Infinito, Buenos Aires)

- Fig. 3.06. “Palácio.” Palenque.
- Fig. 3.07. Uxmal. Planta. (Victor Von Hagen (1960) *El mundo de los Mayas*, Editorial Diana, México)
- Fig. 3.08. Uxmal.
- Fig. 3.09. Piedras Negras. Planta. (Jorge Hardoy (1964) *Ciudades Precolombinas*, Ediciones Infinito, Buenos Aires)
- Fig. 3.10. Copán. Planta. (Victor Von Hagen (1960) *El mundo de los Mayas*, Editorial Diana, México)
- Fig. 3.11. Yaxchilán. Planta. (Hardoy, Jorge (1964) *Ciudades Precolombinas*, Ediciones Infinito, Buenos Aires.)
- Fig. 3.12. Oraibi e suas áreas de plantio. (Bradfield, Richard (1973) *A natural history of associations - A study in the meaning of community*, Duckworth, London.)
- Fig. 3.13. Oraibi. Planta. (Hillier, Bill & Julienne Hanson (1984) *The Social Logic of Space*, Cambridge University Press, Cambridge, after Mindeleff)
- Fig. 3.14. Praça de Oraibi com “kiva”, cerca de 1900. (Scully, Vincent (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London.)
- Fig. 3.15. Walpi. Planta. (Scully, Vincent (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London, after Stubbs, Stanley (1950) *A bird's-Eye View of the Pueblos*, University of Oklahoma Press, Norman)
- Fig. 3.16. Do primeiro plano para o fundo, as vilas hopi de Hano, Sichomovi e Walpi. (Vincent Scully (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London)
- Fig. 3.17. Shongopovi. Planta. (Scully, Vincent (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London, after Stubbs, Stanley (1950) *A bird's-Eye View of the Pueblos*, University of Oklahoma Press, Norman)
- Fig. 3.18. Shupaulovi. Planta. (Mindeleff (1891) “A study of Pueblo Architecture - Tusayan and Cibola”, *8th Annual Report, Bureau of American Ethnology*, Smithsonian Institution)
- Fig. 3.19. Mishognovi. Processo de crescimento hipotético, segundo Mindeleff. (Victor Mindeleff (1891) “A study of Pueblo Architecture - Tusayan and Cibola”, *8th Annual Report, Bureau of American Ethnology*, Smithsonian Institution)
- Fig. 3.20. Uma vista de Mishognovi. (Scully, Vincent (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London.)

Fig. 3.21. Uma amostra de povoados à maneira de um “colar de contas”, da região de Vaucluse, França. (Hillier, Bill & Julienne Hanson (1984) *The Social Logic of Space*, Cambridge University Press, Cambridge)

Fig. 3.22. Pueblo Bonito. Planta. (Scully, Vincent (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London.)

Fig. 3.23. Pueblo Bonito. Desenho de reconstrução segundo Jackson. (Scully, Vincent (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London.)

Fig. 3.24. Uma vista de Taos. (Scully, Vincent (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London.)

CAPÍTULO 4

Fig. 4.01. Um *kraal* familiar Zulu. (Barrie Biermann, (1976) “Indlu: the Doomed Dwelling of the Zulu”, in Paul Oliver (ed) *Shelter in Africa*, Barrie & Jenkins, London, p. 100.) 209

Fig. 4.02. Esquema do espaço interior de um abrigo zulu. (Bierman, Barrie (1976) “Indlu: the Doomed Dwelling of the Zulu”, in Paul Oliver (ed) (1976) *Shelter in Africa*, Barrie & Jenkins, London, p. 105.)

Fig. 4.03. Vista de um *kraal* familiar contemporâneo zulu. (Bierman, Barrie (1976) “Indlu: the Doomed Dwelling of the Zulu”, in Paul Oliver (ed) (1976) *Shelter in Africa*, Barrie & Jenkins, London, p. 104.)

Fig. 4.04. Planta esquemática de um *kraal*, segundo Krige. (E J Krige (1936) *The Social System of the Zulus*, Longmans.)

Fig. 4.05. Modelo abstrato de um edifício elementar, segundo Hillier & Hanson. (Bill Hillier & Julienne Hanson (1984) *The Social Logic of Space*, Cambridge University Press, Cambridge, p. 176.)

Fig. 4.06. Esquema de um abrigo mongol, segundo Faegre. (Bill Hillier & Julienne Hanson (1984) *The Social Logic of Space*, Cambridge University Press, Cambridge, p. 179.)

Fig. 4.07. Planta da vila ashanti da Velha Kwamo. (Rutter, A F (1976 (1971)) "Ashanti vernacular architecture", in P Oliver (1976) *Shelter in Africa*, Barrie and Jenkins, London.)

Fig. 4.08. Planta da vila ashanti de Ahinsai. (Rutter, A F (1976 (1971)) "Ashanti vernacular architecture", in P Oliver (1976) *Shelter in Africa*, Barrie and Jenkins, London.)

Fig. 4.09. Atividades domésticas entre casas, em Kwamo. (Rutter, A F (1976 (1971)) "Ashanti vernacular architecture", in P Oliver (1976) *Shelter in Africa*, Barrie and Jenkins, London.)

Fig. 4.10. Planta de um casa comum familiar ashanti. (Rutter, A F (1976 (1971)) "Ashanti vernacular architecture", in P Oliver (1976) *Shelter in Africa*, Barrie and Jenkins, London.)

Fig. 4.11. Planta de um santuário ashanti (*abosomfie*). (Rutter, A F (1976 (1971)) "Ashanti vernacular architecture", in P Oliver (1976) *Shelter in Africa*, Barrie and Jenkins, London.)

Fig. 4.12. Planta do palácio de um chefe ashanti, com acomodações para esposas, visitantes, e séquito, segundo Rutter. (Rutter, A F (1976 (1971)) "Ashanti vernacular architecture", in P Oliver (1976) *Shelter in Africa*, Barrie and Jenkins, London.)

Fig. 4.13. Vista aérea da área central de Kumasi. (Rutter, A F (1976 (1971)) "Ashanti vernacular architecture", in P Oliver (1976) *Shelter in Africa*, Barrie and Jenkins, London.)

CAPÍTULO 5

Fig. 5.01. Reconstrução da vila de Dracy, Costa do Ouro, França, como ela pode ter existido no século XIV. (G Duby (org) (1991) *História da vida privada, vol. 2: Da Europa feudal à Renascença*, Companhia das Letras, São Paulo, p. 453.)

Fig. 5.02. Castle of Langeais, 994 AD. (Idem, p. 400)

Fig. 5.03. Castelo de Loches, final do século XI. (Gebelin, F (1962) *Les Châteaux de France*, Presses Universitaires de France, Paris, p. IX.)

Fig. 5.04. Vista interior das ruínas do *donjon* do castelo de Loches, final do século XI. (G Duby (org) (1991), op. cit., p. 416)

Fig. 5.05. Castelo de Gand, Flandres, modernizado depois de 1180. (Idem, p. 409)

Fig. 5.06. Castelo de Coucy, construído nos anos de 1225-1230. Planta. (Tuulse, Armin (1958) *Castles of the Western World*, Thames and Hudson, Vienna, p. 65.)

Fig. 5.07. Castelo de Coucy, 1225-30. Reconstrução segundo Tuulse. (Idem, p. 66)

Fig. 5.08. Castelo Gaillard, 1198. Planta. (Idem, p. 24)

Fig. 5.09. Castelo Gaillard, 1198. Vista das ruínas. (Idem, ill. 24)

- Fig. 5.10. Castelo de Montargis, iniciado no século XIII. Planta. (Idem, p. 64)
- Fig. 5.11. Central and Northern Italy medieval towns. (Idem, pp. 6-7)
- Fig. 5.12. Exemplos de cidades pertencentes às “lealdades” Guelf e Ghibelline. (Waley (1978), op. cit., p. 124)
- Fig. 5.13. Florença. Planta da área central, mostrando as torres citadas em documentos dos séculos XII a XV - números de 1 a 28, entre meados do século XII e meados do século XIII; números 29 a 151, entre meados do século XIII e o final do século XIV; números 152 a 176, referidos em documentação do século XV. (L Benevolo (1978) *Storia della città*, Editori Laterza, Roma, p. 439.)
- Fig. 5.14. Florença. Planta da nova área central depois das intervenções urbanísticas do século XIII. (Idem, p. 446)
- Fig. 5.15. Uma vista do Palácio do Povo (ao fundo), com sua torre, Florença. (Idem, p. 443)
- Fig. 5.16. Uma vista do Palácio Vecchio, na Praça da Signoria, Florença. (Idem, p. 445)
- Fig. 5.17. Casas-torre em Florença, pertencendo a uma família extensa, formando um quarteirão urbano com um pátio. (Idem, p. 438)
- Fig. 5.18. Siena. Planta. Palácio Público e Catedral estão marcados em escuro. (Akinori Kato (1990) *Plazas of Southern Europe*, Murotani Bunji, Tokio, p. 46.)
- Fig. 5.19. Siena. Os três principais espaços públicos abertos claramente se distinguem: a praça da Catedral (em primeiro plano), a Praça do Campo e a Praça do Mercado (ao fundo, esquerda e direita, respectivamente). (Benevolo (1978), op. cit., p. 306)
- Fig. 5.20. Praça do Campo, Siena. Planta, mostrando as passagens públicas por debaixo dos edifícios que circundam a praça. (Idem, p. 304)
- Fig. 5.21. Siena. Vista aérea da Praça do Campo. (Idem, p. 305)
- Fig. 5.22. Linha do horizonte de Siena, de um desenho do século XVI. (E Guidoni (1991) *Soria dell'urbanistica - Il Medioevo. Secoli VI-XII*, Editori Laterza, Roma-Bari, p. 222.)
- Fig. 5.23. Linha do horizonte de Orvieto, de uma gravura do século XVI. (Idem, p. 227)
- Fig. 5.24. São Geminiano. Planta da área central. (Benevolo (1978), op. cit., p. 303)
- Fig. 5.25. São Geminiano. Vista aérea, mostrando as torres remanescentes e alguns dos espaços públicos abertos mais importantes. (Idem, p. 302)
- Fig. 5.26. São Geminiano. (Tuulse (1958), op. cit., ill. 31)
- Fig. 5.27. Milão. Planta. (Waley (1978), op. cit., p. 85)
- Fig. 5.28. Gubbio. Planta. (Idem, p. 122)

CAPÍTULO 7

Fig. 7.01. Distrito Federal, Brasil. Áreas de estudo. (Coleção de mapas digitais elaborados pela CODEPLAN - GDF, Brasília.)³

Fig. 7.02. Centro do Plano Piloto de Brasília.

Fig. 7.03. Esplanada dos Ministérios, onde se vê o talude ao longo da via de serviço que passa atrás da Catedral.

Fig. 7.04. Vista de parte das Superquadras Norte 405/406.

Fig. 7.05. Parte do “centro da sociedade civil.”

Fig. 7.06. Guará-I.

Fig. 7.07. Setor Hoteleiro Sul (primeiro plano) e Setor Comercial Sul (centro). (Fotografia de Márcio Villas Boas)

Fig. 7.08. Vista de uma parte típica da Asa Sul do Plano Piloto, à qual pertencem as Superquadras Sul 102/302. (Fotografia de Márcio Villas Boas)

Fig. 7.09. Uma vista da antiga favela do Paranoá Velho, que não mais existe. (Fotografia de Márcio Villas Boas)

Fig. 7.10. Planaltina. (Fotografia de Márcio Villas Boas)

Fig. 7.11. Centro urbano de Taguatinga. (Fotografia de Márcio Villas Boas)

Fig. 7.12. Paranoá Novo. (Fotografia de Márcio Villas Boas)

Fig. 7.13. Curva de normalização para a medida y/A .

Fig. 7.14. Curva de normalização para a medida y/C .

Fig. 7.15. Curva de normalização para a medida x/C .

Fig. 7.16. Curva de normalização para a medida C_b .

Fig. 7.17. Curva de normalização para a medida y/x .

Fig. 7.18. Curva de normalização para a medida I_p/x .

Fig. 7.19. Curva de normalização para a medida GRA.

Fig. 7.20. Curva de normalização para a medida RRA.

Fig. 7.21. Curva de normalização para a medida INT.

Fig. 7.22. Esplanada dos Ministérios. Ilhas espaciais.

Fig. 7.23. Esplanada dos Ministérios. Mapa de convexidade.

Fig. 7.24. Esplanada dos Ministérios. Espaços cegos (em cinza).

Fig. 7.25. Esplanada dos Ministérios. Mapa de axialidade com núcleo integrador em linhas mais escuras.

³ Todos os mapas das áreas de estudo do Distrito Federal foram montados com base nesta coleção.

Fig. 7.26. Esplanada dos Ministérios. Fachadas cegas definem o principal espaço central.

Fig. 7.27. Esplanada dos Ministérios. Os edifícios ministeriais abrem para unidades conexas laterais secundárias.

Fig. 7.28. Túnel da entrada da Catedral.

Fig. 7.29. Passarela por sobre o espelho d'água, no Ministério das Relações Exteriores.

Fig. 7.30. Rampas levando à principal entrada do edifício do Congresso.

Fig. 7.31. Uma demonstração de servidores públicos na Esplanada dos Ministérios.

Fig. 7.32. Superquadras Norte 405/406 e entorno.

Fig. 7.33. Superquadras Norte 405/406. Ilhas espaciais.

Fig. 7.34. O exemplo “A” satisfaz a condição de convexidade. O exemplo “B” não.

Fig. 7.35. Superquadras Norte 405/406. Mapa de convexidade.

Fig. 7.36. Superquadras Norte 405/406. Espaços cegos (em cinza).

Fig. 7.37. Superquadras Norte 405/406. Mapa de axialidade com o núcleo integrador em linhas mais escuras.

Fig. 7.38. Entorno das Superquadras Norte 405/406. Mapa axial com o núcleo integrador, para pedestres.

Fig. 7.39. Entorno das Superquadras Norte 405/406. Mapas axiais de “sintonia fina” e “sintonia grossa.”

Fig. 7.40. Superquadras Norte 405/406. Mapa de integração.

Fig. 7.41. Superquadras Norte 405/406. Mapa de co-presença.

Fig. 7.42. Superquadras Norte 405/406. Mapa de convexidade de “sintonia grossa.”

Fig. 7.43. Superquadras Norte 405/406. Mapa de co-presença dos homens.

Fig. 7.44. Superquadras Norte 405/406. Mapa de co-presença das mulheres.

Fig. 7.45. Superquadras Norte 405/406. Mapa de co-presença das crianças.

Fig. 7.46. Superquadras Norte 405/406. Um turno de observação de co-presença escolhido ao acaso (homens, mulheres e crianças juntos).

Fig. 7.47. Entorno das Superquadras Norte 405/406. Mapa axial com o núcleo integrador, para veículos.

Fig. 7.48. Superquadras Norte 405/406 e entorno. Fluxos de pedestres mais bem definidos.

Fig. 7.49. Setor de Diversões Sul e Setor Hoteleiro Sul. Ilhas espaciais.

Fig. 7.50. Setor de Diversões Sul e Setor Hoteleiro Sul. Espaços cegos.

Fig. 7.51. Setor de Diversões Sul e Setor Hoteleiro Sul. Mapa axial, com o núcleo integrador em linhas mais escuras.

Fig. 7.52. Setor de Diversões Sul. Taludes generalizados.

Fig. 7.53. Setor de Diversões Sul. Vista de uma passagem interna.

Fig. 7.54. Guará-I e suas conexões com o Plano Piloto e Taguatinga.

Fig. 7.55. Guará-I. Ilhas espaciais, com a área que será estudada em maior detalhe assinalada.

Fig. 7.56. Guará-I. Mapa de convexidade com espaços cegos.

Fig. 7.57. Guará-I. Núcleo integrador, do ponto de vista dos pedestres.

Fig. 7.58. Guará-I. Núcleo integrador, do ponto de vista dos motoristas.

Fig. 7.59. Guará-I. Paradas de ônibus e equipamentos locais (em cinza), na área estudada em maior detalhe.

Fig. 7.60. Guará-I. Mapa da co-presença dos homens.

Fig. 7.61. Guará-I. Mapa de co-presença das mulheres.

Fig. 7.62. Guará-I. Mapa de co-presença das crianças.

Fig. 7.63. Setor Comercial Sul. Ilhas espaciais.

Fig. 7.64. Setor Comercial Sul. Mapa de convexidade.

Fig. 7.65. Setor Comercial Sul. Espaços cegos (em cinza).

Fig. 7.66. Setor Comercial Sul. Mapa de axialidade, com o núcleo integrador em linhas mais escuras.

Fig. 7.67. Setor Comercial Sul. Mapa de integração.

Fig. 7.68. Setor Comercial Sul. Mapa de co-presença.

Fig. 7.69. Rua de serviço separando o Setor Comercial Sul do Setor Hoteleiro Sul.

Fig. 7.70. Superquadras Sul 102/302. Ilhas espaciais. (As ilhas maiores na parte debaixo da ilustração já constituem o Setor Hospitalar Sul)

Fig. 7.71. Superquadras Sul 102/302. Mapa de convexidade.

Fig. 7.72. Superquadras Sul 102/302. Espaços cegos (em cinza).

Fig. 7.73. Superquadras Sul 102/302. Mapa de axialidade, com o núcleo integrador em linhas mais escuras.

Fig. 7.74. Paranoá Velho. Ilhas espaciais.

Fig. 7.75. Paranoá Velho. Mapa de convexidade.

Fig. 7.76. Paranoá Velho. Espaços cegos (em cinza).

Fig. 7.77. Paranoá Velho. Mapa de axialidade, com o núcleo integrador em linhas mais escuras.

- Fig. 7.78. Planaltina. Ilhas espaciais.
- Fig. 7.79. Planaltina. Mapa de convexidade.
- Fig. 7.80. Planaltina. Espaços cegos (em cinza).
- Fig. 7.81. Planaltina. Mapa de axialidade, com núcleo integrador em linhas mais escuras.
- Fig. 7.82. Planaltina. Mapa de integração.
- Fig. 7.83. Planaltina. Mapa de co-presença.
- Fig. 7.84. Planaltina. Localização da praça principal (com o coreto) e da igreja.
- Fig. 7.85. Cisternino. Pelo menos 8 portas abrem para este pequeno espaço convexo.
- Fig. 7.86. Taguatinga. Ilhas espaciais.
- Fig. 7.87. Taguatinga. Mapa de convexidade.
- Fig. 7.88. Taguatinga. Espaços cegos (em cinza).
- Fig. 7.89. Taguatinga. Mapa de axialidade, com núcleo integrador em linhas mais escuras.
- Fig. 7.90. Paranoá Novo. Ilhas espaciais da área estudada em maior detalhe.
- Fig. 7.91. Paranoá Novo. Mapa de convexidade da área estudada em maior detalhe.
- Fig. 7.92. Paranoá Novo. Espaços cegos (em cinza) da área estudada em maior detalhe.
- Fig. 7.93. Paranoá Novo. Mapa de axialidade de toda a área, com o núcleo integrador em linhas mais escuras.
- Fig. 7.94. Esquema “renascentista” hipotético.
- Fig. 7.95. Esquema hipotético em “malha levemente deformada.”
- Fig. 7.96. Esquema hipotético de um “labirinto globalizado.”
- Fig. 7.97. Esquema hipotético de “ramos globalizados.”
- Fig. 7.98. Esquema hipotético de “labirinto.”
- Fig. 7.99. Esquema hipotético de “ramos.”
- Fig. 7.100. Esquema hipotético de “profundidade máxima.”

LISTA DAS TABELAS

- Tabela 01. Dados populacionais do Distrito Federal.
- Tabela 02. Regiões metropolitanas brasileiras - dados populacionais de 1991.
- Tabela 03. Mensuração de variáveis analíticas de 17 áreas do Distrito Federal, Brasil.
- Tabela 04. Mensurações normalizadas.
- Tabela 05. Índices de ocupação e utilização em oito áreas do Distrito Federal.
- Tabela 06. Índices de co-presença.
- Tabela 07. Algumas medidas sintáticas do Paranoá Velho e Novo.
- Tabela 08. Lugares utilizados para lazer, por área.
- Tabela 09. Uso dos lugares, por classe e faixa de renda.
- Tabela 10. Círculo de convívio, por classe e faixa de renda.
- Tabela 11. Meios de obtenção da informação, por classe e faixa de renda.
- Tabela 12. Resumo dos atributos espaciais/transpaciais das classes sociais.
- Tabela 13. Indicadores sócio-econômicos gerais.
- Tabela 14. Caracterização ocupacional dos ativos, por classe social.
- Tabela 15. Avaliação negativa do modo de locomoção.
- Tabela 16. Principais problemas do transporte coletivo.
- Tabela 17. Avaliação da cidade, por classe social e faixa de renda.
- Tabela 18. Principais problemas e qualidades da cidade para a classe média.
- Tabela 19. Principais problemas e qualidades da cidade para os trabalhadores manuais.
- Tabela 20. Principais problemas, por área.
- Tabela 21. Dados primários sobre os padrões espaciais de 17 áreas do Distrito Federal, Brasil.
- Tabela 22. Fórmulas de normalização.
- Tabela 23. Análise fatorial das mensurações não-normalizadas.
- Tabela 24. Tipos de linhas axiais.
- Tabela 25. Correlações entre algumas medidas sintáticas no Distrito Federal.
- Tabela 26. Correlações entre algumas medidas sintáticas em exemplos fictícios.
- Tabela 27. Análise fatorial das mensurações não-normalizadas (incluindo STR e H).

INTRODUÇÃO

Em 1960, a Capital Brasileira foi transferida do Rio de Janeiro, na costa, para o Planalto Central do país, onde uma nova sede para o Governo Federal foi criada: Brasília. Depois de três anos de febril atividade construtiva (1957-60), os edifícios governamentais principais, alguns edifícios habitacionais e alguns equipamentos de uso coletivo, estavam prontos para receber o coração do Estado.

A transferência de uma capital nacional para uma nova cidade, especialmente construída para este fim, é um grandiloquente gesto *social* mas, principalmente, *espacial*. Trata-se de um radical rearranjo físico de determinados agentes sociais, precisamente aqueles diretamente relacionados com o processo de tomada de decisões no nível nacional. Estes estão, a partir de agora, concentrados numa porção especializada de território, fisicamente separados da sociedade maior que supostamente governam. Mais ainda, outras categorias de agentes sociais são significativamente excluídas de tal território.

Este trabalho tem por objetivo compreender tal fenômeno. Mas não se trata de uma avaliação extensiva da capital brasileira. Antes, concentra-se na sua dimensão morfológica, isto é, tenta compreender a lógica social por detrás de tal gesto espacial, tanto enquanto nó peculiar na formação espacial da sociedade brasileira, como em si mesma, na sua forma interna. De fato, procurarei mostrar que estas duas instâncias estão profundamente interligadas. Gostaria também de explicitar já de início, embora de maneira ainda preliminar, o que entendo por “lógica social” da forma de um assentamento: este conceito diz respeito à maneira como tal forma é *constituente* de relações de simetria ou assimetria entre classes ou outros grupos sociais de natureza variada, isto é, como ela é *constituente* de relações de poder.

PRIMEIROS DISCURSOS SOBRE A CAPITAL E O PAÍS

Os discursos sobre os quais se embasava a idéia da nova capital eram de vários tipos.⁴ Os argumentos econômicos constituíam o núcleo central em torno do qual a maioria das justificativas era apresentada. Mas havia também forte ênfase em argumentos políticos.

A argumentação econômica frisava a importância da chamada “interiorização do processo de desenvolvimento.” Como o Presidente Kubitschek colocou: “ali estava o grande desafio da nossa história: forçar o redirecionamento do eixo de desenvolvimento. Em vez da costa - onde um certo nível de progresso já foi atingido - povoar o Planalto Central. O núcleo se espalharia como uma mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o grande futuro do país.”⁵

A mudança da capital para o interior constituiria também um rompimento com a economia colonial, que havia limitado a ocupação do país a uma estreita faixa de terra ao longo da costa. No Brasil, a ocupação e a exploração do território sempre estiveram muito mais fortemente subordinadas ao poder metropolitano, quando comparadas tanto à América espanhola quanto à inglesa. As cidades foram construídas na costa e o seu papel fundamental era o gerenciamento da economia de exportação. Nunca se permitiu um desenvolvimento autônomo. Citando conhecida metáfora de Frei Vicente do Salvador, Penna disse que o desenvolvimento brasileiro exigia o abandono das “peculiaridades do atavismo português” que os fazia “se agarrarem à costa como caranguejos.”⁶ Para muitos, o Rio significava uma estrutura histórica voltada para além-mares, leia-se excessiva dependência do exterior.⁷ Isso oferecia, aparentemente, uma forte base para o gesto corajoso pelo qual milhares de pessoas passariam a ocupar um planalto central do país até então escassamente povoado.

⁴ A literatura é vasta. Para um apanhado geral do desenvolvimento da idéia de se construir a nova capital, ver Presidência da República (1960) *Brasília, história de uma idéia*, Presidência da República/Serviço de Documentação, Rio de Janeiro. Para um inventário da bibliografia sobre Brasília publicada até 1972, ver Alberto F Xavier (1973) *Bibliografia sobre Brasília e Arquitetura Moderna Brasileira*, Universidade de Brasília, Instituto de Artes e Arquitetura (mimeo). Títulos mais recentes serão referidos ao longo do texto.

⁵ Kubitschek de Oliveira, Juscelino (1975) *Porque construí Brasília*, Bloch Editores S.A., Rio de Janeiro.

⁶ Salvador, Frei Vicente do (1931) *História do Brasil, 1500-1627*, Companhia Melhoramentos, São Paulo, quoted in J O de Meira Penna (1958) *Quando mudam as capitais*, IBGE, pp. 305-6.

⁷ Idem.

INTRODUÇÃO

Tais argumentos partiam de características por demais óbvias do desenvolvimento brasileiro, ou melhor, de sua subordinação econômica a potências estrangeiras. Tinham assim um forte apelo. Mas foi raramente discutido se a mudança da capital era de fato a melhor maneira pela qual se inauguraria uma nova era. O desenvolvimento subsequente, como veremos, não confirmou tais pressupostos.

Politicamente, acreditava-se que a Capital não deveria mais sofrer as pressões de “interesses locais.” Tinha-se aqui em mente as demandas sociais de uma metrópole em expansão como o Rio. Argumentava-se também que uma cidade como o Rio de Janeiro não mais oferecia as “condições ideais” para a sede do Governo Federal, que precisava da tranqüilidade de um lugar neutro, para levar a cabo as tarefas da democracia representativa. Numa entrevista, Oscar Niemeyer insistia: “perguntem aos senadores e deputados se Brasília não lhes oferece a *tranqüilidade que a política requer*” (grifo acrescentado).⁸ Nunca ficou claro, neste tipo de discurso, porque somente (ou pelo menos especialmente) a prática política precisa de tal tranqüilidade.

A transferência da Capital para o interior foi considerada uma questão de “segurança nacional, tanto interna como externa.” Castro citou essas palavras de uma reunião do dia 19.7.45, no IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ele próprio acrescentou: “o nosso território é imenso e - o que é perigoso para nossa soberania - quase inexplorado.”⁹ Tais opiniões faziam eco, na verdade, a uma mensagem do Congresso Brasileiro ainda de 1810, que propunha a transferência da Capital para um “lugar saudável, ameno, agradável, longe da turbulência de pessoas indistintamente acumuladas.”¹⁰

Socialmente, argumentava-se que a construção de uma nova capital era a oportunidade de ouro para se sacudir a burocracia do Estado. Como Penna observou: “No Rio, terreno fértil para uma burocracia parasitária, não há clima nem físico nem mental para um eficiente serviço público, capaz de responder aos urgentes problemas de um colosso em crescimento. Lugar de férias, cercado por todas as seduções da natureza e imerso numa atmosfera luxuriante, Cithera onde o carioca se bronzeia, banha-se em

⁸ Entrevista publicada no Correio Brasiliense, 25.09.83.

⁹ Castro, H L C de (1960) *Brasília e o desenvolvimento nacional*, DASP - Serviço de Documentação, pp. 16, 21.

¹⁰ Citado em Presidência da República (1960), op. cit., p. 153.

águas tépidas e calmamente desfruta do charme de uma vida sem responsabilidades, nosso Rio certamente não mais representa o ideal para a sede de um bom governo.”¹¹ Por seu lado, Carneiro argumentou que o Presidente Kubitschek agitou o Brasil, “sacudindo-o de seu sonho secular. Um sonho no qual as belezas naturais do Rio estavam enterrando o gigante adormecido, em praias de carnaval.”¹²

Estas várias observações sobre a dimensão política da mudança da Capital pressupõem que a política precisa de “tranqüilidade” e distância de “pessoas acumuladas”, assim argumentando que o bom governo implica isolamento dos dirigentes em relação aos dirigidos. Além disso, “burocracia parasitária” é relacionada às belezas naturais do Rio, por um estranho determinismo ambiental: quanto pior o meio ambiente, melhor o governo... Veremos que, pelo contrário, tal maneira de considerar a política ou, mais amplamente, as dimensões superestruturais da ordem social, é típica de uma certa família de sociedades que, apesar de inúmeras diferenças que apresentam em outros atributos sociais, constituem uma maneira particular de ordenação das relações entre grupos sociais ou, em outras palavras, das relações de poder. Em todos os casos, o isolamento físico dos dirigentes fortalece, ao contrário de enfraquecer, as barreiras entre os vários grupos sociais, assim favorecendo, por exemplo, comportamentos corporativos ou “parasitários”.

Mas é verdade que a transferência da Capital quase se constituiu em unanimidade nacional naquela época, mais ainda se considerarmos apenas as frações políticas identificadas com a social-democracia e com a esquerda no Brasil dos anos 1950. Curiosamente, registram-se posicionamentos críticos nos dois pólos extremos do espectro político daquele tempo, ou seja, do governador direitista Carlos Lacerda e do Secretário do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes. Lacerda criticava Brasília por ser um grande “investimento improdutivo”, quando o processo de desenvolvimento precisava de projetos de colonização nos confins desertos da nação.¹³ Prestes, por seu lado, identificava fortes implicações políticas na mudança da capital, desde que o governo central não mais sofreria as pressões do proletariado crescente de uma cidade como o

¹¹ Penna (1958), op. cit., p. 153.

¹² Carneiro, D (1970) *Brasília e o problema da Federação Brasileira*, Imprensa da Universidade Federal do Paraná, p. 50.

¹³ Entrevista jornalística, comunicação pessoal.

Rio.¹⁴ Veremos que havia boas razões para ambos argumentos. Mas, a despeito dessas críticas episódicas, é inegável que Brasília, digamos assim, tocou a alma do país.

O DISCURSO DE LÚCIO COSTA SOBRE O PLANO PILOTO

O Projeto do Plano Piloto, por Lúcio Costa, foi premiado com o primeiro lugar por um júri internacional,¹⁵ num concurso entre profissionais do Brasil. Vamos resumir os princípios de desenho, como colocados por Lúcio Costa, no Relatório que acompanhou o projeto.

A cidade deveria conter “atributos inerentes a uma capital.”¹⁶ O urbanista deveria achar-se “imbuído de uma certa dignidade e nobreza de *intenção*”, de maneira a “conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental.” Uma clara diferença deveria ser estabelecida, de saída, entre Brasília, por um lado, e o resto da formação urbana brasileira, por outro. Costa propõe uma estratégia de contraste, e este ponto foi sublinhado pelo júri: tratava-se do “único plano para uma *capital administrativa do Brasil*” (grifo original).¹⁷

Se Brasília deveria ter ou não uma forte identidade, não é a questão central a ser discutida. Qualquer cidade deve ter uma forte identidade. No caso, por ser a capital do país, ela conteria necessariamente, por sua própria natureza, atributos que a diferenciariam de outras cidades. O que importa é examinar-se a *maneira* pela qual aqui se tratou a monumentalidade. Lúcio Costa argumentou que ele o fez “não no sentido da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, *consciente*, daquilo que vale e significa.” Tal expressão seria obtida por meio de alguns princípios de desenho, dois dos quais merecem especial atenção. Em primeiro lugar, a cidade é claramente dividida em duas partes fundamentais, estruturadas por dois eixos de composição que se cruzam em ângulo reto: o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário, respectivamente e *exclusivamente* ocupados pelos edifícios governamentais, por um lado, e pelas

¹⁴ Comunicação pessoal por parte de amigos de Prestes.

¹⁵ Os membros do júri foram: Israel Pinheiro, Sir William Holford, Andre Sive, Stamo Papadaki, Luiz H H Barbosa, Paulo A Ribeiro e Oscar Niemeyer. (Senado Federal (1974) *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*, Brasília, p. 340.)

¹⁶ Todas as citações sobre o Relatório do Plano Piloto foram tiradas de Lúcio Costa (1974) “Relatório do Plano Piloto de Brasília”, in Senado Federal (1974), op. cit.

¹⁷ Da Ata do Júri, in Senado Federal (1974), op. cit., p. 340.

habitações, com seus equipamentos complementares, por outro. Em segundo lugar, o espaço monumental por excelência - a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes (Fig. I.01)¹⁸ - deveria ser radicalmente separado do seu entorno, pelo posicionamento de seus edifícios sobre dois terraplenos, construídos em dois diferentes níveis sobre a campina circundante, e arrimados em toda a sua volta.

A questão é que Lúcio Costa implicitamente sugere que esta é uma estratégia natural, ou pelo menos a melhor, do seu ponto de vista, para se obter a monumentalidade desejada. Isto está longe de ser verdadeiro, se nós considerarmos atentamente a história dos assentamentos humanos. Antes, esta é apenas uma maneira particular de se obter monumentalidade, muito similar à maneira utilizada, por exemplo, no assentamento pré-colombiano de Teotihuacán, no atual território mexicano (Fig. I.02). Mas é significativamente diferente, digamos, da monumentalidade que encontramos na Praça Della Signoria, em Florença, ou na Praça de São Marcos, em Veneza (Fig. I.03), ou até mesmo na Praça de São Pedro, em Roma. Como veremos em detalhe, a maneira pela qual os edifícios se relacionam entre si e a maneira pela qual essas frações urbanas estão inseridas no resto da cidade, fazem estes exemplos constituírem duas diferentes vertentes na história dos assentamentos humanos, com lógicas sociais bastante distintas a informá-las.

A escolha de Lúcio Costa se desdobra em outros atributos do Plano Piloto como um todo: o rigoroso zoneamento de uso repete-se nas Asas Residenciais, em vários níveis; o espaço aberto é dominante em todos os lugares e os edifícios sempre constituem objetos isolados; pedestres e veículos são radicalmente separados; houve um tamanho predeterminado para o Plano Piloto, além do qual cidades satélites deveriam ser construídas. Todos estes aspectos foram elogiados por vários autores como constituindo as qualidades positivas do projeto,¹⁹ e todos estes constituem típicos atributos dos princípios urbanísticos que caracterizam o Movimento Moderno. Como sempre, tudo isso

¹⁸ Com uma exceção, as ilustrações deste livro foram concentradas ao final de cada capítulo. Também, pode haver uma referência a uma ilustração em um determinado capítulo, mas esta ilustração pode aparecer ao final de um outro capítulo. Isto porque as ilustrações podem estar mais relacionadas a uma determinada parte do trabalho, mas elas podem também estar comentadas noutra parte. Evitei a redundância de apresentar a mesma ilustração mais de uma vez. Seu posicionamento ao final de cada capítulo permite sua fácil localização a partir de qualquer ponto do trabalho.

¹⁹ Por exemplo, Mário Pedrosa (1981) *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*, Editora Perspectiva, São Paulo, e Edgard Gräeff (1979) *Cidade utopia*, Editora Vega SA / Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte.

INTRODUÇÃO

foi feito em nome da adequada circulação de veículos e pedestres, acessibilidade aos equipamentos urbanos, qualidade ambiental, clareza visual e unidade da paisagem urbana. Em resumo, a cidade, “sendo monumental, é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional.”²⁰ Entretanto, irei argumentar que o tipo mórfico de Brasília não oferece os resultados hipotetizados por Lúcio Costa. Também, veremos como a cidade “funciona” de maneira diferente para as pessoas, dependendo da classe social a que pertencem: os atributos urbanísticos mais típicos da Capital são mais apreciados na mesma medida em que subimos na escala da estratificação social.

Estas são representações sugeridas no tempo da fundação da cidade. Consideremos agora alguns pontos de vista mais recentes.

A AVALIAÇÃO CORRENTE

Brasília²¹ é agora uma realidade de quase 2.000.000 de habitantes.²² Muitos estudos têm procurado esclarecer um número de aspectos sobre a natureza da cidade e de seu processo de desenvolvimento, seja no que diz respeito à avaliação dos pressupostos originais que embasaram a fundação da cidade, seja no que diz respeito à avaliação de seu desempenho atual. Ao longo dos anos, aquela “unanimidade nacional” desapareceu. No que se segue, e tomando como ponto de partida alguns estudos que lidam com preocupações semelhantes às deste trabalho, procurarei indicar direções ao longo das quais nosso conhecimento da cidade pode ser enriquecido. Isso será feito inicialmente quanto a Brasília como peculiar nó da formação espacial do país, e a seguir quanto à própria forma interna da cidade.

Economicamente, a construção de Brasília é frequentemente relacionada ao particular momento do desenvolvimento capitalista no Brasil, e também ao papel do Estado nesse desenvolvimento. Como Farret sugeriu, a nova capital constituiu um “passo

²⁰ Costa (1974), op. cit., p. 338.

²¹ Neste trabalho, quando me referir a “Brasília”, estarei me referindo à formação urbana do Distrito Federal como um todo, a “cidade real.” Referir-me-ei ao projeto original (o “avião”, seu corpo e as “asas”, assim como seu entorno imediato como originalmente definidos) como o “Plano Piloto.”

²² A Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - Codeplan -, uma instituição do Governo do Distrito Federal, estimou a população do DF em 1.701.000 habitantes, para 1990. In Codeplan (1989) *Cenários de ordenamento territorial e a questão da moradia no Distrito Federal*, Brasília.

lógico no processo de divisão social e espacial do trabalho.”²³ Entretanto, Farret concentrou sua atenção nas condições que *permitiram* a transferência da capital nos anos 50, não tendo tido por objetivo central as questões concernentes a Brasília como um elemento integrante de uma formação nacional que é estruturada social, econômica, política e espacialmente. Enfatizando a importância de Brasília como um trampolim usado pelo Sudeste para a conquista das periferias do Centro-oeste e do Norte, Farret indicou como a nova capital “funcionou”, mas ele duvidou se Brasília constituía uma “necessidade” estrutural naquele momento. Creio ser possível identificar tal necessidade, e esta será uma importante questão a ser tratada.

Politicamente, Schmidt argumentou que Brasília não segue a tradição da “cidade ocidental”, ou seja, uma “cidade de produtores”, nos termos de Weber: como essencialmente “cidade de consumidores”, Brasília estaria mais próxima da cidade oriental, particularmente como esta se consolidou na China. Neste último caso, as cidades não constituiriam o lugar do mercado, mas o lugar do “soberano”: elas seriam o “resultado de uma escolha arbitrária do poder absoluto, (...) construídas para a sede do poder político, rejeitando a determinação do mercado econômico.”²⁴ O ponto de Schmidt é questionável em dois aspectos: primeiro, veremos que a cidade do “soberano” também pertence à tradição ocidental, como é o caso da França; segundo, as cidades antigas chinesas, como Boyd observou, eram o lugar de residência do soberano, mas constituiram também a residência de um grande número de “mercadores, comerciantes, e artesãos de todos os tipos.”²⁵ Mesmo supondo que Schmidt tivesse razão, seria ainda necessário revelar quais são os traços da sociedade brasileira que podem explicar porque a “cidade do soberano” constituiu a lógica que informou Brasília. Apoiando-se em Faoro, Schmidt ofereceu indicações importantes neste sentido, quando ressaltou a natureza peculiar do estado brasileiro, o qual precedeu a sociedade civil, e sugeriu que a construção de Brasília estava relacionada com a reordenação regional do Brasil: “a criação do espaço construído está vinculada à questão regional e o seu desenvolvimento sugere o tipo de conflitos e clivagens que se verificam entre os interesses regionais durante o

²³ Farret, R (1985) “O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília”, p. 19, in Aldo Paviani (1985) *Brasília, ideologia e realidade - espaço urbano em questão*, Projeto Editores Associados Ltda., São Paulo.

²⁴ Schmidt, B (1985) “Brasília como centro político”, p. 32, in Paviani (1985), op. cit.

²⁵ Boyd, Andrew (1962) *Chinese architecture and town planning - 1500 B.C. - A. D. 1911*, Alec Tiranti, London, p. 51.

INTRODUÇÃO

processo de constituição de um sistema nacional.”²⁶ Essa será uma importante linha de argumentação neste trabalho. Acredito que ele estava certo ao sugerir que a lógica de Brasília deve ser buscada nas relações entre o estado brasileiro e a sociedade civil, assim como na reordenação do território nacional como um todo. Mas argumentarei que a nova capital exercia uma espécie de “oposição ideológica” a tal ordenação: veremos como a construção de Brasília pode ser entendida como uma cortina de fumaça para camuflar, tanto a centralização dos poderes político e econômico que estava acontecendo, com claras dimensões espaciais, como a intensa participação do estado neste processo.

Na escala local, isto é, na escala da forma interna da cidade, um forte debate ainda está se desenvolvendo, em termos dos prós e contras relativos aos atributos urbanísticos da Capital. Gorovitz, por exemplo, aplaudiu o projeto por conter várias “escalas” - a “monumental”, a “gregária” e a “residencial”, respectivamente adequadas aos espaços para o governo, aos espaços para a densa interação na vida cotidiana do centro urbano, e aos espaços mais tranquilos das unidades de vizinhança.²⁷ Ele argumentou que tal característica distingue o Plano Piloto de Brasília de outros projetos modernistas como por exemplo Chandigarh, de Le Corbusier, o qual seria mais “mecanicista.” Alguns pontos de sua argumentação merecem discussão. Primeiro, um lugar como Chandigarh contém, sem dúvida, pelo menos duas “escalas” - uma para o núcleo governamental, outra para as áreas residenciais. Segundo, não é necessariamente correto relacionar-se uma certa “escala” com uma certa “função”, quando Gorovitz o faz, ao relacionar o “monumental” (significando essencialmente “grande tamanho”) com a instância “simbólica”: veremos que isto não é generalizável na História. Terceiro, importantes atributos, além do tamanho dos lugares, talvez não tenham merecido a devida consideração: por exemplo, o radical isolamento entre as várias partes da cidade, seja do centro urbano em face da área residencial, seja dos vários setores do centro entre si. Este é o caso da separação entre o “Centro do Estado” e o “Centro da Sociedade Civil”, como os chamarei, ou ainda entre as diversas zonas funcionais centrais (bancárias, comerciais, de diversões etc.). Também, num nível mais local, a estrutura do espaço aberto não

²⁶ Schmidt (1985), op. cit., p. 40.

²⁷ Gorovitz, Matheus (1985) *Brasília - Uma questão de escala*, Projeto Editores Associados Ltda., São Paulo, especialmente Capítulos 11 a 13.

foi estudada em detalhe. Veremos como outros atributos morfológicos têm implicações tão importantes quanto o tamanho dos lugares, ou mesmo mais. Entretanto, em outro trabalho, Gorovitz teve razão ao apontar as peculiaridades da unidade de vizinhança do Plano Piloto de Brasília, quando comparada ao desenho urbano modernista mais ortodoxo.²⁸ Ele argumentou que, no Plano Piloto, as relações entre os equipamentos locais e a cidade como um todo, têm um caráter bem mais urbano do que as unidades de vizinhança modernistas em outros lugares do mundo, seja na teoria, seja na prática. No Capítulo 7, veremos como ele chamou a atenção para um ponto muito importante da estrutura espacial do Plano Piloto.

Entre aqueles que avaliam Brasília como fortemente problemática, Bicca²⁹ nos ofereceu uma rigorosa crítica do caráter ideológico do discurso que embasou, seja o projeto do Plano Piloto, seja a construção da Capital. Mas suas preocupações estão essencialmente referidas ao processo de produção do espaço urbano, não especificamente à forma deste espaço, e ele relacionou de maneira discutível o processo de produção com a forma espacial dele resultante. Embora pareça fundamentalmente correto quanto às implicações sociais que tal processo produtivo contém em si mesmo, ele desconsiderou as variações morfológicas que podem ocorrer a partir de um *mesmo* processo produtivo, variações que se revelam exemplarmente nos diferentes tipos mórficos encontrados hoje em Brasília. Também, ao utilizar um restrito conceito econômico de classe social - o que é polêmico, como veremos - ele condiciona a produção do “espaço monumental” à existência das “sociedades divididas em classes”. O registro histórico sugere que não é bem assim. De fato, veremos que há certas condições sociais nas quais “espaços monumentais” tornam-se uma necessidade estrutural, independentemente da existência de classes sociais economicamente determinadas, como tradicionalmente entendidas na literatura. Em tais condições, a inexistência de classes convive com fortes desigualdades sociais. O próprio conceito de “monumentalidade” precisa ser melhor examinado: há diferentes maneiras pelas quais os edifícios - ou os espaços abertos - que constituem símbolos coletivos se inserem no tecido da cidade, uma variação talvez fundamental para a definição de uma tipologia urbanística.

²⁸ Gorovitz, Matheus (1995 (1991)) “Brasília - Sobre a Unidade de Vizinhança”, in Frederico de Holanda & Maria Elaine Kohlsdorf (ed.) (1995) *Anais - 4. Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, pp. 294-302.

²⁹ Bicca, P (1985) “Brasília, mitos e realidades”, pp. 101ss, in Paviani (1985), op. cit.

INTRODUÇÃO

Duas importantes contribuições, ainda que também controversas, vieram da Antropologia. Machado & Magalhães³⁰ argumentaram que os “prós” e “contras” do “debate intelectual” pertencem de fato ao mesmo tipo de arrazoado, aquele que admite que o modo de vida “brasiliense” pode ser “totalmente explicado pela forma da cidade e que tudo então torna-se típico, exclusivo e específico de Brasília.” Em seu ensaio, elas procuraram mostrar que as representações que as classes sociais fazem da cidade, como imaginadas pelos “intelectuais”, não correspondem às representações que as próprias classes - sejam elas as classes “populares” ou as classes “médias” - fazem de Brasília. As representações “reais” das classes médias avaliariam positivamente a cidade em termos do conforto resultante da fácil acessibilidade aos equipamentos urbanos, enquanto as classes populares estariam igualmente satisfeitas em função das boas oportunidades de emprego e disponibilidade de serviços públicos de educação e saúde. As autoras frisaram um ponto importante: a forma urbana de Brasília não é um delírio originado em cérebros alienados, mas corresponde de fato à “expansão e intensificação de valores individualistas e racionalistas das sociedades industriais capitalistas na sua fase monopolista.”³¹

Mas seu argumento pode ser questionado em importantes pontos. Em primeiro lugar, elas não fizeram realmente justiça ao discurso crítico sobre Brasília, quando afirmaram que tal discurso faz a apologia da “livre empresa”, do “espontaneísmo” e do “individualismo”, contra o “estado todo poderoso” que promoveu a construção da cidade. O trabalho de Bicca, por exemplo, discutiu importantes aspectos deixados de lado por Machado & Magalhães, tais como a ideologia nacionalista, os supostos “valores universais” dos homens, adotados pelo ponto de vista racionalista, a ordem tailorista do zoneamento rigoroso etc., e nunca fez a apologia do “individualismo”.³² Em segundo lugar, elas desconsideraram importantes atributos *típicos* da forma da cidade - junto com suas implicações - quando afirmaram que ela simplesmente representa uma tendência geral da forma urbana do “capitalismo industrial”: Rio e São Paulo são igualmente produtos do “capitalismo industrial”, mas suas marcantes diferenças em face de Brasília são inegáveis. Em terceiro lugar, elas subestimaram a avaliação crítica feita por

³⁰ Machado, L Z & Magalhães, T Q (1985) “Imagens do espaço: imagens de vida”, p. 192, in Paviani (1985), op. cit.

³¹ Idem, p. 211.

³² Bicca (1985), op. cit.

frações, tanto das classes “médias” quanto das classes “populares”, quando citaram apenas de passagem as queixas sobre a “falta de espaços onde ir para se divertir”, por parte das primeiras, e sobre a “falta de fortes 'dicas' visuais para se orientar na cidade”, por parte das segundas (veremos que há muito mais a comentar sobre tal avaliação). Finalmente, não é suficiente, de qualquer maneira, apontar para a aprovação, por uma lado, e a crítica, por outro, feita por diferentes grupos sobre a cidade: ao contrário, é fundamental que se entenda a lógica de ambos os tipos de avaliação, tendo como referência um determinado modo de vida, que inclui agentes sociais distintamente posicionados.

A segunda contribuição do campo antropológico veio mais recentemente, pelo livro de Holston, *A Cidade Modernista - Uma crítica de Brasília e sua utopia*.³³ Ele corretamente identificou um conjunto de mitos sobre a Capital brasileira, mas terminou por oferecer o que afirmou mais querer evitar: uma visão reducionista e dogmática sobre a cidade e sobre as representações que as várias classes sociais fazem dela. Enquanto Machado & Magalhães enfatizaram a aprovação da cidade pelos seus habitantes, Holston viu apenas o oposto: seu material aponta exclusivamente para uma radical crítica feita por parte das pessoas que vivem em Brasília, o que obviamente não corresponde à realidade. A evidência por mim trabalhada mostrará que seu material foi extremamente seletivo. Além disso, ele argumentou como se todas as classes sociais tivessem o mesmo tipo de expectativa sobre a forma da cidade. Ele ignorou os vários modos de inserção dos agentes sociais no funcionamento de uma sociedade contraditória, que implicam distintos modos de vida e, em assim sendo, distintos modos de produzir, usar e avaliar o espaço urbano.

Mas há ainda duas falhas importantes no seu livro, uma metodológica, outra substantiva. Do lado metodológico, ele desconsiderou as marcantes variações entre diferentes partes da cidade, porque enxergou, em todos os lugares, apenas uma “inversão da convenção figura-fundo”, pela qual Brasília contrasta com a forma da prévia cidade industrial. É claro que houve esta inversão, mas quando comparamos a forma da cidade modernista com formas urbanas anteriores, muito mais do que isso tem de ser levado em consideração. Tal aspecto é ainda mais sério se considerarmos que os objetivos que o autor tinha em mente estavam relacionados aos modos de vida e ao uso real do espaço,

³³ Holston, J (1993) *A cidade modernista - uma crítica de Brasília e sua utopia*, Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

INTRODUÇÃO

não apenas à sua percepção. Para este fim, como veremos, outros atributos têm de ser ressaltados, como o grau de segregação ou integração das várias partes da cidade entre si, a intensificação ou não das relações entre o espaço interno dos edifícios e o espaço externo de uso coletivo, a posição dos edifícios públicos, quando comparada à posição dos edifícios para a vida cotidiana etc. Sua redução do espaço urbano a uma relação de figura-fundo, como aparece em planta, considera somente, em outras palavras, o percentual total de espaço livre sobre o chão, em face do espaço total, subestimando assim outros atributos fundamentais. Veremos que uma família bem maior de atributos tem de ser considerada, se quisermos entender as implicações *práticas* da forma urbana, não apenas suas implicações *simbólicas*. Tais atributos nos permitirão também, por outro lado, identificar muito melhor as sutilezas das similaridades e diferenças encontradas entre as diferentes partes de Brasília. Holston não comentou, por exemplo, que o espaço público das ruas nos bairros onde predominam as classes média e burguesa, nas penínsulas do Lago Paranoá - que são “vazios figurais”, e assim supostamente adequados ao uso público - são tão mortos quanto os espaços públicos das áreas residenciais - que são “sólidos figurais”, e assim supostamente inadequados ao uso público. Há muito mais em questão do que o jogo figura-fundo.

Quanto ao aspecto substantivo, ele não separou claramente realidade de representação. No primeiro terço do seu livro, “O mito do concreto”, ele foi ambíguo acerca da natureza do discurso modernista. Por um lado, o Movimento Moderno foi considerado, como um todo, um programa revolucionário relacionado à ordem arquitetônica em todas as suas escalas. Por outro, Holston usou um capítulo inteiro para demonstrar como, do seu ponto de vista, o Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa usou de um arrazoado mítico para deliberadamente esconder seu caráter “subversivo”, de maneira que o projeto pudesse ser aceito pelas autoridades governamentais!³⁴ Afinal, o discurso modernista é mítico ou revolucionário? E o próprio Movimento Moderno, será então mítico na representação e revolucionário na realidade? Ele observou, com perplexidade, que tal programa foi adotado pelos regimes políticos mais variados, do fascismo ao estalinismo. Entretanto, trata-se de um paradoxo apenas se se desconsidera, como Holston o fez, a adequabilidade do espaço modernista ao controle burocrático da ordem social, seja nas sociedades capitalistas, seja nas sociedades do chamado “socialismo

³⁴ Holston (1993), op. cit., p. 81.

real”. Este problema será tratado aqui por meio de uma ampliação ainda maior do espectro de formações sociais que adotaram, ao longo da história, algumas daquelas que viriam a ser características essenciais do espaço modernista.

MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS

A análise dos vários autores discutidos acima procura compreender um evento social: Brasília. Como sempre, cada trabalho que surge tenta revelar novas facetas da lógica por trás do evento, supostamente até então ocultas, e isto não será diferente com este aqui. Parece que a compreensão de Brasília tem sido entendida predominantemente como a compreensão dos *motivos* que levaram à sua realização: mesmo as mais “radicais” abordagens de Brasília - tanto do lado “pró” quanto do lado “contra” - têm constituído, via de regra, tentativas de substituição de motivos “ideológicos” por motivos “reais”, sem considerar a cidade como ela realmente existe e funciona. Claro que tal preocupação é legítima: desde que a “motivação inconsciente é traço significativo da conduta humana”, como observou Giddens,³⁵ é necessário um contínuo esforço para “desideologizar” nossos discursos, e assim procurarmos chegar mais próximos ao âmago da questão. Mas permaneceremos num eterno círculo vicioso se tentarmos continuamente substituir motivos “velhos” por motivos “novos”. Neste tipo de argumentação a evidência é sempre indireta, pois ela nunca é constituída pelo espaço da cidade no seu real desempenho.

A contribuição de Giddens para a teoria social e espacial será discutida melhor adiante, mas vale a pena ressaltar, por enquanto, que ele sugeriu que *motivos*, assim como *consequências* não intencionais das ações, constituem um circuito pelo qual a vida social é constantemente produzida e reproduzida. A discussão em torno de Brasília tem-se constituído basicamente, até agora, em tentativas para revelar motivos - conscientes ou não - mas isto tem sido feito sem que examine seriamente as consequências das ações levadas a efeito (Holston fez isso mais enfaticamente, porém com resultados limitados, como comentado acima). É possível argumentar que, pela análise das consequências, em termos do desempenho da forma urbana, tendo como referência as

³⁵ Giddens, A (1986 (1984)) *The constitution of society - outline of a theory of structuration*, Polity Press, Cambridge, p. 6.

INTRODUÇÃO

diferentes maneiras de utilizar a cidade, assim como de avaliá-la, por parte das diversas categorias de seus habitantes, estaremos melhor preparados para entender os motivos - conscientes ou não, vale a pena repetir - da sua produção. De fato, podemos mesmo inverter os procedimentos analíticos correntes: podemos especular se, no caso da prática arquitetônica, não é o *desempenho* do resultado da ação, isto é, o desempenho do espaço materializado, e as maneiras pelas quais este último é usado e avaliado, que em última instância explica a lógica da própria prática. Isto não é mero jogo de palavras. Não estou negando a questão da motivação. Mas é importante redirecionar o foco da atenção para o resultado material da prática (espaço arquitetônico), entendendo-se que a motivação humana, neste caso, é “sobredeterminada” pelas possibilidades do desempenho arquitetônico. Em outras palavras, nunca existirão motivos relacionados à arquitetura, que não possam corresponder a algum item de desempenho espacial. Claro que a origem da motivação não está no espaço, mas olhar para o espaço pode ser um guia mais seguro para descobrir-se uma família particular de motivações, precisamente aquelas relacionadas com a arquitetura, que é, afinal de contas, nosso campo central de interesse. Assim, daqui por diante não se falará mais em motivos neste trabalho - cuja identificação não nos levaria muito longe, de qualquer maneira - mas somente de *expectativas* relacionadas ao desempenho da arquitetura: estas são as reais determinações da forma espacial.

UMA HIERARQUIA DE CAUSAS

É claro que a realização de Brasília, assim como a realização de qualquer gesto espacial grandioso, foi necessariamente determinada por um complexo de expectativas advindas dos mais variados agentes sociais, e a construção da cidade só foi possível porque o conjunto de tais expectativas foi suficientemente forte para que se justificasse a tarefa (se essas expectativas foram ou não satisfeitas, é uma outra história). Aqueles que estavam aptos a tomar decisões e implementá-las, sabiam que possuíam forte respaldo por parte de vários setores sociais do país. A este respeito, podemos seguir Carr,³⁶ em sua afirmação de que os eventos históricos têm sempre uma “multiplicidade de causas: (...) um conjunto aleatório de causas econômicas, políticas, ideológicas e pessoais,

³⁶ Carr, E H (1976 (1961)) *What is History?*, Penguin Books, pp. 89-90.

de longo prazo e de curto prazo.” Mas podemos também concordar com Carr, quando ele apontou para a necessidade de “reduzir tal lista a uma determinada ordem, de estabelecer alguma hierarquia de causas que determinaria suas relações entre si.” É tal hierarquia que caracteriza uma particular interpretação de um evento. A presente análise procurará mostrar que os trabalhos realizados até agora contêm muitos elementos de verdade, mas também que é preciso redesenhar a hierarquia de expectativas que determinaram Brasília. Será proposto que tais expectativas estavam relacionadas ao desempenho do espaço relacionado a aspectos até agora subestimados, aspectos estes que pertencem mais aos âmbitos ideológico e político, do que à instância econômica da sociedade brasileira. Brasília parece “funcionar” política e ideologicamente de maneiras que ainda não foram suficientemente discutidas na literatura.

Serão pois discutidas certas implicações de uma forma particular de assentamento humano, mas, em assim sendo, será necessário discutir-se o modo de vida congruente com tal forma. Em outras palavras, compreender a forma de Brasília estará inextricavelmente ligado a compreender a sociedade que a produz e usa. Mais do que verificar que muitas pessoas “sentem-se felizes” com a cidade (como recentes pesquisas de opinião publicadas nos jornais locais têm acentuado - e a própria evidência tratada neste trabalho confirmará que elas não falsificaram a realidade), será discutido se estamos ou não testemunhando um processo de erosão do modo de vida que implica progressiva perda de um controle social democrático das existências individuais. Assim, não é correto falar-se na “patologia” de Brasília, a não ser que nos queiramos referir à patologia constituída pelo espaço da cidade *assim como* pelo modo de vida dominante que lhe deu origem, e que alegremente o utiliza. De fato, Brasília parece ser um desses lugares onde, por excelência, realiza-se a peculiar patologia da sociedade contemporânea, caracterizada por Sennett³⁷ como as “tirânicas da intimidade”, pelas quais a vida pública morre junto com o espaço público.

AMPLIANDO A EVIDÊNCIA EMPÍRICA

³⁷ Sennett, R (1988 (1974)) *O declínio do homem público - as tirânicas da intimidade*, Companhia das Letras, São Paulo.

INTRODUÇÃO

As considerações acima procuraram descrever o tema a partir do qual este trabalho foi iniciado, a maneira pela qual este tema aparece nos discursos produzidos até agora, e algumas das razões pelas quais estes discursos parecem problemáticos. Mas há um aspecto intrigante relacionado a este tema, e que terminou por definir a estrutura geral deste trabalho. Independentemente de observações episódicas, a discussão sobre Brasília tem sido etnocêntrica de duas maneiras. Primeiramente, de maneira adequada ou não, ela tem considerado a cidade apenas em face de sua filiação à cultura urbana brasileira, ao Movimento Moderno e, no máximo, à tradição ocidental de algumas cidades capitais.³⁸ Em segundo lugar, ela tem considerado Brasília principalmente com referência à produção profissional de arquitetura, ou com referência ao modo de produção específico do espaço.³⁹

Entretanto, um exame mais amplo da história dos assentamentos humanos ajudará na compreensão do nosso problema de uma maneira muito mais rica e esclarecedora do que aquela evidência tão seletiva. É claro que poder-se-ia tentar uma re-leitura do nosso tema, com pequena referência ao passado. Porém será útil mais uma vez apoiarmo-nos em Carr, quando ele sugeriu que os acontecimentos ao longo da história não têm uma “multiplicidade de significados igualmente válidos ou inválidos, ou significados que arbitrariamente escolhemos para lhes dar.”⁴⁰ Pelo contrário, alguns significados são recorrentes em outros espaços e em outros tempos. Atenção para com esta questão permite que sejamos mais capazes de “elevarmo-nos acima de nossa própria situação na sociedade e na história”⁴¹ e assim estarmos mais preparados para evitar as armadilhas que as aparências de nossa própria realidade armam contra nós. Acontecimentos sociais não são inventados do nada todos os dias. A história pode até ter causas acidentais, mas o âmbito no qual a ciência está interessada - e só neste poderia estar -, é o âmbito das *causas racionais*, que são “potencialmente aplicáveis a outros países, outros períodos, e outras condições, e levar a generalizações frutíferas.”⁴² Este trabalho procurará

³⁸ É preciso registrar, porém, que o próprio Lúcio Costa, no texto que acompanha o projeto original, referiu-se de passagem a assentamentos de civilizações antigas, assim como a determinados lugares de cidades como o Rio de Janeiro (partes do centro urbano), Paris (Champs Elisées) e Londres (Picadilly Circus). In Costa (1974), op. cit.

³⁹ Como nos trabalhos já citados de Gorovitz (1985) e Bicca (1985).

⁴⁰ Carr (1976), op. cit., p. 109.

⁴¹ Idem, p. 123.

⁴² Idem, p. 107.

mostrar que Brasília tem causas essencialmente similares àquelas que estavam por detrás de várias outras formações socio-espaciais do passado.

Mas não se trata simplesmente de analisar a natureza das capitais nacionais em outros tempos e outros lugares. As fortes similaridades, num grande número de aspectos, entre Brasília e algumas formações socio-espaciais pré-históricas ou pré-capitalistas, para além das diferenças observáveis entre tais casos, teriam de ser explicadas. Assim, o trabalho expandiu-se na direcção de um estudo mais amplo de formas de assentamentos próximos de Brasília, porém formas que apresentassem, por outro lado, atributos que definissem sua localização em outros períodos históricos, por padrões aceites na literatura. Em outras palavras, estaríamos partindo de uma tipologia social corrente, e trabalhando para sua reconstrução, por meio da análise espacial. Se bem sucedida, tal análise relocitaria estes estudos de caso, agora numa única família, que cobriria um largo espectro espaço-temporal.

Para tal fim, foi preciso definir, de partida, o que seria essencial para a análise, e o que seria acessório. Isto será discutido em maior detalhe mais adiante, mas pode-se por enquanto apresentar, em poucas palavras, aquilo que constituirá o conjunto de atributos fundamentais que aqueles exemplos terão em comum, exemplos que são tão diferentes quando consideramos outros aspectos, como forças produtivas, sistemas políticos, ou adaptação ecológica: *a localização de determinadas categorias de práticas e agentes sociais num lugar claramente delimitado e especializado do território, categorias estas que sempre pertencem ao âmbito superestrutural da ordem social.*

Este é o caso de Brasília, uma capital nacional, onde a dimensão política de longe transcende qualquer outra categoria. Mas este também é o caso dos centros cerimoniais clássicos maias (Fig. I.04), assim como é o caso dos “kraals” militares dos zulus da África do Sul (Fig. I.05), ou ainda dos castelos feudais franceses (Fig. I.06). Estes assentamentos contrastam, tanto física quanto socialmente, do restante da formação espacial: todos eles constituem o que aqui será chamado de *espaços de exceção*.

Agora, estes exemplos não foram escolhidos ao acaso. Um primeiro critério para sua escolha já foi comentado: sociedades que produziram espaços de exceção. Mas quanto mais eles fossem diferentes entre si em outros aspectos, tanto mais interessante o resultado poderia ser. Tendo em comum os atributos referidos acima, era preciso

INTRODUÇÃO

definir um intervalo de variação ao longo do qual eles se posicionassem diferenciadamente. A preocupação inicial, neste trabalho, estava relacionada à forma de Brasília quanto às suas implicações políticas e ideológicas. Foi escolhida então uma “escala política”, e procurou-se então um exemplo de uma formação social que não apresentasse a instituição do estado, (os maias clássicos), uma formação social que constituísse um estado primitivo (zulu) e um estado pré-capitalista (a França feudal). Claro que essas categorias analíticas são controversas, e discutirei esses problemas taxonômicos no Capítulo 1. Mas não parece haver discussão quanto a essas categorias descreverem sociedades com importantes atributos em comum. Este trabalho contribuirá, assim espero, para esclarecer as variações que encontramos no âmbito destas macro-categorias.

Entretanto, espaços de exceção não acontecem de maneira generalizada nas sociedades. Será que eles constituiriam, independentemente das óbvias diferenças entre kraals, centros cerimoniais, castelos e capitais nacionais, uma maneira consistente e transcultural de estruturar certas relações sociais? Existirão implicações sociais particulares relacionadas com tal forma arquitetônica? Ou, para sermos mais específicos, como estará tal forma relacionada à democracia como valor universal a ser perseguido?

Irei sugerir que sociedades que produzem espaços de exceção constituem tipos sociais que, num nível estrutural, possuem atributos similares por meio dos quais organiza-se a ação das pessoas, apesar das diferenças empíricas relativas às práticas que elas executam. Apenas para adiantar um pouco da discussão, tais atributos constituem uma vida social mais formalizada; um mais forte isolamento entre as diversas categorias de agentes sociais, sejam estas sexos, categorias da divisão técnica do trabalho, ou classes sociais; uma maior especialização das tarefas, tanto no espaço quanto no tempo.

Para caracterizar tal opção, em face de possíveis alternativas que concretamente foram historicamente produzidas, será seguida uma “estratégia de contraste”. Poderia ser já interessante mostrar as similaridades entre diferentes sociedades que tivessem, todas, produzido espaços de exceção. Mas além disso, pareceu mais rico relacionar cada sociedade que produziu espaços de exceção, com outra que não o fez, mas de tal maneira que ambas se situassem na mesma categoria política como definida acima. Assim, na categoria das sociedades que não possuíam a instituição do estado, serão confrontados os Maia e os Hopi (Capítulo 3) (Fig. I.07); na categoria dos estados

primitivos, serão confrontados os Zulu com os Ashanti (Capítulo 4) (Fig. I.08); como estados feudais, serão confrontados o feudalismo francês com o feudalismo italiano (Capítulo 5) (Fig. I.09). Em outras palavras, seria enriquecedor para o conhecimento do fenômeno descobrir porque, em circunstâncias diversas sob outros pontos de vista, tivemos espaços de exceção num caso e não no outro, assim invertendo o primeiro critério de escolha.

Claro que os estudos de caso deste trabalho não constituem os únicos exemplos que poderiam contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno. Mesmo uma rápida olhadela na história chama nossa atenção para os espaços produzidos pela extinta cultura de Angkor (Fig. I.10),⁴³ na Ásia, cuja forma dos assentamentos parece bem próxima daquela dos maias. O estudo de Paris poderia ser bastante ilustrativo, desde que o espaço do poder foi recorrentemente construído fora do tecido urbano, culminando com a construção de Versalhes (Fig. I.11), um exemplo típico de nosso problema.⁴⁴ O número de estudos de caso foi apenas uma questão de tempo e de espaço relacionados a este próprio trabalho.

Além disso, a questão não é oferecer uma evidência estatisticamente significativa, ou mesmo provar uma hipótese, mas, no sentido popperiano,⁴⁵ construir uma conjectura e testar procedimentos metodológicos para tratá-la. Neste sentido, até um só estudo de caso seria suficiente - poderíamos lidar somente com Brasília. Porém quatro casos, mais três exemplos contrastantes, será melhor: tal consideração do registro histórico ajuda-nos a enxergar para além de contingências atuais e no sentido das determinações estruturais dos assentamentos, assim como permite revelar as relações profundas que podem existir entre práticas cerimoniais, militares ou político-administrativas, levadas a efeito nos centros cerimoniais Maias, nos kraals Zulus, nos castelos feudais ou em Brasília.

⁴³ Ver, por exemplo, o verbete “Camboja”, in Enciclopédia Mirador Internacional, Vol. 5, p. 1950, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., São Paulo/Rio de Janeiro. Ver também Demitri Shimkin (1977) “Models for the downfall: some ecological and culture-historical considerations”, particularmente a seção “Comparative evidence: the case of Angkor”, pp. 291-295, in T P Culbert (ed) (1977) *The Classic Maya Collapse*, University of New Mexico Press, Albuquerque.

⁴⁴ Ver, por exemplo, P Couperie (1970) *Paris through the ages - an illustrated historical atlas of urbanism and architecture*, Barrie & Jenkins, London, 1970.

⁴⁵ Popper, K (1976 (1963)) *Conjectures and refutations - the growth of scientific knowledge*, Routledge and Kegan Paul, London.

UMA PRIMEIRA PALAVRA SOBRE O MÉTODO

Vale comentar, de início, um aspecto sobre o tipo de informação que será tratada. Este trabalho examinará uma diversidade de estudos de caso que inevitavelmente aponta para uma ampla variedade quanto ao tipo de evidência empírica disponível. Será estudada uma sociedade da qual resta apenas material arqueológico - os Maias Clássicos -; serão estudadas sociedades ainda hoje existentes, ou pertencendo ao passado, a partir de informações etnográficas, antropológicas ou históricas - lembrando que os limites entre estas disciplinas são, em grande medida, fruto de mera convenção acadêmica; e será estudado um meio sócio-espacial - Brasília - ao qual temos a possibilidade de acesso direto. Isto significa que, com exceção de Brasília, os dados trabalhados serão advindos de fontes secundárias, ou seja, terão sido organizados em primeira instância por outros, que não tiveram necessariamente os mesmos objetivos em mente.

Isso não significa necessariamente uma limitação. Descrições prévias feitas por outros autores foram estruturadas de acordo com algum pressuposto teórico, não necessariamente coincidente com aquele adotado aqui. As realidades estudadas por esses autores foram inevitavelmente “filtradas” por suas teorias. Mas, se o que eles mostraram não foram simples “fatos” - uma impossibilidade epistemológica, a não ser que adotemos um ponto de vista empiricista sobre o conhecimento -, o seu material pode entretanto ser útil a outros pontos de vista. Carr referiu-se ao problema das relações entre o historiador e os seus fatos por meio de uma interessante metáfora:

fatos (...) são como peixes nadando num oceano vasto e às vezes inacessível; o que o historiador apanha vai depender em parte do acaso, mas principalmente da parte do oceano na qual ele decide pescar e do anzol que ele escolhe - estes dois fatores sendo determinados, é claro, pelo tipo de peixe que ele quer apanhar.⁴⁶

Entretanto, e felizmente, as relações entre a opção dos estudiosos e os fatos que eles selecionam não são tão coerentes entre si como eles próprios poderiam supor: fruto do acaso, em função de inconsistências teóricas, ou mesmo pelo superdimensionamento de seu material empírico, aqueles “pescadores” apanham espécies mais variadas nas suas redes, do que eles desejavam ou precisavam. Com elas, podemos preparar novas receitas. Se isso não fosse possível, estudos comparativos, ou o próprio objetivo central

⁴⁶ Carr (1976), op. cit., p. 23.

da História, estariam condenados ao fracasso. E, para citar Carr mais uma vez, nós estaríamos impossibilitados de “aprender sobre o presente à luz do passado, [o que também significa] aprender sobre o passado à luz do presente.”⁴⁷ Assim, conhecer Brasília ajuda-nos a compreender Tikal, os kraals e os castelos. E vice-versa.

Um outro ponto a frisar diz respeito às relações entre a disciplina da Arquitetura, à qual nosso tema pertence mais especificamente, e outras disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, a História ou a Epistemologia. Como foi dito acima, a atenção será dirigida para as implicações sociais de uma peculiar forma dos assentamentos humanos, e isso implica trazer para o primeiro plano questões tradicionalmente pertencentes às “ciências sociais”. As discussões sobre tais questões serão reduzidas ao mínimo, não pelo receio de ousadamente cruzarmos as fronteiras estabelecidas pelas corporações acadêmicas, mas por simples razão de limites que têm de ser impostos a um trabalho desta natureza - como de resto a qualquer trabalho. Serei mais axiomático ao tratar de problemas de disciplinas correlatas, do que ao tratar de problemas específicos de morfologia espacial (onde, é claro, axiomas também se farão presentes). Tentarei pouco mais do que tornar explícita minha posição sobre temas que são eventualmente controversos em outras disciplinas, toda vez que isto for crucial para a compreensão do problema central aqui tratado. Afinal, o que aceitamos como dado e o que escolhemos discutir depende de duas coisas que estão intimamente relacionadas: a natureza do problema central em pauta e o tamanho que decidimos estabelecer para o trabalho. Tudo isto equilibrado de modo a não permitir o tipo de queixa que a Rainha Gertrudes fez em relação ao discurso de Polônio: “mais substância com menos arte.”⁴⁸

Finalmente, quero dizer que a estrutura teórica que o leitor encontrará no Capítulo 1, “Sociedade como artefato”, é aquela que permitiu o *início* do questionamento da evidência empírica. Entretanto, no corpo do trabalho e ao longo do tratamento do material selecionado, algumas das idéias teóricas com as quais iniciei o estudo foram parcialmente negadas. Pareceu-me útil, e metodologicamente interessante, registrar a trilha percorrida, em vez de apresentar a teoria assim refeita desde o princípio, de maneira a termos uma visão “sincrônica” do começo ao fim. Espero que o leitor ache agradável

⁴⁷ Idem, p. 68.

⁴⁸ De “Hamlet, Prince of Denmark”, Ato II, Cena II, in W Shakespeare (1958) *The Complete Works of William Shakespeare*, Spring Books, London, p. 955. (minha tradução)

INTRODUÇÃO

acompanhar as inflexões de sentido, recuos e inversões da minha argumentação, assim testemunhando o caminho teórico que percorri.



Fig. I.01. Esplanada dos Ministérios, Brasília.



Fig. I.02. Teotihuacan, México.



Fig I.03. Praça de São Marcos, Veneza.

INTRODUÇÃO



Fig. I.04. Tikal, Guatemala.



Fig. I.05. *Kraal* zulu.

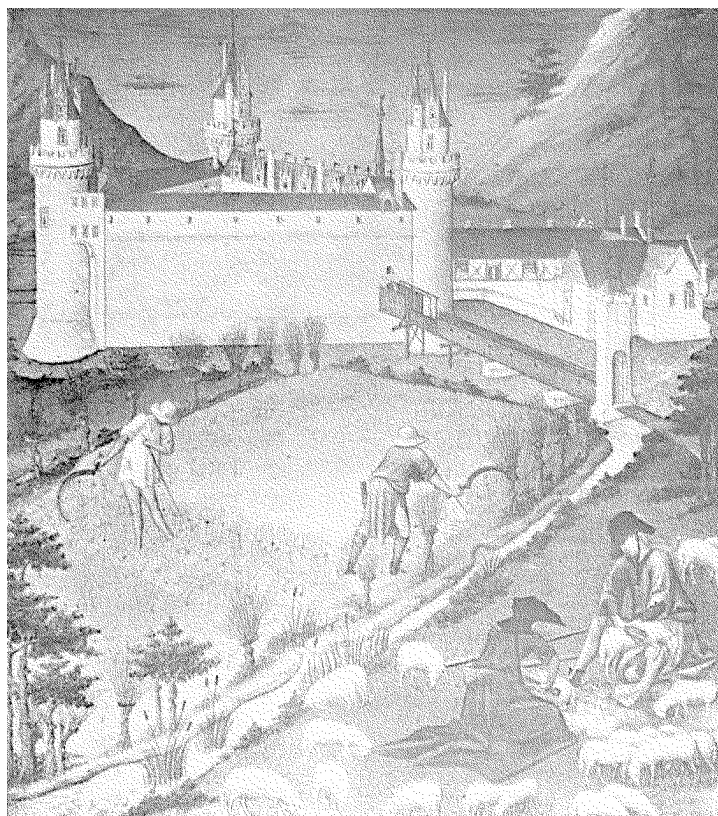


Fig.

I.06. Um castelo feudal francês.



Fig. I.07. Vila hopi de Mishongnovi.

INTRODUÇÃO



Fig. I.08. Vista aérea da vila ashanti de Fumisua.



Fig. I.09. Vista da Praça do Campo, Siena, Itália.



Fig.

I.10. Angkor Wat,
Cambodja.

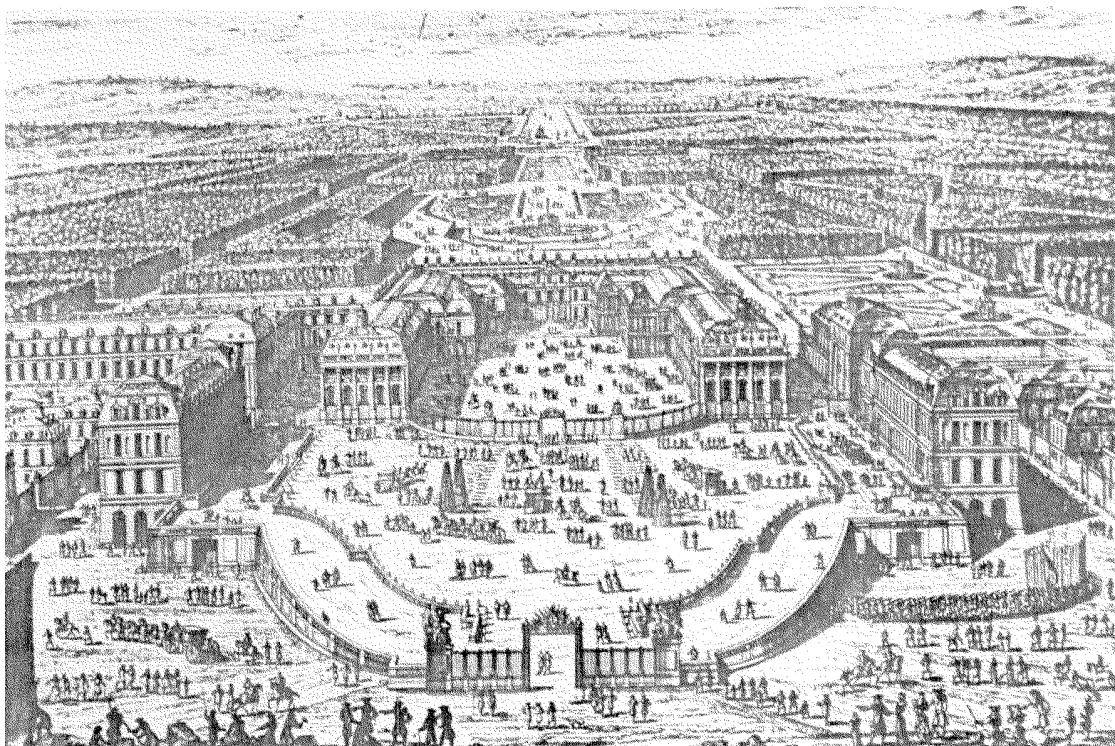


Fig. I.11. Vista aérea de Versalhes.

INTRODUÇÃO

PARTE I.
SOCIEDADE COMO ARTEFATO

“A vida é a arte do encontro
Embora haja tantos desencontros pela vida”
Vinicius de Moraes⁴⁹

⁴⁹ Da canção *Samba da benção*. Sou grato ao meu aluno Cesar Gonçalves Ferreira, a quem devo a lembrança destes versos.

1. SOBRE A DISCIPLINA DA ARQUITETURA

INTRODUÇÃO

Este capítulo inicia a discussão do referencial teórico geral a ser usado neste trabalho, discussão a ser completada no Capítulo 2. Outros desdobramentos, constituídos por categorias analíticas secundárias, serão encontrados em capítulos subseqüentes.

No nível mais amplo, pode-se dizer que este trabalho é sobre as relações entre sociedade e a forma dos assentamentos humanos. Entretanto, mesmo esta maneira de falar-se sobre o assunto será questionada. Num nível mais específico, este trabalho enfoca um tipo particular de assentamento e sua lógica social.

Para a realização deste estudo, serão selecionados tanto atributos sociais como espaciais, e mostrar-se-á como eles se relacionam de uma maneira consistente e recorrente ao longo da História. Isto implica uma adequada seleção de atributos em ambas as instâncias referidas (sociedade e forma dos assentamentos), de maneira a permitir tal correlação. Por sua vez, isto pressupõe uma teoria através da qual as variáveis de análise serão definidas.

A seguir, primeiro será proposto um referencial geral para a disciplina da arquitetura, de maneira a localizar, dentro deste âmbito maior, o caminho específico percorrido por este trabalho. Em segundo lugar, apresenta-se uma visão deste caminho, no qual a teoria da Sintaxe Espacial, como proposta por Hillier e seus colegas da Bartlett School of Graduate Studies, da Universidade de Londres, ocupa um lugar central. Será feita uma revisão das idéias produzidas até agora, e será identificada a área para a qual este trabalho pretende dar a sua contribuição. O *espaço de exceção* será apresentado como um problema particular dentro desta abordagem teórica. Finalmente, serão sugeridos três níveis analíticos, pelos quais o nosso problema será tratado: a) padrões espaciais; b) vida espacial e c) vida social.

Entretanto, antes de entrar no assunto específico do capítulo, serão feitas algumas observações sobre *modos de pensar*. Ao discutir idéias prévias sobre arquitetura, assim como proposições correntes, irei freqüentemente qualificar a teoria que estará

sendo apresentada. Essa qualificação irá se referir ao esquema epistemológico seguido pelo autor em questão, um esquema que pode implicar, em alguns casos, paradoxos insolúveis intrínsecos, somente superáveis a partir de outras abordagens teóricas. As observações a seguir oferecem um referencial pelo qual podemos identificar estes pontos de vista epistemológicos. Prefiro oferecer este marco aqui no princípio, ao invés de quebrar a continuidade do discurso, para explicar o que quero dizer com minhas qualificações teóricas, cada vez que elas aparecem ao longo do texto.

CONCEITOS E REALIDADE

Os seres humanos não apenas “fazem a sua história” no sentido de que eles criam suas condições materiais de sobrevivência, mas também no sentido de que eles são capazes de atuar reflexivamente sobre a realidade. É por isto que Leroi-Gourand elegantemente afirmou que a distinção fundamental entre os seres humanos e outras espécies animais reside “menos na criação do instrumento do que na domesticação do tempo e do espaço: isto é, na criação de um tempo e de um espaço humanos.”⁵⁰ Tal domesticação implica nossa capacidade de imaginação, que torna possível a superação do *aqui* e do *agora*, e a representação e comunicação de ambos através de vários tipos de linguagens. Nos termos de Giddens, isto significa que as pessoas podem continuamente “monitorar” o fluxo da ação no mundo espaço-temporal, através de representações materializadas em vários planos de ordem simbólica. Este último autor sugeriu que tais planos são organizados em três níveis, caracterizados como:

- o nível da *consciência prática*, constituindo modos de conhecimento que os agentes simplesmente usam de maneira a ir tocando suas vidas, e que eles não são capazes de expressar explicitamente;
- o nível da *consciência discursiva*, constituindo modos de conhecimento tornados explícitos, independentemente do tipo de linguagem usada (se eles constituem conhecimento “falso” ou “verdadeiro” não importa);

⁵⁰ Esta citação foi utilizada como epígrafe do livro de B Hillier & J Hanson (1984) *The Social Logic of Space*, Cambridge University Press, Cambridge.

- o nível do *inconsciente*, constituindo modos de conhecimento situados nas profundezas da mente, cujo acesso não depende simplesmente de nossa vontade, mas de procedimentos reflexivos especiais.⁵¹

Hillier & Hanson, por sua vez, sugeriram que trabalhamos com dois tipos de representações:

- *conhecimento social*, que usamos irreflexivamente em nossa vida cotidiana e que tem o caráter de regras que tomamos como dadas e que utilizamos para levar a efeito nossas ações;

- *conhecimento científico*, que, pelo contrário, toma como dado o mundo espaço-temporal e procura reflexivamente estabelecer teorias que descrevam a natureza não aparente dos fenômenos.⁵²

A classificação de Giddens, por um lado, constitui um desdobramento das categorias de Hillier & Hanson, mas, por outro, estabelece uma distinção não muito clara entre “consciência prática” e “inconsciente”. Seu conceito de consciência prática é muito próximo do conceito de “conhecimento social” de Hillier & Hanson, no sentido de que constitui idéias “com as quais pensamos”. Mas ele não foi claro sobre a maneira de acesso, seja ao nível do inconsciente, seja ao nível da consciência prática. Ele afirmou que “barreiras” entre a consciência prática e a consciência discursiva podem ser facilmente superadas, embora não dissesse como, e que há barreiras muito mais fortes entre a consciência discursiva e o inconsciente, “centradas principalmente na representação”. Supostamente, as últimas só podem ser superadas por meio de específicos procedimentos psicanalítico.

Hillier & Hanson, por sua vez, não estabeleceram uma distinção, que parece útil, entre conhecimento “social” ou “ideológico”, isto é, conhecimento que se baseia na aparência dos fenômenos, por um lado, e, digamos, conhecimento “prático” (usando o termo de Giddens), isto é, aquele constituído por estruturas inconscientes objetivas que nos permitem desempenhar nossas práticas, por outro. É verdade que ambos constituem conjuntos de idéias “com as quais pensamos”. Mas parece interessante distinguir entre *representações da realidade* históricas, que não coincidem necessariamente com

⁵¹ Giddens (1986), op. cit., p. 7.

⁵² Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 31.

a própria realidade (o primeiro tipo de conhecimento), e as estruturas abstratas que constituem uma *realidade objetiva* em si próprias, as quais utilizamos em nosso cotidiano (o segundo tipo de conhecimento).

Do exposto, sugiro que:

- há um nível *inconsciente* de conhecimento, que é *objetivo*, e que usamos no dia-a-dia, e ao qual não faz sentido aplicar as categorias de “verdadeiro” ou “falso”: ele simplesmente *existe*; ele corresponde, por exemplo, à sintaxe de uma língua, e é diferente em espécie de idéias “falsas” com as quais também pensamos; ele constitui conjuntos abstratos de idéias que não verbalizamos e que utilizamos implicitamente ao desempenhar nossas ações concretas;

- há uma *consciência discursiva*, que, pelo contrário, toma como dado o mundo espaço-temporal e procura explicá-lo, mas que pode fazê-lo em três níveis:

- por meio de um *discurso especulativo*, que se contenta, digamos, com a pura “fé”; apóia-se na pura intuição, dispensando completamente qualquer verificação, seja prática ou lógica; é uma forma de conhecimento muito presente na expressão artística, e que pode constituir um primeiro passo para as formas referidas a seguir;

- por meio de um *discurso empírico* que na vida cotidiana explica os fenômenos e que constitui a explicação socialmente aceita das coisas; não dispensa a verificação prática, mas aceita uma quase absoluta continuidade entre a nossa percepção de como o mundo funciona, e os princípios abstratos por trás de tal funcionamento;⁵³

- por meio de um *discurso científico* que procura revelar a “natureza profunda” dos fenômenos, mas que, se aceitamos as idéias popperianas de “conjectura” e “refutação”,⁵⁴ nunca corresponderá exatamente a reais estruturas e princípios: será objetivo no sentido de que pode ser falsificado, mas nunca será “verdadeiro” porque nunca poderá ser *provado* como tal.

Neste sentido, estruturas inconscientes da mente são tão objetivas e reais

⁵³ Estas são quase as mesmas palavras utilizadas por Hillier & Hanson para caracterizar o que eles chamaram de “pensamento racional” (“rational thought”). (Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 30.)

⁵⁴ Popper, Karl R (1976(1963)), op. cit.

quanto leis da natureza e, conseqüentemente, da mesma maneira “inacessíveis” ao conhecimento consciente humano.

Ora, pelo menos desde que o conhecimento científico foi inaugurado, usamos, em qualquer época, *todas* as formas de conhecimento, desde puras “especulações” até o discurso “científico”. Mas se aceitamos a ciência como um modo de pensar mais avançado, deveremos continuamente tentar substituir os níveis “especulativos” e “empíricos” de nossas teorias por níveis “científicos”. Estes vários níveis sempre existem nas teorias, mas a passagem de um para outro é precisamente o que constitui o desenvolvimento do conhecimento. Neste trabalho, tentarei sempre caracterizar os níveis de conhecimento aos quais as teorias que estão sendo discutidas pertencem, tanto as teorias anteriormente elaboradas quanto as que serão propostas aqui. Falando claro, nada tenho contra puras intuições. O problema começa quando os teóricos se contentam *exclusivamente* com intuições. Como veremos repetidamente, este é um traço muito comum da reflexão arquitetônica.

O CONCEITO DE ARQUITETURA

Em *De Architectura*⁵⁵ Vitruvio estabeleceu duradouras idéias sobre a natureza da arquitetura. Dois pontos merecem especial atenção: o tipo de conhecimento implicado na teoria e na prática arquitetônicas, e as tarefas substantivas que constituem este campo.

Quanto ao tipo de conhecimento do campo da arquitetura, as palavras iniciais de Vitrúvio no Capítulo 1 (Livro 1) foram: “O arquiteto deve estar equipado com conhecimento de muitos ramos de estudo e vários tipos de aprendizado, pois é por meio de seu julgamento que todo o trabalho feito pelas outras artes é testado.”⁵⁶ Esta visão de “ponto de encontro” incluía estudos de história, filosofia, música, medicina. A despeito de sua grande auto-estima - “Prometo e espero que nestes volumes eu me mostrarei sem dúvida de considerável importância não apenas para construtores mas também para

⁵⁵ Marcus Vitruvius Pollio (1960 (1914)) *The ten books on architecture*, tradução para o inglês de Morris Hicky Morgan, Dover Publications, INC., New York. Acredita-se que *De Architectura* tenha sido escrito no tempo de Augustus, em torno de 27 BC. Ver *Encyclopaedia Britannica*, verbete “Vitruvius”, vol. 23, William Benton Publisher, 1963.

⁵⁶ Idem, p. 5.

todos os acadêmicos”⁵⁷ - ele nunca teria imaginado que no ano de 1997 DC sua proposição ainda ocupasse um lugar central na disciplina da arquitetura.

Quanto às tarefas substantivas da arquitetura, Vitruvius sugeriu três “departamentos”: a “arte da construção”, a “feitura de relógios” e a “construção de maquinaria”.⁵⁸ A arte da construção seria dividida em duas partes, “das quais a primeira é a construção de cidades fortificadas e de trabalhos para uso geral em lugares públicos, e a segunda é a edificação de estruturas para indivíduos privados.” Por outro lado, nos Livros IX e X, o autor estuda, por exemplo, relógios de sol e de água, moinhos de água e hodômetros, catapultas e máquinas de ataque, as últimas constituindo artifícios originalmente utilizados para a destruição das muralhas de lugares fortificados.⁵⁹ Embora Le Corbusier tivesse sido relojoeiro antes de se dedicar à “arte da construção”, poucos hoje sustentariam que a arquitetura devesse incluir um departamento de relojoaria. Entretanto, nosso século ainda testemunhou a assertiva de que o arquiteto devesse se dedicar a uma gama extremamente ampla de tarefas de projeto, “desde a colher até o planejamento regional”, e muitas escolas de arquitetura ainda se organizam de acordo com esta visão.⁶⁰

A prática humana e sua monitoração reflexiva são, como Giddens colocou, indissociáveis.⁶¹ Isto significa que Vitruvius conhecia as condições das práticas com as quais ele estava envolvido, ao mesmo tempo em que sugeria maneiras pelas quais, do seu ponto de vista, tais práticas poderiam ser aperfeiçoadas, atingindo um patamar qualitativamente superior. No tempo de Vitruvius, a divisão do trabalho então vigente poderia talvez justificar sua visão. Dois milênios depois, entretanto, essa estratégia “pau-para-toda-obra” não mais constitui uma unanimidade, para dizer o mínimo, no

⁵⁷ Idem, p. 13.

⁵⁸ Idem, p. 16.

⁵⁹ É interessante assinalar a coerência de tão amplo espectro da prática da arquitetura, como entendida por Vitruvius, com a etimologia das palavras “arquiteto” ou “arquitetura”. “Arquiteto” vem do prefixo grego *archi*, mais *tekon*. *Archi* significava “ser o primeiro”, “começo”, “chefe”. *Tekton* significava “trabalhador”, “artífice”, “produtor de implementos, vasos, edifícios”. “Arquiteto” então significava “mestre artífice”, “mestre construtor”, assim implicando tanto um largo espectro de práticas, como a capacidade de coordenar, agir reflexivamente, presidir essas mesmas práticas. (*Webster's Collegiate Dictionary* (1936 (1916))).

⁶⁰ Por exemplo, o rótulo sob o qual estudos de pós-graduação são realizados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUSP), é “Estruturas Ambientais Urbanas”. Um estudante pode desenvolver temas relacionados à “arte da construção”, mas também ao desenho industrial, artes gráficas, programação visual, planejamento regional, projeto paisagístico etc.

⁶¹ Giddens (1986), op. cit., p. 5.

pensamento reflexivo relacionado com a profissão da arquitetura. Desde os anos 70, primeiramente Hillier et al.,⁶² e depois Hillier & Leaman,⁶³ escreveram uma série de artigos nos quais eles defendiam que a arquitetura devia constituir uma disciplina em si própria, assim caracterizando um campo de conhecimento específico. Usando de uma analogia com a lingüística, Hillier & Leaman sugeriram que a disciplina da arquitetura tem por núcleo o estudo de “códigos” que presidem a “estrutura de conexões entre as necessidades humanas e os artefatos físicos no mundo real.”⁶⁴ É usando estes códigos - conscientemente ou não, pouco importa - que os projetistas são capazes de “realizar as funções que a sociedade requer dos edifícios.”⁶⁵ A “função dos edifícios” era a idéia central no seu modelo conceitual:

Propomos que em vez de dividir o problema da edificação pelas contribuições das diferentes disciplinas, a distinção inicial deveria ser entre as diferentes funções que o edifício desempenha, e é sobre estas que a pesquisa deveria orientar sua atenção. (...) A questão é que cada função representa uma maneira de pensar sobre o edifício inteiro, não simplesmente sobre partes dele, ou sobre partes do comportamento humano associadas com ele. Cada uma representa uma abordagem abrangente do edifício, ao mesmo tempo em que não esgota o seu conhecimento. Cada uma aborda o todo visto de um ponto de vista particular.⁶⁶

A importância destes artigos está relacionada ao momento particular da prática e da teoria arquitetônicas dos anos 60 e do início dos anos 70. O Movimento Moderno vinha sendo seriamente questionado desde o livro de Jane Jacobs, publicado em 1961.⁶⁷ Indicando as idéias errôneas sobre expectativas sociais que eram implicitamente assumidas pelos pensadores e agentes do Movimento Moderno, Jacobs, talvez sem querer, forneceu razões para a ênfase nos estudos sociais que se desenvolveram desde então, mas de tal modo que as implicações morfológicas foram completamente deixadas de lado. Os fracassos da arquitetura corrente começaram a ser vistos pelos profissionais como um resultado de sua ignorância do “conhecimento profundo” das disciplinas acadêmicas de longa tradição, que de uma maneira ou de outra estavam relacionadas com

⁶² Hillier, B, J Musgrove, & P O'Sullivan (1972) “Knowledge and design”, in Ittleson & Proshansky (ed.) *Environmental Psychology*.

⁶³ Hillier, B & A Leaman (1972) “A new approach to architectural research”, *RIBAJ*, Dec. 1972, pp. 517-521, (1974) “How is design possible?”, *JAR* 3/1, Jan. 1974, pp. 4-11, (1976) “Architecture as a discipline”, *JAR*, vol. 5, Mar. 1976, pp. 28-32.

⁶⁴ Hillier & Leaman (1976), op. cit., p. 31.

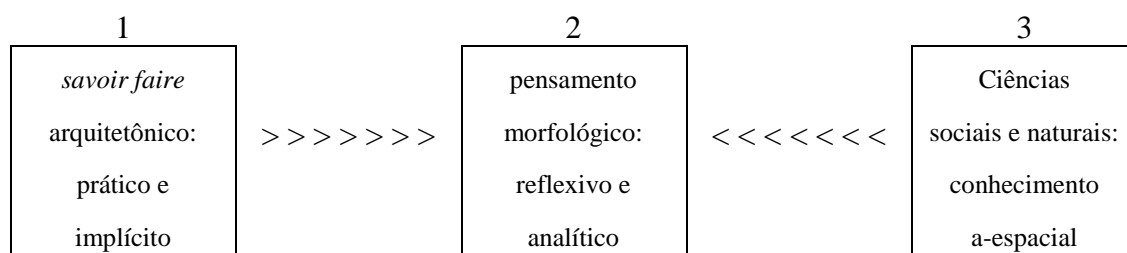
⁶⁵ Idem, p. 29.

⁶⁶ Hillier & Leaman (1972), op. cit., p. 518-9.

⁶⁷ Jacobs, J (1961) *The death and life of great American cities*, Random House.

as questões arquitetônicas. Descartando prévias teorias como “ideológicas”, em vez de tentar construir sobre elas, os teóricos da arquitetura pensaram que a salvação estava noutra lugar. Ao longo da “febre interdisciplinar” dos anos 60, os arquitetos tentaram tornar-se, ao mesmo tempo, sociólogos, economistas, geógrafos, psicólogos etc. Entretanto, ficamos exatamente onde estávamos. O espaço arquitetônico ainda estava sendo produzido por meio dos mesmos códigos. O problema era que, precisamente estes códigos, que são centrais à produção e ao uso do espaço arquitetônico, e que presidem a organização do edifício como um todo, embora de vários pontos de vista, não estavam sendo o objeto da reflexão teórica. Mesmo quando o espaço arquitetônico constituía o centro da atenção, a desarticulação teórica entre partes de conhecimento sobre partes de edifícios era total.

É claro que isto está muito longe de afirmar que podemos dispensar completamente o conhecimento produzido por disciplinas fora do campo da arquitetura. Antes, isto significa que temos lidado com dois tipos de conhecimento insatisfatórios. Por um lado, temos o tradicional *savoir-faire* arquitetônico, ou seja, todos os ramos de conhecimento *prático e implícito* relacionados com a feitura do espaço construído. Por outro lado, temos o conhecimento produzido pelas disciplinas acadêmicas, que deixa de lado completamente considerações morfológicas. No meio, temos a lacuna que precisa ser preenchida pela pesquisa, e que pode ser, e tem realmente sido, ocupada por pessoas originadas de ambos os pólos do espectro, mas somente na medida em que têm se transformado em “pensadores reflexivos morfológicos”. O esquema a seguir ilustra essa necessária “migração” para o quadro central, no qual o conhecimento é necessariamente produzido sob pontos de vista particulares - uma inevitável característica do pensamento analítico -, mas todos centrados nas implicações da forma arquitetônica:



O quadro central sem dúvida constitui um ponto de encontro de diferentes profissionais e/ou cientistas, mas com características completamente diferentes daqueles que abraçavam a anterior estratégia “pau-para-toda-obra”: os imigrantes “profissionais” (do quadro 1) têm de ir além do conhecimento “prático/implícito”; os imigrantes “acadêmicos” (do quadro 3) têm de ir além do “conhecimento a-espacial”; e ambos têm de usar a senha “morfologia” para entrar nesta nova área (no quadro 2).

Para sermos claros, isto não quer dizer que, do ponto de vista do desenvolvimento da disciplina da arquitetura, “profissionais” e “acadêmicos” deveriam sumir do mapa: no processo da divisão do trabalho, há lugar tanto para as pessoas que *praticam* a arquitetura, aplicando o conhecimento produzido por outros, como para pessoas que produzem conhecimento a-espacial nas ciências sociais. Mas isto quer dizer, sim, que se pretendemos elevar a arquitetura a melhores patamares, devemos certamente contar com o novo conhecimento e as novas pessoas relativos ao quadro 2. Aqui, cada família de pesquisadores terá de produzir descrições específicas da forma, as quais serão relacionadas com tipos específicos de expectativas humanas.

Entretanto, isto não significa, como se poderia erroneamente deduzir da leitura dos artigos de Hillier & Leaman, que somente agora, na história da humanidade, a arquitetura está merecendo um pensamento reflexivo apropriado. O próprio livro de Vitruvius foi o primeiro tratado a sobreviver que fez dos códigos arquitetônicos o objeto de sua reflexão. Se hoje concordamos ou não com o seu modo de pensar (talvez excessivamente “especulativo” ou “empírico”) ou com suas proposições substantivas (a estratégia “pau-para-toda-obra”), é um outro assunto. Parece inegável que Vitruvius, assim como Paládio, Alberti e tantos outros, dedicaram-se ao que deve ser propriamente entendido como a disciplina da arquitetura. Pois eles lidaram com edifícios e seu desempenho por inteiro, sob vários aspectos. Os artigos de Hillier & Leaman devem pois ser lidos, em perspectiva, como uma tentativa de resgatar essa rica tradição.

O “modelo de quatro funções” que Hillier & Leaman propuseram originalmente no texto de 1974, poderia ser desdobrado em categorias mais detalhadas, de maneira a cobrir mais explícita e completamente o campo da arquitetura. Como vimos, “função” era a idéia-chave do modelo, e quatro funções foram sugeridas como categorias

inclusivas: *modificação climática, expressão simbólica, modificação de recursos e continente de atividades*.⁶⁸

Sugiro que é interessante desdobrar o modelo em três direções. Primeiro, e como uma questão geral inicial, devemos expandir a noção de arquitetura para além das fronteiras do espaço artificial, de maneira a incluir a paisagem natural, arquitetonicamente considerada. Argumentarei que isso é possível, necessário e legítimo, dentro do âmbito da disciplina da arquitetura, e que há práticas reais que justificam tal argumentação. Veremos que, em si, isto já qualifica o “modelo de quatro funções”.

Em segundo lugar, devemos também expandir a noção de “função” do espaço artificial de duas maneiras: a) pela inclusão da função da própria produção do espaço e b) pelo desdobramento da função do desempenho espacial. Por um lado, no modelo original, “função” era entendida apenas em termos do desempenho do espaço pronto para ser utilizado. Entretanto, parece próprio à disciplina da arquitetura estudar também as implicações sociais do próprio processo de produção do espaço. Por outro lado, as categorias que lidam com o desempenho do espaço em uso, deveriam ser desdobradas a partir das quatro categorias sugeridas, tanto no sentido de considerar explicitamente vertentes de investigação mais recentes, como no sentido de identificar as lacunas que ainda estão para ser preenchidas.

Finalmente, devemos deixar explícito que para além da congruência entre o desempenho arquitetônico e as expectativas sociais, há um conjunto de valores históricos que, em última instância, informam a avaliação tanto do desempenho como das expectativas. No que se segue, consideraremos cada uma dessas direções. Isto se faz necessário no sentido de permitir a precisa localização, neste campo de prática e de conhecimento, da abordagem específica adotada neste trabalho.

ARQUITETURA COMO UMA HUMANIZAÇÃO PARTICULAR DO ESPAÇO

Edifícios, assentamentos e paisagens são coisas concretas, obviamente existindo no mundo real. Outra coisa é a arquitetura. Hillier observou que “arquitetura” é uma

⁶⁸ Estes termos, como apareceram no texto de 1976, são ligeiramente diferentes dos termos do texto de 1974, onde “comportamento” veicula uma idéia mais ampla do que “atividade”.

palavra estranha: “usamos a palavra para nos referirmos à aparência das coisas, como em “arquitetura barroca” ou “arquitetura do litoral”, mas também a usamos para nos referirmos à estrutura profunda dos fenômenos, como em 'arquitetura da matéria' ou 'arquitetura da célula'.”⁶⁹ Entretanto, se podemos todos concordar que a “arquitetura da matéria” não é assunto da disciplina da arquitetura como a entendemos aqui, devemos também concordar que expressões como a “arquitetura dos edifícios”, a “arquitetura da cidade”, ou ainda a “arquitetura da paisagem”, todas indicam sub-áreas da disciplina arquitetônica. Também, se essas expressões têm uma razão para existir, elas implicam duas diferentes idéias, veiculadas por cada uma das duas palavras que constituem essas expressões. Por um lado, temos a palavra “arquitetura” significando um certa natureza abstrata dos segundos termos (como Hillier sugeriu, a expressão “arquitetura da cidade” poderia significar a “estrutura profunda da própria cidade como objeto material”,⁷⁰ implicando assim uma dimensão abstrata sua que não é percebida empiricamente). Por outro lado, “edifícios”, “cidades” e “paisagens” parecem ser instâncias empíricas justificadamente diferenciáveis.

Se tomarmos o “modelo de quatro funções” como uma referência inicial, encontramos a sugestão de não apenas *uma* estrutura arquitetônica profunda por trás da aparência dos edifícios, cidades ou paisagens, mas de *quatro*: cada função desempenhada pelo espaço, como sugerido pelo modelo, caracteriza uma área de reflexão arquitetônica, e exige um determinado corpo de conhecimento teórico, que pode ser referido como uma sub-disciplina da arquitetura. Por sua vez, cada uma destas regiões teóricas é constituída por, e dividida em, sub-áreas de conhecimento especializado, que caracterizam o objeto dos vários ramos do ensino e da pesquisa, como por exemplo: controles térmico, acústico e luminoso (função: modificação climática); psicologia arquitetônica, sintaxe espacial (função: modificação comportamental); custos de infra-estrutura urbana, economia das edificações, sistemas construtivos (função: modificação de recursos); semiologia arquitetônica, estética arquitetônica (função: modificação simbólica).

⁶⁹ Hillier, B (1989) “The architecture of the urban object”, *Ekistics*, vol 56, n. 334-5, Jan.- Apr. 1989, pp. 5-21.

⁷⁰ Idem, p. 5.

Ora, cada uma destas disciplinas arquitetônicas constitui uma certa abordagem do fenômeno, cada uma constitui uma certa revelação analítica de uma dimensão abstrata das coisas, não das coisas em si. Também, cada uma delas tem necessariamente de desenvolver uma adequada teoria descritiva, de maneira a selecionar das coisas analisadas, os atributos adequados para os seus próprios objetivos. Arquitetura se torna assim não uma *coisa*, mas uma certa família de *relações* com as coisas, mais precisamente, de certas relações do homem com o espaço. Em tais relações, os homens procuram satisfazer uma determinada família de expectativas que eles têm para com o espaço, expectativas que supostamente têm algo em comum na medida em que justificam uma profissão para lidar com elas e um correspondente campo de conhecimento, ambos mutantes ao longo do tempo, como já comentado.

Neste sentido, não há razão para discriminarmos certos tipos de espaço com os quais estabelecemos tais relações arquitetônicas. Faz já algum tempo que os historiadores da arquitetura desistiram de caracterizar projetos de edifícios realizados por não-profissionais como sendo, em princípio, não-importantes para a disciplina da arquitetura. Mas podemos avançar mais um passo na nossa argumentação: da mesma maneira, não há razão para considerarmos a paisagem natural como sendo intratável pela abordagem arquitetônica. A “arquitetura da paisagem natural” parece ser uma expressão tão cheia de sentido como “projeto da paisagem”, mas a primeira veicula as “estruturas profundas (arquitetônicas)” de um sítio natural até então não transformado, enquanto a segunda, tradicionalmente, pelo menos, veicula a idéia de um lugar desenhado pelo homem, no qual se sobressai a utilização de elementos naturais.

Para deixar claro, estou sugerindo que os sítios naturais contêm “estruturas profundas” tanto quanto o espaço artificial, e que os primeiros podem também satisfazer expectativas humanas arquitetônicas de vários tipos (climáticas, comportamentais, simbólicas etc.). Uma praia torna-se espaço arquitetônico - i.e., um espaço com o qual o homem estabelece uma certa família de relações - a partir do momento em que ela não é apenas um lugar onde tartarugas põem seus ovos, mas um lugar utilizado por pessoas, presentes na praia, ou simplesmente observando-a de um ponto distante. Uma praia pode ser considerada sob vários aspectos: 1) sua ordem visual (por exemplo, quanto a ser uma paisagem mais ou menos “poderosa”, para usar os termos de Lynch - função simbólica); 2) os obstáculos que pedras ou outros elementos naturais impõem ao

movimento das pessoas (sua “estrutura sintática”, para usar os termos de Hillier - função comportamental); 3) ou ainda o clima local (função climática). Muitas paisagens naturais foram assim analisadas e comparadas, de maneira a selecioná-las para o usufruto das pessoas, com a explícita condição de que não deveriam ser transformadas artificialmente. Foram exatamente considerações de natureza arquitetônica que influenciaram nestas seleções, e arquitetos têm efetivamente dado contribuições sistemáticas neste sentido.

De fato, a argumentação acima poderia ser apenas considerada como uma extensão da argumentação que já é comumente aceita quando se trata do projeto de edificações individuais. Os insumos advindos do sítio natural para estes projetos, implicam simplesmente que as características arquitetônicas do entorno (natural) estão sendo levadas em conta, ao menos simbolicamente (além daqueles insumos mais óbvios, e que já são artificiais, como acesso, disponibilidade de infra-estrutura etc.). Mas estou argumentando que o sítio natural não “funciona” arquitetonicamente apenas *em relação* aos edifícios, mas *em si mesmo*.

Segue-se disto que *escala* não é uma variável que discrimina uma abordagem arquitetônica, de uma abordagem não-arquitetônica dos lugares. É verdade que escala especifica certas implicações, ou sub-disciplinas, diferenciando assuntos de “edifícios”, de assuntos “urbanos” nos cursos de arquitetura, por exemplo. Mas o raciocínio acima, ampliando o escopo arquitetônico para além dos artefatos, no sentido de incluir o espaço natural, torna ainda mais óbvio que “grandes” espaços artificiais - cidades, áreas metropolitanas - constituem objetos de atenção para a disciplina da arquitetura tão legítimos quanto o são edifícios individuais.

Observei acima que esta discussão por si própria qualificaria o “modelo de quatro funções”. Parece agora claro que nem todos os tipos de espaço, arquitetonicamente considerados, funcionarão por meio dos mesmos itens de desempenho. Sítios naturais simplesmente não têm “desempenho” como “modificadores de recursos”, desde que isto é intrínseco a artefatos. Trata-se de um caso-limite onde custos de implementação e manutenção são mínimos ou mesmo inexistentes, pois não há praticamente transformação de recursos no processo de “criar-se arquitetonicamente” um sítio natural. Também, sítios naturais não são “modificadores climáticos”, pois eles não “filtram” o clima

por meios artificiais (paredes, aberturas), mesmo que eles “funcionem” bio-climaticamente por si próprios, podendo, ou não, satisfazer expectativas humanas bio-climáticas.

FUNÇÕES DO FAZER E FUNÇÕES DO USAR

Sugiro que a “abordagem funcional do espaço” deve ser ampliada em duas direções. Isto justifica-se pelo fato de que, além da ambigüidade da palavra “arquitetura”, já comentada acima, há uma outra ambigüidade: “arquitetura” é usada para designar tanto um produto (um edifício, uma cidade), como o processo de sua produção, uma prática, como a entendemos aqui, que envolve não apenas profissionais arquitetos, mas uma gama muito variada de pessoas, profissionais ou não. Vimos acima como edifícios (ou, num âmbito maior, qualquer tipo de espaço utilizado pelo homem) “funcionam”, mas não vimos como a prática da feitura destes artefatos espaciais “funciona”.

Como uma prática humana, o processo de produção da arquitetura também é constituinte da sociedade, no sentido de que ele implica um meio pelo qual os agentes sociais se relacionam entre si. Um importante ramo de pesquisa tem-se desenvolvido em anos recentes, pelo qual os vários processos de produção do espaço artificial são considerados sob o ponto de vista das relações de poder produzidas e reproduzidas dentro e através destes processos.⁷¹ Portanto, as *implicações sociais* da arquitetura são, novamente, duplas: a) implicações do processo de produção do espaço artificial e b) implicações do uso do espaço, seja ele artificialmente produzido, ou apropriado como se encontra na natureza. O “modelo de quatro funções” trabalha somente com a segunda destas questões. Vejamos brevemente o que constituiria a primeira delas.

A produção do espaço artificial implica:

- *processos de trabalho*, que envolvem matérias primas, instrumentos, e a tecnologia relacionada aos sistemas construtivos, elementos de materialização e a

⁷¹ O grupo de pesquisa liderado por Sérgio Ferro, em Grenoble, França, é talvez o mais importante, e o livro de Ferro, *O canteiro e o desenho*, Projeto Editores Associados Ltda./IAB-SP, São Paulo, 1976, é um trabalho fundamental nesta linha de investigação. No Brasil, Paulo Bicca, na Universidade de Brasília, que trabalhou com Ferro, tem igualmente contribuído nesta direção. Seus principais trabalhos publicados são *Arquiteto - a máscara e a face*, Projeto Editores Associados Ltda., São Paulo, 1984 e P Bicca (1985), op. cit.

organização *técnica* da força de trabalho (estes são aspectos mais diretamente vinculados às relações dos homens com os elementos da natureza);

- *relações de produção*, que envolvem papéis distintos de produtores diretos ou indiretos, trabalho intelectual e trabalho braçal, e métodos concepção, comunicação e controle do processo de produção, incluindo os aspectos legais e econômicos relacionados à produção do espaço arquitetônico (estes são aspectos mais diretamente vinculados às relações dos homens entre si, pelas quais eles se organizam *socialmente* - não tecnicamente, como acima - no processo de produção da arquitetura).

Autores que se têm dedicado a esta vertente de investigação, têm procurado mais especificamente revelar as implicações do modo de produção capitalista no processo de feitura do espaço. Tem-se discutido as implicações de poder entre os agentes envolvidos nos canteiros de construção, e tem-se procurado explicar o resultado arquitetônico em termos do processo de produção. O espaço como um tipo particular de mercadoria ocupa um lugar central neste tipo de preocupações. Entretanto, se alguns trabalhos têm sido perspicazes naquilo concernente às relações de poder dentro e através dos processos de produção da arquitetura, explicações da forma enquanto determinada pelo modo de produção do espaço deixam a desejar. Tem-se trabalhado com características gerais como uniformidade, densidade, verticalização, segregação macroespacial de grupos sociais nas cidades, ou ainda com características locais da aparência das edificações. Mas não se oferece nenhuma conexão entre o processo produtivo e alguns atributos fundamentais do espaço arquitetônico, como, por exemplo, a estrutura de barreiras e permeabilidades que está relacionada às maneiras de estar/não estar, e de deslocar-se nos edifícios/cidades. De fato, argumentarei que a tradicional “abordagem via modo de produção” é incapaz de oferecer explicações convincentes sobre este ponto.

Por outro lado, a segunda questão - implicações do uso do espaço - parece pedir um desdobramento das categorias oferecidas pelo “modelo de quatro funções”.⁷² Um

⁷² A “taxonomia aspectual” apresentada a seguir está sendo desenvolvida por um grupo de pesquisadores que vêm trabalhando juntos há vários anos na Universidade de Brasília, e está mais desenvolvida em relatórios de pesquisa ainda não publicados. Devo muito do que se segue particularmente aos colegas Gunter Kohlsdorf e Maria Elaine Kohlsdorf.

primeiro e óbvio exemplo é a pesquisa desenvolvida por Hillier desde então. O modelo falava de “modificador comportamental” como uma categoria muito ampla, que incluía o *que* as pessoas fazem (as atividades propriamente ditas), e o *como* elas o fazem (sistemas de encontros por meio dos quais as atividades são levadas a efeito). A teoria da “sintaxe espacial” de Hillier et al. tem de fato se concentrado na segunda destas questões, não na primeira. Claro que os “rótulos”, como são referidos nesta teoria, implicam atividades, mas eles constituem uma categoria mais genérica do que as atividades propriamente ditas, como discutirei posteriormente. As exigências *práticas* que as atividades fazem à arquitetura (por exemplo, forma, dimensões e localização relativa dos espaços onde ocorrem) estão fora do âmbito da “sintaxe espacial”, e realmente constituem um ramo de pesquisa em si mesmo. Poderíamos então falar em dois aspectos de desempenho comportamental do espaço, não apenas um: *aspectos funcionais* e *aspectos da co-presença*, o segundo constituindo o foco de atenção específico da “sintaxe espacial” (e o foco específico de atenção deste trabalho, como veremos).⁷³

Os *aspectos bio-climáticos*, por sua vez, podem também ser desdobrados, mas em sub-disciplinas que são muito próximas para merecerem, neste nível, diferentes denominações, como foi o caso acima. Os controles térmico, acústico, luminoso e de qualidade do ar,⁷⁴ podem razoavelmente ser reunidos sob uma mesma classe, ou seja, os aspectos bio-climáticos do desempenho espacial.

Os *aspectos econômicos* podem ser mantidos como uma categoria de desempenho espacial, mas especificamente referida ao espaço artificial. Isto não deve ser confundido com as “funções do processo de produção” como enunciadas acima. Agora, estamos falando sobre o desempenho do espaço enquanto acabado e utilizado. Todo e qualquer lugar implica consumo de algum tipo de trabalho e/ou energia para sua

⁷³ O leitor notará que o conceito de “função” está sendo aqui utilizado de maneira mais restrita do que em Hillier & Leman, quando comentavam as diferentes “funções” que os edifícios desempenham: estes autores referiam-se a todos os tipos de *papéis* desempenhados pelos objetos arquitetônicos. Aqui, *aspectos funcionais* são aqueles estritamente relacionados às exigências práticas das *atividades*. Aliás, esta é a denominação mais tradicional do assunto na literatura arquitetônica. Preferimos assumir a terminologia corrente, mesmo ao custo de uma certa ambigüidade discursiva.

⁷⁴ Estas são sub-categorias que estamos utilizando no nosso grupo de pesquisa na Universidade de Brasília. Este ramo de pesquisa específico está sendo desenvolvido pelos colegas Paulo Marcos P. de Oliveira e Márcio Villas Boas.

manutenção. Estudos têm estabelecido relações entre a forma, tanto da edificação como da cidade, por um lado, e os custos de infra-estrutura, por outro.⁷⁵

Finalmente, Hillier & Leaman observaram, vinte anos atrás, que “na função simbólica e cultural o progresso tem sido lento e impreciso”.⁷⁶ Hoje a situação é apenas ligeiramente diferente, e o desenvolvimento tem sido desigual nesta vertente. Ainda assim, a ampla classe do “simbólico” pode ser desdobrada em três aspectos. Por um lado, há avanços significativos no que diz respeito à percepção visual do espaço, aí incluindo o desenvolvimento de algoritmos matemáticos para a caracterização da ordem espacial como visualmente percebida. Esta abordagem específica está sendo denominada *aspectos topoceptivos* do desempenho espacial.⁷⁷ Tem tentado estabelecer exclusivamente as relações entre as questões da *orientabilidade* e da *identidade* dos lugares, e aqueles atributos espaciais que são percebidos por meio de estímulos visuais. Mas, dentro do âmbito desta abordagem, não é feita a discussão de *qual* identidade um lugar tem: apenas se um lugar tem uma identidade *forte* ou *fraca*. É importante separar isto de outros tratamentos aos quais os elementos espaciais sensorialmente perceptíveis podem ser submetidos. Quando falamos do *tipo* da identidade espacial - o *genius loci*, nas palavras de Norberg-Schulz - estamos já em outra chave. Neste sentido, parece útil estabelecer duas outras categorias as quais, mesmo pouco desenvolvidas atualmente, merecem ser constituídas como classes específicas: os *aspectos emocionais* e os *aspectos simbólicos* do desempenho espacial.

Quanto aos *aspectos emocionais*, é lugar comum que os lugares “afetam” as pessoas, no sentido próprio à “teoria dos afetos”, que tem sido muito utilizada nos trabalhos analíticos sobre as obras de arte, particularmente sobre a música, desde o século XVIII.⁷⁸ Num mesmo texto, sobre um mesmo projeto de arquitetura, encontrei os seguintes adjetivos, relacionados com possíveis estados emocionais, supostamente

⁷⁵ Como em Mascaró, J L (1985) *O custo das decisões arquitetônicas*, Nobel, São Paulo, e (1987) *Deseño urbano e custos de urbanização*, Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Brasília; ver também M R Andrade (1992) *The Performance of Networks in Architecture and Urban Design*, Ph.D. Thesis, Department of Architecture, University of Cambridge, UK.

⁷⁶ Hillier & Leaman (1972), op. cit., p. 520.

⁷⁷ Maria Elaine Kohlsdorf, retomando a tradição de Sitte-Cullen-Lynch, tem feito importantes contribuições para a área. Ver M E Kohlsdorf (1996) *A apreensão da forma da cidade*, Editora Universidade de Brasília, Brasília.

⁷⁸ Como comentado em E Schurman (1989) *A música como linguagem - uma abordagem histórica*, Editora Brasiliense / CNPq, São Paulo. F Ostrower, em (1983) *Universos da arte*, Campus, Rio de Janeiro, também comenta bastante sobre isto, mas referindo-se especificamente às artes visuais.

oriundos de atributos espaciais: “severo”, “despojado”, “impressionante”, “forte”, “solene”, “único”, “solidário”, “vigoroso”, “leve”, “dramático”, “onírico”.⁷⁹ Isto pode ser razoável, mas textos como este, tão comuns na crítica arquitetônica, revelam uma abordagem excessivamente subjetiva dos fenômenos. Ainda precisamos de um referencial teórico pelo qual possamos objetivamente relacionar atributos espaciais e estados de espírito. Creio que tal empresa é legítima, e que devem ser envidados esforços nesta direção.

Outra coisa é aquilo que podemos chamar especificamente de *aspectos simbólicos*. Isto pode se referir a aspectos de significação individual ou coletiva, mas especificamente àqueles aspectos relativos a papéis, posições, hierarquias sociais, visões de mundo etc. Alguns autores têm tentado tratar variáveis espaciais como escala, forma geométrica, proporções, incorporação ou não de elementos naturais ao projeto etc., como variáveis relacionadas a este tipo de aspectos. Entretanto, muito mais atenção foi dirigida até agora para as *representações* dos objetos arquitetônicos, do que para os próprios objetos. Por exemplo, a “topo-análise” de Bachelard lida com os “valores-das-coisas-imaginadas”, ou com a “essência imaginada da casa”, permanecendo uma análise do *discurso*, e portanto apenas indiretamente do *fenômeno*.⁸⁰ Não é que a “ciência”, como a entendemos aqui, substitua a “ideologia” pela “realidade”, e supere portanto o âmbito das representações. Evidentemente toda e qualquer teorização é sempre uma representação, nunca se confundindo com a própria realidade: como sugerido acima, o *discurso científico* continua sendo *apenas* um discurso, o que não diminui sua importância nem o relativiza, como quer a epistemologia “pós-moderna”. A diferença é que autores como Bachelard fazem um “meta-discurso”, propõem “meta-representações”, sugerem “meta-teorias”, enfim interrogam somente indiretamente o mundo concreto das coisas - o que não implica necessariamente demérito dos resultados obtidos. Porém, se tais resultados nos ajudam a entender a lógica dos discursos, eles não se traduzem facilmente em diretrizes de projeto, a partir de objetivos e valores explicitamente colocados. A descrição do espaço que encontramos nestes trabalhos é por demais genérica ou impressionista para tanto. Assim, “espaçólogos psicológicos” falharam, até aqui, em

⁷⁹ Como no texto de Glauco Campelo “O projeto de Le Corbusier para a Embaixada da França em Brasília”, *Boletim do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília*, n. 47, 1989, pp. 1-30.

⁸⁰ Bachelard, G (1971) *La poétique de l'espace*, PUF, Paris.

desenvolver uma teoria específica do espaço que nos permita ler sensorialmente atributos arquitetônicos como símbolos sociais, assim como estabelecer um *programa* de intervenções na realidade arquitetônica, em função de determinados princípios escolhidos. Novamente, isto parece ser legítimo e possível.

Em resumo, a prática e o conhecimento correntes, assim como o seu possível desenvolvimento a curto prazo, parecem apontar para um “modelo de sete funções”, ou, como talvez fosse melhor dizer, um modelo de sete aspectos de desempenho do espaço arquitetônico:

- aspectos funcionais
- aspectos da co-presença
- aspectos bio-climáticos
- aspectos econômicos
- aspectos topoceptivos
- aspectos emocionais
- aspectos simbólicos

O fundamental desta proposta não é o fato de serem exatamente sete os aspectos, ou de se denominarem como expresso acima: podemos ter um número maior ou menor de categorias, assim como elas podem ser identificadas por outros termos. Interessa essencialmente é que esta análise aspectual relaciona, por um lado, atributos mórficos do espaço arquitetônico - existente ou projetado - e, por outro, expectativas humanas em face dele.

Finalmente, vale observar que inúmeros atributos do espaço arquitetônico têm, via de regra, desempenhos concernentes a vários destes aspectos. Por exemplo, orientação, tamanho, forma e tratamento das aberturas de um edifício - portas e janelas - estão obviamente relacionados a aspectos bio-climáticos (regulam a entrada do ar e da luz natural), mas também a aspectos funcionais (organizam as atividades), co-presenciais (qualificam os encontros interpessoais), topoceptivos (estruturam a visibilidade) e assim por diante. Cada tempo e lugar históricos concretos definem a natureza, a importância ou os limites de cada tipo de expectativa em face das demais. Diremos que há um *plano de valores* que informa estas expectativas, e que este plano é constituído por

três *dimensões de avaliação*: a ecológica, a ética e a estética. Trataremos disto na próxima seção.

VALORES ARQUITETÔNICOS E A HISTÓRIA

Se avaliar a arquitetura fosse apenas uma questão de sair perguntando às pessoas sobre sua satisfação quanto a edifícios e cidades, a coisa seria muito simples. Mas não é bem assim. Vimos que a arquitetura “funciona” porque satisfaz expectativas humanas. Mas quais e como? A arquitetura muda ao longo da história, porque expectativas sociais também se modificam, sendo constitutivas de sociedades específicas. Não conseguiremos nunca entender as expectativas, senão a partir dos valores sociais que as informam. Estes valores se traduzem em *valores arquitetônicos*, sempre relativos a um determinado tempo e um determinado lugar, e a partir deles os espaços são avaliados. Vejamos em que constituem as três dimensões de avaliação referidas acima, a partir destes valores.

A *dimensão ecológica* define como conceitos sobre a natureza, e conceitos sobre o homem em suas relações com ela, rebatem-se na arquitetura. Tais relações mudam historicamente, de acordo com a sociedade em questão, variando desde uma quase absoluta mimese entre o artificial e o natural, até as políticas de “terra arrasada” do Movimento Moderno, corolário da radical “dominação” do homem sobre a natureza, uma pedra de toque da era moderna. A medida da *auto-sustentabilidade*, finda por ser a referência primeira da avaliação do espaço construído, em face do seu impacto no meio ambiente natural herdado.

Valores ecológicos informam, igualmente, a configuração de todos os atributos arquitetônicos que, de uma maneira ou de outra, estão relacionados às necessidades *biológicas* do homem. Ecologicamente definido, o espaço arquitetônico é um filtro minimizador dos problemas e potencializador dos benefícios do meio ambiente natural em relação ao homem como ser vivo. Assim, na medida em que crescem em importância relativa os valores ecológicos, em face dos éticos e estéticos, crescem igualmente aquelas expectativas especificamente bio-climáticas, como definidas acima.

A *dimensão ética* direciona o foco de atenção para a satisfação das expectativas do homem relativas às necessidades de seu relacionamento com o seu semelhante. Não se trata mais das relações entre o homem e a natureza, mas dos homens entre si. Isto inclui, por exemplo, valores morais sobre a justiça social e sobre a democracia como valor universal, compreendidos estes como o acesso indiscriminado a recursos econômicos, de autoridade e simbólicos.⁸¹ Veremos como o acesso a tais recursos tem, em qualquer tempo e lugar, *dimensões espaciais* muito claras, e como variações nas configurações arquitetônicas (de um edifício, ou de um conjunto de edifícios) estão histórica e consistentemente relacionadas a variações na distribuição destes recursos. A adequabilidade das configurações à equidade desta distribuição, é a sua medida de valor ético.

A *dimensão estética* refere-se aqui aos lugares como fenômenos passíveis de serem examinados em função de sua *beleza*. O conceito é obviamente controverso. Adoto a linha de reflexão proposta por autores como Baumgarten,⁸² Osborne,⁸³ Coutinho⁸⁴ e Beardsley,⁸⁵ para quem, com algumas variantes, a “atividade estética é a ativação autônoma dos sentidos da visão, audição e imaginação.”⁸⁶ Separamos aqui, portanto, o “belo”, por um lado - objeto precípua da estética -, do “bom”, do “útil”, do “ritualístico”, do “ecologicamente adequado” etc., por outro - objeto de outras disciplinas. A dimensão estética avalia os edifícios ou os assentamentos humanos enquanto fenômenos constituídos pela matéria artística que é o *espaço da arquitetura*, espaço analisado em função da “unidade, complexidade, intensidade”⁸⁷ de sua configuração, assim como da “visão de mundo” e dos “afetos” que o caracterizam.⁸⁸

Essas dimensões de avaliação encontram-se imbricadas de maneira semelhante aos aspectos, como comentado acima: da mesma maneira que as janelas de um edifício

⁸¹ Baseio-me em Giddens (1986, op. cit., p. 33), mas uso estes termos de maneira ligeiramente distinta.

⁸² Baumgarten, A G (1993(1750)) *Estética - A lógica da arte e do poema*, Vozes, Petrópolis.

⁸³ Osborne, H (1952) *Theory of Beauty - an introduction to Aesthetics*, Routledge & Kegan Paul Ltd., London.

⁸⁴ Coutinho, E (1970) *O espaço da arquitetura*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

⁸⁵ Monroe Beardsley (1981) *Aesthetics - Problems in the Philosophy of Criticism*, Hackett Publishing Company, Inc, Indianapolis.

⁸⁶ Os termos são de Osborne, in Osborne (1952), op. cit.

⁸⁷ Os termos são de Beardsley, in Beardsley (1981), op. cit.

⁸⁸ Para uma discussão mais detalhada, ver Frederico de Holanda (1990) "Notas sobre a dimensão estética da arquitetura", in *RUA - REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO*, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Vol. 3, nos. 4/5, jun-dez, 1990, pp. 76-95.

têm um desempenho tanto bio-climático como topoceptivo, simbólico etc., um mesmo atributo (ou conjunto de atributos) pode, ou mesmo deve explicitamente ser avaliado tanto do ponto de vista ecológico, como dos pontos de vista ético e estético. Esse confronto de modos distintos de avaliação pode revelar contradições nos objetos: uma determinada manifestação arquitetônica pode ter, para uma mesma pessoa, ou um mesmo grupo social, desempenhos diferentemente valorizados, dependendo da dimensão de avaliação em causa. A Esplanada dos Ministérios, em Brasília, por exemplo, é quase consensualmente considerada como detentora de uma beleza excepcional - ponto de vista estético -, mas freqüentemente pessoas que subscrevem esta avaliação levantam problemas significativos de sua configuração do ponto de vista ético, como será discutido no Capítulo 7.⁸⁹

Antes de finalizar esta discussão, e para caracterizar melhor a especificidade de nossa própria formulação, comentarei brevemente algumas definições de arquitetura encontradas na literatura.

Lúcio Costa ofereceu uma definição que se tornou clássica, e que é bastante abrangente:

A mais tolhida das artes, a arquitetura é, antes de mais nada, construção, mas construção concebida com o propósito de organizar e ordenar plasticamente o espaço e os volumes decorrentes, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica, de um determinado programa e de uma determinada intenção.⁹⁰

Em sua formulação, apesar de muito próxima da nossa, como veremos, pode-se ler uma distinção entre arquitetura e, digamos, “mera construção”; a arquitetura seria construção qualificada de alguma maneira. A dificuldade é estabelecer esta qualificação, pela qual existiriam duas categorias distintas de fenômenos (arquitetura e construção), e não apenas arquitetura como construto social, ecológicamente correta ou não, boa ou má, bela ou feia, assim avaliada em função dos valores históricos de uma determinada época, como preferimos em nossa exposição.

⁸⁹ Eu estava uma vez com uma amiga sobre a plataforma do Congresso, em Brasília, olhando para a Praça dos Três Poderes, a leste, e para a Esplanada dos Ministérios, a oeste, e ela sintetizou sua impressão sobre o lugar de maneira maravilhosa, dizendo: “Como isso é bonito”, para imediatamente acrescentar, “e como é terrível!”.

⁹⁰ Costa, L (1980) “Arquitetura”, *Biblioteca de Educação e Cultura*, MEC/Fename, Bloch, n. 4, Rio de Janeiro, p. 7, Apud M Gorovitz (1985) *Brasília, uma questão de escala*, Projeto, São Paulo, p. 60.

Hillier adotou, em seu livro mais recente (*Space is the machine*, 1996), uma posição muito semelhante à de Lúcio Costa, oferecendo um critério explícito de diferenciação (ausente em *The social logic of space*, 1985), quando sugeriu:

A arquitetura começa quando os aspectos configuracionais da forma e do espaço, pelos quais os edifícios se transformam em objetos culturais e sociais, são tratados não como regras inconscientes a serem seguidas, mas são elevados ao nível do pensamento consciente, comparativo, tornando-se desta maneira objeto de atenção criativa.⁹¹

Hillier deslocou assim o elemento de diferenciação do fenômeno em si, para o tipo de conhecimento que está por detrás de sua concepção. Ou seja, deslocou a atenção do nível objetivo para o nível subjetivo do processo de produção arquitetônica - as características intelectuais do agente produtor do espaço. Propôs que a “preferência pela inovação” seria uma característica típica da arquitetura, enquanto que a “continuidade cultural” caracterizaria a construção, o que parece implicar um nível qualitativamente superior da primeira, em face da segunda.⁹² Mas isto é controverso. Noutro contexto, Beardsley apontou a dificuldade, para a filosofia da crítica, de tomar-se “inovação” ou “originalidade” como índices de qualidade de uma obra de arte, as quais ele chamou de “razões genéticas” de julgamento. Além da dificuldade freqüente de datar-se precisamente algumas obras, e por isso da dificuldade de estabelecer-se um critério de valor em função da simples precedência, Beardsley observou como se pode ser “original e ótimo, assim como original e terrível.” Por isso ele preferiu o que denominou de “razões objetivas” de julgamento, aquelas que se referem a “qualidades e relações no próprio trabalho”; nos nossos termos, aquelas que se referem ao desempenho do próprio objeto.⁹³ Embora lidando com outras formas artísticas - basicamente literatura, música e artes plásticas -, suas reflexões também poderiam aplicar-se à arquitetura.

Le Corbusier sugeriu uma definição tanto sintética quanto poética: “a arquitetura é jogo sábio, correto e magnífico das formas sob a luz.”⁹⁴ Claro que ele tratou de inúmeras outras dimensões da arquitetura em seus textos, mas cito esta formulação

⁹¹ Hillier, Bill (1996) *Space is the machine*, Cambridge University Press, Cambridge, p. 45-6. A citação é tomada do Capítulo 1 do livro, o qual tem por título, precisamente na linha de Lúcio Costa, “O que a arquitetura acrescenta à construção”.

⁹² Idem, p. 17

⁹³ Beardsley (1981), op. cit., pp. 457 ss.

⁹⁴ Le Corbusier (1984) “A Arquitetura e as Belas-Artes”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no 19, p. 61, apud M Gorovitz (1993) *Os riscos do projeto - contribuição à análise do juízo estético na arquitetura*, Edunb/Studio Nobel, Brasília/São Paulo.

apenas para ilustrar como se pode selecionar, por exemplo, apenas pontos referentes a aspectos topoceptivos / emocionais / simbólicos, todos pertencentes ao campo da *constituição de imagens e representações*, deixando-se completamente de lado o campo da *constituição de relações sociais*. Com isto, Corbu apenas reproduziu uma tendência claramente dominante na teoria e historiografia da arquitetura, fortemente circunscrita ao campo da estética.

Curiosamente, caberia a um esteta, Evaldo Coutinho, a quem devemos certamente a mais profunda discussão no nosso campo disciplinar já realizada no Brasil, uma bela formulação “comportamental” da arquitetura, pela qual, embora talvez não fosse a sua intenção, as implicações éticas do espaço são trazidas para o primeiro plano:

O arquiteto, como criador de lugares, disputa com a natureza o privilégio de afeiçoar a si os seres supostamente livres de sua interferência, quando, a rigor, ninguém escapa ao invólucro com que ele cinge as pessoas que param ou deambulam nas peças de sua autoria. (...) Todo espaço arquitetônico é um templo à sua maneira, possuindo também em relação a eventualidades profanadoras, índice idêntico ao da igreja conquanto reduto meramente ritualístico; e a entidade que se molesta, com a intrusão ou melhor, com a teatralidade real, se mostra a definidora da arte arquitetônica: o espaço, que se conceitua como criador e regulador de comportamentos.⁹⁵

Gostaria de não ser mal-interpretado: o objetivo último do livro referido de Evaldo Coutinho era verificar como, por meio da manipulação da linguagem *autônoma* da arquitetura - isto é, a linguagem do *espaço* - o arquiteto pode transmitir uma *visão de mundo*, algo portanto caro ao campo da estética. Mas os elementos que incluiu em sua formulação podem ser considerados de outra maneira, e é exatamente o que tem sido feito pelo programa de investigação da Sintaxe Espacial, que concentra esforços nos aspectos denominados da co-presença, procurando portanto entender, para usar as palavras de Evaldo Coutinho, como "o invólucro que cinge as pessoas" interfere na maneira como elas se movem, param, encontram outras pessoas, como o espaço "se conceitua como criador e regulador de comportamentos." A questão é que essa "interferência" pode ser estudada de diferentes pontos de vista: enquanto que, para Coutinho, ela implica uma "visão de mundo", para Hillier ela implica "formas de solidariedade social", em última instância, sistemas de poder, como veremos melhor adiante. Em outras palavras, o programa da Sintaxe Espacial esteve mais especificamente relacionado

⁹⁵ Coutinho (1970), op. cit., pp. 42 e 204.

à dimensão ética do que à estética, e só mais recentemente este escopo está sendo ampliado. (Um bom exemplo é o estudo que John Peponis publicou sobre La Tourette, de Le Corbusier)⁹⁶

Vamos agora sintetizar o que denominamos uma “definição relacional de arquitetura”, por meio do esquema abaixo:

TERMOS DA RELAÇÃO	ARQUITETURA é uma RELAÇÃO que as PESSOAS estabelecem com o ESPAÇO,
NATUREZA DA RELAÇÃO	por meio da APROPRIAÇÃO ou TRANSFORMAÇÃO deste, com o objetivo de satisfazer EXPECTATIVAS funcionais, de co-presença, bio-climáticas, econômicas, topográficas, emocionais e simbólicas,
VALORES DETERMINANTES DA RELAÇÃO	em função de VALORES ecológicos, éticos e estéticos historicamente determinados.

Esta formulação contrasta com aquelas anteriormente comentadas por ser mais inclusiva. Os autores antes referidos, ou tinham objetivos específicos em mente, ou adotavam um ponto de vista que delimitava o campo da arquitetura de maneira diferente daquela adotada aqui. Uma coisa, ou outra, definia os elementos que constavam de suas respectivas formulações. Na "definição relacional" acima, estão registrados os vários temas discutidos: 1) a possível e necessária incorporação do espaço natural - e não apenas do espaço artificial - como fenômeno arquitetônico; 2) a avaliação de desempenho dos lugares em função de todas as expectativas humanas em relação ao espaço, assim como uma taxonomia para tais expectativas; 3) a necessária historicização dos valores que determinam a natureza e a relativa importância de cada tipo de expectativa, ao longo das dimensões de avaliação ecológica, ética e estética.

Sugeri acima um macro-referencial teórico para entender a disciplina da arquitetura. Neste campo de prática e de conhecimento, cada linha de pesquisa tem

⁹⁶ Peponis, John (1993), "The architectural configuration of lyric form at La Tourette", *Ekistics*, n. 362/363, sep.-dez., 1993, pp. 237-252.

inevitavelmente de selecionar uma certa área. A tanto nos obriga o procedimento analítico. Neste trabalho, o assunto em pauta relaciona uma certa *forma arquitetônica* com certas *estruturas sociais*. Podemos agora dizer isto de maneira mais precisa, delimitando mais claramente o campo que vamos examinar, com base nas categorias de análise comentadas acima. Em primeiro lugar, estarei lidando com a *escala* dos assentamentos, não com edifícios individuais. Em segundo lugar, estarei examinando as funções desempenhadas pelo *espaço já em uso*, não aquelas desempenhadas pelo processo de sua feitura. Em terceiro lugar, dentre as funções do espaço já em uso, estarei lidando com o desempenho espacial relacionado aos *aspectos da co-presença*, não com o desempenho relacionado aos aspectos funcionais, bio-climáticos, econômicos, topoceptivos, emocionais ou simbólicos. Finalmente, estarei discutindo as questões *éticas* relacionadas ao desempenho de uma certa forma dos assentamentos humanos, deixando completamente de lado questões ecológicas ou estéticas. Entendo que a teoria da Sintaxe Espacial, como desenvolvida por Hillier e colegas da Bartlett School of Graduate Studies, de Londres, é um ponto de partida adequado para tratar o nosso assunto, e que o espaço de exceção é um problema particular dentro desta área temática. Dirigimos agora nossa atenção para uma revisão da teoria da Sintaxe Espacial.

SINTAXE ESPACIAL: UMA BREVE REVISÃO

A Sintaxe Espacial teve seu começo no início dos anos 70. Os textos de Hillier & Leaman comentados acima (1972, 1974, 1976) já ofereciam algumas das idéias fundamentais sobre as quais a teoria seria subsequentemente desenvolvida. A expressão “sintaxe espacial” apareceu pela primeira vez em um outro texto por Hillier et al.,⁹⁷ também publicado em 1976, mas foi com o livro *The Social Logic of Space* (referido daqui em diante como SLS), por Hillier & Hanson, editado em 1984,⁹⁸ que o referencial epistemológico, assim como os conceitos e as categorias analíticas básicas, foram mais completamente reunidos pela primeira vez. O livro também discutia as principais descobertas alcançadas por meio da pesquisa empírica realizada até então.

⁹⁷ Hillier, B, A Leaman, P Stansall & M Bedford (1976) “Space Syntax”, *Environment & Planning*, B, vol. 3, pp. 147-185.

⁹⁸ Hillier & Hanson (1984), op. cit.

No SLS as relações entre o espaço artificial e a sociedade foram colocadas de maneira nova. O livro identificava duas dificuldades fundamentais encontradas nas teorias disponíveis sobre as relações entre a sociedade e a forma do espaço:

Primeiro, não há uma *descrição* consistente das características mórnicas do espaço “feito pelo homem”, de maneira que se pudesse compreender as leis de sua determinação pelos processos e estruturas sociais. Segundo, não há uma descrição das características mórnicas da sociedade que pudessem requerer um tipo ou outro de materialização espacial. A razão para esta falta de progresso tem basicamente a ver com o paradigma pelo qual conceituamos o espaço, o qual, mesmo em suas vertentes mais progressivas, postula um âmbito social mais ou menos abstrato - certamente a-espacial - ligado a um outro âmbito, puramente físico, do espaço. O paradigma, de fato, conceitua o espaço como não tendo conteúdo social e a sociedade como não tendo conteúdo espacial. Entretanto, não é possível termos nem uma coisa nem outra, se existem leis de determinação entre essas duas instâncias.⁹⁹

De maneira a superar essas dificuldades, a argumentação foi organizada ao longo de três conteúdos distintos: a) no que diz respeito a questões teóricas gerais, o livro,

em primeiro lugar, (...) procura construir um modelo conceitual pelo qual a relação pode ser investigada na base do conteúdo social dos padrões espaciais e do conteúdo espacial dos padrões sociais. Em segundo lugar, tenta estabelecer, por meio de uma nova definição de ordem espacial como restrições num processo aleatório, um método de análise de padrões espaciais, com ênfase na relação entre relações mórnicas locais e padrões globais. Estabelece uma teoria descritiva básica de tipos de padrões e então um método de análise.¹⁰⁰

b) a aplicação, tanto da teoria como do método, a assentamentos e a interiores de edifícios; e c) a extensão dos mesmos argumentos morfológicos

ao domínio das relações sociais, considerando-as como restrições num processo aleatório de padrões de encontros. Desta visão espacial simplificada da sociedade, desenvolve-se uma teoria de como e porque diferentes formas de reprodução social requerem, e se materializam em, diferentes tipos de ordem espacial.¹⁰¹

Os conceitos básicos partiam do fato de que “toda sociedade tem grupos espaciais de pessoas, que vivem e se movem em maior proximidade do que outros grupos, e grupos

⁹⁹ Idem, p. x.

¹⁰⁰ Idem, pp. x-xi.

¹⁰¹ Idem, p. xi.

transpaciais baseados na designação de diferentes rótulos a diferentes grupos de indivíduos.” (p. 141) Isto levava à afirmação do “principal axioma de toda a teoria sintática do espaço: *a organização do espaço é função da forma de solidariedade social*; e diferentes formas de solidariedade social são elas próprias baseadas na sociedade como um sistema, tanto espacial, como transpacial.” (p.142, *itálicos originais*)

Entretanto, à época da publicação do livro, a aplicação, tanto da teoria como do método, ao estudo da forma espacial dos assentamentos e dos edifícios, encontrava-se muito mais desenvolvida do que sua extensão à dimensão espacial das estruturas sociais. Isto era reconhecido pelos próprios autores, para quem os conceitos expostos nos Capítulos 7 e 8 ofereciam “um referencial coerente como base para pesquisa posterior, mais do que (...) estabeleciam uma teoria definitiva.” (p. 242) Posteriores desdobramentos da teoria seriam encontrados em textos e relatórios de pesquisa subseqüentes, como veremos.

Um texto de 1987 é um bom exemplo dos avanços realizados desde 1984. Hillier et al.¹⁰² começaram o artigo retomando a velha questão do “determinismo arquitetônico”, definido como

a crença de que o desenho arquitetônico afeta o comportamento humano de alguma maneira - isto é, de que ele age como uma variável independente num processo descritível de causa e efeito. Uma grande dificuldade para decidirmos se isto é ou não verdadeiro, está no fato de que a arquitetura é, quase sempre, também uma variável dependente; projetamos para refletir, assim como para criar, um padrão de comportamento. (p. 233)

Na continuação, os autores frisavam que a pesquisa vinha revelando relações entre padrões espaciais e outros tipos de padrões “culturais” - padrões de atividades, estilos de decoração etc. - mas que seria um erro imaginar-se que todos esses traços “culturais” eram de alguma maneira “causados” por esquemas espaciais. No entanto, o ponto central do artigo era demonstrar que *existem* traços “culturais” que são determinados por padrões espaciais. Porém, isto acontece, digamos, ao longo de três “estágios”: padrões espaciais ⇒ vida espacial ⇒ “patologia” social ou bem estar. Por “vida

¹⁰² Hillier, B, R Burdett, J Peponis, and A Penn (1987) “Creating Life: Or, Does Architecture Determine Anything?”, *Architecture and Behaviour*, Vol. 3. n. 3, pp. 233-250.

espacial” os autores queriam dizer padrões de encontros sociais no espaço e eles argumentavam que o ponto levanta duas questões, não apenas uma:

o desenho espacial tem conseqüências para os padrões de “vida espacial” que acontece neles?
E a vida espacial tem conseqüências para a patologia social? A primeira questão é claramente mais arquitetônica, a segunda mais sociológica. (p. 234)

O artigo se concentrava na questão arquitetônica, partindo de dois pontos: a) a crença de que novos ambientes têm manifestamente fracassado em “criar vida” no espaço; b) a crença de que os ambientes *podem* ser desenhados de maneira bem sucedida no sentido de “criar vida”, e de que, onde isto ocorre, os efeitos sociais são benéficos.

Ao discutir se essas crenças são ou não verdadeiras, o artigo era dividido em duas partes. Na primeira parte, os autores se reportavam aos resultados da análise de uma amostra transcultural de 75 cidades, na procura de “consistências, variações e co-variações entre uma família de parâmetros espaciais.” (p. 234) A Sintaxe Espacial foi usada para “explorar como o esquema espacial urbano é constituído como uma variável *dependente*, quais propriedades de configuração são inerentes à estrutura axial [ver conceito posteriormente] dos esquemas espaciais urbanos, e como estas variam e co-variavam em diferentes condições.” (id.)

Na segunda parte, eles se reportaram a

uma série de estudos de campo em áreas urbanas, nas quais os padrões observáveis de movimento são examinados paralelamente à análise da sintaxe espacial, tentando-se estabelecer a medida em que relações sistemáticas entre os dois podem se encontradas. Em outras palavras, na segunda seção exploramos o esquema espacial como variável *independente*, e procuramos por suas conseqüências em termos de padrões observáveis de vida espacial. (p. 235)

Ora, os autores frisaram que a amostra transcultural de 75 cidades estava relacionada a “condições culturais” diversas, mas tais condições não foram explicitadas, isto é, elas não foram traduzidas em variáveis de análise que pudessem funcionar como variáveis de controle, tanto para padrões espaciais, como para padrões de encontros. Argumentarei que este é um ponto de grande importância, se quisermos explicar alguns “paradoxos” que verificamos em Brasília, por exemplo: a) lugares nos quais a sintaxe sugeriria um padrão denso de encontros, e que são desertos; b) lugares desertos em várias

condições sintáticas, mas nenhum destes com “patologia social” identificável; c) lugares que *deveriam estar* desertos, pelas hipóteses da teoria, e que estão cheios de gente. De fato, mostrarei que não há aqui paradoxo algum. Argumentarei que, ao introduzir aquelas variáveis “culturais” de controle, poderemos estabelecer intervalos mais amplos de variação, ao longo dos quais casos “não paradoxais”, assim como casos “paradoxais”, localizam-se consistentemente.

Em outras palavras, é preciso investir maior esforço no trio referido acima, porém agora invertendo a ênfase: vida social \Rightarrow vida espacial \Rightarrow padrões espaciais. Utilizarei esta expressão abrangente “vida social” no sentido de caracterizar o conjunto de padrões “culturais” que funcionam como variáveis independentes no que concerne a padrões espaciais e vida espacial. As variáveis envolvidas neste nível têm a ver com níveis de renda, categorias da divisão do trabalho e padrões de atividades, acesso diferenciado a processos de tomada de decisões, acesso diferenciado a produção material, e assim por diante. É claro que a avaliação dos atributos ao longo destas variáveis, de maneira a caracterizar-se um estado de “bem-estar social” ou de “patologia social”, dependerá de valores éticos históricos, como já sugerido, que variam ao longo de um espectro muito amplo. A avaliação de cada situação em particular dependerá assim de tais valores, *que precisam ser explicitados*, de maneira a que todos saibamos o *ponto de vista* a partir do qual tais avaliações estão sendo feitas. Um referencial teórico para isto será sugerido posteriormente.

Gostaria também de frisar que o estabelecimento da direção do trio comentado acima - padrões espaciais \Rightarrow vida espacial \Rightarrow vida social, ou, ao contrário, vida social \Rightarrow vida espacial \Rightarrow padrões espaciais - constitui simplesmente um artifício analítico que utilizamos para examinarmos a evidência empírica. No mundo real, as coisas não funcionam bem assim. Apoiando-nos mais uma vez em Giddens, poderíamos dizer que o monitoramento reflexivo das ações nos ensina o desempenho dos padrões espaciais como variáveis “independentes”, isto é, “aprendemos” ao longo de nossas vidas, conscientemente ou não, como padrões espaciais interferem nos nossos sistemas de encontros. Tal aprendizado é passado de uma geração para outra. Agora, quando considerados do ponto de vista oposto, tentamos pensar em padrões espaciais como variáveis “dependentes”, “determinadas” pela vida social. Assim, é razoável propor o seguinte: a

vida social “determina” padrões espaciais *porque* já “sabemos” algo, anteriormente, sobre o seu desempenho enquanto variáveis “independentes”. Em outras palavras, escolhemos um padrão porque “sabemos” como ele funciona, e desenhamos o espaço de maneira a satisfazer as expectativas que são informadas por tal conhecimento. (É claro que, se o conhecimento nunca será “verdadeiro” ou “completo”, há sempre a possibilidade de nos depararmos com resultados inesperados de nossas propostas espaciais. Entretanto, isto não afeta a essência do argumento) A escolha da direção da investigação no que se refere ao trio acima, constitui, pois, apenas uma questão de conveniência analítica.

Voltando ao texto de 1987, é preciso também assinalar que aqui foi introduzido outro conceito chave de Sintaxe Espacial, o de *comunidade virtual*. Tratarei deste conceito com mais detalhe posteriormente, quando considerar as maneiras de caracterizar a vida espacial. No momento, quero somente adiantar que a comunidade virtual se refere ao “campo potencial de co-presença e encontros prováveis” que está diretamente relacionado com a estrutura dos espaços abertos da cidade, e que, portanto, faz a ponte entre o primeiro e o segundo níveis de análise.

Em 1989, uma edição especial de *Ekistics* - “Space Syntax: social implications of urban layouts” -¹⁰³ constituiu-se num bom resumo do conjunto de pesquisas realizadas até então.

No artigo de abertura, Bill Hillier discutiu os fundamentos e os propósitos e descobertas mais gerais da teoria, enquanto aplicados à escala da cidade. A tese central de Hillier era de que

se formas sociais são próprias à cidade material, então requer-se logicamente que em algum sentido elas sejam um produto da vida material. É o senso comum que o afirma. Cidades de diferentes tipos culturais e diferentes escalas incorporam diferentes identidades espaciais. Nossa experiência delas parece *intrínseca* àquilo que as cidades são.¹⁰⁴

Hillier descreveu os “três tipos de leis” que são subjacentes à forma espacial em geral (e à forma urbana em particular): leis do objeto urbano em si, leis da sociedade

¹⁰³ *Ekistics*, vol. 56, 334/5, Jan.-Apr. 1989, Athens Center of Ekistics, Athens, tendo como editor-convidado John Peponis.

¹⁰⁴ Hillier (1989), op. cit., p. 5.

para o espaço e leis do espaço para a sociedade. Ao discutir as leis do primeiro tipo, ele sugeriu que os processos históricos “ativam” processos morfológicos que são “regidos por leis eles próprios” e que são essas “leis internas que, em última análise, efetivamente produzem as regularidades morfológicas globais.” (pp. 8-9) Ele exemplificou leis do segundo tipo ao referir-se às *idades instrumentais* e *idades simbólicas*, como realizando, “no espaço, esquemas e prioridades sociais completamente diferentes.” (p. 12) (Discutirei essa taxonomia quando abordar o problema tipológico) Leis do terceiro tipo foram comentadas por meio do exame de descobertas recentes concernentes às relações entre a forma física de partes de cidades, e os padrões de encontros sociais no espaço de domínio público.

Hillier também propôs um novo passo no que concerne às amplas categorias da “vida espacial”, isto é, como visto acima, os padrões de encontros sociais no espaço. Ele sugeriu que podemos identificar “quatro transformações de comunidade” numa cidade, ou seja, quatro diferentes maneiras pelas quais as pessoas se organizam no espaço, de acordo com diferentes princípios. O esquema abaixo resume essas transformações.¹⁰⁵

Tipo de comunidade	Diferenciada	Indiferenciada
Transpacial ou interna	<i>Solidariedade mecânica</i> ou diferenças de tipo espacialmente separadas	<i>Communitas</i> ou comunidade indiferenciada circunscrita e ritualizada
Espacial ou externa	<i>Solidariedade orgânica</i> ou diferenças de tipo parcialmente misturadas	<i>Comunidade virtual</i> ou comunidade indiferenciada não-circunscrita e profana

Parece claro que identidades culturais específicas constituem maneiras específicas de investir em cada uma dessas “solidariedades”. Hillier exemplificou a questão com as transformações modernas, que podem ser caracterizadas pelos conceitos de *fechamento*, *repetição* e *hierarquia*, implicando: a) desertificação dos espaços públicos; b) segmentação social em pequenos grupos integrados por identidade simbólica, e não por proximidade espacial; c) organização destes pequenos grupos em sucessivos níveis

¹⁰⁵ Idem, p. 18.

de ordem superior, separados entre si e do universo social maior.¹⁰⁶ Ele construía assim a ponte entre o segundo e o terceiro nível do trio (vida espacial/vida social), sugerindo caminhos ao longo dos quais pesquisa subsequente poderia ser realizada.

O último artigo foi escrito pelo editor John Peponis, que nos ofereceu certamente uma das melhores revisões críticas já escritas sobre as teorias da forma espacial urbana das últimas três décadas.¹⁰⁷ Peponis mostrou como, de Jacobs (1961) e Alexander (1965), passando por Banham (1971), Venturi (1972), Krier (1978), Koolhaas (1978) e Rowe & Koeter (1978), até Frampton (1980) e Jameson (1984),¹⁰⁸ um ou mais dos seguintes problemas podem ser identificados: a) inadequação ou insuficiência das variáveis morfológicas de análise; b) ignorância dos padrões globais da forma espacial urbana, em benefício da configuração local; c) descarte do espaço urbano como um importante recurso cultural. Ele concluiu por resumir algumas das principais descobertas da teoria da sintaxe, ao mostrar como propriedades de configuração podem efetivamente constituir pré-requisitos para a intensa interação local em espaços públicos, assim favorecendo o reconhecimento de diferenças culturais, a negociação e a democracia.

No restante da edição, os artigos cobriam um largo espectro. Hanson¹⁰⁹ analisou as repercussões sócio-culturais de propostas alternativas históricas de desenho, como no caso dos planos para Londres depois do Grande Incêndio de 1666. Miller¹¹⁰ mostrou como estratégias de revitalização podem seriamente prejudicar padrões anteriores de uso do espaço público, como na cidade de Lund, Suécia. Mills¹¹¹ revelou como relações espaciais constituem relações de poder nas políticas de *apartheid* da África do Sul. De

¹⁰⁶ Idem, pp. 19-20.

¹⁰⁷ Peponis, J (1989) "Space, culture and urban design in late modernism and after", *Ekistics*, op. cit., pp. 93-108.

¹⁰⁸ Jacobs (1961), op. cit., C Alexander (1965) "The city is not a tree", *Architectural Forum*, vol. 122, Apr.-May; R Banham (1971) *Los Angeles, The architecture of four ecologies*, The Penguin Press; R Venturi et al. (1972) *Learning from Las Vegas*, MIT Press, Cambridge; R Krier (1979) *Urban space*, Academy Editions, London; R Koolhaas (1978) *Delirious New York*, Academy Editions, London; C Rowe & F Koeter (1978) *Collage city*, MIT Press, Cambridge; K Frampton (1980) *Modern Architecture, a critical History*, Thames and Hudson, London; F Jameson (1984) "Post modernism, or the cultural logic of late capitalism", *New Left Review*, n. 146, Jul.-Aug, pp. 53-92.

¹⁰⁹ Hanson, J (1989) "Order and structure in urban design: The plans for the rebuilding of London after the Great Fire of 1666", *Ekistics*, op. cit., pp. 22-42.

¹¹⁰ Miller, J (1989) "Growth and renewal: The Swedish model", *Ekistics*, op. cit., pp. 56-64.

¹¹¹ Mills, G (1989) "Space and power in South Africa: The township as mechanism of control", *Ekistics*, op. cit., pp. 65-74.

minha parte, procurei discutir como o jogo de códigos espaciais opostos constróem formas espaciais e usos diferenciados, como no caso de Brasília.¹¹² Peponis et al.¹¹³ estabeleceram relações entre a densidade do movimento das pessoas nos espaços urbanos e o grau de integração destes espaços no seu contexto mais amplo, ao estudar seis cidades gregas.

Desde 1989, mais esforço tem sido feito para aprofundar o conhecimento das relações entre variáveis “culturais” (o que chamei de “vida social”, terceiro nível do trio), por um lado, e padrões espaciais e vida espacial, por outro. Hillier et al.¹¹⁴ compararam a ocorrência de crimes com a morfologia física de conjuntos habitacionais, e Penn & Hillier¹¹⁵ estudaram as relações entre padrões espaciais de interiores de edifícios com a atmosfera de inovação identificável em laboratórios de pesquisa científica.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 1

Vimos como a Sintaxe Espacial, dito em poucas palavras, objetiva o estabelecimento de relações entre a estrutura espacial de cidades e edifícios, a dimensão espacial das estruturas sociais, e variáveis sociais mais amplas, procurando revelar tanto a lógica do espaço arquitetônico em qualquer escala, como a lógica espacial das sociedades. Ao fazê-lo, o movimento de pedestres tem ocupado um lugar privilegiado no que concerne ao estudo da forma espacial da cidade. Mesmo que o movimento de pedestres seja “literalmente um subproduto de um programa de pesquisa com outros objetivos, [ou seja] a compreensão da lógica morfológica das redes urbanas”,¹¹⁶ o movimento de pedestres tem constituído de certa maneira a porta de entrada para o estudo da estrutura do espaço aberto da cidade. Avanços têm sido relatados relacionando segregação física com a desertificação de lugares. Entretanto, ao longo da evidência empírica a ser discutida neste

¹¹² Holanda, F (1989) “Brasília: the daily invention of the city”, *Ekistics*, op. cit., pp. 75-83.

¹¹³ Peponis, J et al. (1989) “The spatial core of urban culture”, *Ekistics*, op. cit., pp. 43-55.

¹¹⁴ Hillier, B et al. (1989) *The spatial pattern of crime on the Studdley Estate*, UAS, UCL, London.

¹¹⁵ Penn, A & B Hillier (1992) “The social potential of buildings: spatial structure and the innovative milieu in scientific research laboratories”, *Corporate space and architecture - International Symposium*, Lille, Lyons, Nantes, Paris.

¹¹⁶ Hillier et al. (1989) *Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement*, UAS, Bartlett School, London.

trabalho, trabalharei com casos que apresentam integração-com-desertificação e vice-versa: segregação-com-co-presença.

De fato, estas possibilidades têm sido reconhecidas na literatura. Peponis, por exemplo, argumentou que “se a morfologia espacial não cria por si própria um campo global de encontros não-programados e previsíveis, ela proporciona à sociedade urbana o meio comum para negociar estrutura e diferença. Se a sociedade classifica as pessoas em diferentes classes, papéis ou posições, o espaço urbano pode ser um dos meios de reintegração.”¹¹⁷ O espaço urbano *pode* ser isto, mas e nos casos em que efetivamente *não é*? Em outras palavras, como considerar os casos em que uma configuração de ruas similar a tantas outras nas quais verificamos intensa co-presença, mostrar-se deserta? Se há uma relação *natural* entre certas formas espaciais e certos padrões de uso¹¹⁸ - aceito e defenderei esta posição -, a teoria deve então conter os elementos que revelem as *condições* em que tal relação natural não se verifica. É preciso fazê-lo, de modo a confirmar a existência daquelas relações naturais, através da revelação do tipo de fatores que previnem sua realização em determinados casos concretos. Argumentarei que os estudos sintáticos não examinaram suficientemente tais casos “paradoxais”, e que o seu estudo pode contribuir para a teoria, ao ampliar a gama de variáveis que são realmente relacionadas aos padrões de co-presença em *todos* os casos. Em vez de argumentar que sociedades de tipo “moderno” são indiferentes à organização do espaço, como Webber ou Jameson propuseram,¹¹⁹ procurarei mostrar que exatamente o oposto parece ser o caso: tais sociedades investem fortemente em arranjos espaciais altamente formalizados e voltados para o interior dos edifícios, constituindo um tipo de estratégia espacial radicalmente *distinta* daquela encontrada em sociedades urbanas anteriores, mas nunca “indiferente” à configuração dos lugares. Também, embora todos os níveis analíticos do trio padrões espaciais/vida espacial/vida social tenham estado presentes na Sintaxe Espacial desde o começo da teoria, acredito que a pesquisa desenvolveu mais extensivamente o primeiro nível, até com grande sofisticação formal, menos o segundo, e menos ainda o terceiro.

¹¹⁷ Peponis (1989), op. cit., pp. 105-6.

¹¹⁸ Ver Hillier, B (1989), op. cit.

¹¹⁹ Jameson, F (1984), op. cit., & M Webber (1964) “The urban place and the nonplace urban realm”, in Melvin Webber et al., *Explorations into Urban Structure*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, como analisados criticamente por Peponis (1989), op. cit.

2. SINTAXE ESPACIAL: TRÊS NÍVEIS ANALÍTICOS

INTRODUÇÃO

Este Capítulo completa a discussão do referencial teórico utilizado neste trabalho. Apresentarei primeiro o desdobramento das categorias dos três níveis analíticos, ou seja, dos padrões espaciais, da vida espacial e da vida social, que pude desenvolver, com vistas ao tratamento do meu problema central. Serão caracterizados intervalos de variabilidade destas categorias e, com base nesta variabilidade, proporei uma tipologia de sistemas sócio-espaciais a ser usada aqui. Por outro lado, com base nesta tipologia, o conceito de *espaço de exceção* será melhor qualificado. Finalmente, discutirei, em maior detalhe do que foi feito na *Introdução*, os critérios utilizados na seleção dos estudos de caso a serem examinados nos capítulos empíricos que se seguirão.

Devo acrescentar também que reduzi ao máximo, no corpo do texto, codificações técnicas, tabelas, e a abordagem quantitativa das variáveis analíticas utilizadas, tanto no que se segue, como nos capítulos empíricos. Os leitores que se interessarem por aprofundar estes aspectos serão remetidos a notas de fim de capítulo e aos *Anexos* deste livro.

PADRÕES ESPACIAIS

Comentei, no capítulo anterior, como cada abordagem dos fenômenos se dá por meio de um certo conjunto de variáveis, que constituem a análise do fenômeno a partir de um determinado *aspecto*. O estudo dos aspectos da *co-presença* do espaço arquitetônico, em relação aos quais a Sintaxe Espacial ocupa um lugar central, igualmente pressupõe o desenvolvimento de um conjunto de variáveis que são peculiares a esta abordagem. No que concerne ao primeiro nível - os padrões espaciais - as categorias selecionadas devem permitir a realização dos objetivos centrais da teoria: estabelecer relações entre espaço e sociedade, a última entendida como um sistema de

probabilidades de encontros. Para fazê-lo, a teoria sintática parte da premissa de que “a organização espacial humana, seja na forma de assentamentos, seja na forma de edifícios, é o estabelecimento de padrões de relações compostos essencialmente de barreiras e permeabilidades de diversos tipos.”¹²⁰ Estas barreiras e permeabilidades são, de fato, sanções físicas a um sistema de encontros e restrições que constituem a sociedade, tanto no nível dos assentamentos, como no nível dos edifícios. Também, o sistema espacial é descrito menos em termos de sua ordem *geométrica*, do que em termos de sua ordem *topológica*, os atributos desta última sendo proximidade, circunscrição, continuidade ou descontinuidade, contigüidade, separação, integração, segregação etc.

Muitas categorias analíticas têm sido propostas e efetivamente testadas em Sintaxe Espacial desde seus primórdios. Veremos que algumas destas categorias são quantificáveis, outras podem ser tratadas somente por meio de uma abordagem qualitativa. Em alguns casos, isto pode se dar em função do nível de desenvolvimento da própria metodologia, em outros casos em função da própria categoria, que pode ser, por sua natureza mesma, refratária a tratamentos quantitativos.

O uso de todo o potencial de tais categorias, entretanto, obviamente depende da base de dados dos estudos de caso sob análise. Como já comentado brevemente na *Introdução*, estarei lidando com um material empírico muito diverso. Isto significa que a informação gráfica disponível pode não permitir a caracterização precisa de algumas variáveis em particular. Apesar disto, tentarei mostrar que a informação disponível permite a análise dos aspectos essenciais do meu problema central.

O estabelecimento das categorias do primeiro nível analítico - padrões espaciais - parte de mapas precisos dos assentamentos, que devem incluir as entradas para os edifícios devidamente marcadas. Mas, de acordo com o exposto acima, um primeiro passo a ser dado é a tradução de tais mapas em desenhos que registram apenas os diversos tipos de barreiras ao movimento de pedestres sobre o chão. Tais desenhos serão chamados de *mapas de barreiras*. Evidentemente eles contêm muito menos elementos gráficos do que os tradicionais mapas cadastrais. Compare-se, por exemplo, a base cartográfica das Superquadras Norte 405/406, de Brasília, com o mapa de barreiras da

¹²⁰ Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 54.

mesma área (Fig. 7.32 e Fig. 7.33, respectivamente).¹²¹ Tais barreiras são constituídas não apenas por edifícios isolados ou por conjuntos de edifícios formando quarteirões, mas também por jardins, piscinas, diferenças de nível, em suma, por qualquer tipo de obstáculo que restrinja o movimento. Na verdade, o mapa de barreiras contém dois tipos de elementos: obviamente as próprias barreiras (em preto nas ilustrações), mas também o sistema de espaços abertos, que sobrou delas (em branco nas ilustrações). Como as relações entre edifícios individuais se dão sempre através dos espaços abertos, a configuração destes vai influir fortemente na acessibilidade relativa entre os prédios.¹²²

O sistema de espaços abertos de uma cidade é obviamente contínuo, mas é também obviamente constituído por *elementos* que podem ser identificados e analisados - pensemos nas ruas, praças e avenidas. Hillier & Hanson propuseram que tal sistema pode ser descrito de duas maneiras, dependendo de como vamos decompô-lo analiticamente: em termos de espaços *convexos* e em termos de espaços *axiais*. Eles constituem dois tipos de *abstração* que operamos em relação ao espaço das cidades, abstração que nos permite revelar, como veremos, atributos fundamentais do meio ambiente urbano. São dois tipos de *decomposição* do sistema, registrados por meio de dois tipos de mapas, que examinaremos a seguir: o *mapa de convexidade* e o *mapa de axialidade*. Veremos que esta decomposição apenas torna explícita duas maneiras de entender o sistema urbano, que implicitamente utilizamos na compreensão de uma cidade.

Um espaço convexo corresponde ao que entendemos por "lugar" numa pequena escala: a de um trecho distinto de uma rua, a de uma praça. Ao caminhar pelo espaço aberto da cidade, sabemos intuitivamente que freqüentemente cruzamos transições (invisíveis) entre dois lugares (entre dois espaços convexos), ao dobrarmos uma esquina, ao penetrarmos numa praça. A técnica de convexidade permite explicitar essa intuição: as fronteiras invisíveis entre esses lugares se transformam em segmentos de linha reta no mapa de convexidade. Por definição, um espaço convexo satisfaz à condição de que

¹²¹ De maneira a evitar redundância, como já observado na *Introdução*, as ilustrações comentadas a seguir serão encontradas somente ao final dos capítulos empíricos.

¹²² O número de barreiras será designado por *I*, em função de "island", a denominação tradicional em inglês para este elemento, e a área total dos espaços abertos por *y*. Utilizarei sempre que possível a denominação proposta em SLS. Para algumas variáveis, embora o conceito esteja formulado, não há uma codificação estabelecida. Nestes casos, ela será proposta aqui. Quando as palavras em português que descrevem as variáveis não tiverem as mesmas iniciais que as palavras equivalentes em inglês, mantereí as iniciais correspondentes em inglês. O intercâmbio crescente entre pesquisadores de inúmeros países que estão utilizando esta teoria justifica este procedimento.

“nenhuma linha pode ser traçada entre quaisquer dois pontos do espaço que passe por fora dele.”¹²³ Para o que nos interessa neste trabalho, isto quer dizer que é possível caminhar em linha reta entre quaisquer pontos que estejam dentro de um *mesmo* espaço convexo, e isto dá a idéia, para as pessoas que estão nele, de estarem efetivamente num lugar determinado (Fig. 7.34). A Fig. 7.35 mostra o mapa de convexidade para as mesmas Superquadras Norte 405/406, e a Fig. 7.75 mostra a decomposição convexa da antiga favela do Paranoá.¹²⁴ Podemos dizer que a *técnica de convexidade* decompõe o sistema de espaços abertos de uma cidade, em *unidades de duas dimensões*.

O mapa de convexidade contém as barreiras e os perímetros dos espaços convexos, mas registra também as transições entre estes últimos e quaisquer espaços fechados, cujo acesso seja controlado por meio de portas, portões, correntes, pontes levadiças, ou quaisquer outros artifícios que marquem sem ambigüidade a diferença entre o que é âmbito público e o que é espaço controlado por uma instituição específica: uma casa, uma igreja, uma escola etc. A literatura sintática tem denominado tradicionalmente estas transições de "constituições", e diz-se de um espaço que ele é "intensamente constituído" quando, ao caminharmos por ele, passamos freqüentemente por defronte de transições para espaços fechados.¹²⁵ Neste trabalho, irei me referir a estas transições simplesmente como *entradas*.¹²⁶

Mas há uma outra forma de decomposição que também explicita nosso entendimento intuitivo da cidade: uma forte característica de identidade urbana é a maneira pela qual trechos de ruas ou praças formam seqüências ordenadas ao longo de linhas

¹²³ Idem, p. 98.

¹²⁴ Em alguns casos, em sistemas espaciais como o de Planaltina (Fig. 7.78-7.84), esta regra, como exposta acima, pode levar a mapas alternativos de convexidade igualmente válidos. De maneira a reduzir ambigüidade, adotei mais uma qualificação: em situações nas quais duas ruas se cruzam, a rua mais longa predominará como um *único* espaço convexo, e a rua mais curta será cortada pela rua mais longa. Isto parece responder bem ao senso comum, pela qual ruas mais longas são consideradas todas mais importantes, na compreensão da cidade pelas pessoas, do que as ruas mais curtas. (Pensemos, por exemplo, na malha viária de Manhattan: as longas avenidas correndo no sentido norte-sul constituiriam, assim, unidades convexas inteiras, enquanto as ruas que as cortam no sentido leste-oeste constituiriam tantas unidades convexas quanto aquelas definidas pelas avenidas que as cruzam) De certa maneira, como veremos logo a seguir, estou utilizando aqui um pouco da lógica axial do assentamento, no sentido de definir convexidade mais precisamente.

¹²⁵ Em sintaxe, o espaço "fechado" não é necessariamente coberto, mas apenas um espaço que se subtrai, por meio de qualquer barreira, ao âmbito público, como o jardim frontal de uma residência, delimitado por muro e portão, por exemplo.

¹²⁶ O número total de espaços convexos de uma área de estudo será designado por *C* e o número total de entradas de uma área de estudo será designado por *x*.

retas, às vezes com quilômetros de extensão - pensemos no Eixo Rodoviário do Plano Piloto de Brasília, ou num eixo retilíneo de cidade barroca europeia, ao longo de vias de largura eventualmente variável, atravessando praças, jardins, pontes, rótulas viárias, passando por baixo de arcos etc. Esses eixos de deslocamento organizam muitas unidades de espaço convexo em unidades morfológicas de *ordem superior*. Veremos como isto tem implicações extremamente importantes para os sistemas de encontros interpessoais. Se a técnica de convexidade permite representar o sistema espacial como um conjunto de unidades de duas dimensões, como vimos, a *técnica de axialidade* permite decompô-lo em *unidades de uma dimensão*, que serão denominadas *linhas axiais*.

O mapa de axialidade é obtido pela inserção, no sistema de espaços abertos, do “menor número de linhas retas que passam através de todos os espaços convexos”;¹²⁷ todas as barreiras devem estar separadas entre si por linhas axiais. A Fig. 7.37 mostra o mapa axial para as mesmas Superquadras Norte 405/406 (o *núcleo integrador* também foi assinalado, em linhas mais escuras - ver conceito abaixo).

Vale observar também que os elementos em que decompomos o espaço da cidade podem ser considerado tanto *localmente* como *globalmente*. No primeiro caso, interessam as características dos elementos *em si mesmos*, por exemplo, o tamanho de um espaço convexo, o comprimento de uma linha axial, ou ainda o número de vezes que uma dada linha axial é cruzada por outras. No segundo caso, interessam as características da *articulação* dos elementos entre si, qual o papel que cada um deles representa no todo do sistema, por exemplo, se uma determinada rua é mais ou menos acessível, em média, de qualquer ponto da cidade. Veremos que as categorias analíticas abaixo, ora captam atributos de natureza mais local, ora atributos de natureza mais global.

Estes procedimentos permitem a definição de muitas categorias analíticas. Muitas delas já apareciam em SLS, e muitas outras foram desenvolvidas desde então. No que se segue, comentarei, em termos preliminares, as categorias que se encontram relacionadas com o meu problema. Para fins de maior clareza, embora correndo o risco de alguma redundância entre o que segue abaixo e a parte propriamente empírica do

¹²⁷ Idem, p. 92.

trabalho, que se encontra nos próximos capítulos, descreverei estas categorias também referindo-me a exemplos reais.

*1. Percentual de espaço aberto sobre o espaço total.*¹²⁸

Esta categoria capta simplesmente a quantidade relativa de espaços abertos de um assentamento, e é expressa em percentagens. Ainda não diz nada sobre as características dos espaços convexos ou axiais tomados individualmente. Compare-se, por exemplo, a percentagem de espaços abertos da Superquadras Norte 405/406 (91.4%, Fig. 7.33) com aquela do Paranoá (38.2%, Fig. 7.74). No primeiro caso, a parte efetivamente ocupada do espaço é relativamente pequena em face da área total. Quando se caminha por uma área deste tipo, os edifícios ou quarteirões são claramente visíveis em sua tridimensionalidade, enquanto o espaço aberto é constituído por um sistema de unidades espaciais, convexas ou axiais, difíceis de identificar empiricamente. Por causa disto, este tipo poderia ser referido como “paisagem de objetos”.

No segundo caso, os edifícios são vistos mais bidimensionalmente do que tridimensionalmente. Eles funcionam como “paredes” para as avenidas, ruas, praças, becos, vielas, e percebemos mais claramente a passagem de uma unidade espacial para outra. Poderíamos nos referir a este tipo como “paisagem de lugares”. Transformações urbanísticas modernas bem poderiam ser descritas em termos da mudança de uma paisagem de lugares para uma paisagem de objetos.

2. Espaço convexo médio.

As unidades de espaço convexo - trechos de ruas, praças - variam de tamanho, assim como varia o espaço convexo médio de assentamento para assentamento, ou entre diferentes partes de um mesmo assentamento. Esta categoria será expressa em m². Lugares convexos menores têm sido historicamente identificados com utilização secular, enquanto lugares convexos maiores com utilização simbólica. Compare-se, por exemplo, o espaço convexo médio da Esplanada dos Ministérios, em Brasília (6684 m², Fig. 7.23), com aquele do Paranoá (410 m², Fig. 7.75).

¹²⁸ Para algumas variáveis existe já uma codificação tradicional, para outras, essa codificação será proposta aqui. Os leitores que se interessarem por estes aspectos mais técnicos dos procedimentos sintáticos, são referidos ao *Anexo 3*. Lá se encontrará também uma discussão detalhada sobre o procedimento de normalização referido no texto.

3. Número médio de entradas por espaço convexo.

O sistema de espaços abertos de um assentamento pode, ou não, ser intensamente “alimentado” por transições a partir dos espaços interiores. No primeiro caso, dizemos que os espaços são intensamente “constituídos”, como já comentado. No segundo caso, estas transições podem desaparecer completamente, gerando o que chamamos de espaços “cegos”, ou seja, aqueles definidos apenas por paredes, fossos, cercas, vegetação, ou quaisquer outros elementos sem aberturas que levem ao interior dos edifícios ou lotes, através das quais as pessoas possam passar. O número médio de entradas por espaço convexo nos dá o grau de “constitutividade” do assentamento. Normalmente, formas modernas são extremamente econômicas em entradas. Em Brasília, a Esplanada dos Ministérios apresenta apenas 0.81 entradas por unidade de espaço convexo, enquanto o assentamento “vernacular” de Planaltina - um clássico sistema de ruas - apresenta 11.00 entradas.

4. Percentual de espaços convexos cegos.

Trata-se de um caso particular da variável anterior, pelo que se indica a percentagem de espaços cegos encontrados no assentamento, ou seja, a percentagem de espaços sem uma única entrada. Na Esplanada dos Ministérios esse percentual chega a 67.5% (Fig. 7.24), enquanto em Planaltina ele é apenas de 6.6% (Fig. 7.80). É interessante notar como este é um atributo do urbanismo moderno de uma maneira geral, mesmo onde ele mais lembra uma cidade tradicional, como é o caso dos setores comerciais centrais do Plano Piloto de Brasília, onde o percentual de espaços cegos ainda chega a 44.5% (Fig. 7.65).

5. Metros quadrados de espaço convexo por entrada.

Aqui, o número de entradas não é simplesmente relacionado ao número de espaços convexos, mas à sua superfície. Esta categoria será expressa em m^2 . Isto nos dá a idéia da medida em que as entradas são “diluídas” pelo espaço aberto disponível. Novamente, na Esplanada, temos 8232 m^2 de espaço aberto por transição entre interior e exterior, enquanto no Paranoá este valor cai para 138 m^2 .

6. Perímetro das barreiras por entrada.

Tanto o tamanho como a natureza das barreiras (sejam edifícios isolados, quarteirões, ou elementos de qualquer outro tipo), assim como seu modo de agregação, interferem na maior ou menor intensidade de transições ao longo do seu perímetro. Por exemplo, quando proliferam os edifícios isolados, a quantidade de metros lineares ao longo do perímetro das barreiras, por constituição, obviamente aumenta substancialmente (deixa-se de “economizar” até três lados de um edifício). Isto significa que temos de andar muito mais para passar por defronte do mesmo número de portas, comparando-se com os casos em que os edifícios encontram-se agregados. Mais uma vez, as formas modernas, com sua predominante “paisagem de objetos”, apresentam índices muito maiores nesta variável. Esta categoria será expressa em metros lineares. A Esplanada apresenta 161.0 metros lineares de perímetro de barreiras por porta, enquanto o Paranoá apresenta 17.3m.

7. Economia da malha.

Esta variável relaciona o número de linhas axiais com o número de barreiras. Considere-se, por exemplo, as malhas urbanas de Planaltina e do Paranoá Velho (respectivamente Fig. 7.81 e Fig. 7.77). No primeiro caso, uma malha próxima a uma configuração regular e ortogonal implica um número bastante econômico de linhas, suficiente para separar todas as barreiras (quarteirões) entre si. No segundo caso, a irregularidade da antiga favela implica um número relativamente muito maior de linhas axiais em relação ao número de quarteirões. A medida numérica desta variável cairá sempre entre 0 e 1, para malhas respectivamente menos, ou mais, econômicas. Em casos reais, mesmo aquelas malhas que se aproximam da grelha ortogonal ainda apresentam um número maior de linhas axiais do que a malha teoricamente mais econômica possível apresentaria, como é o caso de Planaltina, onde a economia da malha chega a apenas 0.60 (ainda longe do limite teórico de 1.00, portanto). No Paranoá Velho, essa economia é muito menor (0.11), significando, em outras palavras, que um número relativamente muito maior de segmentos de ruas tem de ser percorrido, para que passemos por defronte de todos os quarteirões.

8. Integração.

A medida de integração, carro-chefe da Teoria da Sintaxe Espacial, indica o menor ou maior nível de integração entre as várias partes de um sistema em estudo,

aqui reduzido às linhas do respectivo mapa de axialidade. Esta integração tanto pode se referir a uma determinada porção da cidade, em face do todo, como pode se referir a uma linha axial específica (abstraída de uma rua ou avenida), em face do contexto onde ela se insere. Diz respeito à distância relativa de uma linha (ou de um conjunto de linhas, tomada a média das medidas das linhas) em face das demais do sistema.

Note-se que essa "distância" é de natureza antes topológica do que geométrica, ou seja, é obtida em função de quantas linhas axiais, abstraídas do sistema de espaços abertos, temos minimamente de percorrer, para ir de uma dada posição, na cidade, a outra posição, e não em função dos metros lineares de percurso que separam minimamente essas posições. Em outras palavras, num sistema muito integrado (imaginemos a malha de ruas e avenidas de Manhattan, ou novamente, de Planaltina), temos de dobrar um número pequeno de esquinas para ir, em média, de uma rua para qualquer outra do lugar. O contrário se dá num sistema menos integrado, como, novamente, o Paranoá Velho. Neste último caso, a medida de integração reflete o caráter até certo ponto labiríntico da antiga favela - como de resto é uma característica recorrente em favelas brasileiras.

Um corpo significativo de pesquisa tem demonstrado que essa distância topológica, em grande parte independentemente da distância geométrica, interfere significativamente no uso dos espaços. Termos como "raso" ou "simétrico", são encontrados, na literatura, como sinônimos para "integrado", enquanto termos como "profundo" ou "assimétrico" são sinônimos para "segregado", ou pouco integrado. A medida de integração varia teoricamente de 0 a ∞ , refletindo, respectivamente, o sistema mais profundo ou assimétrico ou segregado possível, e o sistema mais integrado ou raso ou simétrico possível. Na prática, como mostrará nossa discussão, valores dificilmente caem abaixo de 0.2, ou ultrapassam 12.0. Por exemplo, sistemas como o Paranoá Velho, menos integrados, caem apenas a 1.13 (Fig. 7.77), enquanto sistemas muito integrados, como as Superquadras Norte 405/406, em Brasília, sobem apenas a uma medida de integração de 3.34 (Fig. 7.37). No artigo de 1987, Hillier et al. se referiram a uma medida de integração média de 1.07 para uma amostra transcultural de 75 cidades.¹²⁹ Esta média é baixa, quando comparada à que encontramos entre todas as frações estudadas no

¹²⁹ Hillier et al. (1987), op. cit.

Distrito Federal, que foi de 1.53. Isto acontece devido à grande ocorrência, entre nossos estudos de caso, de frações onde predomina a "paisagem de objetos", que são sempre sistemas muito rasos.¹³⁰

9. *Inteligibilidade.*

Em Sintaxe Espacial, Inteligibilidade em uma dada área urbana é a correlação simples entre os valores da medida de integração de todas as linhas axiais, por um lado, e o número de linhas que cada linha respectiva cruza, por outro. O número de linhas cruzadas, é chamada a medida de Conectividade de cada linha e, naturalmente, a conectividade do sistema é a média das conectividades de todas as linhas. A medida de inteligibilidade trabalha com uma relação entre uma medida global (a integração), e uma medida local (a conectividade), e a idéia central é a seguinte. Se estou numa rua que é, ao mesmo tempo, fortemente integrada ao todo do sistema, e intensamente cruzada por outras ruas, tal sistema é "inteligível", porque o que percebo localmente da via (isto é, seu intenso número de cruzamentos), oferece-me uma informação sobre sua posição global (sua alta integração, que, entretanto, *não vejo* a partir dela própria). Pesquisa tem mostrado que quanto maior a inteligibilidade de um sistema, mais provável é que os fluxos, tanto de pedestres, como de veículos, se concentrem ao longo das linhas mais integradas.¹³¹ A evidência com que trabalhamos em Brasília, entretanto, levanta problemas interessantes quanto à medida de inteligibilidade, que serão discutidos oportunamente.

10. *A forma do núcleo integrador*

Em Sintaxe Espacial, o núcleo integrador significa o conjunto das linhas mais integradas do sistema.¹³² Nas cidades tradicionais, o núcleo integrador corresponde às

¹³⁰ A medida de integração tem sido mais tradicionalmente calculada por meio do programa *Axman*, desenvolvido por Nick Dalton, no University College London, e que roda na plataforma MacIntosh. Em virtude das dificuldades na utilização da plataforma MacIntosh no Brasil, utilizamos, para efeito do cálculo da medida de integração, um programa desenvolvido por Fernando Santos, que roda no ambiente Windows.

¹³¹ Hillier (1989), op. cit., and Peponis et al. (1989), op. cit.

¹³² A definição do número de linhas que constituem tal conjunto tem variado na literatura. Hillier et al. sugeriram que "o conjunto de 10% das linhas mais integradas revela a estrutura mais integrada subjacente a grandes assentamentos (mais de 100 espaços), e o conjunto das 25% mais integradas, a mesma estrutura para pequenos assentamentos." (Hillier et al. (1987), p. 227). Num texto mais recente, Peponis utilizou uniformemente 10% para uma amostra de cidades gregas - "uma percentagem convencional aplicada uniformemente no interesse de comparabilidade." (Peponis et al. (1989), op. cit., p. 44.) Tal uniformização foi necessária, neste caso, por causa das variáveis quantificadas com as quais os autores lidaram no

ruas onde se localizam comércio e serviços, mas veremos que, mais uma vez, o urbanismo moderno freqüentemente inverte essa lógica, ao localizar, por exemplo, zonas comerciais, nas partes mais segregadas do sistema.

A configuração dos assentamentos varia bastante, no que diz respeito à forma do núcleo integrador. Por exemplo, as linhas mais integradas podem penetrar o miolo do sistema, ou localizar-se em sua periferia, ou ainda combinar as duas alternativas; elas podem concentrar-se numa pequena parte do sistema, ou podem irrigar todo o conjunto. Em tramas muito integradas, o núcleo integrador tende a vazar toda a área e fortemente integrá-la ao entorno, além de integrar seus elementos entre si - este é particularmente o caso das superquadras de Brasília, por exemplo (ver Fig. 7.37, referente às Superquadras Norte 405/406). Ao contrário, em sistemas mais profundos, o núcleo tende a ficar inteiramente contido no miolo do sistema (considere-se, por exemplo, a trama “labiríntica” hipotética da Fig. 7.98, e seu respectivo núcleo integrador).¹³³ O núcleo integrador do Paranoá Velho fica no meio termo, pois algumas de suas linhas integram o assentamento ao seu entorno, e algumas são completamente internas a ele, assim irrigando o sistema mais uniformemente (Fig. 7.77). Peponis et al. procuraram caracterizar, por exemplo, uma tipologia de cidades gregas, dentre outras variáveis, em função dos atributos de seus respectivos núcleos integradores.¹³⁴ Naqueles casos, os núcleos variam desde sua concentração em uma determinada parte da cidade, até sua distribuição praticamente uniforme cobrindo toda a mancha urbana. Desenhei, a título de ilustração, outros tipos de mapas hipotéticos, dos mais rasos aos mais profundos, como

referido estudo, como a “força do núcleo integrador”. Adotei aqui uma terceira alternativa. Lidei com sistemas variando, em tamanho, de 22 a 379 linhas, e foi possível observar duas coisas: a) um percentual uniforme mascararia o núcleo integrador numa ou noutra ponta do espectro, seja por subdimensioná-lo (para sistemas pequenos) ou por superdimensioná-lo (para sistemas grandes) - em ambos casos, a estrutura não fica clara; b) os percentuais de 10% e 25% corrigem o problema até certo ponto, mas apresentam limitações: primeiro, estabelecem uma diferença muito brusca entre sistemas imediatamente abaixo e sistemas imediatamente acima de 100 linhas e, segundo, ainda resultam em núcleos muito extensos para sistemas com um grande número de linhas axiais, perdendo-se a clareza da leitura do núcleo integrador. Assim, estabeleci empiricamente uma função geométrica contínua, pela qual podemos definir um número preciso de linhas que constituem o núcleo integrador, para cada tamanho específico de sistema. A fórmula é $F(X) = 108.6615 * (X^{**}(-0.4486))$ e, para dar uma idéia preliminar dos resultados obtidos, para Planaltina (22 linhas) o núcleo integrador é constituído por 27.15% das linhas (6 linhas), enquanto para o Novo Paranoá (379 linhas), por 7.57% das linhas (29 linhas).

¹³³ Por razões técnicas, o programa utilizado aqui, já referido, adota convenções ligeiramente diferentes daquelas utilizadas pelo programa *Axman*, produzido no University College London. A RRA das linhas é representada por meio das seguintes convenções: a linha mais integrada é representada em preto; as outras linhas apresentam cores das mais quentes (vermelho) para as mais frias (azul escuro), correspondendo ao seu grau de assimetria (quanto mais quente a cor, mais rasa a linha).

¹³⁴ Peponis et al. (1989), op. cit., p. 46.

mostram as Figuras 7.94 a 7.100. Podemos ver como as características de seus núcleos integradores variam, em função de suas respectivas configurações.¹³⁵

Em resumo, as variáveis que dizem respeito aos padrões espaciais serão:

- percentual de espaço aberto sobre o espaço total
- espaço convexo médio
- número médio de entradas por espaço convexo
- % de espaços cegos
- m² de espaço convexo por entrada
- metros lineares do perímetro das ilhas por entrada
- economia da malha
- integração
- inteligibilidade
- forma do núcleo integrador

Agora, a variabilidade dos atributos morfológicos ao longo destas variáveis está relacionada a propriedades sintáticas básicas às quais irei me referir em particular, como a de *simetria/assimetria*, *distributividade/não-distributividade*, e *sincronia/assincronia*. A propriedade de simetria/assimetria, como Hillier & Hanson colocaram, resgata o “uso matemático abstrato comum da palavra, pela qual as relações entre dois espaços *a* e *b* serão simétricas se a relação de *a* para *b* for a mesma que a relação de *b* para *a*.”¹³⁶ No exemplo hipotético extremamente raso da Fig. 7.94, todas as linhas que se cruzam no centro são, desta maneira, simétricas umas em relação às outras. A propriedade de distributividade/não-distributividade diz respeito a tipos de possibilidades de percursos dentro de um sistema, no seguinte sentido: unidades espaciais, sejam convexas ou axiais, encontram-se em relação “distributiva” quando há a possibilidade de *mais-de-um-caminho* entre elas; ao contrário, encontram-se em relação “não-distributiva” quando há *um-único-caminho* entre si. No exemplo teórico extremo da Fig. 7.100, há apenas

¹³⁵ Até agora, referi-me aos núcleos integradores apenas visualmente. Mas também temos maneiras de quantificar vários de seus atributos. Por exemplo, irei classificar as linhas do núcleo integrador, de acordo com suas relações com o exterior, em três diferentes categorias: a) linhas completamente contidas no núcleo do sistema, isto é, linhas que não conectam o sistema diretamente com o exterior (linhas de tipo 0); b) linhas que conectam o sistema ao entorno apenas em uma direção (linhas de tipo 1); c) linhas que conectam o sistema com o entorno nas duas direções (linhas de tipo 2). Comentarei sobre a importância desta classificação ao longo da análise empírica, assim como sobre outras mensurações concernentes ao núcleo integrador, já desenvolvidas por pesquisa.

¹³⁶ Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 94.

um único caminho possível entre qualquer linha do sistema e qualquer outra - este constitui o esquema mais não-distributivo teoricamente possível. Finalmente, a propriedade de sincronia/assincronia, tem a ver com a *quantidade de espaço* investida nas relações entre os elementos de um esquema. Pode haver *sincronia convexa*, como no exemplo do enorme espaço central da Esplanada dos Ministérios de Brasília (Fig. 7.23), e pode haver *sincronia axial*, que é introduzida, por exemplo, pelos dois longos eixos que se cruzam no meio do “labirinto globalizado” hipotético da Fig. 7.96, sem os quais teríamos o mapa axial radicalmente assincrônico do exemplo, também hipotético, do “labirinto” da Fig. 7.98. Os exemplos trabalhados nos capítulos empíricos contribuirão para a ilustração destas noções fundamentais.¹³⁷

VIDA ESPACIAL

Vimos como Hillier sugeriu categorias abrangentes concernentes à vida espacial, por meio do modelo “as quatro transformações da comunidade”. Sugiro que há duas maneiras de considerarmos operacionalmente a questão. Por um lado, podemos mapear a vida espacial sobre o chão por meio do número e das características das pessoas que se encontram nos espaços interiores e exteriores. Por outro lado, podemos fazer uma amostragem com a população envolvida, por intermédio da aplicação de questionários, de maneira a detectar o como ela pertence aos vários grupos sociais existentes no assentamento sob análise. Consideremos cada uma destas alternativas por vez.

Mapeando a vida espacial nos espaços fechados

Vimos que o padrão configurativo dos assentamentos é constituído por dois tipos fundamentais de elementos: as ilhas espaciais e as unidades de espaços abertos. Segue-se que a vida espacial é organizada em função destes elementos. Por um lado, os grupos sociais que ocorrem no interior dos edifícios são distintamente constituídos por pessoas específicas, realizando tarefas próprias. Tais grupos distinguem-se sem ambigüidade do resto do assentamento pelas paredes externas dos edifícios que os abrigam, aos quais associamos “rótulos” como casas, lojas, escolas, hospitais, e assim por

¹³⁷ Para uma discussão mais detalhada, ver Hillier & Hanson (1984), op. cit., pp. 62 ss., e pp. 92 ss.

diante.¹³⁸ Por outro lado, a co-presença no espaço aberto varia não apenas de acordo com a natureza de tais rótulos, que podem “alimentar” mais ou menos intensamente o espaço aberto, mas também de acordo com as medidas de integração das linhas axiais da malha urbana, como tem sido largamente demonstrado por pesquisa. Vamos primeiro considerar as variáveis concernentes à qualidade e quantidade dos rótulos, para em seguida considerarmos as variáveis relacionadas ao uso do espaço público.

Sugiro que são as seguintes as variáveis que devem ser consideradas, naquilo que diz respeito aos rótulos de um assentamento humano:

1. *Variedade dos rótulos*

Os rótulos, pela sua própria natureza, têm diferentes tipos de impacto no seu entorno, no que se refere à geração de viagens para os respectivos edifícios. Por exemplo, tais impactos podem ser concentrados ou distribuídos ao longo das horas do dia: escolas pertencem ao primeiro caso, lojas ao segundo. Além disso, tal impacto, seja concentrado ou distribuído no tempo, pode variar de acordo com o período do dia - manhã, tarde, noite - ou de acordo com o dia da semana - dias de trabalho, sábados, domingos. Pesquisa sintática tem argumentado que tal variação tem pouco impacto nos padrões de co-presença, mas argumentarei que há casos em que ela é crucial, mesmo em situações urbanas “normais”.¹³⁹ Além disso, a tipologia dos rótulos de uma fração pode ou não favorecer a troca entre diferentes tipos de pessoas. Centros cívicos isolados efetivamente *constituem* o isolamento dos funcionários públicos em face da vivência urbana mais ampla - isto é muito claro, por exemplo, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e tem de ser levado em conta, quanto às suas conseqüências para os padrões de encontros interpessoais.

2. *Densidade dos rótulos*

¹³⁸ Prefiro utilizar a palavra “rótulo”, em vez de “uso”, como é mais corrente na literatura, porque a primeira veicula uma idéia mais abrangente do que acontece no interior das edificações: como veremos melhor nos capítulos empíricos, é fundamental considerar não apenas as *atividades* que ocorrem nos espaços fechados, mas as *categorias de pessoas* que as desenvolvem. Depende de ambos o impacto resultante nos espaços públicos abertos, em termos de co-presença.

¹³⁹ Hillier et al. (1987), op. cit., assim como Peponis et al. (1989), op. cit., argumentaram neste sentido. Comentarei sobre resultados de pesquisa referentes a tradicionais centros urbanos brasileiros, nos quais há uma marcante variação de co-presença ao longo de uma mesma linha axial, dependendo dos padrões de uso ao longo delas.

A simples densidade da ocorrência dos rótulos obviamente leva a marcantes diferenças nos padrões de co-presença. Compare-se, por exemplo, o bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, com seus 3.000 habitantes por hectare, mais a grande quantidade de lojas e escritórios, com a densidade do Plano Piloto de Brasília, estimada em cerca de 20 habitantes por hectare.¹⁴⁰

3. Relações entre rótulos e padrões espaciais

Esta variável considera os rótulos em sua relação com os atributos sintáticos do lugar onde eles estão situados. Em situações urbanas típicas, por exemplo, atividades centrais (lojas, escritórios) geralmente se localizam ao longo das linhas mais integradas do sistema, enquanto é comum que, na cidade modernista, isto aconteça aleatoriamente, ou, pior ainda, que as atividades centrais se localizem exatamente nas partes mais segregadas do sistema, como veremos. Esta é uma maneira extremamente clara de contrastarmos esses tipos mórficos.

4. Relações dos rótulos entre si

A mistura de rótulos tem constituído um apelo constante no sentido da melhoria da qualidade urbana, pelo menos desde o livro de Jane Jacobs.¹⁴¹ Esta variável procura caracterizar a maneira pela qual os rótulos se relacionam entre si, formando ambientes diversificados ou não. Em geral, não-diversidade implica um espaço público pobremente utilizado. Toda a área central de Brasília é típica disto: a especialização de setores do centro urbano para atividades específicas (escritórios, hotéis, bancos, hospitais, e assim por diante) leva a padrões de co-presença próprios a cada uma destas áreas, que resulta do impacto específico que cada rótulo tem no seu entorno. Vamos agora considerar os padrões de uso no espaço aberto público.

Mapeando a vida espacial nos espaços abertos

Como já vimos, as relações entre os padrões espaciais e a co-presença no espaço aberto não são determinísticas. A teoria trabalha com a hipótese de que, *potencialmente*,

¹⁴⁰ Esta é a densidade bruta estimada para o Plano Piloto mais o seu entorno imediato, a partir de trabalhos didáticos realizados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. A densidade das superquadras, considerado apenas o perímetro de aproximadamente 250 x 250 metros, que circunscreve os edifícios residenciais e os equipamentos locais como jardim de infância e escola-classe, gira em torno de 200 habitantes por hectare.

¹⁴¹ Jacobs, Jane (1961), op. cit.

certos padrões espaciais correspondem a certos padrões de co-presença. Hillier discutiu estas relações por meio do conceito de *comunidade virtual*:

Argumento que a crença de que a forma espacial não tem efeitos sobre as pessoas e a sociedade, é flagrantemente absurda. Se assim fosse, poderíamos projetar qualquer monstruosidade impunemente. Proponho que os efeitos determináveis da forma espacial sobre as pessoas são tanto limitados quanto precisos. A forma espacial, sugiro, cria o *campo de encontros prováveis* - ainda que *nem todos* possíveis - *dentro do qual vivemos e nos movemos*; levando, ou não, à interação social, tal campo é *em si próprio um importante recurso sociológico e psicológico*. Procurarei mostrar que tal campo tem um *estrutura* definida, assim como propriedades de *densidade e rarefação*. Ele portanto merece um nome. Irei chamá-lo de *comunidade virtual*, querendo dizer que ele existe, ainda que seja latente e irrealizado. A comunidade virtual é o *produto direto do desenho espacial*.¹⁴² (Itálicos no original)

Hillier frisou que a comunidade virtual é um *campo de encontros prováveis*, não um sistema de co-presença real. Por outro lado, ele também frisou que a comunidade virtual é *descritível* e que é o *produto direto do desenho espacial*. Mas em que termos ela tem sido efetivamente descrita? Sugiro que o corpo de pesquisa sintática desenvolvido até agora relaciona o conceito de comunidade virtual a *dois* tipos de variáveis, não a *um*: a) variáveis que descrevem a *configuração espacial* (principalmente axial), por um lado, e b) variáveis que descrevem os *padrões de encontros*, isto é, o número de pessoas paradas ou em movimento nos lugares públicos, por outro. Hillier argumentou que estas variáveis para uma dada área são consistentemente correlacionadas e que “esta relação é a *estrutura* da comunidade virtual para aquela área.” Assim, a comunidade virtual é descrita com referência a ambas as instâncias. Entretanto, para maior clareza, sugiro que podemos separar estas instâncias, pelas razões que se seguem.

Ao discutir o conceito de comunidade virtual, Hillier lidou com três categorias: *integração*, *inteligibilidade* (ver conceitos acima) e *predictibilidade*. A terceira - *predictibilidade* - foi descrita em termos da correlação entre os valores de *integração* e os níveis de co-presença das linhas axiais: se as linhas mais integradas apresentam maiores níveis de co-presença, maior será a *predictibilidade*, isto é, ela tende a se aproximar de 1; e vice-versa, ou seja, quanto menor for aquela correlação, mais a *predictibilidade* se aproximará de 0. Fica claro que a *predictibilidade* não pode ser identificada em projetos

¹⁴² Hillier (1989), op. cit., p. 13.

ainda não realizados, pois não temos co-presença real para medir. Nestes casos, somente co-presença *potencial* pode ser indicada, por referência exclusivamente àquelas variáveis de caráter estritamente espacial: integração e inteligibilidade. Predictibilidade é assim um índice de *realização* dos padrões de co-presença nos espaços já em uso, quando comparado à *potencialidade* indicada pelas medidas de integração e inteligibilidade.

No estudo da comunidade virtual é assim interessante caracterizar dois níveis de descrição. O primeiro nível, que indica a potencialidade de co-presença de uma área, é descrito a partir do próprio mapa de axialidade, por meio de sua medida de integração, mais um “índice de probabilidade”, dado pela inteligibilidade do sistema. Para efeito de ilustração gráfica da medida de predictibilidade, utilizamos aqui uma segunda convenção (que não as cores referidas anteriormente) para a medida de integração, ilustrada no mapa de Planaltina (Fig. 7.82): a espessura das linhas varia de acordo com o seu respectivo grau de integração, ou seja, e ainda de acordo com a hipótese da teoria, com os níveis de co-presença potencial, em altas condições de inteligibilidade (0.98, neste caso). Este mapa não diz ainda nada em termos do número real de pessoas nas ruas, mas sobre sua *relativa distribuição potencial*, como função da configuração do lugar. A espessura das linhas é absolutamente convencional, mas está rigorosamente correlacionada com a sua respectiva medida de integração. Porém esta mesma convenção é utilizada em todos os estudos de caso, de maneira que possamos facilmente compará-los, em termos dos valores absolutos e relativos de suas respectivas medidas de integração. Tal procedimento permite também uma comparação visual imediata, como veremos, com o mapa da real co-presença das pessoas nos espaços abertos. Chamarei este mapa, que indica apenas, repito, os níveis potenciais de co-presença, pelo que ele realmente é: *mapa de integração*.

Mas sugiro que esta configuração espacial (axial, no caso) como “importante recurso sociológico e psicológico” para interação entre as pessoas, está ainda a *dois* passos de uma comunidade real, não a *um* passo. A comunidade do tipo ao qual estamos nos referindo, isto é, aquela que é “indiferenciada, não delimitada e profana”,¹⁴³ depende, assim propõe a teoria, de tal recurso cultural - o espaço - para que possa se

¹⁴³ Conforme o modelo das “quatro transformações da comunidade”, comentado no Capítulo 1.

realizar. Mas como a configuração espacial, mesmo em condições de alta inteligibilidade, é *ainda* uma potencialidade, precisamos teoricamente de mais um passo antes de falarmos sobre a materialização da comunidade: esta potencialidade precisa se realizar, e um outro tipo de recurso cultural tem de estar disponível, ou seja, a presença real de pessoas nas ruas, que constitui um passo mais próximo da interação real. Aqui chegamos ao segundo nível de descrição, ao qual Hillier se referiu como *índices de encontros*, ou *índice de co-presença*. Mapas de um segundo tipo serão elaborados, e confrontados com os mapas de integração comentados acima, que indicam a co-presença apenas potencial. O procedimento será similar. Os fluxos de pedestres detectados ao longo das linhas axiais serão traduzidos para uma convenção gráfica, de maneira a facilitar visualmente sua leitura e sua comparação com as respectivas medidas de integração daquelas linhas. Chamarei este mapa de *mapa de co-presença* (Fig. 7.83, por exemplo). É claro que ele só pode ser feito para espaços já existentes, não simplesmente projetados. O índice de correlação entre os valores do primeiro e do segundo mapas é precisamente o que Hillier denominou *predictibilidade*. Chegamos assim às duas variáveis específicas que se referem ao mapeamento da vida espacial nos espaços abertos: co-presença real e *predictibilidade*.

Irei me reportar a casos em que, mesmo em condições de alta inteligibilidade, a correlação encontrada entre os valores da co-presença potencial e aqueles da co-presença real não são altos. A questão é: como explicar exemplos como este, que contradizem resultados de pesquisa já registrados para tantos casos?

A resposta pode residir em muitos fatores. Primeiro, isto pode se dar em função de outros aspectos espaciais, porém relacionados a variáveis que não a axialidade (consideraremos casos em que isto é muito importante). Segundo, a interferência dos rótulos pode ser muito grande, como comentado acima. Terceiro, ainda que padrões e rótulos espaciais mantenham-se constantes, a variação da co-presença pode se dar em função do real sistema de encontros, isto é, os reais arranjos sociais e a maneira pela qual eles se realizam na sociedade em questão. Em outras palavras, por alguma razão, as pessoas não exploram, em tais casos, o espaço aberto como recurso cultural, mas realizam um sistema de interação social noutros lugares: na sua própria casa ou na casa de amigos, em clubes exclusivos, em restaurantes da moda, em templos religiosos, e assim por diante. Chegamos assim à segunda maneira pela qual consideramos a questão da vida

espacial, por meio da caracterização das maneira pelas quais as pessoas pertencem aos vários grupos sociais.

Amostras de arranjos sociais

Vimos que, em Hillier & Hanson, o conceito de *solidariedade* refere-se a princípios organizadores de encontros. Grupos sociais de diferentes solidariedades têm diferentes materializações espaciais, no sentido de que os indivíduos pertencentes a tais grupos se agregam de diferentes maneiras no espaço e no tempo. Eles podem se agregar em espaços perfeitamente definidos (espaços internos), ou eles podem se formar em espaços públicos abertos não categorizados (espaços externos); eles podem variar de acordo com a amplitude das distâncias físicas que separam seus membros na vida cotidiana; eles podem se relacionar diferentemente com o tempo, desde grupos que podem se formar casualmente ao longo do dia, até grupos que se reúnem em momentos especiais, definidos ao longo de um calendário altamente formalizado.

Toda sociedade contém grupos cuja estrutura varia ao longo dessas dimensões. Mesmo considerando que cada grupo social pode utilizar diferentes estratégias espaciais, em geral eles se caracterizam estruturalmente por um determinado e específico modo de vida espacial. O mesmo vale para sociedades inteiras: o “espírito de uma época” tem também características de vida espacial que lhes são próprias. Veremos, por exemplo, que a modernidade investe fortemente em encontros sociais altamente segmentários e formalizados, realizados preferencialmente no interior dos edifícios.

Tentarei caracterizar as solidariedades que encontramos nos estudos de caso analisados. Mesmo que pudéssemos operacionalmente mapear todo o universo da vida espacial, tanto em espaços internos como em espaços externos, num certo momento, ainda não teríamos informações-chave acerca da estrutura dos sistemas de encontros, desde que os indivíduos freqüentemente pertencem a vários grupos de arranjos na sociedade. Este pertencer variado será analisado, em casos “históricos”, por referência a fontes secundárias. Para o estudo de Brasília, uma enquête foi feita com os habitantes de algumas partes da cidade. As pessoas eram solicitadas a responder um questionário, que permitia a caracterização principalmente de dois tipos de variáveis: a) aquelas referentes a atributos básicos socio-econômicos e b) aquelas referentes à estrutura dos arranjos sociais. Com isto em mãos, foi possível correlacionar não apenas estas duas

classes de variáveis entre si, mas também cada classe separadamente, ou ambas juntas, com as variáveis referentes aos padrões espaciais e com aquelas referentes ao mapeamento da vida espacial nos espaços fechados e abertos. A intenção foi de isolar fatores outros que não os espaciais, que explicassem os índices de co-presença no âmbito do espaço aberto urbano, assim como, por outro lado, eventualmente confirmar as variáveis da forma espacial que se mostrassem efetivamente responsáveis pelos padrões de co-presença.

Em resumo, as variáveis referentes à vida espacial como um todo serão:

- variedade de rótulos
- densidade de rótulos
- relações entre rótulos e padrões espaciais
- relações dos rótulos entre si
- presença real nos lugares abertos
- predictibilidade
- relação entre arranjos nos espaços internos e nos espaços externos
- amplitude espacial dos arranjos
- arranjos casuais versus arranjos formais

Consideramos até agora os níveis dos padrões espaciais e da vida espacial, e voltamo-nos agora para o último nível que deve ser levado em conta, isto é, aquele referente às variáveis que dizem respeito à vida social em termos mais amplos, e que serão relacionadas às variáveis dos dois níveis anteriores. Não se trata de se examinar uma gama ampla de atributos sociais, mas de selecionar aqueles que contêm uma dimensão espacial embutida, como Hillier & Hanson já argumentaram tanto tempo atrás. As questões a serem respondidas são: quais as características sociais que requerem uma ou outra forma de realização espacial? Quais as variáveis que mais adequadamente descrevem tais características? Finalmente, e mais especificamente, quais os atributos da vida social que implicam a realização de espaços de exceção? Estas questões serão tratadas a seguir.

VIDA SOCIAL

Vimos que “vida social” refere-se, neste trabalho, a um conjunto de atributos socioeconômicos gerais, que podem estar relacionados à questão da lógica social dos padrões espaciais e da vida espacial. Trata-se de oferecer uma interpretação de como padrões espaciais e a vida espacial podem ser partes constituintes de “modos de vida”, mas a realidade que é tratada por meio de conceito tão amplo é sempre abordada de um ponto de vista específico. De fato, cada tarefa de pesquisa escolhe uma família limitada de questões que constituem uma pequena parte de um modo de vida. Assim foi, por exemplo, com as investigações relacionando padrões espaciais e a localização de crimes em áreas urbanas, ou relacionando padrões espaciais e inovação em laboratórios de pesquisa científica, como referido acima. De qualquer maneira, temos de definir quais são os indicadores de vida social, que possam ser medidos contra padrões espaciais ou vida espacial. É claro que isto sempre envolve a questão da avaliação ética que apontará para situações, digamos, de “bem estar” ou de “patologia” social. Para maior clareza, entretanto, sugiro que é analiticamente tanto possível como útil, estabelecer primeiro a congruência entre as variáveis em cada um destes níveis, antes de embarcar em qualquer julgamento ético. Consideramos acima variáveis referentes a padrões espaciais e variáveis referentes a vida espacial. Temos de complementá-las com variáveis de vida social, de maneira a permitir as correlações entre essas três classes. Com essas congruências tornadas explícitas, podemos dar o passo seguinte: ao adotar um ponto de vista ético específico, estaremos aptos a avaliar esta ou aquela estratégia como “boa” ou “má”. Estamos agora no âmbito dos “valores arquitetônicos históricos”, como comentado acima na discussão sobre a disciplina da arquitetura. Oferecerei adiante também um referencial pelo qual a questão da tipologia espacial pode ser tratada, e que constituirá, ao mesmo tempo, uma base para aquela avaliação.

Antes disto, entretanto, quero ainda fazer uma observação que vincula esta discussão, a meu ver, com os fundamentos da Sintaxe Espacial. Esta teoria tem por objetivo, em última instância, estudar as implicações sociais de um específico produto cultural: o espaço arquitetônico. Tais implicações cobrem uma área muito vasta da vida social. Poderíamos mesmo inverter o argumento e dizer que muitos aspectos da vida social têm dimensões espaciais embutidas. Não creio que a Sintaxe Espacial tenha jamais pretendido que *todos* os aspectos da vida social tenham *apenas* dimensões espaciais, assim fazendo da Sintaxe Espacial uma teoria total e/ou excludente. Por um lado,

as intenções deste esforço teórico têm sido muito mais modestos; por outro, suas descobertas têm sido extremamente originais e profundas. Os propósitos têm sido de *olhar para sociedades espacialmente*, independentemente do que mais as sociedades possam ser, ou como possam ser descritas. O principal axioma da teoria é de que, somente se fazendo isto, podemos melhorar nossa compreensão das relações entre a arquitetura e a sociedade. Do lado das descobertas, tornamo-nos muito mais capazes de revelar em que medida o espaço arquitetônico é constitutivo de estruturas sociais, como ele contribui para o acesso diferenciado à vida material e imaterial, como ele constitui relações de poder e controle. Poderíamos argumentar que idéias como “poder” e “controle”, ou mesmo “política” e “ideologia”, somente se tornam *reais* por meio de *artifícios de materialização* que as *fazem* reais: crenças, línguas naturais, gestos, a força armada, tecnologias, ... o espaço arquitetônico. De maneira semelhante ao argumento referente ao conceito de arquitetura no capítulo anterior, cada ciência social pode ser considerada como um ponto de vista determinado sobre a sociedade: cada uma delas estuda uma determinada família de “invenções sociais” que faz da sociedade algo real; cada uma delas olha a sociedade de um certo ângulo.

Entretanto, o senso comum nos ensina que as sociedades são de alguma maneira todos articulados, em que se encaixa a enorme variedade de nossas práticas (nossos “artifícios de materialização”). Em outras palavras, há um nível de ordem de natureza mais profunda, que é subjacente à variedade das realizações humanas empiricamente observáveis. Embora este não seja um trabalho de sociologia, esta questão pressupõe, pelo menos, a adoção de alguns conceitos gerais em teoria social, em relação aos quais a variação espacial possa ser mostrada como um elemento constituinte, isto é, uma forma por meio da qual tais dimensões abstratas manifestam-se no mundo real. Meu objetivo neste trabalho é examinar os atributos das formações espaciais como todos, de maneira a compreender a lógica de um caminho que envolve o que chamei de espaços de exceção. Para isso, aqueles conceitos abstratos têm igualmente que lidar com formações sociais no seu todo. Irei sugerir que a díade marxista infra-estrutura/superestrutura constitui o referencial adequado para tal tarefa, e é para tal discussão que agora nos voltamos.

A “metáfora construtiva” de Marx, como expressa na clássica passagem do Prefácio à *Contribuição crítica à economia política*, é a referência obrigatória para iniciarmos a discussão sobre as práticas sociais, sua classificação e suas mútuas relações:

Na produção social de sua existência, os homens inevitavelmente estabelecem relações definidas, que são independentes de sua vontade, particularmente relações de produção apropriadas a um dado estágio de desenvolvimento de suas forças materiais de produção. A totalidade destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a fundação real, sobre a qual se levanta um superestrutura legal e política e à qual correspondem formas definidas de consciência social.¹⁴⁴

Autores têm desde então debatido se as intenções originais de Marx conotavam uma relação mecânica, de mão única, entre a econômica e a política ou a ideologia, ou se tais relações eram de natureza mais sutil e complexa. Engels foi talvez o primeiro a atacar o que ele implicitamente caracterizou como um reducionismo grosseiro:

de acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *em última instância* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isto nem Marx nem eu jamais afirmamos. (...) teorias políticas, jurídicas e filosóficas, pontos de vista religiosos, e o seu desenvolvimento em sistemas de dogmas - também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas, e em muitos casos preponderam na determinação de sua *forma*. (...) Se assim não fosse, a aplicação de um teoria sobre qualquer período da história seria mais fácil do que a solução de uma simples equação de primeiro grau.¹⁴⁵ (itálicos no original)

Mas é verdade que alguma ambigüidade ainda resta depois de lermos a passagem acima, porque, a menos que tenhamos claro o significado de “determinação”, ainda tendemos a procurar pela explicação da superestrutura social diretamente na base econômica, mesmo que isto implicasse apelarmos para equações de segundo ou terceiro graus...¹⁴⁶ Williams discutiu esse problema ao se referir ao significado dos termos originais em alemão usados por Marx, e sugeriu que o “estabelecimento de limites” é uma interpretação muito mais correta daqueles termos, do que “determinação” num sentido

¹⁴⁴ Marx, K (1977) *A contribution to the critique of political economy*, Progress Publishers, Moscow, p. 20.

¹⁴⁵ Carta de Engels para Bloch (Set. 1890), citada em Williams, R (1977) *Marxism and literature*, Oxford University Press, Oxford, p. 79.

¹⁴⁶ “Equações” de tal tipo foram sugeridas por Althusser, por meio de suas idéias de “determinação” e “dominação”: em certas formações sociais, ele argumentou, a estrutura econômica “colocaria” a política ou a ideologia numa posição “dominante”, a determinação última permanecendo assim com a economia. Mas o próprio Althusser não estava muito à vontade com sua proposição, quando ele reconhecia que era difícil separar processos sociais, sem ambigüidade, em práticas “infra-estruturais” ou “superestruturais”. In Althusser, L (1977) *Lenin and Philosophy and Other Essays*, NLB, London, p. 141.

positivo, definindo uma direção precisa.¹⁴⁷ Mais importante ainda, ele frisou que, quando Marx afirmou que “os homens fazem a história, mas não em circunstâncias que escolhem livremente,”¹⁴⁸ ele entendeu essas circunstâncias como *historicamente objetivas*, isto é, feitas pelo homem e transformáveis pelo homem, e não *abstratamente objetivas*, isto é, resultantes de algum tipo de lei natural e portanto eterna. Circunstâncias históricas são assim *herdadas* mas não *incontroláveis*.

Este tipo de raciocínio está cada vez mais apoiado pelos avanços no conhecimento que vimos ganhando ao longo deste século, com a contribuição das disciplinas da arqueologia e antropologia. Giddens, por exemplo, comentou em detalhe como o aparecimento da forma política do *estado* variou no que diz respeito à base material das sociedades que o implementaram: ele pode ter se relacionado com crescimento econômico levando a maiores contingentes populacionais, mas também pode ter aparecido em circunstâncias de declínio econômico; também, houve um grande intervalo entre a revolução neolítica e a formação do estado, uma mesma “ordem social” sendo portanto adequada a outra realidade material, radicalmente transformada.¹⁴⁹ A etnografia de sociedades africanas pré-coloniais ilustra como estruturas de dominação, qualificadas pelo controle sobre o acesso ao conhecimento e a práticas simbólicas, variam de cultura para cultura, ainda que sobre a mesma base econômica.¹⁵⁰ A própria evidência que apresentarei irá apontar para importantes variações políticas e cerimoniais, construídas sobre mesmos modos de produção material. Em outras palavras, as sociedades humanas têm sido altamente “criativas” ao usar as *possibilidades* colocadas à sua disposição pelas condições materiais de sua existência, elas próprias criadas pelos homens. “Possibilidade” é um conceito chave. Como Giddens apontou, a invenção da comunicação instantânea a longa distância, através do telégrafo eletromagnético de Morse, por exemplo, criando pela primeira vez na história a distinção entre modos de transporte e modos de comunicação, foi uma pré-condição para o enorme crescimento da integração espacial trazida com o capitalismo, pelo que “o estado-nação substituiu a cidade como a caldeira do poder.”¹⁵¹ Mas o outro lado da moeda também importa. Não são todas as

¹⁴⁷ Ver especialmente Williams (1977), op. cit., partes II.1 e II.2.

¹⁴⁸ “The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte”, in K Marx (1977) *Surveys from exile*, Penguin Books.

¹⁴⁹ Giddens (1986), op. cit., p. 249.

¹⁵⁰ Ver casos referidos em Hillier & Hanson (1984), op. cit.

¹⁵¹ Giddens (1981), op. cit., p. 189.

possibilidades criadas pela base material que são colocadas em uso pelas sociedades. Em outras palavras, as invenções sociais no nível material podem ser consideradas como inúteis por séculos, se não há adequadas condições superestruturais para colocá-las em uso. A invenção da roda, na América pré-colombiana, é um exemplo clássico: apesar de ser longamente conhecida e usada em brinquedos, não resultou em impacto social significativo.¹⁵²

Entretanto, se características superestruturais não são positivamente determinadas pela base material no sentido da existência de leis objetivas oriundas da economia para a definição de precisas instâncias políticas ou ideológicas, ainda faltam conceitos referentes à natureza dos fatores presidindo a variação daquelas instâncias superestruturais. Giddens, por exemplo, apesar da grande importância de seu trabalho recente, deixou de oferecer tais conceitos. Ou, melhor dizendo, ele solucionou o problema ao colocar um forte peso nas “motivações” humanas como substituto para “fatores estruturais”.¹⁵³ Sua discussão sobre a teoria de Carneiro acerca da origem do estado é típica disto. Ele concordou que a teoria conseguia esclarecer “um certo conjunto de circunstâncias [e que isto] não implica necessariamente que ela é logicamente falha.” Entretanto, de acordo com Giddens, ela não é generalizável, e ele próprio não achou necessário propor uma teoria própria sobre o assunto, nem afirmou que, por alguma razão, tal exercício fosse desnecessário.

Hillier & Hanson, em SLS, também criticaram a visão mecanicista da dualidade infra-estrutura/superestrutura pela qual seus elementos são vistos como “entidades definidas e separadas.”¹⁵⁴ Para estes autores, elas são “apenas diferentes modalidades para lidar-se com a reprodução da sociedade.” Entendo que eles caracterizaram essas diferentes modalidades utilizando fundamentalmente as categorias dos níveis 1 e 2 (padrões espaciais e vida espacial), e que, superpor a estas as categorias de “vida social”, como estou pretendo fazer aqui, estava além dos objetivos do livro. Pretendo abordar este tema, isto é, entender sob quais circunstâncias há congruências específicas entre padrões espaciais e vida espacial, por um lado, e categorias específicas de agentes e/ou práticas sociais, por outro.

¹⁵² Katz, F (1966) *Situación social y económica de los Aztecas durante los siglos XV y XVI*, Universidad Nacional Autónoma de México / Instituto de Investigaciones Históricas, p. 25.

¹⁵³ Giddens (1986), op. cit., p. 237.

¹⁵⁴ Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 222.

Os argumentos acima apóiam meu ponto de vista de que, em vez de falarmos em práticas infra-estruturais “determinando” práticas superestruturais, é mais razoável falar sobre *dimensões* variáveis de práticas, cujos pólos extremos se referem, por um lado, às relações entre o homem e a natureza, e, por outro, às relações dos homens entre si. Não é possível, em termos reais, existirem práticas localizadas exclusivamente em qualquer desses pólos. Entretanto, as sociedades ao longo da história têm tratado estas dimensões de maneira distinta, algumas vezes fortemente isolando-as em práticas ou agentes específicos, algumas vezes fazendo-as fundir-se em mesmas práticas. Somente nos primeiros casos essas dimensões abstratas quase coincidem com práticas ou agentes empiricamente observáveis. Tal variação não é percebida por importantes autores como Giddens. Argumentarei que, mais importante do que identificar se tal ou qual forma superestrutural surgiu de tal ou qual base material, é identificar como, em modos de produção semelhante, dimensões superestruturais se realizaram no esquema global das práticas sociais numa dada formação. A questão é que tal variação em tratar estas dimensões, têm implicações espaciais tanto quanto sociais. Encontramos sociedades em relação às quais autores como Althusser estariam ainda mais em apuros do que usualmente, para classificar as práticas como infra- ou superestruturais (os Hopi serão um bom exemplo disto, como veremos); mas também encontramos sociedades não necessariamente divididas em classes sociais - como tradicionalmente definidas economicamente - nas quais os agentes e suas práticas são claramente divididos em duas categorias, fortemente separadas no espaço e no tempo (este é o caso dos Zulus, como também veremos). Nestes casos, certos grupos de pessoas constituem quase exclusivamente agentes “ideológicos” ou “políticos”, fortemente isolados da produção da vida material, ainda que obviamente mantendo-se como consumidores desta produção.

Ora, se conseguirmos mostrar que estas variações ao longo de tão fundamental dimensão de ordem social, ocorrem paralelamente com variações em dimensões espaciais, já teremos caminhado bastante na direção da possibilidade de escolhermos reflexivamente entre cursos alternativos de ação. Procurarei mostrar, ao longo de evidência empírica que cobre uma grande amplitude de espaço e de tempo, que existem relações transculturais consistentes entre as variáveis de vida social que estudo aqui e variáveis de dimensões espaciais, em ambos níveis: padrões espaciais e vida espacial.

Em resumo, a vida social, como será estudada neste trabalho, finda por ser definida ao longo de duas variáveis:

- classificação de categorias sociais (agentes/práticas)
- grau de isolamento de categorias sociais (agentes/práticas)

Ambas variáveis serão estudadas com respeito às dimensões abstratas de infra-estrutura e superestrutura, como comentado acima.

Com isto, cobri o que chamei dos três níveis analíticos da Sintaxe Espacial. Na discussão acima referi-me por vezes ao problema dos intervalos que são cobertos pelas variações observadas nas mensurações das categorias analíticas. Será possível falar-se em *tipos* que são definidos por posições localizadas consistentemente ao longo destes intervalos, em cada um dos níveis analíticos? Mais do que isto, será possível definir-se tipos sócio-espaciais globais que reúnem os três níveis ao longo de um mesmo intervalo de variabilidade? Irei sugerir que isto é tanto possível quanto útil, como se verá a seguir.

O PROBLEMA TIPOLÓGICO

Quantos tipos de cidades existem? Mais do que isto, quantos tipos de sociedades humanas existem? De modo a discutirmos se faz sentido perguntar isto num trabalho como este, e, além disto, se é possível oferecer respostas satisfatórias a estas perguntas, precisamos voltar um pouco a tópicos anteriormente discutidos. Vimos a utilidade de um “modelo funcional” da arquitetura, um modelo que estuda o desempenho espacial quanto à satisfação (ou não) de vários tipos de expectativas humanas. Vimos também que o desdobramento do conhecimento em novas disciplinas corresponde a novos corpos teóricos semi-autônomos, pelos quais nos tornamos aptos a estabelecer relações entre atributos espaciais mais e mais específicos, por um lado, e expectativas sociais mais e mais específicas, por outro. Segue-se disto que é difícil, se não desprovido de sentido, falar-se de uma simples taxonomia. Em outras palavras, parece que teremos inevitavelmente várias dimensões de variabilidade tanto de cidades como de sociedades, de acordo com o *aspecto* em causa. Uma cidade pode ser administrativa, industrial, ou turística (aspecto funcional); mas qualquer uma destas pode ter um identidade visual forte ou fraca (aspecto topoceptivo); ainda, qualquer uma pode ser cara ou barata de ser

mantida (aspecto econômico); e assim por diante, ao longo de todos os tipos de desempenho espacial do modelo. Terão as tentativas taxonômicas considerado estas questões? Para tentar responder a esta questão, consideremos algumas proposições da literatura recente.

Broadbent dedicou um capítulo inteiro de seu livro mais recente¹⁵⁵ ao que ele chamou de “paradigmas” espaciais, representados respectivamente pela Praça de São Marcos, em Veneza, Itália, e pela Praça Stanislas, em Nancy, França. Ambos espaços, ele argumentou, podem ser caracterizados como “praças”, devido à clara definição de vazios deixados pela massa construída ao seu redor. Entretanto, enquanto Stanislas é “axial e regular”, São Marcos é “altamente variada, assimétrica e irregular.” Ele utilizou tais adjetivos ao referir-se a aspectos de forma fundamentalmente geométricos, mas ele também contrastou as duas praças em termos das atividades que elas contêm, e em termos de outros estímulos “sensoriais”, tais como os “cheiros dos cafés”, os “contrastos entre o ar parado e em movimento”, ou ainda as impressões “kinestéticas” que uma pessoa tem quando passeando nestes lugares.

Para Broadbent, estes dois casos representam dois “paradigmas” clássicos: o “empiricista” e o “racionalista”. Ele observou que “a mistura de prazeres sensoriais [que uma pessoa encontra em São Marcos] simplesmente não ocorre quando se contempla a Praça Stanislas. Aqui temos uma arquitetura intelectual.” Estes “paradigmas” poderiam supostamente ser verificados ao longo de vastos períodos da história arquitetônica: partindo das bases filosóficas “empiricistas” de Bacon e Locke, passaríamos pelos “empiricistas” Addison, Burke, Alison, até chegar nos “neo-empiricistas” Reventos, Cullen, Lynch; partindo das bases filosóficas “racionalistas” de Decartes, passaríamos pelos “racionalistas” Laugier, Boullée, Ledoux, até chegar nos “neo-racionalistas” Tafuri, Rossi, Aymonino.

Um primeiro problema com esta taxonomia é que nós não sabemos o que Broadbent está pretendendo. Não há um ponto de vista teórico explícito, pelo qual pudéssemos correlacionar variáveis espaciais com expectativas humanas. Seus “paradigmas” são rótulos abrangentes que envolvem simultaneamente a forma (geométrica), os

¹⁵⁵ Broadbent, G (1990) *Emerging concepts in urban space design*, Van Nostrand Reinhold (International), London.

odores, as atividades, a temperatura e o movimento do ar etc. As variações ao longo destes aspectos supostamente determinam um tipo inclusivo, mas uma teoria explícita de variabilidade ao longo destes aspectos não nos é oferecida.

Mas há uma falha mais séria. Atitudes “empíricas” são contrastadas com atitudes “racionalistas”, como se não houvesse monitoração reflexiva das práticas, nos termos de Giddens, envolvidas no desenho e produção de espaços como São Marcos. Um curioso cruzamento de uma teoria “metafísica” com uma teoria “empírica” do conhecimento nos é oferecido, pelo qual “racionalistas” tomam suas idéias de suas próprias cabeças e “empiricistas” do próprio mundo, como se o último já não fosse “contaminado” pelo pensamento humano. Mais do que isto, os termos da taxonomia de Broadbent são relacionados a atitudes intelectuais que supostamente estariam por detrás dos casos concretos, não às próprias realidades. Um óbvia questão se coloca: quais são as condições sociais reais às quais uma ou outra atitude intelectual está relacionada, ou, mais precisamente, que condições sociais conseguem, por meio dessas atitudes, se afirmar? Se tal questão não deve ser considerada, então nossas escolhas morfológicas não estariam ancoradas na vida real, e sua compreensão seria simplesmente uma questão psicológica. Este trabalho procurará demonstrar que, pelo contrário, estas escolhas estão ancoradas em relações reais entre agentes sociais, em termos dos papéis concretos que eles têm na sociedade. Assim, uma classificação baseada em atitudes intelectuais não pode ser aceita.

Por seu lado, escritores como Choay e Norberg-Schulz consideraram mais detidamente a própria realidade, e procuraram contrastar o tipo da cidade moderna com tipos históricos anteriores. Também, a natureza de suas preocupações foi muito mais explícita do que em Broadbent: ambos se preocuparam fundamentalmente com as dimensões expressivas da arquitetura, que subdividi em aspectos topoceptivos, emocionais e simbólicos do desempenho espacial. A preocupação de Choay com aspectos simbólicos, em particular, data de seu conhecido artigo “Semiologie et urbanisme”.¹⁵⁶ Entretanto, quando ela comparou o espaço contemporâneo com o espaço organizado por formas anteriores de sociedades humanas, ela não percebeu questões importantes. O espaço contemporâneo seria “patológico” porque “ao nível da expressão de

¹⁵⁶ Choay, F (1987) “Semiologie et urbanisme”, AA 132, pp. 8-10.

significados, caracteriza-se por sua pobreza lexicográfica (unidades intercambiáveis que precisam adquirir significados múltiplos).”¹⁵⁷ Embora não seja fácil entender a que tipo de significado ela estava se referindo, desde que também neste caso não foi apresentada uma teoria explícita do espaço, podemos pensar que ela estava se referindo a atributos espaciais como artifícios que de alguma maneira discriminam determinadas categorias sociais e seu respectivo valor. Num contexto diferente, Norberg-Schulz defendeu uma correspondência entre a finalidade das edificações e a sua forma, como “a única maneira de se combater o caos visual.”¹⁵⁸ Ele estava aqui se referindo a edifícios individuais, mas se estendêssemos seu argumento para a escala urbana, correríamos o risco, como com Choay, de equacionar significado com tipos não intercambiáveis, isto é, com espaços que só “significam” algo quando há uma clara correspondência entre idéias sociais particulares (ou valores, ou agentes, ou práticas) e atributos locais particulares.

Quando eles estabeleceram a dicotomia “hipo-significante/hiper-significante”, eles não perceberam que estavam de fato lidando com duas tendências polares ao longo da história, no que se refere ao “significado social” do espaço. Mais ainda, condenando os espaços “hipo-significantes”, isto é, espaços nos quais não há uma clara correspondência entre certas categorias sociais e certos atributos espaciais, eles estavam condenando a estratégia espacial mais comumente encontrada na história dos assentamentos humanos. Em vez de “patológicos”, os espaços que eles assim designaram parecem incorporar significado social de uma maneira muito mais sutil, como veremos nos estudos de caso deste trabalho.

Hillier nos ofereceu uma taxonomia diferente, que evita os problemas das dicotomias acima consideradas. Ele comentou sobre dois tipos de cidades, já brevemente referidos acima - *cidades instrumentais* e *cidades simbólicas* - e utilizou as categorias da Sintaxe Espacial, como discutidas acima, para descrever morfologicamente estes tipos.¹⁵⁹ Em cidades instrumentais, o núcleo integrador funciona assim:

[ao ligarem] o interior do assentamento à periferia em várias direções - e sempre na direção das principais entradas para o assentamento e cidades vizinhas - o efeito das linhas integradoras é

¹⁵⁷ Choay, F (1970) *El urbanismo - utopías y realidades*, Editorial Lumen, Barcelona, p. 101.

¹⁵⁸ Norberg-Schulz, C (1989) *Intentions in architecture*, MIT Press, Massachusetts, p. 11.

¹⁵⁹ Hillier (1989), op. cit., p. 10-11.

permitir o acesso às áreas centrais da cidade a partir do exterior, ao mesmo tempo em que elas mantêm o núcleo integrador perto das áreas segregadas, de fato, relacionando-as entre si. Desde que as linhas do núcleo integrador são as mais utilizadas pelas pessoas, e também aquelas nas quais os equipamentos mais dependentes do espaço, como lojas, estão localizados, e as áreas segregadas são primordialmente residenciais, o efeito do núcleo é estruturar o caminho dos estranhos através do assentamento, enquanto ao mesmo tempo mantê-los em forte interface com os habitantes que se movem dentro da cidade. A estrutura do núcleo não apenas permite o acesso dos estrangeiros ao interior da cidade, como também garante que eles fiquem numa constante *interface probabilística* com os habitantes em movimento. De fato, parece razoável propor-se que a estrutura espacial do assentamento existe *com o fim* de construir esta interface. (id. pp. 10-11)

Por outro lado, e trabalhando com o exemplo da “cidade” pré-colombiana de Teotihuacán, Hillier caracterizou as “cidades simbólicas”, argumentando que elas parecem

contradizer a lógica espacial das cidades “instrumentais” em todos os pontos. Apesar da sua maior geometricidade, o espaço aberto é mais seccionado, tanto convexamente como axialmente. Não há consistente relação entre os espaços convexos e as entradas dos edifícios. No eixo principal há pouca ou nenhuma entrada para edifícios do cotidiano, e em grande medida o eixo é ladeado somente por estruturas cerimoniais. Este eixo chega a se aproximar a um espaço convexo. Em vez de uma linha axial penetrar muitos espaços convexos, o espaço convexo se expande a ponto de se tornar coincidente com uma única linha axial. Tampouco este eixo liga a periferia ao centro na maneira do [caso] anterior. Ele passa por entre dois edifícios principais e encontra um terceiro de frente. Esse encontro perpendicular das linhas axiais mais importantes nas fachadas é novamente uma propriedade não encontrada no [caso] anterior. [Neste último], a maioria das linhas axiais “tangenciam” os edifícios mais e menos importantes indiscriminadamente em ângulos abertos, sugerindo movimento para além do ponto onde a linha atinge o edifício. Somente nas áreas mais segregadas as linhas encontram os edifícios mais ortogonalmente. (id. p. 11)

Hillier sugeriu que por detrás destes tipos mórficos há uma clara lógica social: o tipo descrito como instrumental tem mais a ver com a “*produção* da vida cotidiana, (...) [funcionando como] um *instrumento para intensa mas variada co-presença*”, enquanto o tipo descrito como simbólico tem mais a ver com “a *reprodução* formal de estruturas sociais, (...) [por meio de uma] *paisagem ideológica simbolicamente ordenada* expressiva das formas de poder numa sociedade.” (id. pp. 11-12)

Dois pontos devem ser frisados referentes à proposição de Hillier. Primeiro, houve uma clara opção relativa à espécie dos atributos da forma da cidade selecionados

na caracterização dos dois tipos, ou seja, atributos de natureza topológica aos quais vimos nos referindo. Segundo, o objetivo de tal seleção foi também claro, no sentido de que a teoria objetivava o relacionamento da forma da cidade com a estrutura social implicada em tal forma. Entretanto, houve importantes aspectos taxonômicos que permaneceram implícitos. Quando ele comentou sobre os dois tipos, ele advertiu que “há muitos outros, é claro” (id. p. 11). Uma pergunta então se coloca: existem outros tipos ainda dentro do referencial sintático, ou existem outros tipos de acordo com outras categorias descritivas, que têm outros objetivos? Com relação isto, sugiro duas coisas: a) nos termos do “modelo funcional” abrangente da arquitetura proposto acima, Hillier estabeleceu *as* fundamentais dimensões de variabilidade concernentes à forma dos assentamentos, mas *especificamente* sob o ponto de vista dos aspectos de *co-presença* do desempenho espacial; b) embora fundamentalmente aceitando sua dimensão de variabilidade, parece interessante tanto mudar sua denominação quanto ampliar o escopo da taxonomia que a substitui, pelas razões que se seguem.

A dicotomia instrumental/simbólico poderia erradamente dar margem à idéia de que as cidades instrumentais não carregam, no seu tipo mórfico, símbolos de natureza coletiva. Da mesma maneira, poder-se-ia pensar que as cidades simbólicas apenas *representariam* a vida social, sem que *instrumentalmente constituíssem* relações específicas de poder. Entretanto, não se trata nem de uma coisa nem de outra, nem era esta a opinião de Hillier, como está claramente expresso nos seus escritos. Não é que um tipo representa a estrutura social e o outro tipo a constitui: o ponto fundamental é que cada um destes tipos tanto representam como constituem *estruturas sociais radicalmente distintas* - é aqui que a diferença fundamental entre eles reside. Considerando isto e, mais ainda, considerando os três níveis de sintaxe previamente expostos, procurei por palavras que pudessem: a) dar a idéia tanto da representação como da constituição de diversos modos de vida e b) abranger satisfatoriamente dimensões de variabilidade ao longo dos três níveis analíticos propostos acima, assim permanecendo dentro da problemática dos aspectos de *co-presença* do desempenho espacial. Cheguei a denominações que não estão completamente ausentes na literatura, mas que, pelo que sei, não foram utilizados até agora para caracterizar pólos de tal dimensão de variabilidade da maneira como farei aqui.

DOIS PARADIGMAS SÓCIO-ESPACIAIS MILENARES

Sugiro que a variação dos atributos em todos os três níveis tem a ver com duas tendências polares testemunhadas ao longo de toda a história das formas arquitetônicas, tendências que podem ser sintetizadas por meio das expressões *paradigma da formalidade* e *paradigma da urbanidade*. As palavras “formalidade” e “urbanidade” são interessantes para nossos fins porque elas comunicam simultaneamente idéias relativas ao espaço físico - e portanto a padrões espaciais - e idéias relativas a comportamentos humanos - e portanto à vida espacial e à vida social. “Formalidade” vem de “formal”, relativo a “forma” - “limites exteriores da matéria de que é constituído um corpo, e que conferem a este um feitio, uma configuração, um aspecto particular” -, mas isto de uma certa maneira: “que não é espontâneo; que se atém a fórmulas estabelecidas; convencional.” “Formalidade” também é uma “maneira expressa de proceder; aquilo que é de praxe, rotina.”¹⁶⁰ Por sua vez, “urbanidade” obviamente se refere à cidade, enquanto realidade física, mas também à qualidade de “cortês, afável, relativo à negociação continuada entre interesses.”¹⁶¹ Proponho que os mais diversos tipos de assentamentos humanos encontrados ao longo da história, podem ser caracterizados como posições ao longo do intervalo entre essas tendências polares. Alguns exemplos podem ilustrar a questão.

No que concerne aos padrões espaciais, a descrição de Hillier das cidades simbólicas e instrumentais coincide exatamente com o que estou denominando formalidade e urbanidade, respectivamente. Entretanto, é possível detalhar um pouco mais tal descrição, usando-se o conjunto mais amplo de categorias analíticas, como exposto no primeiro nível acima. Procurarei mostrar que a constituição do paradigma da formalidade tem-se caracterizado consistentemente por: maximização do espaço aberto sobre a área total do assentamento; maior espaço convexo médio; menor número de constituições por espaço convexo; maior percentual de espaços cegos; maior superfície de metros quadrados de espaço aberto por constituição; maior número de metros lineares das ilhas que definem os espaços convexos, por constituição; tanto malhas extremamente regulares, como malhas extremamente irregulares (em oposição a um certo meio termo nesta escala de variabilidade); novamente, uma estrutura axial extremamente rasa ou

¹⁶⁰ Holanda, A B (1975) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Editora Nova Fronteira.

¹⁶¹ Idem.

extremamente profunda (em oposição também a um certo meio termo nesta escala de variabilidade); baixas medidas de inteligibilidade; núcleos integradores que ora se concentram na periferia, ora se concentram no miolo do sistema, e não irrigam o assentamento como um todo. Ao contrário, o paradigma da urbanidade é constituído por tendências opostas em todas as categorias.

Por sua vez, as variáveis da vida espacial constituem o paradigma da formalidade assim: pequena variedade de rótulos em cada parte constituinte do assentamento, que tende a ser dividido em áreas especializadas; pequenas densidades de rótulos; rótulos de centralidade forte localizados exatamente nas linhas axiais menos integradas; concentração em determinados lugares de rótulos do mesmo tipo, em oposição a uma maior equânime distribuição no assentamento, mesmo quando temos uma grande variedade de rótulos; maior segmentação de grupos sociais fortemente insulados; tendência para realização dos arranjos sociais nos espaços internos; reunião dos membros dos grupos sociais organizados em momentos rigorosamente predeterminados, em vez de ocorrendo aleatoriamente na vida cotidiana; ordem social fortemente hierárquica. Urbanidade, novamente, inverte tudo isto.

Finalmente, irei sugerir que a vida social também pode ser caracterizada de acordo com estas tendências polares: formalidade constitui-se por dimensões superestruturais fortemente insuladas em grupos específicos de agentes e práticas sociais, enquanto urbanidade implica *mesmos* agentes relacionando-se a ambas as dimensões fundamentais da ordem social - a superestrutura, tanto quanto a infra-estrutura.

Agora, é preciso ficar claro que estas são tendências polares de um modelo teórico. Quando se referia à sua dicotomia simbólico/instrumental, Hillier sugeriu que “em muitas cidades, claro, podemos encontrar ambos os tipos de ordenamento espacial, mas (...) sempre de maneira que as funções da produção e troca cotidianas se realizam por meio dos primeiros, ou seja, dos princípios instrumentais dos padrões espaciais, enquanto que aquelas que têm a ver com as funções da reprodução social, se realizam por meio dos segundos, ou seja, dos princípios de ordem simbólicos.”¹⁶² Entretanto, quando examinamos o conjunto de variáveis comentado acima, pode haver contradições entre atributos, alguns pertencendo ao paradigma da formalidade, alguns ao paradigma da

¹⁶² Hillier (1989), op. cit., p. 12-13.

urbanidade. Não é difícil encontrarmos casos em que espaços bem constituídos (urbanidade) existem simultaneamente com uma estrutura axial extremamente profunda (formalidade), ou casos em que existem muitos espaços cegos (formalidade), mas o espaço convexo médio é pequeno (urbanidade); e assim por diante. Também, pode acontecer que, em alguns casos, uma ou mais variáveis de longe transcendem as outras na caracterização de um tipo. Este é o caso da Esplanada dos Ministérios em Brasília, por exemplo, onde o espaço convexo médio (6684 m²) e o número de metros quadrados de espaço aberto por constituição (8232 m²) são os mais relevantes atributos na caracterização do lugar como um exemplo típico do paradigma da formalidade.

Irei sugerir um procedimento que pode em parte lidar com esta dificuldade. Como veremos, o Distrito Federal, no Brasil, é muito variado quanto aos tipos mórficos, embora ainda esteja muito longe de representar toda a variação possível de ser encontrada ao longo da história no mundo todo. Para cada categoria, estabeleci o intervalo de variação encontrado aqui, com seus respectivos pólos extremos. Até que amplie nossos estudos empíricos, incorporando outros lugares (pelo menos com a mesma precisão que utilizamos aqui), os pólos encontrados no Distrito Federal constituirão os pólos extremos de nossa escala, do máximo de formalidade ao máximo de urbanidade. De maneira a comparar as variáveis entre si, traduzi cada intervalo encontrado numa escala numérica de 1 - correspondendo ao máximo de formalidade - a 5 - correspondendo ao máximo de urbanidade (para os detalhes técnicos deste procedimento, remeto o leitor para o Capítulo 7 e para o *Anexo 3*). Com a tradução dos valores encontrados em cada uma das categorias analíticas, para estes intervalos normalizados, podemos obter o valor normalizado médio para cada área em estudo, com *todas* as variáveis consideradas juntas. Chamarei a este valor médio normalizado de *medida de urbanidade* (URB) da área. É claro que isto nos dá apenas uma primeira aproximação no sentido da avaliação global de partes de um assentamento, ou de um assentamento inteiro. Também, veremos como o desempenho de cada variável sintática varia, no que diz respeito às expectativas de co-presença. Nos capítulos empíricos, o leitor encontrará uma análise tão detalhada quanto foi possível fazer-se, no estado atual em que se encontra a pesquisa.

O raciocínio acima está relacionado aos padrões espaciais, mas o mesmo se aplica para a vida espacial. Já vimos como uma mesma cidade contém várias formas de solidariedade social. Nos nossos termos, uma mesma cidade incluirá “urbanitas” e

“formalitas” entre os seus habitantes.¹⁶³ Sua importância relativa caracterizará o paradigma dominante, no nível da vida espacial, para cada cidade.

É importante notar que estes paradigmas atravessam grandes intervalos de tempo e lugar. Eles parecem referir-se a uma dimensão estrutural de ordem social, que está além dos modos de produção ou das formas de ordem política. Algumas sociedades que não conheceram o estado adotaram a formalidade, outras a urbanidade; o mesmo se dá com os estados prístinos da África e com as sociedades européias feudais. Nos tempos modernos, a urbanidade herdada da era pré-industrial tem estado sob severo ataque, mas esta luta está longe de ser resolvida. Neste sentido, veremos como Brasília é um interessante estudo de caso, porque aqui testemunhamos a sobrevivência dos dois paradigmas, ao longo de três décadas de uma história povoada de conflitos sociais em torno dessas alternativas morfológicas.

Ao longo da discussão acima propus a dicotomia formalidade/urbanidade como a dimensão fundamental de variabilidade no que concerne aos aspectos da co-presença do desempenho espacial. Devo agora acrescentar que, ao longo desta dimensão, vários *tipos* se consolidaram historicamente, revelando uma recorrente localização de conjuntos de atributos em determinadas regiões da escala de variabilidade das categorias analíticas. Podemos assim falar de uma “urbanidade grega”, a partir dos estudos de Peponis et al. sobre as cidades gregas,¹⁶⁴ assim como de uma “urbanidade inglesa”, segundo os estudos de Hillier et al. sobre o centro de Londres.¹⁶⁵ Ou, podemos falar de uma “formalidade feudal”, que é distinta de uma “formalidade industrial burocrática” da era moderna.¹⁶⁶ Os perfis estatísticos diversos estabilizados de tais casos tanto os distinguem enquanto “formais” ou “urbanos”, quanto os discriminam como tipos sócio-espaciais específicos, dentro de cada uma destas últimas categorias. Algo de semelhante ocorre com o nosso tema central, o espaço de exceção, como veremos a seguir.

¹⁶³ Em português temos a palavra “urbanita”, mas não temos “formalita”, neologismo que resulta diretamente da taxonomia adotada aqui, e que pode ser utilizada para designar o habitante típico de uma cidade como Brasília, ou, como veremos, de um centro cerimonial Maia.

¹⁶⁴ Peponis et al. (1989), op. cit.

¹⁶⁵ Hillier et al. (1987), op. cit.

¹⁶⁶ O termo “burocracia industrial” foi sugerido por Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 263, como referente tanto aos sistemas sociais ocidentais como orientais, bem antes da *débauche* das sociedades do “socialismo real”.

Podemos agora dar mais um passo na definição do espaço de exceção, por referência aos conceitos discutidos ao longo deste capítulo. Direi que o espaço de exceção constitui um tipo de assentamento dentro do âmbito do paradigma da formalidade. Ele apresenta, nos três níveis analíticos, os atributos fundamentais deste paradigma, como descrito acima. Mas ele é um tipo especial de formalidade. Fisicamente, a estratégia da separação é flagrante, mas a unidade (ou conjunto de unidades) mais claramente separadas do resto da formação espacial tem um rótulo espacial específico: os agentes e/ou as práticas sociais localizados aqui têm a ver exclusivamente, ou pelo menos de maneira muito predominante, com as dimensões superestruturais da ordem social - política, treinamento militar, produção de ideologias no seu mais amplo sentido etc. Agentes e/ou práticas sociais estão relacionados não simplesmente a zonas funcionais especializadas, como o paradigma da formalidade em geral reza, mas a uma estrutura dual, materializada em dois tipos de assentamentos: por um lado, assentamentos “superestruturais” - centros cerimoniais, castelos, capitais nacionais etc.; por outro, assentamentos “infraestruturais” - aldeias camponesas, cidades burguesas nascentes, metrópoles industriais etc.

Da mesma maneira, veremos que os arranjos sociais são altamente segmentários, fortemente insulados e hierárquicos, mas tal insulamento e hierarquia é de um tipo específico: no topo, não há produtores de vida material, mas agentes da produção e reprodução de sistemas de valores e de poder. O espaço de exceção é um conceito sócio-espacial, conceito que não é definido apenas por referência à forma física: a esta se superpõem tipos particulares de encontros espaciais e de categorias sociais.

Finalmente, há mais uma vantagem na taxonomia formalidade/urbanidade: ela se adequa tanto a um procedimento de *descrição* quanto a um procedimento de *avaliação* da formação sócio-espacial. Se pudermos mostrar que a urbanidade envolve intensa participação na vida secular, livre manifestação de diferenças e de sua negociação, não será difícil identificar urbanidade com os valores universais mais caros à sociedade democrática. O contrário se aplica à formalidade, se ela efetivamente envolve sistemas de arranjos sociais fortemente insulados, hierárquicos e cerimoniais. Voltamo-nos assim da descrição para a avaliação: quanto mais os estudos de caso se aproximarem do polo da urbanidade, tanto mais *positivamente* eles serão avaliados. A análise a ser levada a

efeito nos capítulos que se seguem testará estas idéias, por meio do seu confronto com a evidência empírica.

SOBRE A SELEÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO

Um último ponto deve ser considerado antes de fecharmos este capítulo: os critérios pelos quais os estudos de caso foram selecionados. Este trabalho relaciona padrões espaciais com dimensões muito amplas da sociedade. Mais precisamente, ele relaciona padrões espaciais, por um lado, com diferenças claras, entre sociedades, sobre a maneira pela qual elas tratam as dimensões infra-estrutural e superestrutural da ordem social. Minha hipótese inicial foi de que estas variações se superpõem sobre variações em modos de produção e/ou sistemas políticos, e fortemente qualificam estes últimos. Em outras palavras, um mesmo modo de produção, em diferentes circunstâncias, pode implicar um ou outro caminho de desenvolvimento espacial, e isto, por sua vez, implica diversas formas de distribuição do poder. De modo a verificar se isto de fato ocorre, eu tinha que escolher casos que, apesar de pertencerem a um mesmo padrão econômico ou político, mostrassem marcadas diferenças na ordem espacial dos respectivos assentamentos. Quanto mais pudesse incluir casos que exemplificassem tipos diferentes de ordem política ou econômica, melhor.

Entretanto, tomar exemplos de *todos* os sistemas políticos ou econômicos que existiram desde sempre, constitui tarefa de pesquisa para toda uma vida. No escopo de um trabalho como este, temos de ser mais modestos. Parecia natural começar por tipologias disponíveis em teoria social, mesmo que isso terminasse por revelar que essas tipologias devessem ser submetidas a alguma revisão, como resultado de minhas descobertas. Mas novamente aqui os problemas de classificação discutidos anteriormente reaparecem, ou seja, tipologias sociais naturalmente dependem do ponto de vista adotado para investigar as estruturas sociais. A literatura inclui estudos da evolução das sociedades humanas do ponto de vista político, como em Fried,¹⁶⁷ do ponto de vista econômico, como em Marx,¹⁶⁸ do ponto de vista do “distanciamento espaço-temporal”,

¹⁶⁷ Fried, M H (1967) *The evolution of political society - An essay in political anthropology*, Random House, New York.

¹⁶⁸ Marx (1977), op. cit.

como em Giddens.¹⁶⁹ Duas sociedades podem ser classificadas como pertencendo a um mesmo tipo segundo uma taxonomia, ou como pertencendo a tipos distintos, segundo uma outra. Também, pode haver inconsistências internas em algumas taxonomias, mas está além do escopo deste trabalho oferecer uma nova taxonomia para evolução social em geral. De fato, minha expectativa era de que, qualquer taxonomia que escolhesse, este trabalho pudesse avaliá-la criticamente, por meio das lentes da análise espacial. A crítica de qualquer taxonomia poderia somente ser feita a posteriori, como resultado de minhas descobertas, e não a priori, como um meio para sua escolha desde o princípio.

Há dois outros problemas relacionados a esta questão. Em primeiro lugar, os autores que propuseram esquemas evolucionistas não exemplificaram amplamente sua argumentação com evidência empírica, assim permitindo facilmente uma escolha como a que eu tinha de fazer. Em segundo lugar, os vários autores que estudaram uma sociedade em particular freqüentemente discordam quanto a questões taxonômicas, e tal questão talvez constitua o debate fundamental sobre cada caso específico. A escolha é assim informada muito mais por uma abordagem “intuitiva”, do que por uma abordagem “científica” do registro histórico.

A intuição sugeriu uma “escala política”, no sentido de que parecia útil compararmos estudos de caso em pares dentro dos mesmos sistemas políticos. Para tanto, a existência (ou não) e a natureza do *estado* como instituição política, foi o elemento utilizado para a seleção e o agrupamento dos estudos de caso. Tomei assim duas sociedades que não conheceram o estado (Maia e Hopi), dois estados prístinos (Zulu e As-hanti) e dois estados feudais (França e Norte/Centro da Itália). Espero que minha análise contribua para a crítica mesma deste esquema classificatório, pelo que tais casos possam eventualmente ser reorganizados em diferentes classes.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 2

No Capítulo 1, comecei por circunscrever a abordagem específica da arquitetura que pretendia perseguir, trazendo para o primeiro plano os aspectos de co-presença do desempenho espacial. Sugeri que a Sintaxe Espacial é um poderoso instrumento teórico

¹⁶⁹ Giddens (1984), op. cit. No Capítulo 5 deste livro, o autor nos ofereceu um discussão abrangente das teorias sobre evolução social.

para a obtenção destes objetivos. Neste capítulo, propus um desdobramento da teoria em três níveis analíticos que incluem um espectro mais amplo de categorias para a explicação de alguns paradoxos com os quais vimos nos defrontando. Com base na variabilidade encontrada ao longo das categorias analíticas, propus uma tipologia de sistemas sócio-espaciais e sugeri que os assentamentos humanos, *do ponto de vista dos aspectos da co-presença*, situam-se ao longo de um intervalo de variabilidade cujos pólos extremos chamei de paradigma da formalidade e paradigma da urbanidade. Meu problema inicial - o espaço de exceção - foi então qualificado como uma instância particular no âmbito do paradigma da formalidade. O leitor foi então apresentado a conceitos que não estavam presentes quando minha hipótese inicial foi formulada, assim começando a testemunhar, como prometido na *Introdução*, aspectos do processo metodológico que percorri.

O conceito de espaço de exceção assim desdobrado expressa melhor o que estarei fazendo nos capítulos empíricos que se seguem. Irei sugerir que há padrões sistemático de fenômenos que reúnem determinados atributos de categorias analíticas em todos os três níveis. Em outras palavras, estarei propondo uma teoria pela qual determinados atributos da vida social, da vida espacial e dos padrões espaciais apresentarão *co-variações*, constituindo sistematicamente, seja o paradigma da formalidade, seja o paradigma da urbanidade, uma teoria que será verificada por meio de exemplos empíricos muito distantes no espaço e no tempo. Para tanto, utilizei-me de categorias que pertencem ao domínio das tradicionalmente chamadas “ciências sociais”. Mas minha hipótese informou uma seleção de apenas algumas daquelas categorias, que considere especificamente pertinentes ao meu assunto. Assim, os capítulos que se seguem não têm por objetivo central substituir interpretações consagradas de autores anteriores sobre as sociedades em questão. Antes, gostaria de frisar novamente que meu esforço visa principalmente revelar a lógica de uma certa opção relativa à forma espacial dos assentamentos humanos. Se ocorrer eventual contribuição mais ampla à compreensão destas sociedades, isto se dará como subproduto do meu objetivo central, não como fim estabelecido a priori.

Finalmente, o leitor notará que nos capítulos 3, 4 e 5, inverti a ordem da discussão dos três níveis analíticos, em face da discussão teórica colocada acima. Nesta última, pareceu natural que a argumentação partisse do conceito de arquitetura, em

direção a conceitos sociais mais gerais, ou seja, na seguinte ordem: padrões espaciais, vida espacial, vida social. No outro caso, ir do mais “geral” para o mais “específico” - ou seja, vida social, vida espacial, padrões espaciais - pareceu contribuir para uma maior economia do discurso. A discussão mais detalhada sobre Brasília foi organizada diferentemente. Aqui, todo o Capítulo 6 lida com a idéia da Capital contra o pano de fundo histórico do país. O Capítulo 7, por sua vez, lida especificamente com os três níveis analíticos, voltando à ordem original da discussão, isto é, padrões espaciais, vida espacial, vida social. Por causa da referência mais detalhada aos padrões espaciais que são feitas nos níveis da vida espacial e da vida social, acreditei mais econômico abordar aqueles em primeiro lugar. Mais uma vez, como comentado na *Introdução*, essa ordenação variada só se mostrou necessária ao longo da preparação do trabalho.

PARTE II.

O ESPAÇO DE EXCEÇÃO EM PERSPECTIVA

“Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo Tempo Tempo Tempo
Entro num acordo contigo
Tempo Tempo Tempo Tempo”

Caetano Veloso¹⁷⁰

¹⁷⁰ Da canção *Oração ao tempo*.

3. CENTROS CERIMONIAIS E VILAS

INTRODUÇÃO

A *Parte II* deste trabalho coloca meu problema numa perspectiva histórico-temporal mais longa, sinteticamente caracterizada pelo seu título - *O espaço de exceção em perspectiva*. Em cada um dos três capítulos que se seguem, adotarei um mesmo formato, contendo os seguintes itens:

- a) uma introdução geral, apresentando de maneira preliminar as duas sociedades a serem confrontadas no capítulo, e expondo, com mais detalhe do que foi feito até então, as razões pelas quais elas foram selecionadas como estudos de caso;
- b) para cada sociedade:
 - uma revisão de opiniões e descrições prévias;
 - uma discussão de suas características fundamentais, ao longo da qual “transcreverei” material arqueológico e/ou etnográfico de fontes secundárias para conceitos de Sintaxe Espacial, aceitando o desafio que Hillier & Hanson fizeram ao final do Capítulo 8 do livro *SLS*, e usando as categorias analíticas propostas na *Parte I*; três seções constituirão esta discussão, correspondendo aos níveis analíticos de vida social, vida espacial, e padrões espaciais;
 - uma breve síntese de sua formação sócio-espacial, pela qual os atributos em todos os níveis serão resumidos, preparando o terreno para as observações conclusivas do capítulo;
- c) observações conclusivas que analisam conjuntamente, em cada capítulo, o material empírico discutido até então, e qualificam a hipótese a ser levada para discussão posterior.

Antes de iniciarmos os estudos de caso que se seguem, vale a pena fazer dois comentários gerais. Primeiro, nos três capítulos da *Parte II*, utilizarei tanto quanto possível todas as categorias analíticas como propostas anteriormente, mas muito pouca

análise quantitativa será realizada. A questão é que a informação disponível para estes estudos de caso, iconográfica ou não, é desigual, e, para fins de comparação, optei por uma abordagem que pudesse ser utilizada em todos os casos. Por outro lado, achei interessante utilizar esta oportunidade para mostrar como é possível levar a efeito uma análise sintática rigorosa de tais casos, apesar das limitações resultantes do fato de não ter sido utilizado todo o potencial das técnicas sintáticas disponíveis. Quando voltar a Brasília, na parte final deste trabalho, explorarei então uma abordagem quantitativa, discutirei a aplicação de algumas das técnicas sintáticas disponíveis, e confrontarei minha interpretação dos resultados assim obtidos, com a interpretação de resultados similares ou contrastantes, como têm sido apresentados na literatura.

Em segundo lugar, a literatura já disponível que lida com as sociedades a serem estudadas na *Parte II* é naturalmente vasta, e foi produzida ao longo de décadas, em alguns casos ao longo de séculos. Na minha revisão das descrições e opiniões prévias relativas a estas sociedades, tive de ser assim bastante seletivo, de acordo com os objetivos deste trabalho. O leitor recordará que estarei confrontando, por um lado, certos aspectos espaciais, e, por outro, certos aspectos sociais que, por hipótese, estão relacionados aos primeiros. Quanto aos aspectos espaciais, não irei comentar opiniões sobre *todos* os aspectos de desempenho espacial, mas apenas sobre aqueles que estão relacionados com os padrões de presença e/ou ausência nos espaços públicos abertos. Questões tecnológicas, que dizem respeito a materiais e sistemas construtivos, por exemplo, serão completamente deixadas de lado. O mesmo se refere aos aspectos estéticos, que aliás predominam na maioria das teorizações e da história da arquitetura. Quanto aos aspectos sociais, estarei lidando basicamente com autores que concentraram sua atenção nas clivagens sociais destas sociedades, na delimitação das categorias daí resultantes, e das suas relações com as dimensões infra-estruturais e superestruturais da ordem social. Não estarei lidando assim, por exemplo, com os modos de produção ou os sistemas cerimoniais em si, mas somente na medida em que estes se relacionarem aos aspectos acima mencionados. Tanto quanto pude verificar, os autores a serem revisados são apenas aqueles cujas categorias analíticas são mais pertinentes para a discussão a ser levada a efeito, de acordo com o referencial teórico proposto ao longo dos dois primeiros capítulos deste trabalho.

Nossa viagem pela História de tempo mais longo começa com duas sociedades pré-colombianas: os Maias Clássicos e os Hopi. Os Maias constituíram uma formação social que se desenvolveu na América Central entre o terceiro e nono século de nossa era, quando então entrou em colapso por razões ainda não muito bem compreendidas. Os Hopi existem como um minoria étnica no atual Sudoeste dos Estados Unidos da América. A seguir, farei uma breve introdução descritiva das duas culturas, e colocarei as razões pelas quais elas são confrontadas neste trabalho.

O território ocupado pelos Maias na América pré-colombiana corresponde aos atuais territórios dos estados do sudeste mexicano, na península do Yucatan, ao território da República da Guatemala, exceto a costa do Pacífico, a Belize (ex Honduras Britânicas) e à parte oeste da República de Honduras. Isto representa cerca de 250.000 quilômetros quadrados. Três regiões naturais têm sido tradicionalmente identificadas: uma parte montanhosa ao sul, com altitude média de 975 metros, uma planície que corresponde à parte central do território, com altitude média de 150 metros, e uma segunda planície mais baixa no extremo norte, com altitude entre 6 e 9 metros.¹⁷¹ Entretanto, como Culbert observou, apesar destas diferenças, “havia uma base fundamental de similaridade cultural nesta área, e laços comerciais e uma cultura de elite partilhada, como os sistemas de calendário e os hieróglifos, unificaram a área durante o período Clássico, demonstrando contínua intercomunicação.”¹⁷² Entretanto, nossa atenção será concentrada nas Terras Baixas do sul, que cobrem a parte central do Departamento de Petén (Guatemala) e a metade sul da península do Yucatan.¹⁷³ Foi aqui que os Maias Clássicos, no período entre o quarto e o oitavo século de nossa era, atingiram o seu ápice. Em Tikal, um dos maiores sítios Maias, por exemplo, a construção de templos e de outros importantes edifícios chegou a seu máximo entre os anos 699 e 751.¹⁷⁴

O clima se caracteriza por temperaturas que variam, ao longo do ano, entre um mínimo de 9°C e um máximo de 34°C, e por uma precipitação pluviométrica muita elevada (3445mm anuais), a estação e chuvas durando de maio a janeiro. Topograficamente, esta região apresenta terras onduladas de vasta floresta tropical, com árvores de até 45 metros de altura, pontuadas por grandes pântanos e cortadas por rios. Quanto aos solos, 50% são de alta fertilidade mas há alta suscetibilidade a erosão. Solos de

¹⁷¹ Por exemplo, P Rivet (1960) *Maya Cities*, Elek Books, London, 3 T P Culbert (1977) *The Classic Maya Collapse*, University of New Mexico Press, Albuquerque.

¹⁷² Culbert, T Patrick (1977), op. cit., p. 4.

¹⁷³ Alguns autores denominam esta área de “área central” da cultura maia, como M D Coe (1965) “A model of ancient community structure in the Maya Lowlands”, *South-western Journal of Anthropology*, vol. 21, n. 2, pp. 97-114.

¹⁷⁴ Culbert (1977), op. cit., p. 72.

fertilidade entre moderada e alta são solos “bajos”, caracterizados por texturas densas, compactas e emaranhadas, e freqüentemente de drenagem pobre. Pedra calcárea abundante fornece material de primeira qualidade para edificações e esculturas, mas não há rochas ígneas ou metal na região.¹⁷⁵

Quanto aos dados demográficos, Sanders sugeriu que a “densidade média dos 250.000 quilômetros quadrados que constituíram as Terras Baixas Maias, provavelmente não era inferior a 20 pessoas por quilômetro quadrado, e as densidades nas áreas mais centrais eram provavelmente bem superiores a 100 pessoas por quilômetro quadrado, provavelmente próximas de 200 em alguns pequenos setores dessas áreas.”¹⁷⁶ Isto nos dá um quantitativo total de 1.000.000 de pessoas constituindo a sociedade Maia no seu ápice. Grandes assentamentos como Tikal podem ter atingido, de acordo com Haviland, 39.000 pessoas, distribuídas por uma área de 64 km², alcançando uma média de 600 pessoas por km², mas estes números são muito controvertidos. Sanders, por exemplo, reduziu-os pela metade.¹⁷⁷

A cultura Pueblo, à qual os Hopi pertencem, foi classificada como uma das formações sociais “periféricas” da América pré-colombiana, com relação às civilizações “centrais” da Meso-América e dos Andes Centrais.¹⁷⁸ Estas culturas “marginais” não teriam alcançado os níveis mais avançados de integração societal dos Maias, dos Aztecas ou dos Incas, e não conseguiram produzir o impressionante nível de cultura material destas últimas. Elas eram também geograficamente marginais, na medida em que se desenvolveram ao norte, leste e sul, do núcleo das sociedades pré-colombianas mais avançadas.

Pesquisadores datam as origens dos traços mais característicos das culturas Pueblo em torno de 700 DC, quando várias transformações ocorreram entre os antigos Anazazi, de quem aquelas descendem: casas retangulares acima do nível do chão, em vez de edifícios circulares semi-enterrados; desenvolvimento de cerâmica, substituindo cestas; tecidos de algodão, em vez de tecidos feitos com outras fibras vegetais. Deste período em diante, autores têm caracterizado vários estágios da cultura Pueblo. A última fase começou em cerca de 1300 DC e alcança nossos dias.¹⁷⁹

¹⁷⁵ Rivet (1960), op. cit., pp. 9, 11.

¹⁷⁶ Sanders, William (1977) “Cultural Ecology of the Lowland Maya”, in Culbert (1977), op. cit., pp. 331-332.

¹⁷⁷ Haviland, William (1969) “A new population estimate for Tikal, Guatemala”, *American Antiquity*, vol. 34, no. 4, pp. 429-33, e discussão em Sanders (1977), op. cit., p. 354-7.

¹⁷⁸ Sanders, William & Joseph Marino (1971) *Pré-história do novo mundo - Arqueologia do índio americano*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, p. 138.

¹⁷⁹ Idem, p. 151ss.

Os índios Pueblo ocupam parte dos atuais estados sulistas do Arizona e Novo México, nos Estados Unidos da América. Constituem quatro famílias lingüísticas - Hopi, Tano, Queres e Zuñi - e se organizam geograficamente em três grupos de vilas mais ou menos bem definidos: a) as vilas do leste, ao longo do vale do Rio Grande, constituídas pelos grupos lingüísticos Tano e Queres; b) a vila de Holona, de língua Zuñi, em posição relativamente central, e c) as vilas Hopi, o grupo mais a oeste, tradicionalmente ocupando as partes superiores de três “dedos” entre as depressões da Black Mesa.¹⁸⁰

Scully referiu-se a um total de 10 vilas Hopi que ainda existem hoje: Shongopovi e Oraibi, as mais antigas, cuja origem data provavelmente do século XII (Oraibi está agora quase completamente em ruínas); Mishongnovi, fundada em cerca de 1200 DC; Walpi, datando de 1417; Shipaulovi e Hano, fundadas após a revolta Hopi de 1680 contra os espanhóis; Sichomovi; Moenkopi, datando do final do século XIX e, finalmente, Hotevilla e Bacavi.¹⁸¹

Os Hopi ocupam um planalto árido, com altitudes variando entre 1.800 e 2.100 metros acima do nível do mar. Não há cursos d'água permanentes na terra Hopi e eles dependem quase exclusivamente das chuvas e das águas que descem pelas encostas para uma colheita bem sucedida. O clima é caracterizado por temperaturas variando entre -20 e 33°C e por uma precipitação média anual de 336 mm. Geadas prejudiciais à lavoura podem acontecer tão tarde quanto junho e tão cedo quanto setembro, deixando uma estação média de cultivo de 105 dias. Duas principais características topográficas são: os cumos das *mesas* e os largos terrenos de aluvião 90-120 metros abaixo (Fig. 3.16). As vilas tradicionalmente ocuparam os cumos das *mesas*, porém aquelas fundadas mais recentemente localizam-se em torno dos entrepostos comerciais estabelecidos no sopé das *mesas*, para onde tem havido uma migração parcial dos antigos assentamentos. Os campos de plantio localizam-se nos terrenos de aluvião nos vales, num raio de 6 a 9 quilômetros da vila-mãe. Todas as vilas e seus campos cobrem uma área total de cerca de 11.520 km².¹⁸²

Precipitações pluviométricas são extremamente violentas e localizadas. Fontes marcam pontos de afloramento de águas subterrâneas nas faces das *mesas* e proporcionam a única fonte disponível de água para irrigação de pequenos plantios e para fins domésticos e cerimoniais. Solos transportados predominam: são leves e arenosos em

¹⁸⁰ Frau, Salvador (1959) *Las Civilizaciones Prehispánicas de America*, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, pp. 551ss.

¹⁸¹ Scully, Vincent (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London, pp. 303ss.

¹⁸² Idem, p. 8.

composição, distribuídos por força das correntes de água e do vento, e com escassa vegetação. São férteis, mas essa fertilidade é apenas potencial, devido à escassez e variabilidade das precipitações pluviométricas.¹⁸³

Bradfield estimou uma população total de 4.500 pessoas em 1973. Isto daria um número médio de 450 pessoas por vila, mas Oraibi possuía então 880 pessoas, morando em 147 domicílios, implicando portanto um número médio bem menor para as outras vilas.¹⁸⁴

Independentemente das controvérsias que serão examinadas posteriormente, os Maias e os Hopi são ambas consideradas sociedades não-estatais. Como colocado acima, isto satisfaz um primeiro critério para escolhê-las como estudo de caso. Entretanto, isto não significa que elas tenham desenvolvido os mesmos níveis de integração societal. De fato, as relações entre tais níveis e os respectivos padrões de assentamento que elas desenvolveram, oferecem talvez um dos mais interessantes quebra-cabeças do registro da história espacial humana.

Os Maias atingiram um nível de conhecimento em matemática, calendário e escrita, igual ou mesmo melhor do que muitas civilizações urbanas do passado. Isto implica um complexo processo de divisão do trabalho. Entretanto, seus assentamentos, embora tenham atingido às vezes dezenas de milhares de habitantes, eram rarefeitos, apresentando densidades muito baixas. Os Hopi, por outro lado, desenvolveram uma sociedade fortemente igualitária, na qual a divisão do trabalho era basicamente limitada a sexo e idade. Mas seus assentamentos, embora fossem demograficamente pequenos (menos de mil habitantes), podem ser caracterizados como vilas muito densas, seus domicílios agrupando-se em grandes edifícios de até três pavimentos de altura (outras culturas Pueblo construíram em até cinco pavimentos).

Isto é interessante porque parece contradizer o esquema evolucionário de Durkheim, junto com suas implicações espaciais. Para ele, as sociedades passam de “solidariedade mecânica”, na qual a divisão do trabalho é pouco desenvolvida e a integração societal depende basicamente de sistemas comuns de crenças, para “solidariedade orgânica”, na qual a integração societal é conseguida por meio de uma elaborada divisão de trabalho entre especialistas, e sua mútua interação. Congruente com isto, as

¹⁸³ Este apanhado baseia-se em E Beaglehole (1937) “Notes on Hopi economic life”, *Yale University Publications in Anthropology*, n. 15, pp. 33-34.

¹⁸⁴ Estes números são tomados de R Bradfield (1973) *A Natural History of Associations - a study in the meaning of community*, Duckworth, London, p. 1. No tempo de seu livro, Bradfield referiu-se a 11 vilas, não 10, como Scully o fez em 1989. Não foi possível encontrar a razão para esta contradição.

primeiras construiriam assentamentos dispersos, e a distância entre as pessoas seria superada por meio de interação simbólica, enquanto as últimas construiriam assentamentos densos, “urbanos”, que favoreceriam a interação entre os especialistas.¹⁸⁵ Parece que tivemos exatamente o oposto, quanto comparamos os Maias e os Hopi. Este estudo de caso pareceu assim um boa oportunidade para testar a validade da dicotomia urbanidade/formalidade numa eventual qualificação dos conceitos durkheimianos acima referidos, e assim solucionar o quebra-cabeças apresentado acima. Pois, como o leitor pode recordar, minha hipótese é que formalidade e urbanidade referem-se a uma dimensão estrutural de ordem social que atravessa diversos níveis de integração societal, independentemente do número de pessoas envolvidas e do nível alcançado no processo de divisão do trabalho.

Finalmente, e mais especificamente, os Maias parecem ter constituído o exemplo particular do paradigma da formalidade que chamo de espaço de exceção, pois até uma descrição básica dos seus centros cerimoniais os caracteriza, frequentemente, como conjuntos isolados de estruturas especializadas nas quais dimensões superestruturais da ordem social claramente predominam.

A seguir, irei primeiro rever, em maior detalhe, descrições e opiniões prévias sobre os Maias e os Hopi, para então trabalhar as idéias propostas no Capítulo 2. As conclusões que se seguem estabelecem um quadro comparativo entre as duas sociedades, e qualificam as hipóteses a serem levadas adiante para o capítulo seguinte.

¹⁸⁵ Durkheim, E (1964) *The Division of Labour in Society*, The Free Press, New York. Ver também comentários sobre o assunto em Hillier (1989) "The Architecture of the Urban Object", in *Ekistics*, n. 334/335, jan-apr, 1989, pp. 5-21.

MAIA

REVISÃO DE DESCRIÇÕES E OPINIÕES ANTERIORES

Autores como Frau têm empregado os termos “Velho Império Maia” e “Novo Império Maia” com o objetivo de caracterizar, respectivamente, os períodos Clássicos (300-900 DC) e Pós-clássico (900-1600 DC) da cultura Maia, embora advertindo que tais expressões são utilizadas de uma maneira meio “convencional”.¹⁸⁶ Outros, como Von Hagen, referiram-se a um “estado teocrático”,¹⁸⁷ ou, como Hardoy, a “estados” Maias (no plural), o último autor aceitando a existência de similaridades entre tais “estados” e os estados renascentistas da Itália do século XV. Hardoy também usou a expressão “cidades-estados” (“na falta de um termo melhor”, como observou) de maneira a descrever os assentamentos Maias, embora ele questionasse, na seqüência, a sua natureza “urbana”, como comentarei em maior detalhe posteriormente.¹⁸⁸

Nenhum destes autores, entretanto, explicitaram os critérios pelos quais eles identificaram o *estado* como uma forma política entre os Maias. Tais aproximações parecem hoje pouco rigorosas, e é agora quase consensual que os fundamentais atributos dos estados, e muito menos dos impérios, estavam ausentes entre os Maias, se aceitarmos as fundamentais características dos estados como Fried sinteticamente as colocou: “um complexo de instituições pelas quais o poder da sociedade é organizado em bases superiores ao parentesco”. Fried entendia esta

organização do poder da sociedade como a detenção, por parte do estado, da aplicação da força aos problemas sociais. Frequentemente, isto significa que a guerra e a aplicação da pena de morte tornam-se monopólios do estado e podem somente ser levados a efeito em determinados momentos, lugares, e condições específicas definidos pelo estado. Quaisquer outros episódios envolvendo morte provocarão a reação punitiva da força organizada do estado.¹⁸⁹

Para Webb, entre outros, os Maias desenvolveram na verdade chefias, cujas características essenciais foram colocadas por Service assim:

trata-se de sociedades baseadas em laços familiares, mas não igualitárias; elas não têm exatamente um governo, mas têm de fato regras e autoridade centralmente definidas; não há propriedade privada dos recursos naturais nem negócios em mercados formalizados, mas há entretanto

¹⁸⁶ Frau (1959), op. cit., pp. 181ss., e 447ss.

¹⁸⁷ Von Hagen, Victor (1960) *El mundo de los Mayas*, Editorial Diana, Mexico, pp. 52-3.

¹⁸⁸ Hardoy, Jorge (1964) *Ciudades Precolombinas*, Ediciones Infinito, Buenos Aires, pp. 236-7.

¹⁸⁹ Fried, Morton (1967) *The Evolution of Political Society - An Essay in Political Anthropology*, Random House, New York, p. 229-30.

desigualdade no processo de produção material e quanto aos bens produzidos; há diferenças hierárquicas, mas não há classes definidas política ou socioeconomicamente.¹⁹⁰

Webb também comentou que, embora as chefias tenham eventualmente sido capazes de levar a efeito uma vasta quantidade de produção material, elas tenderiam “simultaneamente a ser as mais teocráticas das sociedades e as mais instáveis e sujeitas a colapso, (...) este ponto sendo de grande relevância no que diz respeito ao Período Maia Clássico do Petén.”¹⁹¹

Entretanto, é interessante observar que as chefias, como o conceito foi colocado por Service, não correspondem exatamente ao quadro da sociedade Maia. Para este autor, as chefias teriam estado tradicionalmente relacionadas com especialização ou grandes esforços cooperativos, tais como sistemas de irrigação.¹⁹² Nenhum dos dois existiram entre os Maias Clássicos. Vejamos portanto como os estudos arqueológicos e etnográficos têm caracterizado as peculiaridades da solução Maia.

Vogt, baseado em vários estudiosos sobre o assunto, sugeriu que podemos inferir que a organização social dos Maias Clássicos era “baseada num sistema de linhagens no qual famílias extensas patrilocais [eram] agrupadas em patrilineagens localizadas.”¹⁹³ O grupo domiciliar básico, utilizando 1 a 6 edifícios, teria sido formado por um homem, seus filhos casados com suas respectivas esposas, estas oriundas de outras linhagens vizinhas. Tais patrilineagens localizadas constituíam, por sua vez, unidades sociais maiores que Vogt chamou de “patriclãs” ou “fraternidades”.

Vogt também sugeriu que símbolos importantes e rituais específicos eram associados a cada um desses níveis do sistema social, das famílias extensas aos patriclãs, ou “linhagens máximas”, que formavam o maior grupo de parentesco na sociedade. Em “sistemas segmentários”, como ele caracterizou o Maia, “há sempre unidades de tamanho superior quando nos movemos para cima nos níveis do sistema”, e “os centros cerimoniais maiores e menores dão expressão ritual aos níveis do sistema de linhagens.” Os ancestrais das linhagens mais importantes teriam estado associados com as pirâmides dos centros cerimoniais maiores.¹⁹⁴

Na medida em que nos aproximamos na direção do fim do Período Clássico, cresce a evidência de desigualdades entre os patriclãs: as oferendas nos sepultamentos

¹⁹⁰ Idem, p. 189.

¹⁹¹ Webb, Malcolm (1977) “The Peten Maya Decline Viewd in the Perspective of State Formation”, in Culbert (1977), p. 378-80.

¹⁹² Idem, p. 135.

¹⁹³ Vogt, Evon (1969) *Zinacantan - A Maya Community in the Highlands of Chiapas*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, p.591.

¹⁹⁴ Idem, p. 594.

e os níveis de nutrição deduzidos de esqueletos têm revelado diferenças marcantes entre aqueles encontrados na vizinhança imediata dos templos mais importantes e aqueles encontrados em povoados distantes.¹⁹⁵ Tais diferenças corresponderiam aos papéis diferenciados que os clãs desenvolviam na sociedade. Vejamos agora como a literatura tem caracterizado estes papéis.

Na base do sistema social encontravam-se as famílias extensas cultivando os campos. Os estudiosos observam que, novamente aqui, uma analogia pode ser feita com a época pós-conquista, quanto às equipes de trabalho terem sido constituídas pelos membros das famílias extensas ou, quando muito, pelos grupos patrilineares.¹⁹⁶ Tem sido aceita a hipótese dos Maias Clássicos terem praticado a agricultura de coivara, usando machados de pedra para limpar a floresta e varas de cavar para o plantio. Eles não conheciam o arado nem usavam animais de tração. A dieta básica era o milho, mas este deve ter sido complementado com sementes de frutas e cultura de raízes tais como a mandioca e a batata doce.¹⁹⁷ O fato é que, por alguma razão (alta fertilidade do solo, alta precipitação pluviométrica etc.),¹⁹⁸ os Maias Clássicos atingiram um nível de produtividade que permitiu a produção de um excedente agrícola capaz de sustentar um grande número de pessoas que não eram produtores de alimentos. Aqui chegamos ao topo da sociedade.

É consenso que, pelo menos, um grupo de astrônomos, matemáticos, sacerdotes, artistas, escribas, dedicavam-se em tempo integral a tarefas e conhecimentos especializados nos centros cerimoniais.¹⁹⁹ Sanders frisou que os edifícios mais elaborados conhecidos como “palácios” em Tikal e Palenque (Fig. 3.04 e 3.06) eram residências permanentes para esta camada do topo da sociedade.²⁰⁰ Haviland também comentou a crescente evidência arqueológica de que os quarteirões anexos a estes edifícios sofisticados eram destinados a servos.²⁰¹ Embora haja também evidência de domicílios de artesãos independentes espalhados pelos assentamentos, eles nunca chegaram a formar quarteirões especializados como entre os Teotihuacanos.²⁰² A maioria dos estudiosos admite que o trabalho de artesanato estava diretamente relacionado com a “classe nobre” e que

¹⁹⁵ Sanders, p. 345.

¹⁹⁶ Rivet (1960), op. cit., p. 45. Coe (1965), op. cit., p. 138.

¹⁹⁷ Sanders (1977), op. cit., p. 340. Bennet Bronson (1966) “Roots and the Subsistence of the Ancient Maya”, *South-western Journal of Anthropology*, vol. 22, n. 3, pp. 251-79.

¹⁹⁸ Sanders (1977), op. cit., p. 337, comentou sobre a altíssima fertilidade dos solos, particularmente em sítios como o de Tikal.

¹⁹⁹ Rathje, William (1977) “Classic Maya Development and Denouement: A research Design”, in Culbert (1977), op. cit., pp. 410-11. Sanders (1977), op. cit., p. 348.

²⁰⁰ Sanders (1977), op. cit., p. 345.

²⁰¹ Haviland, William (1970) “Tikal, Guatemala, and Mesoamerican Urbanism”, *World Archaeology*, vol. 2, n. 2, 186-97.

²⁰² Sanders (1977), op. cit., p. 353, citando uma comunicação pessoal de Culbert.

sua circulação na comunidade se dava primariamente por meio da rede de parentesco.²⁰³ Coe sugeriu que havia um mercado em Tikal,²⁰⁴ mas, de acordo com Sanders, mesmo que isto fosse verdade, seu tamanho extraordinariamente pequeno, com relação à população do lugar, é um “demonstração convincente da falta de importância de um mercado secular na estrutura institucional de Tikal.”²⁰⁵

Há uma característica do ambiente ecológico da sociedade Maia que é consistente com isso: as Terras Baixas são uma região extremamente homogênea²⁰⁶ e não há assim oportunidade de troca entre comunidades que surgissem de uma eventual especialização de produção material resultante de variações nos recursos naturais. Tal troca, como apontado por Service, tem sido fator recorrente no surgimento de chefias no mundo inteiro. Nestes casos, uma solução estrutural tem explorado a diversidade econômica das várias regiões, criando centros de redistribuição dos vários produtos, tornando-os assim acessíveis à comunidade como um todo. Tais centros têm forçosamente um forte caráter econômico, pois eles abrigam importantes mercados. Estes mercados, como vimos, não existiram entre os Maias, que entretanto desenvolveram a chefia como nível de integração societal. Os mecanismos para tal integração teriam de ser necessariamente de outro tipo, um ponto que explorarei adiante.

Vogt²⁰⁷ sugeriu um modelo para a organização social dos Maias Clássicos, baseado em etnografia contemporânea dos Maias de Zinacantan, no atual Estado de Chiapas, México. Os *zinacantecos*, também vivendo dispersos em complexos residenciais que abrigam famílias extensas, desenvolveram um sistema religioso constituído por níveis hierarquicamente organizados em quatro séries, conhecido como o sistema de “cargos”. Os membros mais velhos das famílias extensas competem pelas posições nas cerimônias, de maneira a obter prestígio na comunidade, e o direito para ocupar estas posições é conseguido por meio de contribuições que as famílias são capazes de fazer para os centros cerimoniais. Durante os períodos de serviços religiosos, estes homens habitam estes centros. Em Zinacantan, tais períodos variam de 1 a 2 anos. As pessoas procuram alcançar o topo da hierarquia religiosa, sucessivamente ocupando posições nos vários níveis. Isto constitui um mecanismo de rotação que finda por cobrir uma grande quantidade das divisões familiares.

²⁰³ Tourtellot, G & J Sabloss (1972) “Exchange systems among ancient Maya”, *American Antiquity*, vol. 37, n.1, pp. 126-135, citado em Sanders (1977), op. cit., p. 353.

²⁰⁴ Coe, Michael (1967) “La Segunda Temporada en Sán Lorenzo Tenochtitlán, Veracruz”, *Boletín, Instituto Nacional de Antropología e Historia*, n. 27, pp. 1-10.

²⁰⁵ Sanders (1977), op. cit., 353.

²⁰⁶ Idem, pp. 350, 352.

²⁰⁷ Vogt (1969), op. cit., especialmente Capítulo 11.

É fundamental frisar que há uma “replicação estrutural”, nos termos de Vogt, entre a ordem cerimonial, os padrões espaciais e as unidades de organização social entre os Zinacantecos. Em todas as instâncias há um escala ascendente que implica tamanho e complexidade crescentes. Física e socialmente, na base está o grupo doméstico, depois vêm o *sna*, o “poço” e o povoado, até se chegar no centro cerimonial de Zinacantan propriamente dito. Cerimonialmente, esta ordem de escala ascendente se expressa “em termos da parafernália ritual e de cerimônias de tamanho e complexidade crescentes.”²⁰⁸

Ora, autores como Sanders e Coe concordam com Vogt em que um sistema semelhante oferece “uma explicação de como populações relativamente pequenas e bastante dispersas podem ter sido integradas (sem a necessidade de coerção por uma classe superior) numa sociedade grande o suficiente para levar a efeito a construção nos principais centros cerimoniais Maias.”²⁰⁹ Tanto as características de edificação maciça nestes centros, com relação à população total, como as características do sistema agrícola Maia, que permitiam a existência de um grande excedente produtivo e um significativo período de tempo livre durante o ano,²¹⁰ combinam-se no apoio a esta hipótese. Os remanescentes arqueológicos dos Maias Clássicos igualmente sugerem que o seu sistema espacial era similarmente organizado em níveis de ordem ascendente, como comentarei abaixo.

A presença nas cerimônias não era entretanto limitada aos residentes dos centros, temporários ou permanentes. Novamente baseados em dados do tempo pós-conquista, autores têm aceito que enormes procissões cerimoniais tinham lugar nos centros, e reuniam habitantes de uma área bastante ampla.²¹¹ Remanescentes arqueológicos de avenidas largas, pavimentadas e ligeiramente elevadas em relação ao nível do solo, ligando entre si alguns edifícios cerimoniais importantes, fortemente apoiam esta hipótese.

No que diz respeito aos padrões espaciais, pesquisadores têm freqüentemente comentado a dispersão dos assentamentos Maias. Contigüidade entre construções individuais era rara, e edifícios e plantações se entremeavam em vastas partes do

²⁰⁸ Idem, p. 572.

²⁰⁹ Sanders (1977), op. cit., p. 347.

²¹⁰ Baseado em Sylvanus Morley (1956) *La civilización Maya*, Fondo de Cultura Económica, México, Hardoy (1964), op. cit., pp. 248-9, calculou que uma família média precisava de um total de 60 dias de trabalho agrícola para alimentar-se e para contribuir com produção agrícola para os centros. Deixando de lado o tempo requerido para o reparo de ferramentas, a construção de suas casas, ou a dedicação a algum trabalho artesanal, bastante tempo ainda estaria disponível para a construção de palácios, templos, passarelas e reservatórios d'água nos centros cerimoniais propriamente ditos.

²¹¹ Coe (1965), op. cit., refere-se às procissões tão freqüentemente comentadas nos relatórios de viagem do século XVI. Acredita-se que estas procissões das comunidades maias, que existiram no tempo da chegada dos espanhóis, sejam remanescentes de antigas cerimônias dos maias clássicos.

território.²¹² Um plano de parte de Tikal, por exemplo, (Fig. 3.01) mostra a grande dispersão encontrada mesmo nos maiores de todos os centros conhecidos. Um extensa pesquisa numa área de cerca de 4.300 quilômetros quadrados no nordeste do Petén também revela um grande número de ruínas de habitações espalhadas por toda a área. Como Bullard sugeriu, “a frequência e o número de ruínas de habitações ao longo das trilhas do Petén são sem dúvida surpreendentes, e tem-se a primeira impressão de que elas simplesmente se encontram por todos os lugares.”²¹³

Na verdade, a distribuição dos edifícios no território não era regular. No mesmo relatório, Bullard sugeriu que existiam três categorias básicas de unidades territoriais e as caracterizou da seguinte maneira: 1) os *aglomerados de casas*, onde de 5 a 10 grupos de casas, cada qual com até quatro destas unidades em torno de um pátio, cobriam aproximadamente de 10 a 20 acres de terra (estimou-se que até 90% da população viviam nestes povoados); 2) as *zonas*, usualmente associadas com *centros cerimoniais menores*, que compreendiam de 10 a 15 aglomerados de casas; 3) os *distritos*, usualmente associados com *centros cerimoniais maiores*, compreendendo de 10 a 15 zonas, com seus respectivos centros cerimoniais menores, e cobrindo uma área de território de cerca de 240 quilômetros quadrados. Quanto às relações entre os centros cerimoniais maiores, admite-se que centros como Tikal, claramente maiores do que outros, poderiam funcionar como uma espécie de “capital” para uma região mais extensa, que incluía vários distritos, cada qual com um grande centro de tamanho menor.²¹⁴

A dispersão Maia, entretanto, não era uma dispersão de células isoladas. Antes, como Hillier & Hanson apontaram, as unidades primárias quase sempre formavam uma “pluralidade (isto é, pelo menos duas) de células fechadas, numa relação de contenção de uma única célula aberta - usando o termo ‘contenção’ num sentido amplo, de maneira a incluir o caso em que um objeto está entre dois outros.”²¹⁵ Tal esquema estava presente desde os aglomerados de casas para famílias extensas com duas ou quatro unidades em torno de um pátio, passando por conjuntos de edifícios mais elaborados conhecidos como “palácios”, até os templos no topo das pirâmides. Bullard ofereceu uma ilustração de plataformas de habitações típicas das regiões dos centros cerimoniais de Dos Aguadas e de Yaxha (Fig. 3.03), e a área central de Tikal ilustra os padrões para todos os tipos de edifícios (Fig. 3.02). Além disso, como Hillier & Hanson também observaram, estes conjuntos de construções em torno de um pátio podiam eles próprios ser

²¹² Sanders (1977), op. cit., p. 339.

²¹³ Bullard, W (1960) "Maya settlement pattern in North-eastern Peten, Guatemala", *American Antiquity*, vol. 25, n. 3, pp. 335-372.

²¹⁴ Idem, p. 370, and Sanders (1977), op. cit., p. 328.

²¹⁵ Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 63.

considerados como “geradores elementares”, formando complexos de ordem superior. Estes novos “geradores elementares”, algumas vezes constituídos de seis ou mais construções individuais em torno de um espaço aberto, foram sempre construídos sobre plataformas elevadas sobre o nível do chão. É este o caso da “Acrópole Norte” na “Grade Praça” de Tikal (Fig. 3.02 e 3.04). Em tais casos, os pavilhões eram às vezes contíguos, formando pátios completamente cerrados, como também aconteceu em Palenque (Fig. 3.05 e 3.06).

Hardoy, por sua vez, sugeriu que havia ainda níveis superiores de ordem, ou seja, mais restrições num processo aleatório, nos termos de Hillier & Hanson, que podiam ser identificados nos assentamentos Maias. Primeiro, ele indicou uma consistente utilização de atributos topográficos: margens de rios, lagos, colinas, foram utilizados de maneira a acentuar a importância de certos edifícios, e ele comentou detalhadamente o caso do centro de Tikal.²¹⁶ Segundo, ele comentou sobre os “eixos de composição”, mas de maneira um pouco contraditória. Numa oportunidade, sugeriu que “a ordenação dos volumes arquitetônicos era obtida por meio da utilização de eixos de composição para certos grupos individualmente e freqüentemente por meio de uma sábia utilização de eixos gerais de composição para o centro cerimonial inteiro”, e ele ofereceu o exemplo de Yaxchilán (Fig. 3.11).²¹⁷ Noutra oportunidade, ele alertou para o fato de que “nada poderia ser mais errado” do que acreditar que “individualmente ou como todos, os mais importantes grupos e templos estivessem organizados de acordo com vários eixos de composição”, e ele sugeriu que os padrões de assentamentos Maias eram muito mais “sutis” do que isto, e que tal “sutileza” seria constituída pelo uso de características geográficas em correspondência com o tamanho e tipo dos edifícios, de maneira a obter uma rica mudança de perspectivas nas seqüências visuais ao longo dos assentamentos Maias.²¹⁸ No primeiro caso, Hardoy talvez tenha se impressionado em demasia com o caso particular de Yaxchilán, no qual limitações topográficas muito fortes podem ter determinado o tipo de desenvolvimento axial para o centro como um todo. Meus comentários complementares sobre os assentamentos Maias, abaixo, optarão assim, no nível mais global, pela caracterização de um padrão mais aleatório do que de um padrão mais axialmente determinado.

Até aqui, resumi como os principais traços da realidade sócio-espacial dos Maias Clássicos foram descritos pela literatura. Vejamos agora como essa descrição permite interpretá-los de acordo com as categorias analíticas que estabeleci no Capítulo 2, no que concerne à “vida social”, à “vida espacial” e aos “padrões espaciais”.

²¹⁶ Hardoy (1964), op. cit., p. 289-91.

²¹⁷ Idem, p. 242.

²¹⁸ Idem, p. 291-2.

VIDA SOCIAL

Talvez o traço essencial na sociedade Maia tenha sido a forte clivagem entre as famílias extensas cultivando os campos, e aqueles que participavam de tarefas nos centros cerimoniais propriamente ditos. As famílias nos campos eram bastante auto-suficientes: produziam não apenas sua própria comida e a comida para alimentar as pessoas nos centros, como também a maior parte dos itens de artesanato de que precisavam. Elas constituíam fundamentalmente a materialização do nível da infra-estrutura social. Isto não quer dizer que não havia atividades econômicas nos centros, mas é fundamental não exagerar a importância do seu papel. É verdade que a comida era coletada dos camponeses e redistribuída a artesãos em dedicação integral; artefatos eram produzidos, e não apenas distribuídos à população como também exportados; produtos eram recebidos de outras culturas meso-americanas e distribuídos aos membros da comunidade Maia. Mas tanto o comércio como a produção eram “funcionais”, e não “úteis”, para usarmos termos de Tourtellot e Sabloff, isto é, eles tinham a ver mais com “cerimônias suntuárias relacionadas a atividades religiosas e sociais”, do que com a “subsistência cotidiana e as necessidades domésticas.”²¹⁹ Em outras palavras, a “produção” nos centros cerimoniais era superestrutural, em vez de infra-estrutural, a última dimensão permanecendo fundamentalmente circunscrita aos povoados rurais.

A divisão do trabalho também ilustra as relações entre estas duas dimensões da ordem social entre os Maias. Nos campos, a divisão do trabalho quase não ia além do sexo e da idade; nos centros, ela alcançou um nível bastante sofisticado. Mas aqui os especialistas dedicavam-se à arte, construção de templos e edifícios para a elite, escrita glífica, matemática, calendário, atividades religiosas, isto é, tudo isto pertencendo à dimensão superestrutural da ordem social. O papel dos centros Maias na reprodução de um sistema de signos e representações era muito mais importante do que o caráter que eles assumiam quando funcionando como nós de distribuição de recursos básicos para sua comunidade. Em outras palavras, o retorno que eles ofereciam às pessoas comuns vivendo nos campos era constituído mais por valores imateriais do que por valores materiais. O enorme excedente alimentar que os Maias foram capazes de conseguir era principalmente dirigido para a construção de edifícios massivos de natureza simbólica, antes do que redirecionados para a melhoria da base econômica da sociedade, e isto pode ter provocado uma séria limitação da sociedade no confronto com mudanças que

²¹⁹ Tourtellot and Sabloff (1972), como citado em Sanders (1977), op. cit., p. 352.

podem ter ocorrido no seu meio-ambiente cultural (ou meio-ambiente “super-orgânico”, como Service preferiria).²²⁰

Mais um comentário deve ser feito no que diz respeito ao sistema de “cargos”. Como vimos, ele pode ter se constituído num importante mecanismo de integração entre os Maias, fazendo a ponte entre os povoados nos campos, e os centros cerimoniais propriamente ditos. Entretanto, novamente aqui, reproduz-se o forte isolamento entre as dimensões infra-estruturais e superestruturais, pois enquanto o chefe de famílias extensas habitava os centros, ele não era mais um “produtor”, mas transformava-se num “agente simbólico”. Todos aqueles que não eram habitantes permanentes dos centros assim incorporavam ambas as dimensões da ordem social, mas o ponto crucial é que estas dimensões eram fortemente delimitadas, tanto espacial quanto temporalmente.

Parece útil, neste ponto da discussão, recordar os conceitos de Wolf sobre o “mínimo calórico” e o “fundo cerimonial”. Para este autor, o mínimo calórico refere-se aos recursos que são destinados à mera sobrevivência biológica dos indivíduos, enquanto o fundo cerimonial refere-se aos recursos que permitem o desempenho de “relações sociais”, pelo que ele queria dizer tudo que tem a ver com cerimônia e/ou política.²²¹ Ora, o enorme esforço social levado a efeito nos centros Maias não tinha por objetivo a construção do mínimo calórico, mas constituía um esforço que consumia o fundo cerimonial, que atingiu, na sociedade Maia, talvez uma das maiores importâncias relativas na história. Esta clara clivagem entre a dimensão infra-estrutural da ordem social, basicamente localizada nos complexos residenciais, e a dimensão superestrutural, localizada nos centros, é um traço fundamental do espaço de exceção, como definido na minha hipótese de trabalho.

Em essência, assim, os centros cerimoniais Maias não eram a moradia de trabalhadores relacionados aos bens materiais. Eram a moradia de *posições, status, conhecimento, divindades*, que constituíam um conjunto de signos e representações para a sociedade como um todo. Eles materializavam e reproduziam um conjunto de relações abstratas que ligavam entre si os membros da sociedade. As pessoas habitavam os centros somente se elas se relacionavam permanentemente, ou eventualmente, com os papéis simbólicos da sociedade Maia. Meios expressivos mantinham a sociedade coesa; procissões religiosas superavam as distâncias físicas entre os seus membros. O isolamento dos indivíduos, para além do nível das famílias extensas, não era superado pelos movimentos resultantes do exercício das suas atividades seculares. Era superado

²²⁰ Service ((1971), op. cit., p. 108) referiu-se ao meio-ambiente “super-orgânico” significando não apenas o quadro ecológico, mas também o quadro cultural constituído pelos grupos culturais com os quais todas as sociedades entram em contato, de uma maneira ou de outra.

²²¹ Wolf, Eric (1966) *Peasants*, Prentice Hall Inc., New Jersey.

somente em certos momentos (ocasiões cerimoniais) e em certos lugares (os centros, as calçadas ao longo das quais as procissões aconteciam, outros lugares sagrados). Em outras palavras, eram as relações sociais ideológicas que aproximavam as pessoas entre si, não as relações sociais de produção.²²² Mas aqui já estou iniciando um comentário em relação à vida espacial Maia, que será discutida mais especificamente a seguir.

VIDA ESPACIAL

Nesta seção comentarei sobre o sistema de encontros interpessoais entre os Maias Clássicos. Tocarei brevemente sobre os padrões espaciais, mas somente de maneira preliminar, desde que uma abordagem mais detalhada encontra-se na próxima seção.

As categorias sociais Maias, como visto acima, espacializaram-se sobre o chão por meio de uma variedade limitada de rótulos (lembremo-nos de que o conceito de rótulo implica um âmbito inequivocamente definido de espaço construído fechado, sancionando categorias específicas de agentes e/ou práticas sociais). A literatura tem trabalhado essencialmente com a hipótese de três tipos de edifícios: 1) os complexos residenciais, onde famílias extensas patrilineares viviam; 2) edifícios seculares nos quais a elite dirigente, junto com os especialistas artesãos e os funcionários religiosos trabalhavam e/ou viviam, permanentemente ou não; e 3) os templos, construídos no topo das pirâmides.

Os complexos residenciais para as famílias na base do sistema social não eram contíguos, eles se mesclavam com os campos de plantações. A densidade geral era muito baixa e isto reproduzia a falta de encontros intensos entre o povo em geral. Vimos também que as famílias eram em grande medida auto-suficientes no que diz respeito ao suprimento básico de comida e produtos artesanais. Da mesma maneira, pouca cooperação em tal produção existia, para além do nível dos complexos residenciais. Tudo isto deve ter-se combinado na constituição de um sistema de encontros bastante rarefeito na base da sociedade, fazendo do espaço aberto deixado entre os complexos essencialmente, digamos, uma “paisagem de milho”, não uma “paisagem de pessoas”: co-presença aqui deve ter sido muito rara, limitada aos encontros casuais que aconteciam durante as jornadas de ida e vinda do trabalho nas plantações.

Isto não é tudo. Se concordarmos com autores como Vogt, Sanders e Coe, no sentido de que as evidências etnográficas e arqueológicas apoiam a hipótese de que a

²²² Sahlins, M (1976(1972)) *Stone Age Economics*, Tavistock Publications, London, p. 69. Há aqui uma leitura particular dos comentários de Sahlins sobre assentamentos dispersos em sociedades primitivas.

estrutura social dos Maias Clássicos era similar àquela dos Zinacantecos de hoje em alguns aspectos fundamentais, deve ter existido um diferencial de solidariedade importante entre homens e mulheres vivendo nos complexos residenciais. Em Zinacantan, sob regras de descendência patrilinear e residência patrilocal, os encontros femininos se limitam ao pequeno círculo da mãe, filhas e noras do complexo. Os arranjos masculinos, entretanto, são transpacialmente organizados em uma série de níveis ascendentes da hierarquia religiosa até as posições do sistema de “cargos” no centro cerimonial propriamente dito. Obrigações cerimoniais masculinas são bastante exigentes e mesmo quando os homens não ficam ausentes continuamente por longos períodos de tempo como ocupantes de “cargos”, eles freqüentemente deixam o complexo para desempenhar alguma tarefa econômica ou ritual bastante longe.

Mas quando eles não deixam o complexo, a clivagem entre os âmbitos masculino/feminino é muito clara: “eles trabalham separadamente em tarefas muito diferentes; e mesmo durante as refeições, a divisão masculino/feminino entre formalidade e informalidade, sentar em cadeiras ou ajoelhar-se, ser servido ou servir, e assim por diante, é bastante explícita.”²²³ Quanto ao sistema cerimonial, há rituais localizados nos próprios complexos, mas quando ascendemos aos níveis superiores do sistema religioso, os rituais são constituídos por circuitos conectando pontos da paisagem bastante distantes dos edifícios residenciais. Entre os Maias hoje, desigualdade entre mulheres e homens estão intimamente relacionadas com suas respectivas solidariedades sociais espacial/transpacial. Repetindo, aceito a hipótese de que isto também ocorria entre os Maias Clássicos por duas razões: 1) os padrões espaciais revelados pelos resquícios arqueológicos são inquestionavelmente similares aos que encontramos hoje em Zinacantan; 2) os registros etnográficos revelam que a “dispersão concentrada” (isto é, pequenos grupos de unidades vizinhas constituindo complexos residenciais separados por terra de ninguém) que encontramos entre os Maias, antigos ou contemporâneos, está consistentemente relacionada com a solidariedade diferenciada apontada acima, como, por exemplo, Hillier & Hanson indicaram relativamente ao sistema de arranjos dos Talensi.²²⁴ Mas espero também mostrar ao leitor mais evidência sobre isto, quando lidar com os próximos estudos de caso.

Essa ruptura entre homens e mulheres do povo que viviam nos campos, entretanto, não era a única ruptura encontrada entre os Maias Clássicos. Como vimos, existe crescente evidência arqueológica que apoia a idéia de uma elite com seus dependentes, permanentemente habitando os centros. Havia aqueles que se dedicavam a trabalho

²²³ Vogt (1969), op. cit., p. 139.

²²⁴ Hillier & Hanson (1985), op. cit., p. 244.

intelectual relativamente solitário (astrônomos, escribas, matemáticos), mas também aqueles que comandavam grandes equipes de trabalho nas tarefas de construção. Mas, novamente, por maiores que fossem, dependendo das tarefas do momento, esta elite e seus dependentes, permanentes ou não, constituíam um grupo fortemente separado do resto da população, tanto socialmente, como, em geral, espacialmente. Esta elite constituía uma solidariedade transpacial muito mais ampla do que a dos homens na base do sistema social, seja por meio de contatos de longa distância para troca de itens especiais de artesanato, seja para troca de conhecimento. Mas diferenças em solidariedade social pareciam ser uma questão de qualidade somente entre homens e mulheres. Entre os homens, era apenas uma questão de grau: quanto mais alguém ascendia na hierarquia social, mais ampla era sua rede de encontros. A própria elite parecia diversificada, julgando pelas diferenças entre os vários recintos de uma mesma área cerimonial.

Tal sistema de arranjos constituía um poderoso *mecanismo integrador*, mas estava longe de constituir um *mecanismo misturador*, como tão generalizadamente encontraremos entre os Hopi. em outras palavras, arranjos masculinos eram hierarquicamente organizados e rituais eram fechados em si mesmos, e aconteciam espacialmente longe do espaço da vida secular diária, embora eventualmente reunissem um grande número de participantes, mas, novamente, apenas em contextos estritamente formais. De fato, é até mesmo difícil de se falar em “espaço de vida secular diária” existindo para além dos complexos residenciais.

PADRÕES ESPACIAIS

Já comentei sobre como os conjuntos edificados eram voltados para si mesmos, deixando grandes áreas de terreno livre entre eles. Comumente, mesmo os pátios eram pouco definidos, como fica claro em Palenque. Este baixo grau de fechamento caracterizava estes conjuntos mais como tipos de acrópoles do que como tipos de praças ou “plazas”, na terminologia utilizada por alguns autores (ver exemplos nas várias ilustrações neste capítulo). Seria adequado dizer-se que os complexos residenciais constituíam o nível básico da ordem espacial, desde que edifícios completamente isolados eram muito raros. Isto implica a existência de muitas unidades de espaços convexos cegos, definidos pelos fundos dos conjuntos edificados. Para além dos complexos das famílias extensas, ou dos impressionantes conjuntos de estruturas cerimoniais, a regra espacial parece ter seguido o “modelo de não vizinhança”, levando a uma estrutura de espaço aberto fortemente não constituída. Era apenas a relativa proximidade destes conjuntos

que definia, novamente de uma maneira frágil, as fronteiras de cada assentamento, em qualquer escala (conjuntos residenciais, zonas, distritos).

A generalizada construção de plataformas acima do nível do chão, sobre as quais até mesmo o mais simples conjunto residencial estava construído, acentua o caráter segmentário dos assentamentos Maias. Edifícios importantes eram levantados sobre o mais elevado de uma série de terraplenos superpostos, que funcionavam como “zonas de amortecimento” para o terreno natural do entorno. Quanto mais importante era o edifício, mais alto ele estava posicionado nestes terraplenos - o “palácio” de Palenque, já citado (Fig. 3.06), e o de Uxmal (Fig. 3.08), são bons exemplos disto. Podemos considerar as pirâmides, com templos no seu topo, como a mais elaborada versão destes artifícios de isolamento. A experiência de um assentamento Maia implica passar ao longo de taludes, escadarias elaboradas, e imensos volumes de pirâmides, mas *nunca* passar por defronte de uma porta. Mesmo quando estamos no interior de um dos complexos edificadas, particularmente os cerimoniais, o isolamento entre o espaço interior e exterior é maximizado por meio de recorrentes plataformas elevadas sobre as quais se situam os edifícios. Poderosas forças centrífugas são assim muito claras.

Áreas não construídas predominam grandemente sobre áreas construídas, implicando um sistema de espaço aberto extremamente raso. Se considerarmos apenas as ilhas espaciais como sintaticamente definidas, muitas direções de movimento são permitidas nesta típica “paisagem de objetos”. Isto significa dizer que o sistema de espaços abertos não era sintaticamente estruturado de modo a permitir a identificação de localizações distintas de conjuntos específicos de edifícios. Entretanto, parece-me que, no caso Maia, é essencial que consideremos o relevo como um artifício sintático importante. Bullard observou que os conjuntos de edifícios mais elaborados encontravam-se freqüentemente isolados, e em sítios mais elevados.²²⁵ Hardoy, por sua vez, comentou datalhadamente sobre a topografia de Tikal, frisando que o principal conjunto de edifícios cerimoniais estava organizado numa área medindo aproximadamente 500 por 1.000 metros, situada numa “pronunciada elevação do terreno.” Por sua vez, a Acrópole Central, no coração desta área, encontrava-se dez metros acima do nível da principal “plaza”.²²⁶ Uma simples olhada nas plantas dos recintos cerimoniais de Pedras Negras (Fig. 3.09), Yaxchilán (Fig. 3.11) e Palenque (Fig. 3.05), revela como seus sítios eram fortemente diferenciados do seu entorno por meio de barreiras topográficas.²²⁷

²²⁵ Bullard (1960), op. cit., p. 369.

²²⁶ Hardoy (1964), op. cit., pp. 289, 291.

²²⁷ A planta de Palenque é menos clara, como ela aparece na Fig. 3.05. Mas uma visita pessoal ao sítio permite identificar sua posição topográfica privilegiada, relativa à paisagem do entorno.

Tudo isto constitui inegáveis limitações ao movimento de pessoas nos assentamentos Maias, assim qualificando o sistema de encontros que poderia ser hipotetizado a partir estritamente de mapas de ilhas espaciais. É como se os recintos cerimoniais como um todo constituíssem ilhas “suaves”, em relação às quais o terreno íngreme substituísse muralhas, mas com conseqüências semelhantes para o movimento de pedestres. Se assim é, testemunhamos aqui um caso de “não-distributividade suave”, pela qual o princípio de “um contendo muitos” é reproduzido.

Regularidade geométrica, para além do nível dos complexos, sejam seculares ou cerimoniais, não era uma característica dos assentamentos Maias. O esquema sintático de 2 a 4 (ou mesmo mais) estruturas em torno de um espaço aberto sem definição clara, era o mesmo para todos os tipos de edifícios. Mas não havia simetria geométrica com respeito ao tamanho relativo dos edifícios, nem com respeito aos ângulos pelos quais eles se relacionavam entre si. As relações entre estes elementos, agora considerados como unidades de análise, novamente não obedeciam nenhum esquema regular geométrico global. Para usar os termos de Hillier & Hanson, havia, num nível mais local, uma “sintaxe de espaço central” e, num nível mais global, uma “sintaxe de aglomerados”, que relacionava os elementos locais entre si. (Há algumas exceções a esta regra nas áreas mais densas: um ou mais edifícios podem ter sido construídos no espaço central dos complexos edificadas, como em Tikal) Os assentamentos Maias apresentavam basicamente, assim, uma combinação de dois geradores elementares.²²⁸ Tal falta de regularidade geométrica é exemplificada em muitos casos, como os mapas de Tikal, Palenque, Piedras Negras, Copan e Uxmal bem ilustram (Fig. 3.01, 3.05, 3.09, 3.10 e 3.07, respectivamente). Isto coloca um contraste bastante forte, por exemplo, entre o tipo dos assentamentos Maias, e o tipo de assentamentos de outras culturas da Meso-América, como, por exemplo, Teotihuacán (Fig. I.03).

Vimos que grandes movimentos cerimoniais de pessoas foram hipotetizados em relação aos Maias Clássicos. Neste ponto da discussão, vale notar que estes movimentos, ligando processionalmente pontos da paisagem entre si, *não eram* sancionados por padrões espaciais. Antes, eram organizados transpacialmente, enquanto determinados pelos rótulos correspondentes a certos edifícios ou certos lugares, que jogavam importante papel no sistema cerimonial. É verdade que estes movimentos excepcionais de pessoas que “costuravam” o assentamento estava relacionado a calçadas elevadas, às vezes com 30 metros de largura. Mas estas calçadas, ondulando irregularmente entre os edifícios, *não eram* caracterizadas pelos atributos espaciais globais da sua posição (ou seja, suas propriedades configuracionais), mas simplesmente pelo tratamento físico do

²²⁸ Idem, pp. 68 ss.

próprio lugar (pavimentação e elevação acima do nível do solo). Era os alvos da proclamação cerimonial que contavam, por meio de seus atributos espaciais locais (forma e tamanho destes edifícios especiais - templos no topo de pirâmides) e, igualmente, por meio de seu caráter simbólico. De fato, não poderia ser de outro modo. Apesar das limitações topográficas já comentadas, a sintaxe de aglomerados, que presidia a ordem global dos assentamentos Maias, é a mais parcimoniosa de todas as estruturas sintáticas: pela sua própria natureza, ela não contém diferenciação configuracional entre as diversas localizações dos edifícios, para além da sua maior ou menor proximidade de outros elementos, e da sua posição relativa ao longo do intervalo centro-periferia.

SÍNTESE: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL MAIA

Recordemos agora os traços essenciais da realidade sócio-espacial Maia, como caracterizada ao longo das três seções anteriores:

- a) processos simples de divisão do trabalho entre os trabalhadores que cultivavam os campos;
- b) processos complexos de divisão do trabalho entre os membros da elite vivendo em edifícios elaborados, desempenhando atividades nas quais dimensões superestruturais da ordem social, na forma de religião ou ideologia em geral, claramente predominavam;
- c) forte isolamento entre estas duas instâncias anteriormente comentadas: a participação dos trabalhadores comuns nas práticas dos centros propriamente ditos era controlada por meio de uma estrutura social fortemente hierárquica;
- d) pequenos arranjos sociais na vida secular diária constituindo um sistema social altamente segmentário; sucessivamente maiores arranjos em contextos cerimoniais, à medida em que se subia na hierarquia social, em lugares específicos para tanto;
- e) predominância de descontinuidade espacial além do nível dos complexos construídos, fossem eles seculares ou cerimoniais;
- f) modelo de correspondência pelo qual a instituição social da família extensa era fisicamente identificável nos complexos residenciais, que mantinham claras barreiras de espaço aberto entre eles (a exceção fica por conta dos complexos da elite nos centros propriamente ditos, que exploraram algum grau de contigüidade);

- g) forte isolamento entre espaços internos e externos, por meio de artifícios físicos tais como plataformas elevadas, conjuntos elaborados de degraus, pirâmides;
- h) espaços convexos cegos generalizados, em função da definição dos espaços convexos por meio das fachadas de fundo e laterais dos complexos construídos;
- i) “não-distributividade suave”, por meio de artifícios topográficos, recorrentemente relacionados ao coração dos centros cerimoniais;
- j) além da distinção indicada imediatamente acima, indiferenciação de propriedades configuracionais com relação ao assentamento como um todo, devido às generalizadas barreiras de espaço aberto das “terras de ninguém”;
- k) correspondência das dimensões superestruturais da ordem social, na versão da religião e da ideologia em geral, com conjuntos de edifícios localizados de maneira não-distributiva em sítios que contrastavam topograficamente com o seu entorno;
- l) diferenciação entre assentamentos, em correspondência com os vários níveis hierárquicos do sistema religioso.

De acordo com minha hipótese, estes atributos constituem o que chamei de paradigma da formalidade, em todos três níveis analíticos. Quanto ao caso especial deste paradigma que estou chamando de espaço de exceção, o estudo dos Maias sugere algumas qualificações necessárias. É verdade que, freqüentemente, encontramos exemplos de conjuntos de estruturas exclusivamente cerimoniais completamente isolados. Mas também é verdade que elas podem estar inseridas no resto do assentamento, como é o caso de Tikal, onde os recintos cerimoniais inclusive se multiplicam em conjuntos secundários afastados da área propriamente central. Em casos como este, as fronteiras entre as dimensões do sagrado e do secular até certo ponto se diluem: os conjuntos de edifícios cerimoniais não constituiriam a rigor espaços de exceção, se nos ativermos à hipótese inicial de acordo com a qual tal fenômeno sempre exigiria completa separação sintática de maneira a ser perfeitamente caracterizado. Entretanto, comentei como os edifícios cerimoniais eram *diferenciados topograficamente*: ainda que, vistos em planta, eles se inserissem no assentamento como um todo, realmente funcionavam como partes relativamente separadas do conjunto. Assim, isolamento físico e social das dimensões infra-estrutural e superestrutural da ordem social ainda existiam, pois os espaços cerimoniais mantinham uma distinta identidade com relação ao resto do lugar. Parece também que, quanto mais estes centros cresciam em importância, mais os

complexos construídos das famílias comuns eram empurrados para longe do coração cerimonial.

Se os atributos registrados acima repetem-se como conjunto de relações recorrentes ao longo da história, constitui a hipótese a ser testada neste trabalho. Por enquanto, o máximo que podemos dizer é que essas relações eram claras entre os Maias. Volto-me agora para o estudo de caso Hopi, e veremos como sua cultura contribui para as questões acima discutidas.

HOPI

REVISÃO DE DESCRIÇÕES E OPINIÕES ANTERIORES

É consenso que os Hopi se organizaram no nível *tribal* de integração societal. Service caracterizou o sistema social das tribos da seguinte maneira: “eles são igualitários; não há nunca diferenças estruturais a ponto de existirem corpos especializados de poder político, de especialização econômica (além daquelas universalmente relacionadas à idade e ao sexo), nem mesmo uma profissionalização religiosa real (há sem dúvida especialistas religiosos, mas eles não constituem um grupo especializado como um clero).”²²⁹ Entretanto, como Titiev observou,²³⁰ os Hopi constituíram uma estrutura social tão frágil que, em termos políticos, eles dificilmente poderia ser denominados uma tribo. O último esforço cooperativo que reuniu todas as vilas se deu por ocasião da Revolta Pueblo, em 1680. Não há reuniões periódicas entre os chefes das várias vilas, assim como não há nada parecido com um conselho tribal.

Entre os Hopi, a unidade social primária é a família extensa baseada em descendência matrilinear e residência matrilocal. Estas matrinhagens formam entre 30 a 40 clãs na sociedade Hopi. Bradfield exemplificou como estes níveis formavam um vila no caso de Oraibi, antes desta ter se dividido em duas: com uma população de 880 pessoas, havia 147 unidades domiciliares, cada uma delas com 6 a 7 pessoas, formando 39 matrinhagens (com 3 a 4 unidades domiciliares por matrinhagem), que constituíam os 24 clãs representados na vila.²³¹ Há uma intensa relação social entre as matrinhagens: seus membros geralmente moram próximos entre si, trocam visitas nas horas das refeições, suas crianças formam o grupo primário de diversão nas vilas.

²²⁹ Service, op. cit., p. 154.

²³⁰ Titiev, Mischa (1944) “Old Oraibi - a study of the Hopi Indians of the Third Mesa”, in *Papers of the Peabody Museum of American Archaeology and Ethnology*, Harvard University, vol. XXII, n. 1, Cambridge, p. 67.

²³¹ Bradfield (1973).

Há uma grande ênfase na liberdade individual, e “isso depende de você” bem que poderia ser o mote da sociedade Hopi. Entretanto, há um grande receio quanto a comportamentos discrepantes, apoiado pelo medo quanto a feitiçaria, ridicularização e opinião pública. Como Titiev observou, “somente um homem de caráter excepcional ousaria afastar-se dos modos convencionais de comportamento.”²³² Estes traços caracterizam uma sociedade na qual o perigo de cisão é muito presente. Há porém instituições sociais que ajudam a compensar tais tendências. Primeiro, os clãs são exógamos e as alianças matrimoniais criam laços que ultrapassam os limites dos clãs. Segundo, e mais importante, há associações ou “fraternidades” que também ultrapassam o âmbito dos clãs, e que desempenham um papel fundamental no cerimonial Hopi. De acordo com Bradfield, os 24 clãs que se faziam representar em Oraibi constituíam 9 fraternidades. Cada fraternidade é responsável por importantes rituais no calendário sagrado. As comparações que Bradfield fez entre clãs e fraternidades ajudam a entender as funções que eles desempenham:

o clã é, primariamente, a unidade para a transmissão dos direitos sobre o lote das casas, os campos, as cisternas, os ninho de águias, cargos cerimoniais e políticos, conhecimento esotérico (...) As fraternidades, pelo contrário, não possuem direitos de propriedade, exceto no que se relaciona às cerimônias com as quais estão associadas. (...) Se o clã é um organismo para a posse de *coisas*, a fraternidade é um organismo para o controle de *acontecimentos*.²³³

Há ainda um terceiro artifício social que funciona contra a tendência de cisão entre os Hopi: as sociedades secretas às quais o Hopi pode pertencer por várias razões: quando se é uma criança, durante a puberdade, por conta de doença, pelo fato de ser uma mulher etc. Como as fraternidades, elas são responsáveis por determinados rituais no calendário sagrado e possuem *kivas*,²³⁴ as câmaras subterrâneas nas quais estes rituais são em parte realizados (veremos que o espaço aberto das praças desempenham um papel fundamental no sistema cerimonial dos Hopi).

Quanto à divisão do trabalho, cada família é bastante auto-suficiente. Não há divisão de trabalho além daquela baseada no sexo e na idade. Todo e cada indivíduo desempenha a função do artesão, do caçador, do pastor, “de acordo com as necessidades, com o momento e a ocasião.”²³⁵ Claro que existem indivíduos com maior habilidade que outros, seja em tecelagem, seja em trabalhos com prata ou couro. Estes

²³² Titiev (1944), op. cit., p. 65.

²³³ Ver especialmente Bradfield (1973), Capítulos 15 e 16.

²³⁴ Seguirei aqui a denominação tradicional destas câmaras, mesmo sendo tal denominação controversa, como veremos adiante.

²³⁵ Para um apanhado detalhado da divisão do trabalho, ver Beaglehole, Ernest (1937) “Notes on Hopi economic life”, *Yale University Publications in Anthropology*, n. 15, p. 18.

“especialistas” são eventualmente chamados quando há tarefas que demandam um acabamento melhor, e são pagos em comida. Mas isto nunca significa dedicação integral a uma tarefa em particular. Também, não há acesso diferenciado a recursos básicos.

Entretanto, apesar da auto-suficiência indicada acima, as atividades econômicas dos Hopi freqüentemente reúnem um grande número de pessoas, em processos de trabalho de cooperação simples. Vale a pena chamar a atenção para alguns aspectos que são acentuados na literatura, pois eles podem estar relacionados com esta significativa *cooperação simples entre iguais*. Dozier observou as enormes dificuldades com as quais os Hopi se defrontam na sua agricultura: “os níveis de precipitação pluviométrica nesta área estão geralmente abaixo de 260mm anuais e, mesmo quando chove, isto pode se dar onde não é necessário, ou com tal violência a ponto de destruir as culturas.”²³⁶ Bradfield, por sua vez, chamou a atenção para o fato de que eles plantam em diferentes lugares, de tal maneira que a probabilidade de retorno seja maior. Beaglehole, por outro lado, notou que as plantações podem fracassar completamente a cada três ou quatro anos.²³⁷ Aquela cooperação entre iguais, assim, pode bem estar relacionada ao caráter imprevisível da agricultura dos Hopi, como voltarei a comentar mais adiante.

As matrinhagens geralmente ocupam unidades de moradia contíguas na vila, mas não há atributos espaciais particulares correspondendo a determinadas matrinhagens. Isto é mais verdade ainda quanto aos clãs. Os segmentos pertencentes a um mesmo clã estão dispersos no espaço da vila, misturando-se com segmentos pertencentes a outros clãs (Fig. 3.13).²³⁸ Também, um mesmo clã pode apresentar segmentos em várias vilas.

As fraternidades e as sociedades secretas estão relacionadas com o único tipo de unidade construída isolada nas vilas dos Hopi, as *kivas*, já brevemente referidas acima. Ainda que determinados clãs construam e mantenham determinadas *kivas*, considera-se que elas pertencem a uma determinada associação ou cerimônia. Mais: o clã “proprietário” de uma *kiva* pode ser ou não aquele que é “proprietário” de uma determinada cerimônia, e uma cerimônia pode também ser levada a efeito de maneira rotativa entre várias *kivas*.²³⁹ Ainda que seja fundamental o papel cerimonial das *kivas*, elas estão longe de constituírem um espaço exclusivamente sagrado. Elas também constituem uma espécie de clube social diário, principalmente para os homens. Aqui, homens

²³⁶ Dozier (1960), op. cit., p. 150.

²³⁷ Beaglehole (1937), op. cit., p. 33.

²³⁸ Mindeless, V (1891) *A Study of Pueblo Architecture: Tusayan and Cibola*, Smithsonian Institute, Bureau of American Ethnology, 8th Annual Report, 1891.

²³⁹ O assunto é controverso. Ver discussão em Eggan, Fred (1971) *La organización social de los indios Pueblo del Oeste*, Ediciones Especiales: 61 - Instituto Indegenista Interamericano, Mexico, pp. 105 ss.

que pertencem às mesmas sociedades encontram-se e conversam diariamente. Durante os meses de inverno, estas câmaras são os lugares de intenso trabalho artesanal, particularmente se presentes e roupas, mocassins e cobertores, precisam ser preparados para o cerimonial das bodas de um filho de um membro do grupo. Além deste trabalho de artesanato, as fraternidades também constituem a base para a formação de grupos de trabalho agrícola. A função estrutural das fraternidades e das sociedades secretas, portanto, vai além das suas responsabilidades cerimoniais. Também, as sociedades secretas não são exclusivamente uma instituição masculina: há também sociedades femininas responsáveis por determinados rituais e, conseqüentemente, há *kivas* que são espaços femininos.

O esquema físico das vilas Hopi foram registrados em dois trabalhos clássicos, por Mindeless²⁴⁰ e Stubbs.²⁴¹ Suas plantas, algumas delas reproduzidas neste Capítulo, têm-se constituído em referências importantes sobre as quais autores como Scully têm analisado o esquema das vilas Hopi. As descrições de Scully são muito instrutivas, mas ele tinha por objetivo responder um tipo de pergunta completamente diferente da minha, como claramente colocou: “nosso problema é: como podemos perceber a arquitetura do índio americano, que tem um visão do homem e da natureza completamente diferentes da nossa?”²⁴² Seu esforço se deu no sentido de descobrir como sua arquitetura “se relacionava a determinados sítios, mas particularmente com a forma funcionalmente sagrada, ou no mínimo religiosa, de sua paisagem.”²⁴³ Ele lidou principalmente com as relações visuais entre vila e paisagem, como, por exemplo, com os eixos visuais em direção a montanhas sagradas distantes, ou com relações volumétricas entre a forma da vila e a configuração das *mesas*, de maneira a constituir seu argumento central: “o mundo do índio americano é um lugar onde não há qualquer idéia de diferenciação entre o homem e a natureza, pois não há de fato discriminação entre o homem e a natureza como tais, mas apenas um profundo instinto de que todas as coisas vivas são uma única entidade. E todas *são* vivas: cobra, montanha, nuvem, águias, e o homem.” Entretanto, sua descrição capta aspectos que são importantes para a argumentação aqui, como se verá a seguir.

Para Scully, “a principal função ambiental da arquitetura Hopi [era] usar os edifícios para estruturar uma praça na qual danças rituais pudessem ser realizadas, e dos quais elas pudessem ser observadas.”²⁴⁴ Citando os estudos lingüísticos de Worf sobre

²⁴⁰ Mindeless (1891), op. cit.

²⁴¹ Stubbs, Stanley (1950) *Bird's-eye view of the Pueblos*, Norman, Oklahoma.

²⁴² Scully, Vincent (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London, p. 7.

²⁴³ Idem, p. 9.

²⁴⁴ Idem, pp. 10, 14.

os Hopi, ele observou como eles têm, por exemplo, palavras específicas para “vila” (*kí.coki*), “praça” (*kí.sonvi*), “muro circundante” (*tek^wwánmène*), esta última para as paredes externas dos edifícios que rodeiam a praça. A definição deste espaço fechado reflete-se assim na existência de sua contrapartida verbal. Isto é interessante porque parece registrar a importância histórica destes espaços abertos, que são hoje ainda muito claros em algumas vilas Hopi (por exemplo, Shupaulovi e Mishongnovi, Fig. 3.18 e 3.19, respectivamente), embora menos claros em outras (por exemplo, Oraibi, Fig. 3.13).

É também interessante notar que havia passagens cobertas, entre os edifícios, que levavam às praças, assim como uma denominação específica para elas: *kiska*. Estas passagens, tão recorrentes na história (por exemplo, na Praça do Campo, em Siena, Itália, Fig. I.10, como comentarei mais detalhadamente depois) acentuam o fechamento visual das praças, ao mesmo tempo em que o acesso de pedestres fica garantido, a partir de várias direções externas a estes lugares.

Os comentários de Scully sobre a palavra *kiva* são também relevantes para minha argumentação, pois ela é, de fato, “uma corruptela de estrangeiros para *ki.he*, que significa uma construção de qualquer tipo”, e não um termo especial para as câmaras cerimoniais semi-enterradas.²⁴⁵ Aqui, a língua Hopi reflete mais a multifuncionalidade das *kivas* - um lugar no qual tanto práticas sagradas como seculares acontecem -, do que sua peculiaridade configuracional - sua falta de contigüidade com outros edifícios na vila.

Vejamos agora como as informações acima permitem-nos lidar com as categorias dos níveis analíticos da “vida social”, “vida espacial” e “padrões espaciais”, propostas neste trabalho.

VIDA SOCIAL

Se entre os Maias as características dominantes da sociedade eram constituídas por uma série de fortes clivagens em vários níveis, o completo oposto acontece entre os Hopi. Aqui, mecanismos misturadores são as características fundamentais da sociedade, borrando as fronteiras entre homens e mulheres, clã e vila, economia e religião. É verdade que há diferenças entre os clãs, e as cerimônias mais importantes são de responsabilidade de um mesmo clã ao longo de gerações.²⁴⁶ Mas isso não significa qualquer acesso diferenciado à produção material, nem qualquer distinção espacial entre

²⁴⁵ Idem, p. 9.

²⁴⁶ O chefe da vila é geralmente o chefe do clã Urso (Titiev (1944)).

clãs no espaço da vila, por meio de propriedades configuracionais de suas respectivas moradias.

Vimos que a divisão do trabalho na agricultura entre os Hopi é constituída por processos de trabalho de cooperação simples mas que, entretanto, as tarefas agrícolas são levadas a efeito por grandes equipes. A auto-suficiência das famílias Hopi, assim, é de um tipo especial: elas produzem tudo o que precisam, mas isto não é feito em isolamento. É irrelevante se estes mecanismos misturadores que acontecem na produção do alimento era ou não determinado pela caráter imprevisível de sua agricultura, como comentado acima. A questão é que, qualquer que seja a determinação de seus esforços cooperativos, suas tarefas produtivas ultrapassavam as delimitações entre os clãs, e freqüentemente entre as vilas.

O mesmo é verdade quanto aos processos de troca de produtos. Não há forte mercado de trocas entre os Hopi. Mas grades tarefas produtivas podem ser organizadas pelas famílias, e essas tarefas são descritas como ocasiões de grande festa, onde uma grande quantidade de comida é distribuída pelo organizador. Por outro lado, se a troca cerimonial de presentes não é uma peculiaridade da cultura Hopi, ocasiões como matrimônios demandam tanto esforço no que diz respeito à preparação de presentes, que aqueles geralmente ocorrem nos meses de inverno, quando a vida se torna mais sedentária no interior dos edifícios. Igualmente, os festivais de verão *kacina* constituem ocasiões nas quais o organizador distribui comida tanto para os dançarinos como para os espectadores. Parece pois haver uma forte exigência moral quanto ao *dar*, o que, novamente, acontece simetricamente entre todos os membros da sociedade, e não assimetricamente de maneira concentrada nas mãos de poucos.

A interpenetração entre as dimensões sagrada e profana é também um importante traço da cultura Hopi. Vimos como as *kivas* materializam ambas as dimensões. Também, o fato da maior parte do cerimonial Hopi ser espacialmente baseada no espaço aberto da vila, traz este cerimonial para perto da vida secular cotidiana. Finalmente, o cerimonial Hopi é tão presente na vida secular que os líderes religiosos tomam parte ativa nas tarefas produtivas nos campos: os *kacina*, incorporando espíritos ancestrais, usando máscaras e roupas especiais, podem ajudar na organização deste trabalho. Criticados eventualmente como preguiçosos no seu papel de meros supervisores, instrumentos de trabalho lhes são entregues, eles trabalham febrilmente por algum tempo, após o que devolvem os instrumentos para o seu crítico, um episódio que diverte bastante todo o grupo.²⁴⁷ Isto constitui mais uma instância na qual dimensões infra-estruturais e superestruturais da vida social combinam-se nas *mesmas* tarefas.

²⁴⁷ Titiev (1944), op. cit, p. 66.

VIDA ESPACIAL

Talvez a principal característica da vida espacial Hopi seja o fato de que todas as instituições sociais funcionam de tal maneira que elas tendem a expandir os limites dos sistemas de encontros de cada indivíduo participante, na direção da população inteira da vila. Vejamos as várias maneiras pelas quais isto ocorre.

Vimos que o grupo espacial básico entre os Maias era a família extensa vivendo nos complexos residenciais isolados, e pudemos assim falar de um modelo correspondente entre famílias extensas e domicílios isolados. Entre os Hopi, comentou-se na literatura o como as mulheres das famílias nucleares que constituem um linhagem cooperam diariamente em uma de suas casas, e assim constituem um grupo espacial básico na mesma escala dos Maias. Entretanto, a situação aqui é completamente diferente. As linhagens não se identificam fisicamente nas vilas: um mesmo quarteirão abriga diferentes linhagens, e até diferentes clãs, como vimos no mapa de Oraibi (Fig. 3.13). Como Hillier & Hanson observaram, os Hopi constituem o total oposto de um modelo de correspondência: todo Hopi tem relações “em todas as partes do assentamento. (...) As relações do sistema espacial e transpacial, com efeito, tendem a globalizar o sistema de encontros, e criar densidade de encontros no nível do assentamento como um todo.”²⁴⁸ Assim, mesmo o movimento de pedestres ao longo de distâncias muito curtas é uma oportunidade para encontrar aleatoriamente outras pessoas de outras linhagens e clãs. Desta maneira, o grupo cooperativo espacial básico da linhagem não esgota o âmbito dos encontros na vida cotidiana das pessoas: tal âmbito é imediatamente expandido em direção a outros clãs morando no mesmo quarteirão, ou mesmo em direção à vila como um todo.

Vimos como os homens adultos são estranhos no seu espaço doméstico, que é dominado pelas mulheres por meio das regras de descendência matrilinear e residência matrilocal. Essa desvantagem dos arranjos masculinos no espaço doméstico é entretanto compensada por vários meios: primeiro, os homens trabalham nos campos com outros homens de sua própria matrilinearidade; segundo, eles pertencem a fraternidades e sociedades secretas que se reúnem freqüentemente nas *kivas*; terceiro, os dançarinos homens dos clãs também dançam em *kivas* de outros clãs, assim expandindo sua solidariedade transpacial; quarto, embora os homens tenham um forte domínio sobre a vida cerimonial, a maior parte do cerimonial Hopi acontece no espaço aberto das vilas, assim

²⁴⁸ Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 250-1.

constituindo mais um exemplo de mecanismo misturador, entre tantos outros de sua cultura.

Há certamente, como Hillier & Hanson também apontaram, solidariedades diferenciadas entre homens e mulheres, pois “as mulheres dominam a solidariedade do grupo espacial, enquanto os homens dominam a solidariedade do grupo transpacial.”²⁴⁹ Mas, novamente, mesmo isto é de certa forma borrado na sociedade Hopi, pois há também mulheres que pertencem a fraternidades, e assim usam as *kivas*. Os arranjos sociais são portanto grandes para ambos os sexos, e são organizados para além das fronteiras das linhagens, ou mesmo dos clãs, na vida cotidiana. É razoável a hipótese de que a densidade de encontros diários é muito maior numa vila Hopi do que o era num assentamento clássico Maia de população semelhante.

Finalmente, é importante frisar que toda a diversidade da sociedade Hopi é encontrada em cada uma e em todas as vilas. Não há hierarquia entre as vilas e todos os tipos de instituições encontrados em qualquer delas, são igualmente encontrados em todas as outras, independentemente das diferenças em tamanho e em número de clãs. Assim, os Hopi reproduzem, de vila para vila, o *mesmo* tipo de sistema de encontros.

²⁴⁹ Idem, p. 253.

PADRÕES ESPACIAIS

Se “forças centrífugas” eram a regra dominante entre os Maias, “forças centrípetas” parecem constituir o princípio fundamental observável no nível das vilas Hopi. Os Hopi organizam-se em assentamentos que distinguem claramente o lugar da vila em si, e o lugar do trabalho agrícola (Fig. 3.12). Os edifícios concentram-se numa pequena área, densidades podendo atingir o índice de 88 pessoas por acre, como no caso de Oraibi (Fig. 3.13), que abrigava uma população de 880 pessoas num espaço de apenas 10 acres, no momento em que Bradfield realizou seu estudo.²⁵⁰

As vilas Hopi são constituídas por um denso agregado de unidades espaciais geometricamente regulares, na forma de paralelepípedos ocós, que são amontoados formando aglomerados geralmente de até três andares de altura.²⁵¹ Uma unidade domiciliar consiste de uma ou várias destas unidades primárias. O modo de agregação é tal que uma célula pode ter de 1 a 6 de suas faces coladas a faces de outras células. É como se a conectividade entre células devesse ser maximizada, mesmo ao custo de iluminação e ventilação naturais. De fato, estas células completamente internas ao aglomerado datam do período pueblo “clássico”, como em Pueblo Bonito, onde a maioria das células estava embutida numa imensa “mega-estrutura” (Fig. 3.22 e 3.23). Estas células são designadas, na língua Hopi, pela palavra *yé.mòkvi*, que significa igualmente “cômodo interno” ou “caverna”.

A construção que serve a uma unidade domiciliar não é claramente identificável nestes aglomerados, pois cada conjunto de células constituindo uma residência se agrega às demais da mesma maneira que elas se agregam entre si. É possível ter-se uma residência sobre outra, ou elas podem situar-se de modo contíguo apenas ao nível do chão. Desta maneira, algumas vezes todo o assentamento quase parece um único edifício (por exemplo, Walpi, Shupaulovi e Mishongnovi, nas Figs. 3.15, 3.18 e 3.19, respectivamente).

À primeira vista, a irregularidade geométrica dos aglomerados Hopi lembrariam uma estrutura em “colar de contas”, como Hillier & Hanson identificaram relativamente a alguns povoados na região de Vaucluse, na França (Fig. 3.21). Mas nos primeiros a contigüidade entre os edifícios foi maximizada, até mesmo no sentido vertical, como no caso de Mishongnovi (Fig. 3.20). Por definição, a estrutura em “colar de contas” implica regras extremamente simples: em poucas palavras, cada recém-chegado precisa

²⁵⁰ Bradfield (1973), op. cit.

²⁵¹ Outras culturas Pueblo constróem até cinco andares de altura, como na vila de Taos, entre os Tiwa, uma das etnias situadas mais a leste.

apenas ser vizinho dos edifícios já construídos anteriormente.²⁵² Entretanto, uma análise mais cuidadosa das plantas das vilas Hopi revela mais ordem do que isto, ou seja, menos aleatoriedade do que uma estrutura em “colar de contas” implica. Primeiro, os agregados tendem a se desenvolver linearmente e, à medida em que a vila cresce, eles tendem a partir-se após uma dimensão de cerca de 70-80 metros, a julgar pelas ilustrações oferecidas por Scully. Isto maximiza as opções de movimento entre os agregados. Devemos também lembrar que a contigüidade tridimensional acima do nível do chão é evitada no térreo pelas *kiskas* (as passagens através da massa construída, já referidas), que aumentam ainda mais a permeabilidade.

Em segundo lugar, os agregados formam praças bem definidas, tão comentadas na literatura, nas quais a parte mais importante das cerimônias tem lugar, e nas quais, freqüentemente, as *kivas* se localizam (como em Oraibi e Shongopovi, por exemplo). Desta maneira, os Hopi também desenvolveram um gerador sintático no qual o principal atributo é a relação pela qual “muitas células fechadas contêm um célula aberta”, assim lembrando os complexos Maias. Mas as diferenças são mais importantes do que as semelhanças: a) uma quantidade muito maior de células fechadas constituem as praças; b) a contigüidade entre as células é maximizada; c) não existe nada como as generalizadas fachadas de fundo dos complexos construídos, cegando o espaço aberto; d) muitas das praças contêm uma ou mais *kivas*; e) a constitutividade do espaço aberto é maximizada também no sentido de que, digamos, ela sobe pelos agregados, pois sua forma em terraços reproduz o solo público no teto das células, utilizados pelas pessoas para circulação, descanso, refeições ou conversas na vida diária, assim como enquanto lugares privilegiados dos quais as cerimônias são observadas (ver a fotografia de Taos tirada por Scully, na Fig. 3.24, que, embora uma vila da etnia Tiwa, exemplifica um uso das construções que também encontramos entre os Hopi).

Finalmente, uma terceira restrição ao acaso refere-se exatamente às *kivas*. Entre os Hopi (isto não é necessariamente assim para as outras culturas Pueblo) elas são quase sempre construções isoladas, situadas nas partes mais amplas do sistema de espaços abertos, como em Oraibi (Fig. 3.14). Fora isso, suas propriedades configuracionais variam. Em alguns casos, como em Shupaulovi (Fig. 3.18) e Mishognovi (Fig. 3.19) elas ocupam uma posição muito central na praça. Em outros casos, como em Oraibi (Fig. 3.13) e Shongopovi (Fig. 3.17), elas também se localizam em amplos espaços abertos das vilas, mas em posições mais periféricas, como se constituíssem continuações dos quarteirões residenciais. Particularmente em Oraibi (Fig. 3.13), 8 das 11 *kivas* estão

²⁵² Para uma discussão mais completa sobre este conceito de “colar de contas”, ver Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 59ss.

fora dos principais eixos visuais. Em Walpi, devido talvez a restrições topográficas severas, as *kivas* se localizam exclusivamente na periferia da vila, e algumas delas são mesmo contíguas a unidades domiciliares, como as plantas de Stubb indicam (Fig. 3.17). Parece não haver outras restrições no que diz respeito às propriedades configuracionais das *kivas*.

Exceto pelas *kivas* (e nem sempre) tudo isto caracteriza um padrão espacial altamente simétrico e distributivo. Isto é ainda mais verdade quando as vilas são menores, nas quais quase *todas* as casas se localizam em torno de um único espaço aberto, assim preservando uma mesma medida de integração (o exemplo mais próximo disto é Shupaulovi, Fig. 3.18). Quando as vilas crescem, claramente replicando o esquema acima, como em Mishongnovi (Fig. 3.19), ou menos claramente como em Oraibi (Fig. 3.13), um certo grau de assimetria é introduzido: alguns agregados são mais integrados e alguns são mais segregados, no que diz respeito ao sistema espacial como um todo, mas sempre em termos de esquemas sintáticos distributivos.

Se se aceita que os Hopi descendem daqueles que construíram Pueblo Bonito, no qual havia uma dualidade muito mais clara em termos de centro (construções sagradas) e periferia (construções seculares), os Hopi passaram significativamente de uma configuração mais formal para uma configuração mais urbana (nos meus termos): naquele antigo assentamento havia um modelo claramente correspondente entre centro e periferia, ao mesmo tempo em que *todas* as unidades construídas estavam sincronizadas num mesmo grande edifício em forma de “D”. Tal padrão espacial deve ter existido simultaneamente com uma estrutura social igualmente mais formalizada, possivelmente constituída por metades, como Scully sugeriu,²⁵³ e que em parte sobrevive nas culturas Pueblo mais a leste, como observado por Eggan.²⁵⁴ Em outras palavras, no nível dos padrões espaciais, os Hopi também intensificaram, ao longo do tempo, mecanismos misturadores igualmente presentes em outros construtos sociais, como nas fraternidades e nas sociedades secretas.

²⁵³ Scully (1989), op. cit., p. 19.

²⁵⁴ Eggan, Fred (1964), *The American Indian - Perspectives for the Study of Social Change*, Aldine Publishing Company, Chicago, especially Chapter V.

SÍNTESE: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL HOPI

Resumo a seguir as características básicas da formação sócio-espacial Hopi:

- a) processos de divisão de trabalho simples entre aqueles que trabalham nos campos, mas nos quais as equipes são às vezes constituídas por um grande número de pessoas, reunindo membros de várias linhagens e clãs;
- b) quase inexistente isolamento entre os vários ramos da produção material, assim como entre a economia como um todo e o sistema cerimonial;
- c) grandes arranjos sociais mesmo na vida cotidiana, por meio dos quais mecanismos misturadores garantem a interação entre um número de pessoas para muito além das famílias nucleares ou dos segmentos das linhagens;
- d) maximização da contigüidade espacial nas vilas;
- e) modelo não-correspondente entre clãs e padrões espaciais, pelo qual os clãs se distribuem de maneira aleatória no espaço da vila;
- f) modelo não-correspondente entre as dimensões infra-estrutural e superestrutural da ordem social, pelo qual as câmaras cerimoniais são também o local da produção artesanal;
- g) independentemente da imbricação entre categorias sagradas e profanas, como indicado acima, quase generalizada diferenciação entre as *kivas* e as casas, mas uma diferenciação que é limitada à não-contigüidade física entre os dois tipos de edifícios;
- h) maximização da constitutividade do sistema de espaços públicos abertos, que chega mesmo a “subir” pelos agregados construídos;
- i) aspecto intimamente relacionado ao item anterior, muito fraco isolamento entre o espaço interno e externo, com intenso uso do espaço aberto para as atividades seculares diárias (conversas, refeições, descanso);
- j) plantas das vilas simétricas, com um certo grau de assimetria introduzido quando a vila é de maior tamanho;
- k) inexistência de esquemas não-distributivos;
- l) indiferenciação entre vilas, no que diz respeito às instituições que abrigam, independentemente das diferenças em população.

Todas estas características se combinam num sistema sócio-espacial que é o exato oposto do maia: os atributos comentados acima, em todos os três níveis analíticos

combinam-se na constituição do que parece ser um caso polar do paradigma da urbanidade. A seguir, veremos como estes dois estudos de caso, qualificam o argumento central deste trabalho até este ponto.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 3

Uma questão intrigante foi apresentada na *Introdução* deste Capítulo, a partir dos conceitos de “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica”, de Durkheim. Este autor parece ter assumido que uma divisão do trabalho mais desenvolvida seria necessariamente congruente com padrões espaciais densos, “urbanos”, assim favorecendo a interação entre ocupações especializadas. A evidência discutida neste Capítulo sugere que isto não é necessariamente assim. Tudo depende do *tipo* de divisão do trabalho em questão, isto é, da natureza das “ocupações especializadas”, no mais amplo sentido da palavra, que encontramos na sociedade em estudo.

Vimos que, entre os maias, a divisão do trabalho na produção era muito simples, mas que ela era muito sofisticada quando se tratava dos “aparelhos ideológicos” da sociedade, para usarmos um termo de Althusser. Mais importante ainda, a sociedade era claramente dicotomizada entre duas categorias sociais altamente impermeáveis entre si: por um lado, os trabalhadores que viviam nos complexos habitacionais nos campos e que produziam o alimento para a sociedade como um todo; por outro lado, a elite com seus dependentes, que viviam nos centros cerimoniais propriamente ditos. Os primeiros eram as “pessoas da infra-estrutura”, os segundos eram as “pessoas da superestrutura”. Infra-estrutura e superestrutura assumiam assim, um caráter quase *empírico*, desde que os agentes sociais e suas respectivas práticas eram claramente dicotomizados no que dizia respeito à economia e à ideologia. A elite maia constituía uma “classe simbólica”, distante da instrumentalidade da reprodução da vida material, e era artefactualmente distinta dos trabalhadores por meio de seu sistema de encontros fortemente transpacial. Os artifícios integradores da sociedade como um todo somente reforçavam esta clivagem: tanto o “sistema de cargos” como as procissões cerimoniais reuniam um grande número de pessoas, mas dentro de situações altamente ritualizadas e, assim, formalizadas e controladas.

Os hopi nos oferecem um quadro completamente diferente. Apesar de seu onipresente cerimonialismo, este se encontra imerso na vida cotidiana, a ponto dos sacerdotes comandarem os grupos de trabalho nos campos agrícolas. Os lugares sagrados são simultaneamente lugares para conversas informais diárias e para o trabalho

artesanal. Não havia possibilidade disto acontecer entre os maias, nos seus templos localizados no topo das enormes pirâmides. Os hopi sem dúvida diferenciavam os papéis dos sexos, mas é quase impossível identificar princípios distintos de solidariedade social entre eles. Homens e mulheres participam da produção material tanto quanto da simbólica, e isto coincide com uma sociedade tida como das mais igualitárias já conhecidas pelos registros etnográficos.

A divisão do trabalho entre os hopi é, assim, mais simples do que entre os maias, pois ela mal vai além do sexo e da idade, e mesmo quando isto acontece, ela tem lugar *dentro* de ambas as dimensões infra-estruturais e superestruturais da ordem social, e não *entre* elas. Entre os hopi, a intensa interação verificada na vida cotidiana não depende de ocupações especializadas, como propunha Durkheim. Vimos que inúmeros mecanismos misturadores, que não a troca entre ocupações distintas, contribuem para esta interação.

Com todo o respeito pelos conceitos fundamentais de Durkheim, a discussão levada a efeito neste Capítulo sugere que os conceitos de formalidade e urbanidade parecem capturar uma dimensão mais abstrata da ordem social, por sob o desenvolvimento da divisão do trabalho. Assim, parece útil substituir a mera existência de um maior número de categorias da divisão social do trabalho (agentes, práticas), pelo grau de impermeabilidade entre elas. Em vez disto, os conceitos de Durkheim parecem ter se apoiado simplesmente no maior ou menor número das ocupações especializadas, e de sua correspondente necessidade de troca. Mas os estudos de caso maia e hopi mostram que temos mais ocupações com maior impermeabilidade, entre os primeiros, e menos ocupações com mínima impermeabilidade, entre os segundos, e que isto corresponde a menos interação social entre os primeiros, e mais interação social entre os segundos. Estes são os traços essenciais dos paradigmas da formalidade e da urbanidade, respectivamente, quer no nível da vida social, que naquele da vida espacial. Sugiro que a dispersão dos assentamentos maias, comparada à densidade das vilas hopi, simplesmente completam cada um destes paradigmas, não havendo portanto aqui qualquer paradoxo.

Além disso, os maias isolaram fortemente a dimensão superestrutural da ordem social, mas vimos que sua versão do espaço de exceção é uma versão “suave”, pelo menos quando confrontada com minha hipótese inicial. É verdade que se tem frequentemente uma dualidade entre os recintos propriamente cerimoniais e os assentamentos como um todo, mas é também verdade que essa dualidade pode ser borrada em alguns casos, embora artifícios topográficos sejam utilizados para reafirmá-la, como em Tikal.

Aqui, temos um núcleo cerimonial claro e forte, numa sensível elevação do terreno, comparativamente ao sítio do entorno. Mas duas coisas devem ser ainda observadas: a) embora situadas “lá embaixo”, os complexos residenciais estão relativamente próximos do centro cerimonial propriamente dito, e b) recintos cerimoniais secundários, de tamanho bastante inferior, são replicados a distâncias variadas do núcleo principal.

Por enquanto, não oferecerei nenhuma conjectura para explicar esta solução aparentemente híbrida. Prefiro usar os próximos estudos de caso retrospectivamente, para oferecer uma melhor compreensão das questões acima colocadas.

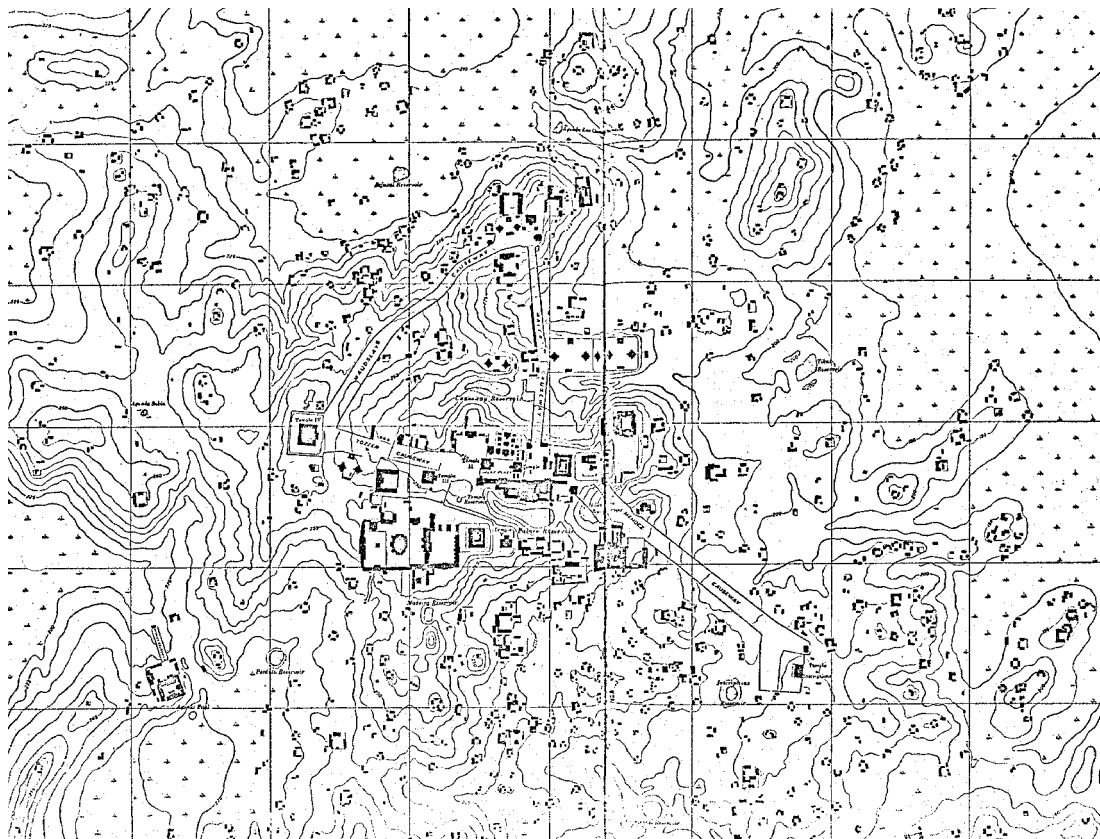


Fig. 3.01. Doze quilômetros quadrados centrais de Tikal.

CENTROS CERIMONIAIS E VILAS

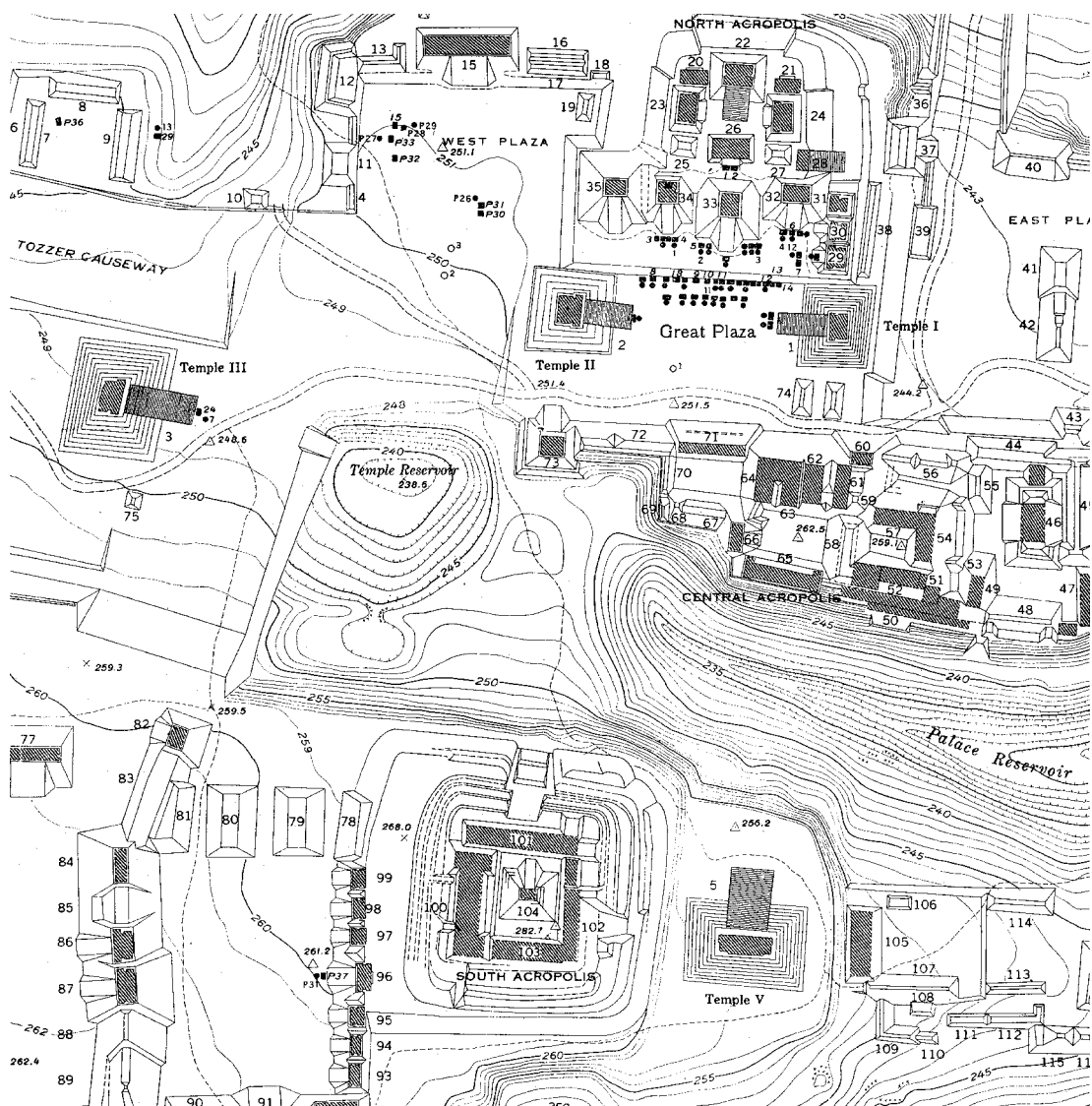


Fig. 3.02. Área central de Tikal.

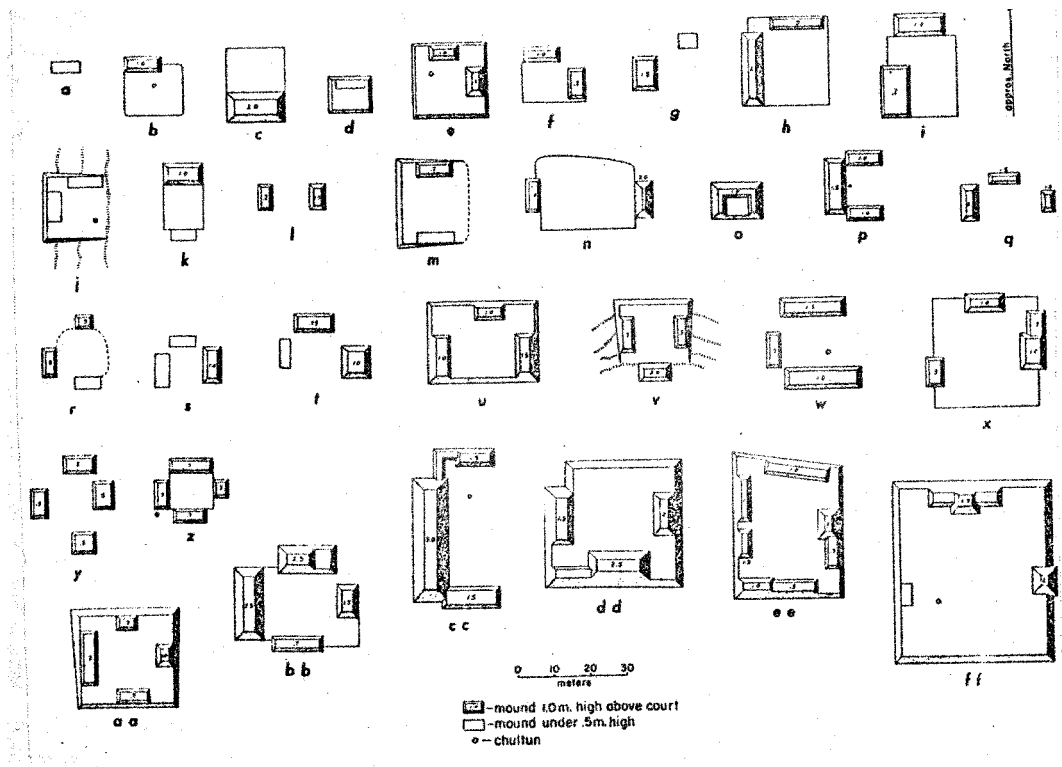


Fig. 3.03. Plataformas de casas e conjuntos cerimoniais na região de Dos Aguadas e Yaxha.



Fig. 3.04. A Acrópole Norte, Tikal.

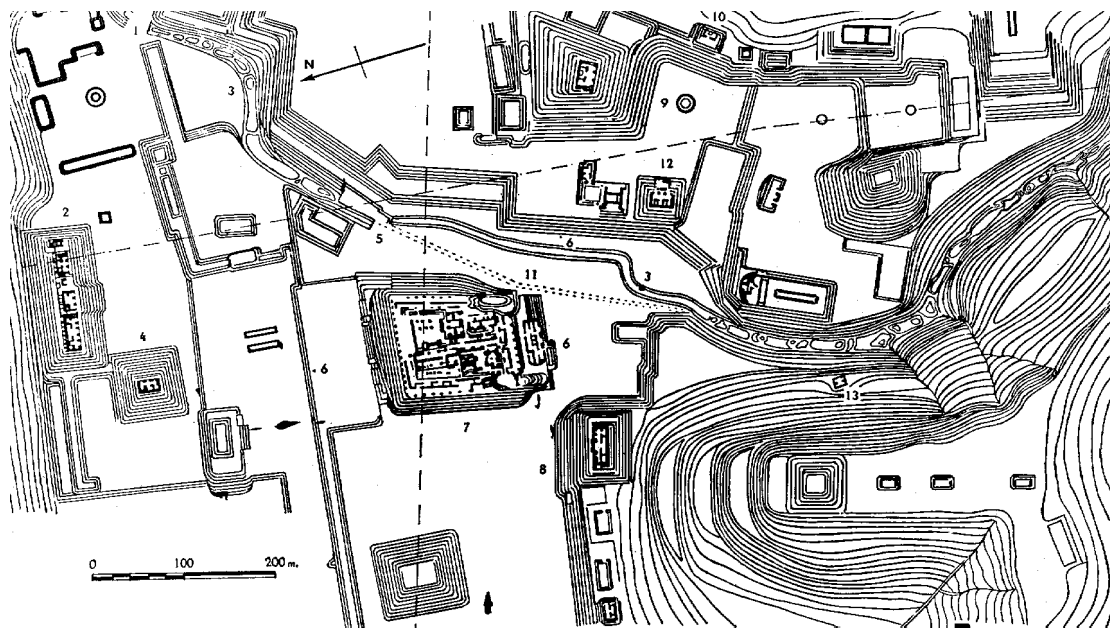


Fig. 3.05. Palenque. Planta.



Fig. 3.06. "Palácio" (à direita). Palenque.

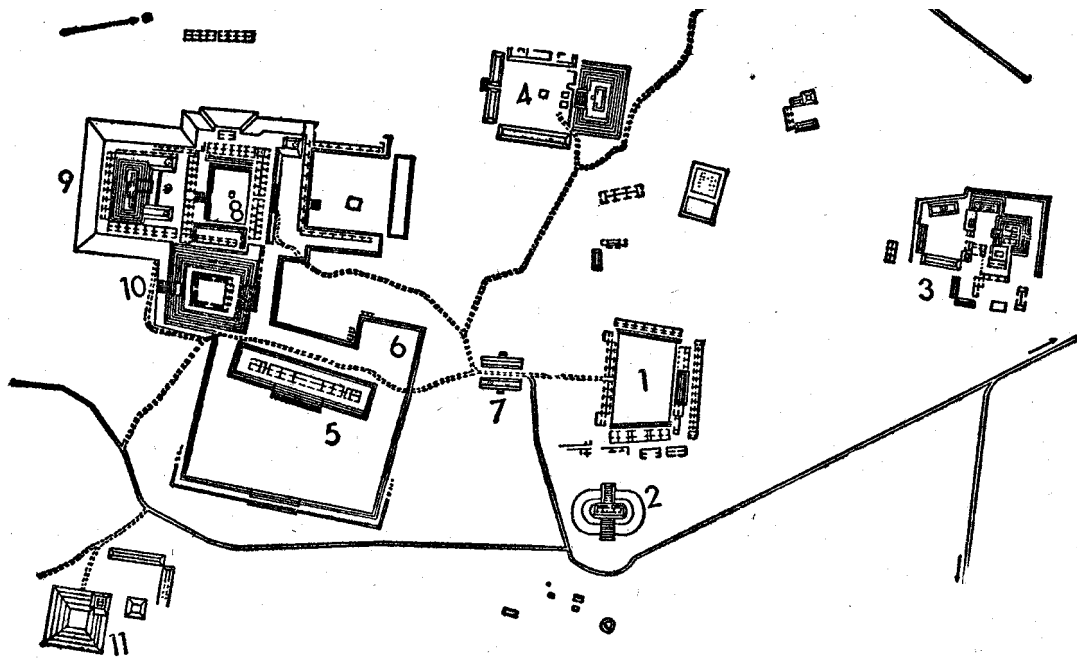


Fig. 3.07. Uxmal. Planta.



Fig. 3.08. Uxmal.

CENTROS CERIMONIAIS E VILAS

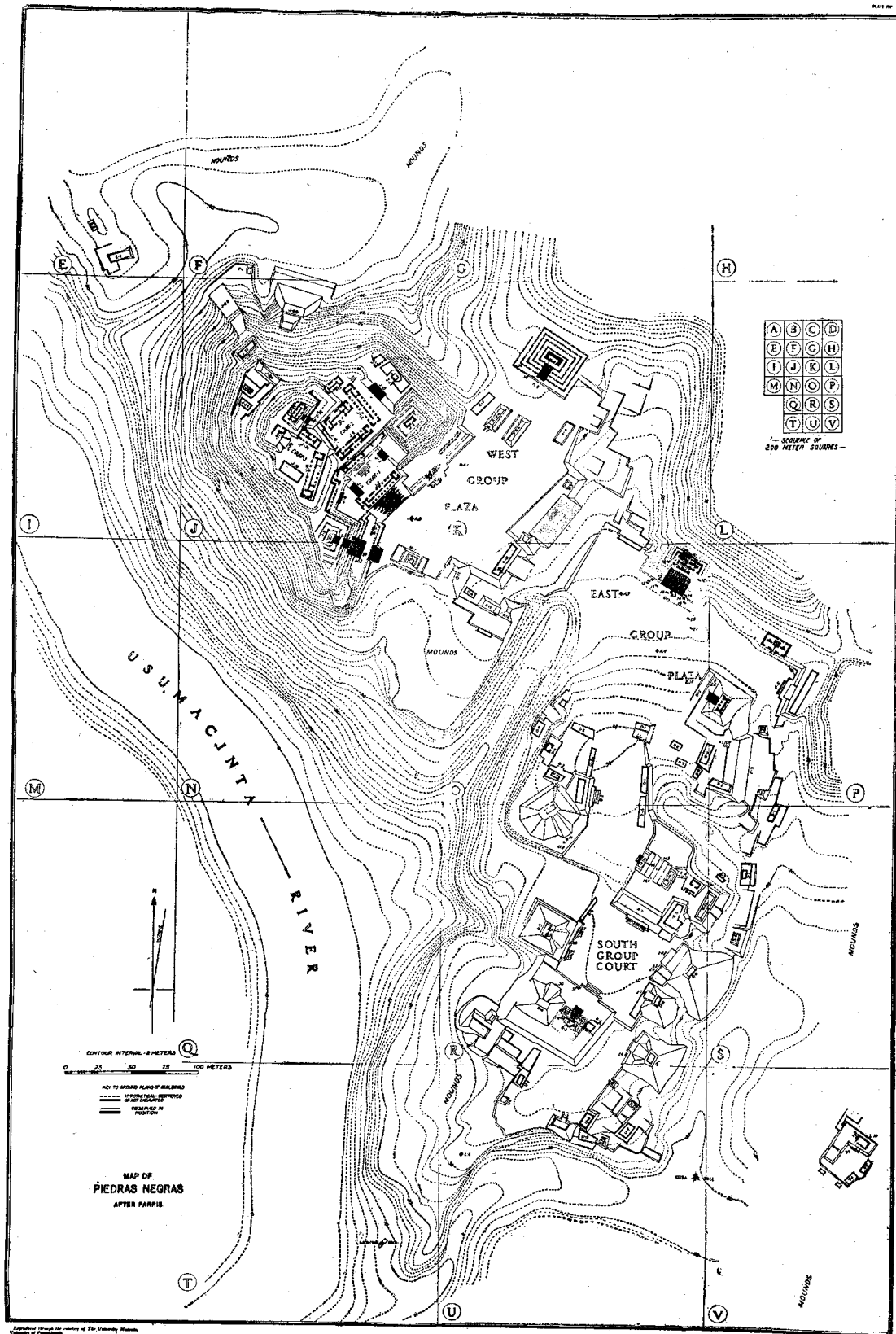


Fig. 3.09. Piedras Negras. Planta.

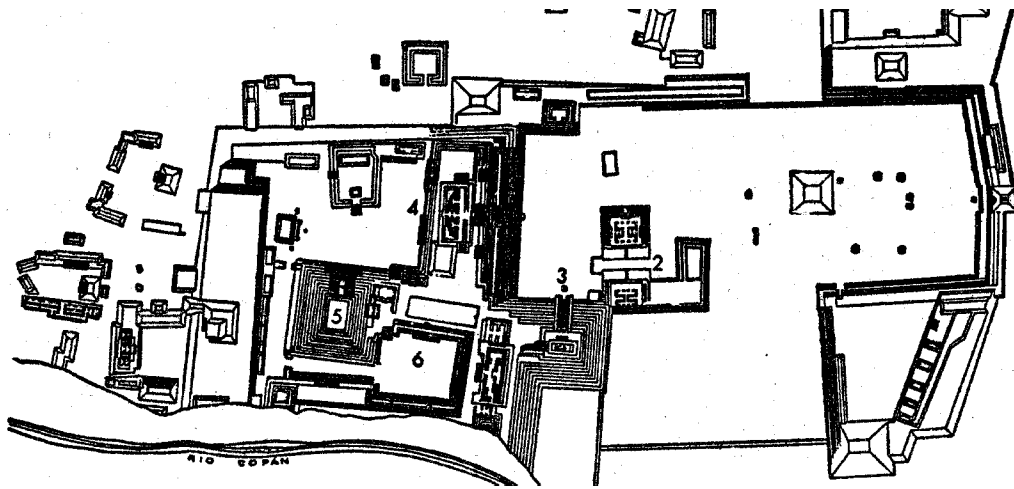


Fig. 3.10. Copán. Planta.



Fig. 3.11. Yaxchilán. Planta.

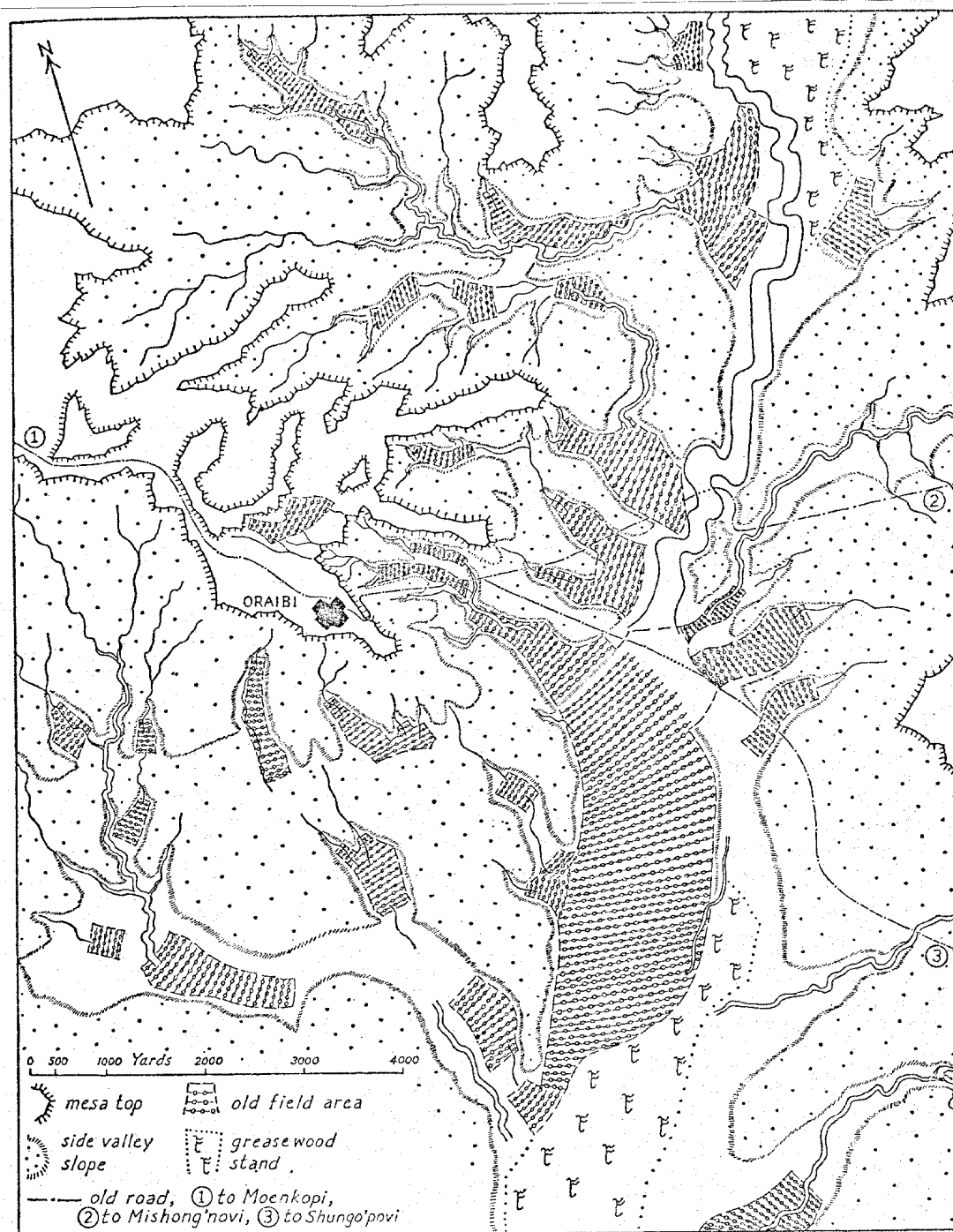


Fig. 3.12. Oraibi e suas áreas de plantio.

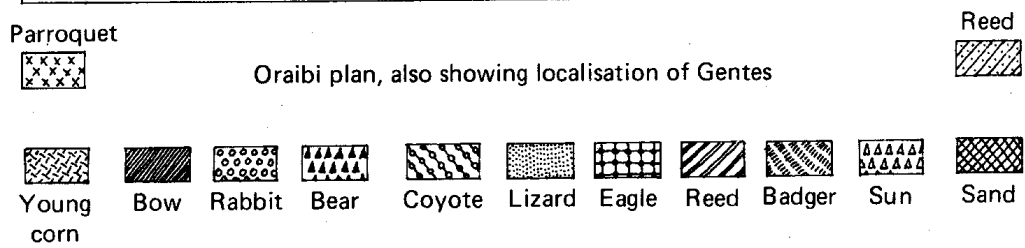
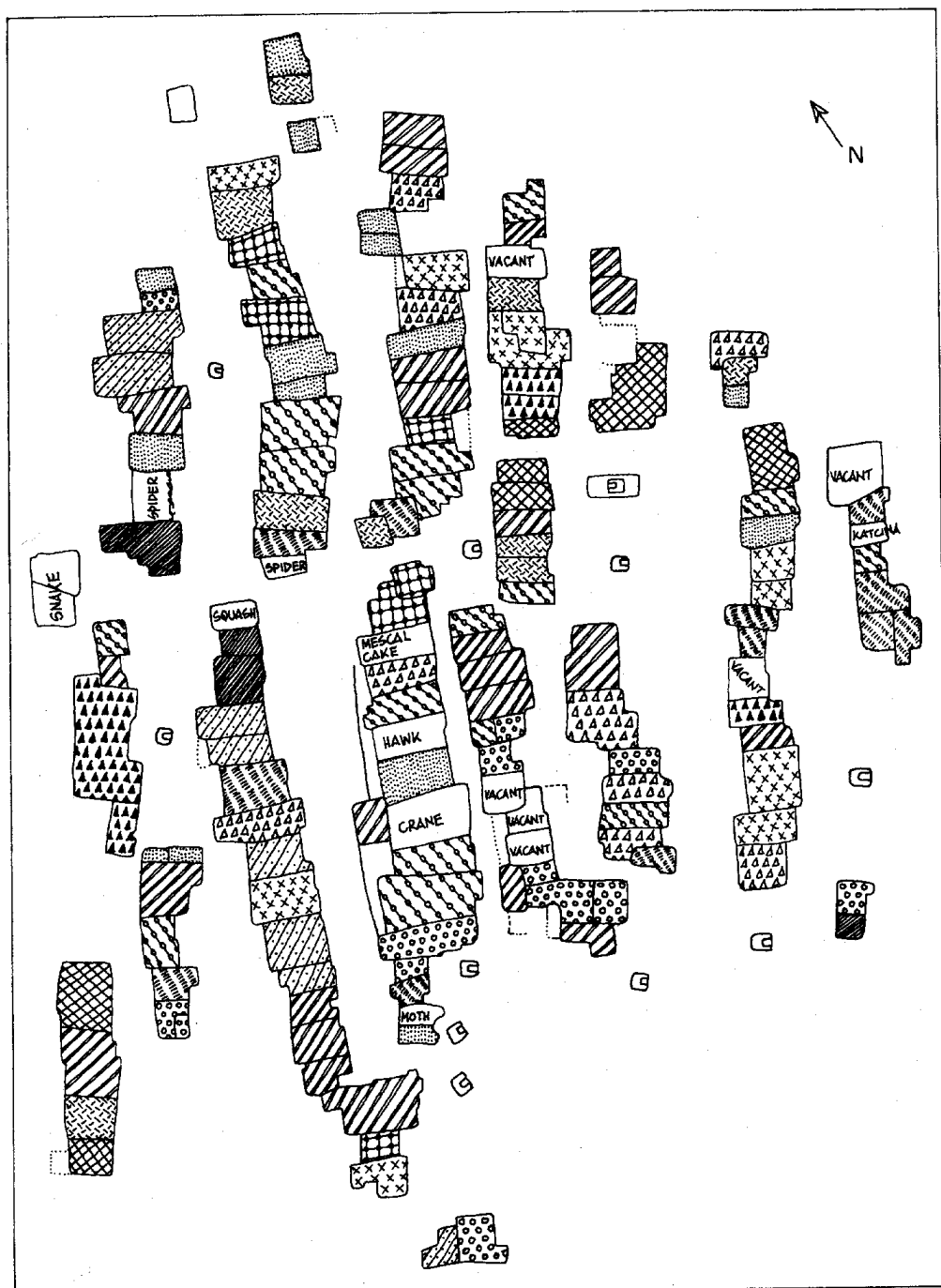
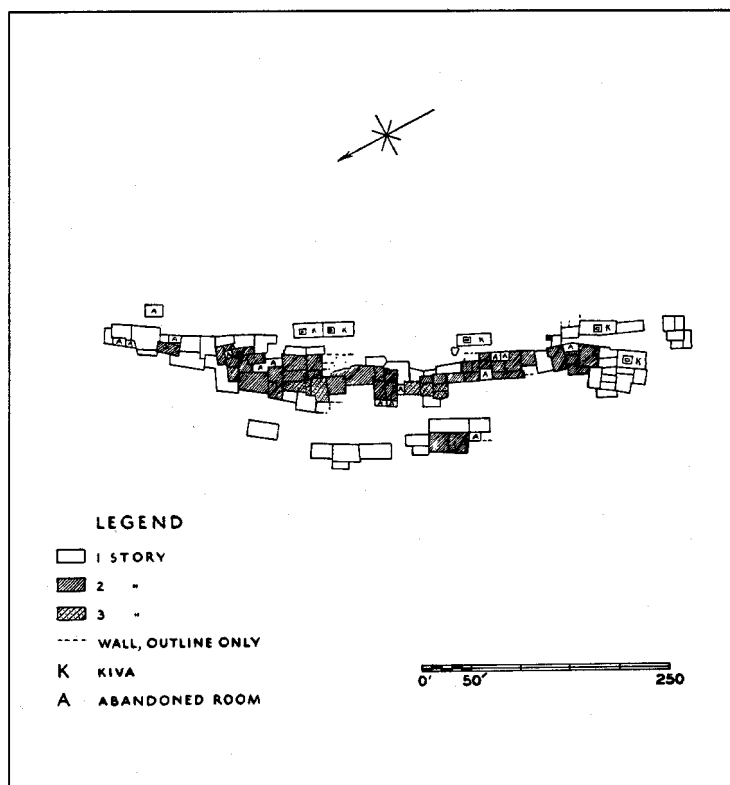


Fig. 3.13. Oraibi. Planta.



Fig. 3.14. Praça de Oraibi com "kiva", cerca de 1900.



3.15. Walpi. Planta.



Fig. 3.16. Do primeiro plano para o fundo, as vilas hopi de Hano, Sichomovi e Walpi.

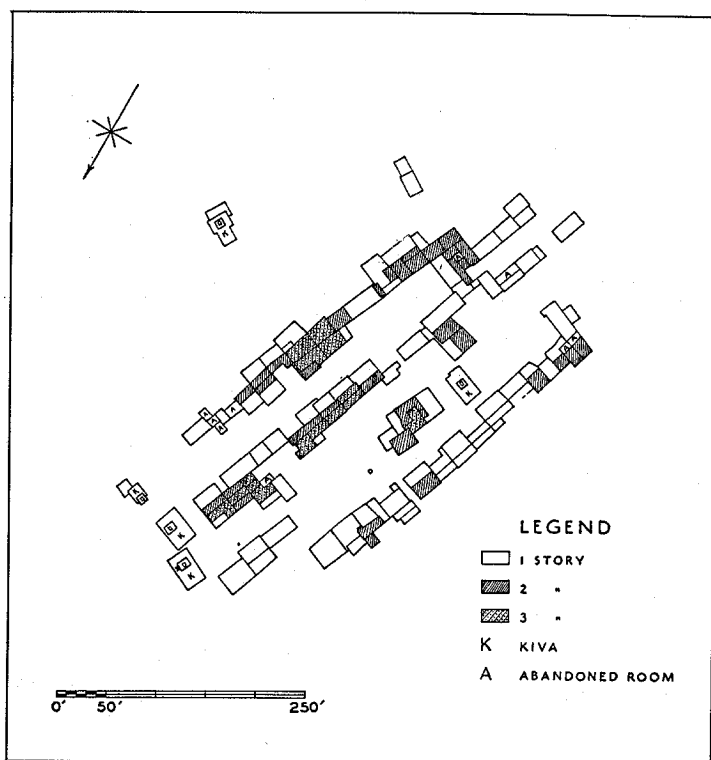


Fig. 3.17. Shongopovi. Planta.

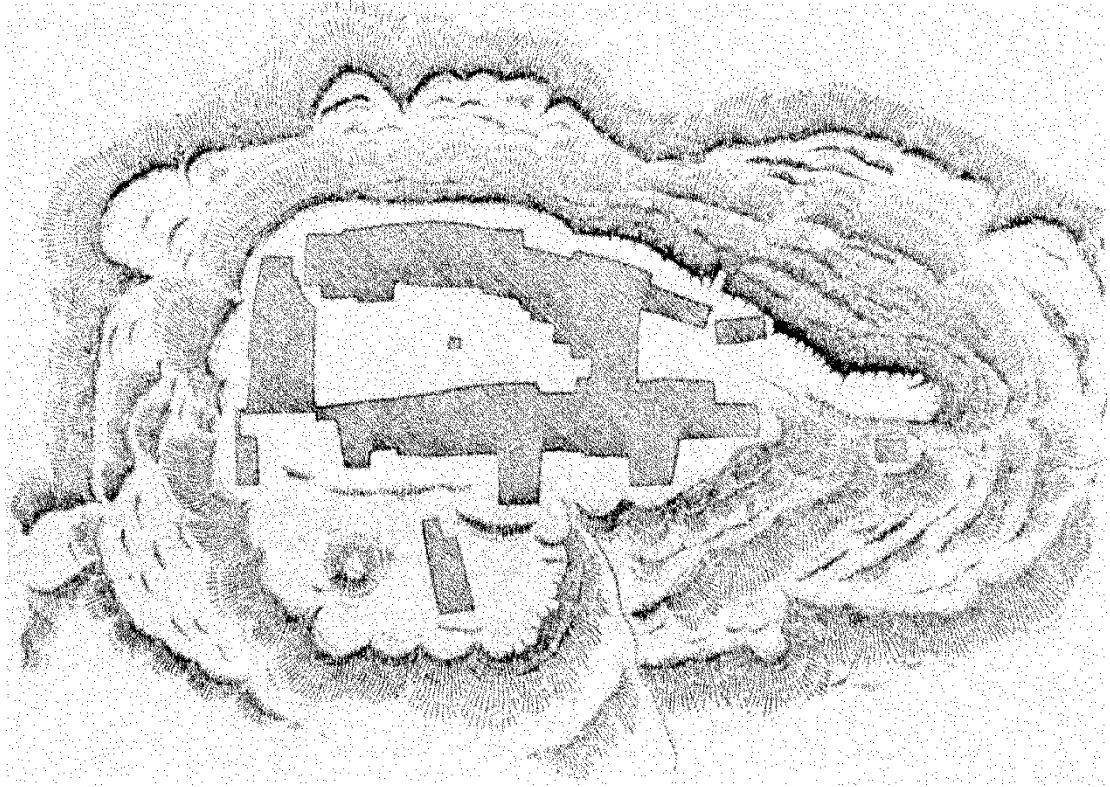


Fig. 3.18. Shupaulovi. Planta.

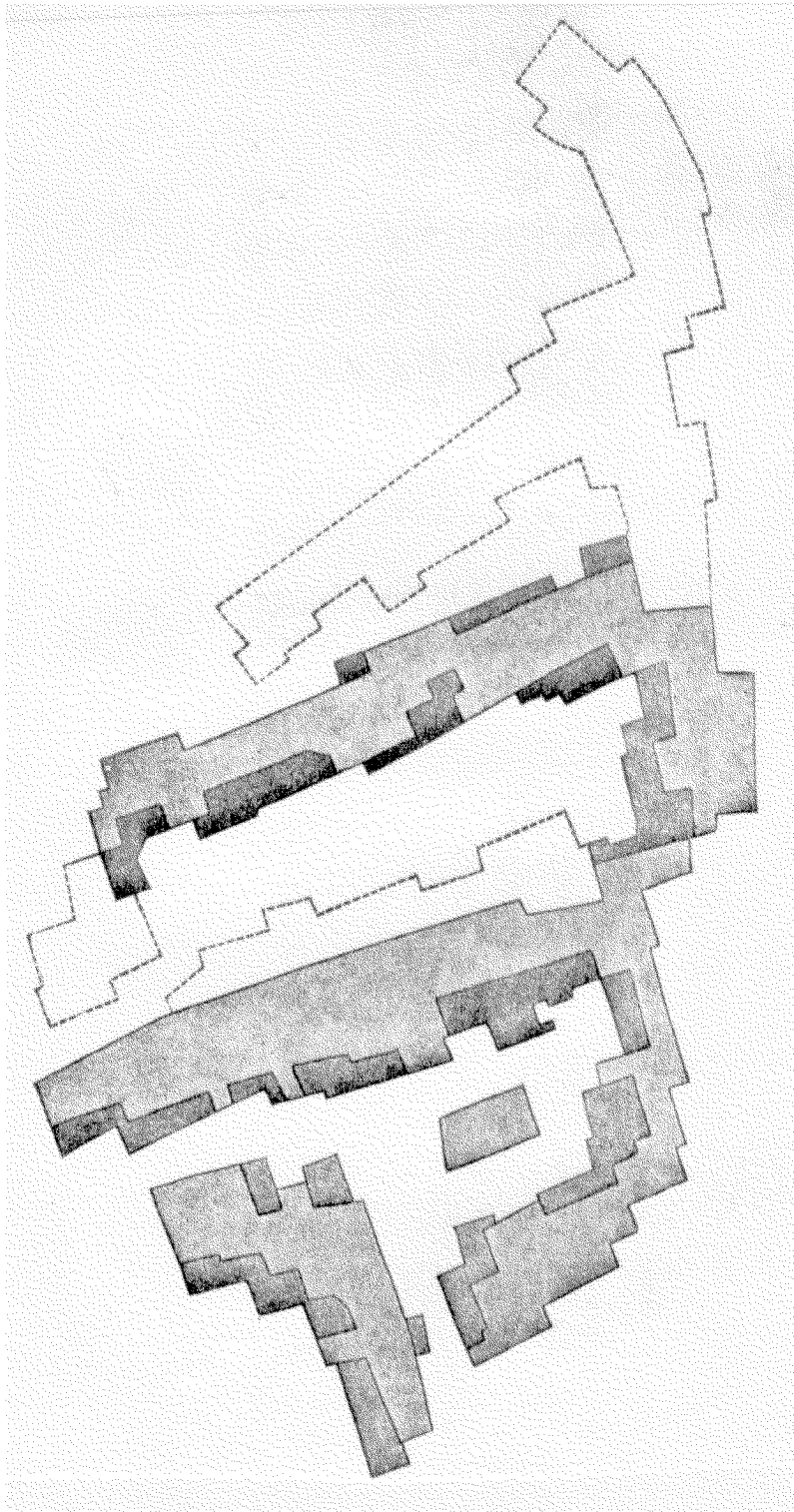


Fig. 3.19. Mishognovi. Processo de crescimento hipotético, segundo Mindeleff.



Fig. 3.20. Uma vista de Mishognovi.

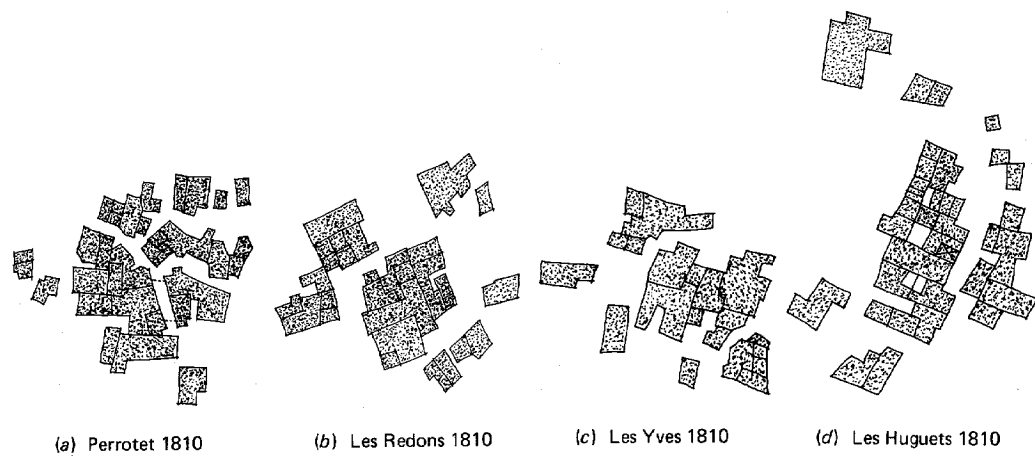


Fig. 3.21. Uma amostra de povoados à maneira de um “colar de contas”, da região de Vaucluse, França.

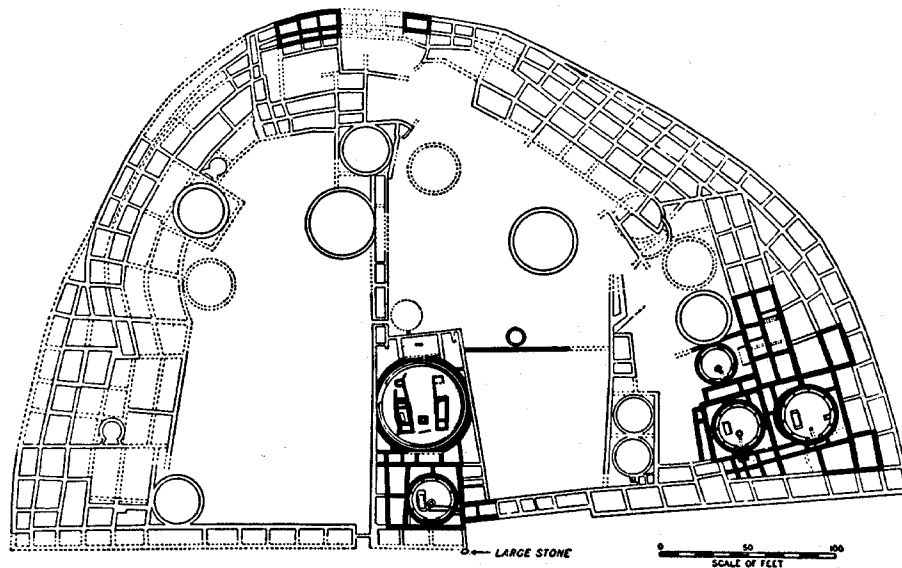


Fig. 3.22. Pueblo Bonito. Planta.

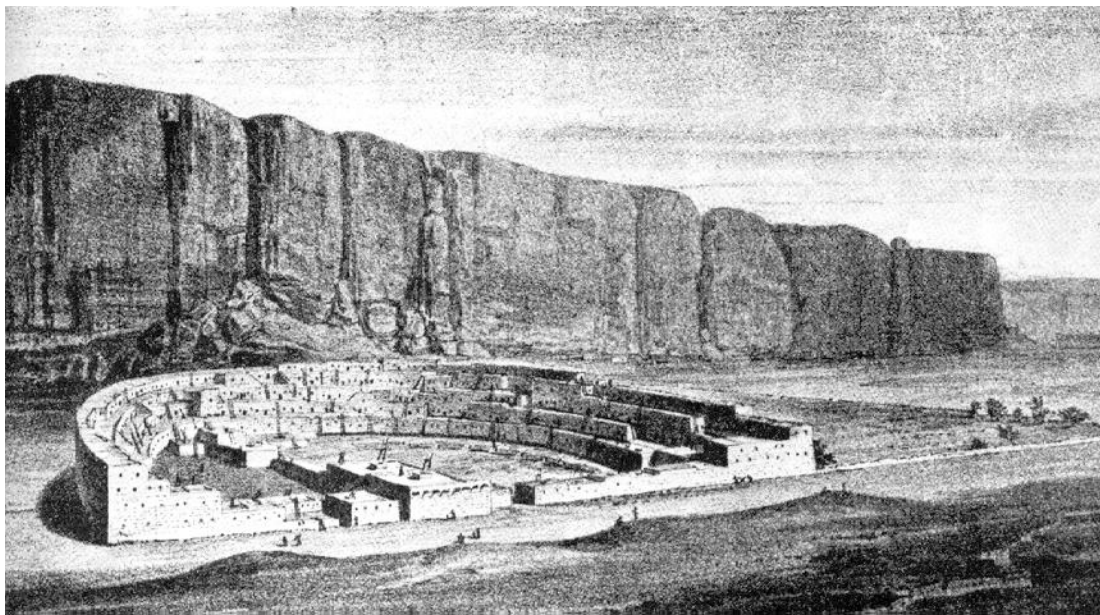


Fig. 3.23. Pueblo Bonito. Desenho de reconstrução segundo Jackson.

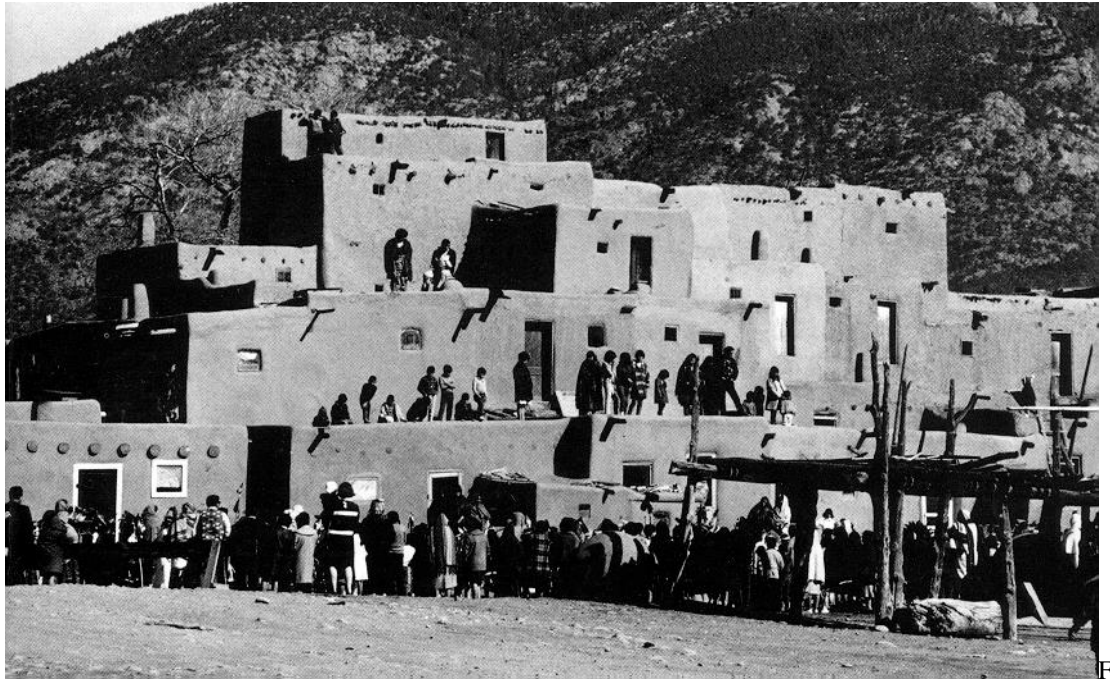


Fig. 3.24. Uma vista de Taos.

4. *KRAALS E CIDADES*

INTRODUÇÃO

Antes de que as metrópoles européias assumissem o poder na África colonial, e antes do surgimento dos estados territoriais modernos que formam o quadro político contemporâneo daquele continente, havia uma gama extremamente variada de ordens sociais, em grande parte ainda testemunhadas hoje, variando de pequenos grupos familiares a grandes estados e reinos, de sociedades quase completamente autárquicas, a outras com sistemas econômicos e comerciais altamente desenvolvidos.²⁵⁵ Como um referencial básico para a análise de sistemas políticos africanos, Fortes e Evans-Pritchard classificaram os sistemas políticos, em geral, em três grandes categorias:

Primeiro, há aquelas sociedades muito pequenas (...) nas quais até a maior unidade política (...) compreende um grupo de pessoas todas relacionadas entre si por laços de parentesco, de tal maneira que as relações políticas se superpõem às relações de parentesco e a estrutura política a organização de parentesco se fundem completamente. Segundo, há sociedades nas quais uma estrutura de linhagens é a referência para o sistema político, havendo uma coordenação precisa entre as duas, de maneira que elas são consistentes entre si, embora cada uma permaneça distinta e autônoma em sua própria esfera. Terceiro, há sociedades nas quais uma organização administrativa é o referencial para a estrutura política.²⁵⁶

No seu livro sobre os sistemas políticos africanos, Fortes e Evans-Pritchard analisaram apenas a segunda e a terceira das categorias acima. Eles sugeriram que a terceira categoria implica

autoridade centralizada, sistema administrativo e instituições jurídicas - em suma, um governo - e nos quais clivagens de riqueza, privilégio e status correspondem à distribuição de poder e autoridade. Aqueles que consideram que um estado deva ser definido pela presença de instituições governamentais considerarão o [terceiro] grupo como estados primitivos e o [primeiro e o segundo] como sociedades sem estado.²⁵⁷

²⁵⁵ Ottenberg, S (ed.) (1960) *Cultures and Societies of Africa*, Random House, New York.

²⁵⁶ Fortes, M & E E Evans-Pritchard (1970 (1940)) *African Political Systems*, Oxford University Press, London, p. 7.

²⁵⁷ Idem, p. 5.

Parece claro que, se aplicássemos esta classificação ao estudo de caso anterior, tanto os Maia como os Hopi cairiam na segunda categoria. Como estou utilizando uma “medida política” para diferenciar e selecionar os estudos de caso a serem trabalhados aqui (ver *Introdução*), escolhi duas sociedades africanas que pertencem à terceira categoria. Fortes e Evans-Pritchard não tornaram explícitas as razões pelas quais eles utilizaram o adjetivo “primitivo” com relação aos estados que analisaram em seu livro. Mas parece que eles assumiram uma diferenciação feita por outros autores, como Krader,²⁵⁸ para quem em estados primitivos, ou “emergentes”, assim como em sociedades sem estados, laços domésticos e de parentesco ainda têm um papel importante na vida das pessoas, mas tais sociedades compartilham com os estados maduros, entretanto, uma organização administrativa que primordialmente regula as relações políticas entre os segmentos territoriais, e a existência do monopólio da força por uma autoridade central. Também pareceu interessante estudar tais estados primitivos porque, numa perspectiva evolucionista como a de Fried,²⁵⁹ eles se situam entre as tribos e as chefias, por um lado (como os Maia e os Hopi, Capítulo 3), e os estados maduros, por outro (como a França e a Itália feudais, Capítulo 5). Assim, tendo em mente o interesse de discutir um *mesmo* fenômeno espacial - o espaço de exceção - em ordens sociais *diversas*, deixei de lado sociedades africanas constituídas por níveis de integração societal típicos de bandos, tribos e chefias, e dirigi a atenção para dois estados primitivos, ou seja, os Zulu da África do Sul, e os Ashanti da parte centro-oeste do continente. A seguir, como no Capítulo 3, oferecerei uma breve descrição introdutória deles.

Os Zulu aos quais estou me referindo aqui são aqueles que constituíram um dos estados africanos politicamente autônomos. Como tal, eles existiram de cerca de 1785 a 1880, quando o poder colonial britânico assumiu o controle. Gluckman estimou que, em torno de 1870, eles somavam entre 250.000 e 500.000 pessoas, e controlavam uma área de cerca de 192.000 quilômetros quadrados, localizados na África do Sul.²⁶⁰ Antes da unificação no século XVIII, os Zulu compreendiam uma de várias tribos Nguni de

²⁵⁸ Krader, L (1968) *Formation of the State*, Prentice Hall, Inc., New Jersey.

²⁵⁹ Fried, Morton (1967) *The Evolution of Political Society - An Essay in Political Anthropology*, Random House, New York.

²⁶⁰ Gluckman, B A, *The Kingdom of the Zulu of South Africa*, in M Fortes & E E Evans-Pritchard (1970 (1940)), op. cit, p. 36.

fala Bantu que haviam migrado para o sudeste africano aproximadamente em meados do século XV. Biermann sugeriu que foi possivelmente por pressão demográfica que aquelas várias tribos se unificaram sob o comando de Shaka, chefe da tribo Zulu, cuja estratégia militar o faria o primeiro senhor da área posteriormente conhecida como Zululand e Natal. Mas isto é controvertido. De acordo com Stevenson, a densidade era baixa como fator que sozinho explicasse o crescimento de complexidade social: ela chegava a apenas 8,4 habitantes por quilômetro quadrado, em média, e a 110 habitantes por quilômetro quadrado nas áreas mais densas. O país Zulu cobria cerca de 460 quilômetros de norte a sul, e 300 quilômetros de leste a oeste.²⁶¹

Os Zulu foram um dos vários reinos que apareceram por meio da unificação de algumas chefias anteriormente autônomas, em torno do final do século XVIII. Os atuais estados autônomos de Swaziland e Lesotho tiveram suas origens em tais processos de unificação, mas os Zulu não conseguiram sobreviver como tal. Hoje, eles constituem uma minoria étnica na África do Sul, vivendo na província de Natal.²⁶²

Eles eram pastores, praticando também culturas agrícolas alternadas, e ocupavam áreas que contavam com a melhor precipitação pluviométrica da África do Sul, contando também com alguns dos melhores solos. Sorgo e mileto constituíam a dieta básica, antes dos portugueses terem introduzido o milho na região. Eles também cultivavam abóboras e cabaças. Mas a criação de gado jogava de longe o mais importante papel econômico, quase funcionando como dinheiro: no casamento, as mulheres eram pagas com gado, e isto também acontecia com um sem-número de outros serviços. A caça era praticada, mas ela tinha um caráter mais simbólico do que econômico, como veremos.

O povo Ashanti ocupa hoje uma parte centro-sul do território do moderno estado de Ghana, na África Ocidental. Eles também constituíram um estado autônomo de curta

²⁶¹ Bierman, Barrie (1976) "Indlu: the Doomed Dwelling of the Zulu", in Paul Oliver (ed) (1976) *Shelter in Africa*, Barrie & Jenkins, London, p. 98.

²⁶² Para um apanhado detalhado da história da formação destes estados, ver J D Omer-Cooper (1988) *History of South Africa*, James Currey Ltd, London.

duração. Sua formação data apenas do final do século XVII e durou até sua derrota para os ingleses em 1890. É principalmente este período que será considerado aqui.²⁶³

A “confederação” Ashanti, como Ottenberg a chamou,²⁶⁴ ou “união”, nas palavras de Rutter,²⁶⁵ foi o resultado da unificação de um certo número de chefias sob o comando supremo do chefe da região de Kumasi, Osai Tutu.²⁶⁶ As várias chefias antes autônomas - Rattray cita nove delas - foram unificadas sob uma autoridade central com sede no “Banco de Ouro” em Kumasi, que foi capaz, pela primeira vez, de reunir todas as tribos num esforço militar conjunto contra culturas vizinhas (como por exemplo os Denkira, ao sul). Wilks estimou que os Ashanti somavam cerca de 1.000.000 pessoas em 1817, portanto o dobro da população Zulu.²⁶⁷

A produção de alimentos era a atividade econômica mais importante, mas a mineração, particularmente de ouro, e o comércio, eram muito desenvolvidos, o último se estendendo “desde entrepostos europeus na costa, até centros de mercado nas savanas do interior, localizados no final das rotas comerciais do deserto.”²⁶⁸ Havia um sistema tributário muito sofisticado, e todos os pagamentos ao tesouro tinha de ser feitos em ouro em pó, que, no século XIX, tinha há muito se estabelecido como moeda.

Novamente, apresentando sistemas políticos semelhantes, estas duas sociedades desenvolveram estruturas espaciais completamente diferentes. A formação espacial Zulu era constituída por unidades isoladas - os *kraals* - cada um deles correspondendo a uma categoria social específica, desde a unidade doméstica básica até os enormes acampamentos militares, todos entretanto mantendo a mesma estrutura espacial básica, como veremos em maior detalhe posteriormente. Os Ashanti, por sua vez,

²⁶³ Usarei o tempo passado ao longo de toda a discussão, mas devemos ter em mente o fato de que muitos dos traços culturais dos Ashanti dos séculos XVIII e XIX ainda sobrevivem hoje. Como no estudo de caso anterior (Maia/Hopi), muitas inferências sobre o passado podem ser feitas a partir da situação presente.

²⁶⁴ Ottenberg (1960), op. cit., p. 303.

²⁶⁵ Rutter, Andrew F (1976(1971)) "Ashanti vernacular architecture", in P Oliver (1976) *Shelter in Africa*, Barrie and Jenkins, London.

²⁶⁶ Para um apanhado detalhado, ver R S Rattray (1969(1923)) *Ashanti*, Oxford University Press, London.

²⁶⁷ Wilks, I (1975) *Asante in the nineteenth century - The structure and evolution of a political order*, Cambridge University Press, London, p. 87.

²⁶⁸ Rutter (1976), op. cit., p. 157.

desenvolveram uma formação constituída por vilas e cidades, onde se misturavam várias categorias sociais.

O ponto de interesse aqui é que os *kraals* militares dos Zulu, especializados como eram, alcançaram números impressionantes de residentes (“vários milhares” às vezes)²⁶⁹, números que se aproximavam da capital Ashanti de Kumasi à mesma época (de 12.000 a 15.000 pessoas), com toda a sua diversidade social.²⁷⁰ Temos assim características demográficas que, tanto no nível global da formação social (i.e., várias centenas de milhares de pessoas), como no nível dos assentamentos individualmente (i.e., vários milhares de pessoas), aproximam as duas sociedades, enquanto o tipo mórfico dos assentamentos que elas desenvolveram dificilmente poderiam ter sido mais diferente. Também, tal contraste parece implicar a existência do paradigma da formalidade, e, mais especificamente, do espaço de exceção, numa delas, os Zulu: os atributos fundamentais de isolamento físico e especialização categórica eram claros nos *kraals*, talvez até mesmo mais claros que entre os Maias. Além disso, comparar os Zulu e os Maias pareceu interessante, pois enquanto os primeiros isolaram fisicamente uma categoria social política (o treinamento militar nos acampamentos reais), os últimos fizeram o mesmo com uma categoria ideológica (as atividades religiosas nos centros cerimoniais).

Como no Capítulo 3, irei agora rever opiniões e descrições prévias relativas aos Zulu e aos Ashanti, para em seguida relacioná-las com os conceitos e idéias propostos no Capítulo 2. Nas conclusões deste Capítulo procurarei estabelecer as generalizações que estes quatro estudos de caso sugerem até o momento.

²⁶⁹ Bierman (1976), op. cit., p. 99.

²⁷⁰ Wilks (1975), op. cit., p. 93.

ZULU

REVISÃO DE DESCRIÇÕES E OPINIÕES ANTERIORES

Como outros estados primitivos da África, os Zulu constituíram uma federação unificada sob uma autoridade central, embora, neste caso, a diversidade cultural fosse menos marcada do que em outros, e todas as tribos que constituíram a nação Zulu falassem dialetos de uma mesma língua.²⁷¹ Havia vários níveis hierárquicos, dos estabelecimentos familiares aos assentamentos reais. Havia um único tipo de estrutura espacial constituindo qualquer um destes níveis, referido na literatura por uma mesma denominação, independentemente do tamanho, e já brevemente comentado: o *kraal* (Fig. 4.1). Alguns autores, como Gluckman,²⁷² usaram o termo “vila”, referindo-se aos *kraals* menores, e outros, como Biermann,²⁷³ usaram a palavra “cidade”, referindo-se aos maiores, porém isto é muito discutível. Veremos que a formação sócio-espacial dos Zulu não recomenda estes termos, porque, por um lado, as “vilas” Zulu eram sempre constituídas por uma única e isolada unidade espacial, que abrigava uma só família, e, por outro, não há nada nas “cidades” Zulu que possa caracterizar a diversidade social típica desta categoria de assentamentos. Examinarei a seguir como tal sistema foi descrito na literatura, em todos os níveis.

As famílias Zulu eram polígenas, e constituíam clãs exogâmicos, patrilineares e patrilocais. O número de esposas dependia da riqueza e do poder do chefe da família. O caso mais simples era constituído por uma “família legal simples”,²⁷⁴ composta pelo chefe, apenas uma esposa, e eventualmente filhos e filhas. Em tais casos, um *kraal* familiar conteria apenas três abrigos, mas apresentaria os mesmos tipos de elementos que os *kraals* maiores: a) uma célula interna onde o gado era mantido, considerado o espaço mais sagrado, no qual sacrifícios eram feitos e onde se acreditava que os espíritos dos ancestrais ficavam; b) uma cerca externa, separando o *kraal* do espaço rural circundante, com portões que eram firmemente fechados à noite e protegidos com objetos simbólicos; c) um espaço intermediário no qual os abrigos eram construídos - três

²⁷¹ Gluckman (1970), op. cit., p. 30.

²⁷² Gluckman (1962), p. 166. Gluckman, Max (1962 (1950)) “Kinship and marriage among the Lozi of Northern Rhodesia and the Zulu of Natal”, in A R Radcliffe-Brown & Daryll Forde (ed) (1962 (1950)) *African systems of kinship and marriage*, Oxford University Press, London, p. 166.

²⁷³ Biermann (1976), op. cit., p. 98.

²⁷⁴ Gluckman (1962), op. cit., p. 183.

no caso de uma família legal simples, abrigoando respectivamente a “grande esposa”, e os filhos e filhas crescidos, e um número maior em função da riqueza e/ou do correspondente nível hierárquico (a Fig. 4.1 ilustra um *kraal* com 21 abrigos). *Kraals* de famílias maiores podiam abrigoar não apenas o chefe, suas esposas, filhos e filhas, mas também não-parentes que ali moravam, e eventuais visitantes, assim ordenados da “casa da grande esposa” para a entrada. Mas os *kraals* familiares tendiam a não crescer muito: freqüentemente, depois das núpcias, um jovem casal construía seu próprio *kraal* nas vizinhanças da patrilinearidade do marido.²⁷⁵

A hierarquia Zulu, constituindo normas rigorosas de comportamento sócio-espacial, reproduzia-se em todos os níveis. No *kraal* familiar, o abrigo da “esposa-chefe da grande casa”²⁷⁶ estava localizado na posição mais profunda, oposta à entrada do *kraal*, e freqüentemente numa parte mais elevada do terreno. No espaço interno do abrigo, havia três domínios espaciais claros: o sagrado, o feminino e o masculino (Fig. 4.2).²⁷⁷ Um santuário se colocava na posição mais profunda (o *umsamo*), em oposição à única entrada do abrigo, e era distinguido por uma partição (o *iguma*). Apenas o chefe do *kraal* e a mulher do abrigo podiam ter acesso a este lugar. Havia um fogão a um metro da entrada, dividindo o interior entre os domínios masculino e feminino - respectivamente à direita e à esquerda da entrada. Tal divisão era algumas vezes acentuada por uma série de pequenas varetas.²⁷⁸ O típico abrigo de dormir apresentava cerca de 5 metros de diâmetro, mas os *kraals* reais continham estruturas de maior tamanho.²⁷⁹

Quando havia mais de uma esposa, formando o que Gluckman chamou de uma “família composta”,²⁸⁰ elas eram ordenadas de acordo com sua respectiva importância: podia haver uma esposa que era a “chefe da casa da esquerda”, que podia ter, por sua vez, subordinadas a ela, uma série de outras esposas, assim como uma esposa que era a “chefe da casa da direita”, também eventualmente com outras esposas subordinadas. O leitor terá notado que não houve referência ao abrigo do chefe do *kraal*: de fato, não havia nenhum, e ele utilizava os abrigos de suas esposas rotativamente. (Comentarei

²⁷⁵ Idem, p. 169.

²⁷⁶ Idem, ibidem.

²⁷⁷ Biermann (1976), op. cit., p. 105.

²⁷⁸ Idem, p. 104; também Krige (1936), p. 46.

²⁷⁹ Biermann (1976), p. 97, 100.

²⁸⁰ Gluckman (1962), op. cit., p. 169.

sobre este “isolamento espacial” do chefe, que se reproduzia em outros níveis hierárquicos) Filhos crescidos ocupavam abrigos distintos, de acordo com o sexo.

Os mundos masculino e feminino eram fortemente demarcados na vida diária dos *kraals* familiares. Em geral, “um homem procura companhia entre os seus companheiros, uma mulher entre suas companheiras.”²⁸¹ Havia pouco contato público entre marido e mulher. O espaço enclausurado para o gado (o *isiBaya*) era basicamente um espaço masculino, e o acesso a ele era estritamente proibido para certas mulheres. Este era o caso da a nora do chefe, a quem também era proibido adentrar outros abrigos usados pelo chefe. A divisão do trabalho, praticamente baseada no sexo e na idade, reforçava esta categorização. De modo geral, as mulheres tomavam conta dos campos agrícolas, os homens tomavam conta do gado. As mulheres eram também responsáveis pela construção dos abrigos - somente em casos de estruturas maiores elas contavam com a ajuda de parentes homens para as tarefas mais pesadas. Mas havia pouca cooperação no mundo do trabalho feminino. Cada mulher tinha seu próprio abrigo, cultivava seu próprio campo, e tinha gado especificado para sua própria unidade doméstica.²⁸² Ciúme era muito comum entre as esposas Zulu, e, para ter mais companhia, uma esposa estimulava seu marido a também casar-se com uma irmã mais jovem sua, que ocupando uma posição hierarquicamente inferior à da primeira esposa, também a ajudava na lide doméstica.

Economicamente, no nível das famílias, havia alguma troca de produtos, mas isto compreendia principalmente itens de artesanato que eram produzidos por famílias que haviam porventura desenvolvido alguma habilidade mais sofisticada. Entretanto, isto não caracterizava a especialização de *kraals* inteiros em certos ramos da produção. O modo de integração econômico era pois de reciprocidade, a troca eventual tendo lugar diretamente entre os produtores, sem a interferência de mecanismos de mercado por meio dos quais preços eram fixados, ou de agências centrais de redistribuição.²⁸³

A questão do mundo masculino do *kraal* familiar leva à discussão dos níveis superiores da hierarquia social. No *kraal* familiar, o mundo masculino era limitado a jovens não iniciados e a homens idosos, e ambas categorias eram responsáveis pelos

²⁸¹ Idem, p. 179.

²⁸² Krige, E J (1936) *The Social System of the Zulu*, Longmans, p. 48.

²⁸³ Idem, p . 39 ff.

cuidados com o gado.²⁸⁴ Por um lado, os adultos homens estavam freqüentemente ausentes, passando a maior parte do seu tempo em beber cerveja, em visitas, em atender pendências legais nos *kraals* dos *indunas*, um tipo de príncipe regional. Por outro lado, os jovens, ao chegar à puberdade, deixavam o *kraal* familiar para juntar-se a outros jovens da mesma idade, com quem sofriam “circuncisão seguida de um período de reclusão ritual durante o qual eles era instruídos nos costumes e tradições da comunidade, e no comportamento esperado de um homem adulto”, como observado por Omer-Cooper.²⁸⁵ Estes “regimentos etários”, chamados de *butho*, criavam laços entre seus membros que duravam por toda a vida. Com as guerras cada vez mais freqüentes que levaram à fundação do estado no começo do século XIX, os *butho* tornaram-se a base do sistema militar. A circuncisão foi abolida no tempo do Rei Dingiswayo, possivelmente porque, de acordo novamente com Omer-Cooper, “os ritos de circuncisão e o subsequente período de reclusão (...) deixavam os jovens e a comunidade como um todo perigosamente sem defesa, num tempo em que a violência da guerra era crescente.”²⁸⁶ Havia também um equivalente feminino ao *butho*: jovens mulheres eram também reunidas em estabelecimentos oficiais do rei, e se engajavam em desfiles e danças cerimoniais.²⁸⁷ Assim, homens e mulheres jovens ficavam separados por anos, sob controle direto do rei e de seus funcionários, e durante este período o casamento era rigorosamente proibido, sendo punido com a morte. Os jovens Zulu casavam em geral com bem mais de 20 anos de idade.²⁸⁸

O nível de integração social imediatamente acima do nível familiar foi descrito por Krige²⁸⁹ como um “distrito” compreendendo um certo número de *kraals* familiares, sob a autoridade de um *induna* menos poderoso. Esta hierarquia se reproduzia num nível superior, compreendendo um território sob o comando de *indunas* mais poderosos, em geral relacionados às antigas tribos Nguni unificadas sob a dominação Zulu. Isto coincide com a descrição de Gluckman destes dois níveis básicos do sistema social Zulu. Finalmente, no topo do sistema social, havia os assentamentos reais, que se concentravam, de acordo com Gluckman, numa área central da região de Zululand. Aqui

²⁸⁴ Omer-Cooper (1988), op. cit., p. 28; também Gluckman (1970), op. cit., p. 45.

²⁸⁵ Omer-Cooper (1988), op. cit., p. 15.

²⁸⁶ Idem, p. 54.

²⁸⁷ Idem, p. 57.

²⁸⁸ Gluckman (1962), op. cit., p. 181.

²⁸⁹ Krige (1936), op. cit.

se encontravam os regimentos etários, masculinos ou femininos, sob o comando de poderosos chefes Zulu, mas, aparentemente - embora isto não fique muito claro na literatura - também sob o controle direto do rei. Biermann, por exemplo, comentou como o rei tinha ele próprio vários “estabelecimentos reais”, que visitava rotativamente, e também sugeriu que havia tanto os *kraals* militares, cada um deles correspondendo a um regimento etário, como “outros que se dedicavam a objetivos mais pacíficos.”²⁹⁰ Uma notável recorrência se dá aqui, quanto ao “isolamento espacial” do chefe Zulu: enquanto no caso do *kraal* familiar o chefe não tinha um abrigo específico para si próprio, e habitava rotativamente os abrigos controlados por suas diversas esposas, assim o rei também habitava vários *kraals*,²⁹¹ de maneira estruturalmente similar ao que os senhores feudais franceses faziam com os seus castelos, como veremos. De acordo com Gluckman, havia duas divisões do exército que excepcionalmente se localizavam fora da área real propriamente dita.

Como já comentado, a estrutura espacial dos *kraals* reais/militares diferia pouco daquela dos *kraals* familiares. Uma diferença é que, nos primeiros, o gado era mantido em pequenos cercados localizados ao longo da periferia do *isiBaya*, enquanto o grande espaço central era o lugar onde os soldados eram treinados em manobras de guerra, desfilavam, cantavam, dançavam, e eram inspecionados pelo rei. Biermann ofereceu uma descrição destes *kraals* nos seguintes termos:

Os *kraals* do rei são de enormes dimensões, e em grande número. Panda, por exemplo, tem um *kraal* cujo espaço central mede cerca de uma milha de diâmetro. (...) Em torno do *isiBaya* localizam-se os abrigos dos guerreiros e suas famílias, organizados em quatro, ou mesmo cinco fileiras; de tal modo que o *kraal* quase atinge a dignidade de uma cidade, tendo vários milhares de habitantes, e apresentando uma aparência singularmente imponente quando visto à distância [ver Fig. I.06, *Introdução*]. (...) Como regra geral, cada um destes *kraals* militares constitui a residência de um único regimento.²⁹²

Uma interessante inconsistência na citação de Biermann acima referida deve ser notada, no que diz respeito à questão das famílias dos guerreiros habitando os *kraals*. Não encontrei em nenhum outro lugar na literatura uma referência como esta. Pelo

²⁹⁰ Biermann (1976), op. cit., p. 99, estava citando J R Mackenzie, mas não ofereceu maiores indicações bibliográficas sobre o trabalho deste último autor.

²⁹¹ Biermann (1976), op. cit., p. 99.

²⁹² Biermann (1976), op. cit., p. 98-9. (Novamente aqui, o autor está citando J R Mackenzie.)

contrário, os *kraals* militares sempre são referidos como um domínio exclusivamente masculino, exceto pela família do *induna* ou do próprio rei. Devemos lembrar como as regras de castidade, concernentes aos guerreiros, eram extremamente rigorosas. Em minha discussão posterior, adotarei portanto uma evidência diversa, oferecida, por exemplo, por autores como Gluckman e Omer-Cooper, já comentados.

A partir dos *kraals* dos *indunas* para cima, agentes sociais e suas práticas diferiam daquelas encontradas nos *kraals* familiares. Os primeiros eram unidades não mais auto-suficientes economicamente, pois a grande maioria de seus habitantes não eram produtores de alimentos. Os *kraals* familiares apoiavam aqueles de nível hierarquicamente superior por meio de tributo, e para sua coleta funcionários anunciavam uma viagem ao longo de uma certa rota. O produto obtido era oferecido aos membros do séquito real, e só raramente era distribuído de volta a pessoas comuns, que por circunstâncias particulares não tivessem como sustentar suas famílias. Havia também “caçadas reais”, que constituíam ocasiões quando imensos grupos, acima do nível familiar, eram formados. Quando uma caçada real era proclamada, quase toda a nação participava.²⁹³

Vários autores têm caracterizado a ética Zulu como profundamente autoritária, mesmo tirânica. Quebras de proibições sexuais eram punidas com a morte, a qual atingia não apenas os jovens envolvidos, mas também suas respectivas famílias. Mulheres adúlteras também eram condenadas à morte, ou sofriam severas torturas físicas.²⁹⁴ Shaka “condenava homens à morte com um gesto de sua cabeça” e por duas ocasiões, quando das mortes de sua avó e de sua mãe, “um grande número de pessoas foi condenada à morte sob argumento de que não haviam demonstrado suficiente sentimento” pelo acontecimento, na sua avaliação.²⁹⁵ Mesmo um rei tido como “justo e generoso”, e amado por seu povo, como Mpande, só aparentemente mantinha a lei tradicional: uma vez ele teve de “decidir contra um de seus favoritos, e então mandou homens riscar do mapa a família do litigante vencedor, de maneira a tornar impossível a execução da decisão.” Mais uma observação de Gluckman curiosamente lembra o jogo político brasileiro, que se desenvolve por meio de “golpes palacianos” em vez de revoluções, como veremos posteriormente: “[o rei] tinha de se defrontar com rivais [nas suas intrigas pelo

²⁹³ Krige (1936), op. cit., p. 203.

²⁹⁴ Gluckman (1962), op. cit., p. 181.

²⁹⁵ Omer-Cooper (1988), p. 58.

poder], não com revolucionários. Os reis matavam todos os irmãos cuja rivalidade eles temiam.”²⁹⁶

Transformações nas condições socioeconômicas ocorridas ao longo do século XX resultaram em significativas mudanças na formação espacial Zulu, como Biermann observou:

As cidades de Shaka e seus sucessores não seriam reconstruídas. Em vez disto, os descendentes dos guerreiros, caçadores e pastores Zulu, progressivamente se voltaram para a agricultura. Quanto à unidade doméstica, a mudança foi marcada pela diminuição da importância do *isiBaya*. O gado deixou de ser um indicativo de riqueza viável, e os bodes que o substituíram requeriam cercados menores; a poligamia mantida pela economia do gado deu lugar a um sistema de uma única esposa. Em torno do diminuído *isiBaya*, passaria a haver no máximo três abrigos de dormir: o da esposa, o das meninas e o dos meninos.²⁹⁷

Também, Biermann comentou de passagem que nos *kraals* do século XX a cerca externa deixou de ser construída. A Fig. 4.3, mostrando um destes *kraals* contemporâneos, ilustra estas mudanças.

A seguir, veremos como a descrição acima nos permite caracterizar a sociedade Zulu de acordo com as categorias analíticas desenvolvidas para este trabalho.

VIDA SOCIAL

O tema de um sistema social dicotômico reaparece entre os Zulu. Agora, a clivagem não é apenas entre produção e ideologia, como em termos gerais poderíamos dizer que o era entre os Maias, mas entre produção e uma mistura de política e cerimônia. A produção tinha lugar nos *kraals* familiares, seja em termos de tarefas agrícolas, seja em termos da criação de gado. Mas os importantes ritos de iniciação de adolescentes - tanto de rapazes como de moças - aconteciam longe de casa, e envolviam os jovens ao longo de anos, em radical isolamento físico dos seus respectivos estabelecimentos familiares. Mais ainda, isto acontecia junto, no caso dos rapazes, com intenso treinamento militar e reforço dos valores dos Zulu enquanto guerreiros, considerados valores fundamentais nesta sociedade.

²⁹⁶ Gluckman (1970), op. cit., p. 33, 42, 43.

²⁹⁷ Biermann (1976), p. 102-3.

É verdade que *indunas* de menor importância podiam decidir sobre casos legais mais simples, e que as pessoas podiam apelar para níveis superiores, até mesmo para o rei, assim fazendo com que a política, até certo ponto, permeasse todo o sistema social. Mas a literatura é clara sobre a concentração no espaço, e durante longos períodos de tempo, de um grande número de homens exercendo deveres militares e cerimoniais, afastados de qualquer tarefa produtiva. Deve ser frisado que este traço da sociedade Zulu não pode ser creditado simplesmente ao forte processo de militarização que teve lugar a partir do começo do século XIX, pois ele se apoiava numa longa tradição de reclusão dos rapazes durante os ritos de iniciação à idade adulta. Uma forte delimitação (espacial) do ritual simplesmente evoluiu para uma forte delimitação da política. Um mesmo genótipo sócio-espacial realizou-se por intermédio de diferentes práticas empíricas.

A clivagem comentada acima resultava num fluxo de mão única da produção na sociedade Zulu: a produção básica que tinha lugar nos *kraals* familiares era levada para os estabelecimentos militares pelas famílias, que tinham de manter seus rapazes (e suas moças, durante sua permanência no equivalente feminino dos *kraals* militares) enquanto eles estavam afastados de casa. Para a manutenção do rei e de seu enorme séquito, tributo era coletado de todo o país, mas, como parece acontecer recorrentemente no espaço de exceção, os *kraals* reais não eram agências de redistribuição econômica, mas quase que exclusivamente lugares de consumo (somente muito raramente o rei redistribuía produção para famílias com necessidades críticas). A literatura não é muito clara sobre a participação da família do próprio rei nas tarefas econômicas (a agricultura, concernente às mulheres, e a criação de gado, concernente aos rapazes e homens idosos), mas mesmo se existisse tal participação, este envolvimento econômico implicava uma pequena minoria da população dos *kraals* reais, que, como vimos, podia chegar a vários milhares de pessoas.

Vale a pena um comentário específico sobre as caçadas reais. Elas sem dúvida envolviam produção, e às vezes envolviam “toda a nação”. Mas o papel secundário jogado pela caça na economia Zulu, junto com a caráter festivo que estas caçadas assumiam, sugerem que elas pertenciam antes à dimensão cerimonial da ordem social do que à econômica. As caçadas parecem ter sido o equivalente Zulu às procissões

religiosas dos Maias, na sua função de manter coeso o sistema social, em vista da ausência de atividades seculares e cotidianas que o fizessem.

VIDA ESPACIAL

Havia uma dupla clivagem na sociedade Zulu, quanto aos arranjos sociais. O tamanho dos arranjos tinha uma clara relação com a categorização social que comentamos na seção anterior: pequenos arranjos tinham a ver com a produção, grandes arranjos tinham a ver com política e ideologia. Ambos eram fortemente delineados espacialmente pelo caráter isolado dos respectivos tipos de *kraals* onde eles aconteciam: por um lado, havia os *kraals* familiares, por outro, os estabelecimentos real-militares. Embora tenha sido relatado que os *kraals* familiares pudessem variar de tamanho em função da riqueza e poder do chefe, havia uma clara descontinuidade quantitativa entre até mesmo os maiores assentamentos familiares (umas dezenas de habitantes) e os estabelecimentos militares (frequentemente atingindo mais de mil pessoas). Tal descontinuidade era também acentuada pela concentração de todos os estabelecimentos militares (com apenas duas exceções) numa porção central do território. Esta clivagem “global”, digamos assim, que caracterizava, do ponto de vista dos arranjos sociais, uma clivagem entre as dimensões sociais de infra-estrutura e superestrutura, superpunha-se a uma outra clivagem, ou seja, entre homens e mulheres, desde a base do sistema social - o *kraal* familiar - até o topo, como veremos a seguir.

As mulheres eram baseadas espacialmente nos estabelecimentos familiares, pouca co-operação e muito ciúme constituindo a regra entre elas. Devemos recordar que, independentemente do caso particular em que o chefe se casava com uma irmã de esposa anterior, as mulheres da família poligâmica vinham de diferentes clãs e, por meio de regras patrilocais de residência, seus laços de solidariedade familiar eram rompidos com o casamento. Além disso, o índice de divórcio entre os Zulu era muito baixo, comparado a outras sociedades africanas, como os Lozi²⁹⁸ ou os Ndembu²⁹⁹; nestes dois últimos casos, o alto índice de divórcios parece indicar um significativo grau de solidariedade transpacial entre as mulheres, que falta completamente entre os Zulu. Como

²⁹⁸ Gluckman (1962), op. cit.

²⁹⁹ Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 247.

tal, quase não podemos falar de um sistema de arranjos femininos entre os Zulu, pois trata-se praticamente de uma ausência de ordem. É verdade que a literatura fala em regimentos femininos. Entretanto, parece que os laços assim construídos não tinham a importância dos laços construídos por seus equivalentes masculinos. Os regimentos femininos pareciam, pelo contrário, uma simples contrapartida dos regimentos masculinos, enquanto funcionavam como um reforço complementar, por meio do confinamento, do isolamento masculino nos *kraals* militares, e das fortes proibições sexuais que vinham junto. Quando obtinham permissão para casar-se (como conjunto), as mulheres retornavam à situação de não-ordem dos *kraals* familiares.

Por sua vez, os homens, da adolescência em diante, organizavam-se nos grandes números dos regimentos etários, e estabeleciam laços transpaciais duradouros com seus companheiros de luta. A literatura caracterizou os homens Zulu como sendo frequentemente ausentes dos estabelecimentos familiares, pelas mais variadas razões. É possível mesmo argumentar que havia uma característica do mundo masculino Zulu que se repetia dos estabelecimentos familiares até os estabelecimentos reais, uma característica que definia os homens quase como uma classe “puramente” transpacial: o leitor recordará que, por um lado, não havia um abrigo masculino no *kraal* familiar (embora certamente houvesse um espaço masculino *dentro* de cada abrigo), e que o homem alternava sua presença entre os abrigos de suas várias esposas; por outro lado, os reis também alternavam sua presença entre os vários estabelecimentos reais, habitando um de cada vez (veremos que não é apenas uma feliz coincidência o fato de que os senhores feudais franceses faziam a mesma coisa entre os seus castelos). A não-ordem do sistema de encontros femininos no estabelecimento familiar, os fracos laços transpaciais das mulheres através da paisagem, e a impressionante materialização da transpacialidade masculina nos estabelecimentos militares, tudo se combina para constituir uma forte desigualdade entre os homens e as mulheres na sociedade Zulu. Se aceitarmos a definição de Hillier & Hanson de um sistema de classes, homens e mulheres Zulu seguramente constituíam duas distintas classes sociais.³⁰⁰

PADRÕES ESPACIAIS

³⁰⁰ Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 240. Ver também comentários complementares no *Anexo 2*.

Já comentei como os Zulu tinham um único tipo de elemento espacial, o qual servia a todos os níveis hierárquicos da sociedade: o *kraal*. Dos estabelecimentos familiares, passando pelos acampamentos militares, até as instalações reais, uma mesma estrutura se repetia em sua essência, diferindo apenas em tamanho e, portanto, no número de abrigos que continha. Eles eram claramente individualizados, separados entre si desde algumas centenas de metros, a três quilômetros, em áreas mais densas.

É difícil falarmos em uma “vila” Zulu, ou mesmo num “povoado”. Se é verdade que havia uma certa proximidade entre os *kraals* de uma mesma patrilinearidade, a relação espacial entre eles parava por aqui. A literatura sugere que a dispersão Zulu era até maior do que entre os Maias, pois nada indicava uma estrutura de espaços abertos entre os *kraals*: nenhum elemento semelhante aos pátios definidos por várias casas (2 a 6, como vimos) constituindo o conjunto de edifícios de uma família Maia extensa. Podemos assim dizer que, entre os Zulu, não havia nem mesmo o mais simples dos assentamentos, i.e., um conjunto de *mais de um* edifício relacionados por contigüidade ou, pelo menos, por continuidade: o mais simples dos assentamentos sempre coincidia com *um* único edifício, ou seja, um *kraal*, qualquer que fosse sua categoria ou tamanho.

Assim, esta paisagem não-constituída também apresentava muitos dos atributos que caracterizavam a dispersão da “paisagem de objetos” Maia: áreas não-construídas fartamente predominavam sobre as construídas; o sistema de espaços abertos era extremamente raso, não havia diferenciação axial na paisagem, fora da estrutura fechada dos *kraals*. No caso dos estabelecimentos reais e/ou militares, o isolamento era ainda maior do que o encontrado entre as pirâmides Maias, pois os primeiros não apresentavam a ambigüidade dos centros cerimoniais comentados, desde que o local onde as estruturas sagradas eram levantadas era topograficamente diferenciado, mas situava-se relativamente próximo a estruturas seculares, quando todo o conjunto é analisado em planta.

A estrutura espacial do *kraal* é exatamente o que Hillier & Hanson chamaram de “gerador sintático elementar Z8”, no qual temos “duas células, uma dentro da outra, tendo entre elas várias células.” Aqueles autores batizaram, de fato, tal gerador, de “*syntaxe kraal*, em função de um de seus produtos mais familiares.”³⁰¹ Vimos como todos os *kraals* Zulu eram, de fato, transformações de um mesmo genótipo, as diferenças

³⁰¹ Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 71.

surgindo somente no que diz respeito ao tamanho geral e ao correspondente número de células entre as barreiras interna e externa. Tal estrutura espacial implica uma paisagem radicalmente desprovida de transições entre os espaços internos propriamente ditos (os espaços interiores dos abrigos), e os espaços externos: os abrigos devem, na verdade, ser entendidos como espaços internos do *kraal*, “alimentando” apenas o espaço ao ar livre, mas ainda (sintaticamente) fechado, envolvido que é pela cerca externa. Era somente por meio das aberturas da cerca externa que o *kraal* se comunicava com a paisagem rural do entorno. O leitor recordará que a formação espacial Maia era constituída por meio de uma combinação de dois geradores elementares, ou seja, uma “sintaxe de espaço central”, num nível mais local, e uma “sintaxe de aglomerado”, num nível mais global. Entre os Zulu, havia também a combinação de dois geradores elementares, mas aqui estes eram uma “sintaxe de kraal”, num nível mais local, e, de maneira semelhante aos Maias, uma “sintaxe de aglomerado”, num nível mais global. Se tal combinação entre os Maias já tinha fortes implicações quanto ao sistema de encontros das pessoas, entre os Zulu tais restrições eram fortalecidas pelo fato de que, no nível local, não tínhamos uma sintaxe distributiva, mas uma sintaxe não-distributiva, impondo um maior controle da interface do conjunto de unidades construídas dentro do *kraal* - os abrigos individuais - com o mundo externo.

A literatura refere-se a apenas uma entrada para o *kraal*, mas o esquema apresentado por Krige sugeriu a existência de outras entradas, como mostra a Fig. 4.4. A existência de tais entradas, entretanto, não surpreende. Mas para entendê-lo, devo fazer uma breve digressão e reportar o leitor à discussão de Hillier & Hanson sobre o “edifício elementar” e suas transformações.³⁰² Pois parece que o *kraal* é, ele próprio, uma transformação do abrigo individual Zulu, que por sua vez é um exemplo quase puro do edifício elementar, como discutido por aqueles autores.

A estrutura do edifício elementar é constituída por “uma célula fechada com uma permeabilidade definindo uma célula aberta contígua” (Fig. 4.5). Os três elementos fundamentais desta estrutura simples são: o espaço interno definido pela fronteira, o espaço externo, e a porta que liga ambos. Hillier & Hanson observaram que este edifício elementar “não se limita ao passado distante e a sociedades primitivas”, e eles citaram

³⁰² As várias citações a seguir foram tomadas de Hillier & Hanson (1984), op. cit., pp. 176-183.

a loja tradicional como um exemplo contemporâneo. Entre várias transformações, eles se detiveram sobre um exemplo de particular interesse aqui, ou seja, o abrigo Mongol (Fig. 4.6), um edifício circular, sem divisões internas, em vários aspectos semelhante ao abrigo Zulu: separações categóricas entre os domínios masculinos e femininos, respectivamente à esquerda e direita da entrada, uma lareira no centro; um lugar sagrado na posição mais profunda, do lado oposto à entrada; uma única porta. Em tais casos, o espaço mais profundo não apenas incorpora as categorias que são mais distantes da vida secular diária: quanto mais se penetra no edifício, mais o espaço corresponde especificamente aos habitantes (ou eventualmente a convidados especiais), e não ao visitante comum. De fato, entre os Zulu, apenas o chefe e sua esposa podiam ir ao *umsamo* (ver Fig. 4.2).

Agora, a questão é que tal estratégia espacial é reproduzida exatamente no *kraal* como um todo: o abrigo mais distante da entrada é o da esposa do chefe, e quanto mais perto os abrigos estão da entrada, menos importantes são as pessoas que os utilizam. Mas isso não é tudo. Nesta estrutura como um todo, o espaço mais sagrado é aquele do gado (o recinto mais interno), com regras de utilização extremamente restritas, como vimos. Deve-se observar que o abrigo da principal esposa é o mais distante da entrada, mas o espaço do gado é sintaticamente tão profundo quanto o espaço interno do abrigo da principal esposa, devido à existência da barreira interna. A maior complexidade espacial do *kraal* como um todo, vem junto com o aparecimento de portas secundárias, como registrado no esquema de Krige. Hillier & Hanson também observaram que estas “portas de fundo de palco” constituem um traço comum em edifícios mais complexos nos quais o habitante se localiza num espaço profundo. Ainda, algumas vezes o desenvolvimento espacial do *kraal* inclui mais uma diferenciação, pela qual os abrigos usados pelo rei e seus parentes eram fisicamente separados dos abrigos dos guerreiros nos estabelecimentos militares (isto não está representado nas plantas oferecidas pelos autores citados neste trabalho, mas é comentado em seus textos).³⁰³ Na maior formalidade destes *kraals* reais, “portas de fundo de palco” parecem mais lógicas ainda.

SÍNTESE: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL ZULU

³⁰³ Por exemplo, Biermann (1976), op. cit., p. 99.

Vamos agora reunir as questões discutidas ao longo das últimas três seções, à procura de uma visão sintética da formação sócio-espacial dos Zulu:

a) processos de trabalho na produção que privilegiava a cooperação de pequenos grupos, correspondendo às famílias extensas, ou mesmo a pequenos segmentos destas famílias, refletindo o isolamento das várias esposas entre si;

b) processos de trabalho que separavam os homens das mulheres na unidade familiar básica, mas que incluíam uma outra separação, agora com base na idade, entre homens jovens, por um lado, e meninos e homens idosos, por outro;

c) eventuais grupos maiores de cooperação na produção, mas com conotações claramente simbólicas: as caçadas “reais”;

d) dedicação predominante dos homens jovens, depois do período da puberdade, a atividades que diziam respeito às dimensões superestruturais da ordem social, agora na versão do treinamento político ou militar, e especificamente nos negócios da guerra;

e) forte isolamento entre estas duas instâncias, pelo que os jovens ficavam longe do âmbito familiar por vários anos, incluindo severas proibições quanto a casamento até uma idade mais avançada;

f) pequenos arranjos sociais na vida secular diária, contra arranjos cada vez maiores no contexto político dos estabelecimentos reais/militares;

g) descontinuidade espacial entre todas as unidades constituindo a formação espacial - os *kraals* -, desde as unidades familiares básicas até as instalações reais, caracterizando-se, todas elas, como sintaxes não-distributivas;

h) a não-distributividade vinha junto com um forte investimento transpacial nas unidades da formação espacial, com regras estritas de interação social, e correspondentes punições severas (tortura física, morte) em face de comportamentos não-conformes.

Tudo isso se combina com uma estratégia espacial que, nos termos de Hillier & Hanson, *representa* mais do que *constitui* a realidade social, a qual, digamos, imprime sobre o chão as diferenciações que se estabelecem entre as várias categorias de agentes na sociedade. Nos termos que propus neste trabalho, tal estratégia constitui o paradigma da formalidade, mas as implicações são as mesmas daquelas veiculadas pela taxonomia de Hillier & Hanson: os Zulu ofereceram mais um exemplo de como tal opção caminha

junto com o fortalecimento de um sistema de encontros transpaciais e a correspondente proliferação de regras estritas de interações nas unidades espaciais do sistema - os *kraals*, neste caso. Além disto, os estabelecimentos militares, isolando por anos grande número de jovens da vida das demais pessoas, caracterizam a particular instância do paradigma da formalidade que chamei de espaço de exceção. No caso dos Zulu isto era ainda mais forte e sem ambigüidade do que entre os Maias, mas também aqui o conceito necessita de algumas qualificações. A relação contrastante entre os estabelecimentos reais, por um lado, e os *kraals* familiares, comuns, seculares, por outro, eram de natureza categórica, não de natureza física. O isolamento físico - um atributo fundamental do espaço de exceção, como propus - era sem dúvida uma característica dos estabelecimentos superestruturais, mas não era uma característica exclusiva sua: era um traço generalizado na formação sócio-espacial Zulu, em *todas* as instâncias. O espaço de exceção, entre os Zulu, significava que o isolamento superestrutural tinha apenas que se superpor a uma paisagem sócio-espacial disponível de antemão. Parece-me, entretanto, que esta qualificação simplesmente acrescenta mais um elemento à argumentação, sem modificar seus aspectos essenciais. Nas conclusões do Capítulo o leitor encontrará mais elementos para apoiar esta visão.

ASHANTI

REVISÃO DE DESCRIÇÕES E OPINIÕES ANTERIORES

Os Ashanti surgiram como um estado nacional em torno do final do século XVIII, pela unificação de várias chefias de língua Akan, politicamente independentes mas culturalmente próximas, que ocupavam a maior parte da zona sul da antiga colônia da Costa do Ouro, agora o território do estado autônomo de Ghana.³⁰⁴ Como outros estados primitivos da África, as chefias permaneceram como importantes unidades de organização política. Os Ashanti eram constituídos por oito clãs, formados por sua vez por matrinhagens. Os clãs se dispersavam pelo território, mas algumas linhagens

³⁰⁴ Novamente usarei em geral o tempo passado, pois os Ashanti não mais existem como unidade política, mas como um dos vários grupos étnicos que constituem o atual estado de Ghana. Como tal, muitos dos traços culturais a serem comentados ainda existem hoje.

tendiam a se concentrar em algumas vilas, embora uma determinada vila pudesse abrigar várias linhagens. Fortes observou que as famílias de uma mesma linhagem tendiam a se concentrar em certos setores das vilas, mas veremos que isto não implicava uma clara diferenciação em termos de padrões espaciais.³⁰⁵ Por outro lado, todo clã se encontrava representado em todas as chefias, e isto constituía, como Fortes também observou, uma poderosa força unificadora de todo o povo. Além disto, todos os clãs detinham uma ou mais posições de chefia. Os reis eram oriundos de uma linhagem do clã Oyoko, mas como “todo clã tem assegurada uma posição de comando em uma ou outra área, (...) todos são considerados de igual importância.”³⁰⁶

Rutter nos ofereceu um breve apanhado da economia Ashanti:

a sociedade se encontrava apoiada numa economia baseada na exploração intensiva dos recursos naturais da floresta, num sistema agrícola constituído por plantações, em mineração de ouro e numa forte estrutura comercial que se estendia dos postos de intercâmbio europeus da costa até os centros comerciais interiores das savanas, localizados no final das rotas do deserto. Nozes de cola tinham grande demanda por parte dos muçulmanos do norte. Os europeus ansiavam por ouro em pó, marfim, escravos e peles. Na troca destas mercadorias, os Ashanti conseguiam importar armas, munição, bebidas, tecidos finos, couro, sal e outros bens para complementar a produção de seus próprios artesãos.³⁰⁷

O quadro econômico e social descrito acima era organizado, de acordo com Wilks, em quatro níveis: 1) vilas abrigando de 60 a 100 pessoas, totalizando 600.000 habitantes; 2) cerca de 60 cidades de “segunda ordem”, variando de 400 a 3.000 habitantes; 3) cinco cidades de “primeira ordem”, variando de 5.000 a 10.000 pessoas; 4) a capital Kumasi, que possuía em 1817 de 12.000 a 15.000 pessoas e que pode ter atingido uma população de 30.000 habitantes em 1839, e de 40.000 em 1860.³⁰⁸ Examinemos este sistema a partir dos níveis mais inferiores.

A unidade de assentamento básica era a vila, formada por compostos habitacionais utilizados por segmentos de matrinhagens. Membros da família de ambos os sexos se engajavam em atividades econômicas diárias. Havia uma divisão sexual do

³⁰⁵ Fortes, Meyer (1962 (1950)) “Kinship and marriage among the Ashanti”, in A R Radcliffe-Brown & Daryll Forde (ed) (1962 (1950)) *African systems of kinship and marriage*, Oxford University Press, London, p. 254.

³⁰⁶ Idem, p. 260.

³⁰⁷ Rutter (1976), op. cit., p. 157.

³⁰⁸ Wilks (1975), op. cit., pp. 175 ff., e p. 374.

trabalho que fazia as mulheres responsáveis pelo cultivo, colheita e preparo da comida, busca de água e o cuidado com as crianças, e os homens responsáveis pela limpeza do terreno para o plantio, caça, construção e manutenção das casas, trabalho artesanal e plantação de cacau. Os maridos e as mulheres trabalhavam separadamente, pois engajavam-se em grupos de suas respectivas matrilineagens, e assim adquiriam um alto grau de independência econômica. Ambos os lados também se engajavam em pequeno comércio, uma oportunidade para vender sobras de produção e reforçar contactos sociais.³⁰⁹ Integração no nível da vila também tinha lugar por meio de forte tradição de esforço comunal para o reparo de estradas, limpeza dos recursos hídricos, e construção dos edifícios públicos, por exemplo.³¹⁰

Os maridos ajudavam com dinheiro a manutenção de seus filhos, que não viviam necessariamente no composto de seu pai. Embora as regras de residência fossem patrilocais, as esposas, particularmente aquelas que tinham crianças jovens, procuravam ajuda de suas mães, e assim se mudavam de volta para os compostos de suas matrilineagens. Fortes observou que apenas 30% das mulheres casadas viviam com os seus maridos, e não mais do que 50% das crianças viviam com os seus pais.³¹¹ Ainda assim, as esposas cozinhavam para os seus maridos, mandando comida para os seus compostos habitacionais diariamente. Este intenso tráfego de comida sobreviveu ao tempo, e tem sido observado mais recentemente mesmo em grandes cidades como Kumasi. A comida era, entretanto, partilhada por todos os membros da unidade doméstica matrilinear.³¹²

Mas não somente na produção material os vários grupos de parentesco na vila eram fortemente integrados na vida cotidiana. Nas primeiras horas de todas as manhãs havia reuniões políticas freqüentadas por significativa parte da população local. Nas vilas menores isto geralmente acontecia sob uma árvore frondosa, num lugar relativamente central do espaço público aberto, mas podia também acontecer no composto do chefe, quando havia um pátio interno especialmente projetado para tal fim. Também, ao final das tardes, quando as tarefas diárias já haviam sido cumpridas, os espaços abertos entre os compostos eram ocupados e as pessoas aí sentavam, conversavam, bebiam

³⁰⁹ Idem, p. 160.

³¹⁰ Rutter (1976), op. cit., p. 159.

³¹¹ Fortes (1962), op. cit., pp. 262, 268.

³¹² Fortes, M et al. (1947) "Ashanti survey, 1945-46: an experiment in social research", *The Geographical Journal*, vol. 110, Jul.-Dec., 1947, The Royal Geographic Society, London.

e jogavam até tarde da noite; isto acontecia particularmente nas noites de lua cheia, quando também havia bater de tambores e dança. Nas ocasiões cerimoniais periódicas - como na da cerimônia Adae, que acontecia duas vezes num ciclo de 43 dias -, ou durante funerais, não era permitido trabalhar, e toda a vila tomava parte.³¹³

Rutter ofereceu um apanhado detalhado dos padrões espaciais entre os Ashanti. Ele utilizou principalmente o exemplo da vila de Old Kwamo (Fig. 4.7), mas as vilas de Ahinsai (Fig. 4.8) e Fumisua (Fig. I.09) revelam um padrão semelhante - apenas com uma regularidade geométrica maior no último caso. Rutter chamou a atenção para uma “rua principal”, na qual se localizavam os principais edifícios comunitários: “o *Ahenfie* (o palácio do chefe), as casas das pessoas mais velhas dos clãs, o *abosomfie* (templo) e o cemitério real, mais o espaço aberto para os funerais, e uma ou duas lojas, ocupam os lugares principais de cada lado.” A rua principal era “valorizada como lugar de exibição pública” mas não era exclusivamente um lugar cerimonial: “é aqui que os excedentes de produção são expostos para venda, e as atividades comunitárias, exibição de filmes, e reuniões políticas têm lugar.” Conectadas à rua principal, de ambos os lados, encontra-se uma “rede de passagens para acomodar o movimento cruzado entre os parentes de diferentes compostos, as quais também constituem espaços semi-públicos utilizados para o trabalho artesanal, preparação de penteados e outras ocupações nas quais as pessoas valorizam contatos com a gente que passa.” (A Fig. 4.9 exemplifica as atividades domésticas que aconteciam nestes lugares) Estes espaços eram também utilizados por pessoas que se dirigiam às latrinas situadas nos dois extremos da vila, “sem que fosse necessário passar pela rua principal, de acordo com regras de etiqueta locais.” Rutter indicou, assim, que havia uma certa formalidade relacionada a este último espaço, à qual voltarei mais tarde.³¹⁴

Quanto aos tipos das edificações, Rutter sugeriu, seguindo Wonniett,³¹⁵ que os domicílios das camadas superiores eram da “mesma ordem e estilo daqueles dos nativos em geral, consistindo num número de pátios quadrados, conectados entre si por portas nos cantos, e tendo em um, dois, três, ou todos os lados, um aposento completamente aberto no lado voltado para o pátio.” A Fig. 4.10 mostra uma casa comum, e a Fig. 4.12

³¹³ Rattray (1969), op. cit., p. 92.

³¹⁴ Rutter (1976), op. cit., pp. 161-163.

³¹⁵ William Winniett, 1848. Não foram fornecidas maiores informações bibliográficas.

é um exemplo de um palácio de um chefe. Mas uma observação da planta de Old Kwamo mostra que havia exemplos intermediários entre uma casa simples, com um único pátio, e um complexo palácio como o referido há pouco - há vários compostos com dois, e alguns com três pátios, a casa do chefe incluindo-se neste último caso. Não é o objetivo deste trabalho analisar em detalhe a organização interna dos edifícios, mas deve ser notado que a adição de pátios vinha junto com uma complexidade da planta dos edifícios que não estava presente na estrutura altamente sincronizada das casas de um único pátio. Hillier & Hanson, por exemplo, ao analisarem a planta de um palácio de chefe Ashanti, mostraram que sua estrutura espacial implicava um complexo sistema de interface entre as várias categorias de habitantes do edifício, e entre habitantes e visitantes.³¹⁶ A “mesma ordem” de Winniett, comentada acima, deve ser tomada portanto com alguma reserva.

Além das casas das pessoas comuns e dos palácios, Rutter observou que “o único outro tipo importante de edifício (...) era o *abosomfie*, que continha o santuário de um deus” (exemplificado na Fig. 4.11).³¹⁷ Ao lado das óbvias diferenças categóricas entre os santuários e as unidades domiciliares, Rutter chamou a atenção para diferenças de decoração. Mas mesmo um rápida olhada nas plantas (compare-se as Fig. 4.10 e 4.11) revela que santuários e simples casas constituíam um mesmo tipo de elaboração do modelo de edifício elementar de Hillier & Hanson, como comentado na seção anterior. Parece ter havido mais diferenciação genotípica entre casas e palácios, do que entre casas e santuários.

As cidades de segunda e primeira ordens, para usar os termos de Wilks referidos acima, materializavam, junto com a capital Kumasi, o padrão de centralidade entre os Ashanti. De maneira semelhante aos Zulu, as cidades constituíam de fato a sede de chefias das tribos autônomas antes da unificação acontecida no século XVII, e desde então elas permaneceram como centros das divisões territoriais que elas têm chefiado com significativa independência política da capital. Como Rutter colocou, cada “estado” Ashanti constituindo a “união” tinha sua capital, “sua própria corte, completa com lingüistas, guardadores do tesouro, músicos, artesãos, executores e organização

³¹⁶ Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 168 ff.

³¹⁷ Idem, pp. 154-156.

militar.”³¹⁸ Estas “capitais regionais” eram também importantes mercados, mas mesmo aqui uma clara maioria da população ainda se dedicava à agricultura.³¹⁹ Assim, parece que havia nas cidades as mesmas práticas sociais das vilas, apenas numa escala maior.

Quanto à capital Kumasi (Fig. 4.13), a maioria dos habitantes era de funcionários e, de acordo com Wilks, “a vida era dominada pelos negócios do palácio.”³²⁰ Também, muitos habitantes que exerciam algum tipo de papel na capital, também possuíam casas nas vilas de seus respectivos parentes. Havia um claro controle armado na cidade - a ninguém, por exemplo, era permitido sair depois de cair a noite. Ela abrigava o Tesouro do reino, e a sofisticada máquina das finanças. O exército permanente era baseado em Kumasi, embora ele pudesse ser aumentado, por meio de recrutamento abrangendo toda a nação, em tempos de crise. Entretanto, Wilks também frisou que o Estado era um participante importante na organização da produção e do comércio - os distritos produtores de ouro, por exemplo, eram administrados de perto por Kumasi. Muitos dos funcionários públicos eram também comerciantes. Também, apesar de toda a importância política e administrativa, a Capital nunca deixou de ser um local de troca para comerciantes privados, embora não tão importante como outros grandes centros comerciais.³²¹

Veremos agora como a descrição acima nos permite ler a realidade sócio-espacial Ashanti nos termos das categorias de “vida social”, “vida espacial” e “padrões espaciais”.

VIDA SOCIAL

Todas as fortes clivagens sociais observadas entre os Zulu, desaparecem entre os Ashanti. No nível da família, uma igualdade muito maior se verifica entre os sexos: nesta sociedade matrilinear, embora os homens ainda dominem a cena, um alto grau de independência econômica, grande influência política, direção de importantes cerimônias, e altos índices de divórcio, garantiam às mulheres uma forte presença na sociedade. Os laços das mulheres com suas respectivas matrilineagens permaneciam fortes

³¹⁸ Rutter (1976), op. cit., p. 158.

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Wilks (1975), op. cit., p. 376.

³²¹ Idem, pp. 384, 435.

por toda a vida, a ponto de criar uma permanente tensão entre o marido e a esposa nas questões domésticas, que tinham de ser permanentemente negociadas. Quando se tratava de uma família polígama, as esposas eram muito atentas quanto ao tempo dedicado a cada uma delas por parte do marido, quanto à sua atenção sexual, assim como quanto à provisão material, novamente um quadro completamente diferente da forte hierarquia encontrada entre as esposas de uma família poligâmica Zulu. As diferenças que existiam, assim, entre os mundos masculinos e femininos parecem ter sido reduzidas a um mínimo, em grande medida relacionadas a características biológicas (cuidado com as crianças, divisão do trabalho de acordo com a força física demandada por determinadas tarefas etc.) Assim, as diferenças observadas com respeito às práticas empíricas dos sexos não correspondiam a uma distinção ao longo das dimensões infra- ou superestruturais da ordem social.

Por outro lado, tanto as vilas, como as cidades, ou mesmo a Capital, abrigavam todos os papéis sociais da cultura Ashanti. Vimos como até mesmo nas menores vilas da sociedade Ashanti eram desenvolvidas atividades políticas diárias, e como tanto a política como a cerimônia freqüentemente aconteciam no espaço público aberto, comumente envolvendo um grande número de pessoas acima do nível da família. Não apenas os Ashanti não tinham assentamentos exclusivamente destinados à política ou à ideologia, mas também os edifícios específicos em que estas aconteciam nas vilas e cidades tinham de partilhar suas funções com as porções mais integradas do sistema de espaços abertos. Dificilmente encontramos exemplos de menor isolamento, tanto da política como da cerimônia.

Diferenças entre cidade e vila eram portanto uma questão quantitativa, não qualitativa. Tal imbricação entre economia e política era recorrente nos vários níveis do sistema social, inclusive na Capital. Kumasi era, simultaneamente, o centro político-administrativo-militar do país, mas era também um local de comércio e o ponto privilegiado a partir do qual a produção e a troca eram não apenas controladas, mas efetivamente realizadas. Em outras palavras, o Estado Ashanti, assim como sua Capital, eram fortemente “infra-estruturais”.

VIDA ESPACIAL

Entre os Ashanti, não havia nada similar ao sistema de encontros transpaciais dos homens, em contraste com o caráter extremamente localizado e isolado da vida feminina, ambas características dos arranjos sociais Zulu. Poderíamos dizer, sem exagero, que não existiam arranjos de pequenas dimensões entre os Ashanti. A vila era a menor unidade territorial identificável, desde que não existiam fazendas isoladas no campo. Tanto homens como mulheres trabalhavam diariamente entre companheiros(as) de suas respectivas linhagens, em grupos que reuniam membros de várias famílias, para não falar nos grupos maiores que constituíam uma forte tradição de trabalho comunal, reunindo membros de várias linhagens. Também, apesar da regra “ideal” de residência patrilocal, vimos como era freqüente as mulheres se mudarem de volta para o seu composto matrilinear, permanentemente reforçando laços sociais além daqueles constituídos pelo grupo menor das famílias individuais.

Mesmo quando consideramos o grupo doméstico mais especificamente, estudiosos relataram sobre a cooperação entre mulheres, quando a família era poligâmica - por exemplo, comiam e cozinhavam conjuntamente -, novamente em claro contraste com os Zulu. Apesar de uma certa controvérsia sobre a questão,³²² este é novamente um quadro bastante distinto da forte hierarquia encontrada entre as esposas de uma família poligâmica Zulu. A espacialização de papéis femininos em compostos maiores ilustra complementarmente a questão: enquanto entre os Zulu as esposas se situavam na posição mais profunda do *kraal* (e mesmo aqui a relativa profundidade entre elas estava de acordo com sua relativa importância), entre os Ashanti as mulheres ocupavam os espaços mais rasos do palácio.³²³ Por tudo isto, a vida espacial dos sexos sugere princípios semelhantes de solidariedade social, pelos quais os homens e as mulheres igualmente constituíam fortes laços, tanto no nível espacial como transpacial. Em outras palavras, homens e mulheres Ashanti não constituíam diferentes classes sociais.³²⁴

³²² Se, por um lado, Rutter se referiu ao fato de que as mulheres dos chefes geralmente comiam juntas a refeição vespertina, no composto do marido (1976, op. cit., p. 159), Fortes, por outro lado, frisou a existência de forte ciúme e competição que ocorria entre as esposas de uma família poligâmica (1962, op. cit., p. 281).

³²³ Como já comentado, ver uma discussão detalhada da estrutura interna de um palácio Ashanti em Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 163 ss.

³²⁴ Como antes, estou aqui utilizando o conceito morfológico de classe social proposto por Hillier & Hanson.

Mas os encontros não eram limitados ao nível da família. Vimos como havia várias instâncias nas quais práticas diárias atuavam como mecanismos misturadores, aumentando o âmbito da interação social dos habitantes, para ambos os sexos: lidas domésticas, pequeno comércio, reuniões políticas diárias, bebidas e conversas ao cair da noite, festas que entravam noite adentro por ocasião da lua cheia, tudo isto acontecia no sistema de espaços abertos das vilas e cidades. Mais eventualmente, havia também a tradição do trabalho comunitário, que igualmente envolvia um grande número de pessoas acima do nível das linhagens.

PADRÕES ESPACIAIS

Entre os Ashanti, faz sentido novamente falarmos na “vila” como um tipo de assentamento, em oposição ao *kraal* Zulu: há muitas unidades construídas independentes, definindo entre elas um sistema de espaços abertos totalmente distributivo, que também é contínuo com relação à área rural do entorno. Os compostos residenciais são quase simplesmente vizinhos entre si, i.e., tudo que é requerido à nova unidade constituinte é que ela se relacione com as anteriores por contigüidade (edifícios com uma ou mais paredes em comum) ou continuidade (edifícios que definem uma porção de espaço aberto de uso coletivo entre eles).³²⁵ A diferenciação sintática que se obtém, por exemplo, entre o composto do chefe e os demais edifícios é muito sutil: o primeiro ocupa uma posição mais central em face da vila, e espaço aberto defronte dele é ligeiramente mais generoso do que aquele defronte dos demais edifícios. O mesmo se aplica ao santuário: também se encontra na rua principal, mas não há atributos configuracionais especiais que o destaquem das outras edificações - tanto ele pode estar situado perto do final da vila, como em Ahinsai, como pode estar mais próximo a uma posição central, como em Old Kwamo.

A rua principal, para usar novamente os termos de Rutter, apresenta atributos interessantes. Por um lado, ela é axialmente pouco diferenciada das vielas que existem de cada lado. Em Old Kwamo (Fig. 4.7) a rua principal é mais clara, e se desenhassemos um mapa axial da vila, ela certamente conteria as linhas mais integradas. Assim, um certo grau de assimetria é introduzido, mas nunca não-distributividade. Em lugares como Ahinsai, entretanto, a rua principal quase não se nota, se abstrairmos as linhas

³²⁵ Como sugerido por Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 59 ff., já comentado no capítulo anterior.

interrompidas que marcam sua presença na planta apresentada na Fig. 4.8. Neste sentido, Ahinsai está mais próxima da “sintaxe de aglomerados” dos Hopi - apesar de que ela não apresentava edifícios de mais de um pavimento - do que da “sintaxe de anéis de ruas” que encontramos em cidades como Kumasi (Fig. 4.13).³²⁶ Mas, por outro lado, o leitor se recordará da observação de Rutter de que apenas o palácio do chefe abria diretamente para a rua principal. Se observarmos a planta de Old Kwamo, entretanto, há também indicações de outras portas abrindo para a rua principal, embora elas fossem uma minoria - a maioria dos compostos realmente se abria para as vielas laterais, nas quais as atividades domésticas tinham lugar. Aquelas portas abrindo para a rua principal, em Old Kwamo, devem ter correspondido a lojas, como Rutter comentou de uma maneira mais geral.³²⁷

A diferenciação da rua principal era assim obtida de três maneiras: 1) havia, pelo menos às vezes, uma maior sincronia axial, pelo que a rua principal podia conter linhas axiais mais longas do que as vielas laterais; 2) as ruas principais podiam também incluir unidades convexas de maior tamanho do que as vielas entre os compostos, e elas serviam como elemento distintivo para a localização dos edifícios da casa do chefe e do santuário; 3) as ruas principais eram menos constituídas do que as laterais, pelo menos no que se referia às casas comuns, mas elas eram constituídas tanto pelas estruturas cerimoniais, como pelas seculares, entre estas últimas as lojas. Todos estes atributos em conjunto conferiam um caráter mais formal à rua principal (lembremo-nos de que Rutter comentou como ela era valorizada como lugar para exibição pública, e como as pessoas evitavam utilizá-las ao se encaminharem para as latrinas), mas de modo algum excluía atividades seculares em seu uso diário.

Uma característica física dos assentamentos Ashanti, que encontra-se marcada na literatura, não deve deixar de ser comentada. Trata-se da total ausência de janelas em todas as espécies de edifícios. Isto é interessante porque, desde que Jacobs chamou nossa atenção para os “olhos das ruas”,³²⁸ significando essencialmente o contato visual entre espaços interiores e exteriores, como um atributo fundamental de urbanidade, fachadas cegas passaram a ser consideradas como prejudiciais a uma cena urbana

³²⁶ Estes termos são tomados novamente dos “geradores sintáticos elementares” de Hillier & Hanson, in Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 78.

³²⁷ Rutter (1976), op. cit., p. 163.

³²⁸ Jacobs, J (1961) *The Death and Life of Great American Cities*, Random House, New York.

animada. Não estou negando que janelas podem ser enriquecedoras em aspectos importantes: na paisagem urbana tradicional brasileira, por exemplo, a conversação com passantes através das janelas constituiu uma de suas características mais apreciadas. Mas a intensa interface nos espaços abertos públicos que todos os autores comentaram nos assentamentos Ashanti, apóia a idéia de que a relação instrumental entre o interior e o exterior através das *portas*, pode constituir um atributo espacial necessário e suficiente em condições de um alto grau de urbanidade. A recíproca certamente não se aplica: se mantivermos as janelas, mas eliminarmos as portas, teremos, por exemplo, um dos mais típicos atributos dos assustadores espaços urbanos desertificados de tantos esquemas modernistas através do mundo. A lição Ashanti confirma a supremacia das relações entre interior e exterior diretas, concretas, instrumentais, como um atributo que vem historicamente junto com um sistema de encontros intenso, diário e secular no domínio público.

SÍNTESE: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL ASHANTI

Em síntese, a formação sócio-espacial Ashanti era assim caracterizada:

- a) mesmo tarefas produtivas muito simples constituídas por grupos que se estendiam para além das fronteiras das famílias individuais, reunindo membros de uma matrilinearidade;
- b) grupos de trabalho na produção diária constituídos tanto por homens como por mulheres, juntamente com parentes de suas respectivas matrilinearidades;
- c) forte tradição de trabalho comunitário, em benefício do assentamento como um todo;
- d) constituição de grandes arranjos sociais diários, nos quais havia a participação de ambos os sexos, com o objetivo de discutir assuntos políticos;
- e) sistema de encontros de ambos os sexos estruturados tanto no nível espacial como no nível transpacial, implicando indiferenciação de solidariedades sociais entre eles;

f) intenso uso diário do espaço público aberto dos assentamentos, para os mais diversos fins: pequeno comércio, produção de artesanato, cerimônias religiosas, reuniões políticas, conversas e bebidas etc.;

g) sistema de espaços abertos públicos distributivos, muito pouco assimétricos, intensamente constituídos, em densos assentamentos;

h) muito pequena diferenciação configuracional entre a posição relativa dos edifícios públicos, tais como a casa dos chefes e os santuários, todos situados no âmbito espacial dos assentamentos;

i) constituição de todos os níveis da formação sócio-espacial por meio das mesmas categorias sociais, diferenças surgindo mais em termos de quantidade do que de qualidade.

Os Ashanti constituíam assim, em todos os níveis - vida social, vida espacial, padrões espaciais -, as características essenciais do paradigma da urbanidade. Seus assentamentos, como as vilas Hopi analisadas no capítulo anterior, funcionavam como importantes mecanismos misturadores, pois elas eram “completas” em termos de todas as categorias sociais da cultura Ashanti, em todas as escalas. Encontramos um sistema espacial distributivo em todos os lugares, tanto no interior das edificações, como no espaço aberto dos assentamentos. A imbricação das dimensões infra- e superestruturais da ordem social era generalizada. A seguir, serão resumidos os resultados deste capítulo, com a conseqüente qualificação da argumentação a ser levada para o próximo estudo de caso.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 4

Já estabeleci, durante a argumentação acima, uma série de contrastes entre as formações sócio-espaciais Zulu e Ashanti. O leitor terá notado que estas duas sociedades dificilmente poderiam ser mais diferentes em todos os aspectos, embora ambas tenham constituído “estados primitivos africanos”. Irei agora resumir aquelas diferenças fundamentais, ao mesmo tempo em que apontarei os temas recorrentes mais importantes encontrados nos estudos de caso trabalhados até agora.

Os contrastes entre os Zulu e os Ashanti surgem a partir da unidade básica da ordem social, ou seja, os núcleos familiares. Os *kraals* Zulu eram isolados, não-distributivos, espalhados no território com distâncias que variavam de algumas centenas de metros a três quilômetros, nas áreas mais densas. Os compostos Ashanti se agrupavam formando vilas ou cidades. Os padrões de cooperação entre parentes eram marcadamente diferentes. Ambas as sociedades eram poligâmicas, mas enquanto as esposas Ashanti mantinha fortes ligações transpaciais com os seus parentes, ao mesmo tempo em que interagiam espacialmente entre si no composto residencial do seu marido, cozinhando e comendo juntas, as mulheres Zulu tinham os laços com os seus parentes radicalmente cortados pelo casamento, trabalhavam isoladamente nos seus respectivos campos de plantio, e também cozinhavam e comiam nos seus próprios abrigos. Mas a diferença mais importante reside no fato de que parece ter havido uma participação muito mais tênue dos homens Zulu na economia, do que dos homens Ashanti. É verdade que os primeiros se engajavam em equipes de caça, mas a literatura parece indicar o caráter fortemente simbólico destes “grupos de trabalho”. Entre os Zulu, um abismo se abria entre os homens adultos, por um lado, e os homens jovens, e as mulheres, por outro. Os primeiros constituíam essencialmente uma “classe simbólica”, enquanto os segundos assumiam a responsabilidade maior de prover materialmente a sociedade. O sexo, assim como as faixas etárias, eram fortemente segregados entre os Zulu, enquanto o oposto se verificava entre os Ashanti.

Quanto à política, havia também diferenças significativas. A política era um assunto diário nas vilas Ashanti, envolvendo um grande número de famílias na base do sistema social, enquanto constituía uma ocasião especial, num lugar especial, entre os Zulu, ou seja, nos *kraals* dos *indunas* ou do rei.

A relação do estado Zulu com a economia era de consumidor, não de administrador e de agente ativo da produção material, como entre os Ashanti. É verdade que tributo era cobrado pelo rei Zulu e seu séquito por meio de grandes grupos que viajavam o país todo com tal objetivo. Mas isto constituía tipicamente um fluxo de mão-única da produção material, que mantinha uma improdutiva “classe simbólica”. O papel do rei e seu séquito permanecia militar e político.

O tema gêmeo de *separação e correspondência* entre os Zulu, era mesmo mais radical do que entre os Maias. Vimos que o modelo de correspondência dos Maias carregava consigo alguma ambigüidade, em função da “não-distributividade suave” pela qual grupos de estruturas cerimoniais se distinguiam das casas comuns por meio de uma relativa concentração, e de artifícios topográficos. Não havia nada como a enorme concentração de guerreiros jovens nas estruturas inequivocamente não-distributivas dos estabelecimentos militares Zulu.

Mas entre os Zulu um outro tipo de ambigüidade parece ter surgido. Em nossa hipótese inicial, o espaço de exceção era constituído pela *separação física de uma categoria superestrutural específica*. Acontece que, entre os Zulu, o isolamento não era limitado aos *kraals* superestruturais - aqueles reais ou militares -, desde que todo e qualquer *kraal* familiar eram igualmente constituído por elementos espaciais isolados. Mas nem tudo está perdido: as implicações sociais hipotetizadas a respeito dos espaços de exceção, e que estavam presentes entre os Maias, claramente se repetem entre os Zulu - forte isolamento, no tempo assim como no espaço, de dimensões superestruturais da ordem social (ideológica, num caso, política, no outro); um sistema social correspondentemente hierárquico, com classes sociais morfologicamente distintas; pequenos arranjos sociais na base econômica, grandes arranjos sociais em contextos altamente formalizados. Assim, o isolamento generalizado Zulu não eliminava o distintivo espaço excepcional dos *kraals*: apenas “exportava” para toda e qualquer instância social hierarquicamente inferior, o contexto altamente ritualizado encontrado no topo da sociedade.

Por outro lado, a urbanidade das vilas Hopi se repete nos assentamentos Ashanti: um sistema de espaços abertos intensamente constituídos, a imbricação de categorias sociais sagradas e profanas, uma maior igualdade entre os sexos, mecanismos misturadores, genótipos sócio-espaciais distributivos e não-correspondentes, a reunião de todas as categorias sociais em cada um e todos os assentamentos. Além disto, é interessante observar que a solução urbana dos Hopi parece até mais “radical” do que a dos Ashanti: lembremos a maior contigüidade entre os edifícios, a indiferenciação física das unidades construídas pertencentes às famílias individuais, o caráter sagrado assim como secular das *kivas* etc. Entretanto, ambas sociedades construíram o paradigma da urbanidade, pois as similaridades entre elas são muito mais importantes do que as

diferenças, na medida em que elas constituíram semelhantes - urbanas - implicações com respeito ao posicionamento relativo dos agentes sociais.

No próximo capítulo a análise se voltará para dois estados maduros, ou seja, os estados feudais da França e da Itália na Europa medieval. Trabalhos mais recentes têm chamado nossa atenção para o fato de que culturas feudais européias não constituíram uma paisagem sócio-espacial homogênea. Espero que a análise espacial lance alguma luz sobre este debate, ao revelar como suas respectivas vidas espaciais e padrões espaciais constituíram algumas de suas mais marcantes diferenças.

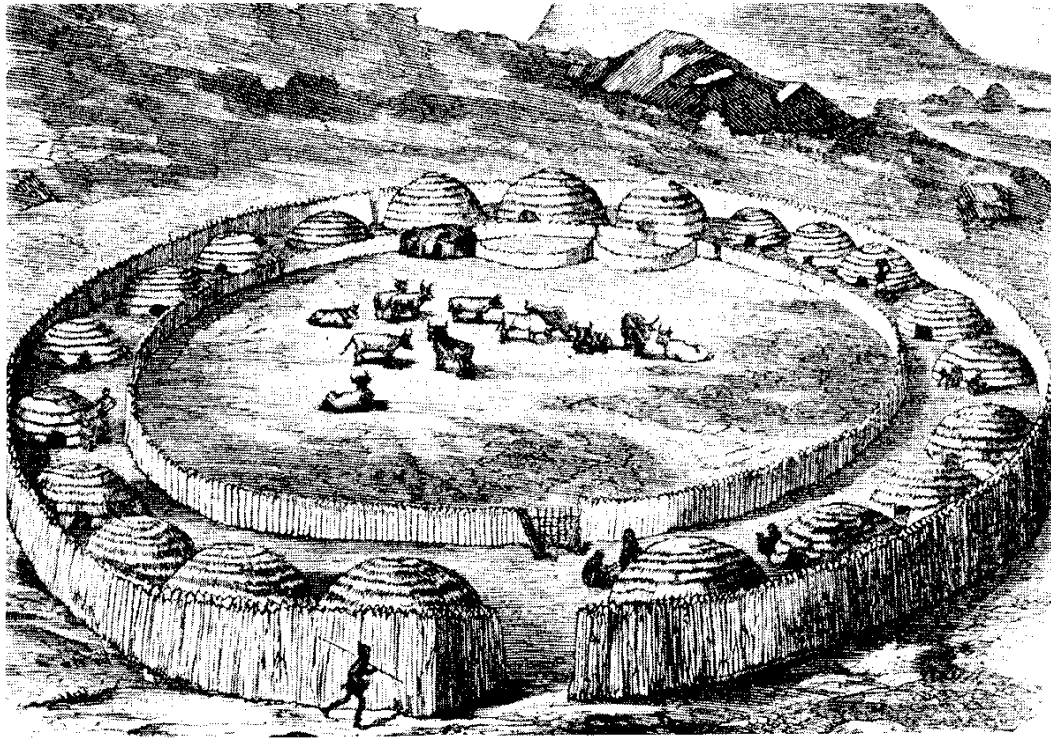


Fig. 4.1. Um kraal familiar Zulu.

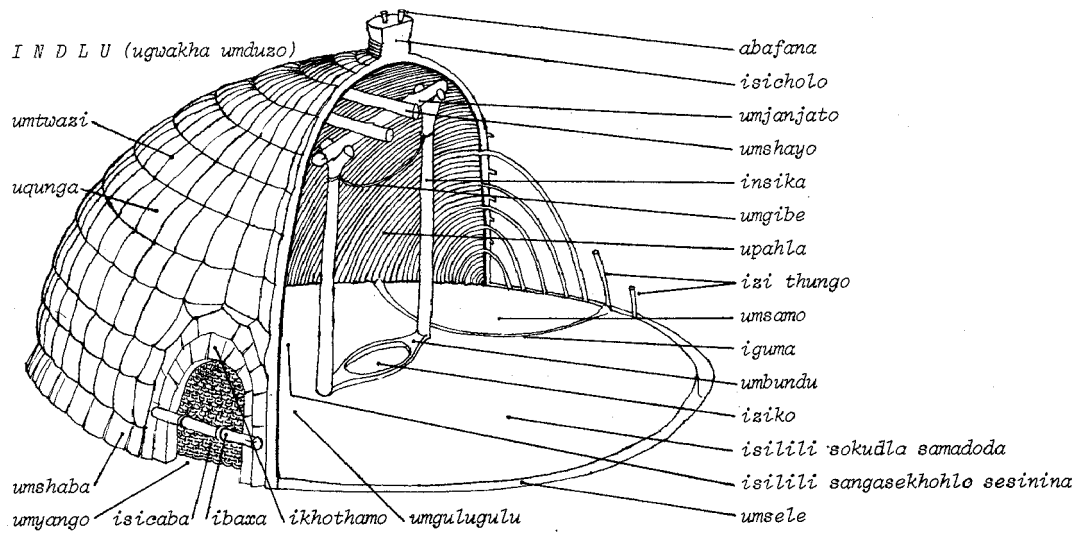


Fig. 4.2. Esquema do espaço interior de um abrigo zulu.



Fig. 4.3. Ilustração do espaço interior de um abrigo zulu, num *kraal* real.

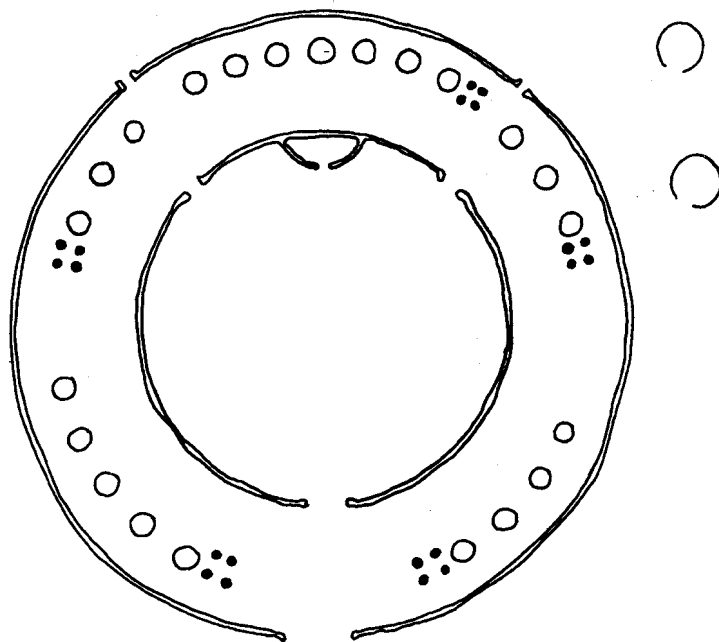


Fig. 4.4. Planta esquemática de um *kraal*, segundo Krige.

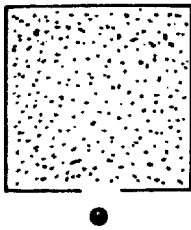


Fig. 4.5. Modelo abstrato de um edifício elementar, segundo Hillier & Hanson.

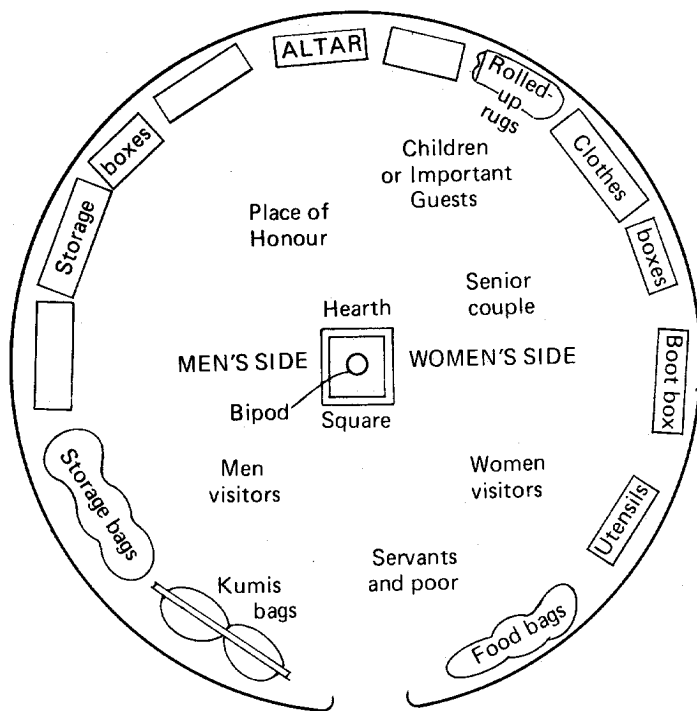


Fig. 4.6. Esquema de um abrigo mongol, segundo Faegre.



Fig. 4.7. Planta da vila ashanti da Velha Kwamo.

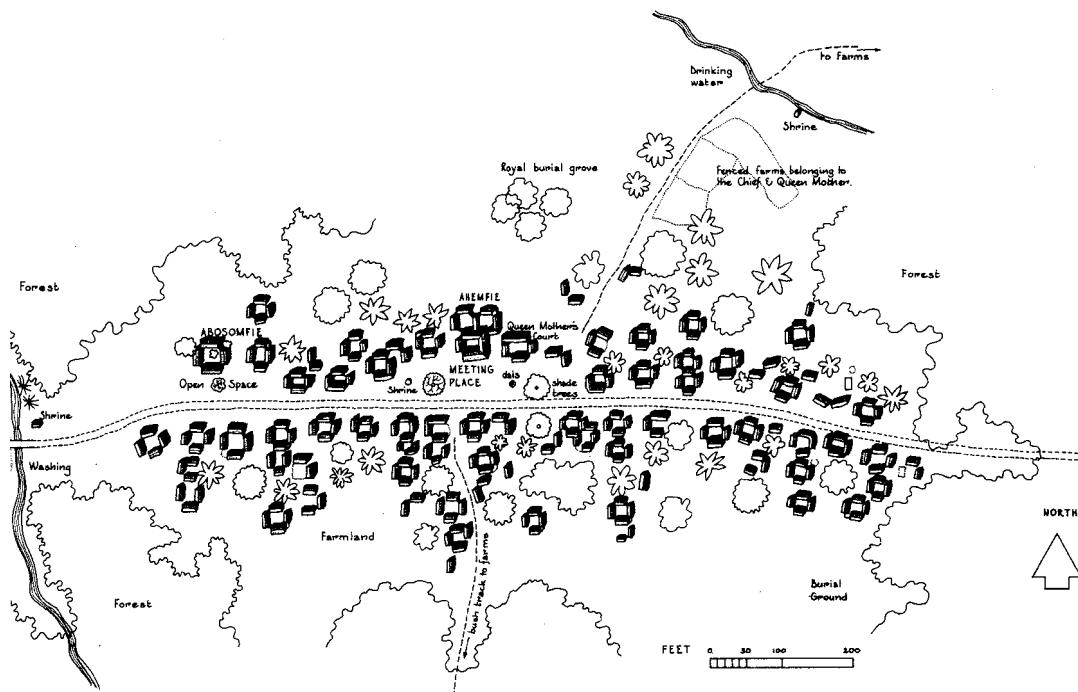


Fig. 4.8. Planta da vila ashanti de Ahinsai.



Fig. 4.9. Atividades domésticas entre casas, em Kwamo.

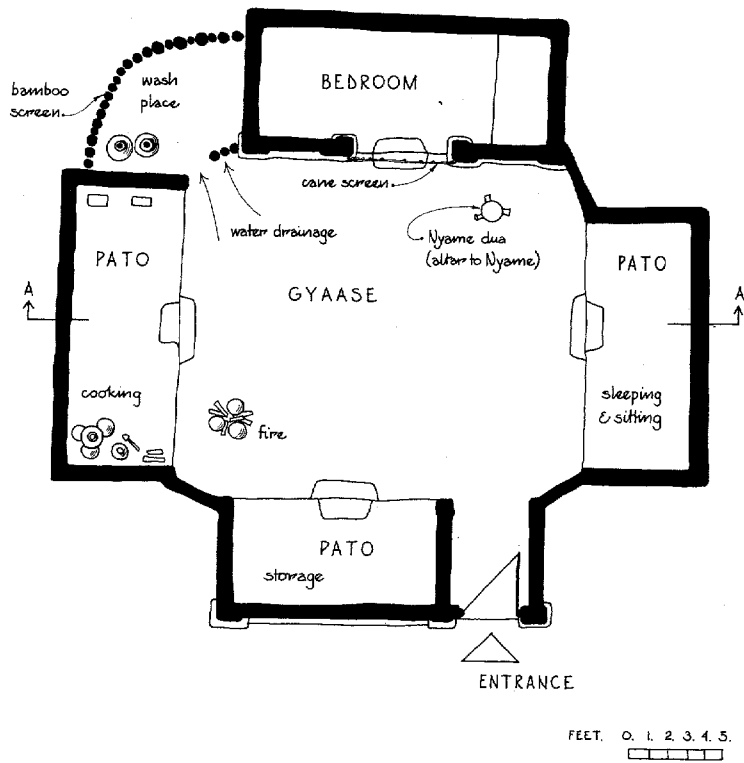


Fig. 4.10. Planta de um casa comum familiar ashanti.

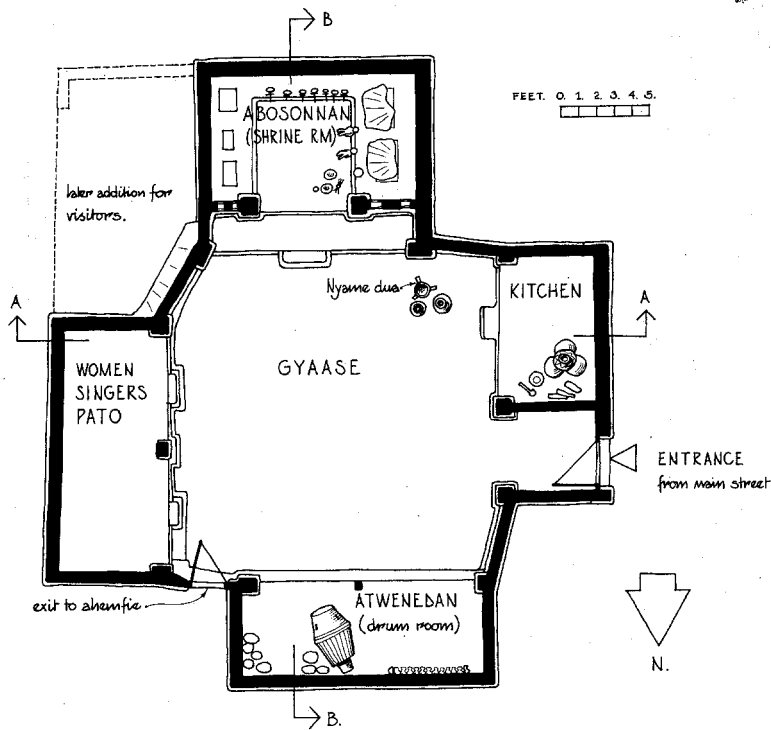


Fig. 4.11. Planta de um santuário ashanti (*abosomfie*).

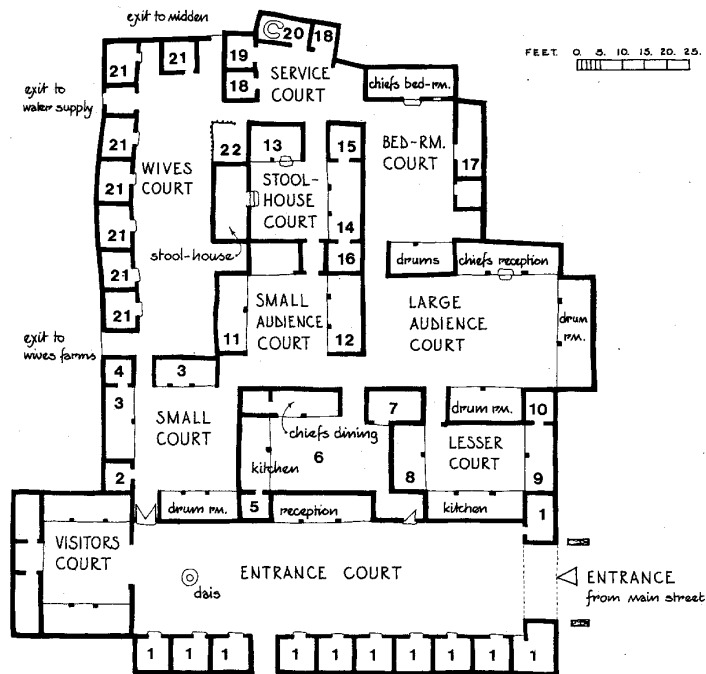


Fig. 4.12. Planta do palácio de um chefe ashanti, com acomodações para esposas, visitantes, e séquito, segundo Rutter.



Fig. 4.13. Vista aérea da área central de Kumasi.

5. CASTELOS E CIDADES-REPÚBLICAS

INTRODUÇÃO

No livro que Coulborn organizou sobre o feudalismo, ele tratou de uma questão semelhante à que estou tratando aqui, e que poderíamos denominar de “uniformidades na história”.³²⁹ No meu caso: o espaço de exceção se repete em sociedades muito separadas tanto no espaço como no tempo. No caso dele: o feudalismo é um modo geral de organização política que igualmente se repete em sociedades muito distantes, tanto espacial como temporalmente. Para Coulborn, o traço essencial do feudalismo era a *vassalagem*, pela qual se estabeleciam laços pessoais entre governantes e governados, que duravam por toda a vida. Isto vinha junto com: a) poder político investido em pessoas, mais do que em instituições; b) proeminência de funções militares e c) pequena área de influência das unidades econômicas.³³⁰

Bloch essencialmente concordou com isto, quando desdobrou as características fundamentais do feudalismo europeu nos seguintes termos: a) um campesinato subalterno; b) pagamentos em serviço - fundamentalmente em termos de proteção em caso de guerra -, em vez de salário; c) supremacia de uma classe de guerreiros especializados; d) laços dentro da classe guerreira que uniam os seus membros por meio de uma hierarquia de relações de vassalagem; e) fragmentação da autoridade política; f) sobrevivência de outras formas de associação, tais como a família e o estado.³³¹ Por sua vez, Duby observou que tal estado de coisas se consolidou em torno do final do século X, quando a autoridade política se dissolveu completamente, e o poder tornou-se privatizado nas mãos de senhores individuais: “no limite, poder-se-ia dizer que na sociedade que se tornou feudal o domínio público diminui, encolhe, e que, ao final do processo, tudo é privado, a vida privada tudo permeia.” E ele acrescentou: “entretanto, a feudalização deve ser vista, antes de mais nada, como a fragmentação do poder político, [uma

³²⁹ Coulborn, Rushton (1965 (1956)) *Feudalism in history*, Archon Books, Connecticut.

³³⁰ Idem, particularmente no Capítulo 1: “The idea of feudalism”, por Joseph Strayer e Rushton Coulborn.

³³¹ Bloch, M (1961), *Feudal Society*, Routledge & Kegan Paul Ltd., London, p. 446.

fragmentação que] coloca os direitos do poder público em cada casa individual, assim fazendo de cada grande residência um pequeno estado soberano onde o poder é exercido, um poder que, sendo estruturado num domínio restrito, desde que penetrou no coração do lar, ainda mantém seu caráter original, que é público.”³³²

Entretanto, o que interessa neste trabalho é que, apesar de algumas características gerais que permeiam todas as sociedades feudais européias, *não existiu* uma paisagem sócio-espacial uniforme. Não estou dizendo nenhuma novidade: vários autores já reconheceram o fato e tentaram propor uma “tipologia” de formações sociais que desse conta dos traços que caracterizaram cada sociedade de per si.³³³ Tais autores não concordam quanto ao grau em que as sociedades feudais européias desenvolveram diferentes estruturas. Pirenne poderia talvez se localizar em uma posição-limite, propondo um único “tipo ideal” de feudalismo e, mais especificamente, de cidade medieval, em torno do qual os casos específicos, “reais”, circulariam. Como veremos, sua caracterização implicava cidades politicamente subalternas, e poder político nas mãos dos senhores que habitavam os castelos no campo, e que não se envolviam em “questões terrenas”, isto é, na infra-estrutura econômica da sociedade. Desde Pirenne, algumas abordagens mais sutis apareceram, e um autor como Hibbert defendeu mais recentemente que as sociedades feudais européias devem ser vistas como variando ao longo de um espectro, cujos extremos se localizariam, por um lado, na Itália central e do norte - onde as poderosas cidades-estados floresceram -, e até certo ponto no sul da França, e, por outro lado, em lugares como o norte da França e Flandres. Na proposta de Hibbert, a tese de Pirenne não é totalmente negada, mas se torna válida apenas para “um polo do espectro”, ou seja, o norte da França.³³⁴ De fato, Hibbert levou muito mais a fundo o estudo de casos que o próprio Pirenne admitiu como paradoxais no âmbito de sua teoria: este

³³² Duby, Georges (org) (1991) *História da vida privada, vol. 2: Da Europa feudal à Renascença*, Companhia das Letras, São Paulo, pp. 24-5.

³³³ Por exemplo, Bloch (1961), op. cit.; M Weber (1966) *The City*, The Free Press, New York; G Duby (1973) *Hommes et structures du moyen âge*, Mouton, Paris/La Haye; H Pirenne (1974 (1925)) *Medieval Cities - Their Origins and the Revival of Trade*, Princeton University Press, New Jersey; P Anderson (1977) *Passages from Antiquity to Feudalism*, NLB, London; P Abrams & E A Wrigley (eds.) (1978) *Towns in societies - Essays in Economic History and Historical Sociology*, Cambridge University Press, Cambridge.

³³⁴ Hibbert, A B (1978) “The origins of the medieval town patriciate”, in Abrams & Wrigley (1978), op. cit., p. 104.

último autor lidou com o caso italiano como algo estranho,³³⁵ e o que se provaria uma questão fundamental, em trabalhos mais recentes, confinava-se apenas a rápidas notas em pés-de-página.³³⁶

Neste Capítulo, não irei discutir esta questão controversa em termos sociológicos amplos. Antes, as variações notadas nas sociedades feudais europeias, assim como as marcadas diferenças nos padrões sócio-espaciais que elas produziram, constituirão um estudo de caso para a análise do fenómeno em pauta aqui, ou seja, o espaço de exceção. Defendo que o castelo é a versão feudal-européia disto. Estarei referindo-me especificamente às complexas estruturas isoladas construídas no campo, as quais não eram simples fortalezas, mas que preencheram necessidades da organização social, política e militar. Como tais, eles não se generalizaram por toda a Europa, e jogaram seu papel mais típico essencialmente durante os séculos XII e XIII, o período em que a atenção se concentrará aqui.

Como nos capítulos anteriores, a discussão será desenvolvida por meio da comparação de duas formações sociais, neste caso o norte da França, por um lado, e a Itália central e do norte, por outro. Novamente, apesar de importantes pontos em comum, estas duas sociedades desenvolveram estruturas espaciais contrastantes, a primeira construindo assentamentos categoricamente superestruturais sem nenhuma ambigüidade - os castelos -, a segunda concentrando todo o universo social em lugares multi-categóricos - as cidades-repúblicas. (Por economia do discurso, na discussão que se segue, a primeira será referida simplesmente como a França, a segunda como a Itália.) Argumentarei que podemos estar lidando com duas sociedades estruturalmente distintas, sob os traços comuns apontados, por exemplo, por um autor como Bloch. De maneira semelhante ao Capítulo 3, formalidade e urbanidade talvez se revelem categorias analíticas de uma natureza mais abstrata, contribuindo para os estudos que tentaram detectar diferenças importantes entre as várias sociedades da Europa feudal.

A região da França na qual a atenção será concentrada é aquela situada entre os rios Sena e Meuse, na parte norte do território, a qual, de acordo com Bloch, foi o “berço

³³⁵ Pirenne, H (1949) *Economic and Social History of Medieval Europe*, Routledge & Kegan Paul Ltd., London, p. 170.

³³⁶ Pirenne, (1974), op. cit., p. 74.

das mais autênticas instituições feudais.”³³⁷ Entretanto, poderei me referir, para fins de argumentação, também a outras regiões da França. Também, estarei lidando principalmente com o período entre os séculos XI e XIII. Vários autores concordaram que a “revolução feudal” data do final do século X, Bloch e Duby entre eles; mas os fenômenos feudais de nosso interesse mais específico, datam do começo do século XII até aproximadamente as últimas décadas do século XIII. Foi durante este período que os castelos franceses alcançaram sua mais completa maturidade, como centros político-administrativo-militares. Antes disto, as casas fortificadas no campo eram pouco mais do que residências aristocráticas. Depois disto, a classe nobre começou a se mudar para as cidades, assim levando a sede do poder para o âmbito urbano,³³⁸ e revertendo os castelos no campo novamente para uma pura função residencial. Daí em diante, eles constituiriam casas de campo cada vez mais sofisticadas, das quais os castelos renascentistas ao longo do rio Loire são talvez os exemplos mais eloqüentes.³³⁹

Foi do século XI em diante que a clivagem político-econômica entre o norte e o sul da Itália tornou-se mais claramente definida, pela qual as cidades do norte, em contraste com as do sul, ganharam supremacia sobre o território do entorno (o *contado*), e adotaram a forma política da cidade-estado.³⁴⁰ Desde os primórdios da organização das comunas urbanas, uma boa parte da classe dos proprietários de terras já habitava nas cidades, e este processo completou-se ao longo dos séculos XI e XII, quando os últimos fortes no campo foram derrotados, e os seus senhores foram forçados a se mudarem para as cidades. É interessante como foi quase exatamente na mesma época que os castelos franceses passaram a cumprir o seu papel, seja como centros político-administrativo-militares, seja como residência dos senhores de terras. Na Itália do centro e do norte - e isto significa da Úmbria para cima -, o poder político era sinônimo do poder das cidades.

³³⁷ Bloch (1961), op. cit., p. 315.

³³⁸ Duby, G & R Mandrou (1966(1958)) *Historia de la Civilizacion Francesa*, Fondo de Cultura Economica, Mexico/Buenos Ayres, p. 123; Bloch (1961), op. cit., p. 400.

³³⁹ Ganay, Ernest (1949) *Chateaux de France - Région de L'Ouest*, Editions Tel.

³⁴⁰ Guidoni, Enrico (1991) *Soria dell'urbanistica - Il Medioevo. Secoli VI-XII*, Editori Laterza, Roma-Bari, p. 213.

Talvez não seja apenas uma feliz coincidência o fato de que no Vol. 2 que Duby organizou sobre a história da vida privada,³⁴¹ foram precisamente os espaços domésticos das casas aristocráticas do norte da França - os castelos -, por um lado, e as casas urbanas dos “notáveis” da Toscana, na Itália, por outro, que tiveram lugar de destaque no livro. Estes edifícios parecem ter constituído, como veremos, paradigmáticos exemplos de duas formações sociais contrastantes que se desenvolveram nestas duas manifestações europeias da sociedade feudal, e é por isto que, como já comentado em parte acima, concentrarei a atenção em suas respectivas regiões.

FRANÇA

REVISÃO DE DESCRIÇÕES E OPINIÕES ANTERIORES

Bloch foi claro no que pensava ser o caráter fundamental da nobreza feudal francesa: “a própria vocação do nobre o prevenia de engajar-se em qualquer atividade econômica. Ele se dedicava de corpo e alma à esta função particular - a de guerreiro.”³⁴² Uma teoria da época sugeria que havia três classes de pessoas: a) aqueles que rezavam; b) aqueles que lutavam; c) aqueles que trabalhavam.³⁴³ Primeiro, havia um virtual monopólio do conhecimento, conseqüentemente, da reprodução ideológica da sociedade, pelo clero. Segundo, havia um virtual monopólio da profissão das armas pelo cavaleiros: além do fato de que somente eles montavam a cavalo, a sofisticação e o custo do restante do equipamento militar tornava impossível sua utilização pelas classes inferiores. Finalmente, havia aqueles que tinham de manter, com o seu trabalho, as duas primeiras “ordens”, que supostamente cuidavam da sua proteção, tanto espiritual, como temporal.³⁴⁴

A fundamental fonte de sua riqueza era o controle da terra, mas a própria luta também auferia recursos importantes. Porém os nobres não tomavam parte alguma no gerenciamento da produção: fazê-lo seria “descer ao mundo”, e isso chegava a se

³⁴¹ Duby (1991), op. cit.

³⁴² Deve se Ter me mente que esta evidência foi tomada do norte da França. Assim, as observações que se seguem referem-se sempre a esta região. (Bloch (1961), op. cit., p. 289).

³⁴³ Idem, p. 291.

³⁴⁴ Idem, p. 290; também Duby & Mandrou (1966), op. cit., pp. 38-39.

constituir fonte de anedotas.³⁴⁵ Como Bloch observou, “os manuais de gerenciamento das propriedades, quando chegaram a ser escritos, eram destinados não ao senhor, mas aos seus administradores.”³⁴⁶ Mesmo os direitos de jurisdição que ele possuía sobre os seus dependentes eram, via de regra, exercidos “por intermédio de funcionários, eles próprios de origem camponesa.”³⁴⁷

Havia um alto grau de impermeabilidade na delimitação das classes sociais, não apenas concernente aos cavaleiros, como também à classe emergente dos burgueses. Já pelo século XII, a nobreza como uma classe *de facto*, tornou-se uma classe *de jure*, e assim o direito de se fazer cavaleiro tornou-se um privilégio hereditário. Os novos-ricos urbanos, que haviam começado a comprar terra e tentado se transformar em cavaleiros, defrontaram-se com forte oposição. Por outro lado, por meio de estatutos urbanos, os burgueses garantiram um virtual monopólio do comércio pelas comunidades de mercadores.³⁴⁸

A literatura sugere que havia uma forte correspondência entre as três classes de pessoas identificadas por Bloch, como visto acima, e os elementos fundamentais da formação espacial francesa. Não pode ter sido por acaso que o monastério e o castelo, por um lado, e a vila e a cidade, por outro, mereceram atenção específica de um autor como Duby, ao estudar a história da vida privada relacionada àquela sociedade. Entretanto, não é objetivo deste trabalho estudar em detalhe todos estes elementos. Antes, o problema central aqui leva-me a concentrar a atenção sobre os castelos, como um lugar fisicamente isolado para o poder, *vis-à-vis* o restante da formação espacial, e tentar mostrar as relações entre seus atributos espaciais, e as categorias da vida espacial e da vida social com as quais trabalho neste livro. Ainda assim, uma consideração breve com respeito aos outros elementos ajudará a compreender a especificidade do castelo como uma manifestação sócio-espacial única.

É verdade que, além dos castelos, havia também outras instalações familiares no campo, mas isto não era usual. Como Duby observou, a terra normalmente era “trabalhada no âmbito de uma vila, cuja população e concentração dependia de se a porção

³⁴⁵ Idem, p. 302.

³⁴⁶ Idem, *ibidem*.

³⁴⁷ Idem, p. 303.

³⁴⁸ Bloch (1961), *op. cit.*, p. 322.

de terra cultivável permitia o trabalho em grandes espaços abertos, ou se era necessário cultivar-se lotes dispersos.”³⁴⁹ A reconstrução da vila de Dracy (Fig. 5.1), embora de uma época mais tardia (século XIV), dá uma idéia do arranjo espacial das casas. Em outros exemplos, existia uma maior contigüidade do que a observada nesta vila, como sugerido pela literatura, pela qual casas definiam claramente um sistema de “ruas”.³⁵⁰

O estudo das cidades da Europa feudal coloca problemas diferentes daqueles dos estudos de caso anteriores. Nestes últimos, não tínhamos, numa única manifestação, a superposição de vários tipos mórficos desenvolvidos ao longo de séculos. Os tipos tratados nos capítulos anteriores eram mais “puros”, mais de perto relacionados a outros aspectos sociais coevos. Na Europa feudal, por sua vez, temos que discriminar vários “níveis” históricos, de modo a entender a contribuição específica dos tempos feudais à organização espacial dos assentamentos. A herança romana pesa substancialmente tanto na organização espacial dos assentamentos, como na organização espacial das edificações. Muitas das mais importantes cidades da época - Paris, Florença, Siena - datam do período romano, ou mesmo de antes dele, e a rede de ruas dos tempos feudais se superpôs a outras redes de remota origem. Guidoni, por exemplo, comentou como a irregularidade geométrica dos sistemas de ruas relacionou-se com as malhas ortogonais romanas. Em sua interpretação, ele propôs duas razões para a irregularidade dos tempos feudais. Por um lado, sugeriu que a tradição céltica nunca foi completamente abandonada durante o Império Romano, particularmente nas vilas rurais, e que reapareceu com força depois da queda do império. Por outro lado, também ofereceu uma explicação mais “morfológica” do que “histórica”: a “quase invariável malha de muitos centros de fundação colonial, perde-se com o desaparecimento do controle da autoridade pública sobre a estrutura do espaço coletivo.” Observou ainda como a rede de ruas no feudalismo era o resultado de iniciativas individuais dos habitantes ao construir suas casas.³⁵¹ Em termos sintáticos, eram utilizados, neste último caso, princípios de organização espacial mais simétricos, distributivos e a-sincrônicos. Isto parece ter sido generalizado na Europa feudal, na mesma medida em que a segmentação política também era generalizada, embora de maneiras variadas.

³⁴⁹ Duby, G (1973), op. cit., p. 189.

³⁵⁰ Duby (1991), op. cit., p. 448.

³⁵¹ Guidoni (1991), op. cit., pp. 35 6, respectivamente.

Na França, durante a maior parte do período da consolidação dos castelos, na vertente que está sendo considerada aqui, as cidades eram muito pequenas, pouco se diferenciando das vilas: aquelas com mais de 4.000 habitantes eram consideradas excepcionalmente ativas. Foi somente a partir das últimas décadas do século XII que elas começaram a florescer, e o século XIII marca a época de sua grande prosperidade nos tempos feudais. Da metade deste último século em diante, significativas mudanças em demografia, economia, arquitetura e cultura em geral, indicam o começo de uma nova era de transição, com o correspondente deslocamento da sede do poder do campo para as cidades: o feudalismo, na sua forma mais pura, já se encontrava em declínio.³⁵² A seguir, concentrei a atenção nos próprios castelos, e nas unidades territoriais que eles governavam.

A unidade territorial básica era a “castelania”, como Duby & Mandrou exemplificaram para uma área perto de Cluny, no século XII.³⁵³ A castelania não era um território muito grande. Geralmente compreendia áreas contendo entre 20 e 30 estabelecimentos rurais, e suas dimensões eram tais que se podia viajar a pé dos lugares fortificados até os limites da região e voltar, num único dia. Geralmente continha um único castelo, mas podia também apresentar outros, assim como fortes secundários. Estes pequenos territórios constituíam as unidades políticas básicas, independentes de todo controle externo.³⁵⁴ No norte da França, entretanto, era mais comum que tais unidades políticas fossem maiores, e um único senhor podia controlar várias destas castelânias, nas quais ele mantinha vassalos de sua confiança. Como Duby colocou, “esta teia de fortes constituía o esqueleto de um tipo de principado, como aqueles pertencendo ao Conde de Anjou de Flandres.”³⁵⁵

Na sua versão mais consolidada, como Boutruche observou, os castelos eram os “centros nervosos, a articulação principal dos grandes feudos e domínios de alguma importância, fossem eles laicos ou eclesiásticos.”³⁵⁶ Bloch também frisou que “eles eram a capital administrativa, o lugar onde deveres eram cumpridos e produto

³⁵² Duby & Mandrou (1966), especialmente Capítulo IV.

³⁵³ Duby & Mandrou (1966), op. cit.

³⁵⁴ Tal organização territorial é claramente observável até na França de hoje: as divisas entre condados freqüentemente coincidem com os limites territoriais destas antigas castelânias. (Duby & Mandrou (1966), op. cit., p. 40.)

³⁵⁵ Duby & Mandrou (1966), op. cit., p. 40.

³⁵⁶ Boutruche, R (1970) *Seigneurie et féodalité - vol. II: L'apogée (XI-XIII siècles)*, Aubier, Paris, p. 31.

depositado, a sede da justiça, a fonte de toda autoridade visível.”³⁵⁷ Além de abrigar as guarnições, o castelo também abrigava uma população permanente de artesãos, clérigos, funcionários burocráticos, e servos. Como Pirenne notou, esta era uma população essencialmente improdutiva, mantida pelos camponeses do distrito: “nem comércio nem indústria eram possíveis, ou mesmo concebíveis, em tal ambiente. Ele não produzia nada de si, vivia das rendas no campo ao redor, e seu papel econômico era o de simples consumidor.”³⁵⁸ Duby argumentou na mesma direção: “Não havia intenção de investir e, se alguma reserva era acumulada nos depósitos, nos porões, nos granários, isto tinha por objetivo as festas nas quais as riquezas da casa eram alegremente dissipadas. (...) Nos tempos feudais, a vida privada não era absolutamente orientada para a poupança de valores: visava à farta distribuição de generosidades com o fim de multiplicar os amigos.”³⁵⁹ A seguir, considerarei brevemente como a literatura registrou a evolução do castelo como um tipo sócio-espacial, caracterizando, em particular, o período que é de maior interesse para este trabalho.

Pirenne observou que os castelos apareceram em torno do final do século IX, e que se espalharam rapidamente pela Europa.³⁶⁰ No começo, os principais elementos eram: o “motte”, uma elevação artificial, feita de terra retirada das proximidades; um edifício construído sobre esta pequena colina (o “donjon”, ou torre), inicialmente feito completamente de madeira; novamente, um cordão de terra artificialmente elevado, que cercava a colina e a torre, sobre o qual uma paliçada era levantada; um fosso; e uma passarela por sobre o fosso que levava ao único portão através da paliçada.³⁶¹ Gebelin comentou que a tapeçaria da época ilustra como essas fortalezas de madeira duraram até cerca do final do século XII, quando elas começaram a ser substituídas por edifícios de pedra. Entretanto, elas já apresentavam, naquele tempo, algumas das características fundamentais dos castelos maduros, como Duby mostrou, quando ele comentou sobre a descrição, contida em documentos escritos, do castelo de Ardres, erigido nos primeiros anos do século XII, do qual não restou nada. No nível térreo, havia um depósito, celeiro, tonéis. No primeiro piso, havia: a) uma grande sala para refeições e reuniões;

³⁵⁷ Bloch (1961), op. cit., p. 401.

³⁵⁸ Pirenne (1974), op. cit., p. 75.

³⁵⁹ Duby (1991), op. cit., p. 81.

³⁶⁰ Pirenne (1974), op. cit., p. 74.

³⁶¹ Gebelin, F (1962) *Les Châteaux de France*, Presses Universitaires de France, Paris, p. 8-9.

b) o principal quarto de dormir, utilizado pelo senhor e sua esposa, e possivelmente alguns quartos adicionais para as crianças menores e os criados; c) numa posição mais segregada, uma capela. Poderia haver um terceiro piso, com quartos separados adicionais para filhos ou filhas mais velhos. Duby também se referiu a um edifício separado de dois pavimentos, no qual o pavimento térreo era constituído por um galinheiro e por um chiqueiro de porcos, e o segundo por uma cozinha, este último se comunicando diretamente com o principal aposento do castelo.

Duby comentou sobre as três funções principais destes edifícios. Primeiro, no grande aposento - a *aula*, ou *grande salle* -, o senhor exercia seus poderes militares e judiciários, e era também aqui que grandes festas e banquetes aconteciam, particularmente durante as importantes festas da cristandade - Natal, Páscoa, Pentecostes. Este era principalmente o espaço da atuação pública, um espaço masculino. Segundo, numa posição mais segregada, o quarto de dormir - a *loge* ou *câmera* -, a “matriz da linhagem”, principalmente um espaço feminino. Entretanto, como Barthélemy observou, a literatura da época sugere uma certa ambigüidade entre *aula* e *câmera*, pela qual a última também podia ser utilizada para a recepção de visitantes, embora de uma maneira mais privada.³⁶² Terceiro, abrindo para o quarto de dormir, o mais segregado de todos os espaços, a capela. Havia assim, como Duby observou, uma transição gradual até os espaços mais privados, desde a entrada até o lugar das orações.”³⁶³

Foi somente a partir do século XII que castelos de pedra foram construídos de maneira generalizada, mas há casos que datam de antes disto. Remanescentes arqueológicos ajudam a esclarecer a natureza destes edifícios. As ruínas mais antigas são as de Langeais, construído nos últimos anos do século X (Fig. 5.2). Estas ruínas sugerem que havia pelo menos um nível térreo e um primeiro pavimento, mas havia também provavelmente um segundo piso. Uma tradição romana, pela qual não havia comunicação entre o piso térreo e o primeiro pavimento foi seguida aqui, e seria seguida igualmente por muito outros exemplos que se sucederiam: a porta principal do edifício, levando à *aula* no primeiro pavimento, era alcançada por meio de escadas, no início feitas em madeira, depois em pedra.³⁶⁴ O segundo exemplo é mais imponente, o castelo de

³⁶² Barthélemy, Dominique et al. (1991) “Os arranjos do espaço privado”, in Duby (1991), op. cit., pp. 414 ss.

³⁶³ Duby (1991), op. cit., p. 74.

³⁶⁴ Gebelin (1962), op. cit., p. 9.

Loches, com quatro pavimentos de altura, datando do final do século XI, medindo 19,70m por 7,80m em planta, e com 37,00m de altura (Fig. 5.3 e 5.4).³⁶⁵ O tamanho e a complexidade crescentes estão ilustradas pelo castelo de Gand, em Flandres (Fig. 5.5), datando do final do século XII: mais células para abrigar séquitos mais numerosos foram construídas contiguamente ao núcleo básico.³⁶⁶ Finalmente, o tipo sócio-espacial do castelo, com todas as suas funções específicas, atingiu talvez o seu ápice em Coucy (Fig. 5.6 e 5.7), datando das primeiras décadas do século XIII, como Tuulse observou:

os ambientes de estar foram removidos do interior escuro da torre para o pátio do castelo onde as fortes muralhas circundantes permitiam uma nova ênfase no seu caráter residencial. Aqui surge uma igreja com grandes janelas, um *hall* com grandes arcadas abertas e bem proporcionadas janelas; de fato, tudo o que podia proporcionar ao cavaleiro uma moldura digna para o seu modo de vida cultural no pico da Idade Média. Nem no resto da França, nem em qualquer outro lugar no ocidente há um castelo feudal comparável a Coucy.³⁶⁷

Na seqüência, Tuulse observou que, do final do século XIII em diante, coincidindo com o enfraquecimento dos senhores feudais e o fortalecimento do poder central, as funções militares e residenciais foram separadas: por um lado, passaram a existir puras fortalezas militares, e, por outro, os “castelos” abertos que se tornaram simplesmente casas de campo para a aristocracia.³⁶⁸ Gardelles concordou com isto, pois num estudo detalhado dos castelos do sudoeste da França, nos séculos XIII e XIV, ele fez uma observação importante quanto ao real caráter destes edifícios naquela época, sugerindo que a função residencial era freqüentemente muito mais desenvolvida, em detrimento da função militar.³⁶⁹ As torres, por exemplo, supostamente artifícios essenciais para a defesa, “foram colocadas e arranjadas de tal maneira, que parecem, com algumas exceções, ter por objetivo mais a expressão do poder e orgulho dos seus proprietários, do que desempenhar um papel eficiente na proteção do lugar.”³⁷⁰ A idade dos castelos franceses, apresentando a complexidade sociológica que constitui minha principal preocupação neste trabalho, estava terminada. A seguir, comentarei sobre como o quadro

³⁶⁵ Gebelin (1962), op. cit., p. 12 ss., and Duby (1991), op. cit., p. 416.

³⁶⁶ Duby (1991), op. cit., p. 409.

³⁶⁷ Tuulse, Armin (1958) *Castles of the Western World*, Thames and Hudson, Vienna, p. 66.

³⁶⁸ Idem, p. 63.

³⁶⁹ Gardelles, Jacques (1972) *Les chateaux du Moyen Age dans la France du Sud-Ouest - La Gascone Anglaise de 1216 a 1327*, Droz, Geneve, p. 80.

³⁷⁰ Idem, p. 77.

apresentado acima permite a leitura desta evidência de acordo com as categorias analíticas desenvolvidas para este trabalho.

VIDA SOCIAL

A tríplice estrutura da sociedade feudal, comentada acima - aqueles que rezavam, aqueles que lutavam e aqueles que trabalhavam - também significava diferentes âmbitos espaciais: o monastério, o castelo, a vila rural, a cidade. Em contraste com as sociedades estudadas nos capítulos anteriores, agora a classe dirigente é quase exclusivamente uma classe de guerreiros. Esta clivagem complementar entre ideologia e política - ambas dimensões superestruturais da ordem social - não tem precedentes nos estudos de caso deste trabalho. Entre os Maias, o espaço de exceção tinha a ver quase exclusivamente com ideologia. Entre os Zulu, havia uma combinação de política e cerimônia nos *kraals* reais. Agora, a luta se concentra nas mãos da classe guerreira, enquanto a reprodução ideológica da sociedade se concentra nas mãos do clero, a tal ponto de exemplos de analfabetismo serem reportados dentro da classe nobre. Antes da “revolução cultural” do século XIII, a escrita era praticamente um monopólio da Igreja.³⁷¹ Era nos monastérios, no campo, que os livros eram escritos, mantidos, e usados como tal: nas mãos dos senhores, eles constituíam antes ícones a serem exibidos, do que instrumentos de aperfeiçoamento intelectual.³⁷² Bloch chegou a enfatizar que o caráter distintivo do feudalismo era a equação *uma classe de chefes = uma classe de guerreiros*.³⁷³ De todas as “classes simbólicas” que vimos observando, os nobres franceses ocupam lugar de destaque, pois seu descolamento da produção material da sociedade era praticamente completo. Vimos como o consumo ostensivo era a pedra de toque dos castelos. Enquanto entre os Maias e os Zulu havia ainda algum tipo de controle da *troca* de produtos, embora de caráter mais “funcional” do que “utilitário”, isto não existia entre os senhores feudais.

Entretanto, esta clivagem entre os guerreiros e o clero não deve ser superestimada, no que diz respeito à estruturação das classes sociais. Duby & Mandrou frisaram como o próprio clero era de extração nobre, e como os modos de vida de clero e nobreza

³⁷¹ Duby (1991), op. cit., p. 90.

³⁷² Duby & Mandrou (1966), op. cit., p.129.

³⁷³ Bloch (1961), op. cit., p. 444.

possuíam muito em comum: bispos e abades tinham seus próprios vassallos, seus próprios estabelecimentos rurais para os manter, e partilhavam com os nobres a mesma noção de “indignidade do trabalho”.³⁷⁴ Embora não seja o caso aqui de discutirmos a questão em maior detalhe, vale observar que eles também partilhavam, em grande medida, por meio da construção dos monastérios, o isolamento físico típico dos castelos. Talvez fosse melhor dizer que eles constituíam dois “segmentos” de uma mesma classe simbólica, cada um deles aparentemente construindo uma versão do espaço de exceção: os castelos e os monastérios (voltarei a isto mais adiante). É esclarecedor compararmos a utilização do “fundo cerimonial”, para lembrarmos a expressão de Wolf, no ápice do feudalismo, com sua utilização em época imediatamente posterior. No primeiro caso, ele era pesadamente investido nos castelos e nos monastérios, ambos no campo,³⁷⁵ favorecendo a constituição do forte isolamento da classe dominante. No segundo caso, i.e., tão logo a classe burguesa ganhou em importância, o “fundo cerimonial” foi redirecionado para as cidades, agora investido na revolução arquitetônica das catedrais góticas, construídas a partir das últimas décadas do século XII. Parece assim que o redirecionamento do fundo cerimonial acompanhou as transformações do *locus* do poder, que passava pouco a pouco de “classes simbólicas” - clero/nobreza -, para uma outra intimamente relacionada à produção material, no seu polo dominante – a burguesia.

A produção material na França feudal também se dividia em dois âmbitos: as vilas rurais e as cidades.³⁷⁶ Ambas, entretanto, permaneceriam sempre sujeitas aos senhores feudais, que não as habitavam, durante o período em análise aqui, i.e., o período da maturação dos castelos. Como Weber assinalou, “autocefalia” foi um fenômeno tipicamente italiano, realizado na forma da cidade-estado.³⁷⁷ Também, longe de constituir um microcosmo de toda a sociedade, as cidades francesas eram antes um elemento emergindo “contra” ou “apesar” da ordem social dominante.³⁷⁸ O relativo grau de

³⁷⁴ Duby & Mandrou (1966), op. cit., p. 61.

³⁷⁵ Duby (1973), op. cit., p. 116.

³⁷⁶ Devemos dar-mo-nos conta, entretanto, que tal distinção não era feita nos primeiros anos do feudalismo, pois não havia palavra para diferenciar “cidade” de “vila”: *ville*, *town*, *stadt*, eram aplicadas indiferenciadamente. *Burg* era aplicada para um lugar fortificado, enquanto *cité* era aplicada para os centros diocesanos. Foi somente do século XI em diante que os termos *bourgeois* ou *burgess* vieram a ser adotados, em contraste com *knight*, *cleric*, *villein*, assim indicando, daí em diante, um grupo social distinto. (Bloch (1961), op. cit., p. 353)

³⁷⁷ Weber (1966), op. cit., p. 184.

³⁷⁸ Estou utilizando aqui aspas, porque não parece necessário ir tão longe quanto Pirenne, quando ele considerou as cidades como elementos “estranhos” dentro da sociedade feudal. Weber parece ter

autonomia de que elas desfrutavam seria sempre contido por um outro, e maior, poder, nas mãos da aristocracia da terra, primeiro, e do emergente estado centralizado, mercantilista, burocrático, depois. Ainda assim, as cidades incorporavam ambas as dimensões - infra-estrutural e superestrutural - da ordem social, embora de maneira subordinada neste último aspecto. Pois não se deve esquecer que, se por um lado, as cidades eram o lugar onde se desenvolvia o artesanato e o comércio, por outro lado elas eram um “território legalmente distinto”, com um corpo de magistrados próprio e um sistema de taxações também específico.³⁷⁹ Apesar disto, entretanto, a correspondência entre classes e certas dimensões da ordem social era muito clara na França feudal: os nobres monopolizavam a profissão das armas e mantinham sempre as cidades numa posição política subordinada; os burgueses, por meio dos estatutos urbanos, monopolizavam o comércio via comunidades de mercadores. Ao lado desta correspondência, vimos como a literatura chamou a atenção para a respectiva impermeabilidade das classes sociais, seja da aristocracia da terra, seja dos burgueses.

VIDA ESPACIAL

Vivendo no campo e do campo, o nobre era entretanto um total ausente no que diz respeito aos negócios da vida rural propriamente dita. Baseando-se espacialmente nos castelos distribuídos pela paisagem, sua órbita era porém completamente diferente daquela dos camponeses. Bloch fez uma observação importante sobre isto: na medida em que as distinções de classe foram se tornando mais claras, e a impermeabilidade se fortalecendo, a nobreza da França foi se estruturando transpacialmente. Aqueles que ainda habitavam as cidades episcopais se mudaram para o campo e se estabeleceram nos seus lugares-fortes. As mudanças espaciais que afetaram a nobreza foram aqui de caráter centrífugo - não centrípetos como na Itália, como veremos - e levaram a uma maior dispersão da classe dominante. De maneira a manter sua posição de poder, a classe dos senhores teria de fortalecer sua solidariedade transpacial e seus atributos levaram a que isso se desse fundamentalmente num nível superestrutural. Este é talvez o exemplo extremo de uma classe transpacial. Não se trata apenas do fato de que seus encontros sociais se construíssem através do espaço, e não limitados ao seu lugar de

percebido melhor a questão, quando ele chamou a atenção para a forte integração econômica entre cidade e campo, ambos ganhando com esta relação. (Weber (1966), op. cit., p. 192)

³⁷⁹ Pirenne (1974), op. cit., p. 63.

residência. É este último mesmo que falta, devido à natureza fundamentalmente peripatética desta classe, e junto com isto, da ambígua relação de um senhor com um lugar em particular. Pirenne fez uma observação eloqüente quanto a isto: “os centros de suas administrações não eram seus *lugares de residência* mas suas *pessoas*” (meu grifo).³⁸⁰ Tal descolamento do lugar claramente implicava que era principalmente por meio dos seus *atributos*, e não de sua localização, que eles, como classe, exerciam sua autoridade e seu poder - assim ilustrando perfeitamente o conceito de solidariedade transpacial.³⁸¹

Tal solidariedade era reforçada por meios estruturalmente similares àqueles relatados entre os Zulu. Os filhos dos vassallos, ao se tornarem adultos, vinham para os castelos para serem ensinados nos usos da cortesia e da bravura. Durante o inverno e em tempos de paz, que “eram mais prolongados do que se poderia acreditar inicialmente”, como Duby & Mandrou observaram,³⁸² os próprios vassallos eram obrigados a viver nos castelos por um par de meses, durante o que eles montavam guarda e participavam dos torneios, um substitutivo para a guerra, tão brutal quanto as próprias batalhas. Estas reuniões eram preparadas com grande publicidade e reuniam pessoas vindas de enormes distâncias. Os laços assim fortalecidos entre companheiros de guerra eram laços entre iguais, de certa maneira semelhantes aos laços que uniam vassallo e senhor. Estes últimos - os laços de “vassalagem” - eram estabelecidos por meio da cerimônia da *homage*, cujos símbolos representavam um cuidadoso equilíbrio entre sujeição e obrigação mútuas.³⁸³ Além disso, a vassalagem criava uma dependência *individual*, que poderia ser quebrada por qualquer de uma das partes. De natureza completamente diferente eram os laços que se davam entre o senhor e os camponeses. Tais laços não criavam uma dependência individual, mas hereditária, transmitida ao longo de gerações. Os camponeses eram dependentes por toda a vida do feudo do senhor, uma dependência que não podia ser quebrada por nenhuma das partes. Mas não havia nenhuma simetria aqui, como no caso anterior. Embora não existisse uma lei escrita, as regras tradicionais impunham uma pesada carga na vida das pessoas comuns, que se dedicavam tanto às

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ Estou aqui tomando emprestada uma distinção de Nakane em termos de *attribute* (“atributo”) e *frame* (“moldura”). Esta autora usou estes conceitos para expressar formas de solidariedade que são baseadas, a primeira, nas qualidades dos indivíduos, a segunda, num certo “campo”, ou “localidade”, ou ainda “circunscrição”, que oferece uma base comum a um conjunto de indivíduos aí localizados. Ver C Nakane (1977(1970)) *Japanese Society*, Penguin Books, p. 1.

³⁸² Duby & Mandrou (1966), op. cit., p. 50.

³⁸³ Para uma descrição da cerimônia da “vassalagem”, ver Duby & Mandrou (1966), op. cit., p. 51.

tarefas da terra que tinham posse, como à *corvée*, na terra diretamente relacionada ao castelo. O senhor podia tomar o que quisesse da casa do camponês (a *taille*) e as punições sobre estes últimos eram extremamente severas.³⁸⁴ Seu círculo de encontros era limitado à sua família e aos *baillis* que gerenciavam o trabalho no castelo propriamente dito, assim caracterizando uma solidariedade completamente diferente daquela encontrada entre os *chevaliers*. É verdade que, como sempre, havia comportamentos não-conformes: a comunidade da paróquia era a instância por meio da qual os camponeses tentavam refrear o senhor de uma super-exploração, mas isto não parece ter mudado os aspectos essenciais da relação assimétrica em que viviam cotidianamente.³⁸⁵

Esta ampla solidariedade transpacial dos nobres franceses parece ter criado as condições para uma formação mais rápida de unidades políticas maiores na França do que na Itália, como veremos. Desde o começo da Idade Média, na França, as unidades políticas nunca chegaram a se reduzir à escala das cidades e de seu entorno rural imediato. Ao longo dos séculos XI, XII e XIII, tais unidades políticas se tornaram cada vez maiores, no processo de formação de principados territoriais, a ponto de, em 1270, ser possível novamente se falar num reino francês. Não mais um reino “ideológico” como antes, no qual a figura do rei era mais sagrada do que política: agora, administradores da coroa, pertencendo a uma crescente burocracia, se espalharam pelo país, responsáveis pela coleta de tributos para o tesouro real e para a organização dos guerreiros, sempre que uma empreitada militar se mostrava necessária. Como Duby colocou, o século XIII foi, verdadeiramente, a era do re-agrupamento. Depois da diversidade dos tempos feudais, uma síntese teve lugar no país dos Capetos, síntese que se impôs nos limites do reino e para além deles.³⁸⁶

PADRÕES ESPACIAIS

Como vimos, o material iconográfico sobre os castelos varia ao longo do período estudado aqui. Não existe praticamente nada sobre as estruturas de madeira primitivas construídas antes do século XII, e temos de nos apoiar apenas em textos que descrevem estes edifícios. Mas mesmo depois, algumas das características espaciais

³⁸⁴ Duby & Mandrou (1966), op. cit., p. 46 ss.

³⁸⁵ Duby & Mandrou (1966), op. cit., p. 45.

³⁸⁶ Para este processo, ver Duby & Mandrou (1966), especialmente pp. 124 ss.

comentadas na literatura não se encontram presentes nos remanescentes arqueológicos, como as paliçadas e os fossos. Também, o padrão espacial dos castelos evoluiu ao longo do tempo, como mostram os exemplos das ilustrações referidas. De fato, os exemplos de castelos dados acima foram escolhidos em parte porque eles estão disponíveis na iconografia, e em parte porque eles representam as variações mais importantes encontradas neste tipo sócio-espacial. A seguir, procurarei descrever tanto as variações como, mais importante, os invariantes estruturais do tipo mórfico dos castelos feudais franceses no período considerado.

Antes de mais nada, os castelos apresentam uma identificação muito mais “pura” com a hipótese inicial sobre os espaços de exceção, do que os dois estudos de caso anteriores - os centros cerimoniais e os *kraals*. Vimos como estes últimos realmente isolavam dimensões superestruturais da ordem social, mas seu arranjo espacial apresentava a mesma estrutura configuracional básica dos compostos habitacionais de suas respectivas culturas. Por sua vez, os castelos não apenas isolavam fisicamente dimensões superestruturais da ordem social, como eram também radicalmente distintos espacialmente das vilas e cidades. Mesmo quando as últimas eram amuralhadas, como a literatura freqüentemente a elas se refere, o muro que as circunscrescia continha internamente um arranjo simétrico de células, constituído pelo edifícios individuais das residências. O castelo sempre apresentou um esquema não-distributivo, pelo qual barreiras de ordem superior sucediam-se envolvendo o núcleo central. Isto está claramente expresso em textos, mas também se confirma iconograficamente pelos exemplos de Coucy (Fig. 5.7) e Château Gaillard (Fig. 5.8 e 5.9) - este último também apresentando a peculiaridade de ser dividido em duas unidades separadas. Também, tais barreiras podiam se constituir não apenas como muros recorrentes, mas também como fossos, paliçadas, artifícios topográficos, tais elementos podendo ser encontrados isoladamente, ou combinados.

No núcleo central tendemos a encontrar uma estrutura altamente sincronizada. Nos exemplos mais primitivos, como em Langeais (Fig. 5.2) e Loches (Fig. 5.3), o núcleo era simplesmente o *donjon*, um único edifício às vezes de vários andares de altura. Em casos mais elaborados de datas posteriores, várias unidades contíguas podiam ser organizadas em torno de um pátio, como em Coucy (Fig. 5.6). Havia também uma combinação destas duas soluções, como em Montargis (Fig. 5.10), onde se

observava tanto um edifício central, como uma série de células contíguas construídas contra o lado interior da muralha.

A descrição que Duby ofereceu sobre a organização interior de um castelo, confirma a série de questões discutidas quando da análise dos *kraals* Zulu, em contraste com os palácios Ashanti. Nos castelos, por um lado, a posição relativa dos espaços masculino e feminino confirma a maior transpacialidade dos homens, que se identificavam com os espaços mais rasos e mais “públicos” dos edifícios - a *aula*, ou a *grande salle*. Por outro lado, a posição da capela confirma a estratégia recorrente de conferir a posição mais profunda àquelas categorias que estão mais afastadas da vida secular cotidiana.

Comentei sobre a separação entre luta e reprodução ideológica da sociedade, na França feudal. Mas comentei também sobre como esta separação não implicava uma estruturação de classes sociais distintas - pois tanto os guerreiros como o clero eram de extração nobre -, e como seus modos de vida tinham muitos atributos em comum. Entretanto, o estudo de caso francês levanta uma qualificação interessante quanto à hipótese inicial sobre o espaço de exceção. O leitor recordará que a hipótese sugeria a existência, em algumas sociedades, de uma, ou várias, unidades do assentamento mais claramente isoladas do restante da formação espacial, à qual, ou às quais, era conferido *um determinado rótulo*, um rótulo que tinha a ver com uma dimensão superestrutural da ordem social. Ora, na França feudal, a divisão entre lutar e rezar parece ter correspondido a um “duplo” de espaços de exceção, realizado na forma dos castelos, por um lado, e dos monastérios, por outro. As semelhanças entre os dois não se limitavam à natureza superestrutural das dimensões da ordem social que eles abrigavam, nem ao fato de que, essencialmente, a *mesma* classe social estava envolvida em ambos - os nobres. Autores comentaram como, espacialmente falando, eles também tinham muitos traços em comum: seu isolamento em face da formação espacial como um todo, sua muralha envolvente, a diferenciação da profundidade sintática correspondendo à organização hierárquica das práticas sociais neles levadas a efeito, desde as mais “públicas” até as mais “privadas” etc.³⁸⁷ Por razões de espaço, deixarei este interessante problema para um trabalho futuro, mas sugiro por enquanto que esta divisão não nega as relações que

³⁸⁷ Para a comparação entre os âmbitos do castelo e do monastério, ver Duby (1991), op. cit., especialmente pp. 52-68.

venho apontando entre a vida social, a vida espacial e os padrões espaciais. Sem dúvida, o *locus* de poder na França feudal estava, em última instância, com o “segmento” de classe dos guerreiros (esta talvez seja a melhor maneira de nos referirmos a eles), e a forte impermeabilidade e organização hierárquica que os caracterizavam correspondiam ao espaço de exceção dos castelos. Os monastérios existiam por toda a Europa feudal, mas os castelos, na versão discutida aqui, somente existiram em correspondência com uma natureza quase exclusivamente “simbólica” da classe nobre, na França. As sociedades podem conferir isolamento físico a “instituições ideológicas”, como no caso dos monastérios, mas o “núcleo duro” do conceito de espaço de exceção está relacionado ao isolamento do poder dominante da sociedade em última instância, qualquer que seja a sua natureza - ideológica, como entre os Maias, político-militar, como entre os Zulu, ou os franceses.

SÍNTESE: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL FRANCESA

Como nos capítulos anteriores, vamos agora resumir as principais características da formação sócio-espacial feudal francesa:

a) tríplice estrutura sócio-espacial, pela qual havia nobres/castelos/monastérios, camponeses/vilas e burgueses/cidades, cada qual desenvolvendo uma forma específica de solidariedade social;

b) arranjos sociais pequenos, baseados no espaço, caracterizando a vida dos camponeses nas suas tarefas cotidianas de produção material, seja no cultivo dos campos sob sua posse, seja submetidos ao trabalho nos castelos e suas dependências, sob a supervisão de administradores;

c) arranjos sociais grandes, estruturados transpacialmente, caracterizando a vida dos nobres, materializado nas atividades político-cerimoniais;

d) natureza peripatética da classe nobre, pelo que sua transpacialidade era “radicalizada” a ponto de quase eliminar a referência ao lugar - suas *pessoas* constituíam a fundamental referência do poder;

e) arranjos sociais grandes, baseados espacialmente, caracterizando a vida da burguesia nascente, baseada nas cidades, que estavam surgindo “contra” a ordem feudal;

f) forte impermeabilidade das camadas superiores da sociedade, que se dedicavam a tudo que *não* estava relacionado com a produção material;

g) um “duplo” de espaços de exceção, pelo que castelos e monastérios constituíam estruturas isoladas, ambos reproduzindo dimensões superestruturais da ordem social - uma principalmente política, a outra principalmente ideológica;

h) esquemas não-distributivos e altamente sincronizados nas partes da formação espacial constituídas por espaços de exceção.

Quando reunimos todas estas características, torna-se claro que o caso francês contrasta com os casos anteriores de espaços de exceção em dois importantes aspectos. Primeiro, o espaço de exceção se manifesta na versão do castelo em sua forma mais “pura”, combinando características que constituem minha hipótese inicial em todas as três instâncias, a saber: a) o completo afastamento da classe dominante das “coisas terrenas”; b) seu sistema de encontros radicalmente transpacial e c) o isolamento físico do seu *locus* de poder, em contraste com as outras instâncias da formação espacial, i.e., as vilas e as cidades. Como vimos, não havia, entre os Maias e os Zulu, o claro contraste que aqui temos entre castelos e cidades. Nos casos anteriores, argumentei que os espaços de exceção surgem pela superposição de dimensões superestruturais da ordem social, a esquemas de estruturas isoladas, digamos, “já disponíveis”, os quais aconteciam em outras instâncias - os compostos familiares entre os Maias, ou os *kraals* familiares entre os Zulu. Mas, em segundo lugar, o isolamento de dimensões superestruturais da ordem social, na França, era subdividido entre castelos/política, e monastérios/ideologia, formando este “duplo” de espaços de exceção. Ainda assim, parece que não estamos testemunhando aqui uma negação da hipótese inicial, mas uma “super-elaboração” da impermeabilidade da superestrutura social, por intermédio de uma divisão técnica do trabalho *dentro* da classe dominante - os nobres - resultando na existência da separação física de um determinado lugar para a política, e de um determinado lugar para a ideologia. Parece assim razoável sugerir que isto acontece quando temos um isolamento radical da classe dominante das “coisas terrenas”, como tínhamos entre os franceses

feudais. A seguir, veremos como o caso italiano contrasta com tudo isto, ao reunir todas as instâncias de poder em um único elemento da formação sócio-espacial: as cidades-estados.

ITÁLIA

REVISÃO DE DESCRIÇÕES E OPINIÕES ANTERIORES

Quando os sinais da organização das comunas italianas começaram a aparecer, a partir do século XI, uma boa parte da classe proprietária de terras já morava nas cidades. O interessante é que, exatamente ao mesmo tempo, os castelos franceses consolidaram seu papel, simultaneamente como centros político-administrativo-militares e residência da classe nobre. Na Itália, como Hibbert observou, os nobres logo se associaram aos mercadores, para formar um grupo superior, “em parte aristocrático, em parte mercantil, (...) formado por nobres tornados burgueses, e burgueses enobrecidos por meio de decretos das cidades, ambos reunidos pela lei.”³⁸⁸ É bastante claro que, aqui, a classe dos cavaleiros levou um estilo de vida completamente diferente. Hibbert também acentuou o fato de que eles não apenas se ligaram ao desenvolvimento do comércio, mas que eram, do século XI em diante, membros de sociedades comerciais, nas quais investiam o capital excedente derivado das “rendas da terra, dos motins das expedições contra os muçulmanos, ou dos cargos feudais.” Uma atitude completamente diferente da dos franceses se observa portanto: “eles estavam favoravelmente dispostos ao desenvolvimento do comércio, tomaram parte ativa nas atividades comerciais, e eram às vezes os maiores detentores do capital, e os controladores finais da vida comercial.”³⁸⁹

Waley concordou com esta visão, quando comentou que “uma grande parte - freqüentemente, suspeita-se, a maioria absoluta - da população estava vividamente engajada, tanto na produção agrária, como noutras formas de atividade comercial ou industrial.” As dificuldades em estabelecer as fronteiras entre as classes sociais na Itália feudal parecem ser maiores do que em outros lugares, como Waley também comentou: “as classes se superpunham entre si - camponeses prósperos e pequenos proprietários, donos de lojas e mercadores, fornecedores de empréstimos de tempo parcial (mais obviamente) e banqueiros e financistas.”³⁹⁰

³⁸⁸ Hibbert (1978), op. cit., p. 96.

³⁸⁹ Idem, p. 95.

³⁹⁰ Waley, Daniel (1969), *The Italian City Republics*, Weidenfeld and Nicolson, London, p. 9. (Algumas das citações deste autor, que se seguem, são da segunda edição, de 1978, publicada por Longman, London.)

Com a maturação das comunas no século XII, a integração dos nobres na vida urbana foi completada.³⁹¹ Claro que eles não cortaram suas ligações com o campo, mas sua base era a cidade e, até certo ponto, imprimiram na vida da cidade sua própria imagem. Waley frisou esta “fundamental interpenetração e interdependência entre cidade e campo, entre o burgo e o feudo.” Para ele, “a noção dos elementos politicamente conscientes e participantes do governo como quintessencialmente ‘burgueses’ na sua atitude e estilo de vida é incorreta, assim como é incorreta a idéia de que seu regime viu a vitória da cidade sobre o campo.”³⁹² Assim, a aquisição do *contado* não foi o triunfo de interesses “burgueses” sobre o feudalismo, pois a comuna não era simplesmente representante de interesses mercantis: como Waley comentou também, “de fato [a comuna] era uma entidade política procurando poder e domínio na sua vizinhança, da mesma maneira como qualquer outro senhor.”³⁹³ Esta atuação das comunas como “senhores” sugere, assim, não uma superação do feudalismo, mas, digamos, uma “urbanização do feudalismo”, que trazia com ela implicações sociais e políticas específicas, como argumentarei posteriormente.

Mas a cena urbana italiana não era constituída somente por nobres, mercadores e artesãos: os próprios camponeses vieram viver dentro das muralhas. Waley comentou como o “espetacular crescimento do tamanho de muitas cidades no século XII e XIII deu-se muito mais em função da imigração do campo do que de um aumento ‘natural’ da população urbana.” E acrescentou: “havia áreas primordialmente agrárias, como as das fronteiras de Ancona, nas quais muitos camponeses se mudaram para as cidades sem deixar de ser camponeses. Eles foram atraídos para cá pelo poder que a comuna conferia a eles nas suas relações com o senhor, assim como pela maior segurança da cidade em tempos de guerra.”³⁹⁴ Há também dados muito precisos sobre a Toscana, embora de uma época mais tardia (os anos 1400), indicando também uma forte “urbanização” dos camponeses: em Volterra, mais da metade da população urbana era constituída por camponeses, e em cidades como Pisa, Pistóia e Prato, os camponeses

³⁹¹ Weber comentou que em tempos de conflito com os burgueses, referindo-se em particular aos mercadores e artesãos menores, os nobres procuravam novamente refúgio no campo, nos seus “castelos”, que nunca haviam sido completamente destruídos. De acordo com Weber, isto aconteceu apenas em tempos de crise, e viver no campo, ou usar estes velhos lugares fortificados para fins político-administrativos-legais, realmente não era o caso na Itália. (Weber (1966), op. cit., pp. 152,162).

³⁹² Waley (1978), op. cit., p. 69.

³⁹³ Idem, p. 55.

³⁹⁴ Idem, pp. 63-4.

constituíam uma das mais numerosas ocupações.³⁹⁵ Claro que seria errado exagerar este fato, pois mesmo na Toscana, “uma das regiões mais urbanizadas da Europa”, nas palavras de Herlihy, os camponeses vivendo no campo ainda somavam cerca de dois terços da população.³⁹⁶ De qualquer maneira, os altos índices de urbanização na Itália parecem um corolário natural da “urbanização” da classe nobre, o concomitante abandono de suas residências e lugares-fortes no campo, e o fortalecimento das comunas. (A fig. 5.3 mostra a “paisagem das cidades” na Itália medieval central e do norte.)

Esta marcante concentração de pessoas, poder e riqueza nas cidades italianas, teria naturalmente conseqüências sociais notavelmente diferentes da França e de quase todo o resto da Europa - a única possível exceção tendo sido parte da Alemanha, onde cidades-repúblicas também emergiram. Schevill observou, entretanto, que tal situação estava longe de ser uniforme e politicamente estável. Por um lado, este padrão de relações sociais no espaço estava relacionado com um aumento das forças populares num nível desconhecido em qualquer outro lugar, naquele tempo: os mercadores de classe média, artesãos e trabalhadores em geral, formariam uma força social distintiva, que veio a ser conhecida como o “popolo”. E havia aqui uma subdivisão entre os mercadores e artesãos mais ricos - o *popolo grasso* - e os trabalhadores mais pobres - o *popolo minuto*. Por outro lado, a nobreza da terra e os mercadores mais poderosos constituíam os “magnatas”.³⁹⁷ Por vários séculos, o “popolo” e os “magnatas” - ou, como Schevill preferiu, os governos “democráticos” e “oligárquicos” - revezaram-se no poder, tão grande era o equilíbrio de forças. Mesmo o *popolo minuto* chegou a tomar o poder, por meio da revolta dos *ciompi* (cardadores de lã) em 1378. Embora terminando numa conciliação que depois de poucos dias da tomada do poder levou à exclusão das facções mais “radicais” do *popolo minuto*, este último conseguiu permanecer no poder até 1382, quando o *popolo grasso* recobrou uma posição de força. Mesmo que não seja totalmente adequado chamar a revolta dos *ciompi* de uma “revolução proletária”, como Schevill o fez, tal quadro foi sem dúvida peculiar na Europa feudal. No resto dela não havia *alternância* no poder entre burgueses, muito menos trabalhadores manuais, por um lado, e a

³⁹⁵ Herlihy, D (1978) “This Distribution of Wealth in a Renaissance Community: Florence 1427”, in P Abrams & E A Wrigley (eds.) (1978) *Towns in societies - Essays in Economic History and Historical Sociology*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 146 ss.

³⁹⁶ Idem, pp. 132 ss.

³⁹⁷ Para um apanhado detalhado, ver Ferdinand Schevill, (1937) *History of Florence - from the founding of the city through the Renaissance*, G Bell and Sons Ltd., London, especialmente Capítulo IX.

aristocracia da terra, por outro, mas, no máximo, uma *partilha* no poder - e uma partilha desigual - que duraria tanto quanto o próprio feudalismo.³⁹⁸

É marcante como estas forças políticas ficaram impressas arquitetonicamente em Florença: o Palazzo del Popolo (Fig. 5.15) começou a ser construído em 1255, durante a “primeira democracia”, quando a “arquitetura cívica aparece pela primeira vez”, nas palavras de Schevill.³⁹⁹ A “resposta” não tardaria, com o novo Palazzo dei Priori (conhecido como o Palazzo Vecchio, Fig. 5.16), construído de 1298 a 1310, com uma torre mais alta e uma localização urbana mais imponente. Trata-se de um exemplo interessante de como a autoridade pública entra novamente na cena da organização do espaço aberto de uso coletivo: uma maior sincronização espacial foi obtida no entorno imediato do Palazzo Vecchio, por meio da eliminação de uma série de edifícios com o objetivo de abrir espaço para a Piazza della Signoria (a Fig. 5.14 mostra a nova área central de Florença, depois das transformações urbanísticas do século XIII, e a localização dos edifícios mais importantes).⁴⁰⁰

Entretanto, estudos mais recentes têm sugerido um quadro menos dicotomizado do que aquele descrito por Schevill. Não que as clivagens apontadas por este último tenham sido completamente negadas, mas governos “democráticos” e “oligárquicos” parecem ter sido parentes mais próximos do que se pensava. Waley, por exemplo, observou que “é discutível se a *signorie*⁴⁰¹ surgiu mais freqüentemente por intermédio do *Popolo* recorrendo a um senhor pela proteção contra os magnatas, ou se um número maior de *signorie* se originaram em lideranças anti-populares.”⁴⁰² Ainda assim, esta própria ambigüidade, impensável na França, é um sintoma de classes sociais que “se superpõem”.

Mas tal concentração de forças sociais dentro dos muros da cidade não significou a ausência da fragmentação política típica do feudalismo, somente que as guerras intestinas espacializaram-se diferentemente: as cidades maiores não apenas lutavam

³⁹⁸ Schevill (1937), op. cit., analisou esta alternância no poder, particularmente nos Capítulos IX, X e XI.

³⁹⁹ Idem, p. 126.

⁴⁰⁰ Benevolo, Leonardo (1978) *Storia della città*, Editori Laterza, Roma, p. 446.

⁴⁰¹ As *signorie* (plural de *signoria*) constituíram uma forma política autoritária que, pouco a pouco, da metade do século XIII em diante, tomou conta de quase toda a Itália central e no norte. Os chefes das *signorie*, eram, freqüentemente, de extração nobre.

⁴⁰² Waley (1978), op. cit., p. 134-5.

para submeter completamente o campo em sua área de influência, como tentavam ampliar esta área por meio também da submissão política de outras cidades. Em tais conflitos, cidades foram às vezes literalmente postas no chão: Lodi, foi completamente destruída por Milão, e Fiesole por Florença.⁴⁰³ Além disso, tal estado de guerra endêmica foi trazido, no caso da Itália, para dentro das muralhas da cidade, a ponto das casas das famílias mais importantes terem se transformado em pequenas fortalezas - as “casas-torre” (*casatorri*). A proliferação das torres, como parte da arquitetura doméstica urbana, era típica das cidades-estados - na verdade apelidadas de *città turrite* (“cidades-torres”), como Guidoni a elas se referiu.⁴⁰⁴ Schevill foi ainda mais longe, batizando as cidades-estados de “sociedades de torres”.⁴⁰⁵ Tuulse observou que, na Idade Média, Bolonha “tinha pelo menos 180 monumentos deste tipo, e Florença mais de 200. (...) [Elas eram] levantadas junto às casas, com as quais se conectavam por meio de uma ponte retráctil, e serviam, em tempos problemáticos, como o último lugar de refúgio.”⁴⁰⁶ Mas, novamente aqui (o leitor recordará que os castelos franceses também continham uma dimensão simbólica), estas torres urbanas não eram simples artifícios para defesa: autores como Guidoni e Schevill chamaram a atenção para o fato delas expressarem o status social e econômico de seus proprietários.⁴⁰⁷ Material iconográfico do século XVI mostra as torres ainda de pé, naquele tempo, em lugares como Siena (Fig. 5.22) e Orvietto (Fig. 5.23), mas é na pequena San Geminiano que melhor testemunhamos hoje estes admiráveis elementos arquitetônicos (Fig. 5.24 a 5.26). Benévolo mostrou a localização das torres em Florença a partir do século XII (Fig. 5.13), e apresentou também a reconstrução de um grupo de casas-torres florentinas, formando um quarteirão urbano, que em geral pertenciam a famílias aparentadas (Fig. 5.17).⁴⁰⁸

Entretanto, apesar da instabilidade endêmica de tal fragmentação política, as cidades-repúblicas italianas conseguiram de alguma maneira construir alianças que se estendiam para além das muralhas. A Fig. 5.12 ilustra como as “lealdades” Guelf e Ghibelline se misturavam na Toscana, unindo cidades bastante distantes entre si. Ainda assim, nenhuma das duas “lealdades” conseguiu se impor na construção de um estado

⁴⁰³ Guidoni (1991), op. cit., p. 213, 238-9.

⁴⁰⁴ Idem, p. 214 ss.

⁴⁰⁵ Schevill (1937), op. cit., p. 70.

⁴⁰⁶ Tuulse (1958), op. cit., p. 31.

⁴⁰⁷ Schevill (1937), op. cit., p. 70, e Guidoni (1991), op. cit., p. 214.

⁴⁰⁸ Benevolo (1978), p. 438.

nacional, como os Capetos o fizeram na França a partir do final do século XIII. Em vez disto, elas permaneceram facções aristocráticas na luta por um controle social maior, sobre as quais as forças externas do Papado e do Império Germânico se superpunham.⁴⁰⁹ Tão equilibradas eram estas forças, que cidades como Florença moviam-se sucessiva e repetidamente entre as lealdades Guelf e Ghibelline.⁴¹⁰

Quanto ao sistema espacial interno das cidades italianas, Benévolo acreditou ser “impossível chegar-se a uma descrição geral de sua forma”, pois elas apresentavam “todas as formas possíveis”, surgindo das “mais variadas circunstâncias históricas e geográficas.” Entretanto ele procurou indicar aquelas que, de seu ponto de vista, constituíam as características gerais de seus atributos físicos: a) a malha de ruas era muito irregular, mas elas formavam um sistema razoavelmente inteligível, pelo qual se tinha uma clara noção dos quarteirões da cidade como um todo; b) ruas e praças não eram elementos independentes, e as praças eram fortemente integradas às ruas que convergiam para elas; c) apenas ruas muito secundárias constituíam simples passagens, as outras compreendendo lugares tanto para a circulação como para o comércio e para a convivência; d) os edifícios abriam diretamente para as ruas e praças, e não havia distinção observável nas cidades antigas, entre zonas “públicas” e zonas “privadas”; e) a multiplicidade de diversos centros - religiosos, civis, comerciais -, em parte superpostos entre si, criavam um sistema de espaços públicos “complexamente estruturado”.⁴¹¹ Comentarei como, ainda que acreditasse ser “impossível chegar a uma descrição geral”, Benévolo capturou alguns invariantes fundamentais das cidades italianas, que dizem respeito diretamente à nossa discussão aqui.

Como antes, procurarei agora reler as características fundamentais deste sistema sócio-espacial, à luz das categorias analíticas desenvolvidas para este trabalho.

VIDA SOCIAL

⁴⁰⁹ Na sua luta por maior influência, sobre o território italiano, o Papado se aliou com os Guelfs, e o Império Germânico, a quem a Itália formalmente pertencia desde que o rei germânico Otto foi coroado imperador em Roma, em 962, com os Ghibellini. (Waley (1978), op. cit., pp. 115 ss.)

⁴¹⁰ Os edifícios que foram demolidos para abrir espaço para a Piazza della Signoria pertenciam às famílias Ghibellini dos Uberti. Este “melhoramento urbano” aconteceu depois de uma derrota dos Ghibellini para os Guelfs, em Florença... (Benevolo (1978), op. cit., p. 446.)

⁴¹¹ Benevolo (1978), op. cit., pp. 308 ss.

Vimos como diversos autores afirmaram que não existe dúvida quanto à existência de “feudalismo” na Itália. De fato, se tomarmos duas das características fundamentais do feudalismo, como colocadas no começo deste capítulo, ou seja, a instituição da vassalagem e a fragmentação da autoridade, vemos que ambas estavam presentes na Itália. Entretanto, as seções acima indicam como eram diferentes tanto as funções, quanto as articulações políticas das classes sociais neste último país, quando comparado à França.

Quanto às funções das classes, não havia classes exclusivamente “simbólicas” na Itália, pois a nobreza fundiária estava profundamente engajada nas “coisas terrenas” e fornecia vastos recursos ao capital mercantil nascente. Por sua vez, os burgueses não viviam apenas de rendas urbanas, mas tornaram-se eles próprios senhores feudais, adquirindo terra e lucrando com a exploração de um campesinato subordinado. Também, vimos como *todas* as classes sociais, embora em graus variados de acordo com as circunstâncias, estavam profundamente envolvidas na política da comuna. Assim, não havia correspondência entre uma certa classe social, e a dimensão infra-estrutural, ou superestrutural, da ordem social. Mais ainda: é mesmo difícil estabelecer uma relação bi-unívoca entre uma certa classe e um determinado ramo da divisão técnica do trabalho na produção material.

Tal ambigüidade se revelava na articulação política dentro das cidades-repúblicas. Se é difícil identificar claramente um grupo político dominante, é ainda mais difícil identificar uma classe distintivamente dominante. Vimos como os *magnates* e o *popolo* se alternavam no poder. Mas a constituição real dos governos que eles estabeleceram não era claramente delineada: por um lado, os *magnates* eram constituídos pelos mercadores mais poderosos e pela nobreza da terra, e, por outro, o *popolo*, embora constituído por mercadores menores, artesãos e trabalhadores, também apelavam aos nobres para o estabelecimento das *signorie*. Certamente as facções mais pobres da população não tinham muita chance, mas devemos recordar que até mesmo o *popolo minuto* conseguiu assumir o poder em Florença. Tal permeabilidade do poder a todas as camadas da sociedade, incluindo os camponeses, pois eles também constituíam as massas urbanas, parece não ter tido paralelo na Europa feudal.

A cidade italiana tornou-se, em grande medida, um microcosmo de toda a sociedade, a dicotomia cidade/campo sendo assim completamente diferente daquela encontrada na França. Claro que isto não é dizer que a economia camponesa desapareceu, muito menos que os camponeses deixaram de ocupar a posição mais baixa no sistema social, mas é acentuar duas coisas: primeiro, que o campo tinha novos senhores feudais, na versão das comunas, que também atuavam como “senhores” da terra, e, segundo, que os camponeses, que vieram a habitar as cidades, eles próprios se tornaram, em grande medida, “urbanos” (foi relatado que grandes distâncias eram percorridas diariamente das cidades aos campos agrícolas, por este campesinato “urbanizado”).⁴¹² Esta atuação das comunas como “senhores”, sugere não uma superação do feudalismo, mas, digamos, uma “urbanização do feudalismo”, que teve conseqüentemente específicas implicações sociais e políticas.

Isto levanta a questão controversa da democracia nas cidades-repúblicas italianas. Para Schevill, a democracia foi mais forte em Florença do que em qualquer outra cidade italiana. Mas ele também afirmou que sua “morte” aconteceu cedo: quando da derrota do *popolo minuto* em 1382. Waley foi talvez mais pessimista. Para ele, “não é sempre fácil traçar uma clara linha divisória entre uma república sob uma forte oligarquia, e uma *signoria* propriamente dita.”⁴¹³ Mais: alguns regimes “populares” foram iniciados por “alguns dos homens mais poderosos da cidade”,⁴¹⁴ levantando dúvidas sobre a verdadeira natureza destes regimes. E ele citou a “melancolia e o justo grito de Dante, escrito em torno de 1313: ‘as cidades italianas estão cheias de tiranos’.”⁴¹⁵

Entretanto, é difícil evitar a inferência de que esta compressão de todas as classes sociais no meio urbano favoreceu uma organização política que, pelo menos num nível local, fez o poder mais permeável a todas as camadas do sistema social, como comentado acima. Parece assim que, quanto à vida social, testemunhamos na Itália uma clara manifestação do paradigma da urbanidade, pelo qual não se conferem, às classes sociais, rótulos infra-estruturais ou superestruturais absolutos, e pelo qual as fronteiras entre elas não são claras. A seguir, veremos como esta urbanidade se reproduz no que diz respeito ao sistema de encontros sociais das cidades-repúblicas.

⁴¹² Waley (1978), op. cit., p. 64.

⁴¹³ Idem, p. 140.

⁴¹⁴ Waley está aqui citando um cronista da época, in *Ann. Gen.*, IV, pp. 25-8.

⁴¹⁵ De Dante, na *Divina Commedia - Purgatorio*, VI, 124-5.

VIDA ESPACIAL

A urbanização da Itália feudal, pelo que as cidades freqüentemente apresentavam representantes de todas as classes sociais dentro de suas muralhas, contrasta fortemente com a estrita correspondência entre determinadas classes e determinados lugares na França feudal. As cidades-repúblicas constituíram também um quadro completamente diferente, quanto ao sistema de encontros das classes sociais, particularmente se considerarmos o campesinato e a nobreza. Na França, nenhuma das classes se inseria em sistemas de encontros grandes, densos e seculares, como nas cidades-repúblicas. Claro que a vida social nestas últimas não era constituída por um único princípio de arranjos sociais. A seguir, concentrarei a atenção nos arranjos sociais do campesinato e da nobreza, pois é aqui que os contrastes com a França se mostram mais claramente.

Os camponeses, mesmo quando espacialmente baseados nas cidades, não aproveitavam completamente da vida urbana, pois eles estavam ausentes na maior parte dos dias de trabalho. Entretanto, sua situação é marcadamente distinta daquela dos camponeses franceses, onde tínhamos, por um lado, os pequenos arranjos da vida nas vilas, e, para além disto, os contactos assimétricos com os habitantes dos castelos, onde os camponeses tinham de pagar as *corvées* vários dias por semana, em condições novamente de pequenos arranjos, mas neste caso, fortemente hierárquicos. Nada como o “ar da cidade que faz os homens livres”, que os camponeses italianos tinham a oportunidade de respirar, ainda que de maneira limitada. É verdade que os camponeses franceses também pertenciam a arranjos simétricos maiores organizados em torno das paróquias rurais, mas as condições oferecidas pelas cidades italianas para o encontro diário com um número maior de trabalhadores, certamente faziam diferença.

Talvez a peculiaridade fundamental dos arranjos da nobreza italiana, quando comparada à francesa, resida no fato de que a primeira estava diariamente inserida na comunidade virtual das cidades. Mas a fragmentação política feudal e a rivalidade também se mostravam aqui com grande força. Assim, as guerras ferozes entre famílias, agora trazidas para dentro do âmbito urbano, eram endêmicas. As cidades eram freqüentemente divididas em quarteirões, entendidos como áreas de influência das famílias mais importantes, mas estas divisões eram mais categóricas do que físicas. Como

veremos na próxima seção, elas não se faziam notar nos padrões espaciais. Ainda assim, a incorporação das dimensões infra-estruturais e superestruturais da ordem social no seu modo de vida, acontecendo no ambiente urbano, fazia os nobres se inserirem numa rede de encontros muito mais densa do que seus equivalentes franceses.

Isto não quer dizer que os nobres italianos dispensaram completamente uma solidariedade transpacial mais ampla. Pelo contrário, como os partidos Guelf e Ghibel-line bem ilustram, eles projetavam suas respectivas “lealdades” por todo o território central e norte do país, e mesmo para além dele: o leitor recordará que estas lealdades estavam respectivamente relacionadas aos desígnios de poder do Papado e do Império Germânico. O poder conseguido por meio desta solidariedade transpacial, apoiava a proeminência dos nobres no governo das comunas, particularmente na fase das *signorie*, como Waley observou muito claramente: as *signorie* conseguiam manipular uma “estrutura diplomática formidável”, que construía as pontes com aquelas forças externas, mas sua subida ao poder pagava um preço muito elevado, pois aquelas forças passavam a ter uma influência direta na indicação dos dirigentes de muitas destas comunas.⁴¹⁶

Agora, é interessante observar que as razões para o sucesso das cidades-repúblicas parecem ter sido, ao mesmo tempo, as razões para o seu fracasso. Parece ter havido uma contradição no sistema de arranjos que duraria por séculos. Por um lado, a reunião massiva de capitais, incluindo aqueles originados da exploração do campo por parte dos nobres, permitia aos magnatas urbanos (i.e., nobres + mercadores) estender seus laços transpaciais a enormes distâncias, dos portos da Síria e do norte da África, passando pela França, Países Baixos e Inglaterra, até a Europa central e do leste.⁴¹⁷ Por outro lado, o próprio fortalecimento das cidades, que incluía a urbanização da nobreza, criava um particularismo local pelo qual a solidariedade espacial era reforçada, tornando impossível este “localismo” ser derrotado por uma força unificadora nacional a curto prazo. Acrescente-se a isto as circunstâncias históricas pelas quais a Itália central e do norte estava imprensada entre o Papado e o Império, jogando as facções feudais umas contra as outras, favorecendo assim a velha fragmentação política.

⁴¹⁶ Waley (1978), op. cit., p. 134.

⁴¹⁷ Idem, p. 18.

Apesar do localismo apontado, esta notável concentração de diversas classes sociais no meio urbano, junto com uma forte constituição de arranjos sociais horizontais em todas as categorias sociais, faz das cidades-repúblicas talvez um dos exemplos mais fortes do paradigma da urbanidade em toda a história.

PADRÕES ESPACIAIS

As plantas de cidades como Florença, Siena, San Geminiano, Milão e Gubbio (Fig. 5.14, 5.18, 5.24, 5.27 e 5.28), ilustram os invariantes referidos por Benévolo, assim como as diferenças que surgiram de acordo com as circunstâncias históricas. Algumas das características mais importantes destes exemplos serão comentadas a seguir.

É em Florença que a malha ortogonal romana é mais claramente visível, mas também se nota como os tempos medievais interferiram na ortogonalidade do esquema urbano anterior. Os quarteirões foram subdivididos, gerando tanto um sistema convexo como um sistema axial mais segmentados. Ainda assim, exemplos de espaços não-distributivos são muito raros, constituídos apenas por pequenos becos-sem-saída. A “multiplicidade de diversos centros”, à qual Benévolo se referiu, é claramente visível na Fig. 5.14, mas o ponto interessante é que nenhum deles era privilegiado por elementos especiais da configuração global da cidade. Florença é um exemplo notável de como os monumentos principais da cidade se inserem “instrumentalmente” no tecido urbano, para usar os termos de Hillier: não chega a ser necessário desenharmos um mapa axial para verificar que a maioria dos eixos tangenciariam os edifícios mais importantes, “sugerindo o movimento para além do ponto onde as linhas atingem o edifício.”⁴¹⁸ Uma maior sincronia convexa foi introduzida no medievo mais tardio, acentuando a importância tanto da Catedral como do Pallazo Vecchio, quando a autoridade pública começou a se fortalecer. Mas o sistema espacial de Florença era ainda preponderantemente organizado por meio de princípios locais. Em geral, os edifícios públicos se localizavam em quarteirões contíguamente com construções domiciliares.

Estas mesmas características são encontradas em Siena, apenas por meio de princípios muito mais locais: os sistemas convexo e axial são ainda mais segmentados,

⁴¹⁸ Hillier (1989), op. cit., p. 11.

mas novamente encontramos a sincronização dos espaços do entorno da Catedral e, de maneira mais significativa, do Pallazo Publico, na Piazza del Campo (Fig. 5.19). Esta última é um exemplo notável de como o fechamento visual foi obtido, mantendo-se entretanto uma forte integração sintática da praça com as ruas do entorno, através de passagens sob os edifícios ao seu redor (a planta na Fig. 5.20 e a fotografia na Fig. 5.21 ilustram isto).

As plantas de San Geminiano (Fig. 5.24), Milão (Fig. 5.27) e Gubbio (Fig. 5.28), também ilustram a inserção dos edifícios públicos mais importantes em bairros predominantemente residenciais. Vale notar que, mesmo no caso de uma cidade maior, como Milão, princípios locais de organização espacial ainda eram generalizados. Entretanto, estamos longe de um esquema “labiríntico”, como é o exemplo teórico ilustrado na Fig. 7.80: diferenciações na planta de Milão eram garantidas por meio de longas linhas axiais que conectavam algumas das entradas da cidade ao seu centro. É também possível observar que estas diferenciações também estão presentes nos outros exemplos citados acima.

Estes princípios locais de padrões espaciais nas cidades-repúblicas também resultaram em arranjos altamente simétricos. A correspondência entre grupos de famílias e determinados bairros, como comentada na literatura, não aparece no esquema físico: o espaço era distributivo generalizadamente, assim minimizando a categorização social referida.

Portanto, também em termos dos padrões espaciais, como no caso da vida social e da vida espacial, dificilmente poderíamos pensar em esquemas mais urbanos: pequena quantidade de espaços abertos em face da área total; máxima contigüidade entre as edificações, independentemente de seus rótulos; espaços abertos intensamente constituídos; um sistema axial “equilibradamente” deformado, pelo que temos um grande número de curtas linhas axiais, e algumas linhas longas que permitiam uma penetração fácil do estranho até o próprio coração da cidade etc.

SÍNTESE: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL ITALIANA

A seguir, uma síntese reúne as principais características da formação sócio-espacial italiana:

a) concentração de membros de todas as classes sociais no meio urbano, fazendo deste último um microcosmo de toda a sociedade;

b) situação ambígua quanto à relação entre as dimensões infra-estrutural e superestrutural da ordem social, e as classes sociais, o que incluía a ascendência ao poder mesmo às camadas menos privilegiadas da sociedade;

c) arranjos sociais grandes, baseados no espaço, caracterizando a vida de todas as classes sociais nas cidades, apesar das diferenças em função da inserção variada das classes na vida urbana, como entre os artesãos e os camponeses;

d) enorme âmbito do sistema de encontros transpaciais do grupo dominante, pelo que a economia expandiu-se espacialmente em níveis sem precedência;

e) divisão do sistema de encontros transpaciais dos grupos dominantes no nível regional, favorecendo o fortalecimento de um sistema local de encontros e a superposição de poderes externos à política urbana local;

f) padrões espaciais distributivos e simétricos generalizadamente, mas com um grau significativo de diferenciação obtido pela maior sincronização local do espaço no entorno dos edifícios públicos, assim como pela existência de linhas axiais mais longas ligando a periferia das cidades ao seu centro.

Entre os estudos de caso examinados que ilustram o paradigma da urbanidade - os Hopi, os Ashanti, a Itália - o último parecem ter constituído o exemplo mais puro. Por um lado, as *kivas* Hopi, embora imersas no espaço aberto das vilas, eram frequentemente estruturas isoladas, estabelecendo uma relação contrastante com o resto dos edifícios. Por outro lado, as vilas Ashanti, embora densas e contínuas, investiram na não-contiguidade entre os complexos das famílias individuais, que frequentemente coincidiam com as ilhas espaciais do assentamento. Como vimos, não temos nem uma coisa nem outra nas cidades-repúblicas italianas: a contigüidade é maximizada e a diferenciação que se obtém no que diz respeito aos edifícios públicos resultam mais da tipologia edilícia do que de suas propriedades configuracionais, i.e., das suas relações sintáticas com outros edifícios e com o sistema de espaços abertos como um todo.

A urbanidade dos padrões espaciais das cidades italianas vem junto com a urbanidade dos dois outros níveis, ou seja, da vida social e da vida espacial. Isto é mais

interessante ainda porque não estamos mais lidando com sociedades com processos de divisão de trabalho relativamente simples, mas com uma formação de estado consolidada, com classes sociais claramente definidas, do ponto de vista econômico. A seguir, resumirei as principais idéias do capítulo, ao comparar conclusivamente os estudos de caso francês e italiano.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 5

Se o caso francês parece constituir um exemplo paradigmático do espaço de exceção, o caso italiano parece igualmente constituir um exemplo paradigmático do pólo oposto: o âmbito sócio-espacial por excelência da urbanidade.

Argumentei que a França e a Itália, durante o período estudado aqui, de um ponto de partida relativamente comum, desenvolveram estruturas espaciais notavelmente diferentes, quase que opostas. Foi com a expansão demográfica iniciada no século XI, com a correspondente distribuição das pessoas no espaço e a construção das estruturas físicas para abrigá-las, junto com os processos sociais que aquelas pessoas levavam a efeito, que elas começaram a divergir. Na Itália, o processo levou à concentração nas cidades de grandes grupos de pessoas constituídos por todas as classes sociais. Na França, desenvolveu-se uma forte correspondência entre determinadas categorias sociais e o espaço que elas habitavam, no nível maior da formação dos assentamentos: camponeses no campo, burgueses nas cidades, nobres nos castelos, clero nos mosteiros.

Nenhuma classe dominante mantém o poder sem conseguir utilizar o fundo cerimonial em seu próprio benefício, quaisquer que sejam os artifícios para tanto. Estes artifícios mudam de acordo com a sociedade em questão. Na França, a aristocracia da terra conseguiu não apenas se apropriar do produto excedente do campesinato, mas também capturar uma boa parte do capital gerado pelo comércio, sem concretamente se envolver numa participação direta na renascente economia urbana. Na Itália, pelo contrário, eles conseguiram manter sua posição de força, junto com um direto envolvimento nas cidades. Temos assim dois perfis de classe completamente diferentes, quanto às suas relações com as dimensões infra-estrutural e superestrutural da ordem social, e estes perfis confirmam a lógica do espaço de exceção que venho discutindo. Entretanto,

mais do que isto, este estudo de caso feudal sugere uma conjectura que pode esclarecer mais um ponto quanto à lógica espacial das sociedades. Uma conjectura que, embora exigindo estudos complementares para que seja verificada com maior rigor, gostaria de oferecer ao leitor, como se segue.

Na França, os castelos servem à perfeição à descrição de mais uma versão do espaço de exceção: estas estruturas isoladas no campo eram ao mesmo tempo capitais administrativas, sedes da justiça, centros de consumo de uma elite e seu séquito, palco de cerimônias, expressões de poder e orgulho. Esta correspondência entre elementos espaciais isolados e dimensões superestruturais da ordem social vinham junto com a existência de uma classe simbólica fortemente isolada do resto da sociedade, mas, ao mesmo tempo, envolvida num forte sistema de encontros transpaciais. Este quadro corresponde, na França, a uma maneira mais rápida de estruturação do estado nacional, construído nas fundações da forte natureza transpacial da classe dominante.

Na Itália, não existiam espaços de exceção, e nem houve uma classe dominante fortemente impermeável. A “urbanização” da nobreza, que significou para ela não apenas vir morar nas cidades, mas concretamente misturar-se com classes sociais tipicamente urbanas, significou que a localização do poder não estava mais no campo. Significou também que um número muito maior e diversificado de pessoas tinham um direto envolvimento na política. Vimos como as cidades-repúblicas eram um microcosmo da sociedade inteira, e como a fragmentação política assumiu aqui o caráter de uma inclinação endêmica no sentido da coincidência entre autonomia política e o espaço circunscrito pelas muralhas da cidade. Isto oferece um claro contraste com a França, pois na última o jogo político dominante acontecia fora das cidades, e a política se dava quase que exclusivamente na base da solidariedade transpacial da nobreza, naturalmente envolvendo um número menor e muito mais bem circunscrito de pessoas.

Do ponto de vista dos arranjos sociais, temos dois princípios completamente diferentes de organização em funcionamento. Na França, a política se localizava principalmente num grupo organizado fortemente de maneira transpacial, mas disperso em pequenos grupos espaciais. Na Itália, acontecia o oposto: apesar das lealdades Guelf e Ghibelline, a política se localizava principalmente nos grandes grupos espaciais circunscritos pelas muralhas da cidade. É útil nesta altura da discussão recordar autores

como Service e Giddens, para quem a evolução da ordem social tem a ver com a maior habilidade das sociedades de desenvolver mecanismos de integração social que reúnam um número cada vez maior de pessoas.⁴¹⁹ Ambas eram sociedades feudais, mas aparentemente foi mais fácil para os franceses organizarem um estado nacional cuja estrutura de poder se baseava num grupo social numericamente pequeno e homogêneo (apenas a nobreza), do que para os italianos, cuja estrutura de poder se baseava num grupo significativamente maior e diferenciado (aristocracia *cum* burguesia, incluindo até mesmo segmentos populares), localizado nas cidades-repúblicas.

Se isto, por um lado, fortaleceu a posição das cidades com relação aos imperadores germânicos ao norte, e ao Papado ao sul, evitando que houvesse sobre elas um controle direto por parte de qualquer poder externo (embora, como vimos, existisse uma conciliação com estas forças externas, quanto à indicação dos mandatários locais), por outro lado revelou uma “fraqueza” que teve conseqüências duradouras: o estado nacional italiano seria formado apenas no século XIX, portanto cerca de 600 anos depois do francês. Parece que uma maior solidariedade transpacial entre os italianos - i.e., a formação do estado nacional - não podia residir apenas na superestrutura, como foi o caso da França. Tinha de esperar pelo aparecimento de instituições de integração societal relacionadas ao fortalecimento do mercado capitalista, de maneira a organizar a sociedade numa escala maior, por meio tanto da infra-estrutura *como* da superestrutura. Entretanto, tal “fraqueza” parece ter correspondido a um grau muito menor de impermeabilidade entre as classes sociais: o poder da aristocracia italiana seria sempre acompanhado de perto pelo *popolo* das cidades-repúblicas, mesmo por parte de suas camadas mais inferiores - afinal, embora durando apenas alguns dias, foi em Florença, em 1378, que o proletariado assumiu o poder pela primeira vez na história...⁴²⁰

No capítulo seguinte, voltarei ao meu ponto de partida. Veremos que a sociedade brasileira é um notável exemplo no qual a integração societal tem historicamente sido conseguida por meio de um forte investimento em, e uma grande impermeabilidade de, artifícios superestruturais. Por séculos, o estado brasileiro não precisou de integração econômica para se realizar como tal. Argumentarei que Brasília é um elemento constituinte desta estratégia.

⁴¹⁹ Como em Service (1971), op. cit., e Giddens (1986), op. cit.

⁴²⁰ Como comentado acima. (Schevil (1937), op. cit., p. 277.)



Fig. 5.1. Reconstrução da vila de Dracy, Costa do Ouro, França, como ela pode ter existido no século XIV.



Fig. 5.2. Castle of Langeais, 994 AD



Fig. 5.3. Castelo de Loches, final do século XI.

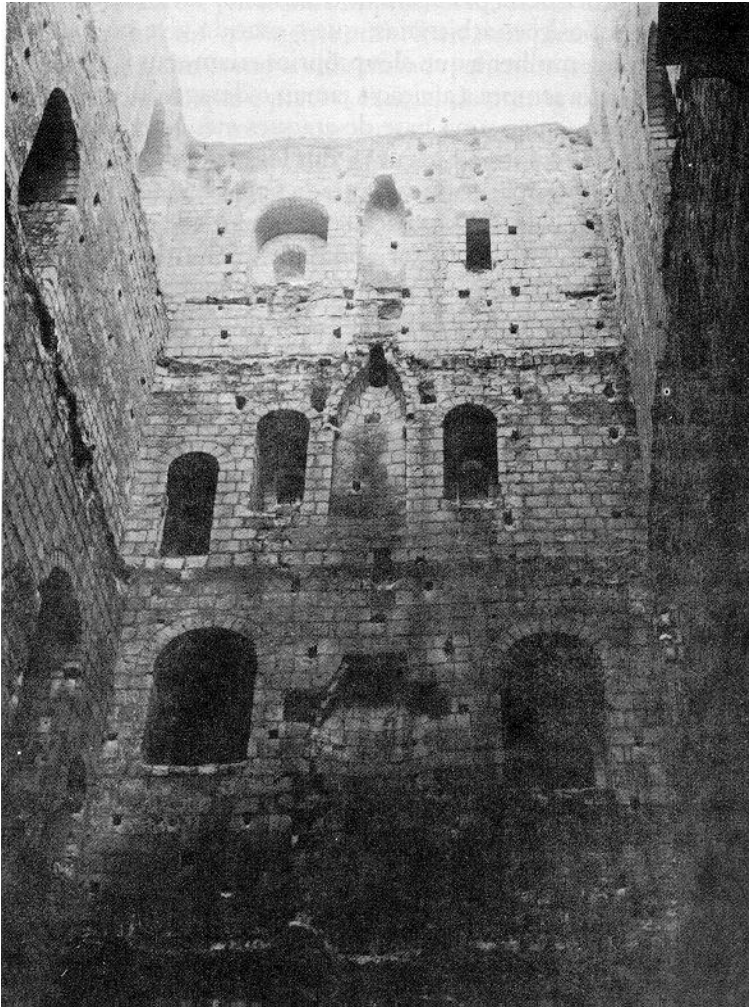


Fig. 5.4. Vista interior das ruínas do *donjon* do castelo de Loches, final do século XI.

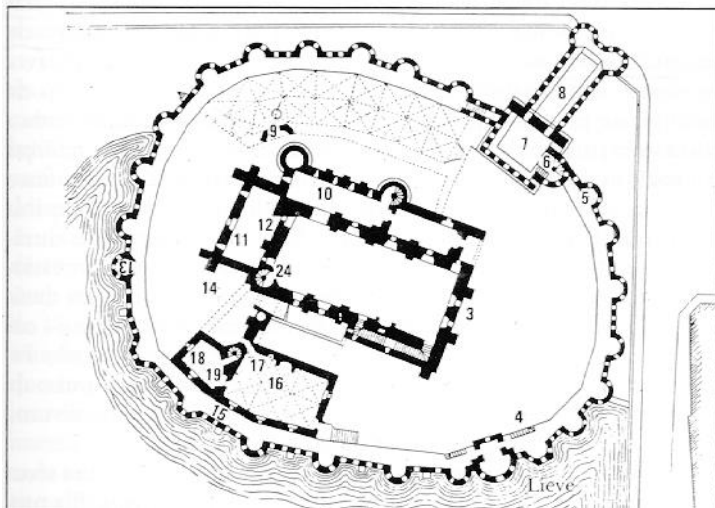
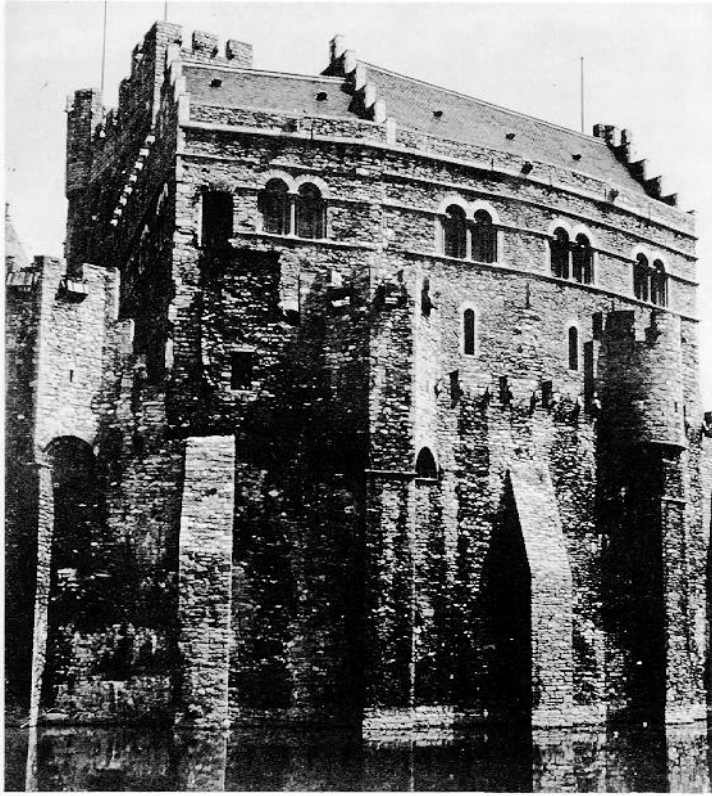


Fig. 5.5. Castelo de Gand, Flandres, modernizado depois de 1180.

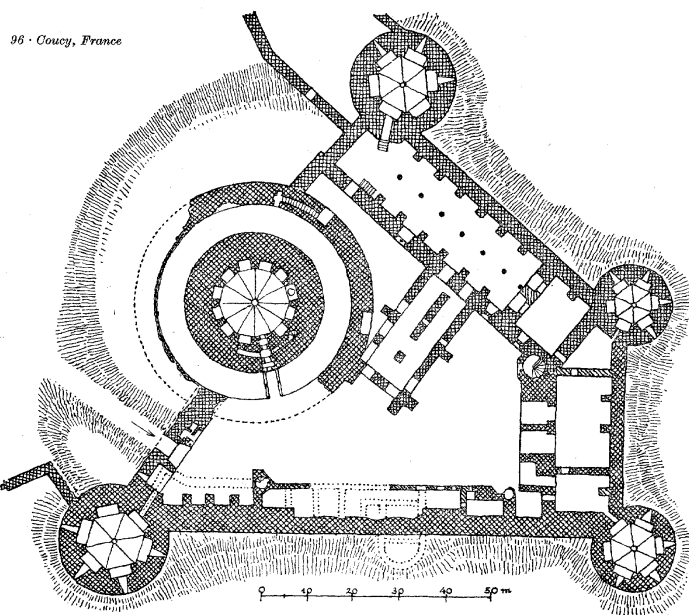


Fig. 5.6. Castelo de Coucy, construído nos anos de 1225-1230. Planta.

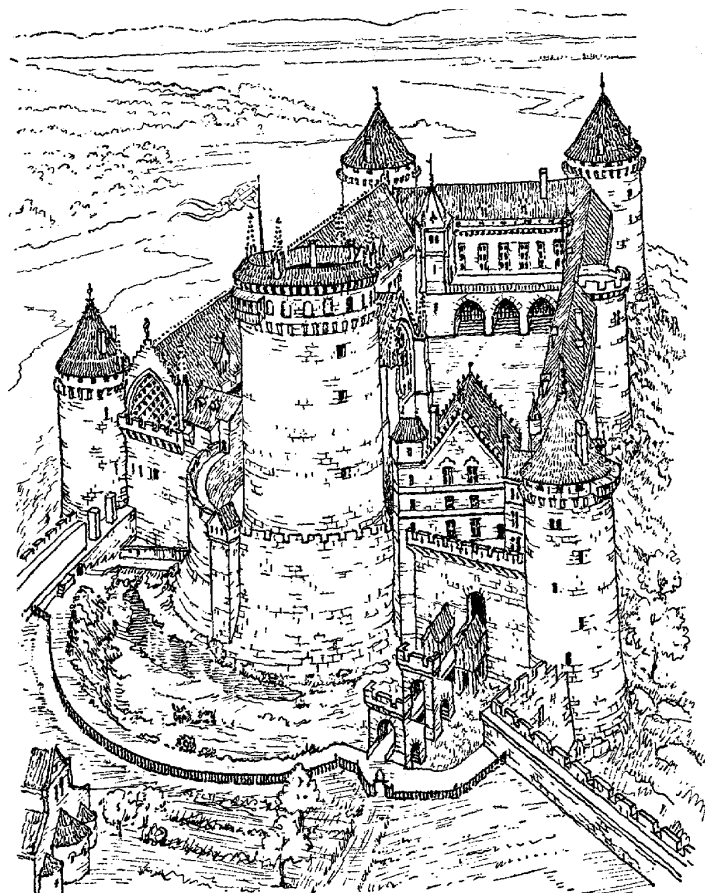


Fig. 5.7. Castelo de Coucy, 1225-30. Reconstrução segundo Tuulse.

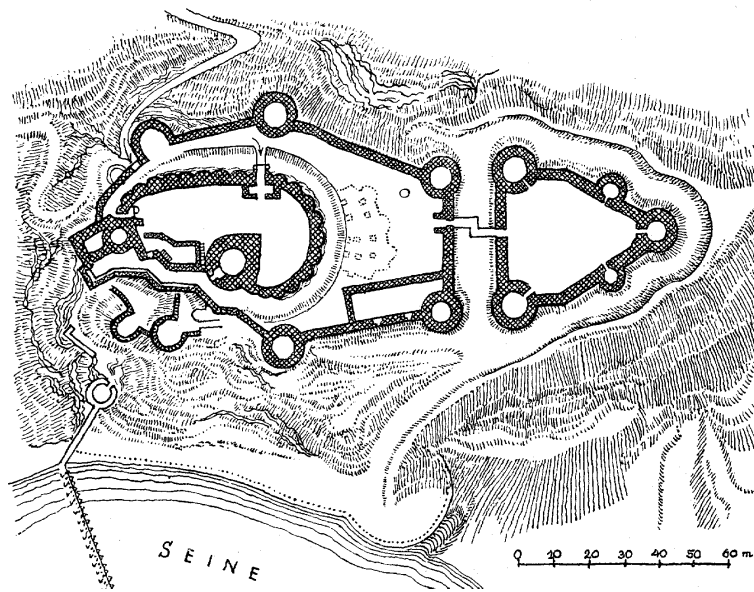


Fig. 5.8. Castelo Gaillard, 1198.



Fig. 5.9. Castelo Gaillard, 1198. Vista das ruínas.

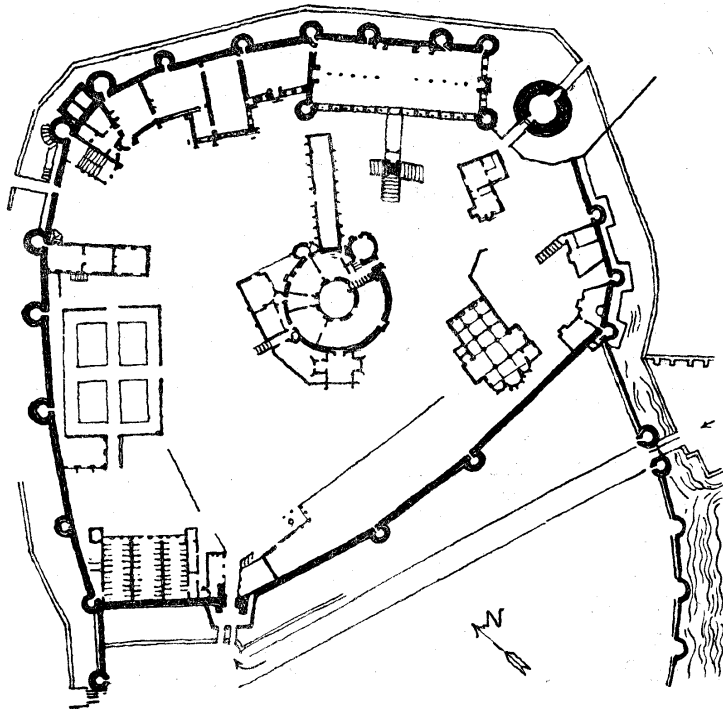


Fig. 5.10. Castelo de Montargis, iniciado no século XIII. Planta.

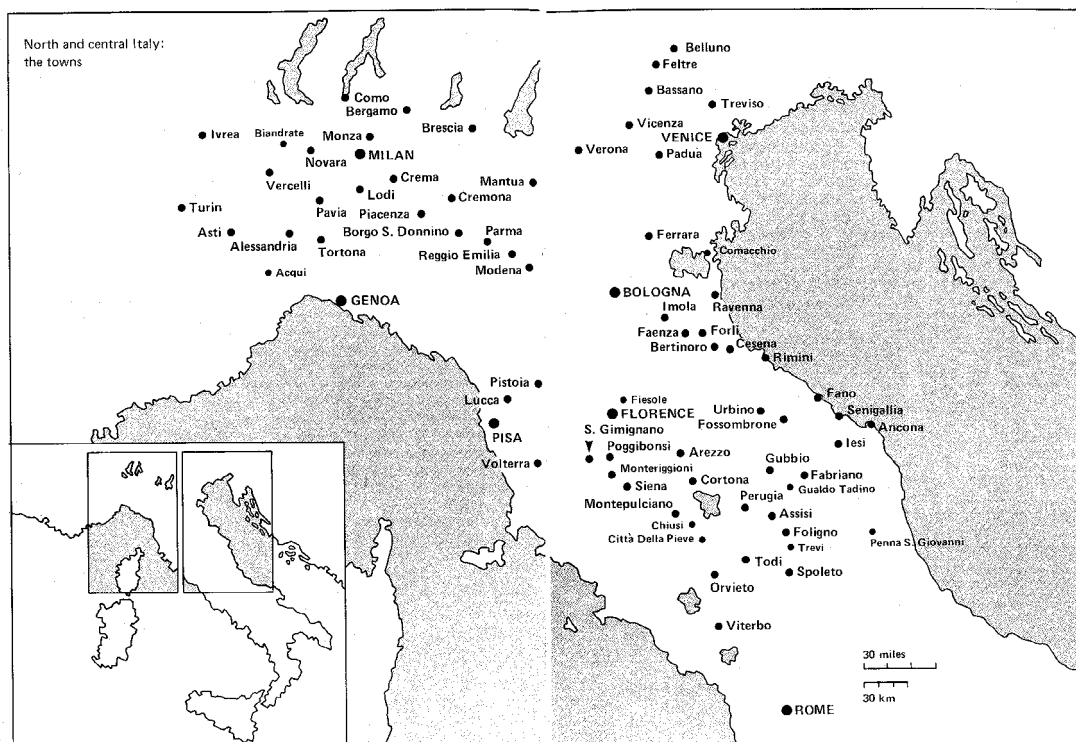


Fig. 5.11. Central and Northern Italy medieval towns.

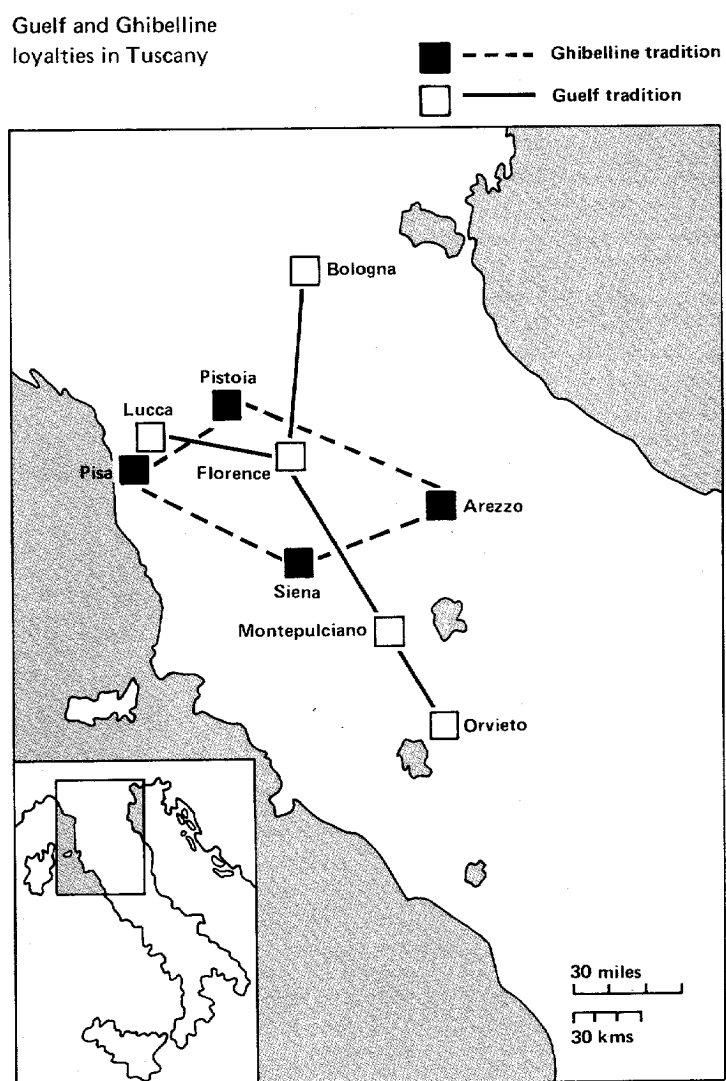


Fig. 5.12. Exemplos de cidades pertencentes às “lealdades” Guelf e Ghibelline.

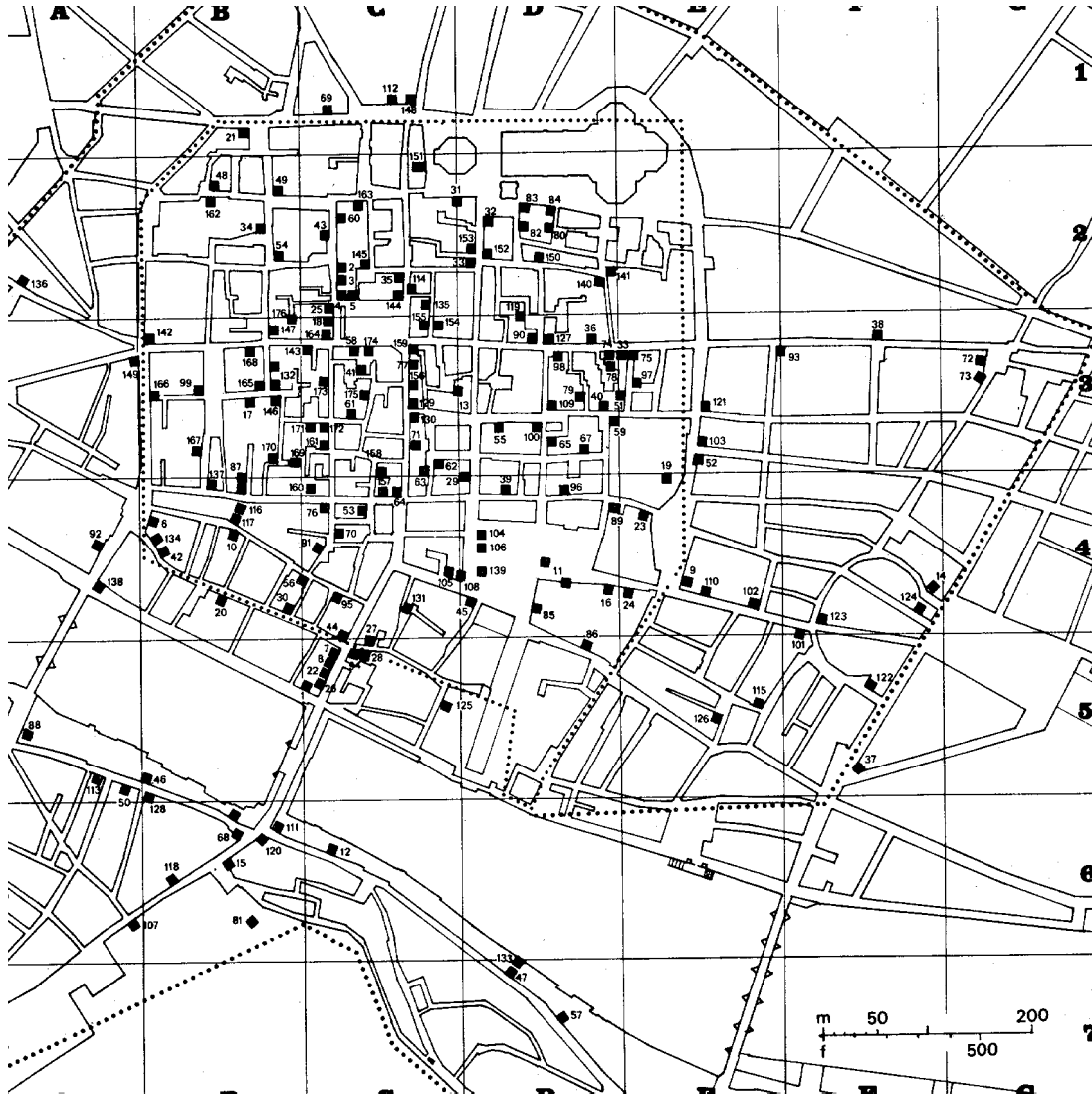


Fig. 5.13. Florença. Planta da área central, mostrando as torres citadas em documentos dos séculos XII a XV - números de 1 a 28, entre meados do século XII e meados do século XIII; números 29 a 151, entre meados do século XIII e o final do século XIV; números 152 a 176, referidos em documentação do século XV.

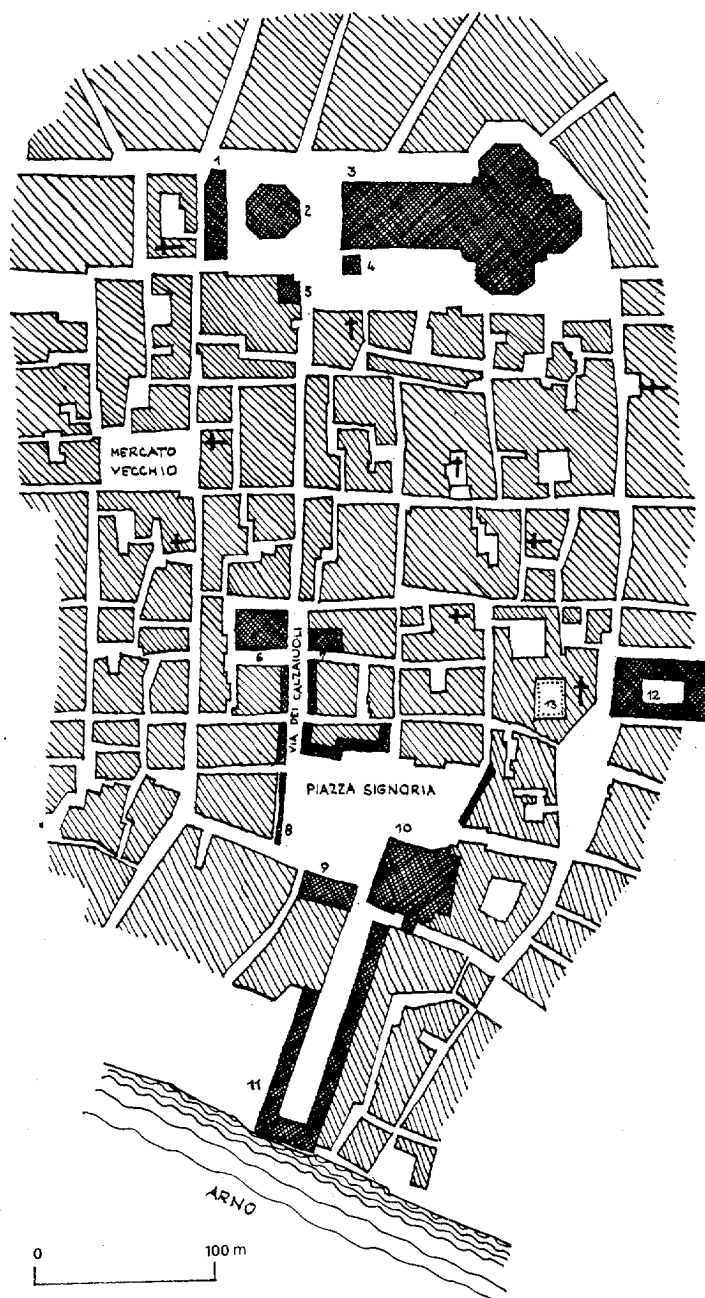


Fig. 5.14. Florença. Planta da nova área central depois das intervenções urbanísticas do século XIII.



Fig. 5.15. Uma vista do Palácio do Povo (ao fundo), com sua torre, Florença.



Fig. 5.16. Uma vista do Palácio Vecchio, na Praça da Signoria, Florença.

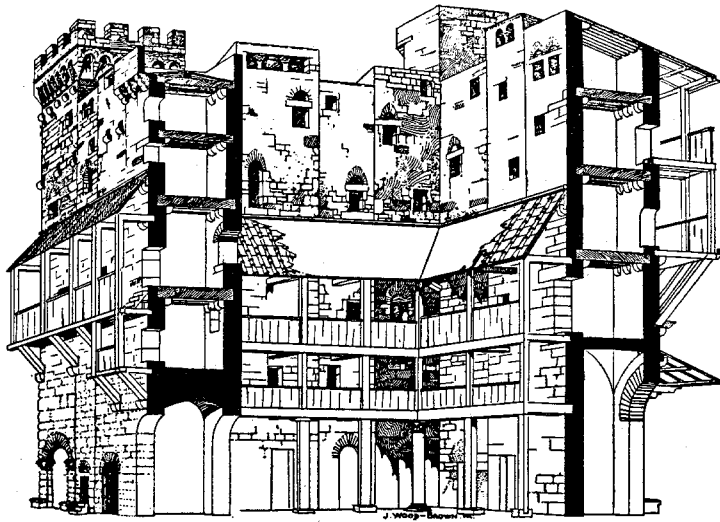


Fig. 5.17. Casas-torre em Florença, pertencendo a uma família extensa, formando um quarteirão urbano com um pátio.

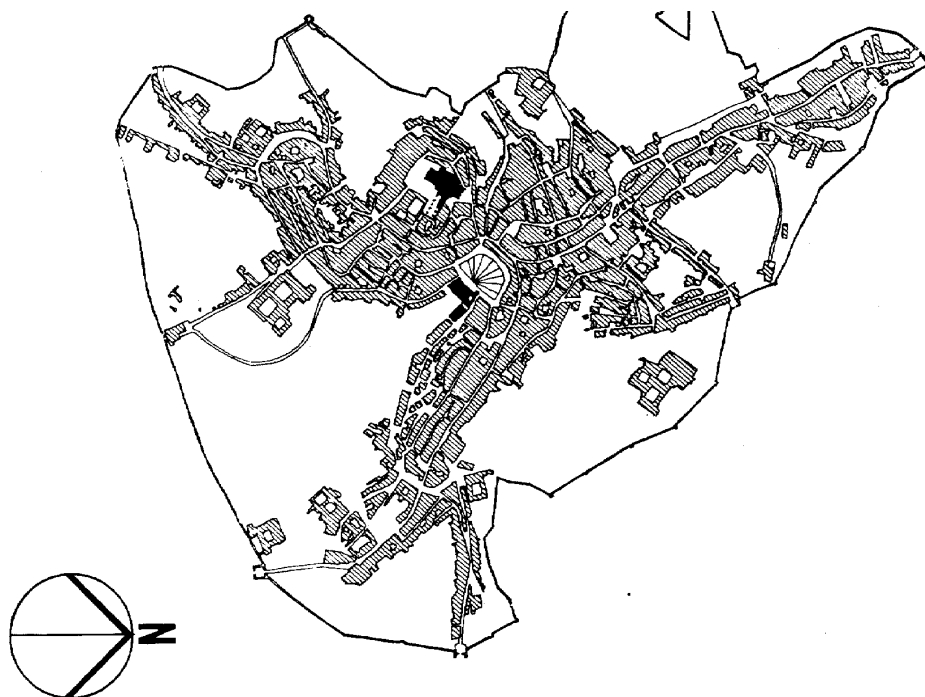


Fig. 5.18. Siena. Planta. Palácio Público e Catedral estão marcados em escuro.



Fig. 5.19. Siena. Os três principais espaços públicos abertos claramente se distinguem: a praça da Catedral (em primeiro plano), a Praça do Campo e a Praça do Mercado (ao fundo, esquerda e direita, respectivamente).

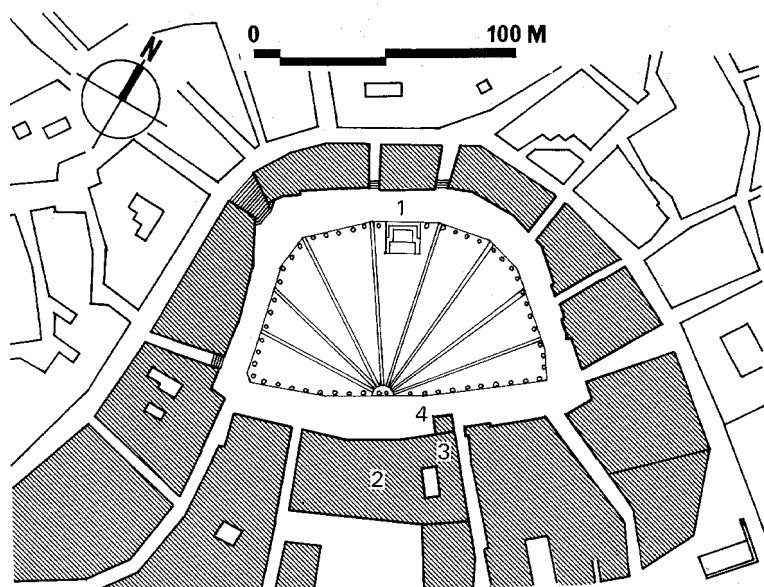


Fig. 5.20. Praça do Campo, Siena. Planta, mostrando as passagens públicas por debaixo dos edifícios que circundam a praça.

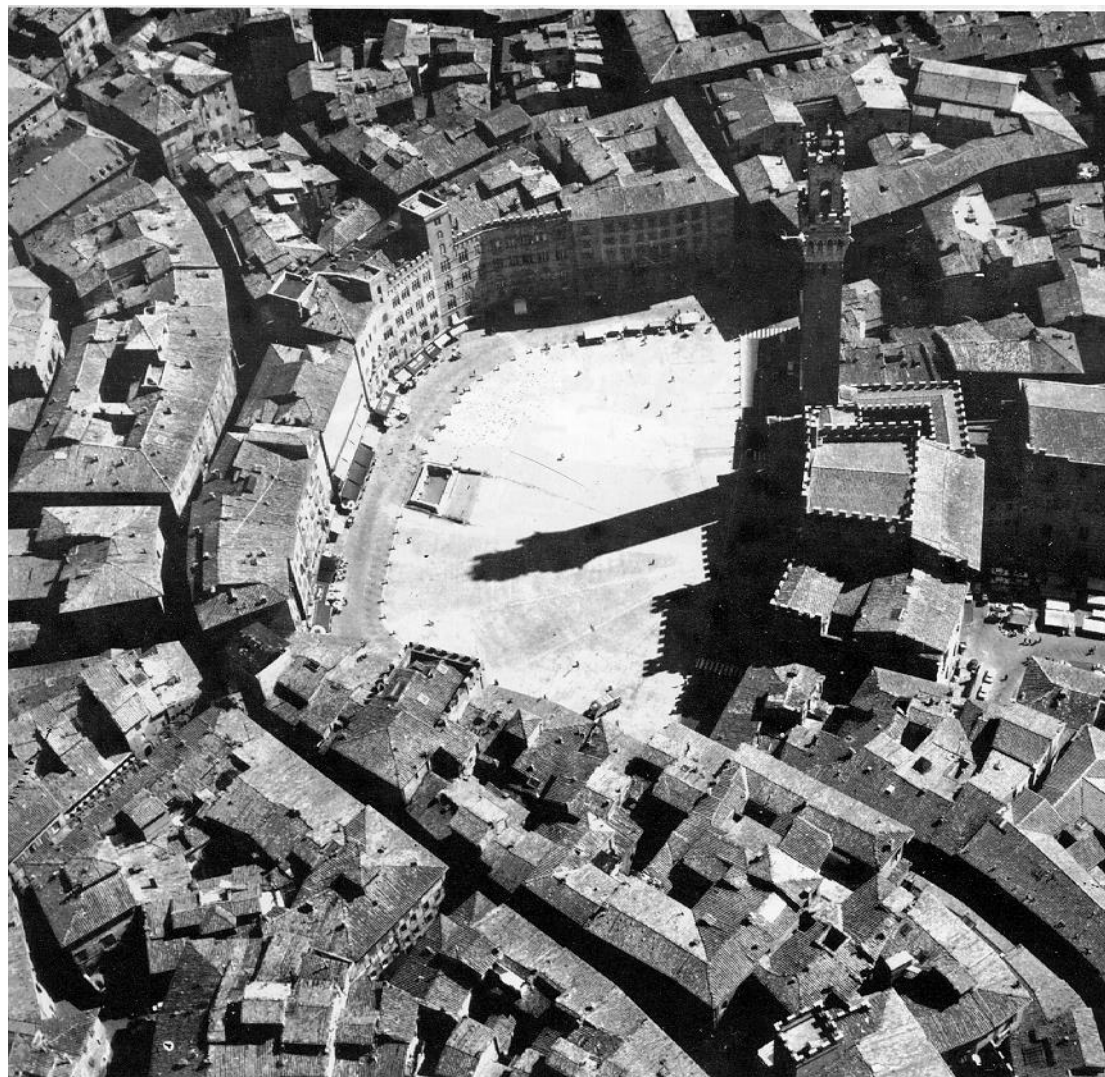


Fig. 5.21. Siena. Vista aérea da Praça do Campo.

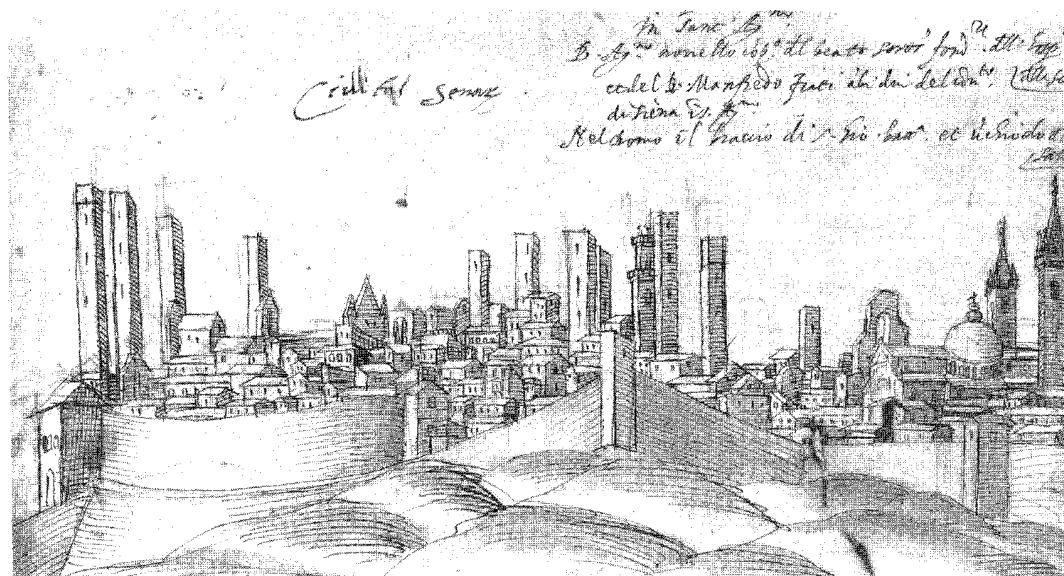


Fig. 5.22. Linha do horizonte de Siena, de um desenho do século XVI.



Fig. 5.23. Linha do horizonte de Orvieto, de uma gravura do século XVI.

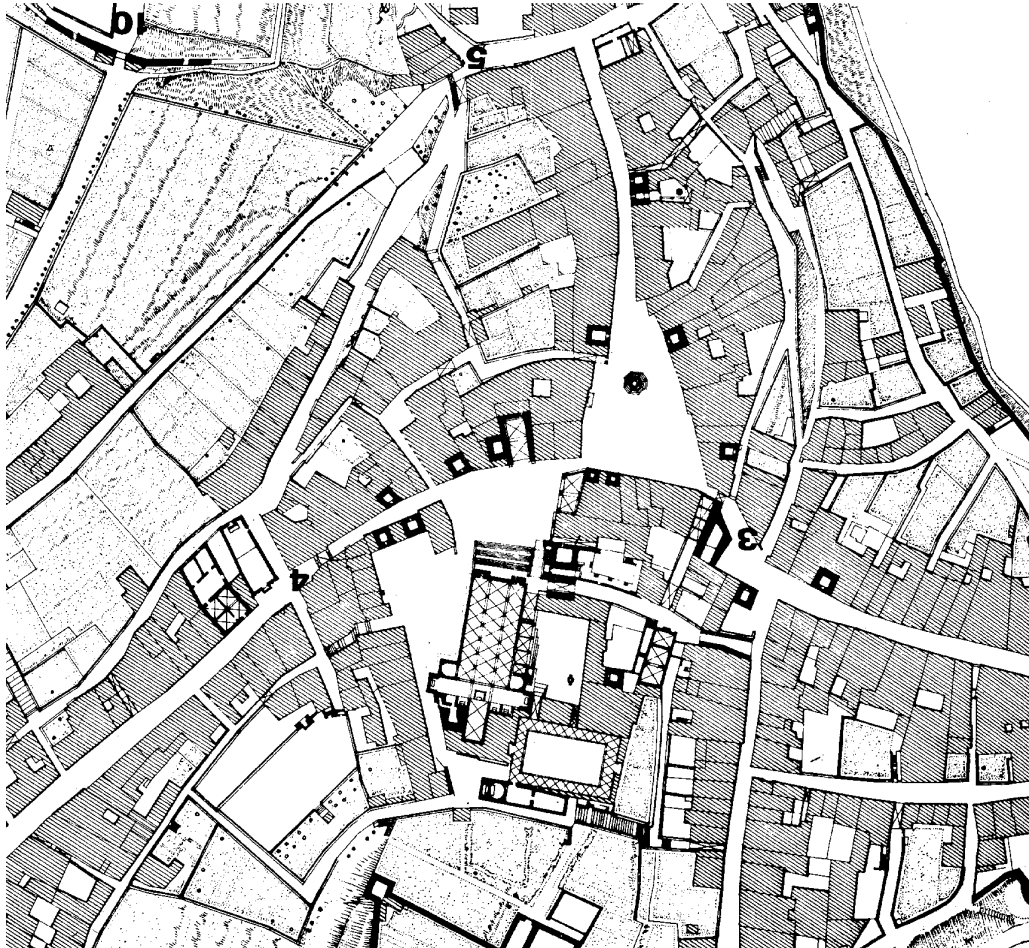


Fig. 5.24. São Geminiano. Planta da área central.



Fig. 5.25. São Geminiano. Vista aérea, mostrando as torres remanescentes e alguns dos espaços públicos abertos mais importantes.



Fig. 5.26. São Geminiano. Vista.

A large city-commune:
medieval Milan



Fig. 5.27. Milão. Planta.

A typical small commune:
medieval Gubbio

Walls
Water

Built-up area
Churches
Open spaces

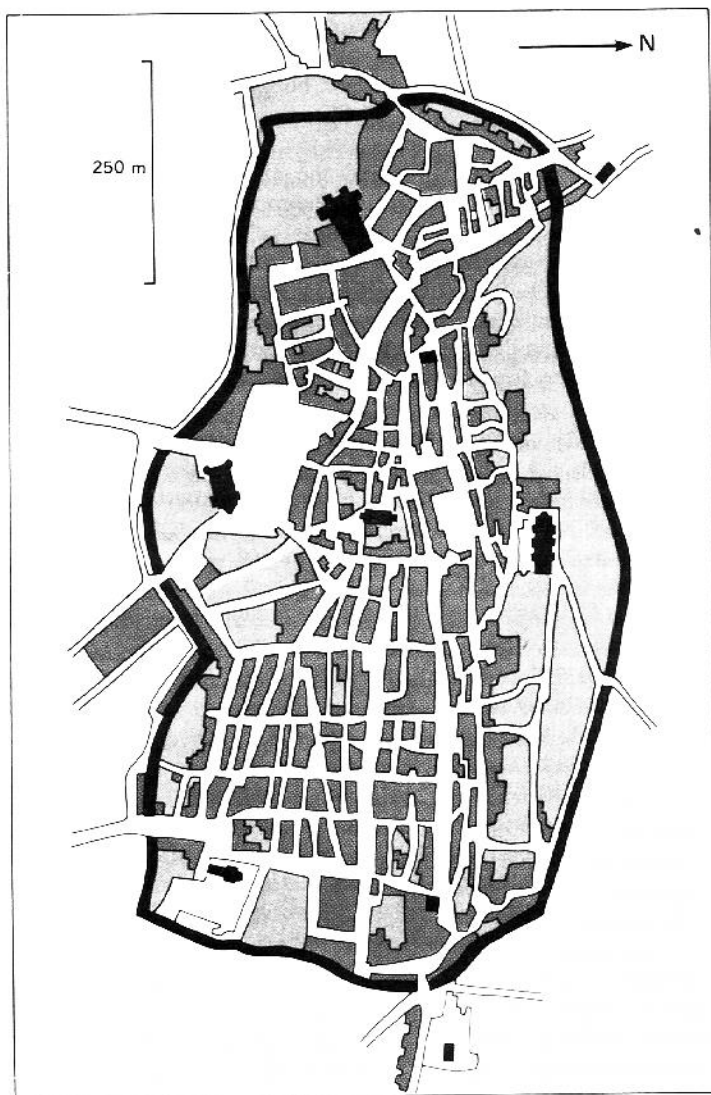


Fig. 5.28. Gubbio. Planta.

PARTE III. BRASÍLIA

“Como jóia fulgurante, a cidade jazia sobre o seio de deserto. (...) Haviam-se esquecido de muitas coisas, mas não o percebiam. Estavam tão ajustados ao meio ambiente em que vivem como este a eles - pois tinha sido projetados em conjunto. O que existia além dos muros da cidade não lhes interessava, era algo que tinha sido como que varrido de suas mentes.”

Arthur C Clarke⁴²¹

⁴²¹ Clarke, Arthur C (1979 (1956)) *A cidade e as estrelas*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro (Tradução de Donaldson Garschagen).

6. A CAPITAL E O ESPAÇO NACIONAL

INTRODUÇÃO

Os dois capítulos da *Parte III* deste trabalho nos trarão de volta ao ponto de partida: Brasília. Este capítulo, como um todo, tem o caráter das seções intituladas “revisão de descrições e opiniões prévias” que o leitor encontrou no início dos capítulos precedentes, só que aqui isto se limitará à discussão da Capital como um evento particular na realidade sócio-espacial global do país. No Capítulo 7 haverá uma mudança de escala, onde tratarei do âmbito sócio-espacial da própria Capital.

Após uma breve introdução histórica, este capítulo discutirá as questões principais da vida social, nos termos que aqui adoto, que estão relacionadas à construção da Capital. Novamente, meu objetivo não poderia ser construir uma nova interpretação da história brasileira, mas somente rever alguns estudos consagrados sobre o assunto, tomando deles aqueles aspectos que parecem estar relacionados à natureza de Brasília como um exemplo de espaço de exceção. Para tanto, tratarei das relações históricas entre infra-estrutura e superestrutura no Brasil, da natureza segmentária da economia brasileira até o século 20, da “integração nacional” que as relações capitalistas em consolidação passaram a exigir desde os anos 1930 e mais particularmente dos anos 1950 em diante, e da natureza do Estado Brasileiro em suas relações com as classes sociais e a economia. O leitor terá notado que, *mutatis mutandis*, essas são exatamente as questões que abordei nos capítulos da *Parte II*, no que diz respeito aos aspectos da vida social.

A atual capital brasileira começou a ser construída em 1956, mas a idéia de sua construção é muito mais antiga. As primeiras referências datam do final do século XVIII⁴²² e já em 1823 a idéia era formalmente apresentada à Assembléia Geral do Império por José Bonifácio. Dizia-se, em poucas palavras, que a transferência faria da Capital um lugar mais seguro, que ela absorveria os excedentes populacionais da costa,

⁴²² Uma história detalhada da idéia é oferecida in Presidência da República (1960) *Brasília, história de uma idéia*, Presidência da República/Serviço de Documentação, Rio de Janeiro.

que um novo mercado seria fortalecido por meio de sistema de estradas radiais ligando a Capital às várias províncias, que a rivalidade entre as províncias que não reconheciam o direito do Rio à Corte cessaria, e que o governo central tornar-se-ia mais forte pela maior possibilidade de controle que a nova localização proporcionaria.⁴²³ Como veremos, boa parte destes argumentos seriam exumados cento e trinta anos mais tarde.

Com a proclamação da república (1889), novos passos foram dados. Uma comissão técnica (a “Missão Cruls”) demarcou um vasto retângulo no qual as condições de clima, solo, geologia etc., pareciam favoráveis para a construção da nova cidade.⁴²⁴ Em 1922, a pedra fundamental foi lançada perto da vila de Planaltina, que posteriormente se transformaria numa das “cidades satélites” de Brasília. Depois disso, passos mais concretos foram dados somente a partir de 1946, quando a nova constituição do país incluiu uma cláusula estabelecendo que o Presidente da República deveria nomear uma comissão de especialistas para estudar a localização definitiva da capital. Depois que alguns estudos complementares foram feitos, o atual Distrito Federal foi definido numa área de 5.850 km², previamente pertencente ao Estado de Goiás.

O Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, empossado em 31 de janeiro de 1956, faria finalmente começar a construção da cidade. Em setembro de 1956, as regras para o concurso do projeto foram publicadas, e em março de 1957, entre 26 inscritos, Lúcio Costa ganhou o primeiro lugar. Arquiteto e teórico da arquitetura, Lúcio Costa era dos mais influentes membros do Movimento Moderno no Brasil.⁴²⁵

A esta altura trabalhos iniciais já haviam começado e, em janeiro de 1957, acampamentos de obras já abrigavam cerca de 2.500 trabalhadores. Com exceção destes acampamentos, o Distrito Federal era um espaço apenas ocupado por fazendas dispersas e duas pequenas vilas. A população cresceria rapidamente: de uma área

⁴²³ Idem, pp. 51 ss.

⁴²⁴ Para um apanhado detalhado de seu trabalho, ver Paulo Zimbres (1974) *A study of Brasilia: from Master Plan to implementation* (Dissertação de Mphil, University of Edinburgh).

⁴²⁵ Seus escritos e sua obra arquitetônica e urbanística foram compilados em Lúcio Costa (1962) *Sobre Arquitetura*, Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, Porto Alegre, e, mais recentemente, em Lúcio Costa (1995) *Lúcio Costa: registro de uma vivência*, Empresa das Artes, São Paulo.

escassamente povoada, o Distrito Federal se transformou, em pouco mais de 30 anos, no lugar onde se encontra o nono complexo urbano no país (*Tabela 01*,⁴²⁶ *Tabela 02*⁴²⁷).

Um acontecimento desta importância estaria necessariamente relacionado não apenas àquele momento peculiar da sociedade brasileira, mas também a fatores históricos estruturais de sua formação. É para a discussão de tais questões que nos voltamos agora.

UMA SOCIEDADE “VOLTADA PARA FORA”

Porque o “discurso desenvolvimentista” dos anos 1950 conquistou tantas pessoas? Porque a “conquista do território”, a “interiorização do desenvolvimento”, a construção da capital no centro geográfico da nação, ganharam apoio quase unânime, a crítica a tal discurso se fazendo, com raríssimas exceções, apenas por parte da extrema direita do espectro político?⁴²⁸ A resposta parece estar localizada nas implicações que a organização histórica do espaço nacional tinham para a estruturação social brasileira e para as relações entre o país e o exterior. A compreensão deste ponto pede uma breve revisão da história do espaço nacional brasileiro.

Chegando no futuro território brasileiro em 1500, os portugueses encontraram culturas muito diferentes daquelas da África ou da Ásia, à mesma época. Para seus interesses mercantilistas, os índios desta parte do “novo mundo” tinham muito pouco a oferecer. Era preciso fundar entrepostos comerciais apoiados por assentamentos que pudessem fornecer mercadorias. Para tais fins, vilas logo apareceram ao longo da costa,

⁴²⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimativas para 1957 e 1958, e Censo para 1960, 1970, 1980 e 1991.

⁴²⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo de 1991, e *Almanaque Abril - 1994*, Editora Abril, São Paulo. Os números são para as regiões metropolitanas de suas respectivas cidades-capitais. Vale notar a ambígua situação de Brasília, pois os números indicados não correspondem nem a uma municipalidade, nem a uma “região metropolitana” estritamente falando, mas ao Distrito Federal: Brasília, a “cidade real”, é, entretanto, um assentamento segmentário que se espalha por sobre uma enorme área, mas que não está completamente contida nos limites do Distrito Federal. Como Paviani sugeriu, a população da “região metropolitana” de Brasília podia ser aproximadamente estimada, em 1995, em cerca de 2.000.000 habitantes. Se este é o caso, Brasília substituiria Curitiba, passando a ocupar a oitava posição na *Tabela 02*. (Aldo Paviani (1995) “A realidade da metrópole e o futuro de Brasília” (mimeo)).

⁴²⁸ Comentei na *Introdução* as posições de Carlos Lacerda e Luiz Carlos Prestes.

por intermédio das quais madeiras e peles, primeiro, e produtos agrícolas, depois, seriam encaminhados para a Europa.

O caráter social de tal assentamento era, entretanto, peculiar. Os povoadores não eram pessoas que vinham para cá para começar uma nova vida, como nas colônias britânicas, por exemplo. Eles tinham em mente lucros rápidos e um breve retorno à mãe pátria, como Prado Jr. observou: “é com tal intenção, intenção externa, voltada para fora e sem qualquer atenção para considerações outras que não aquelas relacionadas ao comércio, que a economia e a sociedade brasileiras se organizarão.”⁴²⁹ Ou, como Faoro colocou: “os navios que trouxeram os ‘donatários’⁴³⁰ e os colonos não trouxeram um povo que migrava, mas funcionários que comandavam e faziam a guerra, trabalhadores de uma empresa comercial, cuja sede ficava nas praias de Lisboa.”⁴³¹

Tabela 01: População do Distrito Federal.

ANO	POPULAÇÃO	VARIAÇÃO (%)
1957 (jun.)	12.200	-
1958 (abr.)	28.200	136
1959 (maio)	64.314	123
1960 (set.)	141.742	120
1970 (set.)	537.492	279
1980 (set.)	1.176.478	118
1991 (set.)	1.598.415	35

A estrutura social se segmentava em unidades territoriais ao longo da costa, cada unidade chefiada por um porto marítimo pelo qual a produção se escoava. As características físicas do sítio e/ou de seus recursos naturais, e a eventual popularidade deste ou daquele produto no mercado de consumo europeu, eram os fatores que

⁴²⁹ Prado Jr., Caio (1970(1945)) *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo.

⁴³⁰ Os "donatários" eram membros da "pequena-nobreza", que freqüentemente haviam prestado serviços à Coroa, algumas vezes na Ásia. Poderes quase absolutos foram delegados a estes funcionários da Coroa, no que diz respeito aos assuntos da Colônia. (ver Nelson Sodré (1973) *Formação Histórica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo).

⁴³¹ Faoro, R (1976(1958)) *Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro*, Ed. Globo, Porto Alegre.

comandavam a ocupação do território. Madeira, cana de açúcar, metais preciosos, algodão, café: poderíamos assim periodizar e categorizar três quartas partes da história brasileira.⁴³²

Tal estrutura econômica, exclusivamente dirigida à exportação de produtos agrícolas e à importação de bens manufaturados ou industrializados, mesmo que os últimos fossem o resultado de processos extremamente simples, iria durar até os anos 1850.⁴³³ Somente uma crise no setor cafeeiro, provocando um sério declínio nos valores de troca assim obtidos, levaria à produção, no país, de bens que eram antes trazidos do exterior. Entretanto, a estrutura segmentária do espaço nacional seria em grande parte mantida, a industrialização passando a responder a necessidades apenas muito localizadas.

Tabela 02. Regiões Metropolitanas Brasileiras - População, 1991.

REGIÃO METROPOLITANA	POPULAÇÃO
SÃO PAULO	15.416.415
RIO DE JANEIRO	8.632.498
BELO HORIZONTE	3.431.755
PORTO ALEGRE	3.026.029
RECIFE	2,871,261
SALVADOR	2.493.224
FORTALEZA	2.303.645
CURITIBA	1.998.807
BRASÍLIA	1.598.415
BELÉM	1.332.723

Mais um século se passaria até que uma mudança mais clara ocorresse neste quadro. De fato, é possível dizer-se que apenas duas grandes fases marcam a formação do espaço brasileiro: a primeira fase, que durou até as primeiras décadas deste século, e a segunda fase, que, como elemento constituinte das transformações sociais dos anos 1930, chega até nossos dias. De maneira a entender tais transformações, um breve apanhado da história da estrutura social brasileira é necessário.

⁴³² Claro que seria impossível impedir completamente o surgimento de algum mercado interno. A criação de gado no nordeste e de mulas no sul, constituíram dois aspectos da formação de tal mercado. Ver Nelson Omegna (1971) *A Cidade Colonial*, Editora de Brasília SA, Brasília.

⁴³³ Omegna (1971), op. cit., p. 304.

A questão é controversa. Diferentes pontos de vista em relação a esta estrutura refletem problemas mais profundos em teoria sociológica, como a questão das classes sociais e de sua relação com instituições como a Igreja ou o Estado.⁴³⁴ No que se segue, serão identificadas as classes sociais fundamentais no Brasil colonial e contemporâneo, mais particularmente naquilo que se refere às suas relações com o espaço.

Na Colônia, dois atores principais constituíam o setor primário da economia: por um lado, os proprietários de terra (plantadores de cana de açúcar, fazendeiros que exploravam outros produtos coloniais - algodão, café - e criadores de gado) e os senhores das minas; por outro lado, os escravos. A cena era a paisagem rural: fazendas e engenhos eram microcosmos sociais, isolados das vilas e cidades, e entre si próprios. Eles não constituíam núcleos de economia predominantemente fechada, como nos tempos feudais (pelo contrário, desde que sua função primordial era a agricultura comercial), mas eles mantinham grande autonomia em relação às vilas e cidades. Em tais assentamentos, os artesãos, particularmente como escravos importados da África, atendiam as necessidades fundamentais da população. Havia uma polícia privada e o senhor da terra administrava a justiça. É equivocado, entretanto, igualar a condição destes senhores de terras à da nobreza feudal, e supor que o poder dominante estava localizado, em última instância, no campo.⁴³⁵

Uma agricultura voltada ao mercado tinha por óbvio pressuposto o processo de comercialização, e é aqui onde se encontra o outro polo das classes dominantes: os comerciantes. Isto por si só já garantia às cidades sua característica de lugar do poder. Mas havia um segundo, e mais importante, fator: era aqui que a extensão do Estado Português tinha seu lugar, por intermédio dos Governadores Gerais, capitães, e das autoridades municipais e judiciárias. Faoro observou que, no Brasil, “as vilas eram criadas antes de que os colonos chegassem no lugar”, diferentemente do que acontecia na Europa. Os assentamentos brasileiros “representavam a criação da realidade por meio da

⁴³⁴ Giddens (1977), op. cit., e Ernesto Laclau (1977) *Politics and Ideology in Marxist Theory - Capitalism/Fascism/Populism*, NLB, London, discutem o assunto em detalhe.

⁴³⁵ A questão da existência ou não de feudalismo, e de onde de fato se localizava a sede do poder, ainda é assunto controverso. Gorender, em trabalho relativamente recente, sugeriu uma nova interpretação para o modo de produção do Brasil colonial: para ele, houve uma “escravidão original” aqui, mas ele ainda adotou a tese de um poder político baseado no campo. Ver Jacob Gorender (1980) *O Escravismo Colonial*, Editora Ática, São Paulo, p. 451. A obra de Faoro (1976), op. cit., permanece como o ataque mais elaborado a tal teoria.

lei”, os capitães “fundavam vilas de maneira a reunir as atividades comerciais num núcleo de supervisão, e a estruturar procedimentos fiscais.”⁴³⁶ Também, esta “base urbana significava a negação do poder dos proprietários de terras.”⁴³⁷ Esta é uma questão que traz à tona o problema das relações entre classes sociais e o estado, que será examinado mais adiante. Parece não haver razão para classificar plantadores e mercadores como diferentes classes sociais, como Gorender o fez, nem para considerar a máquina estatal burocrática acima e além destas frações de classes, como Faoro o fez. O estado, de fato, incorporava estas e outras frações de classe da formação social. Voltarei a este ponto quando analisar a natureza do Estado Brasileiro.

Para completar o quadro urbano, deve-se acrescentar: a) uma “classe média”⁴³⁸ constituída por toda sorte de trabalhadores: mecânicos, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, artesãos de couro etc., que trabalhavam por conta própria ou desenvolviam pequenos negócios familiares, ou ainda, no máximo, incorporavam um pequeno número de escravos; b) o clero, cuja base era principalmente urbana; c) os escravos, que às vezes constituíam quase a metade da população.⁴³⁹

Tal panorama é mantido praticamente o mesmo até cerca de 1850. Em função de uma forte crise no setor cafeeiro (a principal base econômica das relações de classe no país), iniciou-se um processo de industrialização que, pouco a pouco, iria permitir o fortalecimento de uma burguesia urbana e o aparecimento de um proletariado. A escravidão foi legalmente abolida em 1888, mas a correlação de forças sociais entre o setor exportador (i.e., as oligarquias e os proprietários de terras), por um lado, e a burguesia urbana e o proletariado, por outro, manter-se-ia inalterada ao longo de aproximadamente mais meio século. As crises cíclicas da economia de exportação, entretanto, permitiriam o fortalecimento gradual das “classes ascendentes” até o que tem sido caracterizado como um ponto de ruptura, coincidindo com a grande depressão dos anos 1930, e que de fato se constituiu num derivativo nacional daquela.

⁴³⁶ Faoro (1976), op. cit., p. 120.

⁴³⁷ Idem, p. 148.

⁴³⁸ Estou utilizando aqui a denominação normalmente encontrada na literatura, mas argumento que tal denominação não é rigorosa. (Novamente, remeto o leitor para a discussão mais detalhada do conceito de classe social, situada no *Anexo 2*.)

⁴³⁹ Como Gorender ((1980), op. cit., p. 451) apontou, Salvador, em 1810, tinha 25.000 escravos, para uma população total de 60.000 pessoas.

A crise dos anos 1930 teve conseqüências marcantes para o país. Não há consenso entre teóricos sobre o seu significado preciso no que diz respeito à estrutura de poder no Brasil: “revolução burguesa”, “disputa entre frações de classe”, “movimento nacional-reformista”? É unânime, entretanto, que “a face do país mudou.”⁴⁴⁰ Mas a questão de maior interesse aqui é se tal mudança implicou uma reestruturação espacial da sociedade brasileira, ou seja, se as classes que estavam se tornando mais fortes tinham, como condição para o seu fortalecimento, de romper a estrutura histórica do espaço herdado dos tempos coloniais.

De fato, tal rompimento começa a se mostrar a partir de 1930. A “integração nacional”, que até então tinha um caráter estritamente político-ideológico, reproduzido por uma estrutura de poder extremamente concentrada, tenderia agora a ser uma integração “real”, i.e., com suporte na estrutura econômica. O isolamento histórico das várias regiões começou a ser quebrado por intermédio de pesados investimentos em estradas, iniciadas a partir das áreas mais avançadas industrialmente.⁴⁴¹

Entretanto, naquele tempo, tal ruptura era ainda modesta. Colônias agrícolas e estradas de ferro, implementadas nas décadas de 1930 e 1940, significavam pouco mais do que uma expansão da periferia da própria região sudeste. A ruptura iria se manifestar claramente somente na década de 1950, quando Kubitschek assumiu o poder. Podemos assim dizer que, em 1954, o Brasil ainda apresentava essencialmente a mesma estrutura espacial do seu passado colonial. Um discurso que identificasse tal fato ganharia inevitavelmente forte apoio popular, e o discurso “mudancista” fez exatamente isto. A construção da capital no interior era apresentada como o símbolo de uma “virada histórica”. As “peculiaridades do atavismo lusitano”, que fazia os portugueses “se agarrarem ao litoral como caranguejos” era finalmente deixado para trás. A capital no Rio era considerada como parte desta estrutura histórica “voltada para fora”, que havia de ser transformada em nome do “desenvolvimento nacional”.

⁴⁴⁰ Há uma interessante discussão sobre o tema em *Movimento*, 20-26.10.80.

⁴⁴¹ Schmidt, Benício V (1982) “Modernization and urban planning in 19th century Brazil”, in *Current Anthropology*, vol 23, n. 3, June 1982, pp. 255-262. Francisco de Oliveira (1978) *Elegia para uma Re(li)gião - SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*, Paz e Terra, Rio de Janeiro. Nilde L Pinheiro (1978) “Desequilíbrios regionais no Brasil”, in *Urbanização Regional no Brasil*, Série “Cadernos da UnB”, Editora Universidade de Brasília.

Estes acontecimentos efetivamente significaram, em certa medida, uma “ruptura com o passado”. Para as classes subalternas, tal ruptura trouxe consigo a esperança de mudança na sua condição, e isto explica o inquestionável apoio popular que o governo Kubitschek alcançou, pelo menos no seu começo. Mas devemos nos deter um pouco mais na reordenação que estava acontecendo na estrutura social brasileira naquele momento, pois isto permitirá uma melhor compreensão do caráter fundamentalmente ideológico do discurso “mudancista”.

"INTEGRAÇÃO NACIONAL"

Em 1954, o processo social no Brasil atingiu um novo patamar. O momento constituiu o fim das possibilidades de um modelo de “desenvolvimento nacional-capitalista”. Era então impossível manter-se o crescimento da indústria usando recursos gerados exclusivamente pelo setor agrário-exportador: “em 1954, podemos considerar que a segunda fase de desenvolvimento interno terminou, e que houve uma coincidência entre uma rápida expansão industrial (mesmo que não muito ordenada) e um crescimento no poder de compra da exportação.”⁴⁴² O “processo de substituição de importações” teria lugar sob novas formas, que necessariamente incluíam a participação de investimentos de capital externo, agora diretamente no processo produtivo (particularmente no setor de bens duráveis) e não mais na infra-estrutura de transportes, serviços urbanos e setor terciário, como havia sido o caso até aquele ponto.⁴⁴³

Tornou-se claro que a estrutura espacial herdada do país era agora “ineficiente” para a contínua acumulação de capital. É verdade que a autonomia regional primitiva já vinha sendo enfraquecida há algum tempo, mas isto tinha de ser acelerado. A saída para este problema, do ponto de vista da burguesia nacional, significava algumas medidas inter-relacionadas: um novo estágio na concentração e centralização do capital; um relativo fortalecimento da economia do sudeste; o desenvolvimento da indústria de bens duráveis, que correspondesse à estrutura de concentração de renda; a “integração” do país, i.e., o fortalecimento de ligações entre o centro econômico mais dinâmico e as

⁴⁴² Tavares, Maria da C (1972) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - Ensaio sobre Economia Brasileira*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

⁴⁴³ Oliveira, Francisco (1978), op. cit., e Pinheiro (1978), op. cit.

demais partes do país. Esta foi a alternativa escolhida, embora não constituísse a única possível em termos de desenvolvimento social. Em outras palavras, é possível argumentar que esta escolha favoreceu a correlação de forças sociais dominante na qual as oligarquias rurais e a burguesia nacional tiveram maior poder de barganha do que as classes médias, os trabalhadores manuais, e a esquerda em geral.

Aquela burguesia, entretanto, não seria mais fundamentalmente nacional, mas uma burguesia associada às corporações internacionais: a partir de 1950, uma nova divisão internacional do trabalho teve lugar, pela qual foram estabelecidas fortes ligações entre as burguesias nacionais e capitais externos, e as decisões afetando as economias nacionais passaram a ser crescentemente tomadas no exterior. Tal internacionalização não seria simplesmente econômica, mas necessariamente política.

Paradoxalmente como possa parecer a primeira vista, o Estado se fortaleceu: seu papel econômico ganhou em importância pela sua crescente intervenção em setores onde a) o investimento inicial fosse excessivamente alto para qualquer grupo privado e b) onde o retorno deste investimento, em função de sua própria natureza técnica, fosse lento demais. De qualquer maneira, isto constituiu uma socialização de custos que funcionou, em última instância, como um fator de acumulação para o capital privado.

Mas internamente havia também marcadas mudanças na estrutura de poder. Aqueles setores da burguesia cuja base material se localizava nas regiões onde a reprodução do capital era mais favorecida, foram fortalecidos. A “lei do desenvolvimento desigual e combinado”⁴⁴⁴ favoreceu o sudeste, no caso do Brasil. A questão é que a concentração de capital correspondeu a uma centralização numa pequena porção do território e pressupunha um mercado maior, a) no qual sua produção pudesse ser vendida, e b) do qual a matéria prima pudesse mais facilmente fluir. Assim, as ligações regionais tinham de ser fortalecidas. No Brasil isto tomou a forma de um grande incremento no sistema rodoviário, o que estava significativamente relacionado com a política de industrialização, que determinou um papel de liderança à indústria automobilística na economia em mudança.

Esta “nacionalização do mercado” tinha importantes conseqüências para as economias regionais. Já havia naquele tempo melhores condições para a reprodução do

⁴⁴⁴ Oliveira (1978), op. cit., p. 27. A discussão que se segue é baseada neste trabalho.

capital na região sudeste, e isto causou uma permanente imigração de capitais de outras regiões para serem investidos lá. Daí em diante, entretanto, um novo elemento contribuiu para a estagnação destas regiões: bens mais baratos fabricados no sudeste (em função de maior produtividade) seriam responsáveis pelo fechamento de um grande número de indústrias. Quando este processo começou a gerar grandes tensões, o estado interveio, seja por investimento direto nas regiões “atrasadas”, seja por meio de subsídios a investimentos de capital, os quais vinham predominantemente do... sudeste. Este tipo de medida não resolveu o problema mas, pelo contrário, aumentou a dependência das demais regiões brasileiras em relação ao sudeste.

O discurso “mudancista” chamou a este processo “desenvolvimento para dentro”. Em tal desenvolvimento, o discurso acrescentava, a construção de Brasília jogava um papel fundamental. A cidade “expandiria as fronteiras reais, não apenas jurídicas” do país, e o seu “núcleo se espalharia como mancha de óleo.”⁴⁴⁵ Lúcio Costa afirmou no Relatório do Plano Piloto: “[a cidade] não será o resultado do planejamento regional, mas sua causa: pois sua fundação irá deflagrar o subsequente desenvolvimento planejado da região.”⁴⁴⁶ Pode-se entretanto argumentar que, em vez de iniciar um processo de reorganização do território, Brasília foi simplesmente parte deste processo, o qual teve início muito antes, nos anos 1930, e que ganhou força somente na segunda metade dos anos 1950. Brasília *tornou-se possível* porque a dinâmica das forças sociais naquele momento colocou a questão das ligações inter-regionais, principalmente conectando o sudeste às regiões até então isoladas, incluindo aí o centro-oeste, onde a nova capital veio a localizar-se. As *condições* para a construção da cidade estavam criadas; mas isto está longe de explicar a sua fundação. Em vez de se constituir um “instrumento do desenvolvimento”, Brasília aconteceu num momento em que, como nunca antes, os investimentos crescentemente se concentravam no sudeste. Regiões nas quais um processo elementar de industrialização tinham acontecido, às vezes até mesmo antes do que no sudeste, estavam agora se defrontando com decadência econômica. As estradas não eram o canal pelo qual o desenvolvimento seria dirigido para os lugares mais pobres, mas um instrumento físico para aumentar a subordinação econômica. Em tal

⁴⁴⁵ Castro, Henrique L C (1960) *Brasília e o Desenvolvimento Nacional*, DASP - Serviço de Documentação, pp. 5, 27.

⁴⁴⁶ Costa (1974), op. cit., p. 264.

quadro, é possível dizer-se que Brasília funcionou ideologicamente como um gesto compensatório: negava a concentração de poder no sudeste, por meio da construção da própria sede do poder nacional num lugar “neutro” - o centro geográfico do país -, a quase trezentos quilômetros de qualquer centro econômico de alguma importância. Assim o estado aparecia como árbitro da nação, presidindo-a de uma base neutra, que não pertencia a, nem se identificava com nenhuma região historicamente consolidada: esta base espacial era abstratamente identificada com “a nação”. Para a reprodução das relações de poder, naquele momento, era importante não apenas que o estado não permitisse a identificação dos seus interesses com os interesses da classe dominante, mas também que ele fosse *fisicamente separado* da própria base espacial das camadas mais altas destas classes: o sudeste. Novamente, o isolamento físico correspondeu ao forte caráter transpacial do assentamento em questão: a sede do governo nacional.

Alguns autores recorrentemente apontaram o período JK como profundamente “ambíguo” e “contraditório”.⁴⁴⁷ Um “polo” de tal contradição (o polo “reacionário”) seria constituído pela internacionalização da economia brasileira numa posição subalterna e pela conseqüente transferência de significativa parte do poder político para senhores estrangeiros. O outro polo (o “progressista”) seria constituído por uma democracia política estável e pela conquista do território, e Brasília era tida como elemento emblemático deste polo “progressista”.

A meu ver, esta é uma leitura equivocada do que realmente estava acontecendo. Brasília foi um grandioso gesto ideológico em dois sentidos: procurava reproduzir a imagem do estado como uma instituição “neutra” acima das classes sociais por meio de um discurso nacionalista e, ao mesmo tempo, reafirmava o estado brasileiro como algo completamente autônomo, merecendo um espaço próprio, merecendo uma cidade-capital que funcionasse como imagem exclusiva de si próprio. Isto leva à discussão de um último ponto relacionado à questão, ou seja, a natureza histórica do estado brasileiro e sua tradicional distância categórica da sociedade civil.

O ESTADO BRASILEIRO

Para Faoro, houve claras diferenças nas maneiras pelas quais o território americano foi ocupado pelos portugueses, por um lado, e pelos espanhóis, ou pelos ingleses,

⁴⁴⁷ Sodré, Nelson W (1978) *Oscar Niemeyer*, Graal, Rio de Janeiro, p. 61.

por outro. As diferenças fundamentais surgem da natureza das relações políticas que se estabeleceram entre a colônia e a coroa, em cada caso. A ocupação portuguesa aconteceu sob o comando direto do estado: seus agentes almejavam a exploração máxima dos recursos naturais do recém formado país, um rápido enriquecimento, um breve retorno à mãe-pátria. Como já brevemente comentado, Faoro observou que as “vilas eram criadas antes dos povoadores chegarem, a organização administrativa precedia a população real (...). A América dever-se-ia constituir um reino a ser moldado à imagem dos padrões de além-mar, não a ser criado.”⁴⁴⁸ As colônias britânicas, pelo contrário, significavam um novo mundo para os povoadores: “os imigrantes britânicos formavam sua própria organização política e administrativa, deixando para trás qualquer resíduo feudal.”⁴⁴⁹ Faoro observou que estes colonos da América do Norte traziam suas esposas consigo, enquanto os portugueses deixavam as deles em casa, fundamentalmente preocupados que estavam com a rápida missão da guerra/conquista/exploração comercial, mais adequada ao homem solteiro do que ao casado. E ele resumiu: “os britânicos fundaram na América um novo país, os portugueses uma extensão do seu estado.”⁴⁵⁰

O início da ocupação portuguesa no Brasil foi assim marcado pela forte presença do estado português na América. A base espacial do funcionalismo civil era a cidade, que neste caso contrastava vividamente com a nascente cidade industrial européia. As cidades coloniais nasciam “politicamente” antes de nascerem “socialmente”, como comentado acima. Elas nasciam primeiro como abstrações burocráticas, ao mesmo tempo a ponta de lança e o último elo de uma estrutura de poder altamente hierárquica: as cartas de fundação das vilas visavam reunir os habitantes dispersos nos estabelecimentos rurais. Assim, Faoro argumentou que a base do poder colonial no Brasil se localizava nas cidades, e não no campo, como os intérpretes de uma ordem “feudal” no Brasil têm preferido. Mais ainda, isto caracterizava as cidades como principalmente centros político-administrativo-militares, em vez de lugares onde a produção tinha lugar: os produtos simplesmente fluíam através delas, seja a produção rural para ser exportada, sejam os bens manufaturados para serem distribuídos aos estabelecimentos rurais.⁴⁵¹

⁴⁴⁸ Faoro, (1976), op. cit., p. 120.

⁴⁴⁹ Idem, p. 121-2.

⁴⁵⁰ Idem, p. 122.

⁴⁵¹ Idem, p. 148. Claro, estou me referindo aqui ao grosso da economia colonial, uma economia baseada em bens de exportação. Havia sem dúvida uma economia urbana, como referida anteriormente (artesanato) mas que jogava claramente um papel secundário.

Como Faoro também observou, tal estado administrou o processo social no Brasil, da mesma maneira que o fazia em Portugal desde a Revolução de 1305. Em outras palavras, ele submetia as classes sociais aos seus objetivos, sucessivamente mudando de alianças, em função dos benefícios que estas pudessem proporcionar. Desta maneira, Faoro procurou inverter a ortodoxia marxista sobre as relações entre o estado e as classes sociais: as classes não submetiam o aparelho de estado de maneira a servir os seus interesses, mas era antes o estado que manipulava as classes sociais para que estas últimas servissem aos seus propósitos. Pode-se argumentar que Faoro talvez tenha ido desnecessariamente longe demais, quando ele afirmou que “acima da sociedade, acima das classes sociais, o aparelho político - uma camada social que forma uma comunidade embora nem sempre articulada, frequentemente amorfa - reina, dirige e governa em seu próprio nome, num impermeável círculo de comando.”⁴⁵² No seu profundo estudo da formação histórica do estado brasileiro, Faoro contribuiu para o desenvolvimento de uma idéia que seria mais tarde muito aceita nos estudos sobre a natureza do estado, ou seja, a sua existência como uma “estrutura objetiva”, para usar os termos de Laclau,⁴⁵³ a qual, apesar de articulada a outras “estruturas objetivas”, tem uma existência que lhe é própria, e possui interesses que lhe são peculiares.

O debate recente sobre a natureza do estado não tem contribuído muito para a compreensão do problema das relações entre ele e as classes sociais. A questão é que a natureza destas duas instâncias não foi bem esclarecida. Parece haver confusão entre dois níveis de estruturação social: um nível “horizontal”, no qual, e pelo qual, os agentes sociais que desempenham papéis *similarmemente estruturais* se articulam; e um nível “vertical”, no qual, e pelo qual, os agentes sociais que desempenham papéis *empiricamente distintos* se articulam. Poderíamos dizer que as sociedades se articulam horizontalmente *em classes*: uma classe é uma categoria de pessoas que se distribui pelos mais diversos tipos de práticas empíricas, num processo que podemos denominar de “divisão técnica do trabalho” - por exemplo, a divisão do trabalho que se dá entre pedreiros, bombeiros, os níveis mais baixos do funcionalismo público etc., que, independentemente de sua ocupação, pertencem à *mesma* classe social, e que podemos denominar

⁴⁵² Faoro (1976), op. cit., p. 737.

⁴⁵³ Laclau, Ernesto (1977) *Politics and Ideology in Marxist Theory - Capitalism/Fascism/Populism*, NLB, London.

de *trabalhadores manuais*.⁴⁵⁴ Verticalmente, entretanto, temos “sistemas de práticas institucionalizadas” - a Igreja, o sistema educacional, o estado etc. - nos quais *distintas* classes sociais interagem, distribuindo-se em papéis que constituem o que podemos denominar, em sentido mais restrito, de “divisão social do trabalho” - por exemplo, a divisão do trabalho que se dá entre trabalhadores manuais, classe média, burguesia etc.

Em outras palavras, diferentes classes sociais penetram todo o espectro de processos sociais concretos numa formação social. Mais, relações entre classes somente acontece nestas práticas sociais concretas. Concordando com Bernstein, tais práticas são o “suporte empírico” nos quais as distintas categorias sociais (por exemplo, as classes) se materializam: “as práticas são a realização das categorias. A forma tomada por estas práticas, isto é, seu grau de especificidade, a medida em que estas práticas correspondem especializadamente a categorias, depende inteiramente das relações entre estas categorias.”⁴⁵⁵ Para o mesmo autor, as classes sociais se baseiam na divisão social do trabalho, mas se manifestam e se reproduzem concretamente pelas “inferências que o sujeito faz das características aparentes de suas interações rotineiras”, e ele chama este processo de “práticas tácitas”.⁴⁵⁶

Bernstein identificou assim o “movimento dialético” entre classes e práticas: classes se reproduzem pela “leitura” que seus membros fazem de sua vida cotidiana; por meio disto, elas aprendem tanto a “entender” o mundo, quanto a se localizar nele de uma determinada maneira. Em outras palavras, do mundo “empírico”, variado, o agente social “resgata” suas características estruturais. Qualquer campo específico de práticas tecnicamente distintas (por exemplo, a indústria da construção civil, o sistema educacional, a administração pública), contém o suporte empírico variado que permite aos membros das várias classes “resgatarem” cada uma de suas visões de mundo. De maneira semelhante, uma mesma classe (por exemplo, os trabalhadores manuais), é capaz de “resgatar” suas características estruturais de uma grande variedade de práticas empíricas.

⁴⁵⁴ Ver discussão mais detalhada do conceito de classes sociais no *Anexo 2*.

⁴⁵⁵ Bernstein, Basil (1980) *Codes, Modalities and the Process of Cultural Reproduction: a Model*, Department of Education, University of Lund, p. 11.

⁴⁵⁶ Idem, pp. 17-8.

À luz deste argumento, podemos agora voltar à nossa discussão anterior. Quando Faoro considera “estamento” e “classe” como eventualmente categorias dominantes no jogo do poder, dependendo de formações sociais específicas, ele confunde dois níveis de análise que não são intercambiáveis. Seria mais correto dizer que o estado e o governo são “práticas tácitas”, para usar as palavras de Bernstein, que materializam e reproduzem relações de classes, e que por sua vez constituem pré-condições para aquelas práticas se materializarem. Assim o estado, a escola, a igreja, são realizações “empíricas” de classes e de relações de classes; elas são a matéria prima da qual as classes são feitas no nível concreto da realidade. O ponto de vista do qual a posição de Faoro tem sido usualmente criticada incorre em erro semelhante, só que com sinal trocado, pois simplesmente inverte a posição dos pólos daquele autor: o estado é então considerado equivocadamente epifenomênico com relação ao processo social, cujas determinações se localizariam nas relações de produção das classes.

Se é falacioso localizar o poder seja no estado (como Faoro queria), ou nas relações de produção das classes abstratamente, independentemente das instituições sociais nas quais, e pelas quais, suas práticas acontecem (entre elas o estado), é entretanto necessário observar que a *arena* para as relações entre as classes sociais pode variar de formação para formação social. Esta arena pode ser constituída por aparelhos ideológicos (por exemplo, a Igreja), por outras instituições da sociedade civil (por exemplo, sindicatos ou corporações), ou *pode ser constituída essencialmente pelo próprio estado*. Este é o principal ponto na explicação de Brasília.

Historicamente o processo de tomada de decisões no Brasil é extremamente centralizado. O poder de classe não se manifesta neste país por meio de instituições “horizontalmente estruturadas” (instituições constituídas por iguais, nos vários segmentos da divisão técnica do trabalho), mas por meio de uma estrutura social fortemente verticalizada, que se condensa no aparelho do estado. Há uma espécie de delegação de poder das classes sociais para os funcionários do estado que representam os seus interesses. É fundamentalmente *dentro* do estado que as lutas políticas acontecem. A sociedade civil no Brasil é extremamente fraca e desorganizada,⁴⁵⁷ e tal fraqueza é ilustrada,

⁴⁵⁷ Souza, Maria C C (1976) *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*, Editora Alfa-Omega, São Paulo.

como DaMatta apontou, pelo muitos ritos autoritários que encontramos na vida cotidiana brasileira.⁴⁵⁸

Mas é claro que não podemos simplesmente falar em delegação de poder das classes sociais para os funcionários do estado. Na medida em que há uma grande distância entre os funcionários do estado e a sua “base social”, os primeiros tendem a desenvolver um comportamento corporativo, algo como um “poder de estado” aparentemente autônomo, que tanto impressionou Faoro. Assim, o controle do estado sobre tantas práticas sociais no Brasil é muito maior do que em formações sociais nas quais encontramos um sociedade civil organizada e, assim, forte. O estado brasileiro, por exemplo, penetra fundo na economia, por meio do controle de cerca de 60% do produto nacional bruto, e “intermedia” conflitos sociais por meio de uma legislação trabalhista de inspiração fascista.⁴⁵⁹

Ao mesmo tempo, entretanto, o estado precisa reafirmar sua “neutralidade” e, no caso do Brasil, esta neutralidade tem dupla face: em relação às classes sociais e em relação às regiões historicamente consolidadas, pelas razões já comentadas. A nova capital materializou tanto a idéia de “nação” acima das classes, como a idéia da independência em face da crescente influência do sudeste na economia e na estrutura de poder do país como um todo. Concomitantemente, os interesses corporativos do estado conquistaram um espaço próprio, realizando fisicamente a distância social concreta que o separa da sua base na sociedade civil. Claro, não estamos lidando aqui simplesmente com uma “conspiração” da burocracia estatal com o fim de proteger-se no deserto do planalto central: a ideologia que construiu Brasília é hegemônica no país e isto ficou provado pela enorme popularidade auferida pela construção da nova capital. A ideologia dominante, como Mephram colocou, não é a ideologia da classe dominante, mas o resultado da “leitura” da realidade na sua superfície, i.e., no nível de suas aparências.⁴⁶⁰ Para um grande número de pessoas, Brasília, que na verdade reafirmou a centralização do poder e a fraqueza da sociedade civil, pareceu ser, pelo contrário, a conquista do estado pela última - um estado neutro, pai e protetor, que supostamente pertencendo a

⁴⁵⁸ DaMatta, Roberto (1981(1979)) *Carnavais, Malandros e Heróis - Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

⁴⁵⁹ Vianna, L W (1976) *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

⁴⁶⁰ Mephram, John (1971) “The theory of ideology in ‘Capital’”, in *Radical Philosophy*, 2, pp. 12-19.

lugar nenhum e a ninguém em particular, pertenceria a todos os lugares e todas as classes.

Esta enorme concentração de poder no Brasil vem junto com uma concentração de renda que alcançou agora, de acordo com o mais recente relatório do Banco Mundial, os mais elevados índices do mundo: os 20% mais ricos detêm 67,5% da renda nacional.⁴⁶¹ É também revelador como, apesar de constituir a nona economia do planeta (produto nacional bruto de US\$ 452,700,000,000.00), o Brasil ocupa o 43º lugar em termos de renda per capital (US\$ 2,900.00), e o 63º lugar em termos do “Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas, ficando assim atrás, neste último índice, de 11 outros países da América Latina.⁴⁶² A capital, como “jóia fulgurante jazendo no seio de deserto” é um elemento constituinte natural deste quadro.

Brasília não pertencia à sua região no início, e jamais pertenceria: ela não pode se industrializar, e deve permanecer como centro administrativo. É verdade que foi impossível, ao longo destes 35 anos de sua história, impedir completamente qualquer industrialização, e pressões neste sentido são cada vez mais fortes. Mesmo assim, apenas cerca de 5% do produto bruto do Distrito Federal estão relacionados com o setor secundário da economia (se deixarmos de lado os outros 5% de participação da indústria da construção civil), enquanto 38% do produto bruto estão relacionados à administração pública.⁴⁶³ As preocupações quanto à preservação do caráter político-administrativo da cidade continuam a ser dominantes, e qualquer industrialização, se é que irá acontecer, somente deverá fazê-lo para além do cinturão das cidades satélites.⁴⁶⁴ Como alguma produção e reprodução material da cidade tinha de ser garantida, tais referências econômicas deveriam ser tão remotas quanto possível. Esta “ilha da fantasia”, como o discurso social freqüentemente se refere à capital, é antes de mais nada um símbolo que

⁴⁶¹ Isto se refere ao período 1988-1989. A concentração de renda está, na verdade, piorando: para o período 1986-1987, o Brasil perdia apenas para Botswana. Para este último caso, as Nações Unidas ofereceram também uma outra maneira de medir a concentração de renda, ou seja, por meio da relação entre a renda dos 20% mais ricos e a renda dos 20% mais pobres. Os seguintes resultados dão uma idéia desta mensuração: Brasil, 32.1; Reino Unido, 6.8; França, 6.5; Itália, 6.0; e Hungria, a relação mais baixa de todas, 3.2. (Development Report of the World Bank (1995), comentado na *Folha de São Paulo*, 28.07.1995, e UNDP (United Nations Development Programme) (1994) *Human Development Report 1994*.)

⁴⁶² Estes dados são de 1991, publicados em UNDP (1994), op. cit.

⁴⁶³ *Correio Brasiliense*, citando dados da CODEPLAN, Brasília, 05.03.96.

⁴⁶⁴ Como, por exemplo, o “polo industrial” que está sendo atualmente proposto pelos empresários locais, para além de Taguatinga, perto da fronteira com o Estado de Goiás. (*Correio Brasiliense*, Brasília, 17.05.96)

não deve ser manchado por referências mundanas (como estamos aqui próximos de Tikal e dos castelos feudais franceses). Ela paira sobre a sua região, da mesma maneira que a arquitetura dos seus palácios faz com que eles pareçam flutuar sobre o sítio físico, apenas de leve tocando o chão.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 6

Aqueles que procuram pela explicação final das formações espaciais exclusivamente no desdobramento dos processos econômicos, deparam-se com um paradoxo no caso de Brasília. Como explicar que, num momento em que havia uma crescente concentração de capitais no sudeste, tão grande investimento improdutivo fosse realizado em partes remotas do país? Se Brasília deveria se constituir num polo de desenvolvimento numa área deprimida, porque não foi feito um esforço em atividades econômicas propriamente ditas nesta área? Considerando, como já ficou claro, que Brasília como centro administrativo não se constituiu num polo de desenvolvimento na região, porque ainda é praticamente proibido falar-se em qualquer outra função deste complexo urbano que não a superestrutural?

A questão é que sua lógica reside em outros fatores. Em resumo, ela reside em dois tipos de separação: uma, entre o estado e a sociedade civil, materializada, no nível espacial, num pedaço especializado de território servindo uma função superestrutural fortemente segregada; a outra, entre a cidade-capital e qualquer região historicamente consolidada no Brasil, realizada pela construção de Brasília num planalto então praticamente deserto, marcando a relação radicalmente transpacial entre a capital e o país como um todo.

Na parte final deste trabalho o leitor encontrará uma comparação entre Brasília e os outros estudos de caso apresentados nos capítulos anteriores. Mas antes de fazê-lo, consideremos a estrutura interna da própria cidade. Veremos que a lógica da separação preside o espaço urbano da cidade, explodindo o seu tecido num conjunto de setores especializados claramente separados por fortes barreiras físicas. De fato, podemos dizer que o resgate da morfologia da correspondência e da separação como doutrina dominante na ideologia do Movimento Moderno em Arquitetura e Urbanismo, correspondeu à idéia de que o país precisava de uma cidade-capital como um assentamento

especializado: ambas são manifestações de uma mesma pré-estrutura de desenho, somente em diferentes instâncias.

7. A MORFOLOGIA INTERNA DA CAPITAL

INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, Brasília foi analisada como elemento constituinte do espaço nacional. Agora a natureza do universo sócio-espacial da própria Capital será examinada. Mais uma vez, o objetivo será o de mostrar como aspectos da forma física dos assentamentos encontrados aqui (os padrões espaciais), da vida espacial dos diversos segmentos sociais, e das características mais gerais da própria vida social, relacionam-se ao tema tratado neste trabalho, e combinam-se para definir um determinado modo de vida. Veremos como exemplos de espaços de exceção também ocorrem na escala intra-urbana da cidade.

O leitor não encontrará aqui uma análise exaustiva da estrutura espacial do Distrito Federal, mas uma tentativa de estudar em maior profundidade algumas áreas em particular. Dez áreas foram escolhidas, de maneira a representarem os principais códigos sócio-espaciais que encontramos na Capital brasileira (sua localização no Distrito Federal está indicada nas Figs. 7.01 e 7.02). Como veremos, elas diferem marcadamente em todos os três níveis analíticos - padrões espaciais, vida espacial, e vida social. A seguir, oferecerei um quadro geral destas áreas, depois do que discutirei os principais pontos de interesse que elas levantam. A ordem da apresentação abaixo é a mesma que aparecerá em tabelas subsequentes (a lógica desta ordenação será compreendida ao longo da discussão mais detalhada dos padrões espaciais, em seção posterior). Uma série de vistas aéreas oferecem uma primeira idéia de seu caráter.

A Esplanada dos Ministérios

Este é o espaço monumental da Capital por excelência, onde se localizam os principais edifícios do Governos Federal (número 7, na Fig. 7.01, e Fig. 7.03). A superfície de espaços abertos de longe transcende aquela dos espaços fechados, há grande quantidade de espaços cegos, e a área como um todo se comporta como uma espécie de “apêndice”, ou “península mórfica”, com relação ao Plano Piloto. Não há residências

aqui, e o lugar é utilizado quase exclusivamente por funcionários do Estado nas suas atividades de trabalho rotineiras - a exceção fica por conta da Catedral Metropolitana (ver também a Fig. 7.02 para os principais setores e conjuntos de edifícios do centro do Plano Piloto). Esta área será sinteticamente referida, nas tabelas, por “Esplanada”.

As Superquadras Norte 405/406

Esta é uma das típicas áreas residenciais do Plano Piloto que serão examinadas, a outra sendo as Superquadras Sul 102/302. Mas a fileira das “400s” se distingue por apresentar edifícios residenciais mais econômicos, com apenas três pavimentos de altura, em contraste com os seis pavimentos das outras fileiras de superquadras. Nas Superquadras Norte 405/406, todos os edifícios residenciais são sobre pilotis, mas veremos que a função residencial também veio a constituir usos “não-conformes” nas áreas do comércio local. O espaço é extremamente permeável, com um enorme percentual de espaços abertos em relação à superfície total da área. Trata-se quase exclusivamente de uma área habitada pela classe média, mas de poder aquisitivo não muito elevado, neste caso. Esta área será referida sinteticamente, nas tabelas, como “SQNs-405/406” (número 4, na Fig. 7.01, e Fig. 7.04).

O Setor de Diversões Sul e o Setor Hoteleiro Sul

Estes dois setores constituem, entre outros, o centro urbano do Plano Piloto (números 5 e 6, respectivamente, na Fig. 7.02; ver também a Fig. 7.05). Seus atributos físicos diferem daqueles da Esplanada dos Ministérios, mas principalmente quanto à mera escala - veremos como muitos dos mais típicos traços modernistas são ainda predominantes aqui, como os grandes percentuais de espaços abertos, fortes discontinuidades, ou espaços cegos, por exemplo. Tomados em conjunto, eles ilustram sobremaneira as fortes clivagens encontradas no centro do Plano Piloto, fazendo com que esta área seja a menos integrada de todas as analisadas. Novamente não há residências aqui, mas o espaço é mais intensamente utilizado no cotidiano por um número muito mais variado de pessoas do que a Esplanada. Este conjunto de dois setores centrais será sinteticamente referido, nas tabelas, como “SDS-SHS”.

A cidade-satélite do Guará-I

Este é um dos núcleos satélites mais próximos do Plano Piloto (número 8, na Fig. 7.01, e Fig. 7.06). Apresenta um esquema modernista geometricamente regular em planta, mas muito confuso para quem de fato anda pelo chão. Embora denso e com uma estrutura de espaços abertos mais claramente definida e constituída, ainda apresenta, entretanto, um alto número de espaços cegos. O uso do solo é predominantemente residencial com equipamentos locais, e, apesar de um nível de renda mais elevado, quando comparado às Superquadras Norte 405/406, e ainda um lugar majoritariamente de classe média, há um significativo número de trabalhadores manuais vivendo aqui. Será referido sinteticamente, nas tabelas, como “Guará-I”.

Setor Comercial Sul

Estamos agora de volta a outro setor do centro urbano do Plano Piloto (número 7, na Fig. 7.02, e Fig. 7.07). Esta é talvez a parte do centro da cidade que mais se parece com uma área urbana tradicional, pela razoável variedade de atividades que se localizam aqui, e pelas muitas e diversas pessoas que vêm diariamente ao lugar. Ainda assim, a função residencial, assim como a função de lazer, estão ausentes, e a vitalidade rapidamente desaparece quando cai a noite. Fisicamente é denso, com edifícios de gabarito médio a alto, e um sistema de espaços abertos relativamente bem constituído. Entretanto, muitos dos traços modernistas ainda se fazem presentes, entre eles as fortes descontinuidades que se verificam entre o Setor Comercial Sul e outras partes do centro urbano que lhe são vizinhas. Será referido sinteticamente, nas tabelas, simplesmente como “SCS”.

As Superquadras Sul 102/302

Esta é a segunda área residencial do Plano Piloto a ser estudada (número 6, na Fig. 7.01, e Fig. 7.08). Novamente apresenta os mais típicos atributos das superquadras residenciais, como já referido com respeito às Superquadras Norte 405/406, mas, diferentemente destas últimas, os edifícios são de seis pavimentos de altura, com elevadores. O uso do solo aqui é mais “ortodoxo”, e usos “não-conformes” não se verificam. Também, embora novamente um lugar quase exclusivamente de classe média, distingue-se como aquele que apresentou o mais elevado nível de renda de todas as áreas estudadas. Será referido sinteticamente, nas tabelas, como “SQSs-102/302”.

Paranoá Velho

Trata-se de uma antiga favela, que não mais existe (número 3, na Fig. 7.01, e Fig. 7.09). Foi um assentamento que se desenvolveu desde os primórdios da cidade, como acampamento de obra para trabalhadores que participaram da construção da Barragem do Paranoá, a qual formou o lago artificial abraçando o Plano Piloto. Quase todas as pessoas que viviam aqui, principalmente compostas por trabalhadores manuais, foram removidas para o assentamento do Novo Paranoá, em 1989 (ver abaixo). Apenas um pequeno número de famílias, entre os 35.000 habitantes que moravam na antiga favela, ainda conseguiam permanecer no local, por meio de autorização judicial, quando da feitura deste livro. O sistema espacial original, que desapareceu quase totalmente, era bastante denso, ricamente constituído, fortemente irregular, e intensamente utilizado pelas pessoas. Será referido, nas tabelas, como o “Paranoá Velho”.

O Setor Tradicional de Planaltina

Planaltina é uma pequena cidade do século XIX que se tornou, com a definição das fronteiras do Distrito Federal, uma das cidades-satélites de Brasília (número 1, na Fig. 7.01, e Fig. 7.10). A área em estudo aqui é o seu centro tradicional. Trata-se de um sistema espacial muito bem constituído, com uma malha viária regular, predominantemente residencial, mas incluindo também alguma atividade comercial e edifícios institucionais. É basicamente um ambiente de classe média, mas também apresenta uma parte significativa de trabalhadores manuais, e o maior percentual de pequena burguesia entre todas as áreas analisadas. Será referido sinteticamente, nas tabelas, como “Planaltina”.

O Centro de Taguatinga

Taguatinga constitui hoje a cidade-satélite mais dinâmica do Distrito Federal, economicamente falando. Encontra-se praticamente conurbada com Ceilândia, com a qual constitui um núcleo de cerca de 700.000 habitantes. A área em estudo aqui é o seu centro urbano, onde há muitos tipos de usos, incluindo hotéis, edifícios de escritórios, lojas, edifícios institucionais, até residências (número 9, na Fig. 7.01, e Fig. 7.11). Trata-se de um sistema denso, bem constituído, incluindo tanto edificações baixas como altas, embora ainda presente, como veremos, alguns atributos que revelam o seu

background modernista. O perfil de classe social dos que moram aqui é mais diversificado do que no Guará-I, incluindo tanto frações da pequena burguesia, como da burguesia, além da classe média e dos trabalhadores manuais. Será referido sinteticamente, nas tabelas, como “Taguatinga”.

Paranoá Novo

Este é o assentamento projetado pelo governo local para abrigar a população da antiga favela do Paranoá, comentada acima (número 2, na Fig. 7.01, e Fig. 7.12). Tem uma atmosfera bastante urbana, com uma malha viária predominantemente ortogonal mas muito deformada (em termos sintáticos, como veremos), e um sistema espacial bem constituído, mas apresenta também diferenças importantes quando comparado ao assentamento que substituiu, como veremos. É basicamente residencial, mas está rapidamente se tornando um importante centro comercial. Sua população é constituída principalmente por trabalhadores manuais, mas inclui também parte significativa de classe média. Apresenta uma impressionante vitalidade, sete dias por semana. Será referido, nas tabelas, por “Paranoá Novo”.

Sendo um espaço contemporâneo ao qual se pode ter acesso direto, tornou-se viável testar instrumentos de análise que não foram aplicados aos demais estudos de caso deste trabalho, desde a mensuração mais detalhada de determinados atributos do espaço físico, até o contato direto com pessoas que produzem e usam os lugares. O tipo de informação utilizada no estudo, entretanto, varia de área para área. Nos casos onde há residentes, entrevistas domiciliares foram feitas, além da realização das mensurações do espaço físico.⁴⁶⁵ Nos outros casos, não havendo sido realizadas entrevistas com os usuários, a utilização dos espaços públicos foi diretamente observada, e a interpretação das implicações de sua forma contou com o apoio da análise das demais áreas.

Ora, no Capítulo 2 (pp. 78ss.), apresentei as variáveis com as quais estaria lidando nos capítulos empíricos, nos três níveis analíticos que foram propostos - vida

⁴⁶⁵ Não foi possível entrevistar os moradores do Paranoá Velho enquanto tais, uma vez que quase a sua totalidade foi removida para o assentamento do Paranoá Novo, praticamente nada restando da antiga favela. Apenas cerca de 500 pessoas das 35.000 que habitavam a favela ganharam na justiça o direito de permanecer no antigo local, onde moram até hoje (1996). Para qualquer efeito, entretanto, podemos tomar os indicadores sócio-econômicos que caracterizam os atuais moradores do Paranoá Novo como sendo, essencialmente, os indicadores dos moradores da antiga favela.

social, vida espacial e padrões espaciais. A seguir, sugeri um intervalo de variação sócio-espacial, cujos pólos extremos foram chamados de paradigma da formalidade e paradigma da urbanidade. Finalmente, foi conjecturado, em termos preliminares, como os atributos das variáveis em todos os três níveis analíticos contribuiriam para a localização de uma determinada formação sócio-espacial num certo ponto do intervalo de formalidade/urbanidade, e como, mais especificamente, instâncias de espaço de exceção seriam caracterizadas. Recordando brevemente, o espaço de exceção significaria uma especialização do paradigma da formalidade, e ocorreria quando agentes e/ou práticas tendo a ver com dimensões superestruturais da ordem social, corresponderiam exclusivamente a porções isoladas e claramente delimitadas do território. Isto viria junto com arranjos sociais altamente segmentados, com fronteiras rigidamente definidas e controladas, e fortemente hierarquizados (p. 106).

Nos Capítulos 3, 4 e 5, testei esta conjectura apresentada no Capítulo 2, mas o fiz sem qualquer tentativa de quantificação, por razões já comentadas (em resumo: primeiro, os dados disponíveis sobre aqueles estudos de caso são desiguais, e, segundo, foi utilizada uma oportunidade para demonstrar que é possível realizar uma análise sintática rigorosa - ainda que limitada até certo ponto - sem empregar-se toda a potencialidade das técnicas sintáticas disponíveis). Este foi, digamos, um teste “qualitativo” pelo qual se observou como padrões espaciais apresentavam uma “maior” ou “menor” proporção de espaços abertos, “mais fraca” ou “mais forte” constitutividade, “maiores” ou “menores” unidades médias de espaços convexos, estruturas “mais” ou “menos” distributivas, por um lado, e como isso se relacionava, por exemplo, com sistemas de encontros fortemente ritualizados, por outro. Acredito que a conjectura inicial confirmou-se em grande medida (com as qualificações que o leitor encontrou naqueles capítulos), por meio das co-variações que foram identificadas. Neste Capítulo, o teste continua, mas formalidade e urbanidade - assim como o caso-limite do espaço de exceção - mostraram-se em números, pelo menos na medida em que foi possível fazer-se no estágio atual desta pesquisa.

Como nos estudos de caso anteriores, a análise percorrerá os três níveis analíticos como propostos no Capítulo 2, e será seguida de comentários gerais sobre as correlações encontradas entre eles. Como já observei, estas três instâncias analíticas estão novamente ordenadas como no Capítulo 2, assim re-invertendo a ordem da

argumentação, comparadamente aos capítulos 3, 4 e 5. Como há uma análise muito mais detalhada dos padrões espaciais, e como muitas referências são feitas a estes últimos durante a discussão relativa à vida espacial e à vida social, tal inversão pareceu permitir uma exposição mais “econômica” das idéias.

PADRÕES ESPACIAIS

Introdução

Há enorme variação morfológica entre as diversas áreas estudadas no Distrito Federal.⁴⁶⁶ Procurarei identificar as características de cada fração urbana estudada, em termos das idéias de formalidade e urbanidade propostas. Mais importante, procurarei verificar as relações existentes entre os padrões espaciais destas áreas, o modo de utilização de seus espaços abertos, e as características sócio-econômicas gerais da população envolvida, levando em conta os depoimentos da população obtidos por meio de entrevistas domiciliares.

A caracterização dos padrões espaciais das áreas estudadas, em termos de formalidade e/ou urbanidade, pressupõe algumas hipóteses pelas quais determinados atributos físicos correspondem a um, ou a outro polo deste intervalo.⁴⁶⁷ Essas hipóteses estão discutidas abaixo. Antes disto, gostaria apenas de lembrar que definir quais valores numéricos são “formais” e quais são “urbanos” significa conjecturar quais têm a ver com o “que não é espontâneo, que se atém a fórmulas estabelecidas, convencional”, por um lado, e com “cortês, afável, relativo à negociação continuada de interesses”, por outro (p. 110 CHECAR POSTERIORMENTE). No contexto deste trabalho, como vimos ao longo da análise empírica realizada até agora, formalidade e urbanidade foram desdobradas, respectivamente, em a) ritual, hierarquia, autoridade forte, e b) secularidade, intercâmbio de papéis sociais, igualdade, democracia. Para ilustrar a discussão que se segue, irei me referir eventualmente aos estudos de caso dos capítulos anteriores,

⁴⁶⁶ Para uma análise quantitativa mais detalhada, o leitor é referido ao *ANEXO 3*. Também, todas as tabelas citadas aqui encontram-se ao final deste mesmo anexo.

⁴⁶⁷ Como já indicado (p. 105 VERIFICAR A PÁGINA), os valores obtidos para cada variável foram normalizados num intervalo numérico variando de 1 a 5, significando respectivamente máxima formalidade e máxima urbanidade. Na seqüência, a média dos valores normalizados das categorias, para cada área de estudo, foi calculada, resultando na *medida de urbanidade* (URB) daquela área

assim como a outros estudos de caso encontrados na literatura. Como o leitor verificará, junto ao título por extenso de cada uma das variáveis discutidas abaixo, encontra-se uma codificação alfabética - explicada logo a seguir -, para efeito de sua referenciação sintética, seja no texto, seja nas tabelas onde elas aparecem.

1. Percentual de espaços abertos sobre a área total de estudo. (y/A)

Na codificação *y* significa a área dos espaços abertos, e *A* a área total da porção urbana em questão.

Quanto maior o percentual de espaços abertos (i.e., quanto mais rarefeita a paisagem construída), mais formal ela será considerada (lembremo-nos dos Maias). Comportamento ritualizado parece historicamente necessário para superar grandes distâncias. O extremo de formalidade encontrado é de 91.4% de espaços abertos, para as Superquadras Norte 405/406, enquanto o extremo de urbanidade é 27.7%, encontrado em Santo Antônio do Descoberto, uma área urbana na periferia imediata do Distrito Federal. De maneira a se obter uma idéia visual desta variável entre as dez áreas analisadas, compare-se os mapas de ilhas espaciais das Superquadras Norte 405/406 (Fig. 7.33) e de Planaltina (Fig. 7.78). (A Tabela 03 apresenta as mensurações obtidas nas nove variáveis sintáticas de padrões espaciais, para dezessete áreas do Distrito Federal)

2. Espaço convexo médio. (y/C)

Na codificação, *y* significa, como antes, a superfície total de espaço aberto, e *C* o número total de espaços convexos

No que diz respeito a esta variável, resgatei uma conhecida afirmação de Mary Douglas: “maior espaço significa mais formalidade, proximidade significa intimidade.”⁴⁶⁸ Sem dúvida, considere-se os grandes largos que ressaltam edifícios públicos, as esplanadas barrocas, ou a "hausmanização" de Paris, quando comparados à escala do tecido secular das cidades medievais, ou das cidades coloniais brasileiras. Quanto maior o espaço convexo médio (o leitor se recordará que se trata aqui de uma unidade de espaço aberto, como uma rua ou praça), mais teremos um assentamento formal como um todo - e não simplesmente a existência de “pedaços” formais (como grandes praças

⁴⁶⁸ Douglas, Mary (1973) *Natural Symbols - Explorations in Cosmology*, Barrie & Jenkins, London, p. 101.

ou esplanadas, por exemplo) no sistema espacial. Vale comentar que se trata aqui de algo diferente da variável 1, porque podemos ter um sistema convexo altamente sincronizado (ruas retas e longas, implicando assim não apenas longas linhas axiais, mas também grandes unidades convexas, por exemplo), sem termos altos percentuais de espaço aberto. Entre as áreas analisadas, não surpreende que a mais formal seja a Esplanada dos Ministérios com espaço médio de 6684m², enquanto a mais urbana é o Paranoá Velho, com 410m². (Ver, respectivamente, os mapas de convexidade nas Figs. 7.23 e 7.75)

Tabela 03. Mensuração das variáveis analíticas para 17 áreas do Distrito Federal, Brasil.

ÁREA	VARIÁVEIS									
	y/A	y/C	x/C	Cb	y/x	Ip/x	GRA	RRA	1/RRA	INT
Esplanada	86.4	6684	0.81	67.5	8232	161.0	0.34	0.5988	1.67	0.61
SQNs-405/406	91.4	1466	1.28	66.7	1142	23.3	0.49	0.2991	3.34	0.77
SDS-SHS	74.1	1139	3.00	37.3	379	19.6	0.29	1.2203	0.81	0.43
Guará-I	71.5	1604	5.46	31.4	293	16.9	0.13	0.6090	1.64	0.66
SCS	72.5	1335	2.33	44.5	573	27.4	0.32	0.6050	1.65	0.89
SQSS-102/302	54.2	857	1.72	30.5	499	19.1	0.29	0.4038	2.47	0.72
Paranoá Velho	38.2	410	2.95	17.4	138	17.3	0.11	0.8790	1.13	0.46
Planaltina	32.4	3050	11.00	6.6	277	25.2	0.60	0.4658	2.14	0.98
Taguatinga	36.7	2484	11.87	14.4	209	16.8	0.21	0.6125	1.63	0.66
Paranoá Novo	34.4	1197	13.50	5.2	89	26.3	0.10	0.7227	1.38	0.57
Brazlândia	39.5	2557	7.41	24.5	344	26.9	0.66	0.5004	1.99	0.93
Guará-II	60.9	2041	9.18	43.3	222	14.4	0.15	0.7231	1.38	0.56
Cruzeiro Velho	54.2	1940	11.32	47.1	171	23.9	0.18	0.5714	1.75	0.75
Sobradinho	65.8	3573	6.60	58.2	541	20.7	0.30	0.4574	2.18	0.73
St. Antônio	27.7	2621	11.41	6.1	230	19.8	0.34	0.6851	1.45	0.62
SDS	49.3	198	2.55	42.6	78	17.0	0.43	0.7381	1.35	0.78
SHS	78.9	2718	3.39	28.6	801	24.9	0.50	0.8343	1.19	0.88
MÉDIAS	59.9	2110	5.14	32.4	1136	34.1	0.32	0.6580	1.51	0.68

3. Número médio de entradas por espaço convexo. (x/C)

Na codificação, x refere-se ao número total de entradas, e C , como antes, ao número total de espaços convexos.

Quanto menor a relação entre entradas e espaços convexos, mais formal será o sistema. Considere-se como na “formal” Teotihuacán, por exemplo (ilustrada na Fig. I.03), apenas poucos e grandes edifícios não seculares abrem para o espaço central.⁴⁶⁹ Por outro lado, a maximização de transições entre interior e exterior cria um maior potencial para interações no âmbito público da vida cotidiana, um traço de urbanidade tão

⁴⁶⁹ Como comentado em Hillier, Bill (1989) “The Architecture of the Urban Object”, *Ekistics*, n. 334/335, jan-apr, 1989, pp. 5-21.

apreciado por Jane Jacobs quando comentava sobre Nova York, por exemplo.⁴⁷⁰ Entre as dez áreas em estudo, a mais formal é novamente a Esplanada com apenas 0.81 transições entre espaço fechado e aberto, por espaço convexo, e a mais urbana é o Novo Paranoá, com 13.5.

4. *Percentagem de espaços convexos cegos. (C_b)*

Na codificação, C refere-se novamente ao número total de espaços convexos, e o subscripto b refere-se a "blind" ("cego", em inglês).

O desempenho desta variável é semelhante ao da variável anterior, mas é importante registrar este caso limite, onde o número de entradas de um espaço é zero. Claro que, quanto maior o percentual de espaços cegos, mais formal o sistema. Veremos que tanto a proliferação de espaços cegos quanto sua distribuição são extremamente importantes na caracterização dos tipos mórficos. Entre as dez áreas analisadas, a mais formal é novamente a Esplanada, com 67.5% de espaços cegos, e a mais urbana é também o Paranoá Novo, com apenas 5.2%. (Ver os respectivos mapas de espaços cegos nas Figs. 7.24 e 7.92)

5. *Metros quadrados de espaço convexo por entrada. entrada (y/x)*

Na codificação, como antes, y refere-se à área total aberta, e x ao número de entradas do lugar em estudo.

Enquanto na variável 3 consideramos o número de entradas por espaço convexo, aqui trata-se do "grau de diluição" das entradas na superfície de espaço aberto. Quanto maior esta diluição, mais formal o sistema será considerado, pois mais superfície de espaço aberto terá de ser vencida para estabelecer interações sociais. Por outro lado, espaços abertos intensamente constituídos (ou seja, alimentados por portas) têm a ver com a maximização de encontros informais nos lugares públicos. Pensemos nas vilas Hopi, por exemplo, cujas ilustrações sugerem que uma casa tem freqüentemente mais de uma porta para o exterior (Capítulo 3). Exatamente o mesmo princípio existe em outros lugares do mundo, como por exemplo na cidade italiana de Cisternino, o sistema de espaços abertos mais intensamente constituído que conheci até hoje: sala de estar, cozinha, e mesmo quartos de dormir *de uma mesma casa* podem abrir

⁴⁷⁰ Jacobs, J (1961) *The Death and Life of Great American Cities*, Random House, New York.

independentemente para a rua, e podem até se intercalar com ambientes de *outras* casas, fazendo das ruas em realidade parte do espaço doméstico de várias residências ao mesmo tempo, assim potencializando as relações entre vizinhos (Fig. 7.85). Entre as dez áreas analisadas, a mais formal é ainda a Esplanada com 8232m² de espaço aberto por constituição, e a mais urbana é ainda o Paranoá Novo com 89m².

6. Metros lineares do perímetro das barreiras por entrada. (I_p/x)

Na codificação, I_p significa o perímetro das barreiras, e x significa, novamente, o número de entradas.

Em vez de considerar as relações entre entradas e espaço aberto, agora trata-se da relação entre entradas e o perímetro das barreiras. Claro, esta é uma outra maneira de se medir a “diluição” das entradas sobre o sistema, e, de maneira similar ao raciocínio apresentado acima, quanto maior este valor, mais formal o sistema. Mas é interessante considerar esta variável de *per si*, pois há casos, como comentarei, nos quais os valores encontrados nesta variável podem contribuir para urbanidade, em sistemas predominantemente formais. Entre as dez áreas analisadas, a mais formal é uma vez mais a Esplanada, com 161.0 metros lineares de perímetro de barreiras por entrada, e a mais urbana é Taguatinga, com 16.8 metros lineares.

7. Economia da malha. (GRA)

Na codificação, GRA corresponde à denominação em inglês, para esta variável: "grid axiality".

Vimos que a economia da malha de uma área tem a ver com o número de linhas axiais relativo ao número de barreiras desta área: quanto menor o número de linhas, mais econômica a malha. Minha conjectura quanto a esta variável é que, tanto um número relativo muito elevado de linhas axiais, quanto um número relativo muito baixo de linhas axiais, ambos com respeito ao número de barreiras - i.e., valores da economia da trama que se aproximam tanto de 0 quanto de 1 - constituem o paradigma da formalidade. Por outro lado, valores que estão pelo meio da escala constituem o paradigma da urbanidade. O embasamento desta conjectura será exposto abaixo, mas antes é necessário tecer algumas considerações sobre dois tipos diferentes de proliferação de linhas que verificamos nos nossos testes.

Nossos estudos de caso sugerem que podemos ter proliferação “dura” ou “suave”.⁴⁷¹ A versão “dura” surge quando, em tecidos urbanos densos (pequeno percentual de espaços abertos), um alto número de linhas, geralmente curtas, é bloqueado por barreiras. Temos dois exemplos claros disto: o Paranoá Velho e o Novo (Figs. 7.77 e 7.93, respectivamente). A versão “suave” surge em sistemas rarefeitos, nos quais, entretanto, o posicionamento das barreiras no chão requer um alto número de linhas axiais, geralmente longas, para cobrir toda a superfície de espaço aberto. Este é claramente o caso das áreas residenciais do Plano Piloto (ver o mapa axial das Superquadras Norte 405/406 e seu entorno, Fig. 7.38). A questão porém é: estes dois tipos de proliferação têm as mesmas implicações para urbanidade, independentemente da integração, e quais são estas implicações?

Sugiro que os sistemas urbanos mais bem sucedidos nem minimizam, nem maximizam a economia da trama, pelas seguintes razões. Primeiro, a maximização da economia (valores tendendo a 1), da qual a quase perfeita trama ortogonal das cidades norte-americanas é o mais típico exemplo, significa indiferenciação, e assim desordem: nestes casos, a economia da trama, por si própria, não contribui para a estruturação da co-presença, na medida em que os níveis de co-presença, outros aspectos mantidos constantes, tendem a se distribuir uniformemente pelo sistema. O máximo de economia corresponderá, nos meus termos, a máxima formalidade. Segundo, a minimização da economia (ou seja, a super-proliferação de linhas, com valores tendendo a 0), de ambas as versões, “dura” e “suave”, parecem ter ambas más conseqüências para urbanidade, considerando: a) na versão “dura”, a proliferação de linhas curtas que são interrompidas por barreiras, maximizam o “efeito gueto” nas áreas nas quais elas ocorrem (o exemplo extremo é o labirinto hipotético); na versão “suave”, a proliferação de longas linhas maximizam a permeabilidade nas áreas em que ocorrem, levando igualmente à ausência de contribuição da trama para a diferenciação dos níveis de co-presença. Assim a proliferação de linhas novamente corresponderá, nos meus termos, a formalidade. Finalmente, e de acordo com o que acabei de propor, tramas “equilibradas” corresponderão a urbanidade, na medida em que elas constituem o grau “ótimo” de diferenciação morfológica pelo qual a malha contribui para níveis de co-presença igualmente diferenciados.

⁴⁷¹ Estes termos foram empregados, com sentido similar, por Hillier & Hanson (1984), *post scriptum*.

Entre as dez áreas analisadas, a mais formal é o Paranoá Novo, apresentando um baixíssima economia da malha (0.10), em sua versão “dura”: note-se como uma quantidade enorme de soluções em "T" são encontradas no sistema viário, o que faz cair muito os valores nesta variável (ver Fig. 7.93). A Esplanada dos Ministérios, apresentando uma malha equilibradamente econômica (0.34) é, nesta variável, a área de maior urbanidade da amostra, seguida de perto pelo Setor Comercial Sul (Figs. 7.25 e 7.66, respectivamente).

8. Integração. (*RRA* ou $1/RRA$).

Na codificação, *RRA* significa "real relative asymmetry" ("relativa assimetria real", em inglês). Cada vez é mais usual encontrarmos na literatura a recíproca da medida de "assimetria" ($1/RRA$), especificamente referida como "medida de integração". Será esta aquela mais freqüentemente utilizada neste trabalho.

Há uma significativa evidência empírica que sugere que quanto mais profundo o sistema (baixa integração, portanto), mais difícil a apropriação por parte do pedestre, particularmente pelos estranhos ao lugar, que em geral constituem a maioria das pessoas nos espaços públicos. Os estudos de Hillier quanto ao “efeito de gueto” dos conjuntos habitacionais em Londres são particularmente eloqüentes neste sentido.⁴⁷² Entretanto, a análise de sistemas extremamente rasos em Brasília, sugere que a maximização da integração, maximiza igualmente o controle em favor do estranho ao lugar, em detrimento do controle do habitante. Além disso, a mínima profundidade das superquadras, por exemplo, também significa um espaço muito pouco diferenciado, do ponto de vista da análise sintática. O resultado é que, também aqui, como nos exemplos dos espaços labirínticos aos quais Hillier se referiu em Londres, a predictibilidade cai a valores muito baixos. As implicações sociais para um ou outro caso são diferentes: nos labirintos profundos, temos, novamente, o “efeito de gueto”, que impede o estranho de naturalmente penetrar nas partes internas do lugar, maximizando o controle local, em detrimento do controle do estranho; na banalização da permeabilidade, pelo contrário, eliminamos completamente a existência de espaços que são relativamente segregados, maximizando o controle do estranho, em detrimento do controle do habitante local. Nenhuma das alternativas caracteriza o que estamos chamando aqui de urbanidade, desde que esta

⁴⁷² Hillier (1989), op. cit.

pressupõe a existência de equilíbrio entre habitantes e estranhos, sem maximizar a importância de nenhum deles em detrimento do outro.

Entre as dez áreas analisadas, a mais formal é o Setor de Diversões Sul/Setor Hoteleiro Sul, apresentando a mais baixa integração de todas: 0.82 (Fig. 7.51). Mas as Superquadras Norte 405/406, apresentando a mais alta de todas as medidas de integração (3.34, Fig. 7.37), é também muito formal, de acordo com o exposto acima. A mais urbana de todas as áreas é o Paranoá Novo, apresentando uma integração de 1.38 (Fig. 7.93).

9. *Inteligibilidade(INT)*

Propomos aqui a codificação *INT* para a medida de Inteligibilidade, a última entre as medidas sintáticas que traduzi numericamente para o intervalo de formalidade/urbanidade. Como já visto no Capítulo 2, há um vasto corpo de evidência pelo qual quanto mais inteligível o sistema, mais a co-presença é previsível a partir da medida de integração. Por seu lado, sistemas não-inteligíveis implicam que a ocupação de pedestres ao longo das linhas axiais tende a ser aleatória, e a trama não contribui para uma clara diferenciação entre os lugares, em termos de co-presença. Em correspondência com estas descobertas de pesquisas já realizadas, sugerirei o seguinte: a diferenciação axial, que em altas condições de inteligibilidade faz corresponder às linhas mais integradas do sistema os mais elevados índices de co-presença, é típica dos sistemas urbanos mais bem sucedidos, pelo que tende a haver um equilíbrio ótimo entre as áreas mais dinâmicas e as mais tranquilas. Assim, neste trabalho, quanto mais inteligível o sistema, mais urbano ele será considerado. Por tal critério, a mais urbana de todas as áreas analisadas foi a vernacular Planaltina (Inteligibilidade de 0.98), e a mais formal foi o conjunto constituído pelos Setores de Diversões Sul e Hoteleiro Sul (Inteligibilidade de 0.43). Veremos, entretanto, que a evidência com a qual lidei neste trabalho, sugere importantes qualificações para esta conjectura.

Podemos agora passar à discussão dos padrões espaciais encontrados no Distrito Federal, mas gostaria antes de observar dois pontos. Primeiro, há um aspecto que não foi claramente reconhecido pela literatura, como seja o fato de um lugar específico

poder apresentar valores contraditórios, no que diz respeito às mensurações obtidas: algumas áreas urbanas podem apresentar atributos “formais”, ao mesmo tempo em que apresentam também atributos “urbanos” (darei exemplos disto). Igualmente, não há na literatura procedimento proposto pelo qual possamos identificar, *em média*, como se situa uma determinada área em termos de formalidade/urbanidade, considerados *todos* os seus atributos sintáticos em conjunto. Os procedimentos utilizados neste trabalho - para cujo conhecimento numérico mais detalhado remetemos o leitor ao *Anexo 3* - permite duas coisas: a) chegarmos à *medida de urbanidade* (URB) de uma determinada área, já referida no *Capítulo 2*, que dá sua localização no intervalo de 1 (máximo de formalidade) a 5 (máximo de urbanidade); b) identificarmos exatamente onde os “pontos fracos” de um sistema se situam, se queremos perseguir, digamos, o paradigma da urbanidade. Por exemplo, no caso de um processo de renovação urbana de um lugar assim analisado, a intervenção pode ser direcionada precisamente em termos da transformação daqueles aspectos responsáveis pelos resultados mais formais nas variáveis de análise: o redesenho pode ser feito no sentido da aproximação dos atributos identificados, aos valores que melhor caracterizam a urbanidade.⁴⁷³ (Na tabela 04 encontram-se as mensurações sintáticas normalizadas, para as áreas estudadas em maior detalhe no Distrito Federal. À codificação das mensurações normalizadas foi acrescentado um subscrito "n", para distingui-las das não-normalizadas)

Em segundo lugar, organizei a discussão que se segue em função dos atributos fundamentais que constituem a identidade sintática da formação espacial do Distrito Federal no Brasil, e como estes atributos levam à localização da amostra em estudo dentro dos âmbitos dos paradigmas da formalidade e da urbanidade. Assim, em cada um dos tópicos abaixo, não estarei lidando com áreas específicas, ou com variáveis específicas, mas com *questões morfológicas* específicas. Em cada tópico, áreas e variáveis serão comparadas, agrupadas, ou contrastadas, de maneira a caracterizar-se estas questões, implicando igualmente o intervalo de variações que encontramos na nossa amostra.

⁴⁷³ O leitor se recordará do Capítulo 1, onde os aspectos de co-presença do desempenho espacial foram colocados como *uma* das dimensões arquiteturais a serem consideradas. Assim, em exemplos concretos, uma medida baixa de urbanidade pode ser aceitável. Comentarei mais sobre isto ao longo da análise empírica que se segue.

Permeabilidade maximizada

As superquadras de Brasília constituem um tipo mórfico muito peculiar. Seu atributo fundamental é a permeabilidade generalizada. As Superquadras Norte 405/406, por exemplo (Figs. 7.32ss), apresentam o espaço mais raso de todas as áreas estudadas (a integração é de 3.44) e nenhuma linha axial é mais profunda do que 1 em relação ao entorno. Além disso, seu mapa de barreiras revela um percentual muito alto de espaços abertos em relação à área total (91.4%). Se não considerarmos o comércio local, e os edifícios das escolas, igreja e posto de combustível, todas as barreiras coincidem com as prumadas de circulação vertical dos edifícios de apartamentos. Temos assim, tipicamente, um grande número de barreiras muito pequenas.

Tabela 04. Mensurações normalizadas.

ÁREA	VARIÁVEIS									
	y/A _n	y/C _n	x/C _n	C _{bn}	y/x _n	Ip/x _n	GRA _n	RRA _n	INT _n	URB
Esplanada	1.27	.67	1.04	1.20	.93	.92	4.13	3.78	2.49	1.83
SQNs-405/406	1.07	3.23	1.33	1.23	1.90	3.00	3.58	1.24	3.73	2.26
SDS-SHS	1.85	3.55	2.09	2.61	2.83	3.34	4.08	.90	.87	2.46
Guará-I	1.98	3.08	2.88	2.97	3.10	3.66	2.09	3.82	2.90	2.94
SCS	1.93	3.34	1.83	2.21	2.44	2.72	4.08	3.81	4.54	2.99
SQs-102/302	2.97	3.86	1.55	3.02	2.56	3.39	3.94	2.42	3.37	3.01
Paranoá Velho	4.05	4.41	2.07	3.94	4.07	3.60	1.72	3.84	1.16	3.21
Planaltina	4.48	2.00	4.19	4.79	3.17	2.86	2.11	2.97	5.08	3.52
Taguatinga	4.17	2.37	4.36	4.17	3.50	3.67	3.25	3.84	2.90	3.58
Paranoá Novo	4.33	3.48	4.67	4.91	4.77	2.79	1.52	4.08	2.15	3.63
MÉDIAS	2.81	3	2.6	3.11	3.37	3	3.05	3.07	2.92	2.94

É interessante notar, entretanto, que isto não significa uma malha muito econômica: 0.49. Embora posicionadas ortogonalmente entre si, as prumadas de circulação vertical são irregularmente posicionadas no plano, assim gerando um número não muito econômico de linhas axiais, quando relacionado ao número de barreiras. Este é um dos exemplos comentados acima, onde se verifica a relativa independência destas duas variáveis - a economia da trama e a integração.

A ocorrência simultânea destes dois atributos (alta permeabilidade e proliferação de linhas) significa, em outras palavras, que temos um mapa axial muito

“arbitrário”, no sentido de que muitos outros mapas poderiam eventualmente ser desenhados para a mesma área, com linhas em diferentes direções, mas que implicariam as mesmas mensurações sintáticas. Este não é o caso de Planaltina (Figs. 7.78ss.) ou do Paranoá Velho (Figs. 7.74ss.), onde temos estruturas axiais muito “determinísticas”, ou seja, o mapa de axialidade desenhado é praticamente o único possível de ser desenhado. Nenhuma ambigüidade dá lugar a mapas axiais alternativos. É importante observar isto, porque nas Superquadras Norte 405/406, como nas superquadras em geral, tal estrutura axial “arbitrária” significa, na realidade, que as possibilidades de movimento de pedestres ultrapassam em muito as possibilidades indicadas pelo mapa de axialidade, com conseqüências específicas para o uso do espaço, como comentarei posteriormente. No Paranoá Velho, não havia possibilidade de linhas de movimento de pedestres além daquelas já indicadas pelo mapa de axialidade.

Maximização de permeabilidade e altos percentuais de espaços abertos, colocam as superquadras de Brasília, quando comparadas a outros projetos modernistas, entre as versões mais “suaves” do genótipo moderno: elas não investem em profundidade, nem em densidade, nem em sistemas axiais de tipo labiríntico.⁴⁷⁴ Globalmente, elas invertem, ponto por ponto, os conjuntos habitacionais londrinos comentados por Hillier.⁴⁷⁵ Entretanto, pelos parâmetros propostos aqui, as superquadras são fortemente formais, não apenas pelos seus atributos axiais já comentados, como também por dois importantes atributos convexos: o grande número de espaços cegos e o pequeno número de entradas por espaço convexo. Para as Superquadras Norte 405/406 temos, respectivamente, 66.7% de espaços cegos e apenas 1.28 entradas por espaço convexo. Ambos têm a ver com a dispersão das barreiras, e com o fato de que há uma forte correspondência entre o número de barreiras e o número de entradas, gerando-se assim muitas paredes sem aberturas. Estes atributos locais e globais resultam numa mensuração baixa de urbanidade (2.26), superior apenas àquela encontrada na Esplanada dos Ministérios (1.83).

A modernidade é cega

⁴⁷⁴ Formas modernistas “dura” e “suave” são expressões propostas por Hillier & Hanson (1984), op. cit. Ver particularmente o postscriptum, pp. 266 ss.

⁴⁷⁵ Hillier, Bill (1988) "Against enclosure", in N. Teymur, T. Markus, T. Wooley (eds.) *Rehumanizing Housing* (London, Butterworth), pp. 63-85.

É claro que espaços cegos não ocorrem apenas nas superquadras. Pelo contrário, este é talvez um dos mais típicos atributos dos tipos mórficos modernistas, independentemente de densidades. Podemos observar o fenômeno nas áreas centrais do Plano Piloto, assim como nas cidades-satélites de Brasília: o Setor Comercial Sul (Fig. 7.65) apresenta 44.5% de espaços cegos, enquanto a cidade do Guará-I, com uma forma mais aproximada à malha de ruas (Fig. 7.56), ainda apresenta 31.4%. No caso do Setor Comercial Sul, os espaços cegos formam um claro anel na periferia do lugar. Isto reproduz uma típica estratégia de desenho modernista: partes da cidade são pensadas como todos independentes, em vez de partes de um todo maior. Neste caso, isto contribui mais ainda para o isolamento deste Setor das partes mais centrais do centro, fortalecendo as marcantes descontinuidades que encontramos na área central do Plano Piloto.

Mas a Esplanada dos Ministérios é a campeã, apoiando a idéia de que a formalidade é, por excelência, cega: 67.5% de espaços cegos (Fig. 7.24). Este alto grau de cegueira espacial está relacionado a uma série de atributos. Todos edifícios são entidades isoladas. Não há um só exemplo de agregação de células fechadas, muito pelo contrário: muitas delas se subdividem em um edifício principal e vários anexos, conectados à “unidade-mãe” por passagens subterrâneas ou túneis elevados. Tal “arquitetura de tatu” implica muitas fachadas cegas, aumentando o percentual total de espaços cegos. Também, o fato de que a Esplanada foi construída sobre um terrapleno, contribui significativamente para isto: há uma barreira não constituída que cerca quase inteiramente o lugar, exceto pelas vias que aqui chegam (parte deste talude está ilustrado na Fig. 7.03).

Além disso, vale a pena chamar a atenção para o fato de que não há uma única porta abrindo diretamente para o espaço convexo central da Esplanada. Por um lado, este espaço está ladeado completamente por empenas cegas (nem portas, nem janelas) dos edifícios ministeriais, cujas aberturas dão para unidades convexas laterais secundárias (Figs. 7.26-27). Por outro lado, quando os edifícios efetivamente abrem para este espaço (como a Catedral, o Ministério das Relações Exteriores, o Congresso), tal relação *nunca* é direta, e muitos são os artifícios responsáveis por isso: rampas, túneis, espelhos d’água com passarelas. Tais artifícios foram tratados, na minha análise, como espaços convexos que funcionam como “amortecedores” entre o sistema aberto em geral, e o interior dos edifícios (Figs. 7.28-30).

Tudo isso contrasta fortemente com o Paranoá Velho, o assentamento vernacular de Planaltina, e o Paranoá Novo, no que diz respeito aos espaços cegos: respectivamente 17.4%, 6.6% e 5.20%, para estas áreas (Figs. 7.76, 7.80 e 7.92). No caso da antiga favela, era a forte irregularidade geométrica das barreiras, implicando um grande número de pequenos espaços convexos, que causava um valor ainda relativamente elevado nesta variável. Mas duas coisas devem ser observadas: 1) os espaços cegos se distribuíam aleatoriamente pelo lugar, sem formar qualquer padrão de continuidade, e 2) nunca tínhamos que andar longas distâncias sem que passássemos diante de uma porta, como pode ser visto no mapa de convexidade, na Fig. 7.76.

Uma caricatura de urbanidade

Lúcio Costa pensou nos setores Comerciais e de Diversões, particularmente o último, como aqueles nos quais a escala “gregária” das áreas urbanas centrais tradicionais, seria reproduzida: Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées, assim como a movimentada Rua do Ouvidor, no centro do Rio de Janeiro, foram explicitamente citadas como tendo servido de inspiração para estas áreas.⁴⁷⁶ Entretanto, novamente aqui encontramos certos traços modernistas que contrastam com as citadas áreas urbanas históricas. O Setor de Diversões Sul (número 5, na Fig. 7.02, e Figs. 7.49-51, nas quais ele é apresentado junto com o Setor Hoteleiro Sul) é particularmente ilustrativo a este respeito. Por um lado, temos: um baixo percentual de espaços abertos (49.3%); o menor espaço convexo médio entre todas as áreas analisadas (198m²); e, congruentemente, uma relação de espaço aberto por entrada muito baixa (78m²). Mas a quantidade de espaços cegos nas partes internas do Setor ainda é muito alta (42.6%) e, mais importante ainda, vários artifícios contribuem para um radical isolamento do Setor das partes do Centro que lhe são vizinhas: passarelas, parques de estacionamento, áreas verdes, taludes (Fig. 7.52).

Considerado isoladamente, o Setor Hoteleiro Sul apresenta um quadro muito mais formal (nos meus termos) do que o Setor de Diversões Sul: um grande percentual de espaços abertos (78.9%); um espaço convexo médio bem maior (2718m²); e uma ainda maior relação entre espaço aberto por entrada (801m²). Mas a questão aqui é

⁴⁷⁶ Costa, Lúcio (1974) “Relatório do Plano Piloto de Brasília”, in Senado Federal (1974) *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*, Brasília, p. 323-4.

mostrar como os dois setores tem um desempenho como um todo, pois isto é típico do que acontece no centro do Plano Piloto de Brasília: tal conjunto constitui a área urbana mais segregada de toda a nossa amostra (integração de apenas 0.81), assim como apresenta a mais baixa medida de inteligibilidade (0.43).⁴⁷⁷ Isto diz muito a respeito da desintegração das várias partes do Centro de Brasília entre si, pois a mesma impermeabilidade que caracteriza este par de setores, reproduz-se em vários outros exemplos: a) os Setores Bancários e Culturais, respectivamente, tanto Norte como Sul; b) o Setor de Diversões Norte e o Setor Hoteleiro Norte; c) novamente os Setores Bancários e de Autarquias, respectivamente, tanto Norte como Sul (ver localização destes setores na Fig. 7.02). Mais uma vez, atributos como escala podem ter sido adequadamente reproduzidos nos setores de diversões, mas as características sintáticas mais relacionais da área, no nível local e global, foram completamente revertidas, comparadas a áreas urbanas históricas. Ironicamente, resultou que a área do centro onde melhor se deveria reproduzir a urbanidade das cidades tradicionais, constitui uma de suas partes mais segregadas, no que diz respeito às suas relações com o entorno. O Setor de Diversões Sul tornou-se uma das partes do Plano Piloto mais deterioradas, e sua sintaxe tem certamente boa parcela de responsabilidade nisto.⁴⁷⁸ (Fig. 7.53)

Formalidade local, urbanidade global - e vice-versa

A literatura sintática tem frisado que as medidas globais são aquelas que apresentam melhores correlações entre atributos espaciais e o uso do espaço.⁴⁷⁹ Entre estas, a medida de integração tem ocupado lugar de honra. Entretanto, o estudo da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, sugere algumas qualificações importantes em relação a isto (Figs. 7.22ss.). É verdade que o lugar é fortemente segregado de seu entorno, ou seja, do resto do centro do Plano Piloto e da cidade como um todo. Mas tal segregação é mais geométrica do que sintática, assim como mais local do que global. Eixos muito integrados conectam a Esplanada ao resto do centro e à cidade e, em si mesma, a Esplanada é bem estruturada globalmente: a economia da malha é equilibrada (0.34), a

⁴⁷⁷ Na *Tabela 04* o Setor de Diversões Sul aparece somente junto com o Setor Hoteleiro Sul, de maneira a acentuar-se a segregação das diversas parte do centro de Brasília entre si. Também incluir, nesta tabela, os Setores de Diversões Sul e Hoteleiro Sul isoladamente teria significado indesejável redundância estatística.

⁴⁷⁸ Outros fatores certamente contribuíram para esta situação, tais como a baixa qualidade arquitetônica das edificações. Mas uma sintaxe mais urbana seguramente teria feito alguma diferença.

⁴⁷⁹ Como em Hillier et al. (1987b), op. cit.

medida de integração não é excessivamente baixa nem alta (1.67), embora sua inteligibilidade caia relativamente (0.61). Mas quando se trata de atributos locais, o desempenho do lugar despenca, do ponto de vista da urbanidade: o tamanho médio dos espaços convexos (6684m²), a relação de espaço aberto por entrada (8232m²), ou o percentual de espaços cegos (67.5), são os piores encontrados entre todas as áreas analisadas. Surgiu, no que diz respeito aos padrões espaciais, que estes atributos locais são, mais do que quaisquer outros, os responsáveis pela identidade sintática do lugar.

É claro que este desempenho sintático não surpreende, mas a questão não é se a Esplanada deveria ou não ter esta identidade formal. Frequentemente, as cidades ao longo da história apresentam exemplos de ambas instâncias espaciais - urbana e formal. A questão é a total separação da instância da formalidade da instância da urbanidade em Brasília. Se tomarmos Westminster, em Londres, ou Champs Elysées, em Paris, por exemplo, verificamos que a sintaxe destes lugares é completamente diferente daquela que encontramos na Esplanada: não apenas a integração com a área do entorno é muito mais forte, mas as próprias variáveis sintáticas locais contribuem para uma apropriação diária maior destes lugares, embora, obviamente, num grau menor do que nas partes mais urbanas daquelas cidades. O que distingue Brasília destas capitais é o isolamento muito mais forte das dimensões superestruturais da ordem social, dentro do tecido da cidade. Isto reproduz, numa escala menor, o isolamento da Capital do espaço nacional, numa escala maior. O espaço de exceção se reproduz em todas as escalas.

No Paranoá Velho encontramos um problema inverso (Figs. 7.74ss). A medida de urbanidade (URB=3.21) cai principalmente por causa de duas variáveis: uma malha muito pouco econômica (0.11) e uma baixa inteligibilidade (0.46). Para atingirmos um desempenho mais urbano, deveríamos ter uma malha mais “globalizada”, significando com isto linhas mais longas e melhor conectadas, além daquelas que pertencem ao núcleo integrador. Isto diminuiria a natureza labiríntica e o “efeito de gueto” do lugar, melhorando conseqüentemente tanto a economia da malha, quanto a inteligibilidade. Em outras palavras, a identidade urbana do Paranoá Velho foi prejudicada por seus atributos globais, enquanto a Esplanada melhor constrói sua identidade formal por meio de seus atributos sintáticos locais.

Duas sintaxes superpostas

Em marcante contraste com outras cidades, Brasília é talvez a cidade em que as sintaxe urbanas, do ponto de vista do pedestre e do motorista, são mais radicalmente diferentes. A permeabilidade da cidade para o pedestre, já comentada, contrasta fortemente com a estrutura bastante profunda, para o motorista. A Fig. 7.32 mostra o mapa geral do entorno das Superquadras Norte 405/406, e as Figs. 7.38 e 7.47 mostram os mapas axiais para os motoristas e os pedestres, respectivamente. O desenho das vias no interior das superquadras é sempre em árvore. No entorno das Superquadras Norte 405/406, enquanto temos integração de 2.33 para os pedestres, temos 0.94 para os motoristas; da mesma maneira, a inteligibilidade cai de 0.83 no primeiro caso, para 0.54, no segundo (a *Tabela 7.7, Anexo 3*, mostra estas e outras mensurações complementares). Para uma cidade na qual o uso do automóvel é altíssimo por quaisquer padrões, isto tem de ser tomado em consideração, pois é sobre quatro rodas que a grande maioria da população do Plano Piloto, em seus movimentos diários, como veremos, usa e percebe a cidade.

Um outro caso onde esta variação é notável é na cidade-satélite do Guará-I (Figs. 7.54ss.). A inteligibilidade é razoável para o pedestre (0.66), embora ainda abaixo da média geral encontrada. Para o motorista, entretanto, ela cai para 0.49 (ver Figs. 7.57 e 7.58, respectivamente, e, novamente, a *Tabela 7.7*). É também interessante o fato do Guará-I ser um destes típicos exemplos de solução modernista, na qual *repetição* e *geometricidade* são muito fortes,⁴⁸⁰ seriamente prejudicando a compreensão do lugar. Para o pedestre, a permeabilidade mais alta ainda permite que algumas linhas do núcleo integrador penetrem mais fundo em áreas mais locais. Para o motorista, o núcleo integrador limita-se ao acesso principal da cidade-satélite, e nos perdemos completamente quando adentramos os interstícios das unidades residenciais idênticas, regularmente repetidas, mas globalmente desordenadas.

VIDA ESPACIAL

Mapeando a vida espacial nos espaços fechados

⁴⁸⁰ Ver os comentários de Hillier sobre isto, in Hillier (1989), op. cit., p. 19-20.

No referencial teórico proposto no Capítulo 2, “vida espacial nos espaços fechados” diz respeito à caracterização dos agentes e práticas que são destacadas sem ambigüidade do resto do assentamento pelas paredes externas dos edifícios (pp. 87ss). Em outras palavras, estamos lidando aqui com “usos do solo”, mas não utilizei esta última expressão no sentido de frisar que há mais do que “usos” envolvidos: aquele “mapeamento” constitui a materialização espacial de categorias sociais, mais do que de “atividades” - por exemplo, as superquadras não são simplesmente ocupadas por “habitação”, mas por *habitação da classe média*; ou, a Esplanada não é simplesmente ocupada por “escritórios”, mas pela materialização exclusiva de dimensões superestruturais da ordem social no nível nacional. Analisarei portanto usos do solo em nossa amostra do Distrito Federal com esta preocupação em mente.

As fontes dos dados primários utilizados na análise que se segue foram de duas naturezas: a) trabalho no escritório, no que diz respeito à mensuração dos atributos espaciais das áreas em estudo, utilizando-se mapas disponíveis nas agências governamentais de planejamento do Governo do Distrito Federal; b) levantamentos de campo, no que diz respeito à informação que não se encontrava disponível naqueles mapas, tais como o número de pavimentos, ou padrões detalhados de usos. Fontes secundárias foram também utilizadas, e serão referidas ao longo do texto. Os objetivos deste trabalho não requeriram quantificação detalhada nesta seção.⁴⁸¹

Novamente, testemunhamos uma grande variedade de ocorrências, em todas as variáveis que constituem este nível: variedade de rótulos, densidade de rótulos, relações entre rótulos e padrões espaciais, e relações dos rótulos entre si. A Esplanada dos Ministérios novamente ocupa o polo extremo de nossa amostra. Os edifícios dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mais a Catedral Metropolitana, localizam-se nesta área. Exceto a Catedral, todos os habitantes aqui (em termos sintáticos) são servidores públicos relacionados a uma escala nacional. Isto efetivamente significa que os visitantes (novamente, em termos sintáticos) são com frequência viajantes de longa distância.

⁴⁸¹ Na verdade, não temos até agora uma “classificação sintática” das atividades, i.e., uma classificação que permitisse estabelecer uma relação entre o tipo da atividade e o impacto local, em termos de co-presença, em uma determinada área. Como esta classificação mais detalhada não era essencial para a discussão aqui, deixei esta questão para um trabalho futuro.

Separação física acentua mais ainda tal isolamento categórico. Entre a Esplanada e o resto do centro urbano da cidade, localizam-se os assim chamados “setores culturais” (número 1, na Fig. 7.02). Aqui, somente o Teatro Nacional, um Circo, e o Touring Club, foram construídos até agora. O grande vazio ainda existente deve supostamente ser ocupado pela Biblioteca Nacional e por alguns museus. Mas estes últimos edifícios eventuais, pela sua própria natureza, não ajudarão a eliminar a descontinuidade entre a Esplanada e o resto do centro do Plano Piloto, onde lojas, escritórios, hotéis, bancos, cinemas etc., se situam. O centro do Plano Piloto é assim dividido, tanto física como categoricamente, entre o “centro do Estado” e o “centro da Sociedade Civil”. Em outras palavras, o espaço de exceção é recorrente na escala intra-urbana.

Já comentei sobre a proliferação de espaços cegos. Devo agora acrescentar que isto tem uma relação direta com o excessivo isolamento dos rótulos espaciais na própria Esplanada. Não se trata apenas do fato de que os servidores públicos estão separados do resto da cidade. Os artifícios espaciais utilizados na Esplanada, comentados acima, contribuem para isolar os servidores públicos que trabalham aqui entre si próprios. Uma sensação deveras estranha é inescapável durante uma passeata de funcionários do Estado nos espaços abertos da Esplanada: os manifestantes são ao mesmo tempo atores e exclusivos espectadores de sua (nossa) própria manifestação (Fig. 7.31).

A *Tabela 05* apresenta os índices de ocupação (percentagem do solo ocupado pelas projeções dos edifícios sobre o chão) e os índices de utilização (relação entre a área construída total e a superfície do solo ocupada), para oito áreas estudadas.⁴⁸² Como era de se esperar, a Esplanada apresenta valores menores quando comparada ao Setor Comercial Sul, uma das áreas na qual a escala “gregária” foi procurada, de acordo com Lúcio Costa. É este aspecto que examino agora.

Tabela 05. Índices de ocupação e utilização em oito áreas do Distrito Federal.

ÁREA	TAXA DE OCUPAÇÃO	ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO	ÁREA TOTAL (Ha) (A)
Esplanada	0.09	0.74	88.95
SCS	0.26	2.28	22.09
SQN-405/406	0.07	0.56	22.22
SQS-102/302	0.11	0.78	10.55
Guará-I	0.21	0.55	44.54

⁴⁸² As tabelas encontram-se todas ao final do *Anexo 3*.

A MORFOLOGIA INTERNA DA CAPITAL

Planaltina	0.16	0.17	57.37
Paranoá Novo	0.66	0.77	37.68
Taguatinga	0.29	0.46	136.59

Em termos de padrões espaciais, o desempenho do Setor Comercial Sul não é ruim: sua medida de urbanidade chega a 2.99 (ver *Anexo 3*, para detalhes). Em termos da vida espacial nos espaços fechados, a urbanidade também melhora, quando comparada àquela da Esplanada. A variedade dos rótulos é muito maior, embora ainda muito longe daquela que encontramos em centros urbanos históricos. Não estamos aqui lidando, na verdade, com uma área comercial, como o nome sugere. Há bancos, serviços profissionais e pessoais de diversos tipos, restaurantes e lanchonetes, igrejas, instituições educacionais, agências diversas de governo local e federal etc. Diferentemente da Esplanada, visitantes são aqui em muito maior número do que habitantes. Por conta deste padrão de rótulos, muitas e diferentes pessoas, por muitas e diferentes razões, estão sempre presentes aqui, sem convocação previa ou formal. Isto favorece a ocorrência de mercado informal nos espaços abertos, assim como de eventuais comícios organizados por instituições civis.

Comentarei mais sobre padrões de co-presença nos espaços abertos posteriormente, mas, no que se refere à vida espacial nos espaços fechados, devo observar que encontramos, no Setor Comercial Sul, certamente uma das maiores densidades de rótulos do Distrito Federal. Um total de 125,863 viagens são geradas pelas atividades que se localizam aqui.⁴⁸³ A área total construída é de 657,561 m², e isto nos dá um índice de utilização de 2.28.⁴⁸⁴ Isto é baixo quando comparado a outras cidades, mas é sem dúvida alto pelos padrões de Brasília. Assim mesmo, a animação tem vida curta. A falta de atividades tais como cinemas, teatros, hotéis, galerias de arte, clubes noturnos etc., resulta numa rápida desertificação do lugar nas primeiras horas da noite, para não falar nos fins de semana e nos feriados. A formalidade ataca de volta ao por do sol.

⁴⁸³ Holanda, Frederico et al. (1995) *Dimensões morfológicas do processo de urbanização*. Relatórios de pesquisa não publicados.

⁴⁸⁴ Irei denominar sinteticamente esta variável de “B/A” (“B” para a área construída, “A” para a área total da fração urbana em questão).

A variedade e a localização dos rótulos nas áreas predominantemente residenciais do Plano Piloto valem alguns comentários, porque a solução da unidade de vizinhança encontrada aqui não é ortodoxa. O arranjo dos rótulos numa superquadra de certa forma subverte os tradicionais esquemas de unidades de vizinhança. Os comércios locais não se situam dentro das superquadras, mas na sua periferia, ao longo de vias que passam entre elas, e que são mais integradas do que aquelas internas às superquadras. Isto faz o comércio local facilmente acessível, não apenas aos habitantes, mas também ao morador da cidade em geral. Além disso, pelo fato da superfície de solo definida para o comércio local ter sido super-dimensionada, em relação à demanda dos habitantes locais, alguns equipamentos não-locais findaram por se localizar aqui, assim atraindo mais usuários do que os moradores do entorno imediato. Por outro lado, o Plano Piloto “engordou” ao longo dos seus 35 anos de história, tornando-se muito menos claramente a cidade linear que havia sido originalmente projetada: usos de solo institucionais, a leste e oeste das asas residenciais propriamente ditas, passaram a gerar um grande número de viagens que cruzam as asas transversalmente, e ajudam a sustentar estas áreas de comércio local como lugares urbanos relativamente animados.

Entretanto, a solução do Plano Piloto, a este respeito, fica no meio termo entre o localismo da unidade de vizinhança e a urbanidade mais típica das cidades tradicionais. Nestas últimas, mesmo o comércio de características mais locais tende a se localizar ao longo das linhas axiais mais integradas, e isto não acontece em Brasília. Pelo contrário, as linhas mais integradas, que correspondem ao Eixo Rodoviário, são completamente desprovidas de atividades centrais em suas bordas (estas são as linhas mais longas, que correm no sentido aproximadamente horizontal, no núcleo integrador da Fig. 7.47). O resultado é que, quando dirigimos ao longo do Eixo Rodoviário, testemunhamos apenas “bocados de urbanidade” que acontecem a cada duas superquadras, nas vias mais locais que cruzam em zig-zag as asas residenciais, o resto mantendo-se como áreas praticamente desertas.⁴⁸⁵

⁴⁸⁵ As Avenidas W-3 Norte e Sul, que *não* faziam parte do projeto original, recolocaram a congruência entre atividades centrais e linhas mais integradas. A W-3 Norte, construída depois da W-3 Sul, é uma avenida relativamente bem sucedida, em termos comerciais e de serviços, onde estes ocupam o lado oeste, e instituições várias ocupam o lado leste. A W-3 Sul é hoje um lugar problemático, com lojas de um lado, lutando pela sobrevivência em função de acessibilidade menos privilegiada do que outras áreas comerciais mais recentes da cidade, e residências do outro.

No interior das superquadras, o conceito de unidade de vizinhança é mais fielmente reproduzido, pelo que as escolas são completamente interiorizadas - como se elas servissem exclusivamente aos habitantes locais. Tal não aconteceu assim em nenhuma parte do mundo, e tampouco em Brasília. Muitos pais vivendo noutros lugares levam seus filhos de carro ao longo das vias internas da superquadra, de maneira e chegar nas escolas que são, na maioria das vezes localizadas nas posições mais profundas, axialmente falando, do ponto de vista do motorista. Claro que, para os pedestres, as escolas são tão acessíveis quanto quaisquer outros edifícios, dentro ou fora da superquadra, devido à radicalidade da permeabilidade do lugar, como já comentado. Mas, novamente, devido ao alto índice de motorização encontrado em Brasília, há uma incongruência entre a posição profunda das escolas para os motoristas em geral, e o fato de que as escolas não servem apenas aos habitantes locais. Isto finda por ser altamente desconfortável para os habitantes da superquadra, porque um grande número de veículos congestionam inteiramente as vias internas da superquadra ao início e término dos turnos escolares.

Infelizmente, a parcial “heterodoxia” do esquema das unidades de vizinhança do Plano Piloto, não foi considerada em esquemas posteriores dos núcleos satélites. Guará-I é um bom exemplo disto. Trata-se de uma das mais típicas cidades-dormitórios em torno do Plano Piloto: habitações, mais equipamentos locais, sem atividades econômicas. Guará-I é ladeada pela via expressa que liga o Plano Piloto a Taguatinga, e praticamente não há tráfego de passagem pelo lugar (Fig. 7.54). Os fluxos de veículos e pedestres se referem apenas aos habitantes e eventuais visitantes. É verdade que alguns equipamentos (posto de combustível, saúde, religião e edifícios habitacionais) localizam-se ao longo do eixo de entrada. Mas estes equipamentos tipicamente não ajudam a gerar movimento ao longo do dia. O comércio local está situado na periferia de uma malha altamente geometrizada, como já comentei, e tal localização coincide com algumas das mais profundas linhas do mapa de axialidade, tanto para os pedestres, como para os veículos (Figs. 7.57-59). Assim, os padrões espaciais (segregação do Guará-I como um todo, de seu entorno) e os padrões de rótulos (apenas equipamentos locais), empurram a urbanidade muito mais para baixo do que tais padrões o fazem nas superquadras. Veremos também que a predictibilidade é também muito baixa. Quando consideramos o Guará-I em si mesmo (ou seja, deixando de lado o fato de que ele é

periférico à via que leva a Taguatinga - e não cruzado por ela), esta cidade satélite é um destes exemplos nos quais os rótulos espaciais influenciam a co-presença num grau muito maior do que a sua estrutura axial. Voltarei a isto quando considerar a vida espacial nos espaços abertos deste assentamento mais especificamente.

Entre as áreas que constituem nossa amostra, é somente no assentamento vernacular de Planaltina e no Paranoá Novo que encontramos padrões de localização de rótulos mais urbanos. Em Planaltina, a localização das atividades centrais diminui uniformemente a partir do núcleo histórico, e no Paranoá Novo um rigoroso zoneamento de uso do solo foi evitado pelos arquitetos, que aproveitaram as lições dos fracassos de esquemas anteriormente utilizados em outras cidades satélites. O resultado é que, com uma possibilidade de localização de lojas e serviços em geral muito mais flexível, uma significativa correlação foi obtida entre a concentração de atividades centrais e as linhas axiais mais integradas.⁴⁸⁶ Além disso, como o núcleo integrador irriga uniformemente o sistema, como vimos (Fig. 7.93), a ocorrência de atividades centrais diminui regularmente das linhas mais integradas para as mais segregadas, sem deixar os claros vazios que encontramos entre os comércios locais do Plano Piloto.

Em resumo, nossa amostra revela padrões de uso do solo que variam dos mais formais - como na Esplanada - aos mais urbanos - como no Paranoá Novo. No caso do Plano Piloto, comentei como se apresentam aqui padrões que são, em alguns aspectos importantes, bastante diferentes de esquemas modernistas mais ortodoxos mundo afora. O desenho original já continha alguns atributos que diferiam dos padrões mais correntes de unidades de vizinhança, e, ao longo destes quase 40 anos da história da cidade, algumas características mais urbanas emergiram nos interstícios da ordem modernista-formal, como as avenidas W-3, norte e sul.

Por seu lado, algumas áreas da cidade, particularmente o seu centro, fortaleceram sua identidade formal ao longo do tempo: o espaço construído para a burocracia ao longo do Eixo Monumental aumentou significativamente, se comparado ao que havia sido estabelecido no projeto original. Do ponto de vista do paradigma da urbanidade, uma oportunidade para se diminuir o isolamento categórico deste núcleo superestrutural, por meio de uma maior aproximação com a “cidade da sociedade civil” foi perdida,

⁴⁸⁶ Isto é muito claro visualmente, mas não cheguei a medi-lo quantitativamente.

em função da construção dos muitos “anexos” aos edifícios ministeriais, tanto ao norte quanto ao sul do Eixo Monumental.

Mapeando a vida espacial nos espaços abertos

Como o leitor poderá se recordar do Capítulo 2, irei agora tratar da presença das pessoas nos espaços *exteriores*, não nos espaços *interiores*, como na seção anterior. As fontes de dados primários consistiram em trabalhos de campo, durante os quais pessoas paradas e em movimento foram observadas. Por razões que serão comentadas abaixo, duas técnicas foram utilizadas para registrar a presença de pessoas nos espaços abertos. A primeira técnica consiste no registro, por um observador movendo-se ao longo de uma linha axial, de pessoas paradas ou em movimento ao longo desta linha.⁴⁸⁷ Os resultados são apresentados em pessoas observadas por 100 metros de percurso, por minuto, desde que um observador leva cerca de um minuto para caminhar 100 metros. Estes índices são representados graficamente como um mapa axial modificado, no qual a espessura das linhas corresponde ao número de pessoas, como mostra o mapa de co-presença de Planaltina (Fig. 7.83). A segunda técnica consiste no registro de pessoas observadas instantaneamente nos espaços convexos. Os resultados são apresentados graficamente como diferentes símbolos plotados num mapa de convexidade, de acordo com o tipo de pessoa observado (homem, mulher, criança), como mostra o mapa de co-presença das Superquadras Norte 405/406 (Fig. 7.43).⁴⁸⁸ Fontes secundárias foram também utilizadas, e serão referidas ao longo do texto.

Das dez áreas comentadas nas seções anteriores, apenas cinco tiveram a co-presença nos espaços abertos medida em detalhe. Acredito que esta amostra levanta os principais pontos de interesse que dizem respeito à discussão desta questão no Distrito Federal, por várias razões: a) esta amostra inclui os mais diversos tipos de lugares, desde superquadras modernistas (as Superquadras Norte 405/406) e núcleos satélites (Guará-I e o Paranoá Novo), passando por um assentamento vernacular (Planaltina), até uma área urbana central (Setor Comercial Sul);⁴⁸⁹ b) podemos estabelecer comparações

⁴⁸⁷ Como sugerido em Hillier et al. (1987b), op. cit., p. 240.

⁴⁸⁸ Embora de maneira ligeiramente diferente, estes “dot maps”, como denominados pelos autores, foram utilizados por Hillier & Penn (1994), op. cit., p. 347.

⁴⁸⁹ Nas Superquadras Norte 405/406, houve uma primeira rodada de 5 turnos de mensuração ao longo de linhas axiais, e, subseqüentemente, um segundo turno de 20 mensurações, considerando-se agora os espaços convexos (discutirei mais abaixo as razões para isto); no Guará-I, 20 turnos de mensurações foram feitos; no Setor Comercial Sul, Planaltina e Paranoá Novo, apenas 5 turnos de mensurações foram feitos. Nestes últimos casos, como observei empiricamente, o desvio padrão entre as mensurações era muito pequeno, e assim decidi que 5 turnos eram suficientes para a obtenção de um quadro adequado da co-presença.

interessantes entre duas áreas residenciais, cuja população tem muito atributos sócio-econômicos em comum, mas que apresentam padrões espaciais e vida espacial bastante distintos (Guará-I e Planaltina); c) o uso dos espaços abertos da Esplanada é muito peculiar para ser medido em detalhe, como já foi comentado; d) o Setor Comercial Sul levanta os problemas mais típicos das áreas centrais do Plano Piloto, nas quais uma frustrada tentativa de resgatar um certo grau de urbanidade foi levada a efeito. Os comentários a seguir estão ordenados aproximadamente de casos em que se confirmam resultados de pesquisas anteriores em outros lugares, para casos “paradoxais”, digamos assim, nos limites da teoria.

Vimos como o Setor Comercial Sul tem um bom desempenho no que diz respeito à medida geral de urbanidade: 2.99. A inteligibilidade é alta (0.89) e encontramos a segunda maior predictibilidade⁴⁹⁰ da amostra (0.42, Figs. 7.66-68, *Tabela 06*). O número absoluto de pedestres é muito alto, devido ao caráter central-metropolitano da área: os valores médios chegam a 21.59 pessoas/100 metros de linha axial. Utilizei, para efeito de comparação com outras áreas, um outro indicador simples para medir a densidade de co-presença: trata-se do índice y/Py , apresentado na *Tabela 06*, onde “y” significa a superfície total de espaço aberto, e “Py” significa o número total médio de pessoas em “y”, obtido a partir do conjunto dos turnos de mensurações. No SCS temos $104\text{m}^2/\text{pessoa}$, obviamente o índice mais alto da amostra. (Na *Tabela 06*, “Pa” significa o número total de pessoas vivendo na área. Este número para o Setor Comercial Sul é nulo, pois ninguém mora aqui, como já comentei. Para as outras áreas, este valor nos permite calcular densidades residenciais, medidas em habitantes por hectare.)⁴⁹¹

⁴⁹⁰ O leitor se recordará que “predictibilidade” refere-se à correlação entre a medida de integração das linhas axiais, e a presença de pessoas ao longo destas mesmas linhas, e é codificada pela expressão “PRE”.

⁴⁹¹ Dados demográficos foram obtidos de fontes secundárias, a saber, CODEPLAN (1994) *Anuário estatístico do Distrito Federal*, Brasília.

Tabela 06. Índices de co-presença.

ÁREA	Py	Pa	Py/Pa (%)	y/Py (M ²)	Densidade (hab/Ha)	Compr. médio das linhas	Pessoas/100ml das linhas	PRE - 1 (RRA)	PRE - 2 (1/RRA)
SQNs-405/406	97	3840	2.5	2177	172	383	2.68	-0.02	0.10
Guará-I	223	7885	2.8	1105	177	223	0.39	0.18	0.16
SCS	-	-	-	104	-	221	21.59	0.42	0.40
Planaltina	417	3405	12.2	448	59	540	3.37	0.34	0.38
Paranoá Novo	2246	17725	12.7	364	73	245	9.42	0.49	0.56

Nota: As colunas PRE-1 e PRE-2 medem, ambas, a predictibilidade. Mas a primeira o faz levando em consideração a medida de assimetria, enquanto a segunda o faz levando em consideração sua recíproca, ou seja a medida de integração propriamente dita.

É importante notar que há um “descontinuidade não-natural” que separa a linha 25 da linha 18 (ver Fig. 7.67), devido a um edifício inacabado. No futuro próximo, sem essa descontinuidade, a predictibilidade certamente crescerá e o SCS funcionará mais naturalmente do que funciona hoje (no sentido da teoria do movimento natural), não apenas em si mesmo, mas como importante conexão entre a Plataforma Rodoviária e o Setor de Diversões Sul, a nordeste, e os Setores de Rádio e Televisão e Comercial-B, a oeste. De fato, simulei esta ligação, e o resultado foi claro: quando a linha 25 é estendida e ligada com a linha 18, as duas transformando-se agora numa única linha, esta última pula da 16^a posição, das mais rasas para as mais profundas, para a 3^a posição, tornando-se parte do núcleo integrador; também, a predictibilidade pula de 0.42 para 0.67 (para efeito da argumentação, admiti que a co-presença na linha 25 estendida apresentaria os valores atuais, mas é muito provável que tais valores também aumentariam, assim aumentando ainda mais a predictibilidade, desde que a presente “perturbação axial” diminui o fluxo de pedestres na atual linha 25).

Mas a predictibilidade poderia ser ainda maior no SCS se houvesse uma maior coerência entre medidas locais e globais. Apesar do fato de que o SCS não é axialmente impermeável ao exterior, algumas das suas linhas periféricas são as principais constituintes do núcleo integrador (Fig. 7.66). Acontece que é ao longo destas linhas que encontramos espaços cegos (Fig. 7.65) ou grandes e pouco constituídos espaços

convexos correspondendo a parques de estacionamento ou a vias semi-enterradas, como a que separa o SCS do Setor Hoteleiro Sul (Fig. 7.69). Esta é quase uma regra generalizada em todos os setores do centro do Plano Piloto, o que também contribui para isolar os setores ente si. Apesar da regular avaliação geral, quanto à medida de urbanidade referente aos padrões espaciais, como já comentado, ainda temos típicos atributos modernistas que empurram o SCS para a formalidade.

Planaltina é um caso interessante, porque ao mesmo tempo em que a medida de inteligibilidade é a mais alta do Distrito Federal (0.98), a predictibilidade é menor do que a encontrada no SCS: 0.34 na primeira, contra 0.42 no segundo (Fig. 7.82 e 7.83 apresentam respectivamente o mapa de integração e o mapa de co-presença de Planaltina).⁴⁹² Como o SCS é razoavelmente menos integrado do que Planaltina (integração de 1.66 no primeiro caso, contra 2.14 no segundo), isto apóia a hipótese de que não existe uma relação linear entre integração e co-presença, ou seja, parece que ambos os extremos do espectro da integração tendem a prejudicar a predictibilidade. Sugiro que em condições de mapas axiais rasos como o de Planaltina, os índices de co-presença são muito sensíveis a fatores históricos e de uso do solo. De fato, a baixa predictibilidade aqui está relacionada com o forte magneto da igreja (ver sua localização na Fig. 7.84): pela sua frente passa a linha com o maior índice de co-presença, e não pela sua fachada posterior, como o mapa de integração sugere. Também, a linha 6 (Fig. 7.83) é o principal acesso à cidade vindo-se do Plano Piloto, passa por uma praça com um coreto (o lugar onde encontramos os edifícios mais antigos da cidade), e termina perpendicularmente na fachada principal da igreja, a qual é paralela, por sua vez, à linha 15. De maneira geral, a co-presença é muito influenciada pela distância geométrica a este núcleo histórico.

Planaltina apresenta um índice muito alto de pessoas nos espaços públicos, caracterizando um exemplo forte de “cultura das ruas”. Apesar do fato de que se trata de uma área residencial tranqüila, a co-presença média medida axialmente é de 3.37 pessoas/100 metros lineares, e medida em relação ao número de habitantes da área (coluna “Py/Pa”, na *Tabela 06*) chega a 12.2% da população total.

⁴⁹²Lembrar que, neste tipo de convenção, fizemos a espessura das linhas nos mapas de integração corresponder às suas respectivas medidas de integração, enquanto que, nos mapas de co-presença, a espessura das linhas corresponde ao número de pedestres.

É no Paranoá Novo que encontramos a mais alta predictibilidade da nossa amostra: 0.49 (se considerarmos a correlação entre fluxos de pedestres e a $1/RRA$, este valor sobe para 0.56). Também, a força da “cultura das ruas” aqui é impressionante: embora a co-presença medida em termos da percentagem da população total apresente valores similares àqueles encontrados para Planaltina (12.7% no primeiro caso, contra 12.2% no segundo), as densidades mais elevadas do Paranoá Novo implicam maior número de pessoas nas ruas: em qualquer hora do dia ou qualquer dia da semana (incluindo os domingos) as ruas estão cheias de gente, pelas mais diversas razões (a *Tabela 06* mostra vários índices a esse respeito).

É interessante observar que tão alta predictibilidade e tão altos índices de co-presença no Paranoá Novo acontecem *apesar* de uma inteligibilidade relativamente baixa (0.57) e de um sistema mais profundo, quando comparado tanto ao SCS, como a Planaltina, apoiando novamente a hipótese de uma relação não-linear entre integração e níveis de co-presença, como comentado acima. O Paranoá Novo é também interessante quando comparado ao Paranoá Velho. Infelizmente, não é possível fazer comparações mais sistemáticas entre as duas áreas, no que diz respeito aos padrões de co-presença: o Paranoá Velho foi riscado do mapa antes que eu pudesse medir a co-presença de maneira mais rigorosa. Entretanto, é possível dizer que, pelo menos empiricamente, os padrões de co-presença que encontrávamos no Paranoá Velho se parecem em muito com os padrões que encontramos hoje no Paranoá Novo: vida intensa de ruas generalizada, e a co-presença diminuindo de maneira bem correlacionada com a diminuição da medida de integração das linhas axiais. Os padrões de co-presença no Paranoá Novo confirmam o bom desempenho do lugar quanto aos padrões espaciais: $URB=3.63$, o maior valor da amostra.

Isto não quer dizer que o Paranoá Velho e o Novo são morfologicamente semelhantes. Entretanto, as diferenças localizam-se mais em atributos geométricos do que em atributos sintáticos. Por um lado, a geometria do Paranoá Novo investe mais em ângulos retos, tamanhos repetitivos de linhas axiais, e um maior tamanho médio do comprimento das linhas (210mts no Paranoá Novo, contra 98mts no Paranoá Velho). Mas, por outro lado, e apesar de uma certa globalização sintática do lugar, que corresponde a uma ordem geométrica mais estruturada no Paranoá Novo, os valores sintáticos

não são muito diferentes entre os dois assentamentos (a Tabela 07 resume algumas medidas comparativas entre eles).

Tabela 07. Algumas medidas sintáticas do Paranoá Velho e Novo.

ÁREA	GRA	RRA	INT	H	STR	LINHAS TIPO "0" (%)
Paranoá Velho	0.11	0.87	0.46	0.77	1.5	66.4
Paranoá Novo	0.16	0.72	0.57	0.83	1.49	78.5

A “remoção” do Paranoá Velho - o eufemismo local para a eliminação de uma favela - constituiu um gesto do governo do Distrito Federal, técnica e eticamente injustificável, sob qualquer ponto de vista, o qual privou habitantes e visitantes de uma experiência urbanística emocionante. Entretanto, temos de admitir que, com o Paranoá Novo, testemunhamos um caso raro, no Brasil ou alhures, de um desenho de assentamento produzido por profissionais (o Paranoá Novo foi projetado por arquitetos do governo do DF) que conseguiu captar, em grande medida, alguns atributos sintáticos fundamentais da favela que ele tinha por objetivo substituir.⁴⁹³ Parece-me que uma futura calibragem - ou desdobramento - de medidas sintáticas, pela qual distâncias métricas e outros atributos geométricos possam ser incorporados aos procedimentos analíticos,⁴⁹⁴ permitirá uma “sintonia-fina” das diferenças entre lugares como o Paranoá Velho e Novo. Mas não acredito que isto venha a prejudicar a essência da argumentação apresentada acima.

O desempenho fraco do Guará-I em termos de predictibilidade não foi surpresa: 0.18, considerando RRA, ou 0.16, considerando 1/RRA (Tabela 06). O Guará-I é comumente referido, tanto por habitantes como por visitantes, como um “labirinto”. De fato, seu esquema altamente geometrizado pode ser entendido se visto de cima, mas, como geralmente acontece, é extremamente confuso no solo. Entretanto, tomado como um todo, a alta percentagem de espaço aberto, juntamente com o pequeno tamanho dos

⁴⁹³ Isto foi explicitamente colocado como um objetivo de desenho, in Ana M P de Fontes et al. (1995) “A experiência da Vila Paranoá”, Frederico de Holanda & Maria E Kohlsdorf (1995) *Anais - 4. Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília.

⁴⁹⁴ Isto já foi sugerido em textos mais recentes, como em Bill Hillier & Allen Penn (1994) “Virtuous circles, building sciences and the science of buildings: using computers to integrate product and process in the built environment”, *Journal Offprint Paper - Design Studies*, Vol. 15, n. 3, July 1994.

quarteirões, permite um espaço relativamente raso (integração de 1.66), pelo menos para os pedestres, assim como uma inteligibilidade que é maior do que aquela esperada de um labirinto: no Guará-I, a inteligibilidade é de 0.66, enquanto a do labirinto hipotético que desenhamos, e que está ilustrado na Fig. 7.98, e referido na *Tabela 7.8, Anexo 3*, é de 0.27. De qualquer maneira, a inexistência de eixos globais claros na área analisada em maior detalhe, assim como a localização aleatória das atividades centrais e dos magnetos das paradas de ônibus, no que diz respeito à medida de integração, são muito responsáveis por este baixo desempenho da predictibilidade. As Figs. 7.60-62 ilustram a co-presença nos espaços abertos respectivamente para homens, mulheres e crianças. A influência do uso do solo é clara. De acordo com isto, uma certa concentração de crianças é notada em algumas praças nas quais há play-grounds que também funcionam como magnetos.

Nas Superquadras Norte 405/406, estamos novamente muito longe da “cultura das ruas” comentada com respeito a Planaltina e o Paranoá Novo: a relação entre o número de pessoas nos espaços abertos, por um lado, e o número total de habitantes, por outro, cai drasticamente para meros 2.5%, e a relação entre a superfície de espaço aberto e as pessoas nele encontradas sobe para 2177m²/pessoa. Em termos de predictibilidade, encontramos também diferenças marcantes. Primeiro tentei medir a co-presença ao longo de uma amostra das linhas axiais, e a correlação encontrada foi também muito baixa: 0.10.

Este baixo desempenho, parece confirmar a “arbitrariedade” do mapa de axialidade para áreas como esta, como sugeri acima: o mapa que desenhamos é, de fato, uma de uma série de possibilidades, e pode não corresponder a um outro “mapa de axialidade” efetivamente utilizado pela população, cujas direções de movimento escolhem outras possibilidades de linhas axiais, em outras posições. Sugiro que este é o caso com padrões nos quais temos uma integração muito elevada, associada a um alto percentual de espaços abertos. Não deveríamos dizer, na verdade, que as superquadras são “axialmente estruturadas”, como, por exemplo, tanto Planaltina como o Paranoá Velho sem dúvida o são. Se as superquadras não são axialmente estruturadas - poder-se-ia mesmo dizer, sem forçar a argumentação, que este tipo de lugar é axialmente *indiferenciado* - nós ganhamos pouco em reduzi-las a mapas de axialidade, no sentido de tentar encontrar correlações entre a medida de integração das linhas axiais e a co-presença. Por isso,

procurei capturar os padrões de co-presença no sistema de espaços abertos da 405 de outra maneira, mais em termos de convexidade do que de axialidade.

Vimos como o sistema de espaços abertos das Superquadras Norte 405/406 foi subdividido em unidades convexas (Fig. 7.35), e isto foi útil no sentido de estabelecer comparações com outras áreas em relação às quais a mesma técnica foi aplicada. Mas, operacionalmente, pareceu útil registrar padrões do co-presença deixando de lado talvez a estratégia de excessiva “sintonia fina” adotada na feitura do primeiro mapa de convexidade desta área. Isto resultou num novo mapa de convexidade em “sintonia grossa”, como visto na Fig. 7.42.⁴⁹⁵ Com este mapa em mãos, observadores percorreram a pé todas as unidades convexas assim definidas e, toda vez que eles atingiam o centro geométrico aproximado de cada unidade de espaço convexo, eles marcaram o número, a posição, e o tipo de pessoas instantaneamente observadas naquela unidade. Por meio de 20 turnos de observações, a presença de homens, mulheres e crianças foi registrada e plotada, como ilustram as Figs. 7.43-45. Os principais pontos de interesse do padrão que se revelou são os seguintes.

Os lugares mais intensamente ocupados correspondem às áreas de comércio local, à direita e esquerda da planta mostrada na Fig. 7.43. Já comentei sobre a acessibilidade veicular global a estas áreas, que faz com que elas funcionem como atrativos para uma população muito maior do que aquela dos habitantes do seu entorno imediato. Nas partes internas da superquadra, há uma clara concentração de crianças num mesmo tipo de espaço convexo, que ocorre em várias posições (marcadas com um círculo, na Fig. 7.45): estes correspondem a áreas mais largas entre os edifícios, para as quais as portas das circulações verticais se abrem, e onde os automóveis estacionam. Adultos também se concentram aqui, mas em menor grau. É interessante notar que estes não são os maiores nem os menores espaços convexas da área. Tanto as áreas verdes mais estreitas entre os edifícios como os espaços maiores perto da escola e da igreja são menos utilizados, tanto em termos de pessoas por unidade de espaço convexo, como em termos de superfície de espaço aberto por pessoa. Parece haver uma adequação entre os requisitos das brincadeiras infantis e os atributos locais destes lugares, alguns espaciais

⁴⁹⁵ Neste segundo conjunto de observações, incluí o outro comércio local, do lado direito das ilustrações nas Fig. 7.42 e seguintes.

(escala, definição espacial e constitutividade), alguns funcionais (superfície dura do piso, interface com os pais chegando ou saindo em seus carros).

Apesar da concentração da co-presença referida acima, e da ocupação rarefeita do sistema de espaços abertos, como comentado acima, é possível dizer-se que sempre se mantém algum nível de percepção de outras pessoas no espaço das Superquadras Norte 405/406. Isto acontece não tanto por causa do mero número de pessoas envolvidas, mas pela extrema permeabilidade do lugar.⁴⁹⁶ De fato, em 20 turnos de observações, 32% dos espaços convexos apresentaram em média menos de uma pessoa por unidade, por turno de observação, e a média de pessoas para o conjunto é de 2.71 por espaço. Revela-se, assim, um marcante contraste com outros esquemas modernistas, como relatado para o Maiden Lane Estate, em Londres: “um pedestre estaria *fora* de contato visual por cerca de 88% do tempo”, e o sistema de espaços abertos é de tal forma segmentado que o comprimento médio das linhas axiais é de apenas 50 metros.⁴⁹⁷ Encontramos o oposto nas Superquadras Norte 405/406: o comprimento médio das linhas axiais é de 383 metros, mas esta medida ainda não caracteriza seu sistema de espaços abertos, pois a grande maioria das linhas poderia ser estendida para além dos limites da área delimitada para estudo em uma (46.9% das linhas) ou mesmo duas direções (44.9% das linhas). (Remeto o leitor aos comentários anteriores sobre a área maior na qual as Superquadras Norte 405/406 estão inseridas, na seção anterior, e a tipologia das linhas axiais, cuja discussão se encontra do *Anexo 3*) Isto significa que a visibilidade aqui vai bem além daquela encontrada em áreas urbanas “normais”, que também apresentam um comprimento médio de 300 metros, como relatada por Hillier et al., no estudo há pouco referido.

Como as ilustrações mostram claramente, não há lugares especializados para sexos e idades. Os homens predominam de uma maneira geral, mas os números são também relativamente significativos para mulheres e crianças. Para toda a 405, cada turno de observação apresenta, em média, os seguintes valores: 70.8 homens; 54.0 mulheres; 40.5 crianças.

⁴⁹⁶ Para dar uma idéia do número de pessoas registradas num único turno de observação, a Fig. 7.46 ilustra um desses turnos tomados ao acaso.

⁴⁹⁷ Hillier et al. (1993), p. 52.

Quanto aos movimentos dos pedestres, os fluxos são bastante dispersos por todo o lugar. Entretanto, é possível identificar algum grau de concentração ao longo de algumas direções, como ilustrado na Fig. 7.48, que comento a seguir.

a) Uma calçada contínua ao longo de quase toda a Asa Norte, que é intensamente utilizada para caminhadas, cruza as Superquadras Norte 405/406 perto de seus limites a oeste (parte superior da planta apresentada). Isto é responsável pelo alto número de homens e mulheres registrados aqui.

b) Viagens de pedestres que têm sua origem nos edifícios residenciais da superquadra, dirigem-se principalmente para três grupos de destinos: 1) os comércios locais (à esquerda e direita da planta), formando um fluxo que se concentra na parte central destas superquadras; 2) os edifícios da Universidade de Brasília; 3) os pontos de ônibus, no caso de viagens mais longas para outras partes da cidade.

c) Viagens de pedestres que cruzam as Superquadras Norte 405/406 estão relacionadas, novamente, aos pontos de ônibus no seu entorno e a vários magnetos fora dos limites destas superquadras, entre os quais os edifícios da Universidade são os mais importantes.

O padrão de movimento de pedestres nestas superquadras reproduz o padrão de movimento que encontramos em Brasília de uma maneira geral. O plano original da cidade trabalhou com a hipótese de que as pessoas raramente deixariam a superquadra a pé (acreditou-se numa quase exclusiva utilização de veículos motorizados). Como pedestres, os habitantes apenas se dirigiriam aos equipamentos locais (comércio, escolas, igreja, quadras esportivas). Mas mesmo aqui, a organização espacial local não estabelece diferenciações pelas quais a localização destes equipamentos fosse definida em função de maior acessibilidade. Como já indicado, as escolas, muito freqüentemente, localizam-se na periferia das superquadras. O espaço aberto altamente permeável, permitindo às pessoas caminharem em praticamente todas as direções, era um valor conscientemente perseguido.

Mas os pedestres não apenas deixam as superquadras em direção a destinos fora delas, como a cruzam por conta de viagens que têm tanto sua origem quanto o seu destino, igualmente fora dela. O resultado é que, em tal tipo mórfico, os fluxos se

localizam de maneira aleatória, no que diz respeito às categorias sintáticas de análise: os pedestres atravessam áreas mais segregadas ou mais integradas, espaços cegos ou intensamente constituídos, grandes ou pequenas unidades convexas. É um truísmo afirmar que os fluxos de pedestres sempre interconectam magnetos. Mas a teoria do movimento natural tem revelado que a própria localização dos magnetos é função das medidas de integração em áreas urbanas normais. Em Brasília, a localização de magnetos foi decidida aprioristicamente, sem qualquer relação com a medida de integração, do ponto de vista do pedestre. O sucesso dos comércios locais é devido à medida de integração do ponto de vista do veículo, e temos de lembrar que as sintaxes para pedestres e veículos são marcadamente diferentes em Brasília. Em tal situação, os “bocados de urbanidade” do Plano Piloto são pontuais: a condensação de co-presença sempre se dá em função de atributos *locais*, a-espaciais (como o uso do solo, no caso dos comércios locais), ou espaciais (como os atributos convexos dos lugares onde as crianças se concentram na 405). A co-presença cai verticalmente poucos metros além destes pólos. A marcante diferença com padrões mais urbanos de co-presença é que não se tem, em Brasília, um mínimo de continuidade de fluxos visíveis de pedestres que unifiquem a cidade num nível mais global.⁴⁹⁸

Para resumir, a análise acima qualifica a teoria do movimento natural de várias maneiras. Por um lado, ela se confirma nos casos em que a medida de integração apresenta valores que se aproximam daqueles encontrados em áreas urbanas mais tradicionais (este é o caso do Paranoá Novo e do SCS, por exemplo). Mesmo aqui, entretanto, a predictibilidade ainda apresenta valores inferiores aos encontrados em pesquisas anteriores.⁴⁹⁹ No caso do SCS, sugiro que isto se deve a uma forte interferência de atributos locais (como os espaços cegos ao longo das linhas mais integradas), enquanto que no caso do Paranoá Novo, o isolamento do assentamento produz “efeitos de periferia” na

⁴⁹⁸ Gorovitz, num texto de 1991, estava certo ao chamar a atenção para o caráter mais urbano da estrutura das unidades de vizinhança de Brasília, como comparadas a esquemas modernistas mais tradicionais. Ele frisou a forte relação do comércio local, assim como da igreja, do cinema, do clube, e da escola-parque, com a cidade de uma maneira mais ampla, por meio de importantes elementos do sistema de circulação. Entretanto, ele não observou a descontinuidade de tais “bocados de urbanidade” num nível mais global da cidade, o que reafirma o princípio segmentário da unidade de vizinhança. (Matheus Gorovitz (1995 (1991)) “Brasília - Sobre a Unidade de Vizinhança”, in Frederico de Holanda & Maria E Kohlsdorf (ed.) (1995) *Anais - 4. Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, pp. 294-302)

⁴⁹⁹ Hillier, B, R. Burdett, J, Peponis and A. Penn (1987b) "Creating life: Or, does architecture determine anything?", *Architecture et Comportement/Architecture and Behaviour*, vol. 3, n. 3, pp. 233-250.

medida de integração, que reduz o índice de predictibilidade a valores mais baixos do que as relações realmente existentes entre a acessibilidade sintática das linhas e a presença de pessoas nelas indicaria.⁵⁰⁰ Por outro lado, a mais forte qualificação referente à teoria do movimento natural diz respeito a áreas nas quais temos alta integração *cum* altos percentuais de espaços abertos, como nos casos das superquadras. Aqui, a co-presença varia mais de acordo, tanto com magnetos, como com atributos locais - em vez de globais - do sistema espacial. “Indiferenciação axial”, como sugeri, é fortemente responsável por isto.

Amostras de arranjos sociais

Como foi indicado antes, a amostragem dos sistemas de encontros interpessoais por meio de entrevistas domiciliares visa obter informações não diretamente observáveis sobre a inserção espacial da população na cidade. Essas informações nos ajudam a entender os aparentes paradoxos que se apresentam nas relações entre padrões espaciais e co-presença nos espaços abertos, assim como a caracterizar em que medida essa presença é um suporte forte para a estruturação real da comunidade. Em outras palavras, examinaremos até que ponto a *comunidade virtual* se materializa em co-presença intensa nos espaços públicos, e até que ponto, por sua vez, essa co-presença implica real interação entre pessoas.

Os dados primários a serem analisados neste tópico, assim como na seção “vida social” a seguir, resultaram da aplicação de 297 entrevistas domiciliares, de acordo com o modelo de questionário apresentado no *Anexo I*.⁵⁰¹ Domicílios foram aleatoriamente selecionados, as pessoas entrevistadas foram adultos de 18 anos de idade ou mais, e a amostra foi constituída por cerca de 50% homens e 50% mulheres. Além do local de residência, as 52 variáveis deste questionário geram basicamente três tipos de informações: algumas características sócio-econômicas gerais dos entrevistados, seus hábitos espaciais na cidade - como modos de locomoção, local de trabalho, e locais utilizados

⁵⁰⁰ Eu medi a integração apenas “globalmente”. Integração “raio-3”, como utilizada em trabalhos mais recentes, poderá apresentar resultados melhores. Ver Bill Hillier et al. (unpublished paper) *Graphical knowledge interfaces: the extensive and intensive use of precedent data bases in architecture and urban design*, Bartlett Research.

⁵⁰¹ Como já comentado, estas entrevistas foram realizadas apenas naquelas áreas onde existem residências, o que resulta numa média de cerca de 50 entrevistas por área. Os dados foram processados por meio do programa SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*.

para lazer - , a algumas indicações sobre a avaliação que eles fazem sobre a vizinhança e sobre a cidade em geral. As tabelas a serem apresentadas neste tópico e na seção seguinte, resumem os principais pontos relacionados ao meu tema. Mas a base de dados que foi formada permite também a possibilidade de estudos mais detalhados de aspectos específicos que não foram realizados até agora, como por exemplo a diferenciação dos modos de apropriação do espaço de acordo com o sexo. Muitas outras tabulações cruzadas podem ser exploradas no futuro.⁵⁰² É também possível enriquecer-se continuamente esta base de dados, por meio da inclusão de outros lugares do Distrito Federal ou alhures.

Procurei caracterizar a inserção espacial da população na cidade, principalmente por meio de dois tipos de variáveis: os tipos de lugares freqüentados para lazer e a constituição dos grupos de convívio. É claro que não estou dizendo que estas são as únicas variáveis pelas quais podemos caracterizar o estilo de vida espacial de uma pessoa. A questão é que, por um lado, tive de ser seletivo quanto ao número de variáveis analíticas a serem trabalhadas, mas também, por outro lado, pareceu-me que estes dois aspectos eram muito importantes, para meus objetivos, na caracterização do modo de vida, para além das circunstâncias relacionadas, por exemplo, com profissão, religião ou filiação política. Secundariamente, outras variáveis serão comentadas, variáveis que procuraram captar alguns aspectos de avaliação dos moradores, seja em relação ao seu bairro, seja em relação à cidade inteira.

Consideremos primeiro as tabulações por área (*Tabela 08*). Em todas as áreas, as residências (próprias ou de terceiros), têm aproximadamente a mesma importância como opção de lugar para lazer. A população mais “caseira” é a de Planaltina, mas o Paranoá Novo também apresenta índices elevados relativos a isto. Quanto ao lazer nos espaços públicos, dois índices chamam atenção. No caso das Superquadras Norte 405/406, as pessoas usam intensamente espaços públicos (30,6%), mas *fora* da superquadra. Isso combina com o baixo percentual de habitantes que é realmente constatado nos espaços públicos da superquadra, como comentei na seção anterior. Mas no caso do Paranoá Novo, há uma inconsistência intrigante entre os resultados apresentados na

⁵⁰² A quantidade de informação obtida por meio deste questionário é naturalmente muito grande: somente o resultado da tabulação completa das freqüências dos valores das variáveis ocupa 47 páginas de dados processados.

Tabela 08. Por um lado, o hábito de freqüentar a casa de outras pessoas (22,0%) e o lazer na vizinhança (78% - de longe o maior índice da amostra), combinam com a vida intensa das ruas já comentada; por outro lado, as pessoas negam este fato, quando elas evitam citar o “espaço público” como lugar para lazer (apenas 2,0% o fizeram).

Tabela 08. Lugares utilizados para lazer, por área.

VARIÁVEL	ÁREAS					
	SQSS-102/302	Guará-I	Taguatinga	SQNs-405/406	Planaltina	Paranoá Novo
A própria casa	43.0	50.0	50.0	40.8	61.2	52.0
Outras casas	14.6	14.0	18.0	22.4	24.5	22.0
Espaço público	25.0	24.0	16.0	30.6	22.4	2.0
Acesso irrestrito	12.5	12.0	16.0	14.3	2.0	4.0
Acesso restrito	10.4	10.0	18.0	16.3	8.2	6.0
Lazer na vizinhança	25.0	50.0	42.0	30.0	63.0	78.0
Lazer fora da vizinhança	43.0	34.0	42.0	42.0	20.0	10.0

Observação: as colunas não somam 100% porque aos entrevistados era permitida a citação de mais de um exemplo de lugar.

Sugiro que esta discrepância não pode ser explicada por um único fator. Algumas possibilidades são: a) visitar os vizinhos é um importante hábito indicado, e, é claro, as pessoas andam nas ruas entre as suas respectivas casas; b) há um uso real do espaço público, mas um discurso ideológico está tentando mascarar este fato, por conta do forte preconceito contra a “vida das ruas” que existe no Brasil;⁵⁰³ c) não se deve desconsiderar a possibilidade de mal-entendido durante as entrevistas, pelo qual, por exemplo, a casa de amigos possa ter sido citada, quando, de fato, o lugar que estava realmente sendo referido era o espaço público *na frente das casas*, uma ambigüidade que parece ser inerente à “cultura das ruas”;⁵⁰⁴ finalmente, d) a intensa co-presença nas

⁵⁰³ DaMatta, Roberto (1985) *A casa & a rua - Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*, Editora Brasiliense S.A., São Paulo. Este autor analisou a maneira pela qual o espaço público no Brasil é considerado “perigoso”, a maneira pela qual se pensa que as pessoas nas ruas podem ser confundidas com “gentinha”, “ralé”, “joão-ninguém”, “marginais”, “o que não são” (p. 50). Entretanto, se isso é assim, continua pouco claro porque isto afetaria a população do Paranoá Novo em particular. É verdade, porém, que esta população apresenta traços ideológicos peculiares, quando comparada ao restante da população do Distrito Federal: nas eleições presidenciais de 1989, por exemplo, o Paranoá foi o único assentamento do Distrito Federal no qual o candidato do *Partido dos Trabalhadores* foi derrotado pela coalizão de direita então formada.

⁵⁰⁴ Anderson comentou sobre esta ambigüidade no uso das ruas, gerando-se algo como um “movimento de marés”, pelo qual os espaços internos “invadem” o espaço público e o espaço público “invade” o

ruas está não apenas relacionada ao lazer, mas também às idas e vindas para o trabalho e para serviços, o que é feito fundamentalmente a pé, pelo menos até as paradas de ônibus (pelo menos relativamente duas vezes mais pessoas usam o transporte público no Paranoá Novo, comparativamente a qualquer outra área do Distrito Federal). Este último ponto é talvez aquele com implicações mais interessantes, como se segue.

De fato, a “anomalia” que se revelou pode estar indicando algo muito importante: o uso diário e aleatório do espaço público pode apresentar diferentes modalidades, e não deve ser inequívoca e diretamente relacionado a urbanidade, como conjecturei. No caso do Paranoá Novo, a presença de pessoas nas ruas tem mais a ver com as instrumentalidades da vida diária do que com a realização de encontros por si mesmos. Se usarmos a terminologia de Wolf mais uma vez, diremos que aquela presença tem mais a ver com o “mínimo calórico” do que com o “fundo cerimonial”. No mínimo, tem a ver com um lazer de tal maneira imbricado com as praticidades da vida cotidiana, que não é identificado como lazer em si. Isto também é interessante porque tem uma dupla implicação com minha dicotomia: a) primeiro, confirma a idéia de urbanidade, porque entre os moradores do Paranoá Novo não há uma divisão inequívoca entre, digamos, trabalho e lazer - em outras palavras, uma divisão entre dimensões superestruturais e infraestruturais da ordem social, algo que é crucial para o conceito de urbanidade; b) mas, segundo, aponta para um fenômeno interessante, que cruza as fronteiras entre formalidade e urbanidade, na medida em que sugere que podemos ter encontros por si mesmos nos espaços públicos (uma questão “formal”), mas de maneira relativamente aleatória (uma questão “urbana”). Voltarei a isto nas conclusões deste Capítulo.

A localização do lazer na vizinhança ou fora da vizinhança, também não apresenta relações consistentes com as rendas decrescentes das áreas.⁵⁰⁵ Mas já é muito clara aqui a relação desta variável com a composição de classe social de cada área.⁵⁰⁶ Também

espaço interno das casas. (Stanford Anderson (1978) “People in the physical environment: the urban ecology of streets”, Stanford Anderson (ed.) (1978) *On Streets*, MIT Press, Cambridge, pp. 1-11.)

⁵⁰⁵ Os níveis de renda foram divididos em duas categorias: até 5 salários mínimos, e mais de 5 salários mínimos. Em outubro de 1994, ao tempo em que as entrevistas foram feitas, o salário mínimo no Brasil correspondia a US\$ 70.00. Em novembro de 1995, estava em US\$ 104.00.

⁵⁰⁶ Adotei uma taxonomia de classes sociais de quatro categorias, a saber: trabalhadores manuais, classe média, pequena burguesia e burguesia. Devido à pequena significação estatística, tanto da pequena burguesia quanto da burguesia, a análise se limitará aos trabalhadores manuais e à classe média. Uma discussão mais detalhada desta taxonomia encontra-se no *Anexo 2*.

quanto aos outros índices, como veremos a seguir, as correlações serão muito mais claras com as classes sociais, do que com as áreas e/ou as faixas de renda.

A vida espacial dentro da *mesma* classe social apresenta, naturalmente, algumas variações em função da renda, mas as invariâncias são muito mais significativas. Ou seja, o que diferencia os entrevistados quanto ao uso da cidade não é a sua faixa de renda, mas é a classe social a que pertencem. Isto contradiz algumas colocações tradicionais relativas ao comportamento dos segmentos mais pobres da população, como sendo fruto essencialmente de seu baixo poder aquisitivo: veremos que alguns atributos culturais fundamentais se mantêm, para a mesma classe, mesmo quando a renda aumenta significativamente. A *Tabela 09* permite a comparação de algumas variáveis relativas ao uso do espaço e a *Tabela 10* à pertinência a determinados círculos de convívio, em função de variações na classe social e na renda.

Tabela 09. Uso dos lugares, por classe e faixa de renda.

TIPO DE LOCAL	RENDA: ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMOS		RENDA: ACIMA DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA
Própria residência	60.0	45.5	60.0	47.2
Outras residências	20.0	13.6	20.0	24.5
Espaço público	5.7	18.2	40.0	23.6
Acesso irrestrito (freq)	-	22.7	6.7	16.0
Acesso irrestrito (reg)	17.1	27.3	6.7	27.4
Acesso restrito (freq)	2.9	4.5	13.3	14.2
Acesso restrito (reg)	5.7	22.7	26.7	20.8
Lazer na vizinhança	79.4	45.5	66.7	29.2
Lazer fora da vizinhança	11.8	31.8	20.0	49.1
Desimp pessoas na rua	11.4	18.1	7.1	10.4

Tabela 10. Círculo de convívio, por classe e faixa de renda.

CIRCULO DE CONV.	RENDA: ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMOS		ACIMA DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA
Parentes	42.9	27.3	26.7	36.8
Vizinhos	31.4	18.2	33.3	10.4
Colegas de trabalho	5.7	22.7	20.0	24.5
Colegas de estudo	2.9	4.5	-	8.8
Grupo: mesmas pessoas	73.5	45.5	60.0	56.6
Grupo: novas pessoas	26.5	54.5	40.0	43.4

Os trabalhadores manuais são muito mais “caseiros” do que a classe média: a própria residência é citada por exatos 60% dos entrevistados em ambas as faixas de renda, enquanto em torno de 45% da classe média o faz, novamente em ambas as faixas de renda. Por outro lado, a frequência a outras residências é citada igualmente por 20% dos trabalhadores manuais nas duas faixas de renda, mas na classe média há aqui significativa variação: passa de 13.6% na primeira faixa de renda, para 24.5% na segunda. O uso do espaço público é curioso, dada a grande diferença encontrada entre os trabalhadores manuais nas duas faixas de renda: 5.7% e 40.0%, respectivamente. Entretanto, esta discrepância é, na verdade, a mesma daquela comentada acima, pois a grande parte

das faixas de renda mais baixa dos trabalhadores manuais está no Paranoá Novo, e assim as explicações possíveis são as mesmas sugeridas antes. A classe média cita 20% para ambas as faixas de renda, o que indica, uniformemente, para a classe média, maior tendência à utilização de espaços fechados.

A freqüência a lugares de acesso irrestrito fechados (danceterias, restaurantes, boates, cinemas, teatros etc.) é também interessante: há muito mais citações na classe média do que na dos trabalhadores manuais: 22.7% e 16.0%, para as duas faixas de renda, respectivamente, naquela, contra 0.0% e 6.7%, respectivamente, nesta última. Estes dados se referem à periodicidade identificada como “freqüentemente”; se considerarmos, para a mesma variável, a periodicidade “regularmente”, a diferença cai, mas ainda se mantém significativa: 27.3% / 27.4% para a classe média, contra 17.1% / 6.7% para os trabalhadores manuais. A freqüência a lugares de acesso restrito fechados (clubes ou associações de qualquer tipo, para cujo acesso é necessário ser sócio ou especialmente convidado), porém, aproxima mais um pouco as duas classes, principalmente na periodicidade “freqüentemente”. Há a notar a grande diferença encontrada na periodicidade “regularmente”, para a primeira faixa de renda: 5.7% a 22.7%. Isto pode sugerir maior esforço no sentido da freqüência a estes lugares por parte da classe média, mesmo quando sua renda é baixa.

Passemos agora ao círculo de convívio (*Tabela 10*). A relação com os parentes não discrimina as duas classes sociais com clareza, mas a relação com os vizinhos sem dúvida o faz: os trabalhadores manuais os citam em pouco mais de 30% dos casos para ambas as faixas de renda, enquanto a classe média o faz em 18.2% para a primeira faixa e apenas em 10.4% para a segunda, marcando claramente a sua tendência às relações transpaciais. A relação com colegas de trabalho também diferencia as duas classes, no sentido de que, independentemente da renda, essa relação é alta para a classe média, mas ela só será alta para os trabalhadores manuais se a renda também for alta. Isto também sugere o primado das relações transpaciais para a classe média, independentemente da renda. No caso dos colegas de estudo, essa consistência se repete, ainda que em números menos significativos: nas duas faixas de renda as citações dos trabalhadores manuais são claramente inferiores às citações da classe média.

No caso dos meios de obtenção da informação (*Tabela 11*), as diferenças entre as classes são mais sensíveis à variação da renda. Isto é particularmente verdade quanto ao jornal: sua utilização sobe em ambas as classes quando sobe a renda. Quanto ao rádio, sua utilização cai com o aumento da renda, caindo mais ainda entre os trabalhadores manuais. Mas é quanto ao uso da TV que a diferença entre as classes se torna mais sensível: entre os trabalhadores manuais ele se mantém praticamente nos mesmos níveis, enquanto entre a classe média ele cai sensivelmente, quando aumenta a renda. Neste último caso, o enorme aumento dos jornais, e o aparecimento dos periódicos, são os maiores responsáveis, o que sugere uma maior relação “natural” com esses meios, relação que se mantém “reprimida” quando essa classe se encontra em espectros de renda mais baixos. Essa relação com os meios de obtenção da informação está obviamente relacionada ao nível de instrução, que também obviamente apresenta alta correlação com a classe social, mas suas implicações espaciais são dignas de nota. O fato da televisão estar fixada no espaço doméstico, que tem, como vimos, para os trabalhadores manuais, muito mais importância como lugar de lazer do que para a classe média, faz naturalmente da televisão um meio de obtenção da informação mais importante para os primeiros do que para os segundos. Os índices obtidos nessas duas variáveis (local de lazer e meio de obtenção da informação) se confirmam mutuamente.

Tabela 11. Meios de obtenção da informação, por classe e faixa de renda.

MEIOS	RENDA: ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMOS		ACIMA DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA
Jornal	17.1	13.6	33.3	42.9
Rádio	11.4	4.5	-	2.9
Periódicos	-	-	-	3.8
Televisão	65.7	77.3	66.7	47.6

Em resumo, ficam claras as diferenças entre os “modos de vida espacial” no Distrito Federal no Brasil, diferenças que estão evidentemente relacionadas à classe social respectiva, independentemente do nível de renda. A *Tabela 12* sintetiza estes resultados, pelos quais a classe média, independentemente das qualificações

comentadas acima, apresenta uma maior inserção transpacial na cidade do que os trabalhadores manuais. Mais adiante neste Capítulo, procurarei correlacionar esta inserção, tanto com os atributos espaciais das áreas em estudo, quanto com os níveis de co-presença que foram efetivamente verificados no sistema de espaços abertos. Mas antes, devo completar o panorama destas áreas, apresentando os indicadores mais gerais da vida social dos seus habitantes, como se segue.

VIDA SOCIAL

Consideraremos agora o último dos três níveis analíticos. A fonte primária dos dados foi, como já referido, o resultado da aplicação das entrevistas domiciliares com moradores de seis áreas da amostra nas quais existem residências. Assim, os mesmos comentários sobre a natureza dos dados que foram feitos no início do tópico anterior se aplicam aqui.

Tabela 12. Resumo dos atributos espaciais/transpaciais das classes sociais.

VARIÁVEIS	TRABALHADORES MANUAIS	CLASSE MÉDIA
TIPO DE LUGAR UTILIZADO		
Espaços públicos	+	-
Espaços fechados	-	+
Lazer na vizinhança	+	-
GRUPO DE AMIGOS		
Vizinhos	+	-
Colegas de trabalho	-	+
Colegas de estudo	-	+
ESTRUTURA DO GRUPO		
Oportunidade de encontrar outras pessoas	-	+

Na *Tabela 13*, as áreas de análise foram dispostas, da esquerda para a direita, em ordem decrescente de renda familiar média mensal. É clara a predominância da classe média em todas as áreas, à exceção do Paranoá Novo. De modo geral, como seria

de esperar, o funcionalismo público soma 49.0% do total da amostra, mas constitui 66.4% da classe média (*Tabela 14*). Mesmo entre os trabalhadores manuais é alto o percentual do funcionalismo público: 12.0%. Como em Brasília não se tem um setor público forte na infra-estrutura econômica, a população “superestrutural”, mesmo quando considerado apenas o Estado, apresenta índices elevados.

Apesar desta predominância da classe média, entretanto, um quadro de segregação espacial se mostra com clareza. No caso das duas superquadras do Plano Piloto, a classe média chega perto da totalidade da amostra: 96.4% e 94.1% para as Superquadras Sul 102/302 e para as Superquadras Norte 405/406, respectivamente, embora as últimas estejam em quarto lugar no que diz respeito à renda. A seguir vêm Taguatinga e o Guará-I, ambos com cerca de 70% de classe média, mas já apresentando um percentual significativo de trabalhadores manuais. Também, no caso de Taguatinga, tanto a pequena burguesia quanto a burguesia se fazem presentes (juntas constituem quase 8% das pessoas entrevistadas), apoiando a idéia de que estamos testemunhando aqui a formação de um núcleo econômico próspero da futura metrópole.⁵⁰⁷

⁵⁰⁷ CODEPLAN/SEPLAN/GDF (1991) *Brasília - A construção do futuro*, Brasília.

Tabela 13. Indicadores sócio-econômicos gerais.

VARIÁVEL	ÁREAS						MÉDIAS
	SQSS-102/302	Guará-I	Taguatinga	SQNs-405/406	Planaltina	Paranoá Novo	
Renda familiar	3058	2275	1914	1734	848	237	1759
Veículo p/domicílio	2.49	1.20	1.49	1.20	0.75	0.22	1.23
Uso do carro	75.9	34.3	54.3	66.7	16.1	2.8	41.0
Uso transp público	3.4	37.1	28.6	24.2	35.5	77.8	35.5
Trabalha na área	-	20.0	30.0	-	28.6	10.0	20.8
Tempo médio de moradia	10.3	9.9	9.8	14.2	16.4	4.1	10.77
Tempo máximo de moradia	23,0	25,0	33,0	34,0	63,0	6,0	
Instrução	6.44	4.84	5.14	5.77	3.90	2.14	4.70
<i>Classes sociais</i>							
Trab Manuais	-	23.5	18.4	5.9	27.3	67.6	24.9
Classe média	96.4	73.5	73.7	94.1	63.6	29.7	70.2
Peq burguesia	3.6	2.9	5.3	-	9.1	2.7	3.9
Gr burguesia	-	-	2.6	-	-	-	1.0
<i>Inserção no mercado</i>							
Emp setor privado	24.1	35.3	22.9	20.6	16.1	36.1	26.0
Autônomo	13.7	17.6	11.5	8.8	41.9	52.8	25.0
Func públicos	62.0	47.1	65.7	70.6	41.9	11.1	49.0
<i>Status da remuneração</i>							
Sem remuneração	20.8	20.0	16.0	16.3	22.4	24.0	19.9
Ativos	62.5	74.0	78.0	69.4	69.4	74.0	71.4
Aposentados	16.7	6.0	6.0	14.3	8.2	2.0	8.8

Observações:

1. Renda expressa em Reais (R\$).
2. As médias não são as médias das colunas anteriores, mas as médias obtidas a partir diretamente de todos os questionários.
3. O nível de instrução foi obtido em função de uma codificação que varia de 1 a 9, correspondendo, respectivamente, a “nenhuma instrução” e a “pós-graduação stricto sensu completa” (ver *Anexo I*).
4. Os percentuais da estrutura ocupacional referem-se apenas àqueles que estão na ativa, excluindo-se, portanto, os aposentados ou sem qualquer remuneração, que vão aparecer somente nas linhas abaixo (“status da remuneração”).

Planaltina, por sua vez, historicamente um centro terciário para a zona rural, apresenta menos servidores públicos (41.1%), mais trabalhadores manuais (27.3%), uma pequena burguesia mais forte (9.1%), e, no que diz respeito à estrutura ocupacional, um número de pessoas trabalhando por conta própria bem maior, quando comparado às outras áreas analisadas. Mas os traços mais peculiares ficam com o Paranoá

Novo: em termos de composição de classe, os trabalhadores manuais constituem quase 70%, enquanto a classe média cai para cerca de 30%, a metade de Planaltina; em termos da estrutura ocupacional, os servidores públicos caem para 11.1%, enquanto os autônomos pulam para 52.8%. Outros indicadores sócio-econômicos complementam este quadro geral, como se segue.

Tabela 14. Caracterização ocupacional dos ativos, por classe social.

CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL	TRABALHADORES MANUAIS	CLASSE MÉDIA	TODAS AS CLASSES
Empregado no setor privado	36.0	23.1	26.0
Autônomo	46.0	9.7	25.0
Funcionário público	12.0	66.4	49.0

O que possivelmente é típico do DF, embora sejam necessárias pesquisas noutras cidades para que se confirme mais fortemente essa hipótese, é o alto índice de motorização: a precariedade do transporte coletivo, avaliado como “ruim” ou “péssimo” por 35.5% da população que o utiliza (*Tabela 15*), força um investimento prioritário na propriedade de veículos, atingindo uma média, para toda a amostra, de 1.23 veículos por domicílio, mas chegando a 2.49 nas Superquadras Sul 102/302 (*Tabela 13*). É bom frisar que o uso do carro rotineiramente, por parte das pessoas que trabalham, atinge 41.0% para toda a amostra, chegando a 75.9% para as Superquadras Sul 102/302. Por outro lado, a *Tabela 16* indica os principais problemas apontados em relação ao transporte coletivo.

Tabela 15. Avaliação negativa do modo de locomoção.

MODO DE LOCOMOÇÃO	AVALIAÇÃO: “PÉSSIMO” + “RUIM”
Carro	12.2
Transporte coletivo	35.5

Observação: a avaliação é aquela realizada pelos usuários dos respectivos modos de locomoção.

Quanto à relação entre trabalho e local de moradia, como seria de esperar, nenhum morador das duas superquadras da amostra trabalha na própria localidade. Mas em Taguatinga chega a 30% aqueles que ali mesmo têm ocupação remunerada, o que ilustra a dinâmica sócio-econômica que aquela cidade-satélite já vem atingindo.

Tabela 16. Principais problemas do transporte coletivo.

PROBLEMA	CITAÇÕES (%)
Periodicidade	36.4
Conforto	33.3
Custo	15.2

Observação: os percentuais são relativos àqueles que têm no transporte coletivo seu principal meio de locomoção.

Brasília bem ilustra a concentração de renda neste país. Apesar de não termos realizado entrevistas nas áreas das mais altas rendas do Distrito Federal, há uma distância de 12.9 vezes entre a renda familiar média das Superquadras Sul 102/302 (R\$ 3058) e a renda familiar média do Paranoá Novo (R\$ 237). É interessante comentar que a correlação entre grau de instrução e renda familiar não é linear, pelo menos consideradas as médias das áreas: as Superquadras Norte 405/406 apresentam grau de instrução bem mais elevado do que Taguatinga e Guará, mas renda menor do que ambas localidades. É possível que isto se dê pelo fato de ainda morarem na 405 grande parte de funcionários de baixo poder aquisitivo que lá estão há muitos anos, não tendo ainda sido atingidos pelo processo de expulsão em marcha, por pressão do mercado imobiliário. O tempo médio de moradia nas Superquadras Norte 405/406 é de 17 anos, mas há ainda quem lá more há 37 anos, portanto desde a inauguração da cidade.

A correlação entre classe social e renda também não é forte: ainda que em menor grau do que os trabalhadores manuais, a classe média também apresenta grande parte de seus membros situados nas faixas mais baixas de renda. Não há, assim, como aliás o têm assinalado vários autores, uma correspondência automática entre classe social e renda. Se é verdade que a classe média ainda apresenta uma renda média superior àquela dos trabalhadores manuais, há muitos trabalhadores manuais em estratos de renda bastante elevados, assim como muitos membros da classe média localizados em estratos de renda bem baixos. A possibilidade de acesso de trabalhadores manuais a locais de moradia como o Guará e Taguatinga é eloqüente neste sentido (*Tabela 13*).

Em termos de avaliação global da cidade, estamos diante de uma clara “hegemonia apologética”: morar no Distrito Federal é considerado “bom” ou “ótimo”, majoritariamente, em todas as classes sociais e/ou faixas de renda (*Tabela 17*). Isto

claramente contradiz uma crítica dogmática a Brasília, como a de Holston, já referida na *Introdução*.⁵⁰⁸ Apesar desta “hegemonia apologética”, o discurso social sobre a cidade é interessante, na medida em que revela diferentes pontos de vista sobre a cidade, que variam em função da classe social. Estes diferentes pontos de vista se revelam pela identificação dos principais problemas da cidade, mas principalmente por meio da identificação de suas qualidades. Vejamos primeiro a identificação dos problemas.

Tabela 17. Avaliação da cidade, por classe social e faixa de renda.

AVALIAÇÃO	RENDA: ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMOS		RENDA: ACIMA DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA
Péssimo + ruim	-	9.5	6.6	1.0
Bom + ótimo	97.1	66.7	93.4	83.7

Nas entrevistas, não especificamos o *tipo* de problemas aos quais estávamos nos referindo: as pessoas eram completamente livres para apontar qualquer tipo de problema que elas acreditassem que valia a pena indicar. Assim, é importante que, para ambas as classes, os dois problemas principais sejam de natureza urbanística: “transporte” e “má acessibilidade” ocupam os dois primeiros lugares na lista, para ambas as classes - a única diferença é que eles trocam de lugar, em função da classe (*Tabelas 18 e 19*). O transporte público é considerado “ruim” ou “muito ruim” por 35.5% das pessoas que o utiliza, e “periodicidade”, “conforto” e “custo” (as mais altas tarifas no país) constituem as principais razões para tal avaliação negativa (*Tabelas 15 e 16*). O discurso social assim confirma o diagnóstico do discurso técnico, pelo qual se apontou que temos, em Brasília, um índice de 1.0 passageiro/quilômetro de linhas de ônibus, enquanto em outras cidades brasileiras de tamanho semelhante, essa razão pula para 2.6.⁵⁰⁹ Tal problema é estruturalmente relacionado ao uso do solo em Brasília: com suas baixas densidades, descontinuidades do tecido urbano, e zoneamento especializado, não existe solução de transporte público viável economicamente.

Tabela 18. Principais problemas e qualidades da cidade para a classe média.

PROBLEMA	CITAÇÕES (%)	QUALIDADES	CITAÇÕES (%)
----------	--------------	------------	--------------

⁵⁰⁸ Holston (1993), op. cit.

⁵⁰⁹ CODEPLAN/SEPLAN/GDF (1991), op. cit.

A MORFOLOGIA INTERNA DA CAPITAL

Má acessibilidade	18.6	Disponibilidade de serviços	15.3
Transportes	9.3	Tranqüilidade	13.1
Clima	8.5	Paisagismo	11.7
Segurança	7.8	Amplidão dos espaços	9.5
Disponibilidade de lazer	7.8	Boa acessibilidade	7.3

Tabela 19. Principais problemas e qualidades da cidade para os trabalhadores manuais.

PROBLEMAS	CITAÇÕES (%)	QUALIDADES	CITAÇÕES (%)
Transporte	16.7	Disponibilidade de empregos	25.0
Má acessibilidade	14.3	Tranqüilidade	15.0
Disponibilidade de lazer	14.3	Sociabilidade	10.0
Segurança	11.9	Clima	10.0
Custo de vida	9.5	Disponibilidade de serviços	7.5

De fato, isto não surpreende. Acreditou-se um dia que o carro particular não era mais o “inimigo irreconciliável do homem”, que ele havia se tornado “parte da família”, e conseqüentemente, os “princípios generosos da técnica rodoviária - incluindo-se a eliminação de cruzamentos - [foram aplicados à] técnica urbanística”, fazendo de Brasília uma “capital rodoviária” (todas estas são palavras literais usadas por Lúcio Costa no *Relatório do Plano Piloto de Brasília*).⁵¹⁰ O projeto de Brasília não apenas desconsiderou as necessidades espaciais de um eficiente transporte público, mas também faz com que se torne extremamente difícil de implementá-lo, se os atributos fundamentais da cidade forem mantidos. O resultado é que o tráfego de Brasília mata relativamente mais do que o de São Paulo, esta última metrópole tida como símbolo do caos urbanístico que um projeto como o de Brasília supostamente deveria eliminar. Não é que os motoristas de Brasília sejam mais indisciplinados do que os de outras cidades: é que é fácil inferir que o urbanismo da Capital não apenas permite velocidades muito altas, mas até mesmo prejudica a percepção da velocidade na qual se está dirigindo.

⁵¹⁰ Costa, Lúcio (1974) “Relatório do Plano Piloto de Brasília”, in Senado Federal (1974) *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*, Brasília.

Especificamente do ponto de vista dos trabalhadores manuais, o “custo de vida” está entre os cinco problemas mais importantes. Embora de uma maneira mais indireta, também aqui encontramos relações com a ordem espacial da cidade. Os preços da terra em Brasília são duas a três vezes mais caros quando comparados a áreas de status social similar em outras cidades brasileiras. Tais preços são em grande medida o resultado da “renda de monopólio”⁵¹¹ determinada pela relativamente pequena disponibilidade de terra disponível nas vizinhanças das áreas mais privilegiadas em termos de disponibilidade de empregos e serviços. Isto é tipicamente o que ocorre no Plano Piloto, em seu isolamento em relação às cidades satélites. E isto, conseqüentemente, implica altos custos de espaço construído, que por sua vez implica altos custos dos serviços que este abriga.

Quanto às qualidades, os aspectos que foram citados nas entrevistas ilustram melhor os diferentes pontos de vista sobre a cidade. Para os trabalhadores manuais, confirmei em grande medida as conclusões chegadas por Machado & Magalhães, comentadas na *Introdução*: exceto pela “tranqüilidade”, que está de certa maneira vinculada à ordem espacial, as principais qualidades estão relacionadas a “oportunidades de vida”, não ao urbanismo da cidade: “empregos”, “serviços”, “sociabilidade”.⁵¹² Para a classe média, entretanto, o quadro muda de figura, pois os atributos peculiares do espaço urbano de Brasília são explicitamente levantados: “boa acessibilidade” (para aquela parte da população motorizada, é claro), “desenho da paisagem” e a “generosidade dos espaços abertos”. Há um aparente paradoxo aqui, pois aqueles que elogiam os espaços abertos são exatamente aqueles que menos os utilizam, como já vimos. Acontece que em Brasília, como em qualquer outro lugar, o “uso” que a classe média faz dos espaços abertos é essencialmente expressivo (ela os aprecia visualmente), e não instrumental (ela não se faz presente neles). Vastos espaços vazios constituem o outro lado da moeda de um estilo de vida essencialmente transpacial. Além disso, há uma importante implicação ética aqui: embora um trabalho mais sistemático seja ainda necessário neste aspecto, parece razoável lançar a hipótese de que aqueles que habitam os espaços mais generosos da cidade são exatamente aqueles que menos pagam por eles. Pois

⁵¹¹ Gonzalez, Suely (1985) “A renda do solo urbano: hipóteses de explicação de seu papel na evolução da cidade”, in Farret, Ricardo (org) (1985) *O espaço da cidade - contribuição à análise urbana*, Projeto, São Paulo.

⁵¹² Machado & Magalhães (1985), op. cit.

mesmo considerando os altos níveis de renda encontrados no Plano Piloto e sua vizinhança imediata, é virtualmente impossível para seus habitantes pagar pelos custos reais do funcionamento da infra-estrutura destes lugares, cuja manutenção é, portanto, fortemente subsidiada pelo estado. Deparamo-nos aqui com uma contribuição específica do urbanismo de Brasília para a conhecida e perversa concentração de renda da sociedade brasileira, como comentado no capítulo anterior.

Todas estas questões juntas revelam um padrão de segregação de funcionários do estado, tanto no nível do Distrito Federal em relação ao espaço nacional, como na estrutura interna da cidade. No primeiro caso, o estado não foi capaz de empregar o grande número de imigrantes que veio para o Distrito Federal, e isto é provavelmente uma das causas pelas quais o controle contra a industrialização foi afrouxado. De fato, embora ainda alta, a percentagem de funcionários do estado tem consistentemente caído ao longo da história da cidade. Quanto à estrutura interna da Capital, a concentração de servidores públicos no Plano Piloto é clara, mas a segregação de classe é muito mais forte do que a segregação ocupacional: o Plano Piloto é quase que exclusivamente uma área da classe média, e aqueles da classe média que não são funcionários públicos certamente constituem um setor terciário que serve, profissional e pessoalmente, o estado e seus funcionários.

O governo não foi capaz de manter Brasília - i.e., a cidade “real”, não apenas o Plano Piloto - como uma cidade puramente administrativa. Entretanto, foi bem sucedido em manter sua estrutura dicotômica. Se, de uma maneira geral, o Distrito Federal é menos superestrutural hoje, seu “pedaços infra-estruturais” estão afastados dezenas de quilômetros do Plano Piloto, em Taguatinga e para além dela. Em termos da vida social, o Plano Piloto é tão superestrutural quanto possível, e não parece haver qualquer tendência de mudança neste quadro no futuro próximo. Pelo contrário, o afrouxamento do controle estatal nas áreas periféricas do Distrito Federal caminhou *pari passu* com o fortalecimento do controle sobre o Plano Piloto, de maneira a manter-se explicitamente seu caráter “simbólico”.

SÍNTESE: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE BRASÍLIA

Na discussão acima, não procurei oferecer uma análise da estrutura urbana global de Brasília, enquanto o sistema urbano do Distrito Federal. Não que isto seja desimportante, ou inadequado à análise sintática, e pretendo levar a efeito um trabalho desta natureza no futuro.⁵¹³ Escolhi antes o caminho da análise sintática mais tradicional, ao lidar com pequenos assentamentos inteiros, ou partes (ainda que grandes, às vezes) de áreas metropolitanas. Uma primeira razão para isto foi que procurei verificar algumas questões particulares que pesquisas anteriores estudaram nesta escala. Mas, por outro lado, fui de certa maneira empurrado para a minha opção pela própria estrutura segmentária de Brasília. Como já comentei, o sistema urbano de Brasília é uma constelação de partes claramente separadas entre si, e, freqüentemente elas próprias segmentadas em sua respectiva ordenação interna. De fato, a menos que reduzamos muito as áreas que estudamos, não há virtualmente possibilidade de evitarmos alcançar os limites urbanos em alguma direção, e em geral em várias direções. O Paranoá Novo é uma ilha, cercada de por um projeto de reflorestamento; a Esplanada é uma “península mórfica”, com a Praça dos Três Poderes na sua ponta leste; as Superquadras Norte 405/406 são limitadas a leste pela área pouco densa do Campus da Universidade de Brasília; o Guará-I é novamente uma ilha e as áreas estudadas, tanto de Taguatinga como de Planaltina, alcançam seus limites urbanos em duas e três direções respectivamente. Isto coloca problemas peculiares, quando comparamos estas áreas com outras completamente imersas num tecido metropolitano, mas, de certa maneira, isto foi uma vantagem neste estudo, no sentido de que estes segmentos, que se desenvolveram em diferentes momentos ao longo da história da cidade, se cristalizaram em partes que apresentam marcantes diferenças entre si.

Tais diferenças acontecem em todos os três níveis sintáticos de análise. Quanto aos padrões espaciais, minha amostra varia da Esplanada dos Ministérios, com uma medida geral de urbanidade de $URB=1.83$, ao Paranoá Novo, com $URB=3.63$. Quanto à vida espacial, novamente, da Esplanada, na qual ninguém põe os pés em dias comuns, exceto por seus "habitantes" (em termos sintáticos, i.e., a burocracia estatal federal), ao Paranoá Novo, como uma cultura de ruas extremamente viva, por quaisquer padrões. Finalmente, em termos de vida social, novamente a amostra varia do “paraíso” quase

⁵¹³ A análise sintática foi recentemente aplicada a áreas metropolitanas como Santiago, no Chile, com mapas de axialidade de mais de 20.000 linhas.

exclusivo da classe média - o Plano Piloto - a, novamente, o Paranoá Novo, no qual os trabalhadores manuais somam quase 70% da população. De uma certa maneira, a “estratégia de contrastes” utilizada nos capítulos 3, 4 e 5, foi utilizada no estudo comparativo das várias partes de Brasília. Se existem diferentes maneiras de desempenho de diversas configurações espaciais, e pelas quais as várias instâncias de padrões espaciais, vida espacial e vida social se relacionam entre si, isto necessariamente se revelaria numa amostra com estas características. No que se segue, estes três níveis analíticos serão considerados em conjunto, na tentativa de descrever sinteticamente o modo (ou os modos) de vida que testemunhamos em Brasília, como descritíveis por meio do referencial teórico da teoria da sintaxe espacial.

Em áreas imersas em situações metropolitanas, há um contínuo “alimentar” da sua periferia pelo tecido urbano que as circunda. Em Brasília, tais entornos são ou desertos, ou contêm fortes magnetos (como os edifícios da Universidade, próximos às Superquadras Norte 405/406, ou as paradas de ônibus do Guará-I), que implicam fortes fluxos de pedestres, independentemente das medidas de integração encontradas nestes lugares. As peculiaridades do uso do solo em Brasília fortemente interferem nos fluxos de pedestres, acima e além da sintaxe, mesmo em casos de áreas mais centrais, como o SCS: aqui, os terminais dos ônibus urbanos são responsáveis pelo forte fluxo que se origina na Plataforma Rodoviária. Mas também isso acontece nos casos onde a permeabilidade é maximizada, como nas Superquadras Norte 405/406: os fluxos minimizam as distâncias a serem percorridas, independentemente da integração axial.

Tais fatores empurram a predictibilidade para baixo em muitos casos, embora possa haver outros fatores que também o fazem, como veremos abaixo. Não é por acaso que o Paranoá Novo é a área com a mais alta predictibilidade da amostra ($PRE=0.56$), pois aqui o isolamento e a inexistência fortes magnetos em torno do assentamento não causa maiores “distúrbios” no movimento natural. A teoria do movimento natural é assim confirmada em Brasília, na medida em que a sintaxe do lugar se aproxima de uma axialidade relativamente profunda, e o uso do solo é relativamente bem distribuído. Quanto mais o sistema é raso, e quanto mais é significativa a concentração de magnetos, mais temos de lidar com fatores não-sintáticos na explicação dos fluxos de pedestres.

A Esplanada é certamente a área na qual temos a melhor congruência entre todos os níveis analíticos. Esta “península mórfica”, como a chamei, é principalmente conectada ao resto do Plano Piloto pelo complexo da Plataforma Rodoviária, e é rodeada por “terra-de-ninguém” que a separa dos setores de embaixadas, ao norte e ao sul. A leste, uma via a liga à residência presidencial (o Palácio da Alvorada), e a algumas instituições dispersas localizadas numa paisagem semi-rural. Não há passantes na Esplanada, exceto para os lugares antes referidos. Vimos como, internamente, ela é fisicamente a área mais formal, ao mesmo tempo em que temos uma única categoria social constituindo os “habitantes” do lugar, e que esta categoria coincide com os mais altos funcionários estatais do país. Tudo combina perfeitamente para caracterizar a Esplanada dos Ministérios como um espaço de exceção, como definido neste trabalho.

O SCS ganha bastante em urbanidade, no que diz respeito aos padrões espaciais, mas sua categorização funcional puxa-o de volta à formalidade. Observei como esta é a área do Plano Piloto que mais se parece, durante as horas normais de trabalho, com a urbanidade de cidades tradicionais, mas também como esta urbanidade desaparece rapidamente nas primeiras horas da noite. As categorias de agentes sociais que vêm ao SCS estão se tornando menos diversificadas ao longo dos anos. Para citar um único fato relacionado a isto, as maiores faixas de renda estão procurando por lugares com disponibilidade ainda maior de vagas para estacionamento (que já é muito alta em qualquer lugar de Brasília), e o SCS tem-se deteriorado claramente ao longo do tempo.

Vimos também como as superquadras do Plano Piloto tem significativos atributos espaciais formais, e vimos também como elas constituem um quase “paraíso exclusivo” da classe média - mais do que 90% de sua população. Entretanto, também comentei sobre os “bocados de urbanidade” que encontramos nas unidades de vizinhança ao longo das asas residenciais: os comércios locais. Tal urbanidade é ainda mais notável na Asa Norte, onde temos um uso do solo mais diversificado, incluindo habitação nos pavimentos superiores (embora numa situação ilegal, ignorada oficialmente pelo governo). Nestas áreas, a urbanidade tem de fato aumentado com o tempo: primeiro, devemos recordar que esses comércios locais, como existem hoje, não faziam parte do plano original, pois eles constituíam apenas ruas de serviço, e as lojas deviam abrir apenas para as superquadras, não para as ruas; segundo, supunha-se que eles funcionariam muito mais num nível local, mas o fato do Plano Piloto ter “engordado” originou

um tráfego de passagem nestas áreas que as fez pertencerem mais à cidade como um todo, do que ao seu entorno imediato; terceiro, elas foram super-dimensionadas no que diz respeito às necessidades de compras cotidianas da população da vizinhança, e isto favoreceu a atração de outras atividades centrais, assim ampliando o seu raio de influência para uma área maior da cidade; finalmente, a atividade residencial foi aí incluída. Alguns destes comércios locais (como o da 109/110 sul) têm se mantido como lugares extremamente animados por anos a fio, dia e noite. Quando comparados a outros esquemas modernistas, os comércios locais do Plano Piloto inserem, no que seria de outra maneira uma área residencial bastante desprovida de movimento, em intervalos relativamente pequenos, um elemento de contraste que enriquece a paisagem sócio-espacial. Quando deixamos o comércio local e entramos na superquadra propriamente dita, passamos de uma área densamente construída, intensamente constituída, com mistura de funções e apresentando um alto nível de co-presença de diversas pessoas nos espaços abertos, para uma área que é escassamente ocupada por edifícios e portanto pouco constituída, com grandes percentuais de áreas verdes, quase monofuncional, com um nível de co-presença muito baixo, e praticamente habitada apenas pela classe média; se continuarmos por mais 500 metros, estamos novamente num movimentado comércio local. Em resumo, experimentando um interessante jogo de efeitos tipo “positivo-negativo”, passamos de urbanidade para formalidade, e voltamos novamente à urbanidade.

Os núcleos satélites de Brasília apresentam uma situação variada, do mais formal Guará-I, ao mais urbano Paranoá Novo, no que diz respeito aos padrões espaciais. Em geral, a formalidade/urbanidade dos padrões espaciais é confirmada no nível da vida espacial e da vida social. Mas há interessantes peculiaridades a merecer comentários. Taguatinga, por exemplo, é muito mais urbana nos outros dois níveis do que no nível dos padrões espaciais (alcançou URB=3.52). Seu centro cada vez mais adquire o caráter de centro de uma área metropolitana, com mistura de funções incluindo habitação, e intensamente utilizado dia e noite pelos mais variados tipos de pessoas (está virando moda “fazer a noite” em Taguatinga). Ainda que seja um lugar predominantemente de classe média, ela apresenta uma situação bem mais equilibrada quando comparada ao Plano Piloto, pois inclui pessoas nos dois extremos do espectro social, i.e., trabalhadores manuais e burguesia (*Tabela 13*). Está também se tornando um forte centro econômico, perdendo seu caráter original de “cidade dormitório”.

O Paranoá Novo, por seu lado, apresenta o maior valor em urbanidade (URB=3.63) e se situa no nível mais inferior no que se refere à renda familiar (12.9 vezes menos do que nas Superquadras Sul 102/302, 8.0 vezes menos do que Taguatinga e ainda 3.6 vezes menos do que Planaltina). É predominantemente um assentamento de trabalhadores manuais (67.6%), com alguma presença da pequena burguesia (2.7%) e o restante constituído por classe média (29.7%) - como em todas as demais áreas de estudo, exceto Taguatinga, não há membros da burguesia aqui, pelos critérios adotados neste trabalho. Comentei sobre os impressionantes níveis de co-presença encontrados no Paranoá Novo, que decrescem da maneira mais consistente da amostra, das linhas mais integradas para as mais segregadas. A mesma coisa ocorre com a distribuição das atividades centrais e das classes sociais no espaço: como relatado em outras instâncias,⁵¹⁴ a ocorrência de comércio e serviços diminui com a integração, assim como o nível de acabamento das edificações, sugerindo uma distribuição uniforme das classes sociais encontradas aqui, de acordo com a medida de integração, por toda a área. Se, mais uma vez, a característica fundamental da urbanidade é o desempenho do espaço como mecanismo misturador, o Paranoá Novo é também urbano por excelência, quer no nível da vida espacial, quer no da vida social.

O estudo dos modos de vida espacial da população ajudou na compreensão da utilização do espaço aberto, mas também levantou alguns problemas difíceis. Por um lado, parece lógico que uma área quase exclusivamente de classe média, como as Superquadras Norte 405/406, apresente um baixo nível de co-presença nos espaços públicos, e que uma área de trabalhadores manuais, como o Paranoá Novo, apresente cinco vezes mais pessoas nas ruas. Mas, quando passamos a comparar áreas que ficam no meio-termo, como Guará-I e Planaltina, a composição de classe parece ser bem menos determinante da presença nos espaços abertos, pois se o percentual de trabalhadores e classe média são muito próximos, a presença real de pessoas nos espaços abertos ainda é mais contrastante do que a comentada acima: Planaltina apresenta 4.4 vezes mais pessoas nas ruas do que o Guará-I. Parece portanto que devemos procurar em fatores que não o da composição de classe, a explicação da vitalidade da comunidade virtual

⁵¹⁴ Como na Londres do século XIX, por exemplo, como relatado em Bill Hillier et al., *Graphical knowledge interfaces: the extensive and intensive use of precedent data bases in architecture and urban design*, Bartlett Research, University College London (mimeo).

de Planaltina. É claro que, entre as variáveis com as quais lidei, há muitos fatores que colocam Guará-I e Planaltina em posições contrastantes, e procurarei a seguir apontar os principais, na procura por uma explicação quanto a padrões de co-presença tão contrastantes.

Consideremos primeiro os padrões espaciais de ambas as áreas. A medida de urbanidade colocou Planaltina em terceiro lugar (URB=3.52), do valor mais alto para o mais baixo, e o Guará-I no sétimo lugar (URB=2.94). Em particular, o Guará-I teve pior desempenho, quando comparado a Planaltina, no percentual de espaços abertos em relação à área total (71.5% / 32.4%), nos espaços cegos (31.4% / 6.6%), e na inteligibilidade (0.66 / 0.98). Além disto, há alguns atributos sintáticos que, numa abordagem em “sintonia fina”, podem se revelar muito importantes, por exemplo, a relação entre espaços internos e externos: no Guará-I, são generalizados os jardins frontais protegidos com altas grades metálicas que transformam as residências em verdadeiras fortalezas, enquanto em Planaltina não há tais “espaços amortecedores”, e as portas abrem diretamente para os passeios. (Paradoxalmente, o Guará-I foi a única área de nossa amostra na qual ninguém se queixou de “segurança” como um problema na vizinhança - ver *Tabela 20* -, contra 14.9% de pessoas em Planaltina que o fizeram - a razão para as grades são portanto muito mais ideológicas do que instrumentais).

Tabela 20. Principais problemas, por área.

VARIÁVEIS	ÁREAS					
	SQSS-102/302	Guará-I	Taguatinga	SQNs-405/406	Planaltina	Paranoá Novo
Segurança	4.2	-	13.6	23.3	14.9	32.6
Barulho	14.6	2.3	13.6	-	6.4	-
Falta de lazer	9.8	18.2	13.6	2.3	23.4	4.7
Ociosidade do espaço público	12.2	2.3	2.3	4.7	2.1	-
Sujeira	12.2	18.2	18.2	-	-	11.6
Monotonia	7.3	-	-	-	-	-
Paisagismo	2.4	6.8	2.3	4.7	-	2.3
Tráfego	2.4	6.8	11.4	4.7	4.3	-
Infra-estrutura	-	-	4.5	-	6.4	18.6
Comportamentos “anti-sociais”	7.3	4.6	2.3	23.3	6.4	9.3

Em segundo lugar, nossa amostra dos arranjos sociais mostra um quadro revelador. No que diz respeito aos lugares para lazer (*Tabela 08*), há importantes diferenças entre as duas áreas: as pessoas de Planaltina são mais “caseiras”, como já comentado, pois elas usam mais suas residências, e as residências de amigos, do que as do Guará-I; elas citaram ligeiramente menos o uso do espaço público, mas elas citaram cerca de 6 vezes menos os espaços fechados de acesso irrestrito; finalmente, 34% das pessoas do Guará-I citaram o lazer fora da vizinhança, contra apenas 20% das pessoas de Planaltina. Tudo isto revela uma tendência mais transpacial em favor dos moradores do Guará-I. Antes de tentarmos correlacionar isto com os padrões espaciais comentados acima, vejamos algo sobre indicadores sócio-econômicos mais gerais.

Uma das diferenças mais importantes entre as duas áreas é a renda familiar média: no Guará-I ela é 2.7 vezes maior do que em Planaltina. Entretanto, vimos que, dentro de um quadro similar de composição de classe, diferenciais de renda não parecem interferir muito com a vida espacial. Alguns outros indicadores poderiam parecer mais relevantes aqui: por um lado, muito mais moradores trabalham na própria área em Planaltina, ao mesmo tempo em que muito menos usam o carro como seu meio de transporte. Mas, novamente aqui, a interferência de tal fator com o uso do espaço público não deve ser superestimado, pois o leitor se lembrará que os turnos de observação de co-presença foram feitos em vários momentos do dia, não apenas nas horas de pico, quando as pessoas estão eventualmente usando o carro (ou andando) para ir e voltar do trabalho. Finalmente, as pessoas entrevistadas em Planaltina têm vivido ali por cerca de um tempo 60% maior do que a média das pessoas que moram no Guará-I, e enquanto o número máximo de anos morados no lugar em Planaltina é de 63, no Guará-I é de 25. Além disso, Planaltina leva consigo uma carga de mais de 150 anos de história. A força dos laços sociais na localidade é certamente muito mais significativa do que no Guará-I, embora uma demonstração precisa desta afirmação se situe fora dos limites deste trabalho.

As observações acima sugerem importantes diferenças sociais entre as duas áreas. Entretanto, todos os aspectos considerados, creio que seria por demais fácil explicar as diferenças nos padrões de co-presença entre Planaltina e Guará-I simplesmente em termos de indicadores sócio-econômicos gerais. Preferiria antes sugerir que a

“história” de Planaltina fortemente “contaminou” a população presente, a qual tem, a meu ver, mais similaridades do que diferenças com os moradores do Guará-I, considerados os indicadores sócio-econômicos gerais. Mas a “história” aqui não é uma abstração constituída simplesmente por “valores” e “hábitos”. No mínimo, é algo também constituído pela constituição espacial da vida cotidiana, e eu argumentaria que os padrões espaciais de Planaltina funcionam como um poderoso “lembrete” de um modo de vida que está em declínio ao longo dos últimos duzentos anos e que já está em grande medida ausente do Guará-I. Em Planaltina, intensa constitutividade dos espaços, uma malha equilibrada, alta inteligibilidade, atividades centrais nas linhas mais integradas, tudo conspira contra uma mais rápida penetração das “tirantias da intimidade” e o conseqüente “declínio do homem público”, que constituem, nas palavras de Sennett, a “patologia de nossa era”.⁵¹⁵ Esta “patologia” já está muito presente no Guará-I.

Por estas razões, o par Planaltina/Guará-I constitui um estudo de caso muito interessante para um futuro trabalho: por um lado, uma análise em “sintonia fina” deveria incluir uma análise mais detalhada das fronteiras entre espaço interno e externo, assim como o estudo da lógica do espaço doméstico em si; por outro lado, a participação de pesquisadores de outras ciências sociais certamente contribuiria com resultados sobre a vida social em maior profundidade do que a conseguida até agora.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 7

Brasília, como parte de uma sociedade contemporânea, é obviamente o estudo de caso que implica a divisão do trabalho mais complexa de todas as formações sociais analisadas neste trabalho. Tal complexidade vem junto com padrões, em todos os três níveis analíticos, não tão claramente bem delineados como aqueles que vimos nos capítulos anteriores. É claro que existe uma opção dominante por formalidade, e de fato uma opção dominante pelo espaço de exceção, que é recorrente em muitos níveis, desde o mais global - Brasília como um todo, *vis-à-vis* o espaço nacional - ao mais local - a Esplanada dos Ministérios *vis-à-vis* o restante do Plano Piloto. Mas existem aqui muitas situações “não-conformes” nos interstícios da ordem dominante. Se temos a Esplanada

⁵¹⁵ Sennett (1974), op. cit.

dos Ministérios como o espaço de exceção por excelência, temos também, ali defronte, do outro lado do lago, o Paranoá Novo, que apresenta muitos dos atributos da mais forte urbanidade. Mas também temos áreas específicas dentro do próprio Plano Piloto nas quais, seja como partes do projeto original, seja como resultado de pressões várias que foram se construindo ao longo da história da cidade, a urbanidade se faz presente - podemos lembrar o SCS ou os comércios locais das unidades de vizinhança.

Comentei a congruência que existe entre os vários níveis analíticos sintáticos, em todas as diferentes áreas estudadas. A Esplanada não é apenas formal no que diz respeito aos padrões espaciais, mas também, como vimos, no que diz respeito à vida espacial e à vida social. O mesmo acontece com as superquadras e com Planaltina, ou com o Paranoá Novo. Assim, parece que os atributos resultantes ao longo das categorias analíticas utilizadas, no mínimo se confirmam mutuamente, recorrendo em todos os três níveis, isto é, as características que foram definidas como exemplares de formalidade nos padrões espaciais, ocorrem simultaneamente com características que foram definidas como exemplares de formalidade nos outros níveis. Isto também serve para urbanidade. Tal congruência, mais uma vez, apóia a idéia de leis universais relacionando o espaço e a sociedade. Lúcio Costa parece ter sido bem sucedido ao escolher atributos morfológicos que, histórica e universalmente, mais se adequam a assentamentos "superestruturais": entre os 25 projetos concorrentes no concurso para o Plano Piloto de Brasília, sua proposta constituiu, nas palavras explícitas do júri, "o único plano para uma *capital administrativa do Brasil*." (itálicos no original)⁵¹⁶ Também, os espaços abertos formal-modernistas são significativamente menos utilizados do que os espaços abertos urbanos, e isto não constitui um problema para a classe média: muito pelo contrário, os atributos espaciais de Brasília são explicitamente decantados pela classe média, enquanto os trabalhadores manuais dão clara prioridade a qualidades não-espaciais da cidade. Por outro lado, os problemas da cidade, como identificados pelos trabalhadores manuais, estão claramente relacionados ao seu urbanismo.

Mas daí não se deve concluir que os valores relacionados ao espaço de Brasília são pura e simplesmente valores de classe média. Se assim fosse, ignorar-se-ia o conjunto total de razões pelas quais a cidade é tão bem avaliada, seja por seus habitantes,

⁵¹⁶ Senado Federal (1974), op. cit., como citado na *Introdução*.

seja por seus visitantes. Parece haver duas diferentes questões aqui. Por um lado, tal avaliação positiva é muito influenciada por fatores que estão fora do referencial teórico da sintaxe espacial, como, por exemplo, os aspectos topoceptivos ou simbólicos do desempenho espacial (ver Capítulo 2 para os conceitos). Por exemplo, a forte identidade visual da cidade é inegável por quaisquer padrões, justamente reconhecida como uma das suas maiores qualidades. Por outro lado, entretanto, é preciso frisar que existem significativas peculiaridades sintáticas da cidade, quando comparada a outros esquemas modernistas. Não é necessário voltarmos à discussão dos atributos formais da cidade, juntamente com os seus enclaves urbanos, mas gostaria de frisar que o projeto de Brasília é relativamente muito mais *urbano* em seu conjunto, quando comparado a Chandigarh, Milton Keynes, ou aos subúrbios americanos, para dar apenas alguns exemplos. De fato, testemunhamos aqui um feliz paradoxo: quando comparado aos outros concorrentes do concurso, o plano que foi considerado o mais adequado a uma “capital administrativa” foi, entretanto, o mais urbano de todos os projetos apresentados ao júri - as propostas variavam de esquemas próximos ao *Plan Voisin* de Le Corbusier, à *Broadacre City* de Wright, ambos muito mais próximos do paradigma da formalidade do que o projeto do Plano Piloto de Lúcio Costa, mesmo que este ainda fosse sem dúvida bastante formal, na conotação que utilizo aqui.⁵¹⁷

O estudo de caso de Brasília também coloca questões interessantes no que diz respeito aos modos de vida, e de suas relações com os padrões espaciais. De fato, esta pluralidade é uma das questões que distinguem este estudo de caso dos outros apresentados neste trabalho. As sociedades complexas contemporâneas parecem ser muito menos excludentes de ordenações sociais secundárias, do que formações sociais anteriores. Essencialmente, todos os estudos de caso anteriores apresentaram padrões relativamente “puros”, coerentes, seja na direção do polo da formalidade, seja na direção do polo da urbanidade. Em Brasília, há sem dúvida um ordem (formal) dominante no nível global da metrópole, mas esta coerência se perde quando passamos a analisar suas partes. Não estou simplesmente falando sobre os contrastes entre a Esplanada dos Ministérios e o Paranoá Novo. Refiro-me também às pressões que se acumularam ao longo dos anos, e que originaram enclaves de urbanidade que não faziam parte do projeto

⁵¹⁷ Para uma resenha dos vários projetos inscritos no concurso, ver por exemplo Paulo Zimbres (1974) *A study of Brasilia - From Master Plan to Implementation*, MPhil Dissertation, University of Edinburgh.

original. Nas sociedades analisadas na *Parte II*, sem dúvida haviam comportamentos e práticas não-conformes, nos interstícios da ordem dominante. A diferença é que estes nunca chegaram a se materializar na forma espacial dos assentamentos, como o fizeram em Brasília. Não há ainda muita razão para otimismo, em se adotando o ponto de vista da urbanidade, mas é interessante notar em Brasília uma tendência oposta quando a comparamos com o desenvolvimento espacial metropolitano contemporâneo em outras partes do mundo: no primeiro caso, o paradigma da formalidade, que estava fortemente presente no projeto original da cidade, tem estado sob ataque desde o começo da construção da Capital, e sofreu significativas derrotas; no último caso, é a urbanidade da cidade pré-moderna que tem estado sob ataque dos conjuntos habitacionais, setores de negócios nas periferias urbanas, *campi* universitários isolados, subúrbios, condomínios fechados etc. Isto não deveria surpreender. Por um lado, e apesar dos sonhos iconoclastas de Le Corbusier, não foi politicamente viável arrasar metrópoles inteiras como Paris, e substituí-las por uma ordem espacial formal renovada. Foi possível apenas conseguir-se uma destruição por partes, que parece hoje estar, pouco a pouco, em ritmo decrescente. Por outro lado, Brasília constituiu uma rara oportunidade de se construir do nada uma pura ordem espacial moderna. Tal pureza existia, entretanto, apenas na cabeça de seu arquiteto, não nos hábitos e valores da totalidade da complexa sociedade que aqui veio viver. E parte desta sociedade reagiu.

O leitor terá notado que a avaliação de Brasília que propus é “matizada”, no sentido de que ela não se alinha nem com os críticos, nem com os apologistas. De fato, minha avaliação tem se tornado mais e mais “matizada” ao longo dos anos. Confio em que isto resulta de uma abordagem não-esquemática, não-dogmática, da questão. Uma rigorosa identificação das qualidades e problemas da cidade não apenas faz justiça à sua realidade contraditória, mas também constitui uma condição *sine qua non* para a definição de políticas de desenvolvimento.

No que diz respeito à metodologia da Sintaxe Espacial, mais especificamente, e complementarmente às observações já feitas no corpo deste capítulo, a evidência tratada sugere alguns pontos interessantes para consideração. Primeiro, um nova ênfase foi colocada em aspectos sintáticos relativos a dimensões de convexidade e a dimensões locais. A análise dos tipos sintáticos encontrados no Distrito Federal no Brasil revelou que o estudo do espaço dos assentamentos humanos não pode se restringir

exclusivamente a dimensões de axialidade. Quanto mais temos atributos formais nas categorias de convexidade (e.g. grandes percentuais de espaço aberto, grandes unidades convexas, proliferação de espaços cegos etc.), mais este é o caso. Dimensões mais globais de variabilidade, tais como a economia da malha, a integração e a inteligibilidade, permanecem como atributos fundamentais dos lugares. Mas a *medida de urbanidade*, que inclui tanto dimensões locais como globais, parece capturar de maneira mais abrangente a natureza dos tipos sintáticos. De fato, e apesar da nossa amostra ser pequena para que possamos chegar a generalizações mais definitivas, há uma eloqüente correlação positiva entre a medida de urbanidade e a predictibilidade.

Segundo, a análise dos mapas de axialidade, em particular, revelou pontos importantes. Nossa conjectura sobre a natureza formal, tanto de sistemas extremamente rasos, como de sistemas extremamente profundos, parece confirmada, no sentido de que tanto o “efeito panóptico” como o “efeito de gueto” devem ser evitados, do ponto de vista da urbanidade (e.g. as superquadras, e setores do centro do Plano Piloto considerados juntos, respectivamente). Mas há uma importante qualificação quanto a isto: independentemente da integração e da inteligibilidade, a *forma do núcleo integrador* é crucial quanto a bem distribuídos índices de co-presença nos lugares em questão. A predictibilidade se comporta de maneira completamente diferente em dois sistemas apresentando valores similares em integração e inteligibilidade, como o Guará-I e o Paranoá Novo: enquanto no caso ligeiramente mais integrado e inteligível do Guará-I a predictibilidade é a menor da amostra (PRE=0.16) - desconsiderada a primeira mensuração feita para as Superquadras Norte 405/406 -, no Paranoá Novo ela é a maior de toda a amostra (PRE=0.56). Isto parece ter muito a ver com a maneira distinta pela qual o núcleo integrador se distribui nestes dois lugares: embora um sistema mais profundo, no Paranoá Novo o núcleo integrador irriga uniformemente toda a área, enquanto que no Guará-I ele se concentra no miolo do sistema, constituindo assim um poderoso “efeito de gueto”. Claro que, como sugeri, a localização predeterminada das atividades centrais nas linhas mais segregadas, no Guará-I, também contribui para índices mais aleatórios de co-presença, mas mesmo que isto não ocorresse, a segmentação, hierarquia e impenetrabilidade do esquema espacial prejudicaria a predictibilidade. Um interessante desafio assim permanece: traduzir em números a *forma* do núcleo integrador,

e descobrir procedimentos para transcrever os valores assim obtidos para o intervalo de formalidade/urbanidade.

Finalmente, os resultados obtidos no Paranoá Novo, no que diz respeito aos níveis de co-presença nos espaços abertos, sugerem uma importante qualificação para a própria dicotomia formalidade/urbanidade. O leitor recordará que propuz formalidade como tendo a ver sempre com encontros relacionados às dimensões superestruturais da ordem social, e fortemente isolados no espaço assim como no tempo, mesmo que aqueles encontros pudessem acontecer em espaços abertos (não em células fechadas, sintaticamente falando). O oposto se refere à urbanidade. Ora, os resultados sugerem que os intensos níveis de co-presença que encontramos no Paranoá Novo - um assentamento onde claramente predominam trabalhadores manuais - estão mais relacionados às praticidades da vida cotidiana do que às atividades de lazer. Mas o último parece ser o caso do uso que a classe média faz dos espaços abertos da cidade (se e quando o fazem), constituindo assim um tipo de “urbanidade simbólica”, desde que ela é aleatória, localizada nos espaços abertos públicos, mas “superestrutural”. Desta maneira, uma diferença se estabelece entre duas modalidades de uso do espaço que poderiam parecer uma mesmo tipo de coisa, mas não são.⁵¹⁸ Mais uma vez, isto aponta para o fato de que a dicotomia formalidade/urbanidade é uma questão multidimensional e estatística, pois: a) encontros de classe média nos espaços abertos ainda constituem uma ocorrência minoritária, dentro do sistema de encontros global desta classe social; b) se e quando temos encontros de classe média nos espaços abertos, eles são o resultado de uma superposição entre atributos formais e urbanos de vários tipos. Esta questão fundamental deverá ser levada em conta no futuro, no que diz respeito ao aprimoramento dos instrumentos de investigação.

Brasília constituiu vários estudos de caso em um. Cada uma das áreas analisadas neste Capítulo apresenta princípios específicos de organização, e revela relações consistentes entre padrões espaciais, vida espacial e vida social. Mais importante, e apesar das qualificações apresentadas ao longo da discussão acima, Brasília, em toda a variedade de sua realidade sócio-espacial, parece confirmar os resultados apresentados nos

⁵¹⁸ Hillier, Bill, comunicação pessoal.

capítulos anteriores. Mas deixarei a comparação entre todos os estudos de caso para a parte final deste trabalho, a seguir.

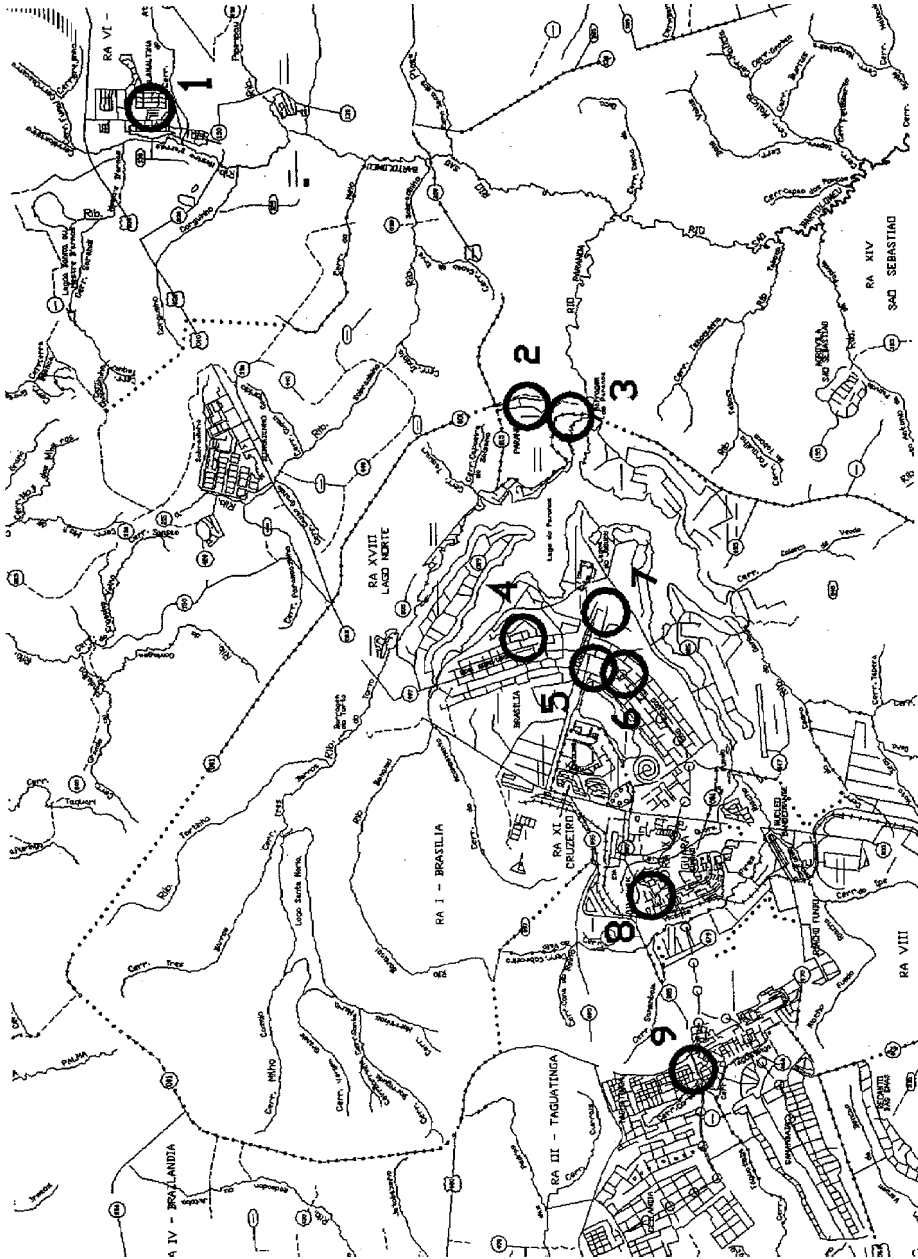


Fig. 7.01. Federal District in Brazil. Areas under study: 1 - Planaltina; 2 - New Paranoá; 3 - Old Paranoá; 4 - 405/406 North Superblocks; 5 - South Commercial Sector, together with South Amusement Sector and South Hotel Sector; 6 - 102/302 South Superblocks; 7 - Esplanade of Ministries; 8 - Guara-I; 9 - Taguatinga.



Fig. 7.02. Centre do Plano Piloto: 1) Setores Culturais; 2) Teatro Nacional; 3) Touring Clube; 4) Plataforma Rodoviária; 5) Setor de Diversões Sul; 6) Setor Hoteleiro Sul; 7) Setor Comercial Sul; 8) Esplanada dos Ministérios; 9) Praça dos Três Poderes; 10) Setor Bancário Sul; 11) Setor de Autarquias Sul; 12) Setor Bancário Norte; 13) Setor de Autarquias Norte; 14) Setor de Diversões Norte; 15) Setor Hoteleiro Nortel; 16) Setor Comercial Norte.



Fig. 7.03. Esplanada dos Ministérios, onde se vê o talude ao longo da via de serviço que passa atrás da Catedral.



Fig. 7.04. Vista de parte das Superquadras Norte 405/406.



Fig. 7.05. Parte do “centro da sociedade civil”: vazio dos ainda não construídos “Setores Culturais” (primeiro plano), a Plataforma Rodoviária (centro), os Setores de Diversões Norte e Sul (imediatamente atrás), e os Setores Hoteleiros Norte e Sul (ao fundo).

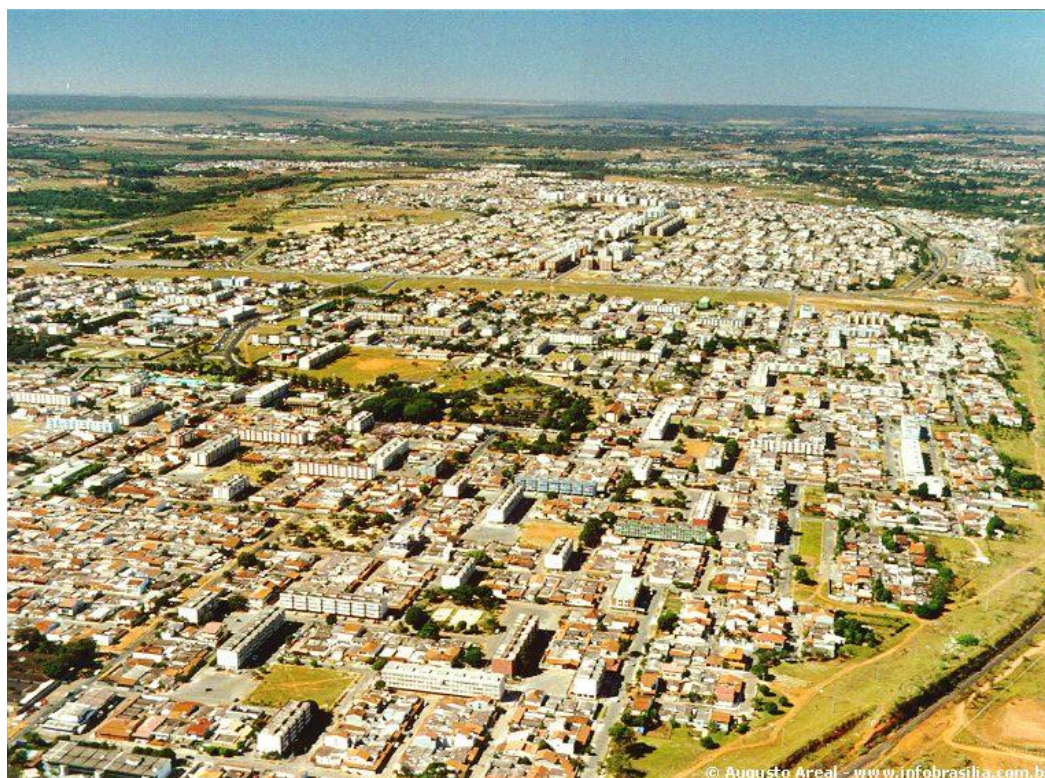


Fig. 7.06. Guará-I.



Fig. 7.07. Setor Hoteleiro Sul (primeiro plano) e Setor Comercial Sul (centro).

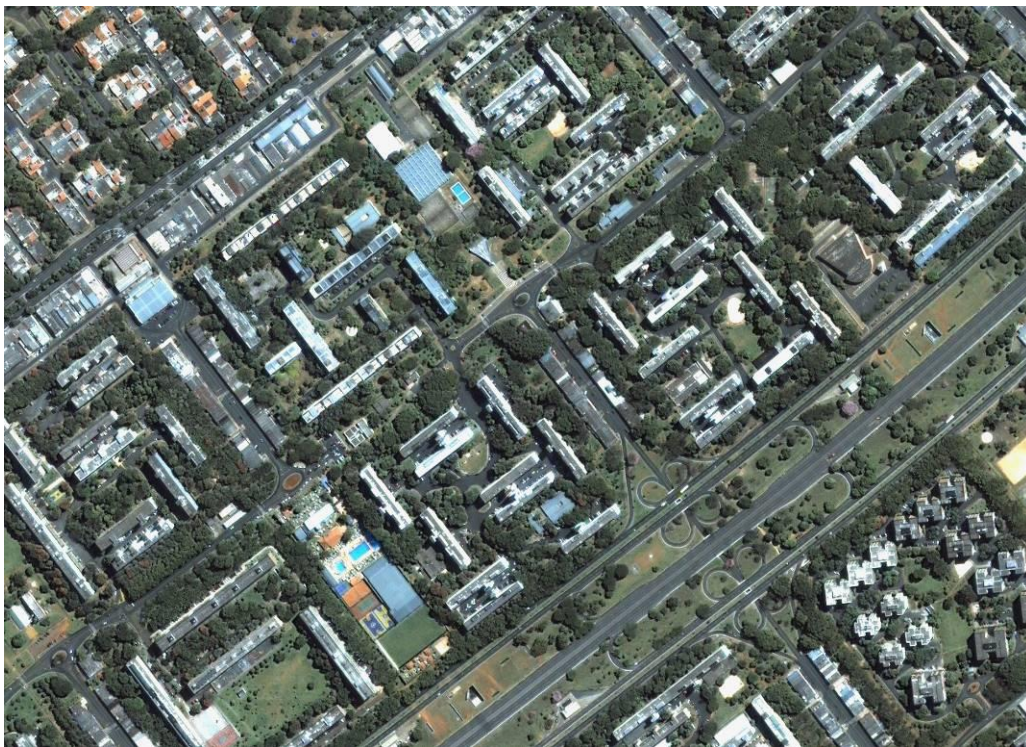


Fig. 7.08. Vista de uma parte típica da Asa Sul do Plano Piloto, à qual pertencem as Superquadras Sul 102/302.



Fig. 7.09. Uma vista da antiga favela do Paranoá Velho, que não mais existe.



Fig. 7.10. Planaltina.



Fig. 7.11. Centro urbano de Taguatinga.



Fig. 7.12. Novo Paranoá.

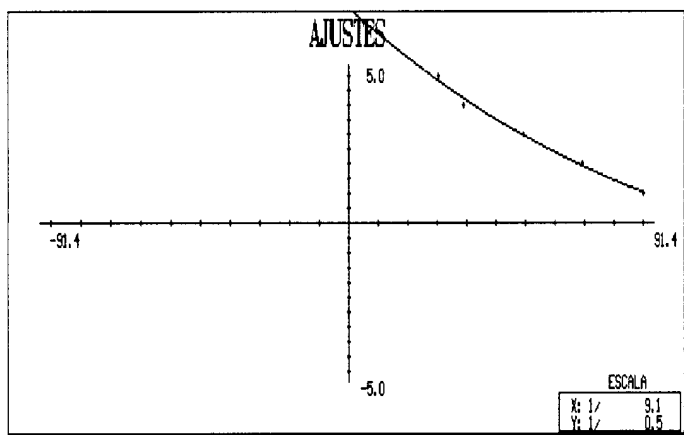


Fig. 7.13. Curva de normalização para a medida y/A.

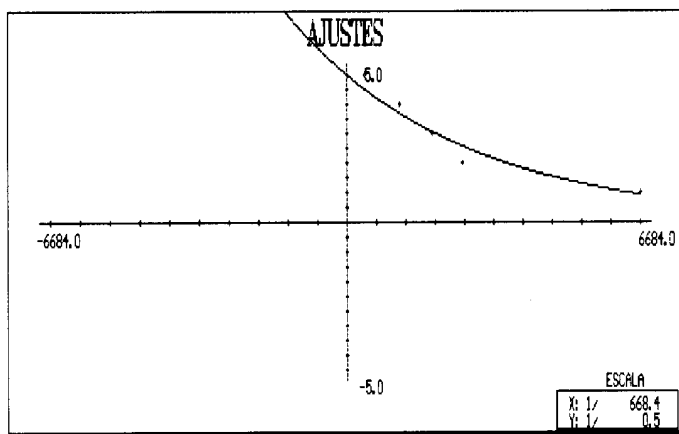


Fig. 7.14. Curva de normalização para a medida y/C.

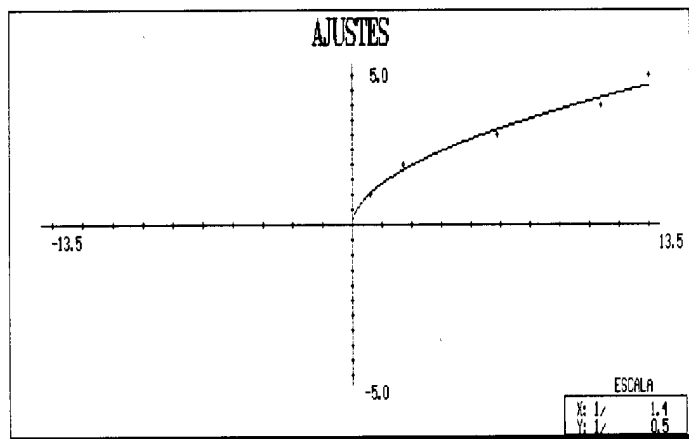


Fig. 7.15. Curva de normalização para a medida x/C.

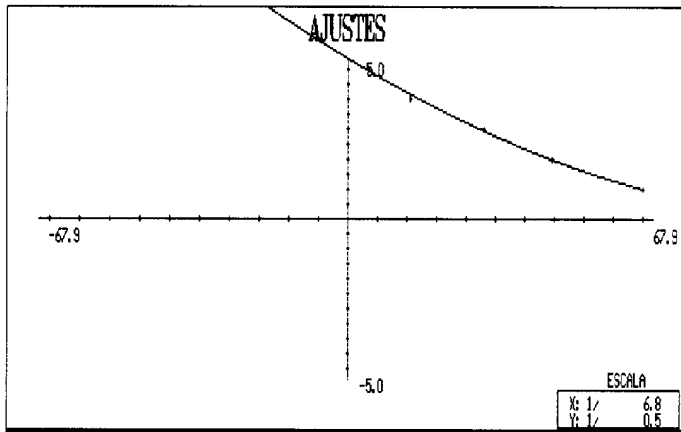


Fig. 7.16. Curva de normalização para a medida C_b .

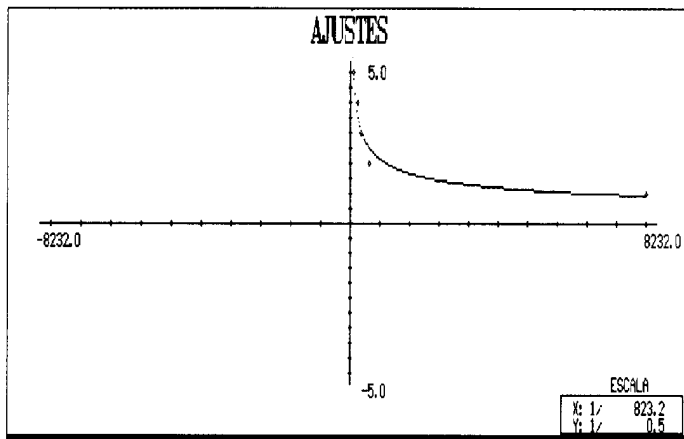


Fig. 7.17. Curva de normalização para a medida y/x .

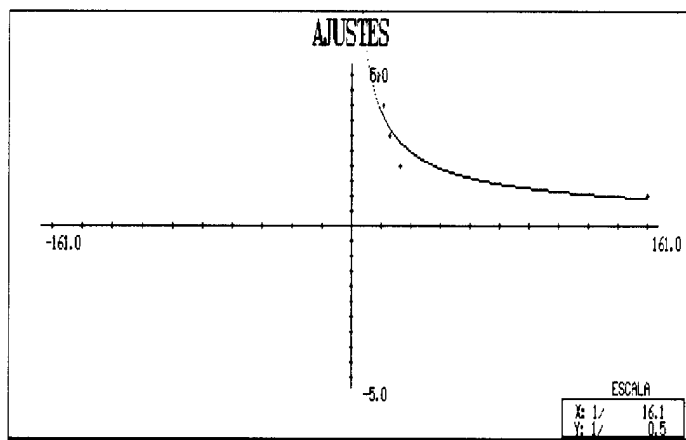


Fig. 7.18. Curva de normalização para a medida I_p/x .

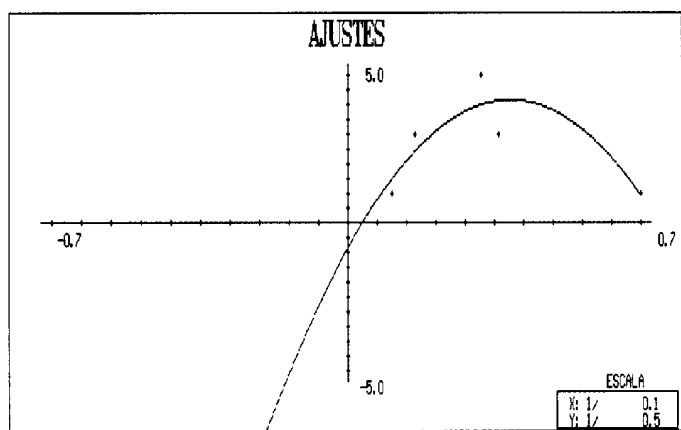


Fig. 7.19. Curva de normalização para a medida GRA.

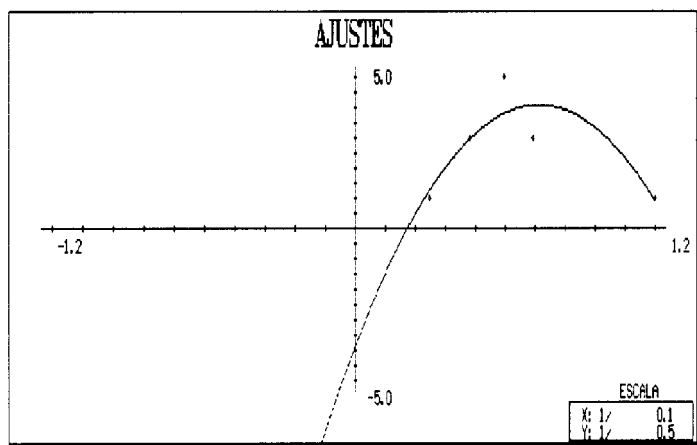


Fig. 7.20. Curva de normalização para a medida RRA.

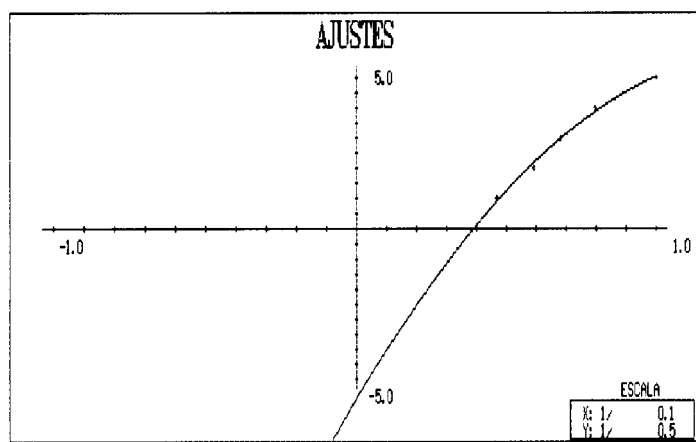


Fig. 7.21. Curva de normalização para a medida INT.

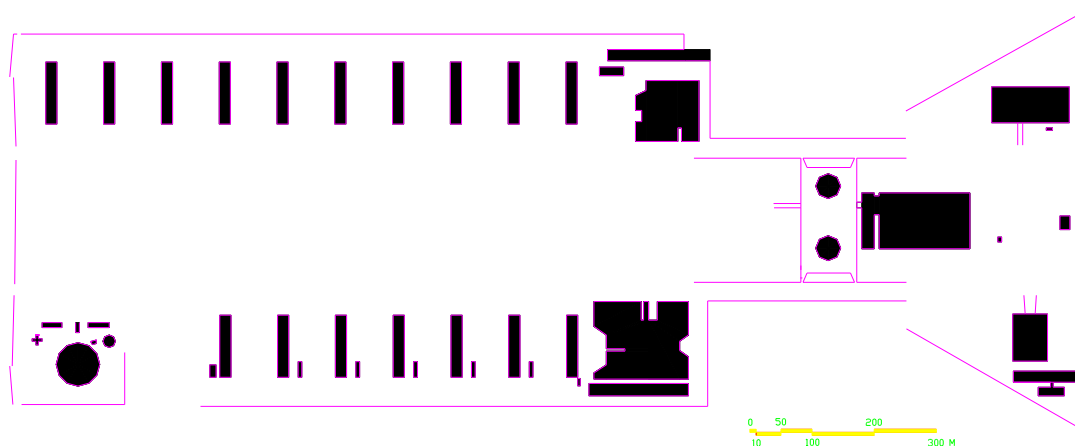


Fig. 7.22. Esplanada dos Ministérios. Ilhas espaciais.

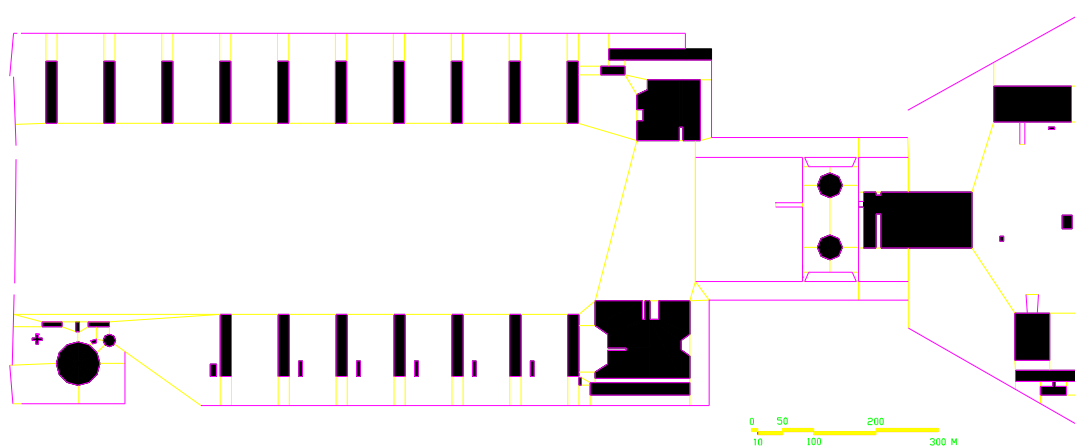


Fig. 7.23. Esplanada dos Ministérios. Mapa de convexidade.

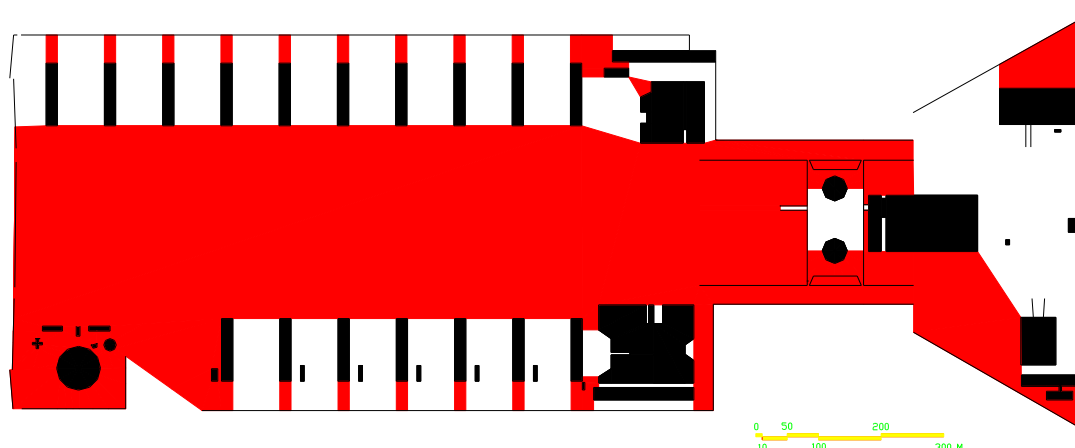


Fig. 7.24. Esplanada dos Ministérios. Espaços cegos (em cinza).

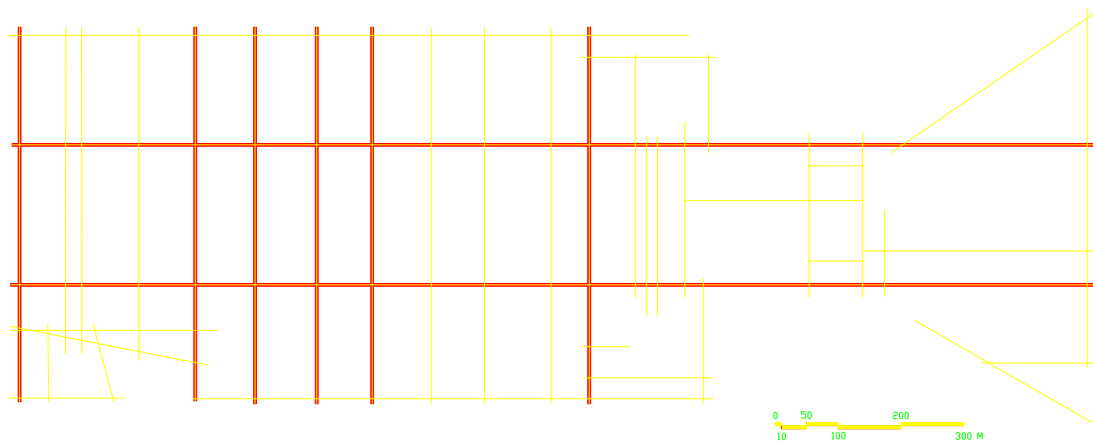


Fig. 7.25. Esplanada dos Ministérios. Mapa de axialidade, com o núcleo integrador em linhas mais escuras.



Fig. 7.26. Esplanada dos Ministérios. Fachadas cegas definem o espaço central principal.



Fig. 7. 27. Esplanada dos Ministérios. Edifícios dos Ministérios abrem para espaços convexos secundários, laterais.



Fig. 7.28. Túnel da entrada da Catedral.



Fig. 7.29. Passarela da entrada do Ministério das Relações Exteriores.



Fig. 7.30. Rampas levando à principal entrada do edifício do Congresso.



Fig. 7.31. Uma demonstração de servidores públicos na Esplanada dos Ministérios.

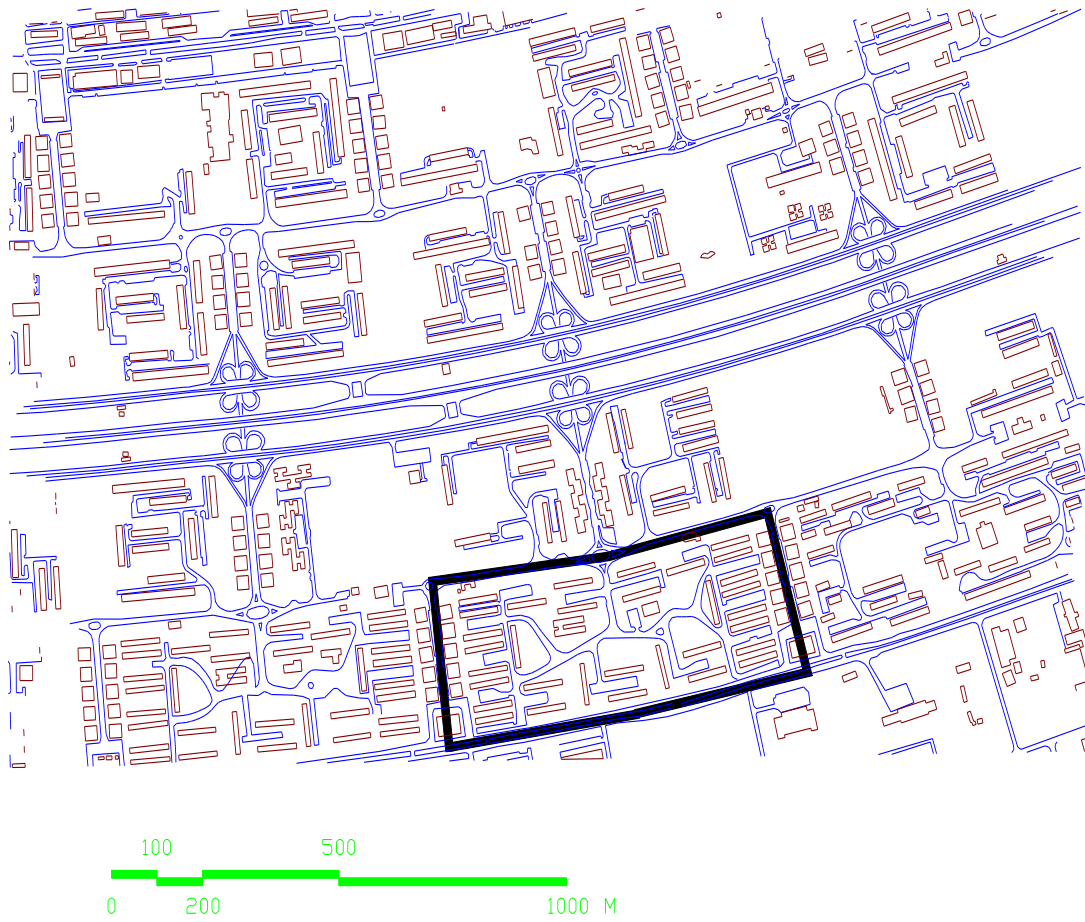


Fig. 7.32. Superquadras Norte 405/406 e entorno.

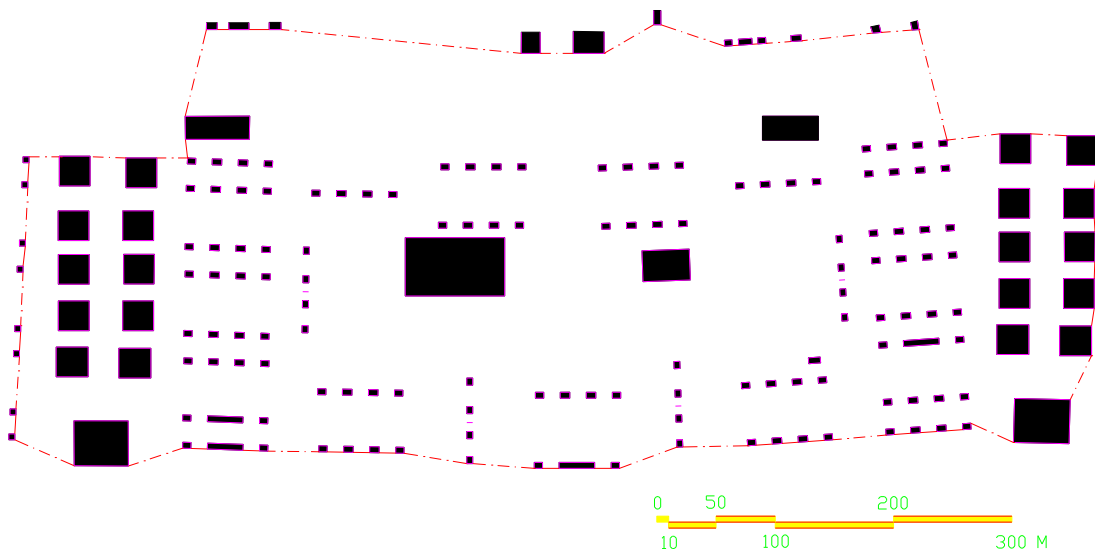


Fig. 7.33. Superquadras Norte 405/406. Ilhas espaciais.

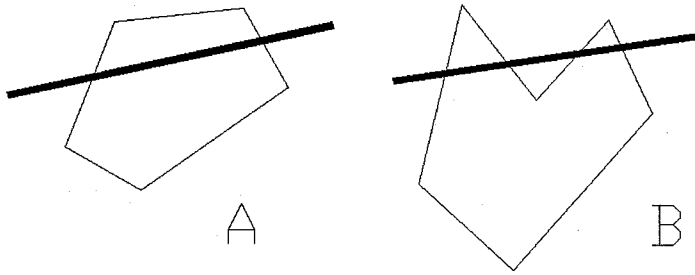


Fig. 7.34. O exemplo “A” satisfaz a condição de convexidade. O exemplo “B” não.

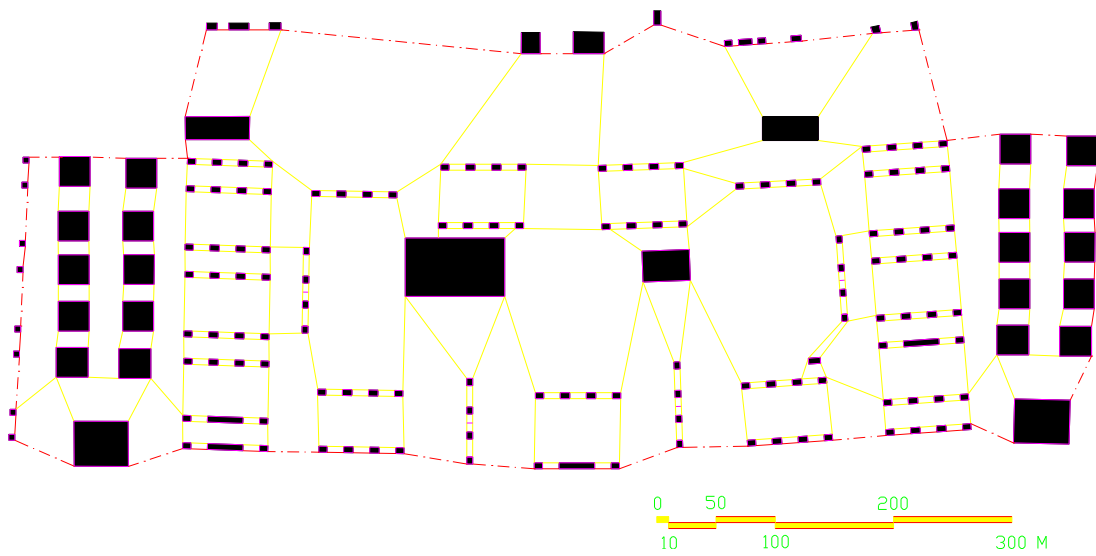


Fig. 7.35. Superquadras Norte 405/406. Mapa de convexidade.

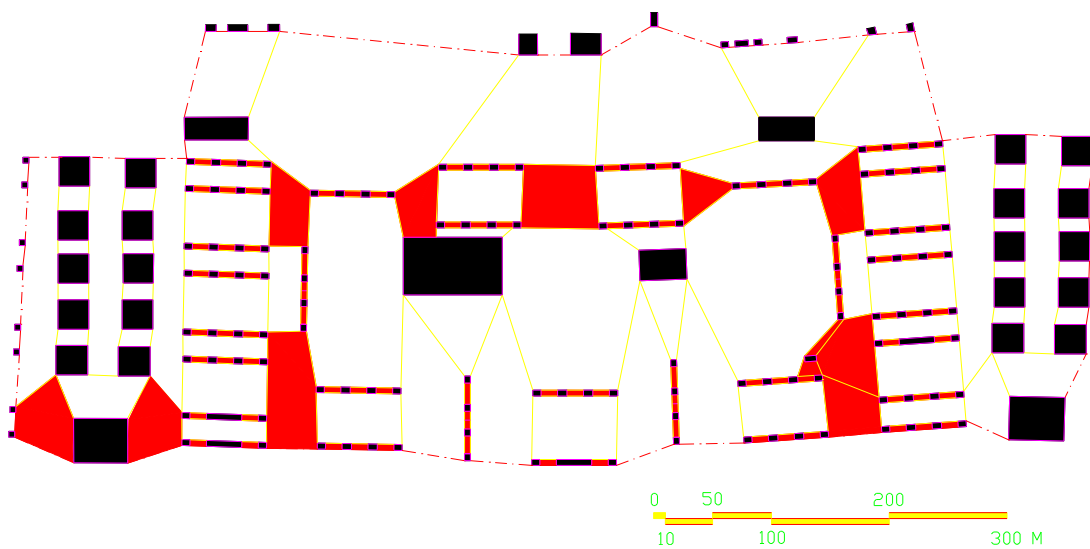


Fig. 7.36. Superquadras Norte 405/406. Espaços cegos (em cinza).

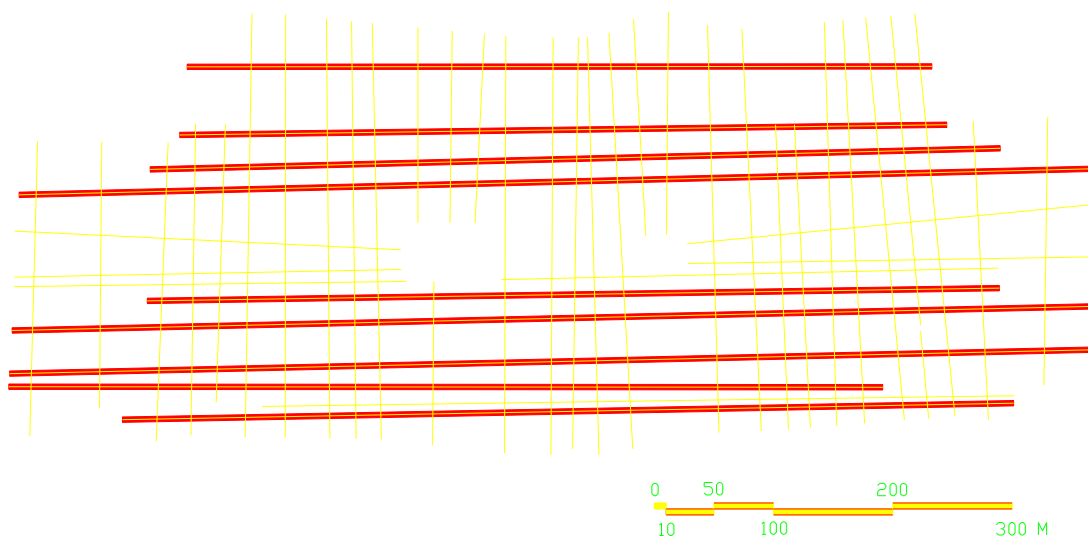


Fig. 7.37. Superquadras Norte 405/406. Mapa de axialidade, com o núcleo integrador em linhas mais escuras.

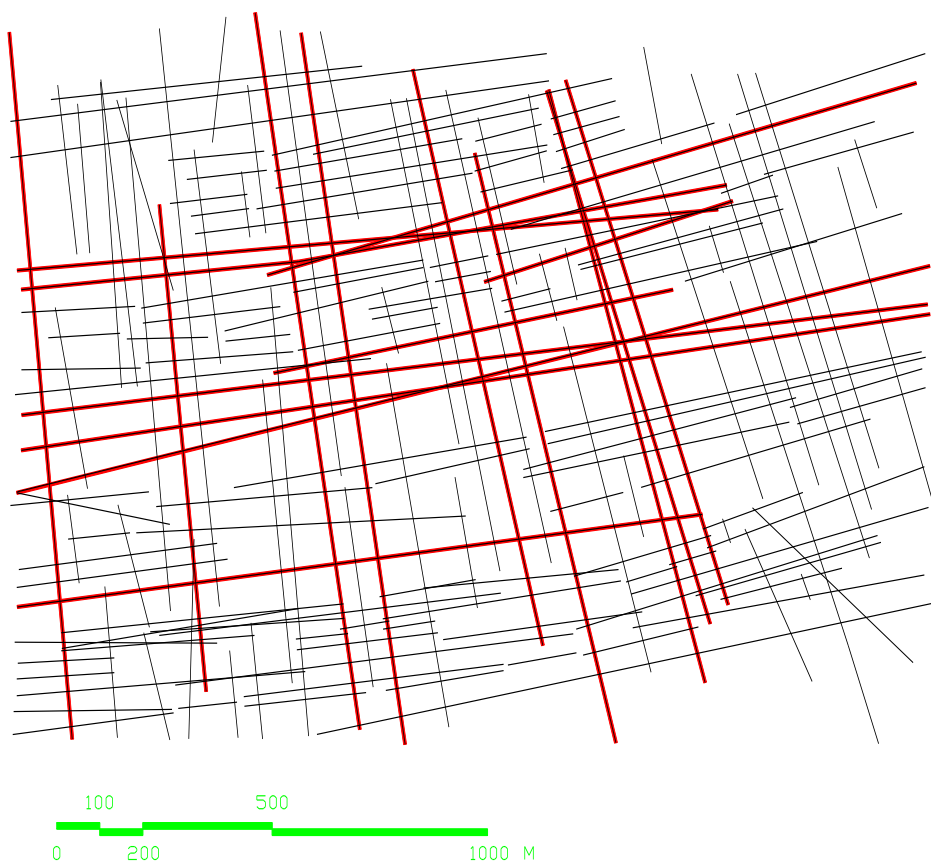


Fig. 7.38. Superquadras Norte 405/406 e entorno. Mapa de axialidade com o núcleo integrador para os pedestres.

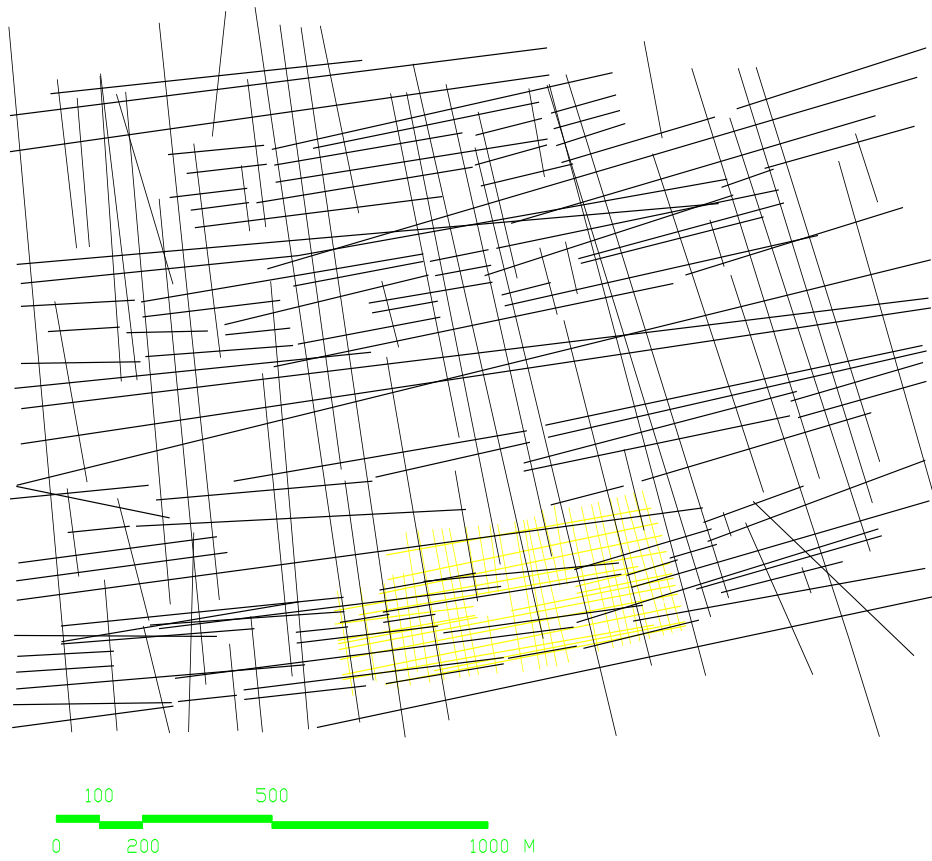


Fig. 7.39. Superquadras Norte 405/406 e entorno. Mapas de axialidade de “sintonia fina” e “sintonia grossa”.

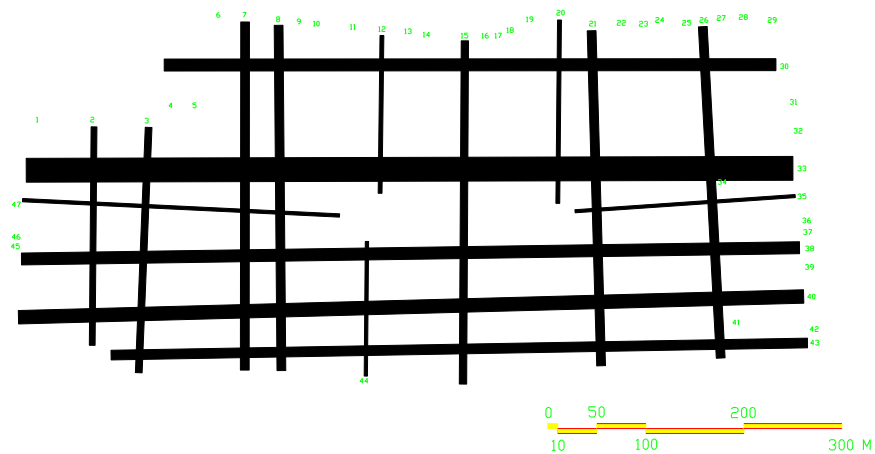


Fig. 7. 40. Superquadras Norte 405/406. Mapa de integração.

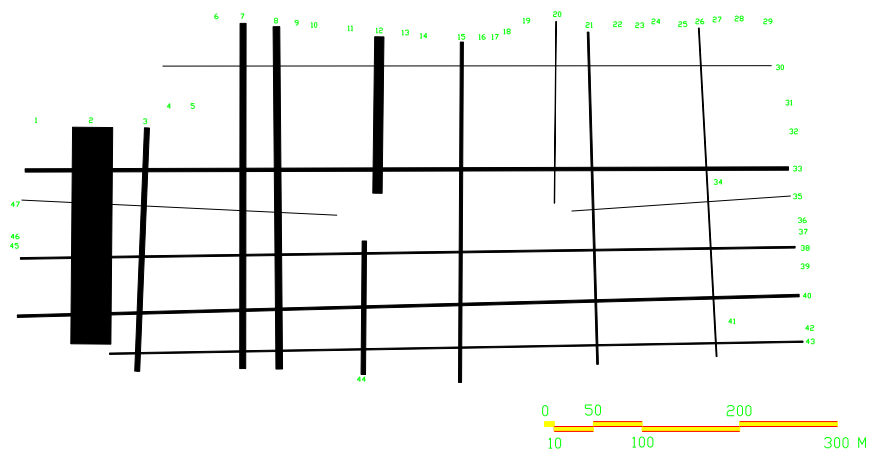


Fig. 7.41. Superquadras Norte 405/406. Mapa de co-presença.

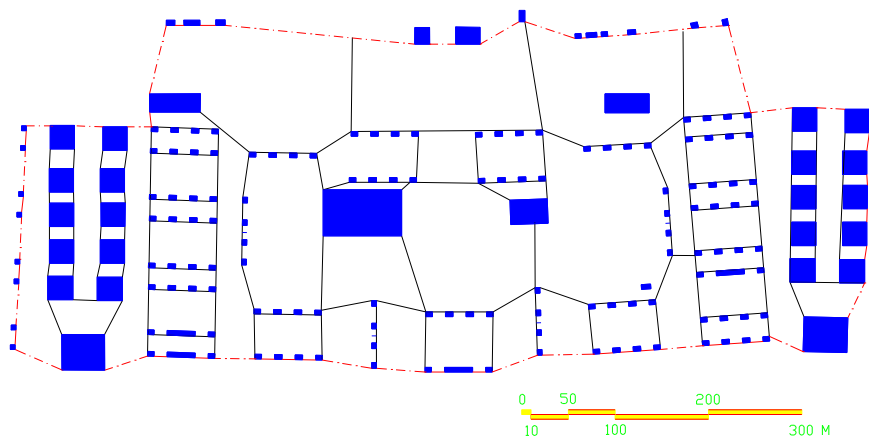


Fig. 7.42. Superquadras Norte 405/406. Mapa de convexidade de “sintonia grossa”.

FREDERICO DE HOLANDA

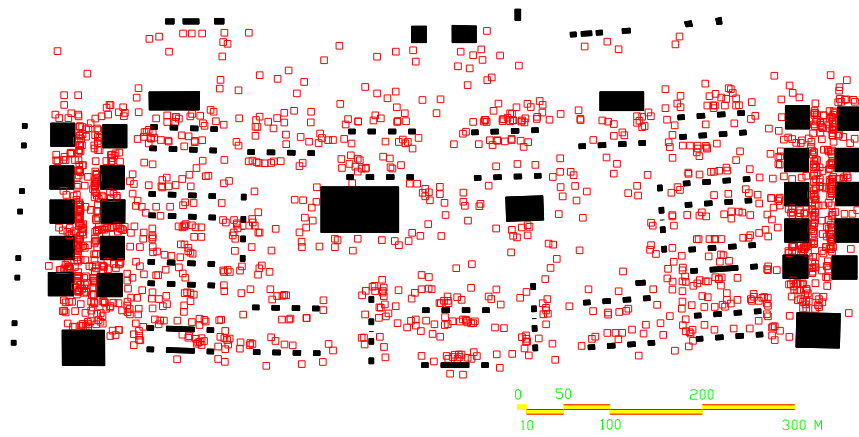


Fig. 7.43. Superquadras Norte 405/406. Mapa de co-presença dos homens.

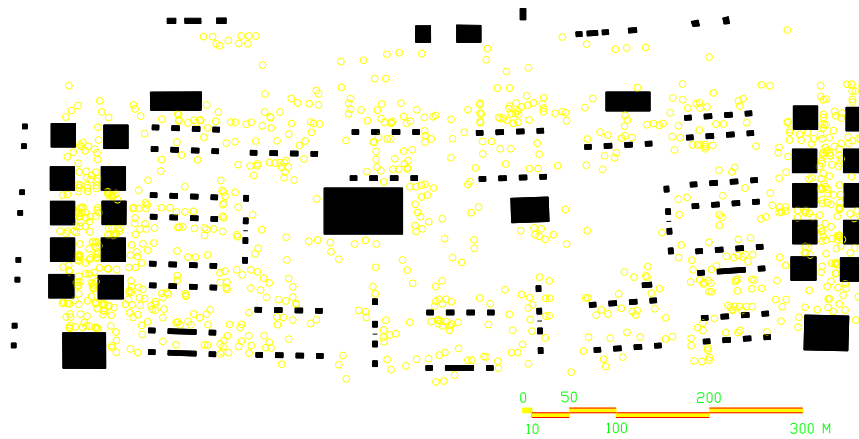


Fig. 7.44. Superquadras Norte 405/406. Mapa de co-presença das mulheres.

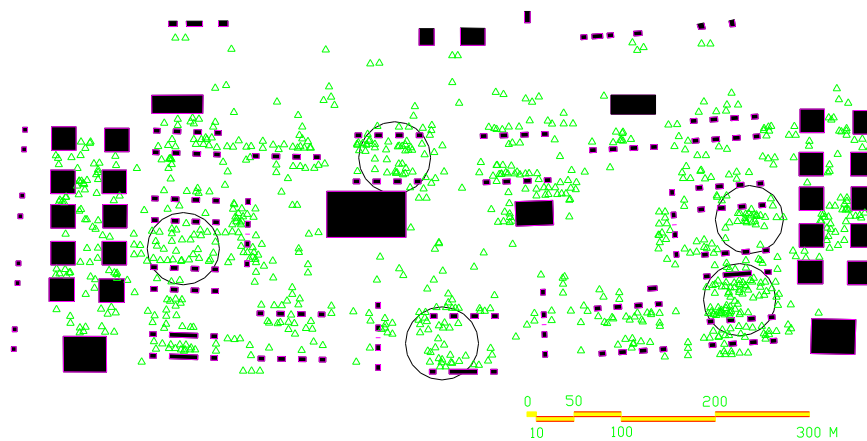


Fig. 7.45. Superquadras Norte 405/406. Mapa de co-presença das crianças.

A MORFOLOGIA INTERNA DA CAPITAL

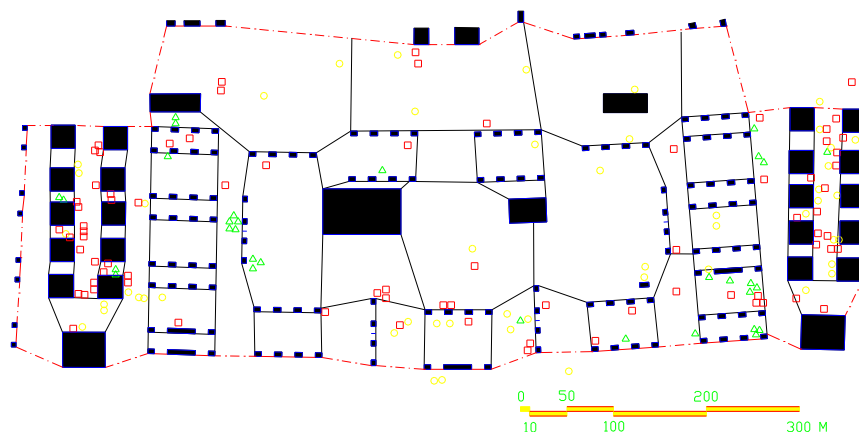


Fig. 7.46. Superquadras Norte 405/406. Um turno de observações de co-presença tomado ao acaso (homens, mulheres e crianças juntos).



Fig. 7.47. Superquadras Norte 405/406 e entorno. Mapa de axialidade e núcleo integrador para veículos.

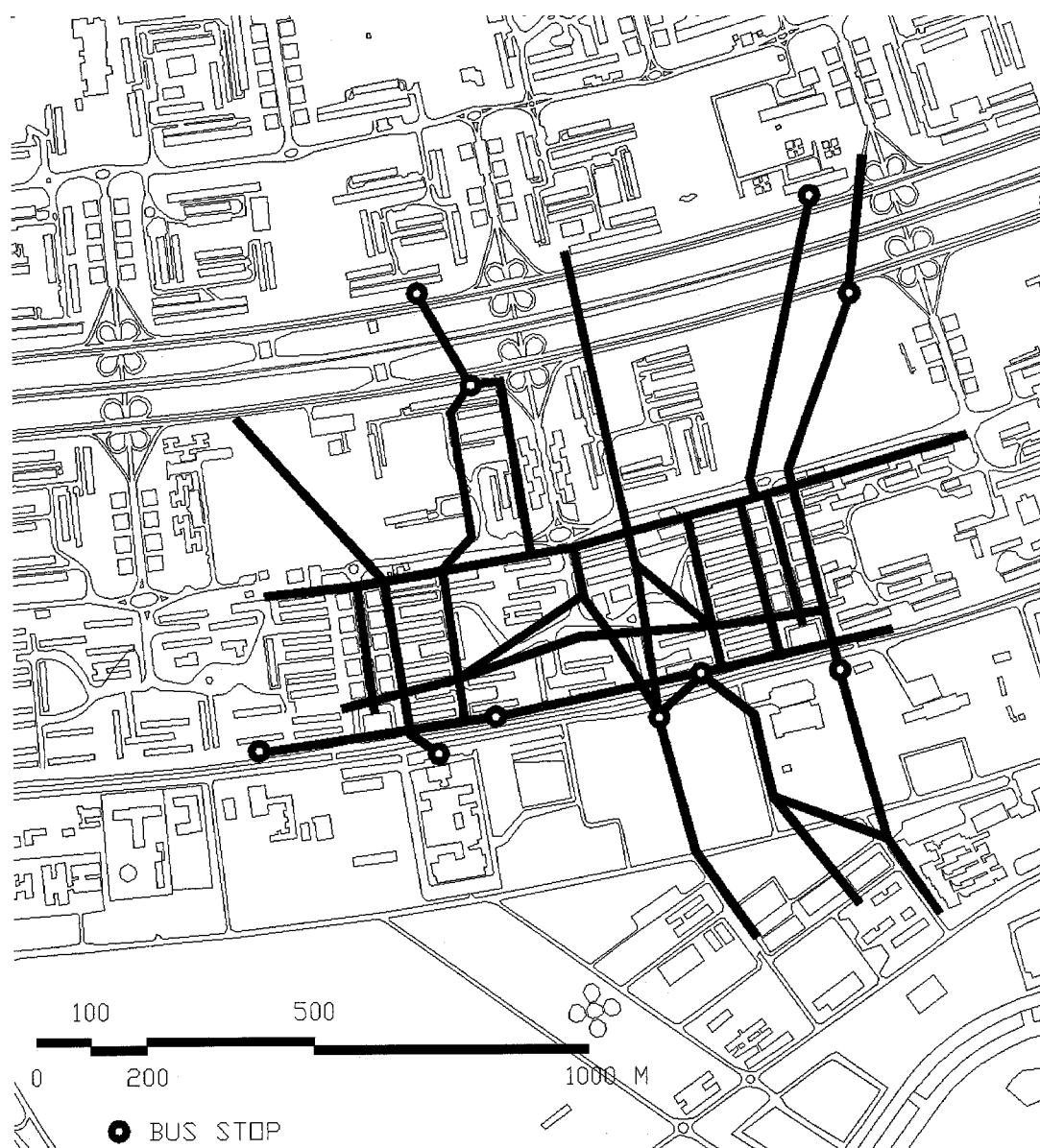


Fig. 7.48. Superquadras Norte 405/406 e entorno. Fluxos de pedestres mais bem definidos.

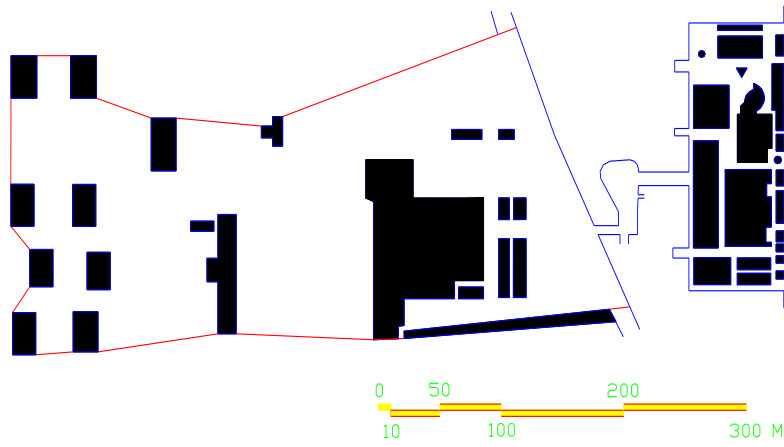


Fig. 7.49. Setor de Diversões Sul e Setor Hoteleiro Sul. Ilhas espaciais.

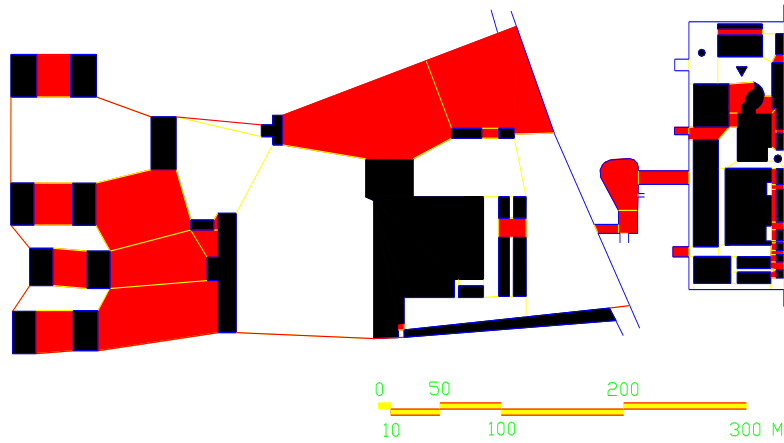


Fig. 7.50. Setor de Diversões Sul e Setor Hoteleiro Sul. Espaços cegos (em cinza).

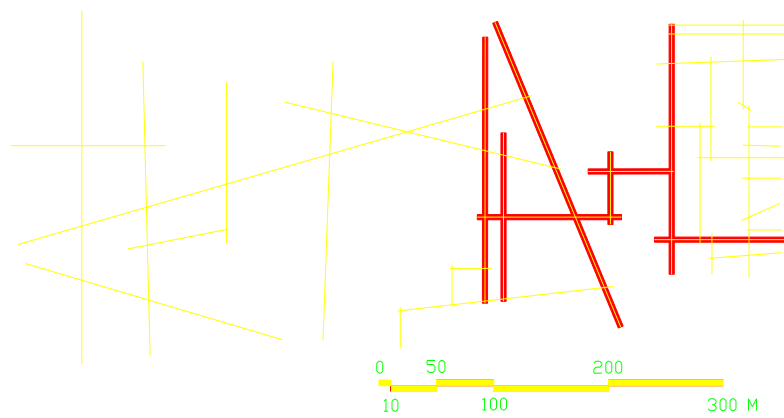


Fig. 7.51. Setor de Diversões Sul e Setor Hoteleiro Sul. Mapa de axialidade, com o núcleo integrador em linhas mais escuras.



Fig. 7.52. Setor de Diversões Sul.
Taludes generalizados.



Fig. 7.53. Setor de Diversões Sul. Vista de passagem interna.

FREDERICO DE HOLANDA

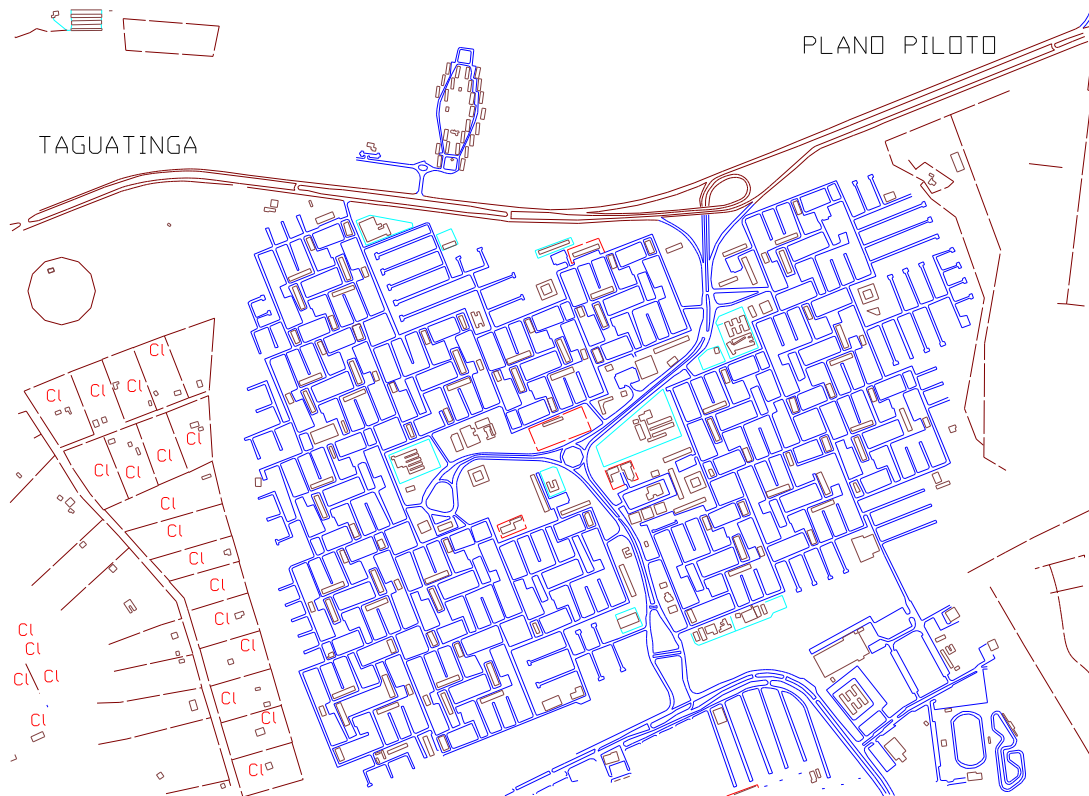


Fig. 7.54. Guará-I e suas conexões com o Plano Piloto e Taguatinga.

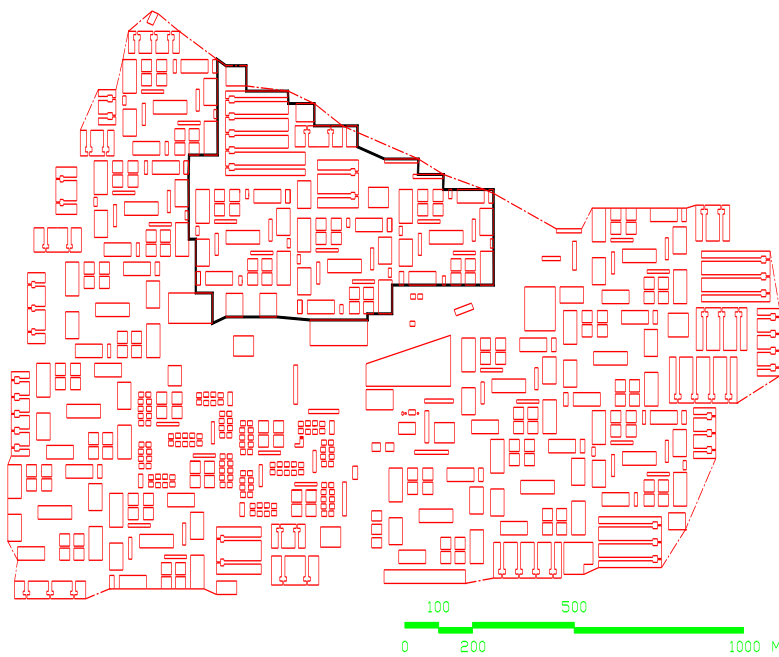


Fig. 7.55. Guará-I. Ilhas espaciais, com a área estudada em maior detalhe assinalada.

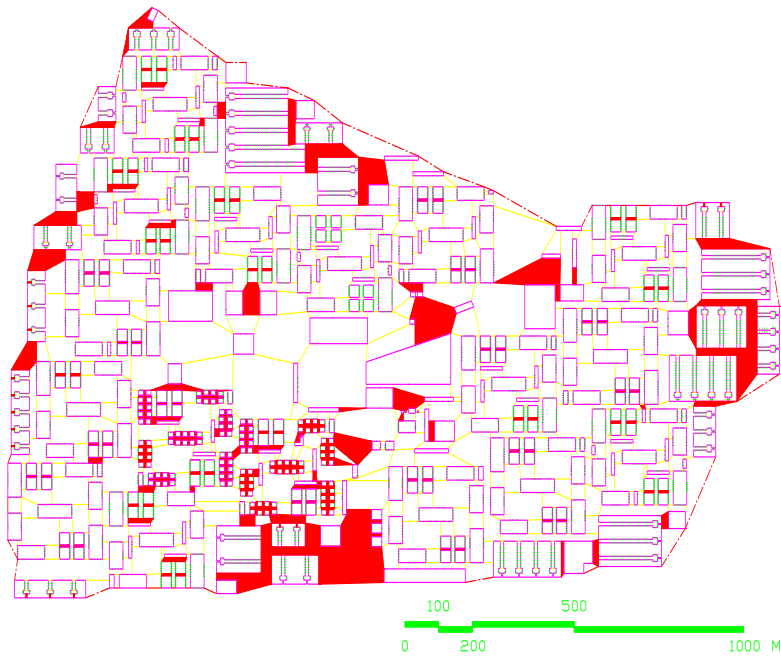


Fig. 7.56. Guará-I. Mapa de convexidade com espaços cegos (em cinza).

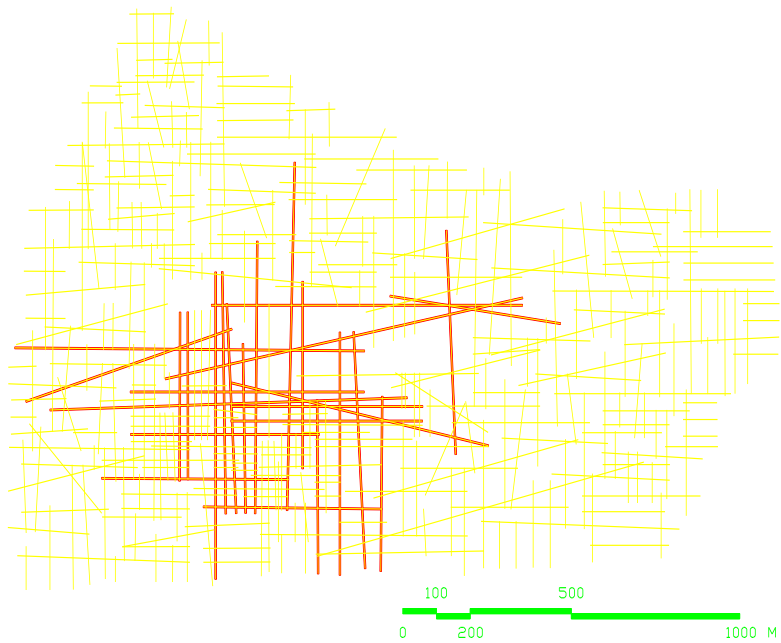


Fig. 7.57. Guará-I. Mapa de axialidade, com o núcleo integrador em linhas mais escuras, do ponto de vista dos pedestres.

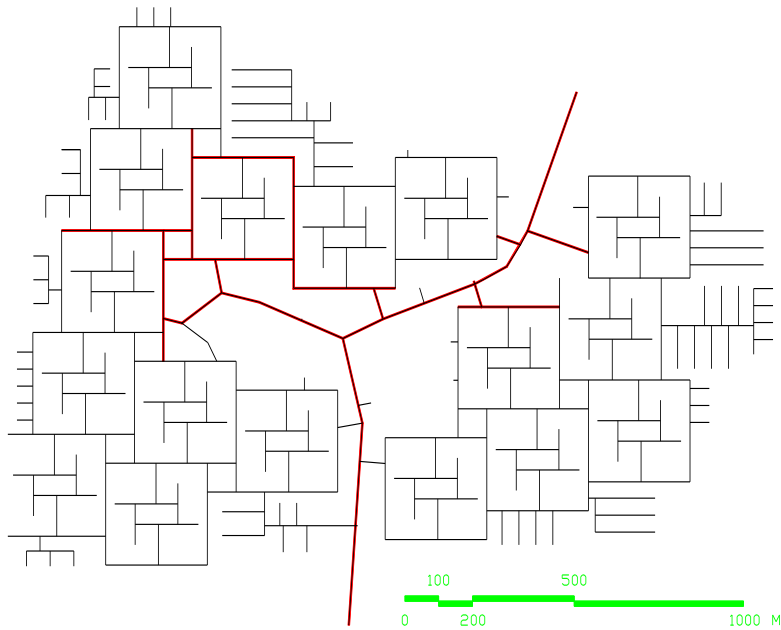


Fig. 7.58. Guará-I. Núcleo integrador, do ponto de vista dos motoristas.



Fig. 7.59. Guará-I. Paradas de ônibus e equipamentos locais (em cinza), na área estudada em maior detalhe.

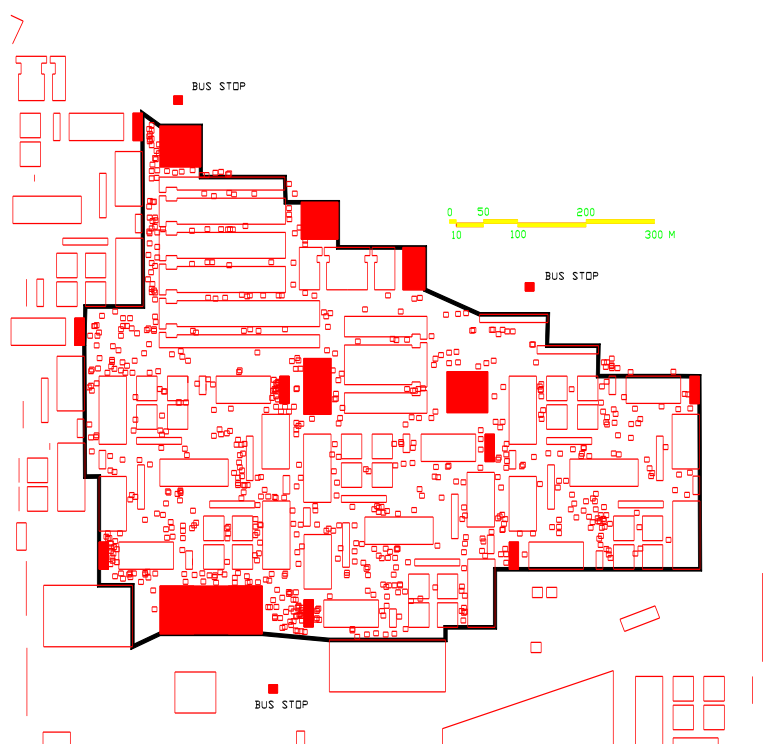


Fig. 7.60. Guará-I. Mapa de co-presença dos homens.

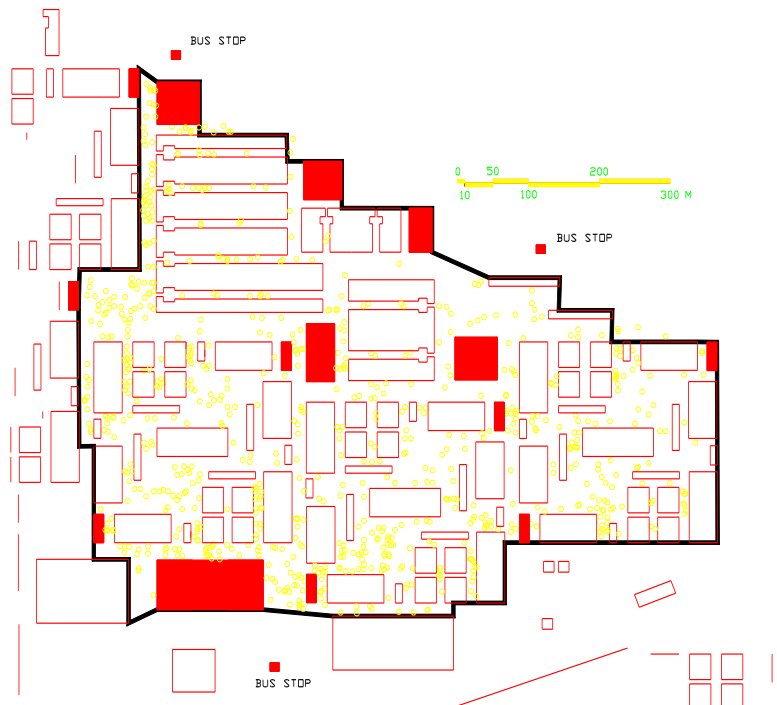


Fig. 7.61. Guará-I. Mapa de co-presença das mulheres.

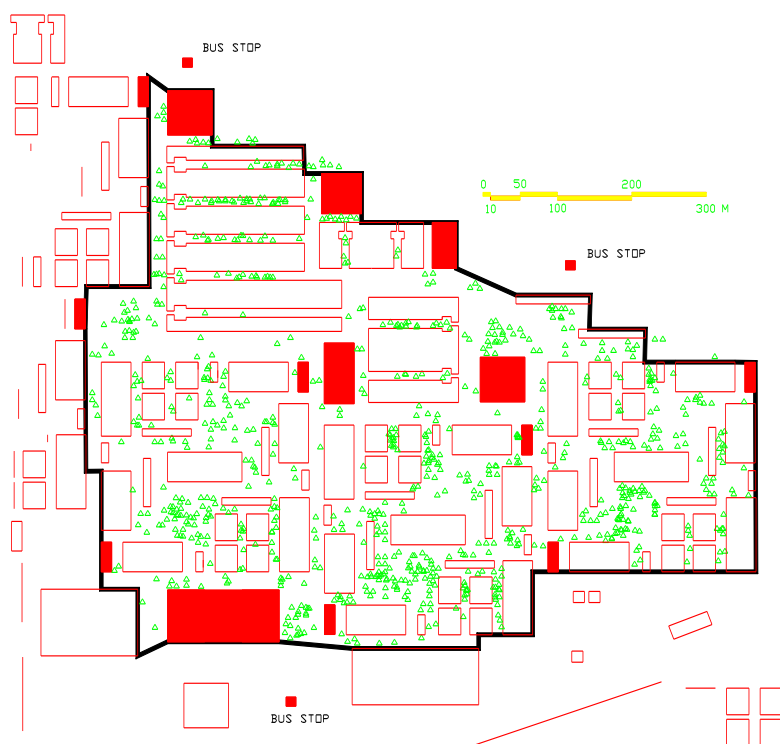


Fig. 7.62. Guará-I. Mapa de co-presença das crianças.

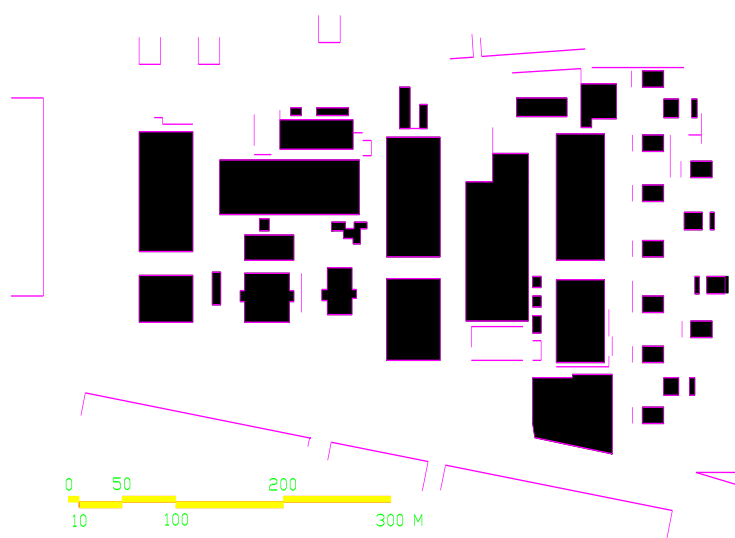


Fig. 7.63. Setor Comercial Sul. Ilhas espaciais.

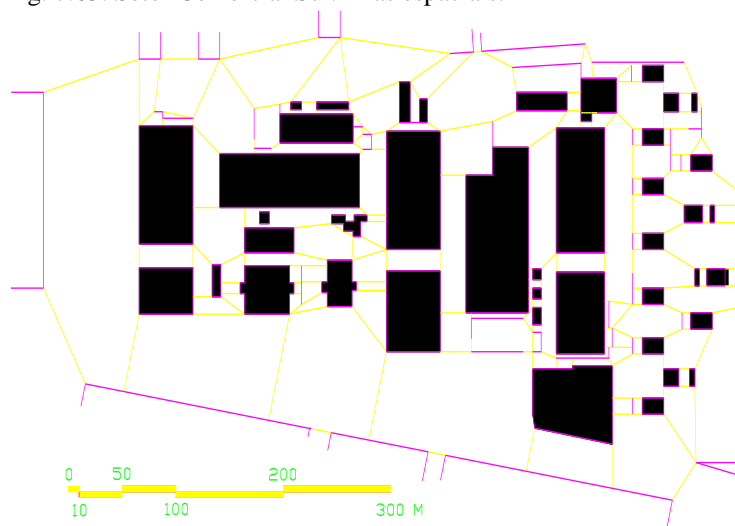


Fig. 7.64. Setor Comercial Sul. Mapa de convexidade.

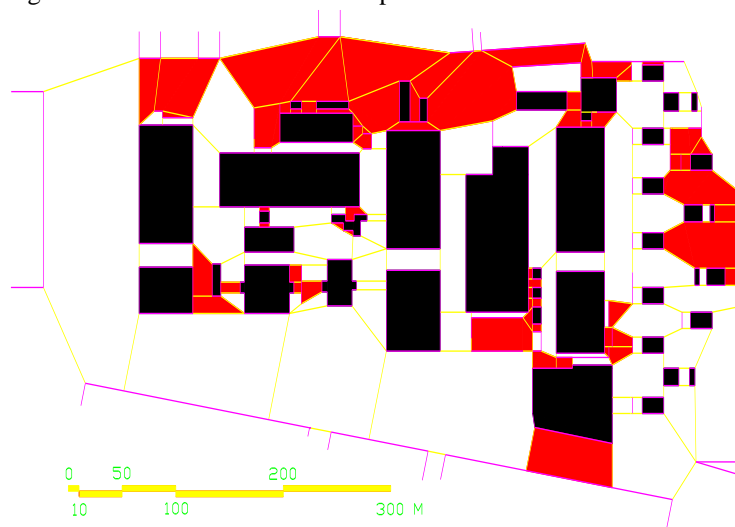


Fig. 7. 65. Setor Comercial Sul. Espaços cegos (em cinza).



Fig. 7.66. Setor Comercial Sul. Mapa de axialidade, com núcleo integrador em linhas mais escuras.

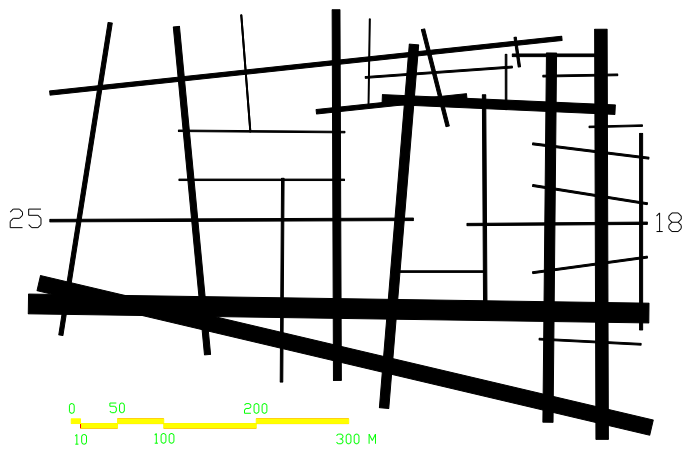


Fig. 7.67. Setor Comercial Sul. Mapa de integração.

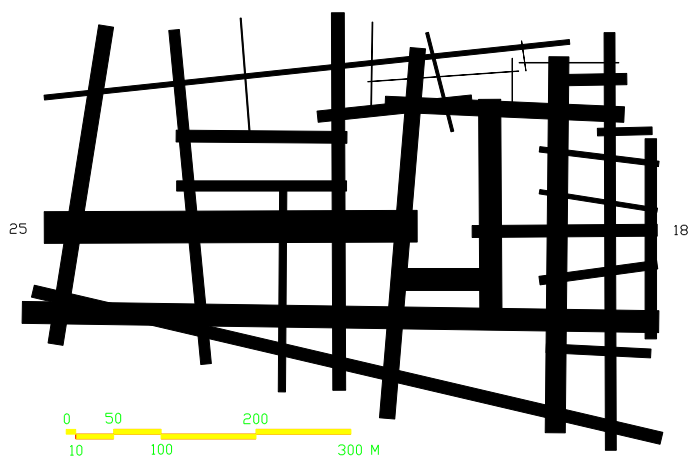


Fig. 7.68. Setor Comercial Sul. Mapa de co-presença.



Fig. 7.69. Rua de serviço separando o Setor Comercial Sul do Setor Hoteleiro Sul.

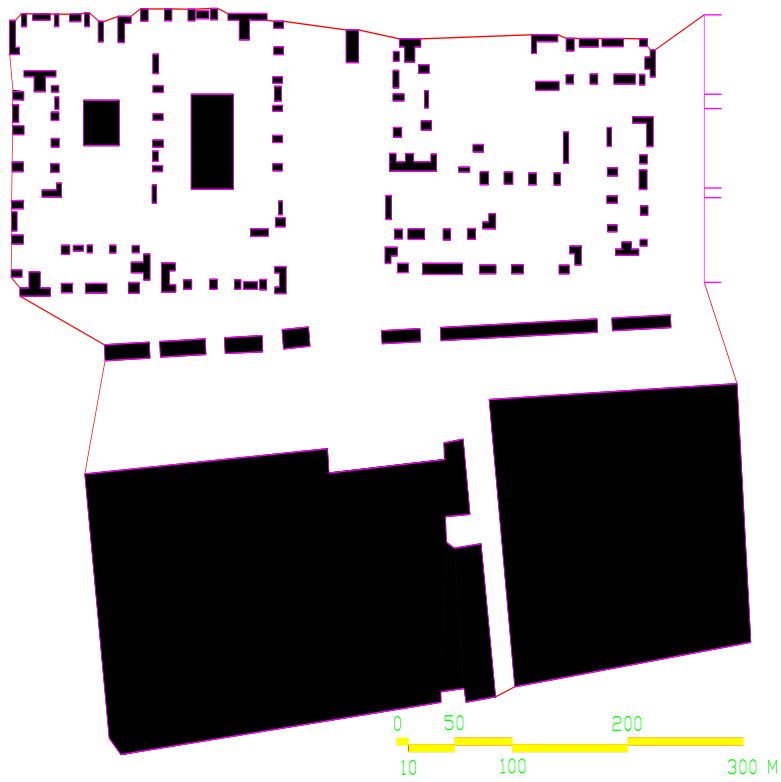


Fig. 7.70. Superquadras Sul 102/302. Ilhas espaciais. (As ilhas maiores na parte debaixo da ilustração já constituem o Setor Hospitalar Sul)

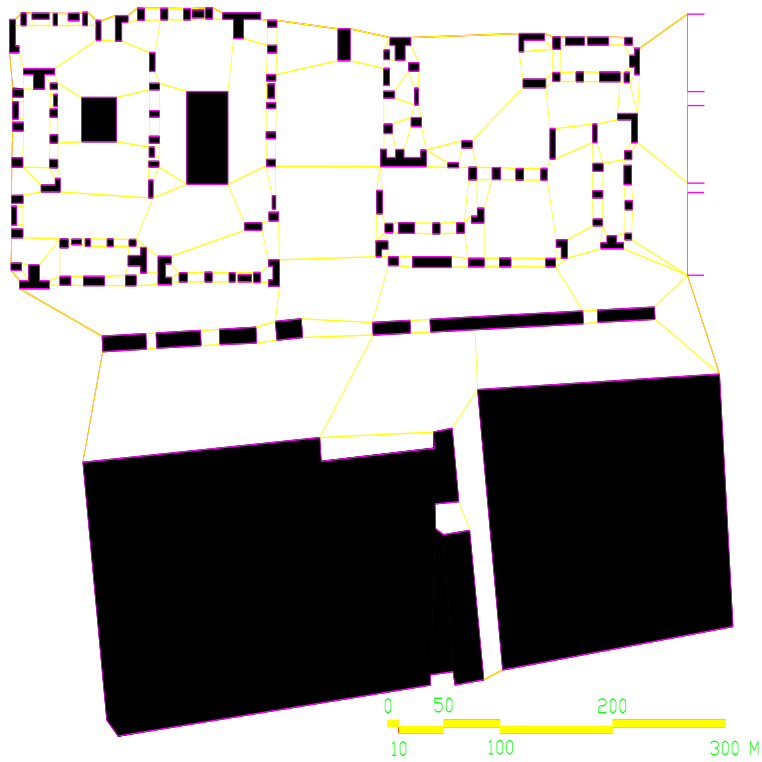


Fig. 7.71. Superquadras Sul 102/302. Mapa de convexidade.

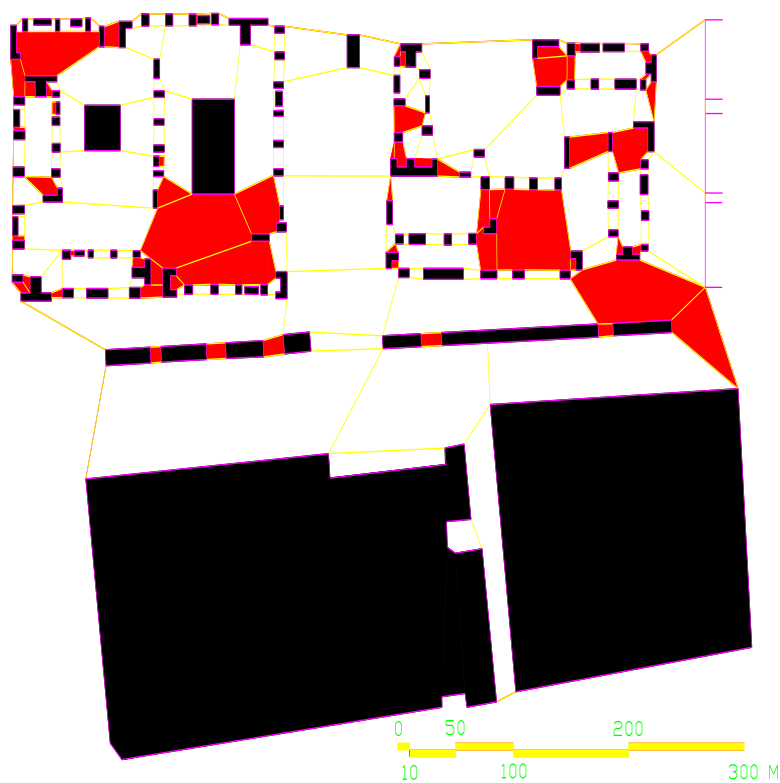


Fig. 7.72. Superquadras Sul 102/302. Espaços cegos (em cinza).



Fig. 7.73. Superquadras Sul 102/302. Mapa de axialidade, com o núcleo integrador em linhas mais escuras.



Fig. 7.74. Paranoá Velho. Ilhas espaciais.



Fig. 7.75. Paranoá Velho. Mapa de convexidade.



Fig. 7.76. Paranoá Velho. Espaços cegos (em cinza).

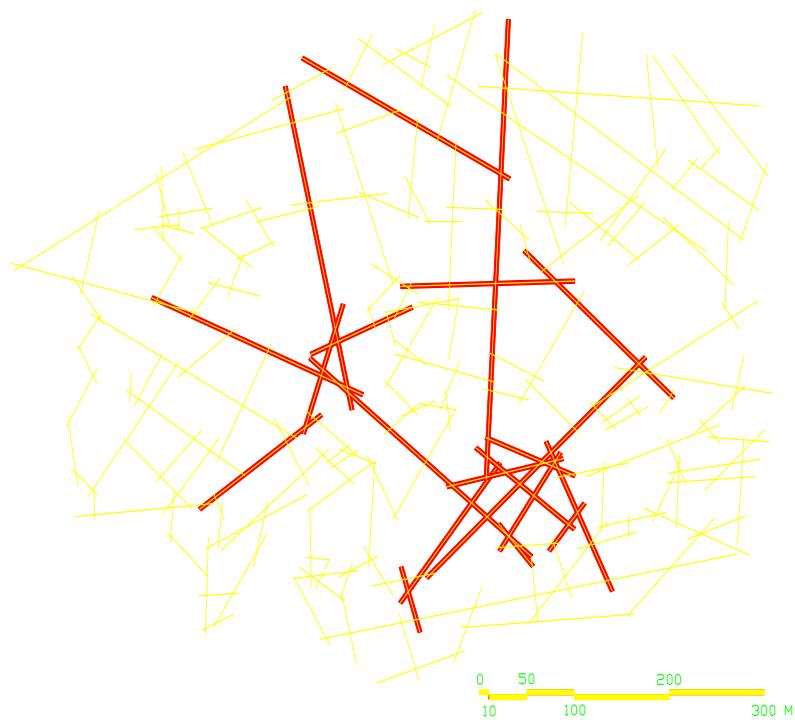


Fig. 7.77. Paranoá Velho. Mapa de axialidade, com núcleo integrador em linhas mais escuras.

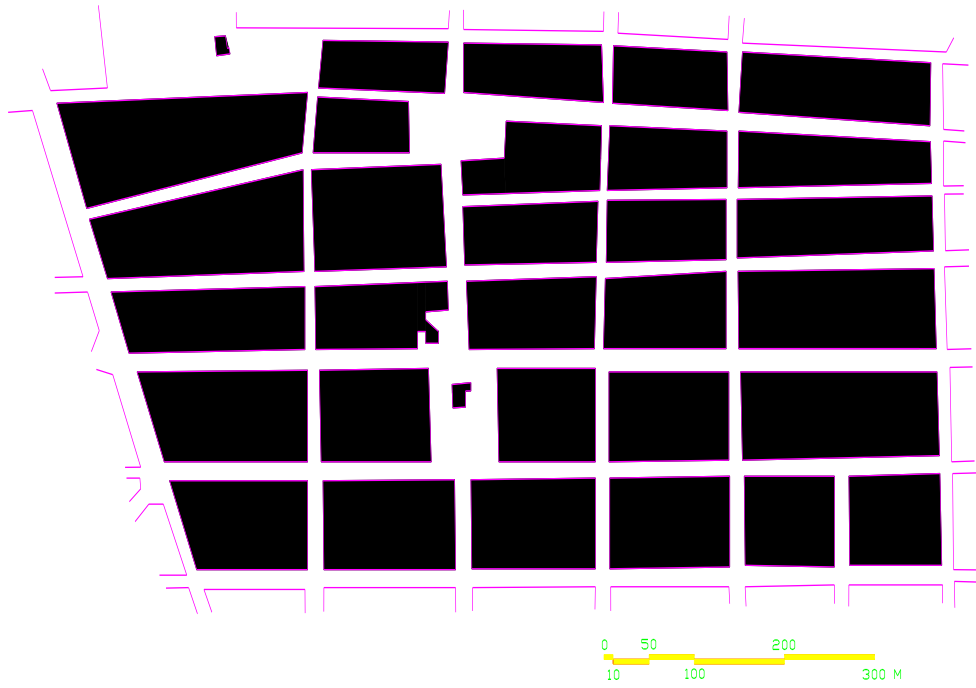


Fig. 7.78. Planaltina. Ilhas espaciais.

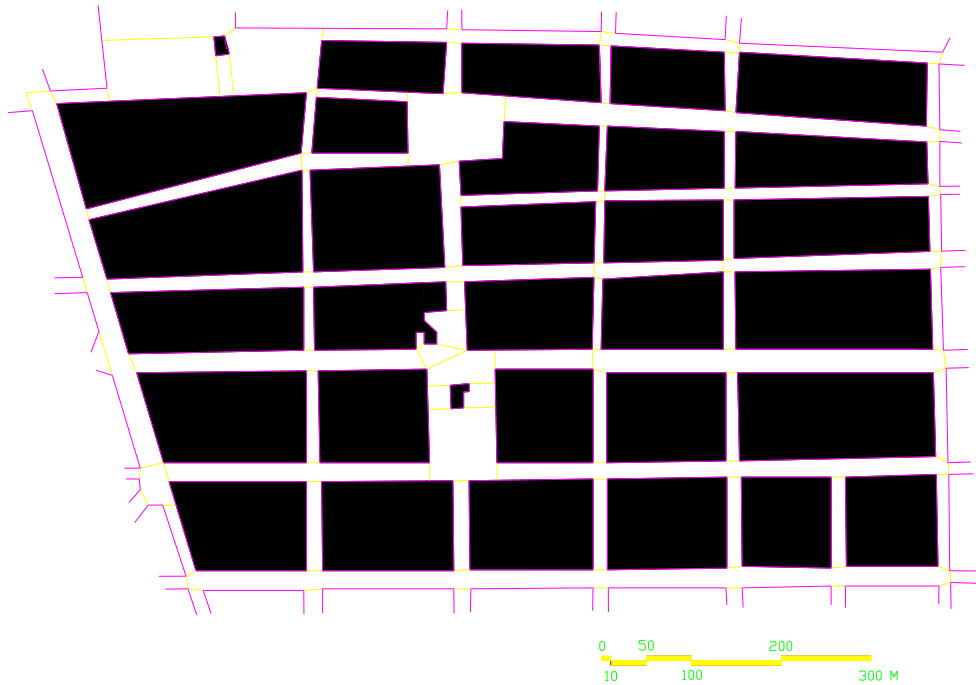


Fig. 7.79. Planaltina. Mapa de convexidade.

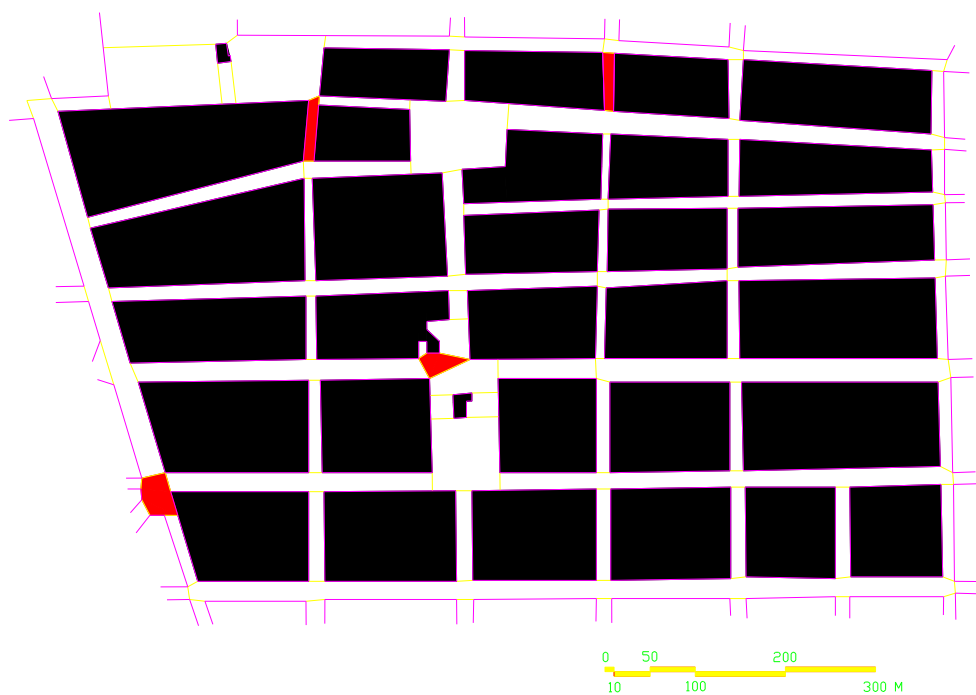


Fig. 7.80. Planaltina. Espaços cegos (em cinza).

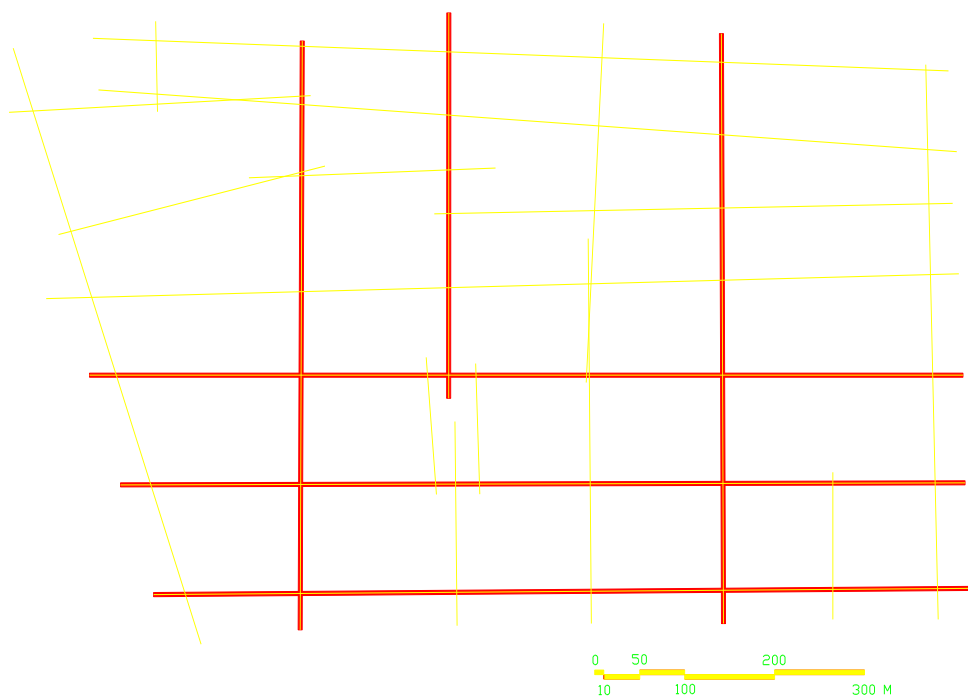


Fig. 7.81. Planaltina. Mapa de axialidade, com núcleo integrador em linhas mais escuras.

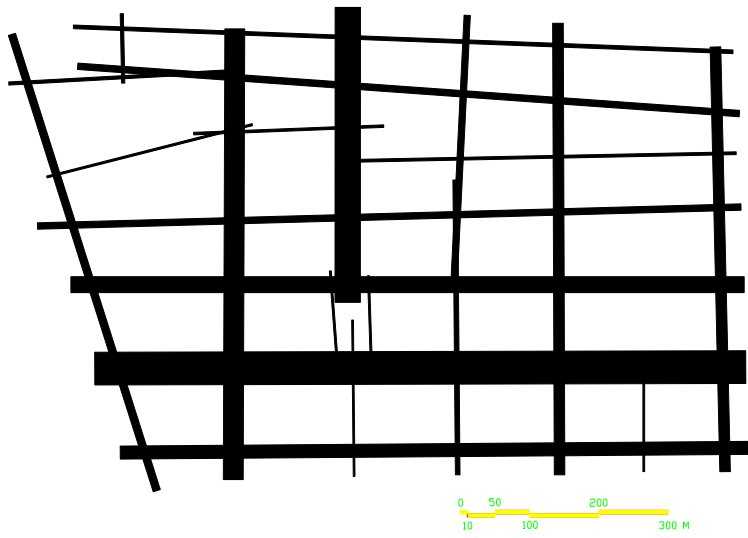


Fig. 7.82. Planaltina. Mapa de integração.

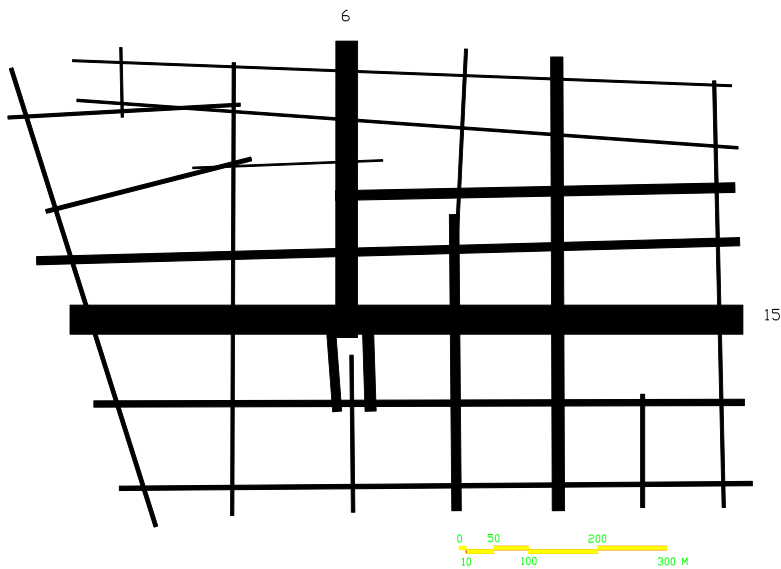


Fig. 7.83. Planaltina. Mapa de co-presença.

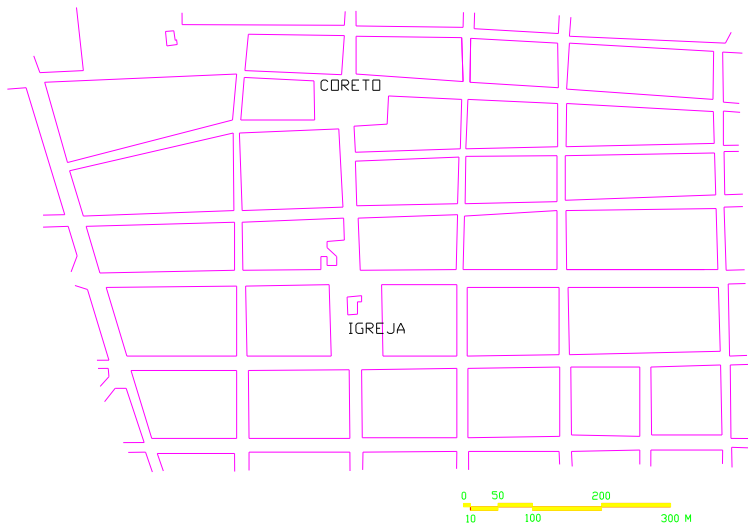


Fig. 7.84. Planaltina. Localização do coreto e da igreja.



Fig.

7.85. Cisternino. Pelo menos 8 portas abrem para este pequeno espaço convexo.

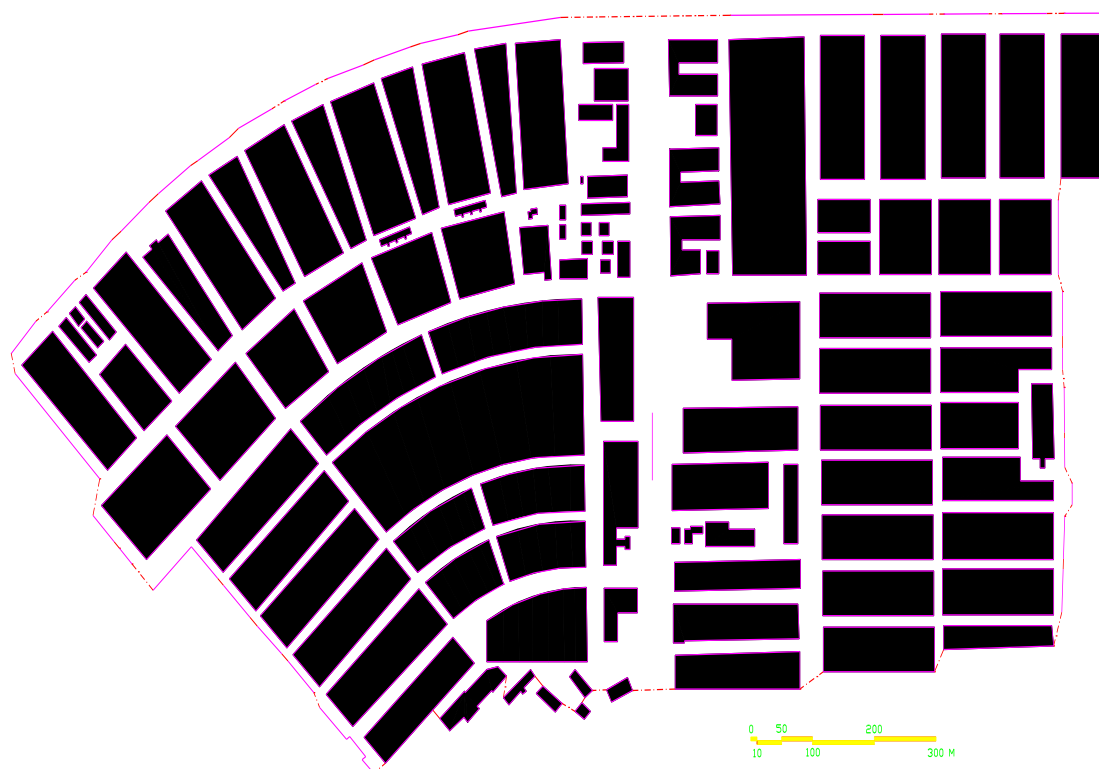


Fig. 7.86. Taguatinga. Ilhas espaciais.

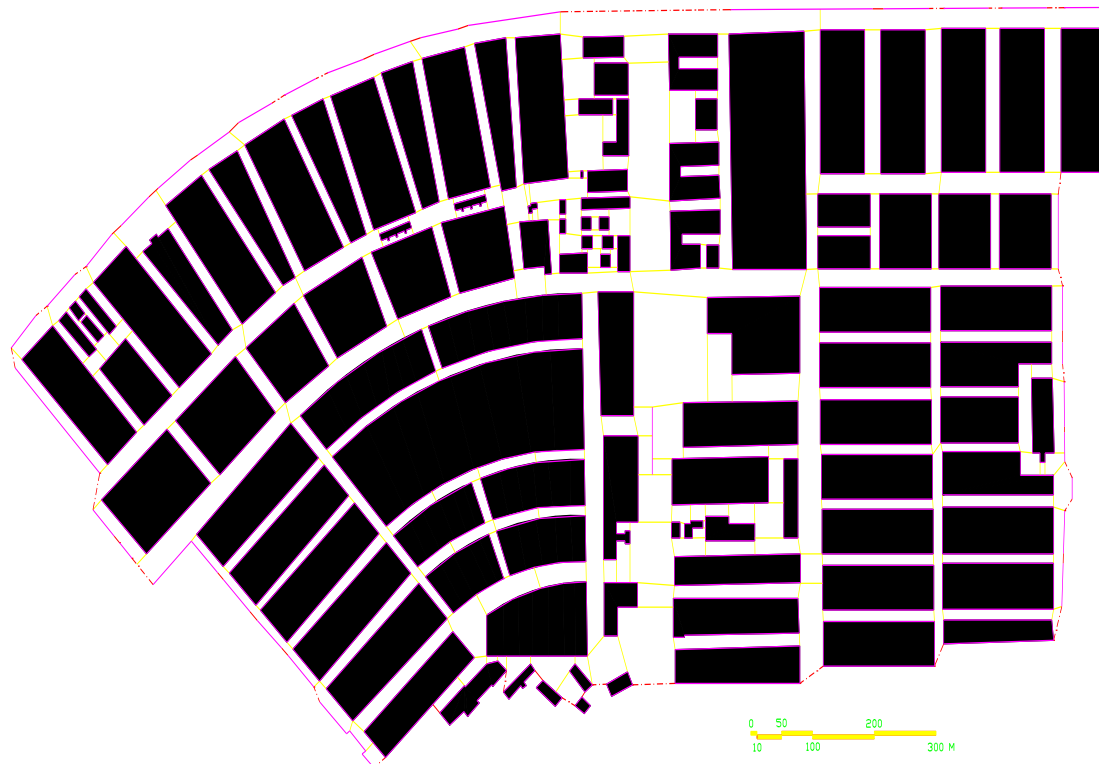


Fig. 7.87. Taguatinga. Mapa de convexidade.

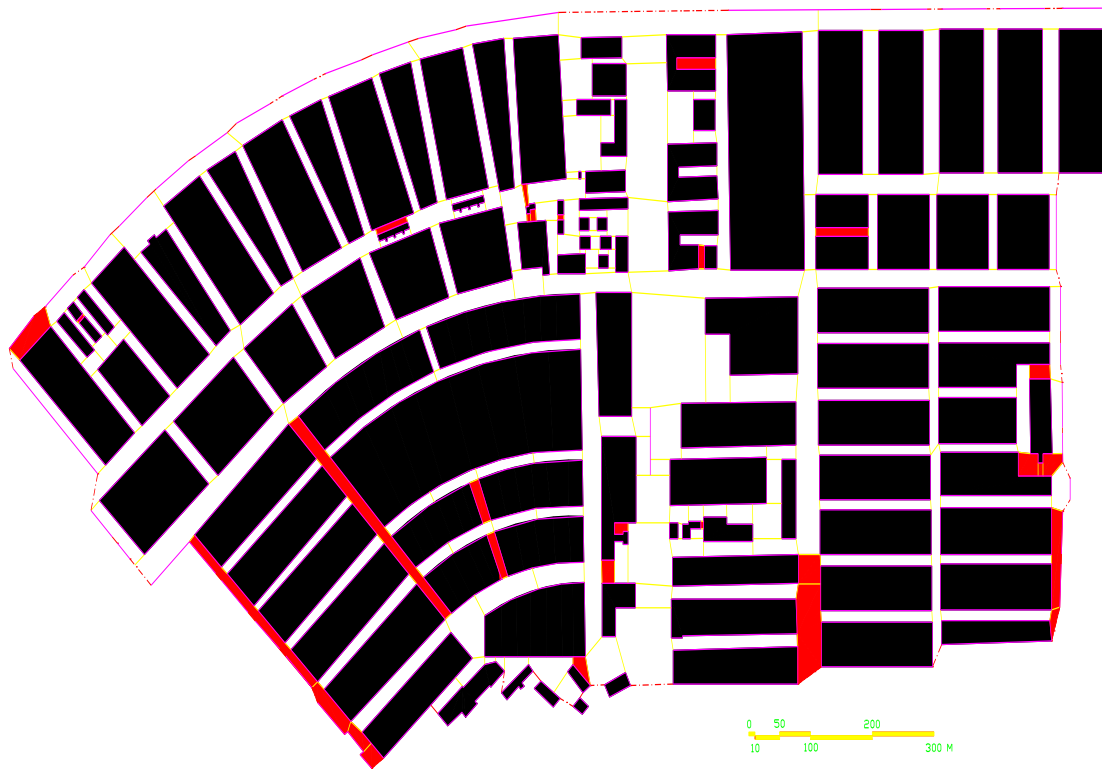


Fig. 7.88. Taguatinga. Espaços cegos (em cinza).

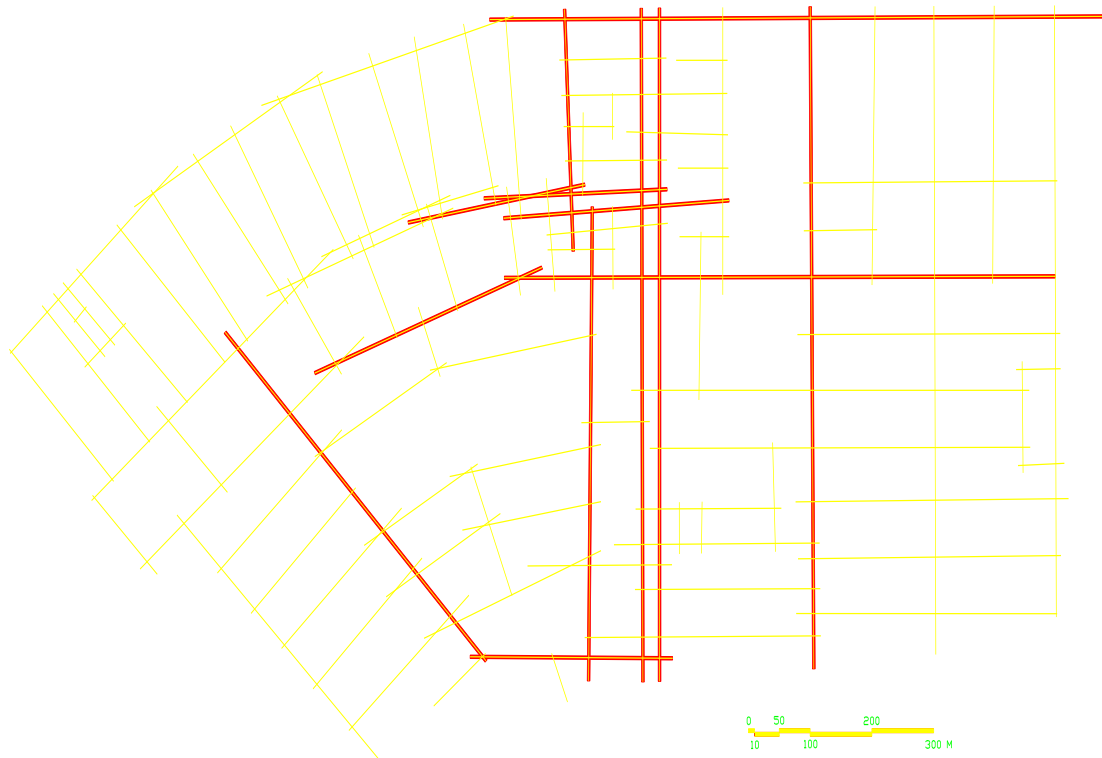


Fig. 7.89. Taguatinga. Mapa de axialidade, com núcleo integrador em linhas mais escuras.

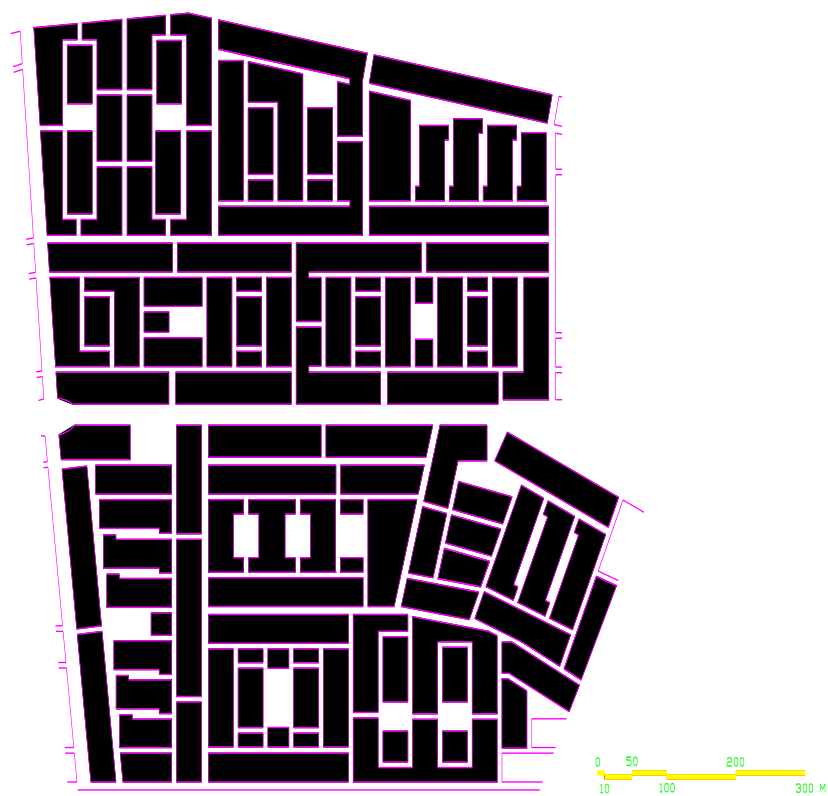


Fig. 7.90. Paranoá Novo. Ilhas espaciais da área estudada em maior detalhe.

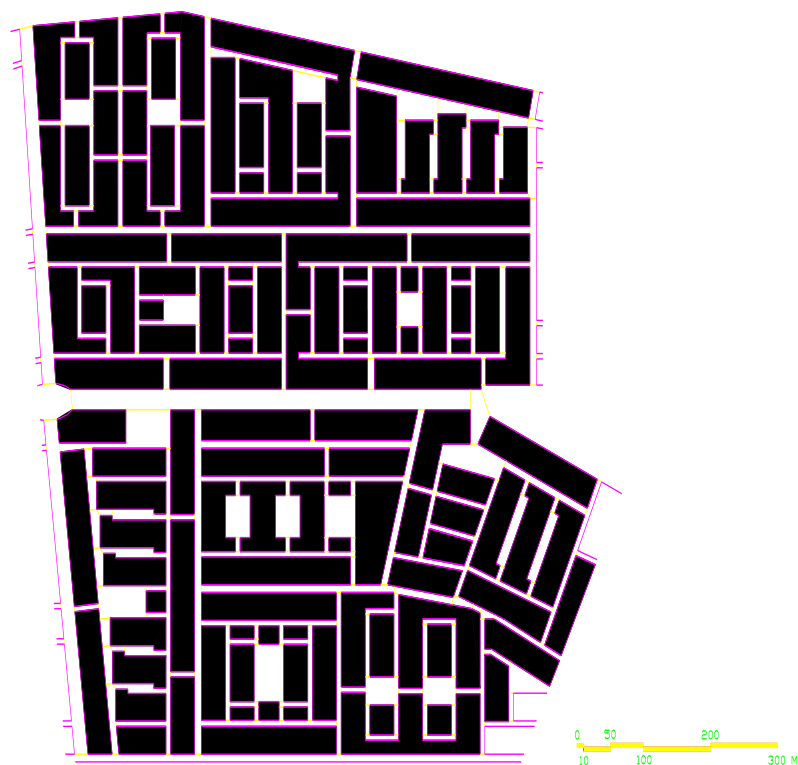


Fig. 7.91. Paranoá Novo. Mapa de convexidade da área estudada em maior detalhe.

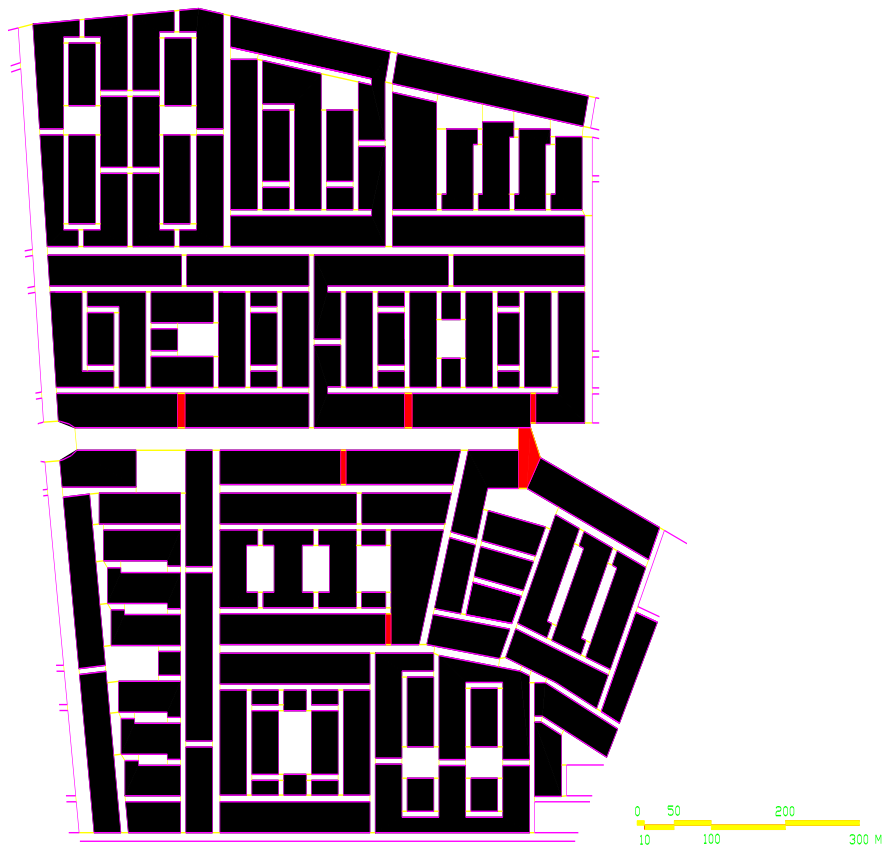


Fig. 7.92. Paranoá Novo. Espaços cegos (em cinza) da área estudada em maior detalhe.

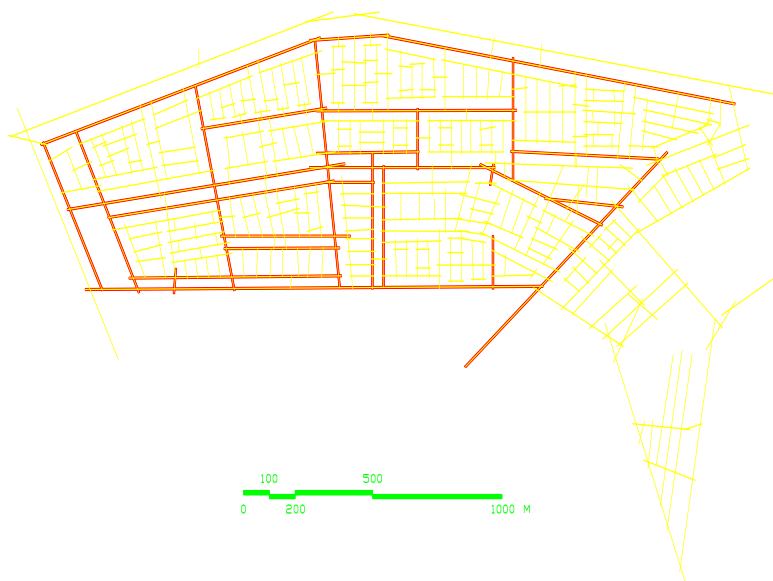


Fig. 7.93. Paranoá Novo. Mapa de axialidade de toda a área, com o núcleo integrador em linhas mais escuras.

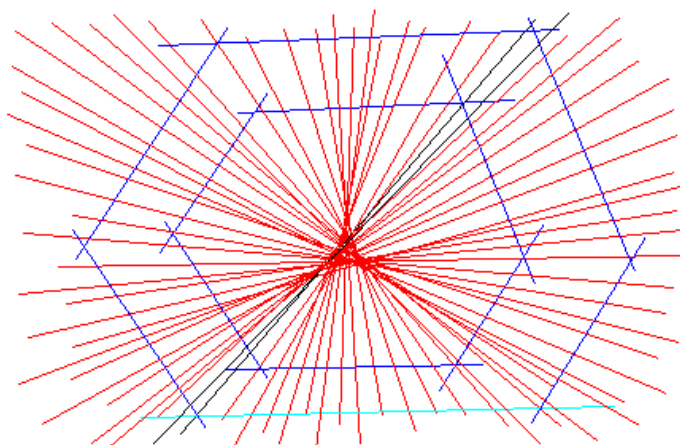


Fig. 7.94. Esquema "renascentista" hipotético.

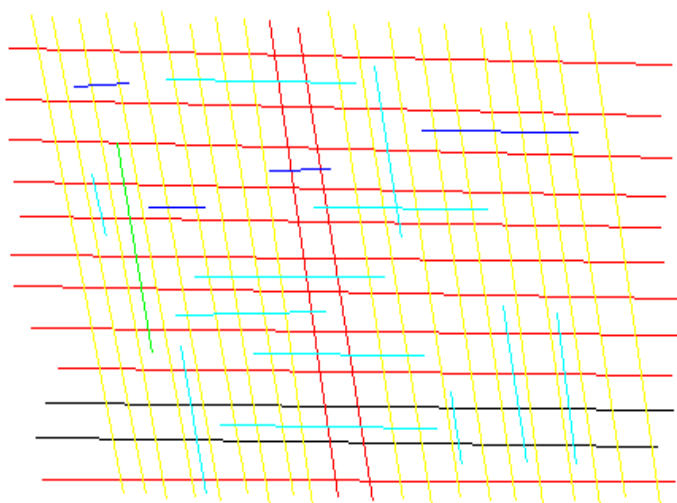


Fig. 7.95. Esquema hipotético em "malha levemente deformada".

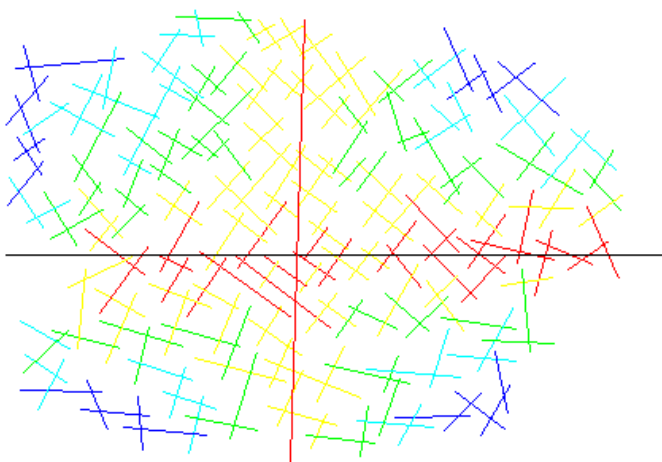


Fig. 7.96. Esquema hipotético de um "labirinto globalizado".

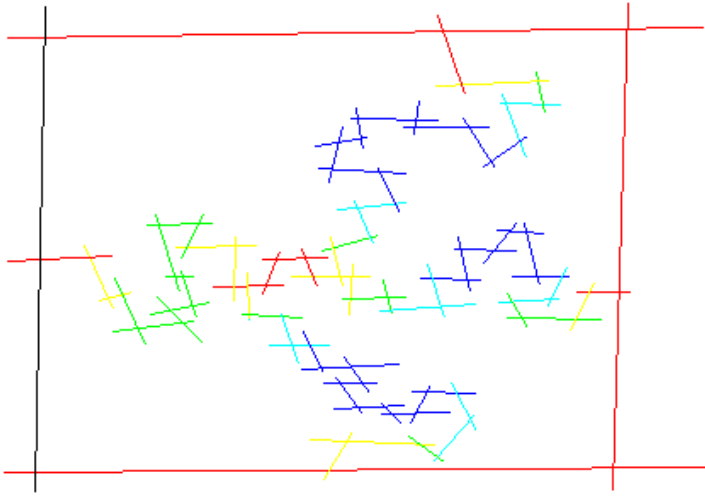


Fig. 7.97. Esquema hipotético de "ramos globalizados".

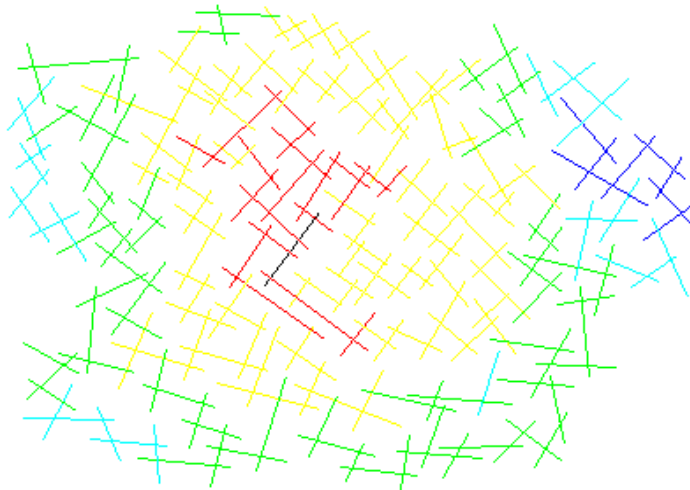


Fig. 7.98. Esquema hipotético de "labirinto".

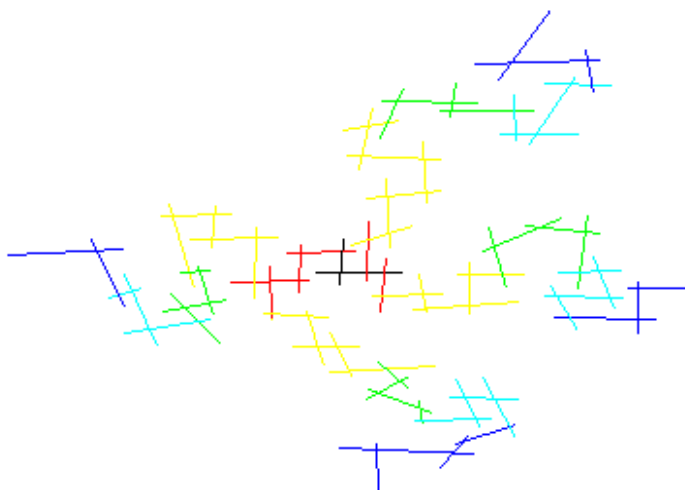


Fig. 7.99. Esquema hipotético de "ramos".

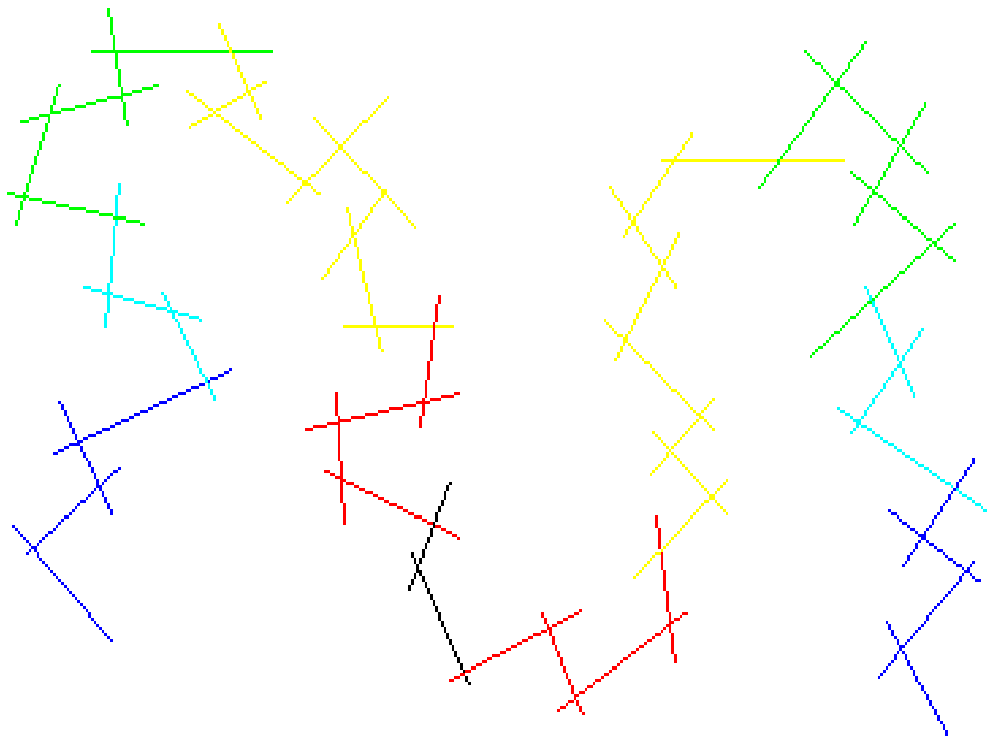


Fig. 7.100. Esquema hipotético de “profundidade máxima”.

CONCLUSÃO

Ao final de um provocativo texto que lidava com as relações entre comportamentos sociais e estruturas urbanas, Hobsbawn fez um duplo comentário: “as revoluções surgem de situações políticas, não porque as cidades são estruturalmente adequadas a elas.” Mas ele imediatamente acrescentou que as barricadas de maio de 1968 em Paris, aconteceram nas mesmas ruas daquelas de 1944, 1871, 1848 e 1830. E concluiu: “não são todas as cidades que se prestam tão naturalmente a este exercício, ou que, conseqüentemente, cada geração de rebeldes relembra ou redescobre os campos de batalha de seus predecessores.”⁵¹⁹

Hobsbawn tocou, de certa maneira, na polêmica questão do “determinismo arquitetônico”, e seu ponto de vista é apoiado pela evidência trabalhada neste trabalho. Em outras palavras, ele estava dizendo que a arquitetura e o urbanismo obviamente não comandam a vontade de ninguém, mas que a organização espacial das cidades também funciona como um *variável independente*: os padrões espaciais de Paris não determinaram eles próprios as insurreições, mas *sim* determinaram os lugares onde as barricadas foram levantadas. A ordenação espacial das cidades é assim trazida para a boca do palco como um real personagem no teatro da história.⁵²⁰ No seu caso, ele tentou identificar estas relações em circunstâncias de ruptura social. No meu caso, tentei identificar estas relações ao longo de períodos relativamente estáveis de desdobramento da vida social. Comecei com a questão de se existem ao longo da história maneiras consistentes e transculturais de covariação entre certas características da vida social e os atributos do que denominei de espaço de exceção. Mostrei como tal covariação inclui instâncias de desempenho do espaço que não são necessariamente conhecidas de antemão pelos agentes, mas que são porém *inerentes* aos padrões espaciais socialmente produzidos. A hipótese de trabalho estabelecida para testar estas idéias será brevemente lembrada a seguir.

⁵¹⁹ Hobsbawn, E (1977) “Cities and insurrections”, in *Revolutionaries*, Quartet Books, London, p. 233.

⁵²⁰ O filme de Gilo Pontecorvo, *A Batalha de Argel*, ilustra isto maravilhosamente: a estrutura espacial da *casbah* argelina - a parte fortificada da cidade histórica - joga um papel fundamental no filme.

Para entender a lógica social do espaço de exceção, propus um referencial teórico constituído por três níveis analíticos: padrões espaciais, vida espacial e vida social. Primeiro, os padrões espaciais devem ser analisados como sistemas de vários tipos de barreiras e vários tipos de permeabilidades, no que diz respeito ao movimento de pedestres sobre o chão. Segundo, a vida espacial deve ser analisada em termos do tamanho, densidade, variedade, fechamento ou abertura, aleatoriedade ou ritualização, dos arranjos de pessoas. Em outras palavras, isto se refere ao sistema de encontros entre as pessoas, pelos quais regras são estabelecidas quanto a quem se encontra com quem, onde, quão freqüentemente, para quê. Terceiro, a vida social deve ser analisada em termos da classificação dos agentes sociais com relação às dimensões infra- e superestruturais da ordem social, e do grau de impermeabilidade entre tais classes. Argumentei que os atributos dos três níveis variam ao longo de um intervalo cujos pólos extremos chamei de paradigma da formalidade e paradigma da urbanidade. O espaço de exceção constitui então um caso especial no âmbito do paradigma da formalidade, pelo que: a) a separação física é onipresente; b) os arranjos sociais são altamente segmentários, fortemente isolados entre si e hierárquicos; c) no topo desta hierarquia não há produtores diretos ou indiretos da vida material, mas agentes da produção e reprodução de sistemas de idéias e de poder.

Ora, as várias sociedades analisadas neste trabalho, tanto do tipo formal como do tipo urbano, parecem ter respectivamente muito em comum, estruturalmente falando. A seguir, tais semelhanças serão resumidas, a hipótese inicial do trabalho será qualificada de várias maneiras, e serão indicadas direções para trabalho futuro.

Uma versão suave

Entre os maias, encontramos a versão mais “suave” do espaço de exceção entre todos os exemplos estudados, pois às vezes a separação entre os recintos sagrados e o espaço secular não é clara. Como regra, entretanto, artifícios topográficos eram utilizados para reforçar o isolamento dos centros cerimoniais. Este isolamento físico correspondia a práticas exclusivamente ideológicas que eram levadas a efeito nos centros, tanto por uma população residente como por servidores eventuais do povo, num sistema rotativo. Esta forte e inequívoca espacialização de uma dimensão superestrutural contrasta vividamente com a intercambialidade encontrada entre os hopi, pela qual até as mais típicas edificações sagradas - as *kivas* - também funcionavam como locais para o trabalho artesanal. Mais interessante é o fato de que o estudo de caso maia/hopi permitiu

a formulação de que a formalidade/urbanidade é uma dicotomia abstrata num nível mais profundo do que a dicotomia durkheimiana de solidariedade mecânica/solidariedade orgânica.

Separação generalizada

Entre os zulus, a separação espacial, digamos assim, já estava “disponível” nos princípios gerais de organização espacial da sociedade, pois os *kraals* eram todas estruturas isoladas. O espaço de exceção aqui resultava simplesmente da superposição de uma categoria política-militar sobre um elemento espacial que, como qualquer outro, já existia em isolamento físico. Mas, novamente, as características fundamentais eram: os “*kraals* superestruturais” eram habitados por pessoas desempenhando funções políticas e militares, por um período espacial de suas vidas, e fortemente segregadas das tarefas cotidianas de suas respectivas famílias. Em contraste, as densas vilas ashanti reproduziam um modo de vida caracterizado pela superposição de política, cerimônia e economia, nos mesmos espaços abertos do assentamento.

Um “duplo”

É com o caso francês que encontramos talvez a manifestação mais “pura” do espaço de exceção, mas novamente aqui há uma interessante peculiaridade imprevista: o espaço de exceção francês se desdobrava em termos de um “duplo” formado pelos castelos e monastérios, ambos constituindo células fechadas individuais, embora complexas internamente, pontuando o território entre as vilas e as cidades. Uma estratégia de correspondência separava claramente as várias categorias sociais em seus respectivos espaços: nobres nos castelos, clero nos monastérios, burgueses nas vilas, camponeses nas vilas. E esta separação correspondia, por sua vez, a uma estrita classificação das práticas sociais fortemente impermeáveis entre si, pelo que se tinha a reprodução do poder dominante nos castelos, da ideologia nos monastérios, e da produção da vida material nas vilas e cidades.

Urbanidade limitativa

Em contraste com o comentado acima, é com o caso italiano que encontramos o mais “puro” exemplo do paradigma da urbanidade, em todos os níveis: cidades densas, grandes arranjos em todas as classes sociais reforçados por lealdades horizontais (os juramentos das corporações), interpenetração de dimensões super- e infra-estruturais da ordem social nas *mesmas* classes, e praticamente em *todas* elas. Isto ocorreu juntamente com o acesso ao poder de forças populares sem paralelo nos tempos feudais (embora não durando muito tempo). Mas o exemplo italiano, se a conjectura que apresentei faz sentido, trouxe também consigo uma lição inesperada: a força urbana das comunas atrasou a formação do estado nacional por séculos. Muito esforço parece ter sido investido numa “política local” às expensas de uma solidariedade transpacial mais forte que pudesse reunir os elementos da formação sócio-espacial numa ordem superior.

Urbanidade nos interstícios de uma ordem formal

Em todos os três níveis analíticos estudados - padrões espaciais, vida espacial e vida social- há inquestionáveis semelhanças entre Brasília e as sociedades do passado que desenvolveram espaços de exceção, tanto quando consideramos esta Capital como um elemento na formação espacial nacional, como em sua estrutura interna. Entretanto, vimos que a complexa divisão do trabalho numa sociedade contemporânea vem junto com padrões que não são tão bem delineados como aqueles que encontramos nos estudos de caso anteriores. Por um lado, a questão de um forte isolamento recorre em vários níveis, do mais global - Brasília como um todo em face do resto do espaço nacional - ao mais local - a Esplanada dos Ministérios em face do resto do Plano Piloto. Por outro lado, há bocados “não-conformes” que se desenvolveram aqui e ali nos interstícios da ordem dominante. Mais importante, tanto os bocados “conformes” como os “não-conformes” de da realidade sócio-espacial de Brasília, confirmam os princípios recorrentes exemplificados nos estudos de caso anteriores: comentei sobre a respectiva congruência que se verifica entre os padrões espaciais, a vida espacial e a vida social, tanto nos bocados “urbanos” como nos bocados “formais” da formação.

Os dois paradigmas

Apesar das peculiaridades de cada estudo de caso, a hipótese fundamental deste trabalho parece se confirmar. Nos casos de espaço de exceção, a categoria isolada pode variar entre ideológica, política ou especificamente militar, ou ainda uma combinação destas. Mas em todos os exemplos, tais dimensões superestruturais são fortemente isoladas, no tempo assim como no espaço, do restante da vida social. Nos estudos de caso urbanos, a hipótese inicial parece também confirmada, com peculiaridades de menor monta do que nos casos de espaço de exceção. Todas as dimensões da ordem social sempre se comprimem num único âmbito espacial e se superpõem no mesmo grupo de pessoas, seja numa vila hopi, ou entre os ashanti, ou ainda numa cidade-república italiana.

Formalidade/urbanidade e ética

No Capítulo 1, argumentei que este trabalho pertence ao domínio ético da avaliação espacial, não ao domínio ecológico nem estético. No contexto deste trabalho, o domínio ético tem a ver com valores morais que se referem à justiça social, e às idéias da democracia como valor universal, compreendendo o acesso indiscriminado a recursos econômicos, de autoridade e simbólicos.⁵²¹ Estou assim lidando com o conceito de democracia no sentido mais amplo, não apenas no sentido político. Para ver que lições podemos tirar da evidência tratada nos capítulos “empíricos”, comecemos por considerar algumas afirmações feitas sobre as relações entre a forma de Brasília e a questão da democracia.

Pedrosa argumentou, ainda nos anos 1950, durante mesmo a construção da Capital: “parem Brasília, e uma ditadura militar se estabelecerá no Brasil.”⁵²² Como bem sabemos, Brasília foi construída, e uma ditadura militar se estabeleceu no Brasil de 1964 a 1985. Gräeff, por outro lado, defendeu que a arquitetura da cidade anuncia “uma ordem de autêntica justiça e verdadeira solidariedade humana.”⁵²³ Nesta linha de raciocínio, se encontramos aqui uma situação de gritante *apartheid social*,⁵²⁴ não se deve colocar a culpa na cidade, mas na natureza da sociedade brasileira. Por outro lado, há aqueles que acreditam que, se Brasília *não* tivesse sido construída, e se a Capital não

⁵²¹ Como o leitor pode se lembrar, esta proposição se baseia em Giddens (1986), op. cit., p. 36.

⁵²² Pedrosa (1981), op. cit., p. 339.

⁵²³ Gräeff (1979), op. cit., p. 75.

⁵²⁴ Esta expressão foi cunhada pelo atual governador de Brasília, Cristovam Buarque.

tivesse sido transferida do Rio de Janeiro para o planalto central do país, uma ditadura militar não se teria implantado e os níveis de corrupção no país seriam bem menores.⁵²⁵

Todas estas afirmações parecem altamente insatisfatórias: algumas foram simplesmente negadas por acontecimentos posteriores, outras não se apóiam em evidência empírica séria, outras ainda são polêmicas à luz da evidência tratada neste trabalho. Quanto a este último aspecto, minha evidência refuta argumentos daquele tipo em função de dois fatores. Primeiro, como resultado da análise comparativa entre Brasília e os estudos de caso do passado. Segundo, como resultado da análise da própria Brasília, em termos dos diferenciais que se verificam entre o uso e a avaliação da cidade, dependendo da classe social envolvida. Vejamos cada um deles de per si.

Quanto ao primeiro ponto, parece haver uma clara lição nos estudos de caso com os quais lidei, ou seja, que os espaços de exceção sempre correspondem a sociedades hierárquicas com significativas desigualdades quanto ao acesso aos diversos tipos de recursos culturais. Entre os zulus e na França feudal, havia uma assimetria muito maior quanto ao acesso a recursos simbólicos e de autoridade, do que entre os ashanti e a Itália feudal, respectivamente. (Alguns autores comentaram sobre grandes assimetrias econômicas na Itália feudal, mas não encontrei evidência equivalente sobre a França, que permitisse uma comparação entre as duas sociedades neste aspecto.) Os maias, comparados aos hopi, apresentavam maiores assimetrias em todos os níveis - de autoridade, simbólico e econômico. Vimos como o Brasil constitui hoje *a sociedade mais assimétrica do mundo*, no que concerne à economia, mas vimos também como assimetrias de todos os tipos têm sido marcantes neste país por séculos. Mostrei como Brasília é um elemento constituinte deste quadro. Tão forte evidência aponta historicamente para uma relação *de correspondência* entre espaços de exceção e princípios autoritários de ordenação social. Em outras palavras, o consistente e recorrente apelo ao espaço de exceção parece sugerir que o desempenho deste último é adequado à realidade assimétrica de suas respectivas sociedades, e que o espaço de exceção funciona *naturalmente* como elemento constituinte de assimetrias sociais. Por seu lado, padrões espaciais urbanos têm sido consistentemente utilizados por sociedades que apresentam menores assimetrias em todos os níveis.

⁵²⁵ Este tipo de discurso constantemente reaparece na imprensa brasileira.

Com respeito ao segundo ponto, um estudo mais sistemático de Brasília em face das demais cidades brasileiras constitui uma tarefa necessária para futuro trabalho. Ainda assim, vimos como o próprio urbanismo de Brasília implica desigualdades concernentes ao uso e à avaliação da cidade, com relação às várias classes sociais: por um lado, quanto mais as pessoas se inserem num modo de vida transpacial (i.e., a classe média), mais o urbanismo da cidade é elogiado; por outro lado, os problemas mais importantes da cidade apontados pelos trabalhadores manuais estão diretamente relacionados com a estrutura espacial da cidade. Em importantes aspectos, Brasília constitui um lugar caro, desconfortável, mesmo perigoso, onde se viver, particularmente para os trabalhadores manuais, mas também para os pedestres em geral.

Mas isto não é a história inteira. Por mais fortes e naturais que sejam as relações históricas entre a forma dos assentamentos e as estruturas de poder indicadas acima, importantes qualificações devem ser feitas, que nos ajudam a entender melhor tanto a força quanto a fragilidade do funcionamento dos padrões espaciais como variável independente. Penso que ofereci forte evidência pela qual podemos historicamente correlacionar formalidade e urbanidade, respectivamente com maiores e menores assimetrias sociais. Farei agora o papel do advogado do diabo. Tomemos as cidades-repúblicas italianas, para começar. Não é necessário repetir a argumentação referente às relações entre sua urbanidade e a permeabilidade do poder dominante até mesmo aos mais inferiores segmentos da estrutura de classes. Mas também comentei sobre o aparecimento de tiranias duradouras (populistas ou não, pouco importa), de maneira generalizada no feudalismo tardio. Na França, a reafirmação da formalidade por meio da construção de Versalhes não impediu a eclosão da Revolução Francesa (mas o rei foi então trazido de volta para Paris...). Por outro lado, Brasília tem testemunhado, ao longo destes últimos anos, significativas manifestações de massa contra a ordem dominante, algumas destas tendo lugar no espaço monumental por excelência da cidade, a Esplanada dos Ministérios. Mais recentemente, entre as manifestações que culminaram com o impedimento de um presidente da república, uma das mais impressionantes se deu em Brasília. Também, o Distrito Federal é uma das duas únicas unidades da federação brasileira nas quais uma coalizão de esquerda encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores venceu as últimas eleições para governador.

Poderíamos assim ser tentados a aceitar as afirmações de Foucault com respeito às relações entre liberdade e espaço: “a garantia do exercício da liberdade nunca é

inerente à estrutura das coisas. A garantia da liberdade é a própria liberdade.” Ou: “Penso que é de certa maneira arbitrário tentar dissociar a prática efetiva da liberdade pelas pessoas, a prática das relações sociais, da distribuição espacial na qual ela acontece. (...) Cada uma deve ser entendida em termos da outra.”⁵²⁶ Isto coincidiria completamente com o raciocínio adotado neste trabalho, não fosse pelo fato de que Foucault parece ter negado qualquer *autonomia* à ordem espacial, e assim não percebeu o ponto que Hobsbawn tão bem captou. Talvez uma outra maneira de questionar aquela afirmativa de Foucault seja dizer que ele estava certo “globalmente” mas errado “localmente”: ao se ater a generalizações, ele subestimou o funcionamento do espaço da determinação dos custos que têm de ser pagos pelas pessoas na sua vida cotidiana. Poderíamos então parafrasear as observações de Hobsbawn citadas no início destas *Conclusões*, dizendo que a democracia e a tirania não surgem porque tal ou qual ordem espacial é adequada a elas, mas por conta de situações políticas. Mas devemos imediatamente acrescentar que a ordem espacial das sociedades pode satisfazer melhor uma ou outra, e que a democracia - tanto quanto a tirania - têm necessariamente de pagar um preço adicional para sua implementação, se elas se deparam com padrões espaciais contraditórios com os seus desígnios. Infelizmente, a urbanidade de Florença não impediu o surgimento de tiranias. Felizmente, Brasília nunca impedirá, por si própria, a instalação de uma democracia plena no Brasil. Mas a evidência tratada neste trabalho sugere a conjectura de que um preço está envolvido em ambos os casos.

Devo entretanto reafirmar que lidei especificamente com os aspectos de co-presença do desempenho espacial. Mas a avaliação da forma dos assentamentos envolve um número de outras dimensões, como o referencial teórico apresentado preliminarmente no Capítulo 2 sugeriu. Como comentei sobre Brasília (Capítulo 7), a avaliação da forma da cidade não pode ignorar, por exemplo, a poderosa identidade visual da paisagem urbana, um aspecto que está fora do escopo dos aspectos da co-presença, pelo menos como utilizei o conceito aqui. Sugeri direções pelas quais um maior desenvolvimento e/ou calibragem das variáveis sintáticas se fazem necessários, como resultado do teste que realizei. Mas uma abrangente avaliação da forma da cidade pressupõe um referencial morfológico também constituído por outros níveis analíticos que são necessários para revelar o sistema espacial das cidades em toda a sua complexidade

⁵²⁶ Foucault, M (1982) “Space, knowledge and power”, entrevista concedida a P Rabinow, in *Skyline*, março, 1982.

multidimensional.⁵²⁷ A “medida de urbanidade” (“URB”, como introduzida no final do Capítulo 2), baseada exclusivamente em categorias analíticas sintáticas, pode se mostrar um componente útil de um índice mais global de desempenho espacial. Para a definição de tal índice global, seria necessário embarcar num esforço multidisciplinar, constituído por vários morfólogos espaciais “imigrando” tanto das ciências sociais quanto das ciências naturais, como ainda do *savoir faire* arquitetônico, como comentado no Capítulo 1. E assim por diante: um índice global de desempenho espacial podem então vir a constituir um componente útil de índices de ordem superior, até algo como o “índice de desenvolvimento humano”, no espírito daquele das Nações Unidas (ver Capítulo 6), mas também incluindo uma dimensão espacial, nele hoje ausente.

⁵²⁷ Como na direção sugerida, ainda que referida a outra escala, em B Hillier & A Penn (1994) “Virtuous circles, building sciences and the science of buildings: using computers to integrate product and process in the built environment”, in *Design Studies*, vol 15, no 3, July 1994, pp. 332-365. O desenvolvimento de uma interface entre a sintaxe espacial e um sistema tipo Geographical Information System (GIS) pode se provar extremamente útil.

ANEXO 1: ENTREVISTAS DOMICILIARES - ITENS QUE FORAM ABORDADOS, COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR A ESTRUTURA DOS ARRANJOS SOCIAIS

INTRODUÇÃO

Este é o questionário que formou a base para as tabulações apresentadas no Capítulo 7. Como o leitor pode notar, alguns itens não foram tratados na discussão. A questão é que, ou eles se provaram inconsistentes, no sentido de que revelaram pouca diferenciação entre os vários grupos de pessoas entrevistadas, ou de importância secundária quanto ao assunto principal deste trabalho. Isto aconteceu com as variáveis V30-V32, V35-V37, e V42-V45.

O QUESTIONÁRIO

V02 - LOCALIDADE DA MORADIA

V03 - TIPO DE DOMICÍLIO

1. unifamiliar
2. coletivo

V04 - TEMPO DE RESIDÊNCIA NA LOCALIDADE ATUAL

V05 - TEMPO DE RESIDÊNCIA NO DF

V06 - SEXO

V07 - IDADE

V08 - GRAU DE INSTRUÇÃO

1. nenhum
2. primeiro grau incompleto
3. primeiro grau completo
4. segundo grau incompleto
5. segundo grau completo
6. terceiro grau incompleto
7. terceiro grau completo
8. pós-graduação incompleta
9. pós-graduação completa

V09 - TEM OCUPAÇÃO REMUNERADA?

V09-1 - NATUREZA DA REMUNERAÇÃO

1. bolsa escolar
2. ativo
3. aposentado

V10 - OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL

V11 - 1 - NATUREZA DA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL

1. agricultora, pesca, agropecuária
2. produção industrial
3. comércio
4. serviço em geral
5. serviço público

V12 - RENDA INDIVIDUAL MENSAL

V13 - RENDA FAMILIAR MENSAL

V13 - 1 - CLASSIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL

1. Trabalhadores manuais assalariados
2. Trabalhadores manuais autônomos
3. Trabalhadores intelectuais assalariados
4. Trabalhadores intelectuais autônomos
5. Empregador titular ou proprietário de pequena empresa, com renda individual de até 40 salários mínimos
6. Vive de rendimentos de capital, inclusive aluguéis, com renda individual de até 40 salários mínimos
7. Empregador titular ou proprietário de grande empresa, com renda individual de mais de 40 salários mínimos
8. Vive de rendimentos de capital, inclusive aluguéis, com renda individual de mais de 40 salários mínimos

V14 - TIPO DE LOCAL DA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL

1. Em casa
2. Outros
3. Indeterminado

V15 - LOCALIDADE DO TRABALHO

V16 - TEMPO TOTAL DE DESLOCAMENTO COTIDIANO

V17 - QUANTOS VEÍCULOS HÁ NO DOMICÍLIO?

V18 - MODO DE DESLOCAMENTO 1

1. A pé
2. Bicicleta
3. Moto ou mobilite
4. Carro próprio
5. Carona
6. Transporte público

7. Transporte funcional

8. Outros

V19 - MODO DE DESLOCAMENTO 2 (segunda citação, se houver)

(idem)

V20 - INDIQUE O NÍVEL DE SATISFAÇÃO QUANTO AO SEU

MODO DE DESLOCAMENTO MAIS IMPORTANTE:

1. Péssimo

2. Ruim

3. Regular

4. Bom

5. Ótimo

V21 - PORQUE? (RAZÃO PRINCIPAL)

TIPO DE LUGAR MAIS UTILIZADO PARA LAZER (DO RESPONDENTE):

V22 - A PRÓPRIA RESIDÊNCIA:

1. Frequentemente

2. Regularmente

3. Eventualmente

V23 - O ESPAÇO CONDOMINIAL (quando for o caso):

(idem)

V24 - OUTRAS RESIDÊNCIAS (parentes, amigos):

(idem)

V25 - ESPAÇO PÚBLICO *ABERTO* (praças, parques, bares de calçadas)

(idem)

V26 - LOCAIS DE ACESSO IRRESTRITO FECHADOS (danceterias, restaurantes, boates, cinemas, teatros)

(idem)

V27 - LOCAIS DE ACESSO RESTRITO (clubes, associações, etc., ou

seja, é preciso ser sócio ou convidado)

(idem)

V28 - OUTROS

(idem)

V29 - O LAZER (DO RESPONDENTE) SE DÁ PREDOMINANTEMENTE:

1. Na sua própria casa ou na vizinhança (isto é, pode ir naturalmente a pé)

2. Fora da sua vizinhança

3. Sem predominância

V30 - INDIQUE O NÍVEL DE SATISFAÇÃO QTO ÀS OPÇÕES DE LUGARES PARA

LAZER QUE UTILIZA

1. Péssimo
2. Ruim
3. Regular
4. Bom
5. Ótimo

V31 - PORQUE? (RAZÃO PRINCIPAL)

V32 - EXEMPLIFIQUE UM OUTRO TIPO DE LUGAR QUE GOSTARIA DE UTILIZAR, SE PUDESSE (e se for o caso)

V33 - CÍRCULO DE CONVÍVIO 1 : COM QUEM VOCÊ CONVIVE NO SEU TEMPO DE LAZER , EXCETO AS PESSOAS COM QUEM MORA

(citação mais importante - marque somente um campo)

1. Parentes
2. vizinhos
3. colegas de trabalho
4. colegas de estudo
5. colegas de profissão
6. membros de mesmas associações/clubes/etc.
7. pessoas que conheceu simplesmente por força dos lugares que frequenta
8. membros de mesma opção religiosa
9. outros

V34 - CÍRCULO DE CONVÍVIO 2 : COM QUEM VOCÊ CONVIVE NO SEU TEMPO DE LAZER , EXCETO AS PESSOAS COM QUEM MORA

(segunda citação - marque somente um campo)

(idem)

V35 - NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM O SEU CÍRCULO DE CONVÍVIO DE LAZER

1. Péssimo
2. Ruim
3. Regular
4. Bom
5. Ótimo

V36 - PORQUE? (RAZÃO PRINCIPAL)

V37 - EXEMPLIFIQUE OUTRO GRUPO DE PESSOAS COM QUEM GOSTARIA DE CONVIVER EM SEU TEMPO DE LAZER (se for o caso)

V38 - Você se encontra normalmente

1. sempre com as MESMAS pessoas
2. ou é comum você conhecer NOVAS pessoas?

V39 - MORAR NESTE BAIRRO É: (entorno próximo ao domicílio)

1. Péssimo
2. Ruim
3. Regular
4. Bom
5. Ótimo

V40 - O QUE MAIS LHE AGRADA NO SEU BAIRRO?

V41 - O QUE MAIS LHE DESAGRADA NO SEU BAIRRO?

V42 - AO CAMINHAR A PÉ PELO SEU BAIRRO VOCÊ ACHA A PAISAGEM QUE VOCÊ VÊ (RUAS, PRAÇAS, EDIFÍCIOS, PARQUES, ÁREAS VERDES, ETC)

1. Muito feia
2. Feia
3. Regular
4. Bonita
5. Muito bonita

V43 - PORQUE? (RAZÃO PRINCIPAL)

V44 - QUAL A IMPORTÂNCIA DE HAVER PESSOAS NA RUA , SIMPLEMENTE PELO PRAZER DE VÊ-LAS, OU A QUEM VOCÊ POSSA PEDIR UMA INFORMAÇÃO, OU AINDA COM QUEM VOCÊ POSSA CONVERSAR?

1. Sem nenhuma importância
2. Sem importância
3. Regular
4. Importante
5. Muito importante

V45 - AVALIE COMO UM ESTRANHO, QUE CONHECE NADA, OU MUITO POUCO DO LUGAR, SE ORIENTA NO SEU BAIRRO (se se sabe em que parte do bairro se está, se se chega facilmente no endereço que se quer ir)

1. Péssimo
2. Ruim
3. Regular
4. Bom
5. Ótimo

V46 - MORAR AQUI NO DISTRITO FEDERAL É:

(idem)

V47 - O QUE MAIS LHE AGRADA AQUI NO DISTRITO FEDERAL?

V48 - O QUE MAIS LHE DESAGRADA AQUI NO DISTRITO FEDERAL?

V49 - OBTENÇÃO DE INFORMAÇÃO 1 : COMO VOCÊ VEM A SABER DAS COISAS QUE ACONTECEM? (citação mais importante)

1. Conversas pessoais na vizinhança
2. Conversas pessoais noutros locais (trabalho, clube, igreja, escola, etc.)

3. Jornal
4. Periódicos
5. Rádio
6. Televisão
7. Outros

V50 - OBTENÇÃO DE INFORMAÇÃO 2 : COMO VOCÊ VEM A SABER DAS COISAS QUE ACONTECEM? (segunda citação)

(idem)

ANEXO 2: SOBRE O CONCEITO DE CLASSES SOCIAIS

Nos Capítulos 3, 4 e 5, discuti a maneira pela qual as diferenças entre grupos sociais, como caracterizadas por descrições e opiniões anteriores sobre aquelas sociedades, podiam ser “transcritas” para conceitos morfológicos. Mas devido a limitações quanto às informações disponíveis sobre estas sociedades, isto foi feito apenas num nível “qualitativo”. Quanto a Brasília, foi possível ser mais ambicioso. Aqui, a possibilidade de acesso direto a diversos grupos de agentes sociais permitiu uma mais precisa, eventualmente quantificada, descrição de tais grupos em termos mórficos, i.e., como sistemas de arranjos. Em outras palavras, testei a possibilidade de *medir* os atributos espaciais das classes sociais. Pareceu-me haver duas maneiras possíveis de fazê-lo.

Uma primeira maneira poderia ignorar inicialmente taxonomias prévias quanto à divisão da sociedade em classes sociais, e tentar propor uma taxonomia morfológica, baseada nas variações dos atributos dos grupos sociais ao longo de categorias de arranjos. Isto constituiria assim uma maneira de diretamente retomar a proposição de Hillier & Hanson quanto às dimensões morfológicas das classes sociais, como colocado em *The Social Logic of Space*. Naquele livro, os autores expandiram o conceito de classe social como eventualmente constituindo sociedades que de outra maneira seriam consideradas sem classes, se utilizássemos, por exemplo, um ponto de vista econômico mais tradicional baseado na propriedade dos meios de produção. Para Hillier & Hanson, relações de classe existem quando “subgrupos de indivíduos dependentes da mesma base produtiva têm formas diferenciadas de solidariedade social, e estas diferentes solidariedades se realizam em graus radicalmente diferentes por meio da expropriação do fundo cerimonial nos interesses da descrição de uma solidariedade em detrimento da outra.”⁵²⁸ O leitor se lembrará de que: a) “solidariedade”, neste contexto, tem a ver com coesão social baseada em sistemas de encontros;⁵²⁹ b) o “fundo cerimonial” é o conceito de Wolf sobre o montante de recursos que *qualquer* sociedade usa para manter “relações superestruturais”;⁵³⁰ c) “descrição”, em termos sintáticos, refere-se ao que é “comumente denominado a ‘superestrutura jurídico-política’ de uma sociedade.”⁵³¹ De

⁵²⁸ Hillier, Bill & Julienne Hanson (1984), op. cit., p. 240.

⁵²⁹ Idem, p. 142.

⁵³⁰ Idem, p. 237. Aqui os autores estão se referindo a Eric Wolf (1960) *Peasants*, Prentice Hall Inc, New Jersey.

⁵³¹ Idem, p. 222.

acordo com as categorias analíticas usadas neste trabalho, eu examinaria então as possibilidades de diferenciar as classes sociais de acordo, por exemplo, com a natureza espacial/transpacial, e/ou secular/simbólica, e/ou aleatória/estruturada, dos arranjos sociais que eventualmente caracterizariam os diversos grupos sociais.

Uma segunda possibilidade não nega obviamente isto, mas parte de uma taxonomia mais “tradicional” e usa esta taxonomia como um “caminho” para a revelação das dimensões espaciais das classes. Esta foi a alternativa escolhida aqui. Parece ser mais coerente com a argumentação *aspectual* proposta no Capítulo 1, quanto ao desempenho do espaço arquitetônico. Da mesma maneira que a cidade se “comporta” em termos bio-climáticos, ou em termos de co-presença, ou em termos econômicos, etc., as classes sociais parecem se “comportar” economicamente, ideologicamente, politicamente, ... morfológicamente. Mas há uma diferença, neste sentido, entre a forma da cidade e as classes sociais. Se, por um lado, não temos uma taxonomia abrangente quanto à forma da cidade, temos sim, por outro lado, e apesar das controvérsias existentes sobre a questão, uma relativamente estabelecida taxonomia quanto às classes sociais nas “sociedades avançadas”, para usar as palavras de Giddens.⁵³² As dimensões mórnicas das classes sociais apareceriam, assim, como um entre vários tipos de diferentes atributos, que as constituiriam como tal. Poderíamos colocar isto de outra maneira: estaríamos, na verdade, “testando” um divisão de classes sociais estabelecida, em termos de um referencial espacial, e verificando se os outros critérios utilizados por outros autores, para chegar à sua taxonomia, combina com os diferenciais espaciais que confirmam tais grupos como classes realmente diversas, sob um ponto de vista morfológico. Estaríamos testando a idéia de que diferenças entre classes também são constituídas por diferenças nas maneiras pelas quais as pessoas constroem padrões espaciais, ou se identificam com padrões já existentes, ou ainda organizam-se no espaço. Ora, se as classes sociais, como Giddens colocou, “tornam-se realidades sociais, isto deve estar manifesto na formação de padrões comuns de comportamentos e atitudes.”⁵³³ Sugiro que devemos pensar sobre tais “padrões” no mais amplo sentido, incluindo tanto dimensões a-espaciais dos modos de vida, *como* dimensões espaciais.

A hipótese de trabalho utilizada aqui é baseada na taxonomia de Giddens. Ele sugeriu que o conceito de classe se refere a um “conjunto de formas de estruturação

⁵³² Giddens, Anthony (1973) *The class structure of the advanced societies*, Hutchinson of London, London.

⁵³³ Idem, p. 111.

baseadas em níveis compartilhados de capacidade de mercado.”⁵³⁴ Por outro lado, ele propõe a existência de “três tipos de capacidades de mercado que normalmente são importantes (...): propriedade dos meios de produção; detenção de qualificações técnicas ou educacionais; e detenção de força de trabalho manual.”⁵³⁵ Isto estaria nas “bases de um sistema fundamentalmente de três classes na sociedade capitalista: uma classe ‘alta’, uma ‘média’ e uma classe ‘trabalhadora’.”⁵³⁶ Para o grupo mais “baixo” Giddens usou alternadamente as expressões “classe trabalhadora” e “trabalhadores manuais” (visando clareza na discussão, utilizarei apenas a última expressão) e qualificou seu trabalho como “freqüentemente [envolvendo] cansativas e extenuantes condições de trabalho que danificam as mãos e as roupas.”⁵³⁷ Ele se referiu à “classe média”, sem adjetivação complementar, como os “trabalhadores não-manuais, não detentores de propriedade, ou de ‘colarinho branco’,”⁵³⁸ cujas tarefas envolvem simplesmente a “manipulação de materiais simbólicos.”⁵³⁹ Quanto aos “proprietários dos meios de produção”, ele sugeriu uma divisão entre a burguesia e a “antiga classe média”, que ele caracterizou, seguindo a tradição marxista, como a “pequena burguesia”.⁵⁴⁰ Adotarei esta última diferenciação como uma diferenciação de classe, e assim adotarei um sistema de quatro classes como minha hipótese de trabalho: *trabalhadores manuais, classe média, pequena burguesia e burguesia*.

Agora, de maneira a testar a taxonomia de Giddens em relação a um referencial espacial, temos de captar dois tipos de atributos: a) os atributos que o próprio Giddens usou para chegar à sua taxonomia, e pelos quais pudéssemos localizar todas as pessoas entrevistadas em suas categorias, e b) os atributos pelos quais pudéssemos chegar ao tipo de inserção de todas as pessoas entrevistadas, dentro do sistema de arranjos que a sociedade de Brasília é.

Quanto ao primeiro ponto, quando chegamos à questão da operacionalização das categorias de Giddens, nos deparamos com problemas que não foram tratados no nível mais abstrato no qual ele trabalhou no seu livro citado. Por exemplo: como distinguir a pequena burguesia da burguesia, desde que ambas são “proprietárias dos meios

⁵³⁴ Idem, p. 192.

⁵³⁵ Idem, p. 107.

⁵³⁶ Idem, *ibid.*

⁵³⁷ Idem, p. 182.

⁵³⁸ Idem, p. 177.

⁵³⁹ Idem, p. 182.

⁵⁴⁰ Idem, p. 177.

de produção”? A partir de que ponto “para cima” pedreiros autônomos, ou encanadores, ou motoristas de táxi, ou costureiras, que são “proprietários de seus meios de produção”, são pequena burguesia, e não mais trabalhadores manuais? A partir de que ponto “para baixo” uma tarefa simples, repetitiva, mecânica e extenuante de um servidor público deve caracterizá-lo como trabalhador manual e não mais como um membro da classe média? Algum tipo de procedimento tem de ser adotado para a classificação das pessoas nestas ambíguas “zonas de sombra”. Assim, utilizei os seguintes procedimentos para classificar as pessoas de acordo com a taxonomia que tomei emprestada de Giddens.

a) As “tabelas de ocupações principais” do Ministério da Fazenda brasileiro constituíram uma referência inicial a partir da qual as pessoas foram classificadas de acordo com suas “capacidades de mercado”. Entretanto, como geralmente acontece nestes casos, estas tabelas são antes “listas” do que uma classificação de acordo com critérios precisos e explícitos. Por exemplo, uma mesma pessoa pode ser classificada de acordo com sua profissão (por exemplo, um arquiteto), ou de acordo com seu tipo de ocupação (por exemplo, um professor universitário), ou ainda de acordo com sua posição numa estrutura hierárquica (por exemplo, um diretor). Tive assim que descartar muitas das categorias destas tabelas como redundantes e/ou inconsistentes com os princípios classificatórios de Giddens.

b) Considerei trabalhadores manuais como pequena burguesia quando eles empregam trabalho assalariado, como tradicionalmente aceito,⁵⁴¹ mas não apenas assim: também os considerei como tal quando eles se encontram associados para além das fronteiras familiares, associação que já demanda algum tipo de conhecimento gerencial (encontramos grupos associados de costureiras, em Taguatinga, por exemplo).

c) De maneira semelhante, considerei os “trabalhadores intelectuais” como pequena burguesia (e não como classe média) quando eles empregam trabalho assalariado para além do nível de assistência pessoal para o desempenho de suas tarefas, e/ou quando eles se associam em firmas legalmente constituídas.

⁵⁴¹ Como em Giddens (1973), *op. cit.*, p. 28.

d) Considerei o nível de renda mensal individual de 40 “salários mínimos”⁵⁴² como a fronteira para distinguir a pequena burguesia da burguesia. Claro que esta fronteira é absolutamente convencional e pode eventualmente ser reavaliada numa amostra maior. Em termos da amostra das seis áreas do Distrito Federal com a qual trabalhei, identificamos apenas 1.0% de burguesia, contra 3.9% de pequena burguesia. (Não foi surpresa que a única área que apresentou incidência de burguesia foi Taguatinga, a área que está sendo identificada como o futuro centro metropolitano do Distrito Federal. O Plano Piloto foi esmagadoramente classe média)

Sugiro que os resultados obtidos “confirmam” a adequação tanto da terminologia de Giddens quanto os procedimentos classificatórios complementares descritos acima. Em outras palavras, a taxonomia que adotei foi *morfologicamente* confirmada, pelo menos para os trabalhadores manuais e para a classe média, com quem lidamos em maior detalhe nos limites deste trabalho: eles formam *grupos espaciais* distintos, assim como grupos distintos de acordo com os critérios mais tradicionais tomados emprestados da lista modificada do Ministério da Fazenda.

Dois pontos finais. Primeiro, Giddens fez questão de marcar posição contra uma “escala de medida” como ferramenta para definir a fronteira entre classes sociais,⁵⁴³ mas sugiro que não podemos deixar de utilizar tais artifícios para decidir a classificação em casos situados em “zonas cinzentas”, como referido acima. Mais: embora não seja o objetivo deste trabalho aprofundar-se neste tema, penso que podemos eventualmente definir *mensurações morfológicas* que podem vir a ser de importância fundamental na definição de quem pertence a qual classe social. As várias relações consistentes entre as classes sociais e certos atributos espaciais identificadas no Capítulo 7 fortemente sugerem que este é pode ser o caso. Mensurações podem ter, afinal, mais importância quanto à identificação da classe social do que autores como Giddens admitem.

Mas como lidar com relações *inconsistentes* entre atributos “espaciais”, econômicos”, “políticos”, ou “ideológicos”? Isto me leva ao segundo ponto. Tais inconsistências de fato existem na constituição da estruturação das classes em casos reais: professores universitários (da classe média), morando no Plano Piloto de Brasília, podem

⁵⁴² Em novembro de 1995, o “salário mínimo” no Brasil equivalia a US \$ 104.00. Esta fronteira constituiria assim cerca de US \$ 55,000.00 de renda individual anual.

⁵⁴³ Giddens (1973), op. cit., p. 106.

sentir falta da rica cultura das ruas que temos em Copacabana, no Rio de Janeiro, assim como os trabalhadores manuais que constroem a rica cultura das ruas do Paranoá Novo podem se comportar politicamente (ou pelo menos eleitoralmente) como a burguesia. Eu sugeriria que algo como o referencial teórico adotado para classificar os tipos mór-
ficos ao longo do intervalo de formalidade/urbanidade (Capítulo 2) pode ser aplicado aqui. Isto levaria novamente a um tratamento “estatístico” do fenômeno das classes sociais, pelo qual não seria um único tipo de atributo responsável pelo tipo, mas o jogo de todo um complexo e variado conjunto de atributos, espaciais *assim como* a-espaciais. Uma maior exploração das inconsistências e variações estatísticas apresentadas no Capítulo 7 podem trazer resultados interessantes. Isto pode vir a se constituir num gratifi-
cante esforço conjunto através de fronteiras disciplinares.

ANEXO 3: DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS QUANTITATIVOS

Este anexo trata, em maior detalhe, dos procedimentos analíticos quantitativos realizados neste trabalho. Na primeira seção, o leitor encontrará os procedimentos de normalização, pelos quais os valores obtidos nas variáveis de análise foram traduzidos para o intervalo de 1 a 5, ou seja, de máxima formalidade para máxima urbanidade. Na segunda seção, discute-se a necessidade de calibragem das categorias analíticas, em função dos problemas levantados pelo trabalho realizado. Para melhor localização, as tabelas, tanto aquelas referidas aqui, como aquelas referidas no texto principal, encontram-se localizadas ao final deste *Anexo*.

Procedimentos de normalização

No que diz respeito aos padrões espaciais, minha conjectura central foi traduzida em 9 categorias analíticas quantificadas. Como indicado no corpo do texto, os valores assim obtidos foram normalizados num intervalo numérico variando de 1 a 5, significando respectivamente máxima formalidade e máxima urbanidade. Na seqüência, a média dos valores normalizados das categorias, para cada área de estudo, foi calculada, resultando na *medida de urbanidade* (URB) daquela área. Para chegar a esta normalização, lidei com dados primários de 17 áreas do Distrito Federal, listados na *Tabela 21*.⁵⁴⁴ Por razões que serão comentadas posteriormente, duas destas áreas foram consideradas como um todo, para a definição dos parâmetros de normalização – a saber, o conjunto dos setores de Diversões Sul e Hoteleiro Sul, como já apresentado preliminarmente. Mas, como estes setores também foram considerados em si mesmos, os dados a eles referidos são também apresentados independentemente nas tabelas 03 (Capítulo 7) e 21.

Passemos ao exame dos procedimentos de normalização para cada variável analítica.

⁵⁴⁴ Além das 10 áreas apresentadas no início do Capítulo 7, mais 5 foram consideradas, no sentido de determinar-se os parâmetros para o intervalo de formalidade/urbanidade: Brazlândia, um assentamento vernacular que, como Planaltina, pré-existiu a Brasília; o Cruzeiro Velho, uma área predominantemente residencial, de renda média-baixa; Sobradinho, Guará-II e Santo Antônio, outros três núcleos satélites de Brasília. Os Setores de Diversões Sul e Hoteleiro Sul foram incluídos nas *Tabelas 7.1* e *7.2*, mas não foram utilizados para definir os parâmetros, por razões comentadas no Capítulo 7.

Tabela 21. Dados primários sobre padrões espaciais, para 17 áreas do Distrito Federal, Brasil.

ÁREA	DADOS (*)						
	A (m2)	y (m2)	C	x	Ip (ml)	I	L
Esplanada	905109	782015	117	95	15295	37	41
SQNs-405/406	259900	237552	162	208	4845	125	49
SDS-SHS	115310	85444	75	225	4410	21	41
Guará-I	2207463	1578336	984	5372	90786	503	360
SCS	219201	158921	119	277	7590	61	55
SQSS-102/302	279869	151689	177	304	5806	90	70
Paranoá Velho	414200	158224	386	1139	19704	103	114
Planaltina	573853	186100	61	671	16909	32	22
Taguatinga	1372774	501886	202	2398	3394	97	101
Paranoá Novo	730726	251370	210	2835	7918	379	346
Brazlândia	343091	135521	53	393	10571	28	19
Guará-II	177624	108173	53	487	7013	183	190
Cruzeiro Velho	851725	461720	238	2694	64386	176	159
Sobradinho	662471	435906	122	805	16668	77	65
St. Antônio	2299289	636903	243	2773	54898	159	80
SDS	18860	9305	47	119	2023	21	22
SHS	96450	76118	28	95	2340	11	17
MÉDIAS	678112,6	350304,88	192,76	1228,82	19679,76	123,71	103

(*) Para a codificação das colunas, ver a discussão das variáveis que se segue.

1. Percentual de espaços abertos sobre a área total de estudo (y/A)

Na codificação y significa a área dos espaços abertos, e A a área total da porção urbana em questão.

O parâmetro para o polo de formalidade é $y/A=91.4\%$, encontrado nas Superquadras Norte 405/406, enquanto o parâmetro para o polo de urbanidade é $y/A=27.7\%$, encontrado em Santo Antônio. (A Tabela 03 (Capítulo 7) apresenta as mensurações obtidas em todas as variáveis, para as 17 áreas estudadas) A equação de normalização que permite a determinação dos valores intermediários ao longo desta variável foi obtida por meio dos seguintes procedimentos:

a) aos valores polares de formalidade e urbanidade referidos acima (91.4 e 27.7), e plotados ao longo do eixo dos X (o eixo para os valores das variáveis), há uma correspondência, respectivamente, com os valores de 1 e 5 no eixo dos Y (o eixo que se refere ao intervalo de formalidade/urbanidade);

b) foi encontrada a mediana dos valores desta variável, consideradas todas as áreas analisadas no Distrito Federal (o valor foi 47.9);

c) a este valor, no eixo dos X, fizemos corresponder o valor 3, no eixo dos Y (o valor de equilíbrio entre formalidade e urbanidade);

d) com o apoio de um programa de interpolação,⁵⁴⁵ foi definida uma equação que considerasse os pontos informados, e que apresentasse o menor erro padrão (no caso da primeira variável, foi obtida uma equação exponencial; as equações para todas as variáveis, que serão comentadas em seqüência, estão na *Tabela 22*; os valores normalizados para as 10 áreas estudadas em detalhe, estão na *Tabela 04* (Capítulo 7); a curva obtida está ilustrada na Fig. 7.13). Note-se também que, em função do erro padrão que sempre existe nestas equações, os valores de 1, 3 e 5, como comentados acima, são “provisórios”: uma vez encontrada a equação, os valores normalizados destas áreas tomadas como parâmetro são recalculados, de acordo com a equação. É por esta razão que tanto os valores mais formais como os mais urbanos, encontrados na *Tabela 04* (Capítulo 7) geralmente variam de *aproximadamente 1 a aproximadamente 5*, e não exatamente de 1 a 5.

Dois pontos ainda merecem comentários específicos, quanto à determinação desta equação. O primeiro já foi tocado, e diz respeito à realidade empírica do Distrito Federal como referência para a determinação dos valores extremos de formalidade e urbanidade. Isto impõe limitações óbvias: estas áreas não levam a valores que seriam encontrados se estivéssemos trabalhando com outras cidades brasileiras, ou com outros lugares do mundo. Embora as áreas tenham sido escolhidas em função de sua variedade quando aos tipos mórficos, o Distrito Federal apresenta, por conta da hegemonia do genótipo modernista encontrado aqui, uma clara tendência para a formalidade, com exceção das favelas e dos assentamentos vernaculares. Estudos eventualmente levados a efeito noutras localidades levariam portanto a uma certa calibragem das equações

⁵⁴⁵ Software *ASP*, by Raul Ferraz et al.

referidas acima, e os valores encontrados aqui seriam então mantidos apenas como alguns, entre outros, tomados como ponto de partida. Parece razoável especular que os valores medianos tenderiam mais para a direção do polo de urbanidade.

Tabela 22. Fórmulas de normalização.

VARIÁVEL	FÓRMULA
y/A	$Y=7.2420 - 0.0950*X + 0.0003*X^{**2}.$
y/C	$Y=4.9908*0.9997^{**X}.$
x/C	$Y= 1.1621*X^{**0.5345}.$
C _b	$Y=5.3599 - 0.0886*X + 0.0004*X^{**2}.$
y/x	$Y=24.0397*X^{**(-0.3605)}.$
I _p /x	$Y=20.6968*X^{**(-0.6132)}.$
GRA	$Y=-0.8313 + 27.2858*X - 37.3113*X^{**2}.$
RRA	$Y= -3.8515 + 21.2738*X - 14.2412*X^{**2}.$
INT	$Y=-3.9441 + 12.7602*X - 3.6214*X^{**2}.$

O segundo ponto diz respeito à utilização dos valores *medianos*, e não dos valores *médios*, no eixo dos X (o eixo dos valores das variáveis), de modo a se definir o “valor de equilíbrio”, i.e., 3, entre formalidade e urbanidade, no eixo dos Y (o eixo que se refere ao intervalo de formalidade/urbanidade). Sabemos que a média é uma medida estatística muito sensível a valores extremos. No Distrito Federal, os valores encontrados para algumas variáveis constituem distribuições extremamente assimétricas. Este é o caso, em particular, como veremos, para as variáveis de número 5 e 6, respectivamente o número de metros quadrados de espaço convexo por constituição (na qual o coeficiente de assimetria chega a 3.77 - ver a curva ilustrada à Fig. 7.17), e o número de metros lineares dos perímetros das ilhas por constituição (assimetria de 3.79 - ver a curva ilustrada à Fig. 7.18). O uso de valores médios para determinar o valor de equilíbrio entre formalidade e urbanidade mascararia essa enorme assimetria existente. Foi feita então uma opção em favor da mediana, e esta medida foi também utilizada para as outras variáveis, de modo a que tivéssemos uniformidade de procedimentos metodológicos. Mas isto ainda não é tudo: adotei um procedimento diferente para as variáveis de número 7 e 8 (respectivamente regularidade da trama e relativa assimetria real), que será oportunamente comentada.

2. Espaço convexo médio (y/C)

Na codificação, y significa, como antes, a superfície total de espaço aberto, e C o número total de espaços convexos.

Nesta variável, a área mais formal é a Esplanada dos Ministérios ($y/C=6684m^2$, $y/C_n=0.67$), enquanto a mais urbana é o Paranoá Velho ($y/C=410m^2$, $y/C_n=4.41$). (Ver, respectivamente, os mapas de convexidade nas Figs. 7.23 e 7.75) Os procedimentos para determinar a equação foram similares àqueles utilizados para a variável 1, e a curva assim obtida encontra-se ilustrada na Fig. 7.14.

3. Número médio de entradas por espaço convexo (x/C)

Na codificação, x refere-se ao número total de entradas, e C , como antes, ao número total de espaços convexos.

Entre as dez áreas em estudo, a mais formal é novamente a Esplanada ($x/C=0.81$, $x/C_n=1.04$), e a mais urbana é o Novo Paranoá ($x/C=13.5$, $x/C_n=4.67$). Os procedimentos para determinar a equação foram similares àqueles utilizados para a variável 1, e a curva assim obtida encontra-se ilustrada na Fig. 7.15.

4. Percentagem de espaços convexos cegos (C_b)

Na codificação, C refere-se novamente ao número total de espaços convexos, e o subscripto b refere-se a "blind" ("cego", em inglês).

Entre as dez áreas analisadas, a mais formal é novamente a Esplanada ($C_b=67.5$, $C_{bn}=1.20$), e a mais urbana é também o Paranoá Novo ($C_b=5.2$, $C_{bn}=4.91$). (Ver os respectivos mapas de espaços cegos nas Figs. 7.24 e 7.92) Os procedimentos para determinar a equação foram similares àqueles utilizados para a variável 1, e a curva assim obtida encontra-se ilustrada na Fig. 7.16.

5. Metros quadrados de espaço convexo por entrada (y/x)

Na codificação, como antes, y refere-se à área total aberta, e x ao número de entradas do lugar em estudo.

Entre as dez áreas analisadas, a mais formal é ainda a Esplanada ($y/x=8232m^2$, $y/x_n=0.93$), e a mais urbana é ainda o Paranoá Novo ($y/x=89m^2$, $y/x_n=4.77$). Os procedimentos para determinar a equação foram similares àqueles utilizados para a variável 1, e a curva assim obtida encontra-se ilustrada na Fig. 7.17.

6. Metros lineares do perímetro das ilhas por entrada (Ip/x)

Na codificação, I_p significa o perímetro das barreiras, e x significa, novamente, o número de entradas.

Entre as dez áreas analisadas, a mais formal é uma vez mais a Esplanada ($I_p/x=161.0$, $I_p/x_n=0.92$), e a mais urbana é Taguatinga ($I_p/x=16.8$, $I_p/x_n=3.67$). Os procedimentos para determinar a equação foram similares àqueles utilizados para a variável 1, e a curva assim obtida encontra-se ilustrada na Fig. 7.18.

7. Economia da malha (GRA)

Na codificação, *GRA* corresponde à denominação em inglês, para esta variável: "grid axiality". Esta variável corresponde ao que, na literatura sintática tradicionalmente se intitula "deformação da malha". Os termos "deformação" e "regularidade" têm, nesta literatura, conotações específicas. Significam, respectivamente, uma trama mais "prolixa" (muitas linhas), ou uma trama mais "econômica" (poucas linhas), para um mesmo número de barreiras. Embora mantenha aqui a sigla correspondente à denominação em inglês, prefiro denominar a variável, por extenso, de *economia da malha*, por acreditar que tal denominação é mais fiel ao próprio conceito. A fórmula pela qual se mede a economia da malha é a seguinte: $GRA=2 * I^{**}(1/2) + 2) / L$, onde, novamente, I é o número de barreiras, e L é o número de linhas axiais do sistema.

É importante chamar a atenção para a relativa independência entre a economia da malha (GRA) e a medida de integração (RRA). Sistemas profundos podem ser mais, ou menos, regulares, e o mesmo acontece com sistemas rasos. De fato, temos ainda uma correlação positiva entre economia da malha e integração, que chega entretanto a apenas 0.17, no que diz respeito à amostra do Distrito Federal, medida entre as colunas GRA e RRA, da *Tabela 03* (Capítulo 7). Sistemas muito rasos podem realmente apresentar pequena economia, na qual aparece um grande número de ilhas que Hillier chamou de "triviais" - polígonos formados pelas linhas axiais, mas sem ilhas espaciais dentro. Planaltina é mais profundo do que as Superquadras Norte 405/406 (RRA=0.4658 no primeiro, contra RRA=0.2991 no segundo), mas é um sistema mais econômico (GRA=0.60 no primeiro, contra GRA=0.49 no segundo; ver Figs. 7.81 e 7.37, respectivamente). Também, sistemas similarmente integrados podem apresentar economias de malha marcadamente distintas, como é o caso da Esplanada comparada ao Guará-I, por exemplo, ambos com RRA em torno de 0.60, mas com GRA=0.34, no primeiro, contra GRA=0.13, no segundo (Figs. 7.25 e 7.57, respectivamente). Tal

variação deve portanto ser levada em conta na caracterização e avaliação dos tipos mór-
ficos.

A função que permite a determinação dos valores ao longo desta variável foi obtida por meio dos seguintes procedimentos, embasados na discussão conceitual acerca desta variável, levada a efeito no Capítulo 7:

a) a ambos valores extremos de economia da malha encontrados na amostra do Distrito Federal (respectivamente 0.10 e 0.66), e plotados no eixo dos X, há a correspondência de 1 no eixo dos Y (máxima formalidade);

b) ao valor mediano desta variável (0.30), plotado no eixo dos X, há a correspondência do valor 5, no eixo dos Y (máxima urbanidade);

c) com o apoio de um programa de interpolação, de maneira similar ao procedimento adotado para a variável 1, foi definida uma equação (uma parábola foi obtida - ver *Tabela 22* e Fig. 7.19).

Entre as dez áreas analisadas, a mais formal é o Paranoá Novo (GRA=0.10, GRA_n=1.52, Fig. 7.93). A Esplanada dos Ministérios, apresentando uma malha razoavelmente equilibrada, é a área de maior urbanidade da amostra, nesta variável (GRA=0.34, GRA_n=4.13, Fig. 7.25).

8. *Relativa assimetria real (RRA)*.

A fórmula para o cálculo da medida de integração é a seguinte: $RRA = 2*(MD-1)/(L-2)*D$. Na fórmula, *RRA* significa "real relative assymmetry" ("relativa assimetria real", em inglês), e *MD* significa "mean depth" ("profundidade média", em inglês). A profundidade média de um espaço - no caso, de uma linha axial - é calculada em função da distância mínima, em termos do número de linhas a percorrer, entre uma dada linha e todas as demais do sistema. A profundidade média do sistema é a média das profundidades médias de todas as linhas. *L*, como vimos, é o número de linhas do sistema. *D* é um fator de normalização que varia em função do número de linhas. (Ver tabela dos *D-values* para *k* espaços - *k* está sendo denominado de *L* aqui, como aliás aparece em outros momentos na literatura; Hillier & Hanson (1984), op. cit., p. 112) É importante notar que a medida obtida pela fórmula acima é, na verdade, a medida de assimetria, e não a medida de integração. Esta última é obtida por meio da recíproca de *RRA*, ou seja, $1/RRA$, e tem sido preferida pela literatura mais recente. Esta última foi utilizada com mais freqüência nos comentários dos capítulos empíricos.

Como está exposto no Capítulo 7, valores extremos de integração correspondem ao paradigma da formalidade, a urbanidade sendo então caracterizada por valores medianos. Os procedimentos para normalizar a medida de integração foram então similares àqueles adotados para a economia da malha: foi estabelecido o máximo de formalidade (i.e., 1) tanto para o sistema mais raso, como para o sistema mais profundo da nossa amostra, enquanto que foi estabelecido o máximo de urbanidade para o valor mediano entre todos aqueles encontrados (uma parábola foi obtida - ver *Tabela 22* e *Fig. 7.20*). Entre as dez áreas analisadas, a mais formal é o Setor de Diversões Sul/Setor Hoteleiro Sul, apresentando o sistema mais profundo de todos: $RRA=1.2203$, $RRA_n=0.90$ (*Fig. 7.51*). Mas as Superquadras Norte 405/406, apresentando o sistema mais raso de todos ($RRA=0.2991$, $RRA_n=1.24$, *Fig. 7.37*), é também muito formal, de acordo com o exposto acima. A mais urbana de todas as áreas é o Paranoá Novo, apresentando $RRA=0.7227$, e $RRA_n=4.08$ (*Fig. 7.93*).

9. *Inteligibilidade (INT)*

Propomos aqui a codificação *INT* para a medida de Inteligibilidade. A mais urbana de todas as áreas analisadas foi a vernacular Planaltina ($INT=0.98$, $INT_n=5.08$), e a mais formal foi o conjunto constituído pelos Setores de Diversões Sul e Hoteleiro Sul ($INT=0.43$, $INT_n=0.87$). Nesta variável, os procedimentos para determinar a equação foram novamente similares àqueles utilizados para a variável 1, e a curva assim obtida encontra-se ilustrada na *Fig. 7.21*.

Futura calibragem das categorias analíticas

Vale agora comentar tanto as limitações dos procedimentos relatados acima, como o possível desdobramento das respectivas categorias analíticas em outras melhor calibradas.

Em primeiro lugar, a medida de urbanidade, como presentemente definida, tende a ser excessivamente influenciada por medidas de convexidade: temos seis categorias convexas contra três axiais, e não foi atribuído um peso diferencial a elas. Tal peso pode se mostrar necessário, desde que encontramos alguma redundância entre as medidas de convexidade, como por exemplo: a) entre os espaços cegos e a relação de espaço aberto por constituição, se considerarmos as medidas não-normalizadas, encontramos uma correlação de 0.50, e se considerarmos a medida normalizada, esta correlação sobe para 0.86; b) entre os espaços cegos e o número de constituições por espaço

convexo, se considerarmos as medidas não-normalizadas, encontramos uma correlação de 0.60, e se considerarmos as medidas normalizadas, esta correlação pula para 0.88 (calculado das colunas 3, 4 e 5, da *Tabela 04* (Capítulo 7)). Se elaborarmos mais sobre isto, e aplicarmos análise fatorial, por exemplo, às medidas não-normalizadas das 10 áreas em estudo, um quadro interessante se mostra (*Tabela 23*): a) o fator 1 agrupa três medidas de convexidade, a saber, y/C (tamanho do espaço convexo médio), y/x (espaço aberto por constituição) e Ip/x (perímetro das ilhas por constituição); b) o fator 2 agrupa as três medidas de convexidade restantes, a saber, y/A (percentagem de espaço aberto), x/C (constituições por unidade de espaço convexo) e Cb (espaços cegos); c) o fator 3 agrupa as três medidas de axialidade, a saber, GRA (regularidade da trama), RRA (Relativa Assimetria Real) e INT (inteligibilidade). Poderíamos chamar o fator 1 de “fator métrico”, o fator 2 de “fator de constituição”, e o fator 3 de “fator axial”.⁵⁴⁶ Pesquisa subsequente, ampliando nossa amostra, pode vir a sugerir que estes agrupamentos devem ser levados em conta, e que procedimentos devem ser desenvolvidos, no sentido de definir diferentes pesos para conjuntos de variáveis, na constituição da medida de urbanidade.

Um segundo ponto diz respeito modos de diferenciar sistemas espaciais de acordo com seus valores de integração, seja de espaços convexos, seja de espaços axiais, além de seus valores médios de integração. A questão é que dois sistemas com a mesma RRA podem, entretanto, apresentar estruturas bastante distintas, e, nos procedimentos para chegar na medida de urbanidade, não ofereci categorias analíticas que levassem isto em conta. A seguir, comentarei três possibilidades de fazê-lo. No ponto em que se encontra esta pesquisa, eles esclarecem um número de questões importantes, mas parecem exigir uma melhor calibragem antes que uma aplicação mais definitiva possa ser feita.

⁵⁴⁶ Estas denominações foram-me em parte sugeridas por Bill Hillier, em comunicação pessoal.

Tabela 23. Análise fatorial para medidas não-normalizadas.

VARIÁVEL	FATOR 1	FATOR 2	FATOR 3
Porcentagem de espaço aberto (y/A)	.22122	.92364	.07886
Espaço convexo médio (y/C)	.96472	.03074	.20231
Constituições por espaço convexo (x/C)	-.05671	-.92845	.04785
Espaços cegos (Cb)	.35345	.90620	.15085
Espaço aberto por constituição (y/x)	.93212	.34858	.00189
Perímetros das ilhas por constituição (Ip/x)	.95812	.25283	-.01870
Regularidade da trama (GRA)	.13349	.20465	.78304
Relativa Assimetria Real (RRA)	-.07703	-.03104	-.83442
Inteligibilidade (INT)	-.05300	-.10105	.95276

Já comentei brevemente a primeira destas possibilidades no Capítulo 2, quando me referi à *forma do núcleo integrador* de acordo com os “tipos das linhas”, de “0” a “2”. O leitor se lembrará de que: a) linhas de “tipo 0” são completamente internas à área de análise, i.e., elas não conectam o sistema com o exterior; linhas “tipo 1” conectam o sistema ao exterior em apenas uma direção e c) linhas “tipo 2” conectam o sistema ao exterior em duas direções.

Ora, parece que um tipo generalizado está presente na forma modernista encontrada no Distrito Federal: as linhas do núcleo integrador geralmente atravessam completamente a área em estudo. Considere-se os núcleos das Superquadras Norte 405/406, da Esplanada e do Setor Comercial Sul, por exemplo, nas Figs. 7.37, 7.25 e 7.66, respectivamente. Mesmo quando estendemos significativamente os limites da área em estudo, como foi feito para o entorno das Superquadras Norte 405/406 (Fig. 7.38), o núcleo integrador ainda irriga o sistema inteiro, e suas linhas freqüentemente ainda atingem os limites da área em ambas as direções. A Fig. 7.39 mostra o mapa axial previamente comentado para as Superquadras Norte 405/406, superposto ao mapa axial do seu entorno. Há um aparente erro de escala, mas este não é o caso. A questão é que, para o mapa da área menor (estritamente as Superquadras Norte 405/406, 28.57 Ha, Fig. 7.37), considerei a permeabilidade em “sintonia fina”, que leva em consideração

todas as possibilidades de direções de movimento de pedestres, incluindo aquelas através dos pilotis. Para a área maior, na qual as Superquadras Norte 405/406 estão inseridas (89.58Ha, Fig. 7.38), considere apenas as permeabilidades entre as edificações, agora estas consideradas como ilhas (lembrar que as ilhas no caso da versão em “sintonia fina” coincidem com as prumadas de circulação vertical dos edifícios). O que importa é que a versão para a área maior é ainda muito rasa, e que, se tivéssemos feito o mapa de axialidade em sintonia fina para a área maior, certamente ele seria ainda mais raso, porque mais possibilidades de direções de movimento seriam identificadas. Isto reforça o argumento de que temos núcleos integradores que vazam o sistema mesmo para áreas significativamente maiores.

Se considerarmos o conjunto inteiro de áreas de análise, a classificação de suas linhas axiais (não apenas aquelas de seus núcleos integradores), de acordo com as “relações interior/exterior”, mostra um quadro revelador (ver *Tabela 24*). Os exemplos modernistas mais típicos mostram valores muito baixos em linhas de tipo 0. Isto é, na verdade, uma outra maneira de caracterizar máxima permeabilidade para o estranho ao lugar, assim como um fraco controle local por parte do habitante. É curioso observar que as áreas mais abertas são as duas superquadras (as Superquadras Norte 405/406 e as Superquadras Sul 102/302) e a Esplanada. Mas é interessante observar também que o assentamento vernacular de Planaltina é também intensamente conectado com o exterior.⁵⁴⁷ A literatura sintática parece sugerir que os centros históricos europeus apresentam uma malha muito mais deformada do que seus equivalentes brasileiros, talvez mais influenciados pelas malhas regulares renascentistas.⁵⁴⁸

⁵⁴⁷ Dou-me conta de que esta classificação não está “normalizada” em função do tamanho do sistema. Seguindo-se a mesma lógica da medida de integração (RRA), é natural que, para o mesmo tipo mórfico, quanto maior for o sistema, mais tenderemos a um percentual mais elevado de “linhas internas”, i.e., linhas tipo 0. Entretanto, mesmo com estas limitações, o quadro apresentado na *Tabela 7.4* ainda parece útil, porque as diferenças entre os valores são significativas, para além do tamanho dos sistemas, em termos do seu número de linhas axiais.

⁵⁴⁸ Já há algum tempo que a formulação clássica de Sérgio Buarque de Holanda segundo a qual as malhas irregulares das cidades brasileiras contrastavam com as malhas ortogonais das cidades hispânicas, vem sendo questionada. Goulart observou que, mais frequentemente do que tem sido admitido, as plantas urbanas brasileiras eram ortogonais, salvo em condições de severas restrições topográficas, como em Salvador ou Olinda, por exemplo. (Sergio B de Holanda (1971(1936)) *Raízes do Brasil*, Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro - MEC, Rio de Janeiro. Nestor G Reis Fº (1968) *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*, Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.)

Tabela 24. Tipos de linhas axiais.

ÁREA	TIPO DE LINHAS		
	TIPO 0 (%)	TIPO 1 (%)	TIPO 2 (%)
Esplanada	11.4	34.2	54.2
SDS-SHS	39.4	47.3	13.1
SQN-405/406	6.2	47.9	45.8
Guará-I	72.3	26.7	0.8
SQS-102/302	12.8	72.8	14.2
Taguatinga	51.0	39.8	9.1
Paranoá Velho	66.4	28.8	4.6
SCS	21.8	50.0	28.1
Planaltina	13.6	40.9	45.4
Paranoá Novo	78.5	19.2	2.2
MÉDIAS	37.34	40.76	21.75

Ainda não desenvolvi uma maneira de incorporar isto aos procedimentos que definem a medida de urbanidade, mas parece razoável conjecturar que os tipos de linhas se comportam de maneira similar à regularidade da trama e à integração, i.e., máxima urbanidade parece corresponder a um ponto mais ou menos intermediário entre um sistema completamente aberto e um sistema completamente fechado. Na *Tabela 24*, algo como Taguatinga, por exemplo (Fig. 7.89).

A segunda e terceira possibilidades no sentido de uma melhor diferenciação dos sistemas espaciais surgem de duas tentativas já encontradas na literatura, relativas a maneiras de se estabelecer índices pelos quais o grau de diferenciação entre os valores de integração, seja de espaços convexos, seja de espaços axiais, possa ser revelado. Vejamos cada uma destas tentativas por vez, e como estes índices se comportam quando aplicados à evidência empírica do Distrito Federal.

Hillier et al. propuseram um “*fator de diferenciação* para quantificar o grau de diferença entre valores de integração de quaisquer três (ou mais, com uma fórmula modificada) espaços ou funções.”⁵⁴⁹ Para tanto, eles adaptaram a medida de entropia de Shannon (“H”), e a utilizaram para calcular a medida em que os valores mínimos, médios e máximos de integração de espaços convexos internos de uma amostra de casas,

⁵⁴⁹ Hillier, B, Hanson, J & Graham, H (1987) "Ideas are in things: an application of the space syntax method to discovering house genotypes", in *Environment and Planning B: Planning and Design*, vol. 14, pp 363-395.

eram “informativos” ou “redundantes”, i.e., revelavam, ou não, fortes diferenciações entre valores sintáticos correspondentes às várias funções das casas.

Tal fator de diferenciação pareceu convincente quando aplicado àquela amostra. No caso do Distrito Federal, também pareceu esclarecedor, mas somente quando lidamos com sistemas de RRA similar. Tomemos, por exemplo, a Esplanada, o Setor Comercial Sul, o Guará-I e Taguatinga, com RRAs de 0.59, 0.60, 0.60 e 0.61, respectivamente (*Tabela 25*). A medida de entropia (“H”) parece captar sua diferença bem, pois revela um sistema muito mais informativo na Esplanada ($H=0.63$), onde temos tanto linhas bastantes integradas como segregadas, e um sistema mais redundante no Setor Comercial Sul ($H=0.82$), onde temos uma malha mais indiferenciada. Entretanto, este fator parece ser muito sensível à integração média do próprio sistema, na medida em que valores de integração menores tendem a levar a valores de H igualmente menores: a amostra do Distrito Federal mostra uma correlação positiva de 0.52 entre valores de RRA e valores de H, medida a partir das respectivas colunas na *Tabela 25*. Não parece razoável, por exemplo, que as Superquadras Norte 405/406 ($H=0.71$), com sua generalizada e indiferenciada permeabilidade, resulte mais informativa do que o Setor Comercial Sul ($H=0.82$). Embora a amostra do Distrito Federal seja muito pequena para indicar conclusões mais definitivas, parece sugerir que deveremos eventualmente procurar “normalizar” H em função da RRA. Pretendo considerar esta questão num trabalho futuro.

O segundo índice ao qual gostaria de me referir é a *força do núcleo integrador*, como sugerido por Peponis et al., que o definiram como a “relação entre o valor de integração médio de uma área dividido pelo valor de integração médio dos espaços axiais do núcleo integrador.”⁵⁵⁰ (Irei me referir a este como STR)⁵⁵¹ Também o vejo como um índice de diferenciação axial, porque ele aponta para o grau em que o núcleo se distingue do sistema como um todo. STR é muito menos sensível à RRA, apresentando uma correlação de -0.19 para a amostra do Distrito Federal. Mas também parece não muito convincente que sistemas como as Superquadras Norte 405/406 ou Planaltina tenham núcleos integradores fortes: 1.84 e 1.86 respectivamente. De fato, quando

⁵⁵⁰ Peponis, J et al. (1989), "The spatial core of urban culture", in *Ekistics*, vol. 56, n. 334/5, p. 47.

⁵⁵¹ Como nas outras variáveis, estou utilizando aqui a nomenclatura que Peponis et al. utilizaram no texto citado (STR refere-se a “strength”, ou “força” do núcleo integrador).

levamos a medida de integração a valores extremos teóricos, como nos exemplos fictícios da *Tabela 26* e das Figs. 7.94-100,⁵⁵² a correlação entre STR e RRA pula para -0.67.

Tabela 25. Correlações entre algumas medidas sintáticas no Distrito Federal.

ÁREA	RRA	H	STR	INT
SQNs-405/406	0.29	0.71	1.84	0.77
SQs-102/302	0.4	0.58	1.53	0.72
SQNs-405/406 (entorno-pedestres)	0.42	0.71	1.66	0.83
Planaltina	0.46	0.83	1.86	0.98
Esplanada	0.59	0.63	1.84	0.61
SCS	0.6	0.82	1.76	0.89
Guará-I (pedestres)	0.6	0.76	1.47	0.66
Taguatinga	0.61	0.76	1.41	0.66
Paranoá Novo	0.72	0.83	1.49	0.57
Paranoá Velho	0.87	0.77	1.5	0.46
SQNs-405/406 (entorno-veículos)	1.06	0.76	1.65	0.54
SDS-SHS	1.38	0.91	1.46	0.48
Guará-I (veículos)	1.5	0.8	1.47	0.49

CORR. RRA/H	0.4498
CORR. RRA/STR	-0.1958
CORR. RRA/INT	-0.6825

É portanto difícil de evitar a inferência de que, como no caso anterior, a medida captura bem diferenças estruturais entre sistemas de RRA *semelhante*, mas não o faz tão bem independentemente da medida de integração. A não ser que aceitemos a validade de ambos índices (H e STR) e concordemos que sistemas rasos são “naturalmente”, tanto mais informativos (i.e., menor H) quanto mais diferenciados no que diz respeito aos seus núcleos integradores (i.e., maior STR). Embora isto vá contra minha intuição, não tenho solução para o problema por enquanto. Isto é uma pena, porque a diferenciação sintática dos padrões espaciais parece ser de crucial importância para a

⁵⁵² O leitor se recordará, como observado no Capítulo 2, que a RRA das linhas axiais está representada, nestas figuras, por meio das seguintes convenções: a linha mais integrada é representada em preto; as outras linhas apresentam cores das mais quentes (vermelho) para as mais frias (azul escuro), correspondendo ao seu grau de assimetria (quanto mais quente a cor, mais rasa a linha).

compreensão de suas implicações sociais. Diferenciação de integração parece estar relacionada com diferenças funcionais entre as casas analisadas por Hillier et al., assim como núcleos integradores mais fortes parecem implicar maior condensação de urbanidade ao longo de suas linhas. Ambas as questões podem caracterizar genótipos sócio-espaciais específicos, com específicas implicações éticas. Porém mais trabalho é necessário antes de avançarmos alguma conjectura mais sólida sobre a questão.

Tabela 26. Correlações entre algumas medidas sintáticas em exemplos fictícios.

EXEMPLO	RRA	INT	H	STR
"Renascença"	0.08	1	0.24	2.67
Malha levemente deformada	0.31	0.95	0.72	1.82
Labirinto "globalizado"	1.29	0.29	0.74	1.61
Ramos "globalizados"	2.31	0.44	0.96	1.26
Labirinto	2.51	0.27	0.88	1.32
Ramos	3.41	0.18	0.85	1.57
Profundidade máxima	5.34	0.41	0.9	1.35

CORR. RRA/INT	-0.6716
CORR. RRA/H	0.6719
CORR. RRA/STR	-0.6738

Por seu lado, a medida de inteligibilidade (INT) merece alguns comentários, tanto em relação à medida de integração (RRA), quanto em relação ao tamanho do sistema, em termos do número total de linhas axiais ("L"). No caso da amostra do Distrito Federal, cujos valores de integração variam de 0.29 (Superquadras Norte 405/406) a 1.5 (Guará-I - veículos), um padrão se revela: há uma correlação muito forte entre RRA e INT (0.73, *Tabela 25*), i.e., quanto mais raso o sistema, mais inteligível. Quanto às relações entre inteligibilidade e o tamanho do sistema, também verifiquei algo já comentado na literatura, a saber, que a inteligibilidade cai com o número de linhas ("L").⁵⁵³ De fato, se considerarmos as colunas "L" e "INT", nas tabelas 7.1 e 7.2, respectivamente, encontramos uma correlação relativamente forte de 0.40. Ambas as questões sugerem que trabalho futuro deve considerar a possibilidade de normalizarmos a inteligibilidade, em função da integração e do tamanho do sistema.

⁵⁵³ Como em Hillier et al. (1987b), op. cit., p. 238.

Finalmente, é interessante observar que, se aplicarmos a análise fatorial às variáveis H e STR juntamente com as nove outras que estudamos em detalhe (as seis de convexidade e as três de axialidade), um quadro ligeiramente diferente emerge, quando comparado àquele mostrado na *Tabela 23*: as 6 variáveis de convexidade ainda se agrupam nos mesmo dois “fatores de convexidade” anteriores, mas agora temos dois “fatores de axialidade”, em vez de um - o primeiro reúne GRA, INT e STR, e o segundo reúne RRA e H (*Tabela 27*). No esforço para normalizarmos estas outras medidas no futuro, estes agrupamentos deverão certamente ser levados em conta.

Tabela 27. Análise fatorial de medidas não-normalizadas (incluindo STR e H).

VARIÁVEL	FATOR 1	FATOR 2	FATOR 3	FATOR 4
Porcentagem de espaço aberto (y/A)	.21260	.91655	.13122	.00898
Espaço convexo médio (y/C)	.95200	.01975	.23084	-.07625
Constituições por espaço convexo (x/C)	-.05467	-.92936	.03824	.14719
Espaços cegos (Cb)	.33803	.89456	.17372	-.12865
Espaço aberto por constituição (y/x)	.92515	.34551	.02103	-.14982
Perímetro das ilhas por constituição (Ip/x)	.95506	.25211	.01669	-.10541
Regularidade da trama (GRA)	.11876	.17939	.89687	.08979
Real relative asymmetry (RRA)	-.00073	.02666	-.58907	.78207
Inteligibilidade (INT)	-.10366	-.14963	.89626	-.28206
Força do núcleo integrador (STR)	.38358	.28585	.82634	-.07186
Fator de diferenciação (H)	-.29277	-.26426	.05380	.89489

Tudo isto está diretamente relacionado à questão da predictibilidade. Devemos recordar que há significativa evidência mostrando a correlação entre inteligibilidade e predictibilidade,⁵⁵⁴ mas sugiro que o caso do Distrito Federal, com sistemas radicalmente rasos como as superquadradas, ou ainda com exemplos que se aproximam da malha perfeita, como o assentamento vernacular de Planaltina, colocam problemas específicos. A evidência tratada neste trabalho sugere que sistemas inteligíveis predizem bem

⁵⁵⁴ Idem.

fluxos de pedestres em torno de um certo valor de RRA. Em outras palavras, se o sistema é excessivamente raso, ele pode ser inteligível, mas os fluxos de pedestres podem se mostrar aleatórios.

BIBLIOGRAFIA

Abrams, P & E A Wrigley (eds.) (1978) *Towns in societies - Essays in Economic History and Historical Sociology*, Cambridge University Press, Cambridge.

Akinori Kato (1990) *Plazas of Southern Europe*, Murotani Bunji, Tokio.

Alexander, Chistopher (1965) "The city is not a tree", *Architectural Forum*, vol. 122 (April and May).

Almanaque Abril - 1994, Editora Abril, São Paulo.

Althusser, Louis (1977) *Lenin and Philosophy and Other Essays*, NLB, London.

Anderson, Stanford (1978) "People in the physical environment: the urban ecology of streets", in Stanford Anderson (ed) (1978) *On Streets*, MIT Press, Cambridge, pp. 1-11.

Anderson, Stanford (ed) (1978) *On Streets*, MIT Press, Cambridge.

Andrade, Mônica R (1992) *The Performance of Networks in Architecture and Urban Design*, Ph.D. Thesis, Department of Architecture, University of Cambridge, UK.

Bachelard, G (1971) *La poétique de l'espace*, PUF, Paris.

Banham, R (1971) *Los Angeles, The Architecture of Four Ecologies*, Allen Lane, The Penguin Press, London.

Barthélemy, Dominique et al. (1991) "Os arranjos do espaço privado", in Duby, Georges (org) (1991) *História da vida privada, vol. 2: Da Europa feudal à Renascença*, Companhia das Letras, São Paulo. (Tradução brasileira do original francês *Histoire de la vie privée, vol. 2: De l'Europe féodale à la Renaissance*, Éditions du Seuil, 1985.)

Baumgarten, A G (1993(1750)) *Estética - A lógica da arte e do poema*, Vozes, Petrópolis.

Beaglehole, E (1937) "Notes on Hopi economic life", *Yale University Publications in Anthropology*, n. 15.

Beardsley, Monroe (1981) *Aesthetics - Problems in the Philosophy of Criticism*, Hackett Publishing Company, Inc, Indianapolis.

Benevolo, Leonardo (1978) *Storia della città*, Editori Laterza, Roma.

BIBLIOGRAFIA

- Bernstein, Basil (1980) *Codes, Modalities and the Process of Cultural Reproduction: a Model*, Department of Education, University of Lund. (mimeo)
- Bicca, Paulo (1984) *Arquiteto - a máscara e a face*, Projeto Editores Associados Ltda, São Paulo.
- Bicca, Paulo (1985) "Brasília, mitos e realidades", in Aldo Paviani (ed) (1985) *Brasília, ideologia e realidade - espaço urbano em questão*, Projeto, São Paulo.
- Bierman, Barrie (1976) "Indlu: the Doomed Dwelling of the Zulu", in Paul Oliver (ed) (1976) *Shelter in Africa*, Barrie & Jenkins, London, pp. 98-105.
- Bloch, Marc (1961) *Feudal Society*, Routledge & Kegan Paul Ltd., London
- Boutruche, R (1970) *Seigneurie et féodalité - vol. II: L'apogée (XI-XIII siècles)*, Aubier, Paris.
- Boyd, Adrew (1962) *Chinese architecture and town planning - 1500 B.C. - A.D. 1911*, Alec Tiranti, London.
- Bradfield, Richard (1973) *A natural history of associations - A study in the meaning of community*, Duckworth, London.
- Broadbent, G (1990) *Emerging Concepts in Urban Space Design*, Van Nostrand Reinhold (International), London.
- Bronson, Bennet (1966) "Roots and the Subsistence of the Ancient Maya", *South-western Journal of Anthropology*, vol. 22, n. 3, pp. 251-79.
- Bullard, William (1960) "Maya settlement pattern in Northeastern Peten, Guatemala", *American Antiquity*, vol. 25, nº 3, pp. 355-72.
- Campello, Glauco (1989) "O projeto de Le Corbusier para a Embaixada da França em Brasília", *Boletim do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília*, n. 47, 1989, pp. 1-30.
- Carneiro, D (1970:50) *Brasília e o problema da Federação Brasileira*, Imprensa da Universidade Federal do Paraná.
- Carr, E H (1976 (1961)) *What is History?*, Penguin Books, London.

- Castro, Henrique L C (1960) *Brasília e o Desenvolvimento Nacional*, DASP - Serviço de Documentação.
- Choay, F (1967) "Semiologie et urbanisme", AA 132, pp. 8-10.
- Choay, F (1970) *El Urbanismo - Utopias y Realidades*, Ed. Lumen, Barcelona.
- CODEPLAN (1989) *Cenários de ordenamento territorial e a questão da moradia no Distrito Federal*, Brasília.
- CODEPLAN (1994) *Anuário estatístico do Distrito Federal*, Brasília.
- CODEPLAN/SEPLAN/GDF (1991) *Brasília - A construção do futuro*, Brasília.
- Coe, M D (1965) "A model of ancient community structure in the Maya Lowlands", *South-western Journal of Anthropology*, vol. 21, n. 2, pp. 97-114.
- Costa, Lúcio (1962) *Sobre Arquitetura*, Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, Porto Alegre.
- Costa, Lúcio (1974) "Relatório do Plano Piloto de Brasília", in Senado Federal (1974) *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*, Brasília.
- Costa, Lúcio (1995) *Lúcio Costa: registro de uma vivência*, Empresa das Artes, São Paulo.
- Costa, Lúcio (1980) "Arquitetura", *Biblioteca de Educação e Cultura*, MEC/Fename, Bloch, n. 4, Rio de Janeiro, p. 7.
- Coulborn, Rushton (1965 (1956)) *Feudalism in history*, Archon Books, Connecticut.
- Couperie, Pierre (1970) *Paris through the ages - an illustrated historical atlas or urbanism and architecture*, Barrie & Jenkins, London.
- Coutinho, E (1970) *O espaço da arquitetura*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Culbert, T Patrick (ed) (1977) *The Classic Maya Collapse*, University of New Mexico Press, Albuquerque.
- DaMatta, Roberto (1981(1979)) *Carnavais, Malandros e Heróis - Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

DaMatta, Roberto (1985) *A casa & a rua - Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*, Editora Brasiliense S.A., São Paulo.

Demitri Shimkin (1977) "Models for the downfall: some ecological and culture-historical considerations", particularmente a seção "Comparative evidence: the case of Angkor", pp. 291-295, in Culbert, T Patrick (ed) (1977) *The Classic Maya Collapse*, University of New Mexico Press, Albuquerque.

Dozier, Edward (1970) *The Pueblo Indians of North America*, Holt, Rinehart and Winton, New York.

Duby, Georges & Mandrou, Robert (1966 (1958)) *Historia de la Civilizacion Francesa*, Fondo de Cultura Economica, Mexico/Buenos Ayres.

Duby, Georges (1973) *Hommes et structures du moyen âge*, Mouton, Paris/La Haye.

Duby, Georges (org) (1991) *História da vida privada, vol. 2: Da Europa feudal à Renascença*, Companhia das Letras, São Paulo. (Tradução brasileira do original francês *Histoire de la vie privée, vol. 2: De l'Europe féodale à la Renaissance*, Éditions du Seuil, 1985.)

Durkheim, E (1964) *The Division of Labour in Society*, The Free Press, New York.

Eggan, Fred (1964), *The American Indian - Perspectives for the Study of Social Change*, Aldine Publishing Company, Chicago.

Eggan, Fred (1971) *La organización social de los indios Pueblo del Oeste*, Ediciones Especiales: 61 - Instituto Indegenista Interamericano, Mexico.

Enciclopédia Mirador Internacional, Vol. 5, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., São Paulo/Rio de Janeiro.

Encyclopaedia Brittanica, vol. 23, William Benton Publisher, 1963.

Faoro, R (1976 (1958)) *Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro*, Ed. Globo, Porto Alegre.

Farret, R (1985) "O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília", in Paviani, A (1985) *Brasília, ideologia e realidade - espaço urbano em questão*, Projeto Editores Associados LTDA, São Paulo.

Farret, R (org) (1985) *O espaço da cidade - contribuição à análise urbana*, Projeto, São Paulo.

Ferro, Sérgio (1976) *O canteiro e o desenho*, Projeto Editores Associados Ltda./IAB-SP, São Paulo.

Fontes, Ana M P et al. (1995) "A experiência da Vila Paranoá", in Frederico de Holanda & Maria E Kohlsdorf (1995) *Anais - 4. Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília.

Fortes, M et al. (1947) "Ashanti survey, 1945-46: an experiment in social research", *The Geographical Journal*, vol. 110, Jul.-Dec., 1947, The Royal Geographic Society, London.

Fortes, Meyer (1962 (1950)) "Kinship and marriage among the Ashanti", in A R Radcliffe-Brown & Daryll Forde (ed) (1962 (1950)) *African systems of kinship and marriage*, Oxford University Press, London, pp. 252-284.

Frampton, K (1980) *Modern Architecture, a Critical History*, Thames and Hudson, London.

Frau, Salvador (1959) *Las Civilizaciones Prehispánicas de America*, Editorial Sudamericana, Buenos Aires.

Freyre, Gilberto (1946) *Casa Grande e Senzala*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro.

Fried, Morton H (1967) *The evolution of political society - An essay in political anthropology*, Random House, New York.

Ganay, Ernest (1949) *Chateaux de France - Région de L'Ouest*, Editions Tel.

Gardelles, Jacques (1972) *Les chateaux du Moyen Age dans la France du Sud-Ouest - La Gasconne Anglaise de 1216 a 1327*, Droz, Geneve.

Gebelin, F (1962) *Les Châteaux de France*, Presses Universitaires de France, Paris.

Giddens, A (1973) *The class structure of the advanced societies*, Hutchinson of London, London.

Giddens, A (1981) *A contemporary critique of historical materialism*, The MacMillan Press Ltd., London.

Giddens, A (1984) *The constitution of society - outline of a theory of structuration*, Polity Press, Cambridge.

Gluckman, Max (1948 (1940)) "The Kingdom of the Zulu of South Africa", in M Fortes & E E Evans-Pritchard (1970 (1940)) *African Political Systems*, Oxford University Press, London, pp. 25-55.

Gluckman, Max (1962 (1950)) "Kinship and marriage among the Lozi of Northern Rhodesia and the Zulu of Natal", in A R Radcliffe-Brown & Daryll Forde (ed) (1962 (1950)) *African systems of kinship and marriage*, Oxford University Press, London, pp. 166-206.

Gonzalez, Suely (1985) "A renda do solo urbano: hipóteses de explicação de seu papel na evolução da cidade", in Farret, Ricardo (org) (1985) *O espaço da cidade - contribuição à análise urbana*, Projeto, São Paulo.

Gorender, Jacob (1980) *O Escravismo Colonial*, Editora Ática, São Paulo.

Gorovitz, Matheus (1985) *Brasília, uma questão de escala*, Projeto, São Paulo.

Gorovitz, Matheus (1995 (1991)) "Brasília - Sobre a Unidade de Vizinhança", in Frederico de Holanda & Maria E Kohlsdorf (ed.) (1995) *Anais - 4. Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, pp. 294-302.

Gräeff, E (1979) *Cidade utopia*, Editora Vega SA / Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte.

Guidoni, Enrico (1991) *Soria dell'urbanistica - Il Medioevo. Secoli VI-XII*, Editori Laterza, Roma-Bari.

Hanson, J (1989) "Order and structure in urban design: the plans for the rebuilding of London after the Great Fire of 1666", *Ekistics*, n. 334/335, jan-abr, 1989, pp. 22-42.

Hardoy, Jorge (1964) *Ciudades Precolombinas*, Ediciones Infinito, Buenos Aires.

Havilland, William (1969) "A new population estimate for Tikal, Guatemala", *American Antiquity*, vol. 34, no. 4, pp. 429-33.

Havilland, William (1970) "Tikal, Guatemala, and Mesoamerican urbanism", *World Archeology*, vol. 2, nº 2, pp. 186-197.

Herlihy, D (1978) "This Distribution of Wealth in a Renaissance Community: Florence 1427", in P Abrams & E A Wrigley (eds.) (1978) *Towns in societies - Essays in Economic History and Historical Sociology*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 131-157.

Hibbert, A B (1978) "The origins of the medieval town patriciate", in P Abrams & E A Wrigley (eds.) (1978) *Towns in societies - Essays in Economic History and Historical Sociology*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 91-104.

Hillier, Bill & Hanson, Julienne (1984) *The Social Logic of Space*, Cambridge University Press, Cambridge.

Hillier, Bill & Leaman, Adrian (1972) "A new approach to architectural research", *RIBA J*, Dec. 1972.

Hillier, Bill & Leaman, Adrian (1974) "How is design possible?", *JAR* 3/1, Jan. 1974, pp. 4-11.

Hillier, Bill & Leaman, Adrian (1976) "Architecture as a discipline", *JAR* 5/1, March 1976, pp. 28-32.

Hillier, Bill & Penn, Alan (1994) "Virtuous circles, building sciences and the science of buildings: using computers to integrate product and process in the built environment", *Journal Offprint Paper - Design Studies*, Vol. 15, n. 3, July 1994.

Hillier, Bill (1988) "Against enclosure", in N. Teymur, T. Markus, T. Wooley (eds.) *Rehumanizing Housing*, Butterworth, London, pp. 63-85.

Hillier, Bill (1989) "The Architecture of the Urban Object", *Ekistics*, n. 334/335, jan-apr, 1989, pp. 5-21.

Hillier, Bill (1996) *Space is the machine*, Cambridge University Press, Cambridge.

Hillier, Bill et al. (1989) *The spatial pattern of crime on the Studley Estate*, UAS, UCL, London.

Hillier, Bill et al. (1993) "Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement", *Environment and Planning B: Planning and Design*, vol. 20, pp. 29-66.

Hillier, Bill et al. (s/d) *Graphical knowledge interfaces: the extensive and intensive use of precedent data bases in architecture and urban design*, Bartlett Research, University College London (mimeo).

Hillier, Bill, Julienne Hanson, and H Graham (1987a) "Ideas are in things: an application of the space syntax method to discovering house genotypes", *Environment and Planning B: Planning and Design*, vol. 14, pp 363-395.

Hillier, Bill, Richard Burdett, John Peponis, and Alan Penn (1987b) "Creating life: Or, does architecture determine anything?", *Architecture et Comportement/ Architecture and Behaviour*, vol. 3, n. 3, pp. 233-250.

Hillier, Bill, Leaman, Adrian, Stansall, Paul & Bedford, M (1976) "Space Syntax", *Environment & Planning , B*, vol. 3, pp. 147-185.

Hillier, Bill, Musgrove, John, O'Sullivan, Patrick (1972) "Knowledge and Design", *EDRA* 3.

Hobsbawn, Eric (1977 (1973)) *Revolutionnaires*, Quartet Books, London.

Holanda, Frederico & Maria E Kohlsdorf (ed.) (1995) *Anais - 4. Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília.

Holanda, Frederico (1989) "Brasília: the daily invention of the city", *Ekistics*, vol. 56, n. 334-5, pp. 75-83.

Holanda, Frederico et al. (1995) *Dimensões morfológicas to processo de urbanização*. Relatórios de pesquisa não-publicados.

Holanda, Sérgio B (1971(1936)) *Raízes do Brasil*, Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro - MEC, Rio de Janeiro.

Holston, James (1993) *A cidade modernista - Uma crítica de Brasília e sua utopia*, Companhia das Letras, São Paulo. Originalmente publicado pela The University of Chicago Press, 1989, sob o título de *The modernist city - An anthropological critique of Brasilia*.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil) (1960) *Censo de 1960*, Rio de Janeiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil) (1970) *Censo de 1970*, Rio de Janeiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil) (1980) *Censo de 1980*, Rio de Janeiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil) (1991) *Censo de 1991*, Rio de Janeiro.

Jacobs, J (1961) *The Death and Life of Great American Cities*, Random House, New York.

Jameson, F (1984) "Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism", *New Left Review*, n.146 (July-August), pp. 53-92.

Katz, Friedrich (1966) *Situación social y económica de los Aztecas durante los siglos XV y XVI*, Universidade Nacional Autónoma de México / Instituto de Investigaciones Históricas.

Kohlsdorf, Maria E (1996) *A apreensão da forma da cidade*, Editora Universidade de Brasília, Brasília.

Koolhaas, R (1978) *Delirious New York*, Academy Editions, London.

Krader, L (1968) *Formation of the State*, Prentice Hall, Inc., New Jersey.

Krige, E J (1936) *The Social System of the Zulus*, Longmans.

Kubitschek de Oliveira, Juscelino (1975) *Porque construí Brasília*, Bloch Editores S.A., Rio de Janeiro.

Laclau, Ernesto (1977) *Politics and Ideology in Marxist Theory - Capitalism/Fascism/Populism*, NLB, London.

Machado, L Z & Magalhães, T Q (1985) "Imagens do espaço: imagens de vida", in Paviani, A (org) (1985) *Brasília, ideologia e realidade - espaço urbano em questão*, Projeto, São Paulo.

Marx, K (1977 (1859)) *A contribution to the critique of political economy*, Progress Publishers, Moscow.

Marx, Karl (1977) *Surveys from exile*, Penguin Books.

BIBLIOGRAFIA

- Mascaró, J L (1985) *O Custo das Decisões Arquitetônicas*, Nobel, São Paulo.
- Mascaró, J L (1987) *Desenho urbano e custos de urbanização*, MHU/SAM, Brasília.
- Mepham, John (1971) "The theory of ideology in 'Capital'", *Radical Philosophy*, 2, pp. 12-19.
- Miller, J (1989) "Growth and renewal: The Swedish model", *Ekistics*, vol. 56, n. 334-5, pp. 56-64.
- Mills, G (1989) "Space and power in South Africa: The township as mechanism of control", *Ekistics*, vol. 56, n. 334-5, pp. 65-74.
- Mindeleff, V (1891) *A Study of Pueblo Architecture: Tusayan and Cibola*, Smithsonian Institute, Bureau of American Ethnology, 8th Annual Report, 1891.
- Morley, Sylvanus (1956) *La civilización Maya*, Fondo de Cultura Económica, México.
- Nakane. C (1977 (1970)) *Japanese society*, Penguin Books.
- Norberg-Schulz, Christian (1989) *Intentions in architecture*, MIT Press, Massachusetts.
- Oliveira, Francisco (1978) *Elegia para uma (re)ligião - SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Oliver, Paul (ed) (1971) *Shelter in Africa*, Barrie & Jenkins Ltd., London.
- Omegna, Nelson (1971) *A Cidade Colonial*, Editora de Brasília SA, Brasília.
- Omer-Cooper, J D (1988) *History of South Africa*, James Currey Ltd, London.
- Osborne, H (1952) *Theory of Beauty - an introduction to Aesthetics*, Routledge & Kegan Paul Ltd., London.
- Ostrower, F (1983) *Universos da arte*, Campus, Rio de Janeiro.
- Ottenberg, S & P (ed.) (1960) *Cultures and Societies of Africa*, Random House, New York.
- Paviani, A (org) (1985) *Brasília, ideologia e realidade - espaço urbano em questão*, Projeto, São Paulo.
- Paviani, Aldo (1995) *A realidade da metrópole e o futuro de Brasília*. (mimeo)

Pedrosa, M (1981) *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*, Editora Perspectiva, São Paulo. Penna, J O de Meira (1958) *Quando mudam as capitais*, IBGE, pp. 305-6.

Penn, A & Hillier, B (1992) *The social potential of buildings: spatial structure and the innovative milieu in scientific research laboratories*, Corporate space and architecture - International Symposium, Lille, Lyons, Nantes, Paris.

Peponis, J (1989) "Space, culture and urban design in late modernism and after", *Ekistics*, vol. 56, n. 334-335, pp. 93-108.

Peponis, J (1989) *Space Syntax: Social Implications of Urban Layouts*, Edição especial de *Ekistics*, vol. 56, n. 334-335.

Peponis, J et al. (1989) "The spatial core of urban culture", *Ekistics*, vol. 56, n. 334-5, pp. 43-55.

Pinheiro, Nilde L (1978) "Desequilíbrios regionais no Brasil", in *Urbanização Regional no Brasil*, Série "Cadernos da UnB", Editora Universidade de Brasília.

Pirenne, H (1949) *Economic and Social History of Medieval Europe*, Routledge & Kegan Paul Ltd., London, p. 170.

Pirenne, Henri (1969) *Medieval Cities, Their Origins and the Revival of Trade*, Princeton University Press, Princeton.

Popper, K (1976 (1963)) *Conjectures and refutations - the growth of scientific knowledge*, Routledge and Kegan Paul, London.

Prado Jr., Caio (1970(1945)) *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo.

Presidência da República (1960) *Brasília, história de uma idéia*, Presidência da República/Serviço de Documentação, Rio de Janeiro.

Rathje, William (1977) "Classic Maya Development and Denouement: A research Design", in Culbert, T Patrick (ed) (1977) *The Classic Maya Collapse*, University of New Mexico Press, Albuquerque.

Rattray, R S (1969(1923)) *Ashanti*, Oxford University Press, London.

BIBLIOGRAFIA

- Reis F^o, Nestor G (1968) *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*, Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rivet, Paul (1960) *Maya Cities*, Elek Books, London.
- Rowe, C and F. Koetter (1978) *Collage City*, MIT Press, Cambridge.
- Rutter, Andrew F (1976(1971)) "Ashanti vernacular architecture", in P Oliver (1976) *Shelter in Africa*, Barrie and Jenkins, London.
- Sahlins, Marshall (1976(1972)) *Stone Age Economics*, Tavistock Publications, London.
- Salvador, Frei Vicente do (1931) *História do Brasil, 1500-1627*, Companhia Melhoramentos, São Paulo.
- Sanders, William & Joseph Marino (1971) *Pré-história do novo mundo - Arqueologia do índio americano*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Sanders, William (1977) "Cultural Ecology of the Lowland Maya", in Culbert, T Patrick (ed) (1977) *The Classic Maya Collapse*, University of New Mexico Press, Albuquerque.
- Schevill, Ferdinand (1937) *History of Florence - from the founding of the city through the Renaissance*, G Bell and Sons Ltd., London, especially Chapter IX.
- Schmidt, B (1985) "Brasília como centro político", p. 32, in Paviani, A (org) (1985) *Brasília, ideologia e realidade - espaço urbano em questão*, Projeto, São Paulo.
- Schmidt, Benício V (1982) "Modernization and urban planning in 19th Century Brazil", *Current Anthropology*, vol. 23, n. 3, June 1982, pp. 255-262, p. 235.
- Schurman, E (1989) *A música como linguagem - uma abordagem histórica*, Editora Brasiliense / CNPq, São Paulo.
- Scully, Vincent (1989) *Pueblo / Mountain, Village, Dance*, The University of Chicago Press, Chicago and London.
- Senado Federal (1974) *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*, Brasília.
- Sennett, R (1974) *The fall of public man*, Cambridge University Press, Cambridge.

- Service, Elman (1971) *Primitive social organization - an evolutionary perspective*, Random House, New York.
- Shakespeare, W (1958) *The Complete Works of William Shakespeare*, Spring Books, London.
- Sodré, Nelson W (1973) *Formação Histórica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo.
- Sodré, Nelson W (1978) *Oscar Niemeyer*, Graal, Rio de Janeiro.
- Souza, Maria C C (1976) *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*, Editora Alfa-Omega, São Paulo.
- Strayer, Joseph & Coulborn, Rushton (1965 (1956)) "The idea of feudalism", in Coulborn, Rushton (1965 (1956)).
- Stubbs, Stanley (1950) *Bird's-eye view of the Pueblos*, Norman, Oklahoma.
- Tavares, Maria da C (1972) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - Ensaio sobre Economia Brasileira*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Titiev, Mischa (1944) "Old Oirabi - a study of the Hopi Indians of the Third Mesa", in *Papers of the Peabody Museum of American Archaeology and Ethnology*, Harvard University, vol. XXII, n. 1, Cambridge.
- Tourtellot, G and J Sabloff (1972) "Exchange systems among ancient Maya", *American Antiquity*, vol. 37, n.1, pp. 126-135.
- Trujillo, Carlos (1973) *Esas pobres ruinas mayas maravillosas*, B. Costa-Amic Editor, México.
- Tuulse, Armin (1958) *Castles of the Western World*, Thames and Hudson, Vienna.
- UNDP (United Nations Development Programme) (1994) *Human Development Report 1994*.
- Vianna, L W (1976) *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Venturi, R, D. Scott Brown and S. Izenour (1972) *Learning from Las Vegas*, MIT Press, Cambridge.
- Vitruvius Pollio, Marcus (1960 (1914)) *The ten books on architecture*, translated by Morris Hicky Morgan, Dover Publications, INC., New York.

BIBLIOGRAFIA

Vogt, Evon (1969) *Zinacantan - A Maya Community in the Highlands of Chiapas*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge.

Von Hagen, Victor (1960) *El mundo de los Mayas*, Editorial Diana, México.

Waley, Daniel (1969), *The Italian City Republics*, Weidenfeld and Nicolson, London. (Second Edition, 1978, Longman, London)

Webb, Malcolm (1977) "The Peten Maya Decline Viewd in the Perspective of State Formation", in Culbert, T Patrick (ed) (1977) *The Classic Maya Collapse*, University of New Mexico Press, Albuquerque.

Webber, Melvin (1964) "The urban place and the nonplace urban realm", in M. Webber et al., *Explorations into Urban Structure*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.

Weber, Max (1966) *The City*, The Free Press, New York

Webster's Collegiate Dictionary (1936 (1916)), G. & C. Merriam Co., Publishers, Springfield, Mass.

Wilks, I (1975) *Asante in the nineteenth century - The structure and evolution of a political order*, Cambridge University Press, London.

Williams, Raymond (1977) *Marxism and literature*, Oxford University Press, Oxford.

Wolf, E (1960) *Peasants*, Prentice Hall Inc, New Jersey.

Xavier, Alberto (1973) *Bibliografia sobre Brasília e Arquitetura Moderna Brasileira*, Universidade de Brasília, Instituto de Artes e Arquitetura (mimeo).

Zimbres, Paulo (1974) *A study of Brasilia: from Master Plan to implementation* (tese de Mphil, não publicada, University of Edimburgh).

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-64222-11-3



9 788564 222113